

DIVERSIDADES:
Dimensões de Gênero e Sexualidade

CARMEN RIAL
JOANA MARIA PEDRO
SILVIA MARIA FÁVERO AREND
(Organizadores)

DIVERSIDADES :
Dimensões de Gênero e Sexualidade

Ilha de Santa Catarina
Editora Mulheres
2010

© 2010, Carmen Rial, Joana Maria Pedro, Silvia Maria Fávero Arend

Coordenação editorial
Zahidé Lupinacci Muzart

Conselho editorial
Dominique Fougeyrollas (IRISSO/CNRS) Maria Dolores Perez Murillo (U. de Cádiz)
Elisete Schwade (UFRN) Maria Luiza Femenias (U. La Plata)
Eulalia Perez Sedeño (CSIC) Miguel Vale de Almeida (ICSTE)
Jules Falquet (U.ParisVII) Paola Bacchetta (UCB)
Kazuko Takemura (Ochanomizu U.) Suely Gomes Costa (UFF)
Luiz Mello (UFG) Yonissa Wadi (UNIOESTE)

Revisão
Gerusa Bondan

Revisão de artigo em francês
Rosa Alice Mosimann

Capa
Gracco Bonetti
Sobre foto de Mônica Holden (monicaholdenphotos@yahoo.com.br)
Sem título. 2009. Técnica: Fotografia digital Álbum: **Trancas** - Cód. de portfólio: TCA CV11

MÔNICA HOLDEN
Artista plástica, fotógrafa e designer.
Nasceu e vive na cidade do Rio de Janeiro.
Começou a fotografar aos 12 anos. E, desde então, a fotografia sempre esteve presente em sua vida.
Há 25 anos trabalha com design gráfico, moda e comunicação visual. Hoje se dedica preferencialmente a fotografar temas abstratos, composições geométricas, formas orgânicas... Cores e texturas...
Sites: <http://www.flickr.com/photos/monicaholden/>
<http://www.monicaholdenphotos.weebly.com>

Projeto gráfico e editoração
Rita Motta

ISBN 978-85-8047-001-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Leny Helena Brunel CRB 14/540

D618 Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade / organizadoras
Carmen Rial, Joana Maria Pedro e Silvia Maria Fávero
Arend. – Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 2010.
p.
ISBN 978-85-8047-001-7

1. Gênero e Sexualidade. 2. Feminismo. 3. Políticas
Públicas. I. Rial, Carmen. II. Pedro, Joana Maria. III.
Arend, Silvia Maria Fávero.

CDU 396

Editora Mulheres
Rua Joe Collaço, 430
88035-200 Florianópolis, SC
Fone/Fax: (048) 3233-2164
e-mail: editoramulheres@floripa.com.br
www.editoramulheres.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
--------------------	----

DIMENSÕES POLÍTICAS

Gênero e performance na oposição à ditadura militar nos Estados Unidos, 1970-1977	19
---	----

James N. Green

Deslocamentos: histórias e subjetividade. Um sonho americano, elementos nocivos e donzelas ingênuas. São Paulo 1920 -1940.....	39
--	----

Maria Izilda Santos de Matos

Violência de gênero ou feminicídio? Leis sobre violência e propostas de políticas públicas no Brasil e no México	61
--	----

Teresa Kleba Lisboa

Metodologias feministas, gênero, políticas públicas e o monitoramento da Lei Maria da Penha	81
---	----

Jussara Reis Prá

Gênero, geração e políticas públicas na pesca artesanal.....	103
--	-----

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

Políticas de saúde da mulher no Brasil – história e evolução	125
--	-----

Jane Maria de Souza Philippi

Mulheres, Educação, Ciência e Políticas Públicas.....	141
<i>Hildete Pereira de Melo</i>	

Caminhos transversais dos feminismos e dos movimentos sociais.....	157
<i>Maria Amélia de Almeida Teles</i>	

DIMENSÕES DE CORPO E BIO-POLÍTICA

Nem Minotauro, nem maternal: repensando o conceito de paternalismo no contexto da formulação das políticas da maternidade	171
<i>Ana Paula Vosne Martins</i>	

A maternidade contemporânea à prova da assistência médica à procriação. O canal mundial do trabalho reprodutivo	189
<i>Laurence Tain</i>	

Tecnologias reprodutivas conceptivas: imperativo da maternidade? Ou outro lugar de fala?	209
<i>Marlene Tamanini</i>	

“Meio quilo de gente!” A bio-política das imagens ultrassonográficas fetais....	233
<i>Lilian Krakowski Chazan</i>	

“Não me sinto culpada”: práticas contraceptivas e aborto em grupos populares urbanos	251
<i>Flávia de Mattos Motta, Carmen Susana Tornquist, Denise Soares Miguel, Gláucia de Oliveira Assis</i>	

Psicanálise, sexo e gênero: algumas reflexões	269
<i>Paulo Roberto Ceccarelli</i>	

A psicanálise nas ondas dos feminismos.....	287
<i>Mara Coelho de Souza Lago</i>	

DIMENSÕES TEXTUAIS

Feminismos y estudios feministas en la Argentina.....	307
<i>Dora Barrancos</i>	
Mulheres solteiras e casadas nas séries televisivas	323
<i>Ivia Alves</i>	
Mulher e Literatura: periódicos acadêmicos nacionais.....	345
<i>Cristina M. T. Stevens</i>	
Memória: que memória?	361
<i>Eva Alterman Blay</i>	
Caderno Espaço Feminino: a luta pela sobrevivência continua.....	369
<i>Vera Lúcia Puga</i>	
Discutindo gênero na escola: por uma abordagem científica e interdisciplinar	383
<i>João Renato Nunes</i>	
Gênero e diversidade na escola: notas para a reflexão da prática docente.....	401
<i>Paula Regina Costa Ribeiro, Raquel Pereira Quadrado</i>	
AUTORAS/AUTORES	421

APRESENTAÇÃO



Diásporas, diversidades, deslocamentos traçaram a linha em torno da qual circularam e se entrecruzaram as pesquisas apresentadas na nona edição do Seminário Internacional Fazendo Gênero, que reuniu mais de quatro mil participantes na Universidade Federal de Santa Catarina em agosto de 2010.

O livro *Diversidades: dimensões de gênero e sexualidade* é o primeiro resultado de um trabalho coletivo de organização, que contou com o apoio de diversas instituições e o esforço de muitas pessoas envolvidas para que pudéssemos chegar até estas páginas. Fazendo Gênero é hoje um espaço que sinaliza a expansão das trocas acadêmicas e políticas centradas nos estudos feministas e estudos de gênero e que aponta para a necessidade da continuidade na constituição de práticas e reflexões, como as que apresentaremos a seguir. Sendo fruto dessas trocas e entrecruzamentos, o livro segue três eixos principais: Dimensões políticas, Dimensões de corpo e bio-política, Dimensões textuais.

As reflexões em torno do primeiro deles, Dimensões políticas, são inauguradas por James Green com a pesquisa “Gênero e performance na oposição à ditadura militar nos Estados Unidos, 1970-1977”. Tratando de um recorte do regime repressivo brasileiro e sua repercussão nos Estados Unidos, o autor narra três episódios: a prisão por porte de maconha dos integrantes do *Living Theater*, no Brasil, e sua representação nos palcos norte-americanos de uma peça que denunciava os abusos da ditadura brasileira; a luta de Zuzu Angel na procura por seu filho e o uso de recursos ao seu alcance junto às autoridades norte-americanas; e a peça de teatro *Miss Margarida’s Way*, de autoria de Roberto Athayde, que através da performance de uma professora denunciava a prática autoritária e disciplinadora da ditadura no Brasil.

Em seguida apresentamos o trabalho de Maria Izilda Santos de Matos, “Deslocamentos: histórias e subjetividade. Um sonho americano, elementos nocivos e donzelas ingênuas. São Paulo 1920-1940”, onde ela narra, por meio da história de uma cafetina, a política autoritária do governo do Estado Novo em relação aos estrangeiros. As múltiplas legislações que anteriormente haviam estimulado a vinda de imigrantes mudaram naquele período estudado, levando a regulamentos assumidos pelo executivo e visando à expulsão dos indesejáveis, classificados entre os que se envolviam em questões políticas, penais e morais.

Teresa Kleba Lisboa, no artigo “Violência de gênero ou feminicídio? Leis sobre violência e propostas de políticas públicas no Brasil e no México”, realiza um estudo comparativo entre as legislações brasileira e mexicana produzidas na última década, que possuem como tema os diversos tipos de violência contra as mulheres, descrevendo semelhanças e diferenças vigentes entre as mesmas. A temática segue com o texto “Metodologias feministas, gênero, políticas públicas e o monitoramento da Lei Maria da Penha”, de Jussara Reis Prá, que traz um breve histórico das políticas sociais instituídas no Brasil sobre a violência contra as mulheres para depois discutir a importância de se analisar os resultados da Lei Maria da Penha, uma política pública de gênero, à luz de uma metodologia feminista.

“Gênero, geração e políticas públicas na pesca artesanal”, de Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão, mostra parte dos resultados de dois projetos de pesquisa em que a autora traz uma perspectiva de “feminização” da pobreza nas relações de trabalho da pesca artesanal no Brasil. Inspirada nas teorias de Moscovici, Maria do Rosário analisa as condições de vida de pescadores e pescadoras, tendo como campo empírico o município de Itapissuma, no litoral pernambucano.

Jane Maria de Souza Philippi em “Políticas de saúde da mulher no Brasil – história e evolução” oferece um panorama dos problemas e das políticas públicas voltadas para mulheres. Nesta discussão, ela inclui a violência contra as mulheres e apresenta dados recentes sobre índices de doenças, apontando os esforços para solucioná-los e as dificuldades enfrentadas. No artigo “Mulheres, Educação, Ciência e Políticas Públicas”, Hildete Pereira de Melo reflete sobre a presença das mulheres nos espaços da ciência e da educação, mostrando o quanto os índices de escolaridade cresceram entre elas, chegando a suplantar o dos homens. A autora mostra também a presença, embora ainda insuficiente, das mulheres nas ciências ditas “duras” e nos altos escalões do campo científico no país, e por fim analisa as ações da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres visando à redução das desigualdades.

Esta parte é encerrada pelo texto “Caminhos transversais dos feminismos e dos movimentos sociais”, de Maria Amélia de Almeida Teles, que realiza uma análise dos problemas enfrentados pelos movimentos feministas no Brasil, nas últimas décadas do século XX, com destaque para os processos relativos aos movimentos sociais.

O segundo eixo temático do livro, Dimensões de corpo e bio-política, é iniciado com o artigo “Nem Minotauro, nem maternal: repensando o conceito de paternalismo no contexto da formulação das políticas da maternidade”, de Ana Paula Vosne Martins. Trabalhando a partir do que se processou durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a autora procura demonstrar que a política de bem-estar social relativa à maternidade implementada, no referido período, foi norteada pelo conceito de Paternalismo. Em seguida, Laurence Tain nos apresenta o texto “A maternidade contemporânea à prova da assistência médica à procriação. O canal mundial do trabalho reprodutivo”, onde utiliza as dimensões biomédica, sócio-relacional e cosmo-sagrada para discutir a maneira como o uso das técnicas reprodutivas reafirma desigualdades no trabalho reprodutivo, na sociedade global. Marlene Tamanini, em “Tecnologias reprodutivas conceptivas: Imperativo da maternidade? Ou outro lugar de fala?”, também faz uma reflexão crítica sobre as chamadas tecnologias reprodutivas, tendo em vista as diferentes formas de participações das mulheres nestes experimentos de caráter científico, realizados desde os anos de 1980, em vários países do mundo.

“‘Meio quilo de gente!’ A bio-política das imagens ultrassonográficas fetais” é o trabalho de Lilian Krakowski Chazan, que analisa imagens ultrassonográficas, mostrando como a tecnologia de imagem médica transformou-se em objeto de consumo e lazer. Ela analisa que este consumo, constitutivo de novas subjetividades, fetais e maternas, ao mesmo tempo contribui para reforçar uma visão medicalizada da gravidez, reconfigurando as vivências da gravidez. Como contraponto temos o artigo de Flávia de Mattos Motta, Carmen Susana Tornquist, Denise Soares Miguel e Glaucia de Oliveira Assis “Não me sinto culpada”: práticas contraceptivas e aborto em grupos populares urbanos”. Nele as autoras mostram, por meio da análise do depoimento de uma entrevistada, como as mulheres das camadas populares situam-se em relação à questão do aborto, entre a condenação e o uso da prática, encontrando soluções inéditas para angústias e, em alguns casos, contando com a participação masculina.

Para encerrar essa primeira parte, trazemos dois textos que tematizam a psicanálise, um importante elemento desse debate. Paulo Roberto Ceccarelli,

com “Psicanálise, sexo e gênero: algumas reflexões”, faz pensar sobre as relações entre os estudos de gênero e a chamada teoria psicanalítica, enfatizando pontos de contato e dissensos situados no entrecruzamento das duas epistemes. Um artigo de leitura imprescindível para quem quer ser introduzido nas complexas relações entre psicanálise e feminismo é assinado por Mara Coelho de Souza Lago. “A psicanálise nas ondas dos feminismos”, com um texto acessível, percorre o que a autora chama “relações ambíguas dos estudos feministas e de gênero com a psicanálise”, de Freud a Lacan, começando pela primeira onda dos movimentos feministas, passando pelos chamados feminismos de segunda onda e chegando aos nossos dias. Ao colocar em diálogo as teorias psicanalíticas e as teóricas feministas mais difundidas na academia brasileira, nos leva a entrar em contato com diferentes campos teóricos, do estruturalismo ao pós-estruturalismo e às teorias *queer*.

O terceiro eixo temático, denominado Dimensões textuais, é aberto por Dora Barrancos, que escreve sobre “Feminismos y estudios feministas en la Argentina”. A autora remonta às origens do feminismo argentino, no início do século XX, passando depois ao momento de efervescência dos anos setenta e fazendo uma análise do feminismo hoje, que se desenvolve tanto dentro como fora de instituições em seu país, dando ênfase aos estudos de gênero acadêmicos. Dora demarca as conquistas e aponta o que ainda precisa ser alcançado nesse campo que engloba prática e conhecimento.

Ivia Alves, no artigo “Mulheres solteiras e casadas nas séries televisivas”, aborda as representações e imagens de mulheres em séries norte-americanas, especialmente as policiais investigativas. O texto aponta para as mudanças ocorridas nos anos 1980, quando a figura do detetive (ou dupla de detetives) aventureiro foi substituída por roteiros onde o contexto cultural ganhava espaço e os detetives passavam a ser pessoas comuns, não mais gênios ou heróis. Além disto, outra inovação no gênero foi o surgimento de mulheres detetives ou policiais, representadas como independentes, para quem a vida íntima e amorosa é secundária, tomadas pela carreira profissional.

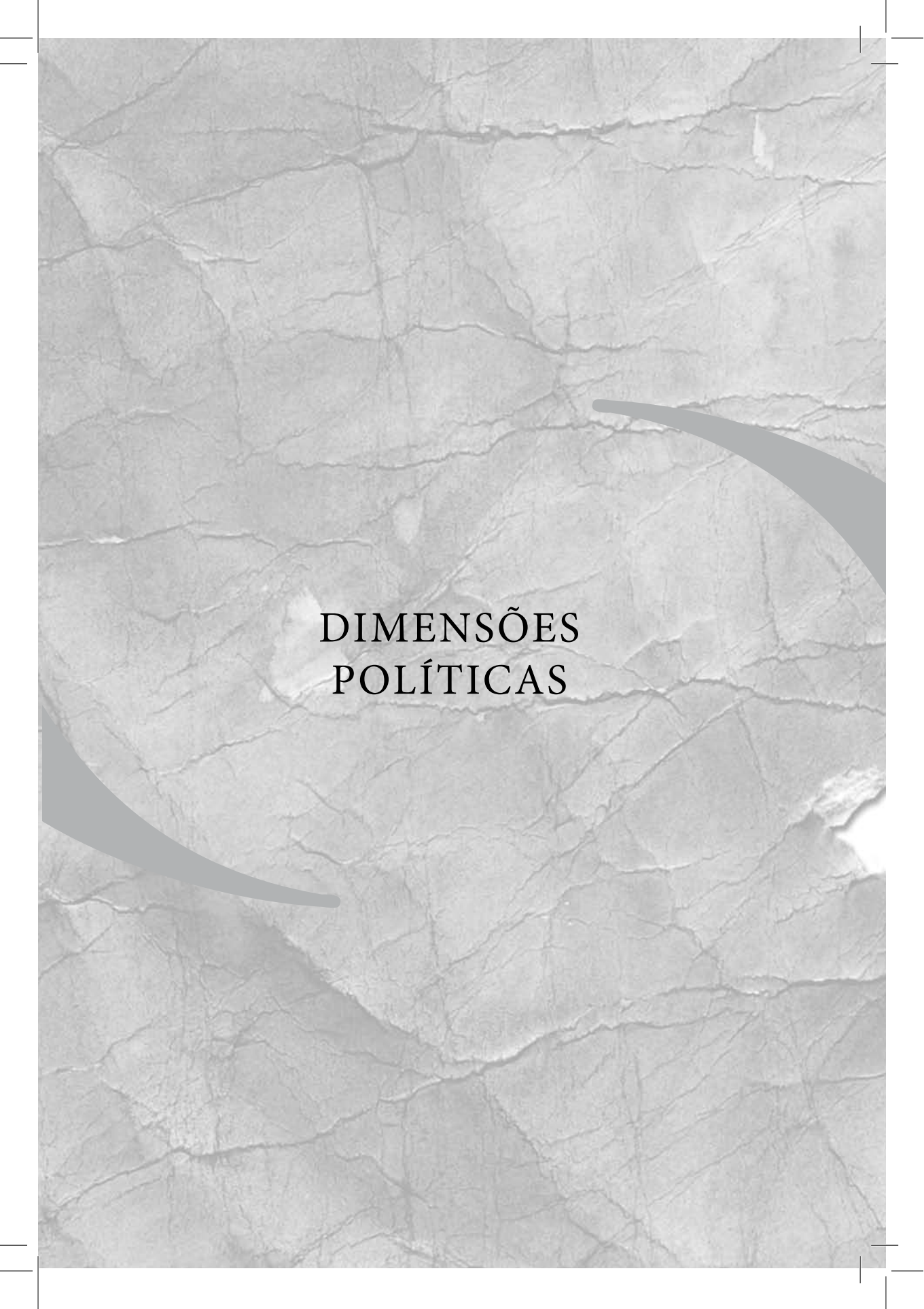
No texto “Mulher e literatura – periódicos acadêmicos nacionais”, Cristina Stevens faz um balanço da produção de estudos veiculada nestes tipos de periódicos, sua contribuição para a literatura e, mais adiante, da contribuição específica da literatura para o campo de estudos feministas e de gênero. Este percurso nos leva ao marco fundador do periodismo feminino brasileiro, o *Jornal das Senhoras* de 1852, revisitando em seguida os periódicos do período da ditadura militar, *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, chegando aos contemporâneos, como

os *Cadernos Pagu*. Dando seguimento ao tema, Eva Blay em “Memória: que memória?” faz um levantamento dos avanços e dificuldades do feminismo na atualidade, usando como fonte principal a produção acadêmica sobre gênero apresentada no XXVII Congresso Internacional de Sociologia, realizado pela International Sociological Association (ISA) em agosto de 2010, em Gotemburgo, na Suécia. A autora destaca a questão da violência contra as mulheres e aquilo que se considera “concordância”, que ela analisa como “impotência”.

Ações e dificuldades são temas ainda do artigo “*Caderno Espaço Feminino*: a luta pela sobrevivência continua”, de Vera Lúcia Puga, que narra a formação do NEGUEM – Núcleo de Estudos de Gênero, Violência e Mulheres – em 1992, sua atuação em várias esferas e a criação da revista *Caderno Espaço Feminino*. A autora faz também uma reflexão sobre as dificuldades com financiamentos e com os órgãos de avaliação de periódicos.

Esta última seção do livro termina com a temática gênero e escola, trazida por dois artigos. João Renato Nunes parte de um estudo de caso (na Escola de Referência em Ensino Médio Oliveira Lima – São José do Egito, Pernambuco) para construir a argumentação do texto “Discutindo gênero na escola: por uma abordagem científica e interdisciplinar”, onde analisa os resultados de um projeto pedagógico instituído na escola com objetivo de analisar e debater as relações de gênero de forma científica e interdisciplinar. O outro é “Gênero e diversidade na escola: notas para a reflexão da prática docente”, de Paula Regina Costa Ribeiro e Raquel Pereira Quadrado, que apresentam uma análise, a partir dos referenciais teóricos dos estudos culturais e das relações de gênero, dos resultados positivos do curso *Gênero e Diversidade na Escola*, promovido pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Este primeiro livro, que garante a continuidade das discussões levantadas no *Fazendo Gênero* 9, busca abordar a diversidade global contemporânea de pessoas, signos e bens, enfocando os desafios e lutas que perpassam muitas das experiências de indivíduos e grupos inseridos nesses fluxos, tocando dimensões de diversidade, gênero e sexualidade. Isso é levado adiante numa perspectiva feminista, na qual estão presentes os ideais de igualdade, autodeterminação e dignidade. Convidamos leitoras e leitores a compartilharem conosco as páginas que se seguem e que se propõem instigantes e politicamente engajadas.



DIMENSÕES POLÍTICAS

GÊNERO E *PERFORMANCE* NA OPOSIÇÃO À DITADURA MILITAR NOS ESTADOS UNIDOS, 1970-1977

James N. Green

Em 1970 Julian Beck, Judith Malina e seu grupo teatral de vanguarda, o *Living Theater*, aceitaram um convite para visitar o Brasil e trabalhar com o Teatro Oficina, baseado em São Paulo¹. Os planos de colaboração de ambos encontraram dificuldades e por isso o *Living Theater*, anarquista e libertário, transferiu-se para a pitoresca cidade barroca de Ouro Preto. A presença de um bando de europeus e norte-americanos cabeludos e de hábitos livres, junto com alguns brasileiros e latino-americanos que haviam se juntado ao grupo, revelou-se perturbadora para os costumes de pelo menos alguns dos habitantes da cidade, assim como para a polícia brasileira (TYTEL, 1995, p. 274-304; RYAN, 1971, p. 21-29; MALINA, 2002; GEORGE, 1992, p. 66-69).

Em 1 de julho policiais do Departamento de Ordem Política e Social prenderam a maior parte do elenco, acusando-os de posse de maconha². Embora os membros do grupo fumassem livremente em sua casa, é plausível acreditar que a polícia tenha colocado uma grande quantidade no recinto a fim de justificar a detenção (MALINA, 2002). Dois membros do grupo que escaparam da prisão voltaram a Nova York e iniciaram uma campanha internacional para a libertação de Beck, Malina e o restante do *Living Theater*.

A imprensa norte-americana e europeia rapidamente se ocuparam do assunto. Em uma campanha internacional liderada por Alan Ginsberg, com

1 Este artigo é baseado na pesquisa para o livro *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-85*. GREEN, 2009.

2 Ver 'Continuaram na prisão os 13 do *Living*', 1971, p. 14.

apoio de Leonel Bernstein, Marlon Brando, Bob Dylan, Jane Fonda, Mick Jagger, John Lennon, Shirley McLaine, Yoko Ono, Andy Warhol, Tennessee Williams, um numeroso grupo de outros artistas, intelectuais e celebridades assinaram uma petição exigindo “a libertação de um grupo de artistas de reputação internacional, cujo encarceramento priva o mundo de uma fonte de arte elevada”³. Os adeptos do *Living Theater* organizaram piquetes diante do consulado brasileiro na cidade de Nova York e conseguiram que diversos senadores e o prefeito de Nova York enviassem telegramas em favor da *troupe* encarcerada⁴. Artistas, intelectuais e políticos da oposição no Brasil também se juntaram à campanha⁵. A imprensa brasileira deu ampla cobertura à prisão e à investigação que inicialmente parecia ser uma simples notícia sobre um grupo de artistas norte-americanos de vanguarda preso por posse de drogas. O *glamour* em torno das celebridades internacionais que cercava o caso proporcionava boa publicidade e a natureza aparentemente apolítica da detenção permitia aos jornalistas driblar os censores numa época em que o regime militar procurava impedir que a imprensa publicasse artigos que indicassem oposição doméstica ou internacional à ditadura. Após um encarceramento superior a dois meses, o governo brasileiro cedeu à pressão internacional e emitiu um decreto determinando a expulsão dos membros europeus e norte-americanos do grupo⁶.

Como tento documentar no livro *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos 1964-85*, um grupo de acadêmicos e exilados havia iniciado uma campanha contra a tortura no Brasil no começo do ano 70 que incluía entre outras atividades reunir dezenas de assinaturas de figuras religiosas e estudiosos eminentes para denunciar a repressão no Brasil. A prisão do *Living Theater* no ano seguinte representou apoio de liberais de classe alta, estrelas de Hollywood, intelectuais de esquerda e políticos liberais. Embora a polícia não tivesse maltratado Beck e Malina durante a detenção, a campanha internacional assemelhou a situação deles à de outros presos nos cárceres brasileiros. Ao regressarem aos Estados Unidos, eles cumpriram a promessa feita aos presos políticos de espalhar a notícia sobre a situação no país. Durante vários anos após o fato, deram entrevistas em que denunciavam a natureza repressiva do governo brasileiro⁷.

3 AMERICAN COMMITTEE FOR THE DEFENSE OF THE LIVING THEATER, 1971 - Cópia dos arquivos do autor.

4 Ver “Living Theater”, 1970-71; “Até prefeito de Nova Iorque pede liberdade para o *Living!*”, 1971, p. 5.

5 Ver “Living, o manifesto dos intelectuais a Médici”, 1971, p.

6 Ver “DOPS solta 8 do *Living Theater*”, 1971, p. 11.

7 Ver, por exemplo, “The Living Lives: How and What it Lives By”, 1971, p. 1.

Após a bem sucedida campanha internacional do outono de 1971 que pressionara o governo brasileiro a deportar o elenco do *Living Theater* em vez de processá-los por posse de maconha, o grupo se recompôs novamente na cidade de Nova York. Durante o ano e meio seguinte, Julian Beck e Judith Malina passaram grande parte do tempo fazendo palestras em universidades em todo o país a fim de arrecadar recursos para sustentar a *troupe* enquanto se reajustavam à situação política em mutação nos Estados Unidos (TYTEL, 1995, p. 304-317). Em 1973 e 1974 o *Living Theater* realizou uma turnê pelo país com uma nova apresentação que em parte denunciava a tortura e tratamento dos presos políticos no Brasil⁸. Quase trinta anos após a primeira representação, Judith Malina recordou a origem da peça:

Quando saímos da prisão, perguntamos aos prisioneiros que tinham ficado: “Que podemos fazer por vocês?” (...) Todos responderam: “Digam a todo mundo como são as coisas aqui. Mostrem o que estão fazendo conosco”. Por isso desenvolvemos uma peça chamada “Sete meditações sobre sadomasoquismo político”, na qual uma cena é uma reconstituição de tortura policial muito comum naquela prisão em que ficamos, junto com muitas outras pessoas no Brasil na época (MALINA, 2002).

Embora nenhum dos integrantes norte-americanos e europeus do grupo teatral tivesse sofrido violência física durante o encarceramento, Ivanildo Silvino de Araújo, brasileiro que fazia parte do elenco, alegadamente recebera choques elétricos no pau de arara (Ibid). Ele acabou por se reunir com o *Living Theater* nos Estados Unidos e representou o papel de prisioneiro político perseguido em uma das cenas da criação coletiva intitulada “Meditação sobre Violência com um texto sobre repressão policial”. A representação das “Sete Meditações” em universidades e outros locais em todo o país combinava a reprodução da tortura com uma acusação contra o apoio do governo norte-americano ao regime brasileiro. Enquanto os atores que representavam o aparelho policial repressivo brasileiro ministravam choques cada vez mais intensos de corrente elétrica simulada, Julian Beck lia declarações vindas das audiências na Comissão de Relações Exteriores do Senado feitas em 1971 pelo senador Frank Church sobre os programas policiais no Brasil patrocinados pelos Estados Unidos.

8 O roteiro de *Seven Meditations* é uma descrição detalhada do espetáculo na Universidade de North Carolina em Chapel Hill que apareceu em *Fag Rag*, 1973, p. 13-20.

Qual seria o elemento tão claramente perturbador e politicamente estimulante naquela representação estilizada de tortura? Naturalmente, não temos meios para medir os pensamentos e reações emocionais das plateias que assistiam ao *Living Theater*, e tampouco sabemos que impacto elas tiveram em suas vidas. O poder da cena surgia de algo mais do que a visão da perseguição brutal e sádica a uma vítima inocente, representada em movimentos precisos e dolorosamente lentos. Uma constelação de símbolos e significados permeava a representação. Para uma geração de ativistas que atingia a maioridade no final da década de 1960, a imagem popularizada de Che Guevara com os cabelos revoltos, a barba indomada e o boné negro com a estrela vermelha personificava uma masculinidade revolucionária. Conforme ficou bem documentado, em 1965 Che deixou o cargo de ministro da Indústria em Cuba a fim de apoiar o movimento revolucionário no Congo. Ao fracassar essa iniciativa, ele se transferiu para a Bolívia, onde foi morto em 8 de outubro de 1967 enquanto procurava construir uma base revolucionária no interior, numa região estrategicamente colocada próxima à Argentina e ao Brasil, mas totalmente inóspita para a guerra de guerrilhas. Sua morte trágica no final daquele ano o entronizou como figura emblemática e constante para a juventude internacional e as mobilizações estudantis de 1968, de Paris a Berkeley, do Rio de Janeiro à Cidade do México. O sacrifício do Che pela causa o ligou a uma geração que rejeitava o materialismo capitalista e considerava que as lutas dos povos em todo o Terceiro Mundo estavam ligadas a suas próprias preocupações nos Estados Unidos.

Nas mentes de algumas pessoas entre os espectadores dessas representações a óbvia ascendência africana de Ivanildo Silvino de Oliveira pode havê-lo dissociado um pouco da imagem de um revolucionário latino-americano como Che Guevara, com características fisionômicas europeias e cabelos negros ondulantes. No entanto, para muitos da geração jovem que assistira à peça teatral, os revolucionários vinham de todas as raças. Malcolm X, os *Black Panthers*, Ho Chi Minh e Nelson Mandela simbolizavam resistência ao “sistema” tanto nacional quanto internacionalmente. Para os espectadores que conheciam pelo menos alguma coisa sobre a história e cultura do Brasil, ver uma pessoa no pau de arara, o que poderia parecer representar um “verdadeiro” revolucionário brasileiro, conferia ainda mais legitimidade à representação.

O conjunto do *Living Theater* preferiu não representar o estupro de uma revolucionária sob tortura, embora sem dúvida tivessem ouvido falar em tais incidentes durante o encarceramento em 1971 e no curso da campanha que levaram

a cabo nos Estados Unidos após serem expulsos pelo governo brasileiro. Durante o tempo que passou na prisão, Judith Malina fez amizade com uma prisioneira política que tinha sido detida por alegações de envolvimento em um atentado à bomba. Malina publicou também seus “Diários do Cárcere” em um jornal local, *O Estado de Minas*, na esperança de ajudar outros prisioneiros, a maior parte dos quais tinham estado metidos na luta armada (MALINA, n. 5, 2002, p. 410; TYTEL, n. 12, p. 411, 1995). Ao preferir seguir um metarroteiro que glorificava o rebelde masculino, a cena de tortura apresenta uma galharda figura masculina que resiste até o amargo fim apesar de sua vulnerabilidade (tal como resistiu o Che no relato mítico de sua história). Enquanto o corpo do homem é exposto, violado e sofre dor extrema, nenhum dos camaradas é traído. A pessoa torturada não revela informações que comprometam a revolução. Mesmo diante de toda a sua vulnerabilidade, ele permanece sendo um “verdadeiro” revolucionário.

O poder da cena também repousa na imagem chocante do revolucionário desnudado, com a masculinidade ameaçada pelas correntes elétricas que pulsam em direção ao ânus. O protagonista juvenil, apanhado em uma onda de repressão e em desvantagem numérica, não apenas é espancado e torturado, mas também sexualmente violado, ainda que em forma simbólica. Recordando a cena, Malina comentou seu efeito sobre a plateia: “O impacto era grande por dois motivos - e culturalmente isso é importante: a relação entre o tabu sexual e o horror do tabu sexual. Por isso o chamamos sado-masiquismo político, que é o horrível ponto de encontro entre o sadismo, isto é, a crueldade sexual e a crueldade política” (MALINA, 2002).

Esse rompimento da noção da impenetrabilidade do corpo masculino cria uma cena em completo conflito com as normas aceitáveis de tratamento adequado para com a forma masculina, e como notou Malina, deixava a plateia inteiramente perturbada.

A representação do *Living Theater* oferecia uma reconfiguração simbólica do corpo brasileiro ou, neste caso, do corpo masculino. Nessas representações já não se trata de Brasil como um país de carnaval e prazer sensual onde garotas bonitas andam em areias brilhantes sob um sol radioso. Ao contrário, o corpo (masculino) se torna receptáculo de comportamento sádico, quase inexplicavelmente violento. Corpos femininos bronzeados que se encaminham para o mar se transformam em corpos prostrados e emasculados que gritam de dor. O revolucionário torturado, motivado pelo idealismo e pelo comprometimento político, é tratado com desumanidade abjeta. Uma nova

imagem então se fixara na constelação de representações do Brasil que circulavam internacionalmente nos anos 70.

Desfiles de moda e corpos desaparecidos

Enquanto o *Living Theater* ensaiou o seu novo espetáculo em Nova Iorque, as cadeias e centros de tortura no Brasil ainda estavam superlotados. Entre os presos políticos estava Stuart Edgar Angel Jones, de vinte e seis anos, ex-estudante que se tornara guerrilheiro (COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 1996, p. 398-400). O jovem opositor da ditadura era um dos líderes do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR 8), que participara do sequestro do embaixador norte-americano em setembro de 1969. Stuart Angel era filho de Norman Angel Jones, cidadão norte-americano, e Zuleika Angel Jones, modista conhecida internacionalmente com o nome profissional de Zuzu Angel. Levado ao “Paraíso”, como os prisioneiros políticos sarcasticamente chamavam o centro de interrogatório do Serviço de Informações da Aeronáutica, localizado na base aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, ele desapareceu.

Como havia ocorrido com muitas outras mães de famílias de classe média cujos filhos e filhas tinham sido apanhados na implacável rede dos militares contra a esquerda, a busca do filho transformou Zuzu Angel. “Só penso em trabalhar e ganhar dinheiro para dar o melhor aos meus filhos” (VALLI, 1987), suspirou ela em suas memórias inacabadas, *My Way to Death*, título em inglês dado por ela à coleção de elucubrações que documentam a busca e a infinita frustração de não saber o destino do filho. “Agora tenho que entrar nessa política e virar militante. A procura do meu filho, e depois dos filhos das outras, me envolveu completamente. (Justamente) quando a minha moda já estava fazendo sucesso e parecia, finalmente, que ia dar certo financeiramente” (VALLI, 1987, p. 31-32). Em algum momento nos dias seguintes um telefonema anônimo avisou a mãe de Stuart Angel de que deveria constituir um advogado a fim de defender o filho, que tinha sido preso (JONES, 2002). Assim começou o que em conversas conosco algumas famílias de prisioneiros políticos e de “desaparecidos” denominaram seu ‘calvário pessoal’, uma angustiante *Via Dolorosa* que os levava de delegacias de polícia a quartéis, hospitais militares, oficiais de patente elevada, apelando, suplicando, lisonjeando e subornando qualquer pessoa para poder ter notícia de um ser amado. Quase imediatamente depois de receber a notícia da prisão do seu filho, Zuzu Angel contratou o advogado

especializado em direitos humanos Heleno Cláudio Fragoso para ajudá-la a encontrar o filho (FRAGOSO, 1984, p. 157-163).

Embora Zuzu Angel estivesse separada do marido, ela mobilizou também os parentes nos Estados Unidos a fim de ajudar a localizar o único filho homem. Em 25 de maio, o tio de Stuart Angel, cidadão norte-americano, mandou um telegrama à embaixada norte-americana no Rio de Janeiro solicitando assistência no fornecimento de informações sobre o sobrinho. Duas semanas depois, o cônsul norte-americano James W. Reardon respondeu que a polícia carioca não conseguira localizar nenhum registro de prisão de Stuart Edgar Angel Jones. No entanto, informou a família de que:

Está preso um certo Stuart Edgar Angel *Gomes*, procurado por quatro acusações distintas de assalto. No entanto, o sr. Gomes fugiu e não se sabe seu paradeiro atual. Dado o fato de que três nomes são idênticos e que Gomes é provavelmente uma corruptela de Jones, acredito que muito provavelmente essa informação da polícia diga respeito a seu sobrinho⁹.

A notícia de que um prisioneiro político fora detido e em seguida escapado era sinal ameaçador. Em geral significava que a pessoa havia morrido durante o interrogatório. Após vários meses de persistente busca de informações sobre o filho, o calvário de Zuzu Angel chegou à imprensa dos Estados Unidos. Uma reportagem da Associated Press (AP) intitulada “Brasileiro torturado até a morte” (1971) relatava que um parlamentar brasileiro havia exigido uma investigação sobre “o desaparecimento do filho de vinte e seis anos de um norte-americano e uma figurinista mundialmente famosa. Afirma-se haver indícios de que o desaparecido, Stuart Jones, foi torturado na prisão até morrer”¹⁰.

O artigo atraiu a atenção de funcionários do governo norte-americano. No mesmo dia em que a notícia da AP passou pelos fios do serviço noticioso, o Departamento de Estado solicitou detalhes do caso à embaixada do Brasil em Washington. O telegrama assinalava: “A imprensa e a TV aqui noticiam alegações de tortura e morte de um certo Stuart Jones pela Aeronáutica Brasileira no Rio, em maio passado”. O Departamento de Estado pediu maiores informações, inclusive a nacionalidade de Jones que, “segundo se afirma, é filho de uma cidadã norte-americana naturalizada”¹¹.

9 Reprodução da carta em VALLI, 1987, p. 214.

10 Ver “Brazilian Tortured to Death?” 1971, p. 3.

11 “Stuart Edgar Angel Jones”, Washington a Brasília e Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1971, Caixa 2133, Arquivo Nacional, Washington.

Funcionários da embaixada no Brasil deram informações a Washington sobre as investigações que haviam feito sobre Jones no fim de maio e início de junho, assim como detalhes de uma reunião posterior com Heleno Fragoso, o advogado que representava Zuzu.

Em conversa com o advogado da família de Jones, Heleno Fragoso, foi exibido a um funcionário da embaixada o original da carta do Cônsul, que está nos arquivos do advogado. Na provável eventualidade de que as forças de segurança do governo do Brasil continue a negar ter conhecimento da prisão de Jones, é muito possível que Fragoso e a família de Jones procurem dar conhecimento ao público do conteúdo da carta, o que colocaria a embaixada em situação embaraçosa ao contradizer a afirmação do governo do Brasil no que concerne a assuntos internos brasileiros (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, 1971).

Segundo o telegrama, o governo norte-americano havia recebido o esclarecimento “em consequência de um pedido de rotina à polícia do estado da Guanabara... (a qual) forneceu essa informação a escritório de contato policial regional de segurança” (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, 1971).

Temendo uma desavença entre o Brasil e os Estados Unidos caso Zuzu ou seu advogado divulgassem a informação obtida por meio de fontes do governo norte-americano, o embaixador dos Estados Unidos, Rountree, informou Washington de que “devido à circunstância acima mencionada, a embaixada não pretende, repito, não pretende, neste momento, divulgar a fonte de sua informação à família Jones” (DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, 1971).

Com o caminho barrado pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos, Zuzu continuou seguindo inúmeras pistas, todas as quais se revelaram falsas, até ficar sabendo por várias fontes o provável destino do filho. Após ser preso, Stuart fora torturado com grande selvageria e aparentemente revelou muito pouca informação. Alex Polari, que fora “interrogado” na mesma sala com ele - mais tarde naquele dia, escreveu:

No mesmo dia, 14 de maio, os interrogatórios prosseguiram com as idas e vindas da sala de tortura. Antes, durante a tarde, ouvi durante muito tempo um grande alvoroço no pátio do CISA. Havia barulho de carros sendo ligados, acelerações, gritos, perguntas e uma tosse constante de engasgo e que pude notar que se sucedia sempre às acelerações. Consegui com muito esforço, devido a minha situação física, olhar pela janela que ficava a uns dois metros do chão e me deparei com algo difícil de esquecer. Junto a um sem número de torturadores, oficiais e soldados, Stuart, já com a pele semiesfolada,

era arrastado de um lado para outro do pátio, amarrado a uma viatura e, de quando em quando, obrigado, com a boca quase colada a uma descarga aberta, a aspirar os gases tóxicos que eram expelidos (VALLI, 1987, p. 154-155)¹².

Polari relatou também que seus carcereiros haviam feito comentários cínicos e que Stuart iria “alimentar os peixes na restinga”. Esse comentário se referia aos rumores generalizados de que os cadáveres dos prisioneiros que morriam na tortura “seriam transportados de helicóptero até Restinga de Marambaia (área militar) e de lá lançados em alto mar” (VALLI, 1987, p. 160).

Em agosto de 1971 o advogado de Zuzu Angel apresentou uma versão da denúncia de Polari sobre a morte de Stuart Angel à Comissão Brasileira de Direitos Humanos, controlada pelo governo. O deputado Pedroso Horta, líder da minoria e membro do partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), também requereu ao ministro da Justiça Alfredo Buzaid que investigasse as acusações de Fragoso. Mesmo com os crescentes indícios de que as autoridades haviam efetivamente assassinado seu filho durante o interrogatório, Zuzu Angel manteve a esperança de que ele miraculosamente aparecesse vivo. No entanto, apesar de todas as tentativas desesperadas de localizar o filho (ou seu cadáver), ela continuou a encontrar becos sem saída.

Começando com recursos modestos, mas com infinita energia e otimismo, Zuzu Angel havia passado de modista com um pequeno atelier em sua própria casa em Belo Horizonte a *designer* de moda em uma boutique elegante do Leblon, no Rio de Janeiro. Na década de 1960 ela vestia os corpos bronzeados das beldades cariocas com longos vestidos esvoaçantes, estampados floridos e enfeites de renda do nordeste do Brasil. A primeira dama brasileira, Yolanda Costa e Silva, vestiu uma de suas criações na visita da Rainha Elizabeth II ao Brasil em 1968. No ano seguinte, o Conselho Nacional Feminino a homenageou como Mulher do Ano. Joan Crawford a apresentou ao mundo da moda de Nova York em 1968 (SHEPPARD, 1968, p. 10) e em 1970 a empresa Bergdorf Goodman, uma das principais lojas de departamentos de Nova York na época, comprou toda a coleção desenhada por ela (Ibid). Kim Novak, Margot Fonteyn, Lisa Minnelli e Faye Dunaway estavam entre as que usaram suas roupas de marca.

12 VALLI, 1987, p. 154-155. Pouco depois da morte de Stuart Angel, Alex Polari conseguiu mandar a Zuzu Angel notícias do que havia visto. Em maio de 1972 ele escreveu também uma carta de seis páginas a ela, detalhando o que sabia sobre a prisão, tortura e morte de Stuart, tirando-a ocultamente da cadeia. Embora Zuzu Angel soubesse da existência da carta, ela explicou mais tarde que temia recebê-la porque isso significaria o fim da esperança de que o filho tivesse conseguido sobreviver e estivesse em algum lugar. VALLI, 1987, p. 160.

Num mercado internacional que se apoiava em antigos estereótipos sobre o Brasil, o primeiro desfile de moda de Zuzu Angel nos Estados Unidos recordou Carmen Miranda com barriguinhas de fora e turbantes de baianas para serem usados em trajés informais de festa. Zuzu prontamente reconheceu a referência. “Carmen - que morava no Rio de Janeiro, como eu - se vestia ao estilo da Bahia porque esse é nosso estilo nacional. Naturalmente, ela exagerava” (MORRIS, 1970). A própria Zuzu exagerava ao tomar emprestadas outras imagens folclóricas do Brasil. No mesmo desfile, ela criou uma elegante Maria Bonita vestida de seda estampada amarela, roxa e turquesa ao estilo gaúcho, com um grande chapéu de cangaceiro estilizado. A modista usava as pedras semipreciosas de Minas Gerais para dar brilho a seus modelos. Aproveitando o artesanato popular brasileiro, Zuzu enfeitava os vestidos de noiva com as delicadas rendas do nordeste. Suas novas criações cobriam o corpo feminino com referências à natureza do Brasil e à sua cultura exótica. Segundo os críticos norte-americanos de moda, o tema recorrente na coleção era “o pássaro tropical, pássaros bordados, pássaros de contos de fadas e multidões de coloridos pássaros da selva” (KUNZ, 1971, p. 2-B).

O desfile de moda na residência do cônsul geral do Brasil e senhora Soutello Alves em Nova York, em 13 de setembro de 1971, no entanto, acabou mostrando uma imagem muito diferente do Brasil. No dia do desfile Zuzu falou com Thomas Dine, assessor administrativo do senador Frank Church. A modista havia pedido a membros do Congresso Norte-americano apoio a seus esforços para pressionar o governo brasileiro a localizar o filho, que ela ainda esperava que não estivesse morto e sim que houvesse miraculosamente sobrevivido e estivesse detido em algum lugar. Ela escreveu uma carta apressada a Dine explicando que a busca do filho havia afetado seu trabalho.

Há quatro meses, quando comecei a pensar nela (a coleção), eu me inspirei nas flores coloridas e nos belos pássaros de meu país. Mas, então, de repente, esse pesadelo entrou em minha vida e as flores perderam o colorido, os pássaros enlouqueceram e produzi uma coleção com um enredo político. É a primeira vez, em toda a história da moda, que isto acontece. Assim, espero que esta noite conseguirei fazê-los pensar no assunto, com esta coleção. Peço que me perdoe por esta longa carta, por esta grande tragédia latino-americana levada ao seu conhecimento... [sic] (apud VALLI, 1987, p. 50).

A filha de Zuzu Angel, Ana Cristina, que na época estudava na Universidade de Columbia, recorda que logo depois de haver recebido o convite para o desfile

na casa do cônsul sua mãe resolveu utilizar a oportunidade para fazer um pronunciamento público a respeito do filho, recentemente desaparecido (JONES, 2002). A Associated Press deu cobertura ao desfile de modas politizado por meio de seu serviço noticioso, que foi objeto de artigos em jornais nos Estados Unidos e no Canadá¹³. Bill Cunningham, que redigiu a notícia do evento no *Chicago Tribune*, no entanto, não deu relevo a seu conteúdo político. “Os protestos por meio da moda são raros e poucas vezes têm êxito. A atividade de moda fala com mais clareza quando é alegre” (CUNNINGHAM, 1971, sec. 2, p. 1). Mesmo assim, fez uma descrição que não estava na reportagem da AP: “A própria *designer* usou um vestido longo preto, com um lenço dramático e um cinto feito com cem pequenos crucifixos de prata. Do pescoço pendia um anjo branco de porcelana” (Idem). Vários modelos usaram também faixas no braço, em sinal de luto por cima dos vestidos de algodão xadrez. Cunningham relatou que em vez dos estampados coloridos e imagens tropicais costumeiras, “ela mandou bordar gaiolas por cima dos pássaros, pintou balas de canhão que alvejavam “anjos” e fez colocar quepes militares sobre rostos macilentos de crianças, com pombas negras” (Idem).

No final do desfile, Ana Cristina cantou suavemente a canção “Tristeza”, melodia vibrante do Carnaval de 1966 cuja letra, ao contrário, é docemente melancólica. Em silêncio, a plateia parecia estupefata com o impacto do pronunciamento de Zuzu Angel através da moda. Mais de três décadas depois, Ana Cristina recordou o acontecimento:

A reação? Eles ficaram sem saber como reagir. Estavam chocados. Houve um aplauso muito tímido. No início (do desfile) as pessoas não notaram. Era uma coisa que ia aumentando aos poucos. De qualquer maneira todos se comportaram normalmente em relação a ela. Muitos sorrisos e beijos. As pessoas do mundo norte-americano da moda que conheciam minha mãe a apoiaram muito. Já sabiam do sofrimento dela. Todos sabiam do sofrimento de minha mãe, somente o Brasil não sabia (JONES, 2002).

Após o espetáculo, Zuzu Angel declarou à imprensa: “Continuarei a bater em todas as portas para que o mundo tome conhecimento - se necessário, por meio de minhas criações de moda” (*Fashion Takes Political Turn*, 1971, p. 2-B). A foto de Zuzu foi publicada junto com o artigo da Associated Press, mostrando uma mulher que fitava a câmara com olhar esgazeado e exausto.

13 A reportagem apareceu com títulos diferentes. REDMONT, 1971, p. 7; “Designer’s Fashions Make Plea for Her Lost Son”. 1971, p. 90; “Fashion Takes Political Turn”, 1971, p. 2B.

O impacto de seu desfile de moda nos Estados Unidos sobre a plateia norte-americana mais ampla deve ter sido no máximo brevíssimo, havendo o artigo enviado pelo serviço noticioso aparecido em uma série esparsa de seções femininas em jornais diários em todo o país. Em 1971, no entanto, a cobertura de imprensa sobre a tortura sistemática no Brasil já surgia mais constantemente na mídia, e a persistente campanha de Zuzu Angel no Brasil foi um espinho para os militares. Em 15 de agosto de 1971 a Associated Press enviou uma foto de Stuart pelo serviço noticioso com a legenda: “Desaparecido - Stuart A. Jones, desaparecido no Brasil por período indeterminado. É filho de Norman A. Jones e Zuleika A. Jones, *designer* brasileira de moda, conhecida internacionalmente como Zuzu Angel. A foto foi feita há dois anos, quando Stuart tinha 24 anos”.

Em seguida, em letras maiúsculas, vinha a advertência “VEDADA PARA O BRASIL”. Zuzu tinha conseguido convencer a agência de notícias a transmitir a foto. A fotografia simples, em branco e preto, captava o encanto de um jovem de boa presença e também se referia ao desaparecimento de opositores, naquele caso filho de uma mulher famosa no Brasil. Os generais brasileiros sem dúvida não desejavam que o destino do filho querido de Zuzu Angel se transformasse em uma *cause célèbre*.

A mulher brasileira na Broadway

Entre 1971 e 1977 a situação no Brasil mudou dramaticamente. Em 1974 o Presidente Geisel iniciou a distensão e a oposição venceu nas eleições e novembro. Em 1976 Jimmy Carter, um governador desconhecido do estado de Geórgia, ganhou as eleições presidenciais nos Estados Unidos com um programa que incluía a defesa dos direitos humanos na América Latina. Depois da eleição, mandou a sua mulher para América Latina. Rosalyn Carter se reuniu com Presidente Geisel e também com missionários norte-americanos que tinham sido torturados na prisão. Era um sinal claro da Casa Branca que a política estadunidense não tolerava as violações graves dos direitos humanos no Brasil e no resto da América Latina.

No mesmo mês em que Rosalyn Carter voltou dos Estados Unidos após sua viagem pela América Latina, uma conhecida atriz norte-americana foi a estrela de uma produção de teatro que aludia ao Brasil em Nova York. A peça trazia às plateias norte-americanas uma metáfora dramática sobre a vida em um regime autoritário. Haviam passado seis anos desde o protesto de Zuzu

Angel, tomado em forma de criações de moda diante do *crème de la crème* da colônia brasileira em Nova York. O desfile da modista tinha representado um desafio pessoal contra o tratamento dado a seu filho pelos militares. A peça *Miss Margarida's Way*, escrita e dirigida pelo dramaturgo brasileiro Roberto Athayde e produzida por Joseph Papp, do festival Shakespeare de Nova York, fez outro tipo de desafio contra o governo brasileiro e rendeu a Estelle Parsons uma indicação para o Prêmio Tony e um Prêmio "Drama Desk" na categoria "Experiência Teatral Original".

A peça, que era uma adaptação do texto original de Athayde, *Apareceu a Margarida*, de 1973, trata de uma professora autoritária e sexualmente repressiva que instila constantemente disciplina a seus alunos - a plateia - numa alusão pouco disfarçada ao regime militar brasileiro (ATHAYDE, 1973)¹⁴. O poderoso desempenho de Parsons recebeu elogios gerais e críticas entusiásticas. Embora sem pedantismo político, o drama cria uma atmosfera de vida sob um regime repressivo. Durante os dois laboriosos atos (ou aulas para alunos do final do curso primário) a peça repreende, importuna, acossa e atormenta a plateia a fim de assegurar obediência e submissão. A professora enfrenta qualquer mostra ostensiva de resistência com mais gritos, exigindo silêncio em uma interação com os espectadores na qual ela sempre sai vencedora. O roteiro faz com que a personagem principal abuse da plateia com suas falas peremptórias. O monólogo prossegue interminavelmente, sem forma definida, modificando-se conforme a ocasião. Suas diatribes disciplinares não possuem lógica aparente e parecem tão arbitrarias e fluídas quanto à plasticidade do próprio sistema legal do Brasil sob o governo militar. As regras do jogo nunca são fixas e parece impossível atingir o comportamento adequado dos alunos¹⁵.

Segundo Parsons, o que mantinha a novidade da peça após muitas representações era a imprevisibilidade da parte que prevê a participação da plateia. "Nunca se sabe bem o que farão os espectadores... Às vezes me atiravam objetos. No intervalo escreviam frases grosseiras no quadro negro, como 'Miss Margarida tem *chatos*'" (Cue, 1977, p. 28). De fato, Miss Margarida não é uma sedutora cintilante que atrai os alunos com seu encanto sexual. Ela investe contra o sexo e a masturbação e se revela seca e castradora, escolhendo como objeto de seus abusos qualquer espectador que ouse desafiá-la seja como for.

14 Versão em inglês: *Miss Margarida's Way: Tragicomic Monologue for an Impetuous Woman*, 1977.

15 Para um debate sobre o relacionamento entre linguagem, poder e violência na peça, ver ALBUQUERQUE, 1986; UNRUH, 1986.

Em uma entrevista a um repórter do *New York Times* para a reprise em 1990, Athayde explicou: “A peça reflete meus próprios problemas na escola. Acrescentei a minhas experiências pessoais a ditadura no Brasil” (STEVENS, 1990, p. 5). A escolha da figura feminina de *Big Brother* em forma de *Big Sister* é um artifício pouco comum no impacto metafórico da peça. “Eu queria que meu símbolo de tirania fosse muito sedutor”, diz ele. “Por isso ela surgiu assim: no interior, uma mãe; no exterior, uma ditadura, e entre as duas, uma professora” (Ibid).

Pelo menos um analista literário argumentou que escolher uma personagem feminina para representar os protagonistas autoritários da repressão na América Latina atenua a natureza masculina desses regimes (BOYLE, 1989). Outros assinalaram o fato de que Miss Margarida transgride as expectativas da sociedade da mulher no papel maternal e conciliador. Em vez disso, ela age como tirana. Isso serve para elevar as reações contra essa ‘representação’ de opressão de um público... (que) se sentiria mais chocado com uma mulher que atuasse dessa maneira do que com um homem que o fizesse de maneira idêntica (SKAR, 1997, p. 55)¹⁶.

Ao contrário do desfile de modas surpresa de Zuzu Angel, de conteúdo político, os comunicados de imprensa que anunciaram a estreia de *Miss Margarida's Way* informavam diretamente o público de sua mensagem de oposição. “A peça... foi fechada pelo governo brasileiro ao ser produzida originalmente nesse país em 1973. As autoridades a consideraram uma alegoria política contra a ditadura”, concluía a nota que anunciava a primeira temporada no “Public Theater”¹⁷. Ao resumir a biografia no autor, o programa na revista *Playbill* informava:

Miss Margarida's Way foi encenada pela primeira vez na Universidade de Córdoba, na Argentina (em 1972), e depois veio a primeira produção no Rio, fechada pela polícia cinco semanas mais tarde. Posteriormente foi reaberta, depois de feitos os necessários cortes, e teve uma temporada de grande sucesso (1977).

Embora os críticos teatrais mencionassem o conteúdo político da peça, inevitavelmente relacionaram o tratamento do tema do autoritarismo com questões de autoridade, educação e disciplina. Após o título de sua crítica,

¹⁶ Ver também ALBUQUERQUE, 1991.

¹⁷ Ver “Estelle Parsons in Brazilian Play”, 1977, p. 35.

“Um drama de ‘confrontação’ trata de ditadura”, Mel Gussow, do *New York Times*, escreveu: “Miss Margarida é uma tirana, uma ditadura, e segundo a descrição do autor, ‘um terrível monstro’. Conforme o ponto de vista, ela pode ser vista como uma mãe dominadora, um político poderoso, Richard Nixon ou até mesmo Adolf Hitler” (GUSSOW, 1977, p. D-4).

Ariel Dorfman, ex-exilado chileno e professor de literatura, refletiu sobre a produção original norte-americana em uma crítica da reprise da peça por Parsons na Broadway:

Em 1977 - ano particularmente decepcionante - os espectadores podiam identificar Miss Margarida com uma ampla variedade de suas ditaduras favoritas, a começar pelo Brasil de Mr. Athayde, ou com os tristes países vizinhos da Argentina, Uruguai, Bolívia, Paraguai e o meu próprio Chile. Havia muitos outros ditadores clientes dos Estados Unidos: Somoza, o Xá, Duvalier, Marcos e os onipresentes generais na Guatemala e na Coreia do Sul. No campo rival, podia-se olhar o genocida Pol Pot ou o amado líder Kim Il Sung, ou na Europa oriental os sócios do grisalho Brezhnev, Miss Margaridas patriarcais que impunham seu socialismo burocrático (DORFMAN, 1990, p. 5-28).

A leitura das colunas de jornais e revistas sobre a peça, no entanto, não capta completamente o colorido do espetáculo e seu impacto sobre a plateia. Poder-se-ia concluir que o texto de Athayde e o desempenho de Parsons serviam como uma aula vespertina sobre os horrores do regime militar brasileiro, mas esse não era o caso.

Em uma entrevista com Estelle Parsons, cerca de vinte e cinco anos mais tarde a respeito da mensagem política que *Miss Margarida's Way* trazia ao público, ela recorda que

as pessoas raramente mencionavam o Brasil no período de perguntas e respostas que se seguia a muitos dos espetáculos. A maioria dos espectadores se referia às suas próprias experiências como professores ou alunos e mestres severos. Pareciam compreender a peça em termos do sistema educativo aqui nos Estados Unidos. Na verdade, não recordei que ninguém tenha se referido ao Brasil ou à situação política nesse país (PARSONS, 2003).

Brendan Gill, do *New Yorker*, relatou, todavia, pelo menos um diálogo após o espetáculo que indicava uma preocupação de um espectador com o amplo conteúdo político da peça:

Depois que a peça terminou, Miss Parsons e Mr. Athayde vieram à ribalta e se dispuseram a responder a perguntas da plateia. Mr. Athayde, esbelto e de cabelos escuros, tremia, mas se mostrou muito seguro de si e, ao responder a uma das perguntas, disse que em sua opinião a peça era um estudo do ego na busca do poder. Queria isso dizer que podia ser vista como um paradigma da situação política em sua terra natal, o Brasil? “Creio que é algo maior do que o Brasil”, disse ele. Uma coisa mais importante do que a geografia” (GILL, 1977, p. 91).

Deve-se entender esse comentário no contexto da época em que a produção surgiu na Broadway. Embora Athayde tivesse escrito a versão original de *Miss Margarida's Way* no auge do governo autoritário, nos últimos meses de 1977, na época em que a peça estreou em Nova York o Brasil já se encaminhava para a liberalização política. A tortura ia se tornando coisa do passado, utilizada naquele ano somente de maneira esparsa contra opositores políticos. O impacto político de utilizar a tortura como instrumento de organização para temas ligados ao Brasil já perdera a eficácia e os ativistas decididos a informar o público sobre questões relativas ao Brasil começavam a focalizar as implicações da abertura democrática que se desenrolava no país.

O comentário de Athayde de que sua peça transcende a geografia talvez seja uma das razões do sucesso em Nova York. Dorfman está correto ao mostrar que as plateias tinham uma variedade de exemplos a consultar a fim de entendê-la, pois em 1977 o discurso sobre ditaduras e direitos humanos se tornara parte do debate nacional no governo Carter. O desfile político de Zuzu Angel tinha exposto o sofrimento de uma mãe famosa, buscando o paradeiro do seu filho desaparecido. A mensagem do *Living Theater* tinha revelado ao público norte-americano o fato de que o caso de Stuart Angel não era único e deixava claro que algo estava dolorosamente errado na terra das delícias tropicais. As representações de violência e tortura tinham reformulado os estereótipos sobre o Brasil no imaginário norte-americano. Apesar disso, em 1977 a vida sob governos militares na América Latina era ainda uma noção vaga e remota para a maioria dos frequentadores de teatros, o que não era o caso do mesquinho autoritarismo das salas de aula. Na verdade, as *performances* de Zuzu Angel, do *Living Theater* e de Estelle Parsons tiveram um impacto relativo nas transformações de imagens sobre o Brasil e o corpo brasileiro no exterior.

Referências

ALBUQUERQUE, Severino João. Verbal violence and the pursuit of power. *Apareceu a Margarida. Latin American Theater Review*. v. 19, n. 2. primavera. 1986, p. 23-29.

_____. *Violent Acts: A Study of Contemporary Latin American Theater*. Detroit: Wayne State University Press, 1991.

AMERICAN COMMITTEE FOR THE DEFENSE OF THE LIVING THEATER, 16 de ago. 1971.

Até prefeito de Nova Iorque pede liberdade para o *Living*. *O Estado de Minas*. 12 de ago. 1971, p. 5.

ATHAYDE, Roberto. *Apareceu a Margarida*. Brasília: Brasília, 1973.

_____. *Miss Margarida's Way: Tragicomic Monologue for an Impetuous Woman*. Nova York: Samuel French, 1977.

BOYLE, Catherine M. Re-lectura e re-presentación de una protagonista autoritária. *Gestos* v. 4, n. 88, nov. 1989, p. 172-176.

Brazilian Tortured to Death? *Miami Herald*. 16 de ago. 1971, p. 3.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. Instituto de Estudo da Violência do Estado - IEVE, Grupo Tortura Nunca Mais - RJ e PE. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996.

Continuaram nas prisão os 13 do *Living*. *O Estado de Minas*. 4 de jul. 1971, p. 14.

Miss Margarida tem *chatos*. *Cue*, jul.-5 de ago. 1977, p. 23-28.

CUNNINGHAM, Bill. Zuzu Angel, the Vivacious Brazilian Designer... *Chicago Tribune*. sec. 2. 20 de set. 1971, p. 1.

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA. Stuart Edgar Angel Jones. Washington a Brasília e Rio de Janeiro, 16 de ago. 1971 - Caixa 2133, Arquivo Nacional, Washington.

Designer's Fashions Make Plea for Her Lost Son. *Montreal Star*. 15 de set. 1971, p. 90.

DOPS solta 8 do *Living Theater*. *O Estado de Minas*. 3 de jul. 1971, p. 11.

DORFMAN, Ariel. Can a Dictator Tell Us Something About Ourselves? *New York Times*. 25 de fev. 1990, p. 5, 28.

Estelle Parsons in Brazilian Play. *New York Times*. 18 de jul. 1977, p. 35.

Fashion Takes Political Turn. *Fort Lauderdale News and Sun*. 25 de set. 1971, p. 2-B.

FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Advocacia da liberdade: a defesa nos processos políticos*. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

Further on Stuart Edgar Angel Jones. Rio de Janeiro a Washington, Telegrama nº. 5969, 23 de agosto de 1971. Departamento de Estado dos EUA Caixa 2133, Arquivo Nacional, Washington.

GEORGE, David S. *The Modern Brazilian Stage*. Austin: University of Texas Press, 1992.

GILL, Brendan. The Divided Self. *New Yorker*. 10 de out. 1977, p. 91.

GREEN, James N. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-85*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

GUSSOW, Mel. A 'Confrontation' Drama Deals with Dictatorship. *New York Times*. 24 de jul. 1977, p. D-4.

JONES, Ana Cristina Angel. *Entrevista com autor*. 4 jun. 2002.

KUNZ, Marji. Bare Midriffs 'in' for Spring. *Detroit Free Press*. 23 de mar. 1971, p. 2-B.

Living, o manifesto dos intelectuais a Médici. *O Estado de Minas*. 12 de ago. 1971, p. 5.

LIVING THEATER. Series IX: The Living Theater in Brazil, 1970-71, Caixa 50, Pasta 06, documento 2, sem data. Billy Rose Collection, New York Public Library.

_____. Seven Meditations on Political Sado-Masochism. *Fag Rag* (Boston). outono/inverno. 1973, p. 13-20.

MALINA, Judith. *Entrevista com autor*. 1 jun. 2002.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. (orgs.). *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

Miss Margarida's Way. *Playbill*, 1977.

MORRIS, Bernardine. Another Brazilian Designer Remembers Carmen Miranda. *Palm Beach Daily News*. 18 de nov. 1970.

PARSONS, Estelle. *Entrevista com autor*. 20 mai. 2003.

REDMONT, Dennis. Politics and Fashion Mix. *The Home News* (New Brunswick, Nova Jersey). 14 set.1971, p. 7.

RYAN, Paul Rdyer. The Living Theatre in Brazil. *Drama Review*, v. 15, n. 3. 1971, p. 21-29.

SHEPPARD, Eugenia. Coluna. *Women's Daily Wear*.19 de jun. 1968, p.10.

SKAR, Stacey D. Engendering Violence in Roberto Athayde's *Apareceu a Margarida* and Plínio Marco's *Dois perdidos numa noite suja*. *Cincinnati Romance Review* n.16. 1997, p. 55.

STEVENS, Andrea. Rebelling through Poetry. *New York Times*. 5 fev. 1990, p. 5.

The Living Lives: How and What it Lives By. *Berkeley Barb*, n. 55, 26 de nov/2 dez. 1971, p.1.

TYTEL, John. *The Living Theatre: Art, Exile, and Outrage*. Nova York: Grove Press, 1995.

UNRUH, Vicky. Language and Power in *Miss Margarida's Way* and *The Lesson*. *Latin American Literary Review*. v. 14, n. 27. jan.-jun. 1986, p. 126-35.

VALLI, Virginia. *Eu, Zuzu Angel: Procuo meu filho*. Rio de Janeiro: Record, 1987.

DESLOCAMENTOS: HISTÓRIAS E SUBJETIVIDADE. UM SONHO AMERICANO, ELEMENTOS NOCIVOS E DONZELAS INGÊNUAS - SÃO PAULO 1920 - 1940

Maria Izilda Santos de Matos

Esta investigação pretende fornecer uma contribuição para o estudo dos deslocamentos numa perspectiva histórica, focalizando as experiências das mulheres imigrantes portuguesas na cidade de São Paulo no período entre 1920 e 1940. A proposta visa recuperar as ações cotidianas e os enfrentamentos nos quais estiveram envolvidas estas imigrantes. Para tanto, foi privilegiada uma documentação variada, com destaque para os prontuários do DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), os registros de imigrantes do Memorial da Imigração/SP e os processos de expulsão depositados no Arquivo Nacional/RJ.

Um território: São Paulo 1920-40

No começo do século XX São Paulo assumiu seu destino de metrópole sob o influxo do crescimento industrial, comercial e financeiro. De acordo com o censo de 1920, o número de habitantes da cidade mais do que dobrou, atingindo a cifra de 579.033 pessoas; já entre 1920 e 1940 a população novamente duplicou, saltando para 1.326.261 moradores¹. Em 1934 totalizavam 287.690 estrangeiros (destes 79.465 portugueses)², constituindo-se num mosaico diversificado de

1 Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil, 1920*, Sinopse do Recenseamento. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926.

2 Censo Estadual de 1934.

grupos étnicos e seus descendentes que, juntamente com os migrantes do interior do estado e de outras regiões do país, conviviam numa multiplicidade de culturas, tradições e sotaques.

Nos “desvairados anos 20” a cidade enfrentou: a crise de energia, a Revolução - em 1924, as consequências da crise mundial de 1929 para o café, a Revolução de 1930, a perda da hegemonia política da elite paulista e o Movimento Constitucionalista de 1932, envolvendo diretamente paulistas e paulistanos.

Apesar da crise econômica dos anos 1930, ações governamentais contornaram a situação da produção cafeeira, cujas exportações voltaram a crescer. Por outro lado, mesmo frente às dificuldades (1928-32), a indústria continuou se desenvolvendo, atingindo altos índices no período subsequente (1932-39). Assim, as décadas de 1930, 40 e 50 conheceram a consolidação e expansão da industrialização, bem como o crescimento dos setores comerciais e de serviços.

As inversões no setor imobiliário ganharam impulso, possibilitando novas edificações, tornando São Paulo “a cidade de um edifício por hora” (MORSE, 1970, p. 365), com a redefinição de territórios como novas áreas comerciais e financeiras, além da zona da boemia e do meretrício.

Inicialmente, as intervenções urbanas concentraram-se na área do Triângulo Histórico (Ruas Direita, 15 de novembro e São Bento), nivelando, realinhando ruas, estimulando a reforma e a reconstrução de edifícios, visando tornar a área mais elegante. Posteriormente, intensificou-se a expansão urbana em direção ao Centro Novo (entre o Anhangabaú e a Praça da República).

Nos anos 1930 e 40 os prefeitos Fábio Prado e Prestes Maia implementaram o Plano Avenidas. Seguiu-se um “bota abaixo”, até então inusitado: abrindo avenidas, alargando ruas, refazendo ligações viárias, construindo parques, jardins e praças.

A área do Triângulo Central era dinamizada com as atividades dos negócios e serviços (bancos, escritórios, dentistas, médicos, advogados, costureiras e alfaiates finos) e um comércio amplo e variado (produtos importados e nacionais, lojas refinadas e de variedades) que se somavam às novas possibilidades de lazer e diversões (confeitarias, restaurantes, cafés), atividades culturais (teatros, cafés concerto, cinemas) e intelectuais (bibliotecas, livrarias, cursos, Faculdade de Direito, Escola de Comércio Álvares Penteado).

Por este território circulavam profissionais liberais, intelectuais, artistas e estudantes. Também se podia notar a maior presença feminina, como trabalhadora e consumidora, já que no Triângulo concentravam-se as lojas e confeitarias, o que permitia o passeio, a sociabilidade, o deslumbramento frente às vitrines

elegantes com uma ampla variedade de produtos expostos e já propagandeados nas revistas.

Os territórios de lazer noturno contribuíam para ampliar o caráter metropolitano, tornando a cidade polo de atratividade a partir das diversões e espetáculos. Integrava-se num sistema amplo de relações culturais marcado pela busca de prazeres e distrações, novos e variados ambientes de diversão, alguns mais, outros menos sofisticados: confeitarias, bares e restaurantes, teatros, cafés-concerto, cafés-cantantes, cinemas, também bordéis e cabarés. A prostituição foi se estratificando: as mais refinadas atendiam com discrição. Elegantemente vestidas, circulavam nos restaurantes e confeitarias, podendo-se contar com vários bordéis e *rendez-vous* para atender à clientela³.

A cidade e as mulheres: as portuguesas no DEOPS

Esta pesquisa foi inicialmente desenvolvida no acervo do DEOPS/Arquivo do Estado de São Paulo, que conta com mais de 160 mil prontuários e 9 mil dossiês. Neste vasto corpo documental foram identificados até o momento 5.371 prontuários referentes aos imigrantes portugueses; destes, apenas 237 são prontuários de mulheres (4.5% do total).

Entre as portuguesas prontuariadas foram encontrados vários motivos para as averiguações, com destaque para os pedidos de autorização para funcionamento de casa de cômodos, pensão e hotéis (32% dos casos), querelas entre proprietárias e inquilinos (15%) e infrações à lei de economia popular (17%).

As primeiras destas questões vinculavam-se à significativa presença das portuguesas como proprietárias de pensão e casas de cômodo (fornecedoras de refeições). Para autorização de funcionamento destes estabelecimentos e comprovação de seu perfil familiar era exigência legal um documento de antecedentes da proprietária fornecido pelo DEOPS. Cabe destacar que este tipo de serviço se expandiu no processo de crescimento urbano da cidade devido à alta demanda por habitação e alocação. As pensões e casas de cômodo se localizavam por toda cidade mas, particularmente, nas proximidades das estações ferroviárias.

3 No processo de repressão a prostituição encontrava-se vinculada à reorganização do espaço urbano, com o deslocamento sucessivo das zonas de prostituição para locais reservados e ou mais afastados. Se no início do século as zonas de prostituição estavam nas ruas Libero Badaró (perto do Hotel dos Estrangeiros), entre a R. José Bonifácio e o largo de São Bento, já nos anos 1920 tinha atravessado o vale do Anhangabaú em direção ao centro novo: Av. Ipiranga, R. Timbiras, R. Amador Bueno, Aurora, Vitória e largo do Arouche, também para o Bom Retiro: R. Itaboca, Aimorés e Carmo Cintra; mantinha-se também a baixa prostituição na área da Estação da Luz, R. Senador Feijó e Riachuelo (RAGO, 1991).

Neste mesmo quadro de crescimento urbano e dificuldades com a moradia podia-se observar - entre as várias estratégias de sobrevivência e possibilidade de obtenção de uma fonte de renda utilizada pelas portuguesas - o aluguel de um cômodo, um quarto anexo ou pequeno imóvel. Algumas imigrantes, entretanto, eram donas de várias propriedades, viúvas ou herdeiras, e possuíam pecúlio e altos rendimentos no setor de aluguéis. Para umas e outras as relações estabelecidas entre locatários e locadores nem sempre foram tranquilas, como se pode perceber pelos conflitos descritos nos prontuários.

Já as infrações de economia popular⁴ denotavam a atuação das portuguesas nas atividades comerciais (açougues, padarias, armazéns, adegas, botequins, restaurantes, confeitarias e pastelarias, quitandas, leiterias). Alguns destes estabelecimentos eram familiares e para a sua instalação se aproveitava um quarto da frente da própria casa; outros, mais amplos, mostravam uma ascensão no ramo comercial.

O comércio implicava em trabalho árduo, uma longa jornada no balcão, exigindo habilidades como cativar a clientela, ser simpática e gentil com os compradores, ceder nos preços, ouvir pacientemente reclamações contra a carestia e a qualidade dos produtos, além de aceitar gracejos.

O balcão era o palco privilegiado das manifestações de antilusitanismo, convivendo-se com as tensões em torno das cobranças, os atrasos e recusa no pagamento das contas consideradas abusivas, as hostilidades, muitas vezes as brigas, denúncias à polícia, provocações, insultos. Estas tensões contribuíram para a constituição das representações do português como explorador, sovina, açambarcador e falsificador (denúncias de fraudes).

No período da Segunda Grande Guerra - particularmente - observa-se nos prontuários as solicitações de salvo conduto, autorização de transferências e mudanças. Estas práticas eram exigidas para todos os estrangeiros, sendo o controle maior para os imigrantes dos países do Eixo: italianos, alemães e japoneses.

Os pedidos de regulamentação de documentos e da situação no país apareceram por todo o período estudado. Foram menos frequentes os casos de desacato à autoridade, golpes e usura.

4 Os crimes contra a economia popular, sua guarda e seu emprego entraram para a órbita do Tribunal de Segurança Nacional, criado em 1936. Estes tipos de crimes já estavam previstos na Lei de Segurança Nacional (abril/1935), podendo ser identificados como um ardil da lógica de controle, marcante neste momento histórico. Esta lógica de dominação e controle por um lado permitia ao cidadão o reconhecimento de uma ameaça, alimentando a ilusão de estar protegido; por outro, a ação da lei passou a ser sentida, acompanhada e temida por todos - o cidadão comum, o consumidor, o comerciante, o agiota, o proprietário de imóvel, entre outros (DUTRA, 2003, p. 15).

As poucas situações de prisões abarcavam desde simples investigação a episódios mais graves, como 'elemento suspeito e/ou indesejável'. Particular é o caso apresentado no Prontuário de número 111.170/1943, envolvendo a portuguesa Rosa da Silva Espírito Santo, tecelã da Fábrica Jafet. Rosa foi acusada pela colega de trabalho Petronilha Ferreira (brasileira, negra) de ofender o então presidente da república Getúlio Vargas na ocasião do recebimento do salário devido ao desconto de 3% de bônus de guerra. As denúncias de injúria e calúnia, nem sempre com provas concretas, baseadas na palavra de um contra o outro, acarretaram o aumento de vigilância geral, abrindo brechas para vinganças e acertos de contas com desafetos, adversários ou inimigos. Nas acusações, sempre acolhidas, apareciam argumentos frágeis, parciais, tolos, algumas vezes chegando ao ridículo, atestando, majoritariamente, motivos pessoais - também presentes nos despachos.

Dos 237 prontuários de mulheres portuguesas pesquisados foram localizados três casos de encaminhamento para expulsão, porém apenas uma delas foi expulsa - Maria Beatriz Duarte, sendo o processo localizado no Arquivo Nacional/RJ.

Um caso: expulsão

Era uma terça-feira, 6 de fevereiro de 1934, faltavam somente 6 dias para o carnaval. Naquele ano a folia prometia, já se distanciavam as tristes lembranças dos conflitos da Revolução de 1932, das desordens nas ruas da cidade, o front de luta e as perdas.

Na quente tarde de verão, como fazia frequentemente, a portuguesa Maria Beatriz Duarte se arrumou muito bem, saiu de sua casa na Liberdade, Rua Barão de Iguape nº. 15 (travessa da Av. da Liberdade, bem em frente onde mais tarde se construiria a Casa de Portugal) e dirigiu-se até a R. Direita.

O movimento no Centro era intenso em função da aproximação dos festejos de Momo. Em torno das 16h30min Maria Beatriz entrou nas Lojas Brasileiras, no nº. 37 da R. Direita, dirigiu-se à seção de bijuterias para conversar com as jovens balconistas Vera e Judith, como já tinha feito outras vezes. Mas, repentinamente, foi surpreendida pela polícia, com ordem de prisão, dita em flagrante. Frente ao tumulto estabelecido foi levada à Delegacia de Costumes e Jogos.

Na Delegacia foram colhidos os depoimentos das duas jovens irmãs que acusavam a portuguesa Maria Beatriz de aliciá-las para prostituição. Em seguida, a suspeita foi liberada. Na acareação realizada dez dias depois (16/2), a acusada negou terminantemente o que lhe imputavam, desmentindo as provas apresentadas.

Esta história teve seu início alguns anos antes, em 1910, quando o vapor que trazia a família Duarte aportou no Brasil. Manuel Joaquim Duarte e Tereza de Jesus Panda vieram de Moncorvo, Distrito de Bragança, Trás-os-montes. Eles traziam três filhos: a menina Maria Beatriz Duarte, nascida em 20/12/1899, e outros 2 varões, um deles Antonio Alberto.

Não obstante, o sonho americano apresentaria surpresas e descaminhos. Em 1917, na flor da idade, com apenas 17 anos, Maria Beatriz foi deflorada por Albertino de Campos. A denúncia foi formalizada na delegacia em 24/9/1917⁵. Buscava-se remediar a situação com a oficialização do casamento, já que a jovem encontrava-se grávida. Contudo, a acusação não surtiu o efeito desejado - o casamento -, e em 18 de janeiro de 1918 nasceu a filha ilegítima Mariana dos Anjos, registrada no Cartório de Registro Civil da Bela Vista.

Reconstituir a vida como mãe solteira, dentro dos rigorosos preceitos da moral, não foi uma opção de Maria Beatriz, que adotou como meio de vida a prostituição, sendo registrada na atividade em prontuário policial desde 17 de fevereiro de 1921⁶. Os ganhos com a profissão por mais de 12 anos, as economias e controles permitiram que de inquilina das casas que frequentava, passasse a proprietária de *rendez-vous*, encontrando-se prontuariada nesta função em 18 de maio de 1932. Seu estabelecimento se encontrava localizado na Rua Barão de Iguape⁷. Conseguiu angariar outros bens, entre eles um terreno no Tucuruvi.

A manutenção e sucesso do *rendez-vous* exigiam habilidades, agradar os clientes, manter o ambiente aprazível e sempre disponibilizar novas moças⁸. Nesse sentido, que no dizer do Delegado de Costumes, Maria Beatriz buscava atrair “moças incautas”, “... ampliaram as suas atividades arrebanhando para o prostíbulo menores ingênuas com o fito exclusivo de aumentar os seus lucros, e talvez, para satisfação de sua tara de degenerescência”⁹.

5 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p.85.

6 Buscando sistematizar a ordenação social, a cafetinagem e exploração da prostituição tornaram-se questões de polícia e foco de estudos da medicina. As autoridades policiais reivindicavam a ampliação de poderes para reprimir o lenocínio e controlar a prostituição. A institucionalização da repressão pode ser rastreada desde 1896 - com os primeiros registros das prostitutas, e posterior constituição do fichário completo de mulheres públicas - com dados pessoais (1915). Estes foram acompanhados do registro e rigorosa fiscalização das casas de tolerância e *rendez vous* (1913); estas ações se ampliaram com a criação da Delegacia de Costumes e Jogos em 1924. Através de fontes diversas, pode-se obter números aproximados: foram 812 prostitutas registradas em 1914, 3.529 em 1922, 13.941 mulheres em 1925 e 10.008 em 1936 (RAGO, 1991).

7 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 18.

8 Tornar-se cafetina podia significar ascensão econômica para meretrizes que alcançavam alguma idade; implicava em possuir rendimento com imóveis para tal fim, entre suas funções a iniciação das meretrizes, sendo que se estabeleciam relações de solidariedade e exploração.

9 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 18.

As jovens aliciadas e as testemunhas foram ouvidas no dia 16 de fevereiro. Octavio Souza Soares, gerente da loja, declarou que já observava a senhora alta, sempre bem vestida, que visitava a loja diariamente, conversando com as empregadas da seção, sem nunca adquirir qualquer objeto. Atento, começou a desconfiar, quando soube que ela fazia convites às moças para visitar sua pensão, divulgando que lá elas teriam vida confortável e alegre, chegando a convidá-las para o curso carnavalesco, combinando que ela mesma forneceria as fantasias e todo o necessário. Afirmção confirmada por Naie Pereira, outra balconista da loja, que também fora convidada pela acusada para jantares, para participar do curso e de bailes carnavalesco¹⁰.

O comerciante Álvaro Arantes França e o vigia da loja, Antonio Ferreira, também testemunharam as “propostas desonestas” dirigidas às balconistas. Felício Console reforçou que a senhora oferecia vestidos, dinheiro e possibilidades de diversão para as jovens.

No Relatório do Gabinete de Investigação de São Paulo, o delegado Djalma Whitaker de Lima declarava que

com o desenvolvimento atual do comércio foram abertas diversas casas de objetos de baixos preços, sendo aproveitadas para o trabalho no balcão diversas jovens. Para as cafetinas foi uma inovação útil - era um mercado de jovens formosas -, onde poderiam desenvolver suas qualidades *de mulheres cínicas e sem escrúpulos* na escolha do tipo desejado, para satisfação bestial de seus clientes endinheirados... na esperança de prostituí-las em proveito próprio. Cheia de promessas tentadoras... prometia às jovens grandes recompensas se aceitassem os seus convites¹¹.

Tratava-se das Lojas Brasileiras, que na ocasião tinha como funcionárias no balcão mais de 45 jovens, entre elas Vera e Judith Soares. A constância das promessas indecorosas de Maria Beatriz fez com que elas dessem parte ao gerente, que comunicou a polícia.

Na sequência dos trâmites, o encaminhamento do Relatório do Gabinete de Investigações assinado pelo Delegado de Costumes, Djalma Whitaker de Lima afirmava:

Sendo a acusada presa em flagrante quando tentava aliciar as vítimas, passando o cartão com o endereço do seu prostíbulo... Como estrangeira não

10 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p.12 e segs.

11 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, Relatório do Gabinete de Investigações Processo, p.18 e segs.

soube agradecer a boa hospitalidade que aqui encontrou, levando já de início uma vida que bem mostra as suas qualidades morais. Tratando-se de um *elemento indesejável e pernicioso à sociedade, é mister que seja excluída do meio em que a sua presença se torna um empecilho para a boa moralidade dos costumes*. Nestas condições, sendo a acusada de origem portuguesa, de acordo com o art. 72 da Constituição Federal, vem pedir a sua expulsão do território nacional. 2 de março de 1934¹².

O pedido de expulsão foi dirigido para o Ministério de Justiça e dos Negócios Interiores. O decreto de expulsão do território nacional (n. 3259) foi assinado pelo Ministro Antunes Maciel em 2 de abril de 1934. Identificava Maria Beatriz Duarte como um “elemento nocivo aos interesses da República”¹³.

Impactada pela notícia, Maria Beatriz tomou providências, contratando os advogados Thirso Martins e Pedro de Oliveira Ribeiro, que encaminharam o Pedido de Reconsideração. Nele declarava-se a impropriedade da expulsão, a inveracidade das acusações e a calúnia imputada, apresentando como argumentos que o delegado era substituto, jovem, inexperiente e moralista. Também que a acusada não fora presa em flagrante, mas detida arbitrariamente, levada à delegacia e posta em liberdade depois de tudo negar.

Destacava-se que a acusada morava no Brasil há mais de 25 anos sem praticar qualquer ato delituoso ou ação irregular, que sustentava a mãe (Tereza de Jesus Panda) com mais de 80 anos e 2 sobrinhos órfãos e menores (Antonio Duarte e José Duarte) de 10 e 12 anos, residentes na R. Conselheiro Furtado nº.152, casa 6. Confirmava-se que ela mantinha pensão de mulheres (“como há por toda parte nesta capital”), mas nunca foi passível de qualquer reprimenda ou punição, já que a sua pensão só era frequentada por mulheres livres e maiores. Principalmente, que jamais buscou seduzir menores para a prática da prostituição, sendo falsas todas as declarações neste sentido.

Nas justificações foram colocados vários comentários sobre as jovens balconistas Vera e Judith. Alegava-se que elas não podiam ser apresentadas como “donzelas ingênuas”, já que eram “semivirgens” conhecidas, prostitutas de há muito habituadas a atos de depravação como ‘cópula anal’, conforme testemunho de várias pessoas¹⁴ e que se “divertem” à noite em lugares suspeitos nos arredores da cidade. Do mesmo modo que as jovens tinham comprometedor intimidade

12 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, Relatório do Gabinete de Investigações, p. 19.

13 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, Decreto de expulsão do território Nacional de n. 3259, p. 22.

14 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 31.

com o gerente e o proprietário da loja em que trabalhavam, com os quais faziam refeições à noite em restaurantes da cidade, mostrando em público atitudes consideradas despidoradas. Elas frequentavam restaurantes, piscinas e dancings suspeitos, recolhendo-se a casa altas horas da madrugada. Também que o patrão das moças, o imigrante sírio Chedas, tentara deflorar uma delas (Judith), que possivelmente foi ele “com seus planos lascivos que arquitetou toda a trama para envolver a Maria Beatriz”¹⁵.

Alertava-se que as moças, apesar dos poucos ganhos e da família paupérrima, trajavam-se muito bem, passeavam de automóveis e faziam refeições diárias em restaurantes (zonas suspeitas), ostentando um estilo de vida superior, aceitando proteção pecuniária de terceiros.

As testemunhas da expulsão se manifestaram em longas e detalhadas declarações, ratificando os argumentos da apelação. Eram elas: Miguel Moreno, José Frederico e Ricardo Amene; já outra testemunha, a chapeleira Marietta Azzati, acrescentou que tinha conhecimento dos encontros amorosos de Judith e Vera¹⁶.

Apesar da justificação e dos testemunhos, em 16 de julho de 1934 o Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Antunes Maciel, negou a reconsideração e manteve a sentença de expulsão.

Maria Beatriz, inconformada, entrou com novo pedido, acrescentando a escritura de propriedade do terreno na R. São Roberto/Tucuruvi, alegando ser proprietária. Mesmo assim, em 30 de março de 1935, foi recolhida à cadeia pública e identificada (1/5/35).

Para que a expulsão fosse concretizada precisava-se do passaporte, pedido ao consulado português em São Paulo, que se recusou a expedir o documento, sendo o caso dirigido ao embaixador de Portugal no Rio de Janeiro.

O pedido de *habeas corpus* foi encaminhado, só foi respondido mais de cem dias após a prisão. Em 18 de julho de 1935, Maria Beatriz foi posta em liberdade. Entretanto, deixava-se claro que a libertação era temporária e que não afetava a portaria de expulsão.

Cabia nova tentativa na qual retomava o argumento de ser ela domiciliada no país há mais de 20 anos, proprietária e vítima de calúnia: “... aqui cresceu, sofreu agruras da má fortuna, aqui trabalhou, conseguiu adquirir uma propriedade, aqui perdeu o irmão naturalizado, deixando ao seu amparo 2 sobrinhos órfãos brasileiros” e “pelo coração e amor na terra em que cresceu”¹⁷.

15 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 32.

16 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 41 e segs.

17 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 67.

Seguiu-se outro pedido de revogação da expulsão (17/10/35), que apresentava uma novidade, uma informação ocultada até então - a Certidão de Mariana dos Anjos, filha de Maria Beatriz, menor e brasileira, nascida em 1918¹⁸.

Os vários argumentos não convenceram as autoridades e em dezembro de 1935 o pedido de revogação foi indeferido. Seguiu-se nova prisão (6/1/1936) e dias depois ela foi embarcada no Vapor Formosa. Saía do porto de Santos com destino a Lisboa/Portugal (30/1/1936)¹⁹.

A história não finalizou neste momento. Maria Beatriz passou a residir em Lisboa (Rua do Passadiço, 49, 1º andar), entretanto, mantinha-se inconformada. Em 1938, Ricardo Amene (que já fora sua testemunha em 1934) entrou com recurso junto ao Presidente da República pedindo a revogação do ato de expulsão.

Ricardo Amene e Maria Beatriz contraíram matrimônio por procuração em 11/4/38 e, como marido, ele podia fazer tal demanda. Ele era descendente de imigrantes italianos (filho de Dante Amene e Serafina Petizzani), exercia a atividade de despachante, mas também de Secretário do Sindicato de Proprietários de Veículos de Aluguel do Estado de São Paulo. Residia na Rua Vitória, nº. 203. No Recurso alegava-se que ela foi

expulsa devido a motivos suspeitos, de invejas e despeitos sempre mal contidos, que levaram gratuitos inimigos a procurar por todos os meios a entravar os negócios e a reputação da infeliz e tão trabalhadora portuguesa, tendo para golpe eficaz encontrado elementos eficientes. Os agentes da polícia abriram campanha tenaz contra a casa da vítima Maria Beatriz Duarte, molestando-a sob os mínimos pretextos e as denúncias mais inverossímeis, até que, colimado o plano, alcançaram atingir o objetivo que era de qualquer maneira anular a capacidade da referida vítima. Policiais e seus difamadores apanharam-na na cidade quando efetuava compras numa casa da R. Direita²⁰.

Apesar de questionada a veracidade das declarações (10/8/1939), o marido fez outro pedido de revogação do ato de expulsão, anexando a certidão de casamento e nova certidão de nascimento de Marina dos Anjos (17/11/38), pela qual Amene reconhecia a paternidade da jovem. Contudo, os documen-

18 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 84.

19 Nas fichas carcerárias do Arquivo da Torre do Tombo/Lisboa/Portugal foi localizada a ficha datada de 18/2/1936, quando “deu entrada na Diretoria a expulsão do Brasil de Maria Beatriz Duarte, que foi entregue à polícia marítima, presa e solta em seguida”.

20 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 105.

tos foram considerados falsos, abrindo-se um novo inquérito para averiguação da autenticidade.

Maria Beatriz, prostituta e *cafetina rica*, proprietária de terreno e de dois imóveis em São Paulo, não era casada. O casamento com o despachante e procurador dos seus negócios em São Paulo, Ricardo Amene, que primeiro lhe perfilhou a menor Mariana dos Anjos, efetuou-se muito após a expulsão, quando a mesma não se acha mais em território nacional, e sim em Portugal, terra natal da expulsa... os documentos ora juntados estão em flagrante contradição com os anteriormente juntados, sobretudo a nova certidão de nascimento da menor Mariana dos Anjos, que é evidentemente falsa²¹.

Apesar de se comprovarem a autenticidade documental, o pedido de reconsideração foi indeferido em 30 de agosto de 1939. Ela, todavia, não desanimava e seguiu-se nova solicitação. Novamente se questionava a aceitação de um casamento efetivado após a expulsão. Declarava-se que a lei não teria efeito retroativo, que por isto não se poderia desfazer a sentença, nem diminuir “a nocividade da expulsa, que como medida de higiene social, o mandado de expulsão deve ser mantido” - sentença final proferida em 13 de junho de 1940²².

O encerramento do processo não permite saber o término da história de Maria Beatriz, Ricardo e Mariana, mas os sonhos de retorno ao Brasil devem ter se mantido até os seus últimos dias.

O processo - algumas questões

A análise do processo permite observar as instâncias da trajetória, as questões e os envolvimento, bem como os argumentos e brechas utilizadas, além das estratégias presentes.

O processo foi iniciado por inquérito instaurado pela polícia quando da prisão e encaminhamento de Maria Beatriz Duarte à Delegacia de Costumes, aonde foram coletados os depoimentos das envolvidas e, posteriormente, das testemunhas de acusação (17/2/34). Em menos de um mês (2/3/34) o Delegado Adido à Delegacia de Costumes - Dr. Djalma Whitaker Lima, finalizou o Relatório do Gabinete de Investigação de São Paulo, concluindo pela expulsão de portuguesa²³.

21 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 121.

22 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 155, verso.

23 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 18-19.

Neste Relatório apresentava como embasamento legal a interpretação do artigo 72 da Constituição 1891, ainda em vigor²⁴, e concluía²⁵:

Sendo a acusada presa em flagrante quando tentava aliciar as vítimas, passando o cartão com o endereço do seu prostíbulo... Como estrangeira não soube agradecer a boa hospitalidade que aqui encontrou, levando já de início uma vida que bem mostra as suas qualidades morais. Tratando-se de um *elemento indesejável e pernicioso à sociedade*, é mister que seja excluída do meio em que a sua presença se torna um empecilho para a boa moralidade dos costumes. Nestas condições, sendo a acusada de origem portuguesa, de acordo com o art. 72 da Constituição Federal, vem pedir a sua expulsão do território nacional. 2 de março de 1934²⁶.

Em diferentes momentos da Primeira República (1889-1930) o artigo 72 da Constituição de 1891 constituiu-se num elemento polêmico. Ele assegurava os direitos e garantias individuais aos estrangeiros residentes no Brasil, equiparando-as aos nacionais, proibindo a expulsão de ambos para fora do território nacional²⁷. Contudo, este artigo não impediu ações de expulsão impetradas pelo Poder Executivo, gerando tensões. Várias tentativas foram impetradas, mas só em 1926, com a Reforma Constitucional que através da introdução do parágrafo nº. 33, legalizou-se o direito do “Poder Executivo expulsar do território nacional os súditos estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses da República”²⁸. Dessa forma, a atuação do Executivo foi legitimada e ampliada, acabando-se com as garantias constitucionais dos estrangeiros residentes, que ficaram a mercê das arbitrariedades do Poder Executivo e da própria polícia²⁹, como no caso aqui posto. Era a este item do Artigo 72 que o Delegado se referia no seu despacho.

O processo foi remetido diretamente ao Ministério Justiça e Negócios Interiores/RJ por intermédio da Chefia de Gabinete de Investigação de São Paulo. Num curto período, de apenas um mês, foi assinado o decreto de expulsão: “considerando que a portuguesa Maria Beatriz Duarte, conforme foi apurado

24 A nova Constituição de 1934 só foi finalizada em 16/7.

25 Trecho transcrito anteriormente na página 7.

26 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516. Relatório do Gabinete de Investigações, p. 19.

27 Art 72 - A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade.

28 Parágrafo n.º 33, artigo 72, Reforma de 1926.

29 BRASIL. Reforma da Constituição Federal de 1891.

pela polícia de São Paulo, se tem constituído em elemento nocivo aos interesses da República, resolve-se expulsá-la do território nacional. RJ, 2/4/34. Francisco Antunes Maciel³⁰.

A justificação ao pedido de revogação, dirigido ao Ministério (maio/34), destacava que o inquérito esteve marcado pelo

total abandono de preceitos rudimentares das normas processuais e um tal desprezo pelos direitos individuais... o delegado, moço inexperiente, delegado de categoria inferior, que por um absurdo e inexplicável critério administrativo veio, como muitos outros têm vindo, praticar, ganhar desembaraço no exercício da função policial, em plena Capital do Estado e, necessariamente, com o sacrifício dos próprios interesses da sociedade... A expulsão é uma medida administrativa que só deve ser aplicada quando se apurar rigorosamente fatos graves, que ameacem a ordem, ou produzam escândalo, mas que ainda não apresentam uma delituosa, passível pela lei penal; ou quando a periculosidade e nocividade já foram devidamente verificadas por via judicial. Transforma, porém, esta medida compulsória e violenta em instituto punitivo - inverter a finalidade dos poderes, com menosprezo dos princípios do direito público e do sistema constitucional³¹.

Entre outros argumentos de ordem jurídica, observava-se que o trâmite ocorreu sem comunicar a interessada, correndo a revelia e sem direito de defesa, podendo ser considerada medida compulsória, violenta e ilegal. Acrescentava-se o depoimento das testemunhas de defesa, dando especial destaque ao argumento chave, que Maria Beatriz era residente, estando no Brasil há mais de 25 anos.

A questão da residência foi polemizada em toda a Primeira República (1889-1930), estando colocada desde a Constituição de 1891 devido à falta de exatidão e clareza do conceito. Baseando-se no artigo 72 o Poder Judiciário tendia a taxar como inconstitucionais quase todos os atos de expulsão de estrangeiros, independentemente do tempo de moradia no Brasil. Contudo, a interpretação do Executivo não era a mesma.

Buscando legalizar a questão e conceituar o tempo de residência, em 1907 foi decretada a Lei Adolfo Gordo³². A medida era baseada na necessidade

30 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, Ofício de expulsão 1192, p. 23.

31 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, Justificação, p. 28-29.

32 Decreto Legislativo 1.641 de 7 de Janeiro 1907.

de controle, regulamentando as expulsões de estrangeiros com critérios mais rígidos e aplicáveis à totalidade dos imigrantes. Através desta lei poderia ser expulso de parte ou de todo o território brasileiro o estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometesse a segurança nacional ou a tranquilidade pública, tivesse condenações dentro e fora do país por vagabundagem, mendicidade e *lenocínio*. Cabe observar, porém, que o Decreto colocava algumas restrições à expulsão - residência no país por dois anos contínuos, ser casado com brasileira e, se viúvo, ter filho brasileiro.

O crescimento das tensões com a participação de imigrantes no movimento operário e outras manifestações, particularmente depois de 1917-19, levou a medidas mais restritivas³³ que visavam maior controle sobre as entradas de estrangeiros e sobre os “indesejáveis”.

O Decreto nº. 4.247 de 6 de janeiro de 1921 regulava as entradas, tornando lícito ao Poder Executivo impedir o ingresso do estrangeiro mutilado, aleijado, cego, louco, mendigo, portador de moléstia incurável ou de moléstia contagiosa grave e com mais de 60 anos; bem como de toda mulher que procurasse o país para se entregar à prostituição³⁴. Quanto às questões da expulsão, determinava que poderia ser banido o estrangeiro que fora desterrado de outro país; considerado elemento pernicioso à ordem pública; que tenha provocado atos de violência por meio de fatos criminosos, imposição violenta de seita religiosa ou política; tivesse conduta considerada nociva à ordem pública ou à segurança nacional; condenado por crime de homicídio, furto, roubo, bancarrota, falsidade, contrabando, estelionato, moeda falsa ou *lenocínio*³⁵ no Brasil ou outro país (RIBEIRO, 2003), e também estabelecia um novo prazo para a residência - 5 anos.

33 Cabe lembrar outra tentativa: o Decreto n.º 2741, de 8 de Janeiro de 1913, do então presidente da República Hermes da Fonseca. Este decreto ampliava a ação do Executivo nos atos de expulsão, permitindo o banimento de estrangeiros com dois anos contínuos de residência, além de excluir a possibilidade de recurso à sentença de expulsão. Em curto tempo, este decreto foi revogado, sendo considerado inaplicável e inconstitucional.

34 Decreto nº. 4.247, de 6 de janeiro de 1921.

35 O código de 1890 definiu o *lenocínio* como crime, determinou a expulsão do condenado pelo decreto de 7/1/1907 (Lei Adolfo Gordo), tornou-se inaplicável pela lei 4269 de janeiro/1921: “Excitar, favorecer ou facilitar a prostituição de alguém para satisfazer desejos desonestos ou paixões lascivas de outrem. Induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miséria, quer constrangendo-as por intimidações ou ameaças a empregarem-se no tráfico da prostituição; prestar-lhes por conta própria ou de outrem sob sua ou alheia responsabilidade, assistência, habilitação e auxílios para auferir, direta ou indiretamente, lucros desta especulação”. Brasil. Código penal de 1890, título VIII, cap. III, art. 277-78 (MENEZES, 1996, p. 153).

Outras ações restritivas à imigração foram estabelecidas na década de 1920³⁶ como o já mencionado parágrafo n.º 33 do artigo 72, quando da Reforma Constitucional de 1926 - que legalizava as ações de expulsão impetradas³⁷.

Mesmo comprovando ser residente (há mais de 20 anos no país) e também de ser proprietária, o caso da portuguesa Maria Beatriz, não foi levado em consideração pelo Ministério da Justiça e Negócios Internos (MJNI), que manteve a expulsão (16/7/34).

A Repartição de Polícia Central de São Paulo se manifesta indicando a importância de ser mantido o decreto de expulsão, já que o recurso anterior limitou-se a fazer acusações ao Delegado Whitaker, que pediu a expulsão.

A expulsanda entrou com novo recurso (9/8/34), já com outros advogados e utilizando-se de outra tática: buscou se desculpar dos termos usados na qualificação do delegado e pedia a revogação do ato, reforçando os argumentos de que estava no Brasil há mais de 25 anos e era proprietária de terreno no Tucuruvi. Novamente, sem efeito. O Ministro (MJNI) Vicente Rao indeferiu o pedido (3/11/34), encaminhando a solicitação de prisão e cumprimento do ato.

Em 3 de dezembro de 1934 o interventor do Estado de São Paulo, Armando Salles de Oliveira, providenciou a captura e prisão, sendo a expulsanda presa e remetida à Cadeia Pública de São Paulo (6/5/35).

A prisão perdurou ilegalmente por mais de 100 dias - o Delegado de Vigilância e Captura justificou a permanência em cárcere ao Secretário de Segurança Pública de São Paulo devido à falta de passaporte. Foi feito pedido do documento ao cônsul de Portugal em São Paulo, que criou obstáculos e se recusou a concedê-lo, criando a necessidade de solicitação, do ministro Vicente Rao, à embaixada de Portugal, no Rio de Janeiro.

Não tardou o pedido de *habeas corpus*³⁸ à Suprema Corte (31/5/35), no qual justificava-se que Maria Beatriz era “vítima de calúnia por subalternos da

36 Como o Decreto 16.761/1924, que proibia a entrada no território nacional de imigrantes (passageiros de 2. e 3. classes) nos casos e condições já previstos.

37 “Como a Constituição garantia a igualdade entre nacionais e estrangeiros residentes, a questão do tempo de residência tomou-se a questão crucial para aqueles que legislavam sobre expulsão. Inicialmente dois anos bastavam como prova de residência, posteriormente, passaram a ser advogados cinco anos. A necessidade de conceituar o conceito da residência foi preocupação que varou os tempos” (MENEZES, 1992, p. 104).

38 A partir da alteração da Constituição, portanto, o recurso ao *habeas corpus* deixou de ter, segundo o Ministro do Supremo, qualquer sentido prático. Anulado o poder do Judiciário no julgamento da matéria, desaparecia o único instrumento que, até aquele momento, determinava limites às arbitrariedades. A expulsão de estrangeiros passou, assim, a ter legalidade plena, traduzindo-se numa nova limpeza das grandes cidades, o que consolidava o amplo poder policial manifesto desde a utilização da expulsão como instrumento político sistemático, até então alvo de tantas contestações (MENEZES, 1996, p. 217).

polícia paulista, foi presa ilegal e abusivamente... tem bens imóveis, vive, há mais de 25 anos em São Paulo e está radicada pelo coração e pelo amor à Terra em que cresceu”³⁹.

Cabe observar que em todos os pedidos sempre era colocado o tempo de residência. Seguiu-se uma ampla discussão através de correspondência, carimbada como “secreta”, entre o MJNI e o Poder Judiciário. Por fim o ministro da Suprema Corte, Manuel Costa Manso, concedeu o *habeas corpus* (18/6/35).

Pode-se observar que perante a ordenação jurídica o estrangeiro residente no Brasil não poderia ser expulso do país, pois isso feria a constitucionalidade. A atuação do Judiciário não se vinculava a uma preocupação humanitária, mas o cumprimento da Constituição e leis ordinárias brasileiras, almejando a defesa do ordenamento jurídico nacional (BONFÁ, 2008).

Contudo, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, em documento, observava que: “... o *habeas corpus* foi concedido, sendo a expulsanda em apreço posta em liberdade. É preciso notar que o *habeas corpus* concedido em nada prejudica o efeito da portaria de expulsão”⁴⁰.

Seguiu-se um novo pedido de revogação ao MJNI (24/10/35). Além dos argumentos anteriormente levantados - calúnia, injustiça, proprietária (documentada com a escritura do terreno) e residente há mais de 25 anos, acrescentou-se a certidão de nascimento filha. A expulsanda assumia a maternidade até então não declarada, sendo que também foi anexado o documento sobre o processo crime de defloração de Maria Beatriz, datado de outubro/1917. Dessa forma, adquiria outro componente favorável - o fato de ter filha brasileira.

Estas novas informações causaram polêmicas, sendo o processo encaminhado ao Consultor Jurídico, que se manifestou contrário à expulsão (19/12/35), particularmente por ela ser residente no país há mais de 20 anos, proprietária e mãe de filha brasileira. Mesmo com todas as informações do consultor, o ministro Vicente Rao indeferiu o pedido, destacando “apesar do parecer bem fundamentado do senhor consultor” (26/12/35)⁴¹.

A Constituição de 1934 legislava sobre os Direitos e Garantias Individuais no seu artigo 113, que assegurava “a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à subsistência,

39 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, Habeas Corpus, p. 66.

40 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516 - Ofício da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, p. 76.

41 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p.102. Decreto-lei 479, 1935 - Regulamentou a expulsão de estrangeiros que fossem considerados autores ou cúmplices de crimes de natureza política, sexual ou ligados a tóxicos.

à segurança individual e à propriedade”. Por outro lado, dava ao Executivo poder de expulsar do território nacional os estrangeiros perigosos à ordem pública ou nocivos aos interesses do País⁴². Persistiam questões presentes do período anterior, já que o imigrante era avaliado por sua conduta moral ou social e por suas ideias políticas.

Em 6/1/1936 aconteceu a nova prisão, por ordem do Delegado de Vigilância e Captura. Maria Beatriz aguardou na Cadeia Pública seu embarque para Portugal, ocorrido em Santos no dia 30/1/36.

Cabe lembrar que, em 1936, o Relatório do Gabinete de Investigação para Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo declarou o registro de 276 casas de tolerância num contexto de intensificação da repressão à prostituição e do lenocínio:

... segundo os princípios do regulamentarismo, as autoridades públicas de São Paulo mobilizaram amplos esforços visando retirar a zona do baixo meretrício do centro comercial da cidade (...) em 1936 foram fechadas, em São Paulo, 59 casas de tolerância, das quais 52 bordéis e 7 *rendez-vous* (entre eles o de Maria Beatriz)... Posteriormente foram reabertas 13, sendo 11 bordéis e 2 *rendez-vous* (RAGO, 1991, p. 303).

Nos anos 30, particularmente com o Estado Novo (1937-45), foi criado um conjunto de leis e decretos para restringir ainda mais a imigração e legitimar o banimento se indivíduos eram considerados “indesejáveis”, podendo-se dizer que a expulsão tornou-se um instrumento político do Estado autoritário que buscava sanear a sociedade do estrangeiro “promotor da desordem social”.

O Estado Novo instaurou e/ou aperfeiçoou mecanismos de controle político e social (como o DEOPS) que viabilizaram que os estrangeiros “indesejáveis” fossem investigados, presos e prontuariados - na sua grande maioria devido ao envolvimento em questões políticas.

Entre as várias outras medidas, o Decreto-lei nº. 392, de 27 de abril de 1938, destacava que o estrangeiro poderia ser expulso independentemente do período de residência no Brasil, podendo o banimento ocorrer por qualquer motivo que comprometesse a segurança nacional, a estrutura das instituições ou a tranquilidade pública e também quando condenado por crime político.

42 Constituição de 1934, art 113, parágrafo 15.

Pouco mais de um mês depois, o Decreto-lei nº. 479, de 8 de junho de 1938, restringia o direito de expulsão, tendo como foco o aspecto da residência - mais de 25 anos ou ter filhos brasileiros vivos.

Talvez o conhecimento destas novas medidas fosse o estímulo para o reinício da causa em meados de 1938, quando Ricardo Amene se dirigiu ao Presidente da República pedindo a revogação da expulsão da esposa. Alegava que ela fora vítima das “maldosas insinuações dos agentes da Delegacia de Costumes, do Gabinete de Investigação de São Paulo, de outros perseguidores e difamadores”.

Após análise o processo foi reiniciado, pedindo documentos comprobatórios como certidão de casamento e nascimento. Juntando os documentos, o novo advogado pediu a revogação da expulsão (10/8/39). Contudo, o MJNI alegou que os documentos estavam em “flagrante contradição” com os anteriores e eram possivelmente falsos (30/8/39). Instaura-se um inquérito para apurar a autenticidade dos documentos na Delegacia de Falsificações do Gabinete de Investigações de São Paulo (15/10/39).

Pelo inquérito foi comprovada a autenticidade dos documentos (23/11/39) e Ricardo Amene encaminhou ao então ministro Francisco Luiz da Silva Campos o pedido de perdão e revogação da expulsão (26/1/40). Em resposta foi registrado: “... apesar dos pedidos constantes de reconsideração do ato de expulsão que, aliás, foram indeferidos várias vezes, parece-me que, como *medida de higiene social*, deveriam ser mantidos estes despachos (16/4/40)”⁴³.

O despacho centrava seus argumentos em “medida de higiene social”, levantando dúvidas sobre se o casamento realizado após a expulsão poderia ser válido, se teria caráter retroativo. Ocorreu então outro encaminhamento ao consultor jurídico, que foi favorável ao pedido de revogação da expulsão 25/5/40⁴⁴. Porém, apesar do parecer jurídico favorável, o decreto de expulsão foi mantido em despacho de 13/6/40.

Maria Beatriz não esmorecia e Ricardo Amene entrou com novo e comovente pedido de perdão - dirigido diretamente ao presidente Getúlio Vargas (29/10/40).

Em face disso o suplicante... tem a honra de apelar para a autoridade e V. Excia no sentido de que seja por graça de sua reconhecida generosidade

43 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 156.

44 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 157.

concedido o perdão aquela desditosa esposa e mãe afastada de seus entes queridos, pois assim V. Excia. comemora o 10º. aniversário de seu tão profícuo, patriótico e altruístico governo com um ato que merecerá de uma família a eterna gratidão e um perpetuo reconhecimento⁴⁵.

Mas na sentença final mostrava-se a força do autoritarismo: “não há razões para revogar, baseando-se na sentença anterior” (8/11/40).

A lógica do Estado autoritário

O processo da portuguesa Maria Beatriz Duarte permite perceber um conjunto de questões que envolvia os imigrantes portugueses para o Brasil no início do século XX. Se por um lado a necessidade de mão de obra, num contexto pós-abolição, buscava no projeto imigrantista uma solução, a questão frequente era: quais os “trabalhadores imigrantes desejados” e em contraponto definia-se os “indesejáveis”.

Os autos mostram as ambiguidades da legislação e das ações ilegais, com destaque para as arbitrariedades da polícia e do Executivo. Em todo o trâmite do processo os procedimentos foram orientados no sentido da expulsão, mas também permite observar a persistência da portuguesa, que acreditando nas possibilidades das brechas legais, atuou buscando evitar e/ou reverter o decreto de banimento.

Nos autos tramitados entre 1934 a 1940 a questão do tempo de residência (mais de 25 anos declarados e comprovados) foi colocada, acrescida de outros argumentos (propriedades, filha brasileira), mas sempre foi desconhecida pelo poder público e relegada.

O processo, que perdurou por 5 anos e meio, implicou grande empenho de valores. As possibilidades de recorrer contra as ações de expulsão não existia para todos, era dependente das condições econômicas, capacidade de arcar com os honorários advocatícios e com os custos processuais. Não foi possível quantificar os custos no presente processo, mas a cada nova demanda, cada novo documento anexado implicava em novas despesas, além dos valores gastos com os inúmeros advogados que atuaram ao longo do processo tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro.

45 Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516, p. 164.

A análise do processo permite observar que o estrangeiro era visto como elemento de desordem social, estigmatizado como portador de maus hábitos. No caso, de atitudes e costumes devassos. Nos episódios que envolviam questões de prostituição/lenocínio, as ações buscaram atuar através de normas sanitárias (preventivas) e repressivas (punitivas), visavam regulamentar o dito “comércio do sexo”, pretendendo proteger a “família, a moral e os bons costumes”. Neste sentido, - no processo - em várias ocasiões foram explícitas referências à acusada como elemento de “tara de degenerescência”, “mulher cí-nica e sem escrúpulos”, “estrangeira que não soube agradecer a boa hospitalidade que aqui encontrou, levando já de início uma vida que bem mostra as suas qualidades morais”, “elemento indesejável e pernicioso à sociedade”, “um empecilho para a boa moralidade dos costumes”, “a nocividade da expulsão; como medida de higiene social, o mandado de expulsão deve ser mantido”, “elemento nocivo aos interesses da República”, num discurso marcado por preceitos fortemente eugenistas e nacionalistas.

Cabe contextualizar que a década de 30, em particular os anos de 1935/6, foram momentos especialmente repressivos à prostituição na cidade de São Paulo. Também, no mesmo período, ocorreu ampliação do poder e funções dos chefes de polícia, com a articulação mais constante e direta entre os órgãos policiais, o Ministério da Justiça e Negócios Internos e a Presidência da República, reduzindo a órbita de ação do judiciário.

As medidas de restrição à entrada de imigrantes e outras para a retirada dos “indesejáveis”, dos que “comprometessem a segurança nacional” ou “fossem nocivos aos interesses dos poderes estabelecidos” foram várias. As disposições legais buscaram legitimar e ampliar as ações do Estado, particularmente do poder executivo (Artigo 72/1891, os Decretos de 1907-1913-1921, a Reforma Constitucional de 1926, a Constituição de 1934 e a de 1937, os inúmeros decretos e decretos-leis dos anos 1930). Estas medidas constituíram um jogo de força constante de adaptação e reorganização de estratégias para ordenar e disciplinar a sociedade, acabando ou restringindo as garantias constitucionais dos estrangeiros residentes, que ficaram a mercê da atuação, quase sempre arbitrárias, do Poder Executivo e da própria polícia.

A expulsão como instrumento de controle social na lógica do estado autoritário burlou os entraves, utilizou-se de métodos arbitrários (tanto legais como ilegais), atuando através de decretos-leis. Encontrava-se inserida num conjunto de medidas para controlar a entrada, selecionar os imigrantes desejáveis, submeter os residentes, regulamentar documentos (passaporte, carteira

de estrangeiro, registro), informar as mudanças de endereço, conseguir salvo conduto durante a guerra (particular para os naturais dos países do Eixo).

Paralelamente, houve um recrudescimento da política de nacionalização atingindo estrangeiros e seus descendentes. Vários decretos-leis foram baixados, sob diversos assuntos: nacionalização das escolas, proibição do uso de línguas originárias dos países do Eixo, controle sobre abertura de firmas estrangeiras no país, proibição de atividades de natureza política a estrangeiros.

Com lei ou sem lei (BONFÁ, 2008), o governo perseguia e expulsava os que eram considerados “indesejáveis”, mas era mais conveniente expulsar legalmente. Esta mesma lei que deu legalidade às ações arbitrárias do Executivo também chegou a ser um elemento de proteção aos estrangeiros residentes, não no caso da portuguesa Maria Beatriz Duarte.

Fontes

Arquivo Nacional, SPJ, Processo 2516.

Arquivo do Estado de São Paulo, ADEOPS, prontuário de nº. 5352.

BRASIL. Reforma da Constituição Federal de 1891.

Censo Estadual de 1934.

Constituição de 1935, art 113 parágrafo 15.

Decreto n. 4.247, de 6 de janeiro de 1921

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Recenseamento do Brasil*. 1920, Sinopse do Recenseamento. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1926.

Referências

BONFÁ, Rogério Luis Giampietro. Expulsão e residência: a luta pelo direito dos imigrantes na Primeira República. XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO. *Anais*. São Paulo: ANPUH/SP - USP, 08 a 12 de setembro de 2008. CD-ROM.

DUTRA, Eliana. Crime Político e Segurança Nacional. *Seminários: imigração, repressão e segurança nacional*. n. 3. São Paulo: Arquivo do Estado/imprensa Oficial, dezembro/2003.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

_____. *Os indesejáveis: desclassificados da modernidade*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1996.

MORSE, Richard. M. *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1970.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.

RIBEIRO, Mariana Cardoso dos Santos. *Venha o Decreto de Expulsão. A legitimação da ordem autoritária no governo Vargas (1930-1945)*. São Paulo: USP, 2003. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2003.

VIOLÊNCIA DE GÊNERO OU FEMINICÍDIO? LEIS SOBRE VIOLÊNCIA E PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL E NO MÉXICO

Teresa Kleba Lisboa

Proponho, neste artigo, apresentar os resultados de um estudo comparativo entre as leis que tratam da violência contra a mulher, recentemente sancionadas no Brasil e no México. A investigação foi realizada durante a minha “estância” junto ao Programa Universitário de Estudos de Gênero – PUEG - da UNAM, em 2009.

Tanto a Lei Maria da Penha (Lei 11.340), aprovada no Brasil em agosto de 2006, como a “Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia”, promulgada no México em fevereiro de 2007, possuem como principal objetivo contar com um instrumento jurídico eficaz que contenha as disposições legais e mecanismos para coibir e prevenir a violência contra as mulheres. A criação de ambas cumpre a determinação da Convenção sobre todas as formas de discriminação contra as mulheres e da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Pode-se afirmar que nos dois países (Brasil e México) as leis surgiram como resposta aos 30 anos de pressão organizada dos movimentos de mulheres e feministas, que tem chamado a atenção da sociedade civil e do Estado em toda a América Latina sobre o fenômeno da violência contra as mulheres.

A principal diferença entre as leis é que a Lei Maria da Penha - Lei 11.340 - foi criada e aprovada para ser executada de igual forma em todo o território brasileiro, ou seja, nas 26 unidades da federação. No México, cada uma das 30 entidades federativas deve, a partir do modelo da “Ley General” (Distrito Federal), elaborar, aprovar e publicar sua própria “Ley de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia”.

Nossa investigação partiu de três questionamentos sobre a aplicabilidade das Leis nos dois países: 1) O que faz uma mulher em situação de violência, para onde vai, com quem fala sobre seu problema, a quem recorre, como é atendida, quais são os principais obstáculos que ela enfrenta, como é feita a denúncia? 2) O que acontece com o agressor, que tipo de sanção recebe? 3) Que tipo de políticas públicas há para prevenir, atender e sancionar a violência contra as mulheres?

Os procedimentos metodológicos centraram-se na pesquisa bibliográfica sobre as Leis, visitas e entrevistas a Instituições que trabalham com políticas públicas e com as Leis do Distrito Federal (México) e em Florianópolis, Santa Catarina; participação em um Curso de Especialização sobre Violência Intrafamiliar e Direitos Humanos junto ao “Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM”, participação em eventos, congressos, apresentação de livros que abordaram a temática da violência contra as mulheres ou feminicídio e, por fim, na aplicação de um questionário junto a 15 profissionais que trabalham no atendimento das mulheres em situação de violência no Distrito Federal (México).

Apresento inicialmente concepções teóricas sobre violência de gênero e sobre “feminicídio”; em seguida, ressalto as principais inovações das Leis no Brasil e no México e a partir de seus pressupostos tento mostrar como são atendidas as mulheres em situação de violência em ambos os países; discuto os principais obstáculos que enfrentam as mulheres para aceder à justiça, enfatizo a importância de garantir os direitos das mulheres como forma de reconhecimento de sua igualdade jurídica e, por último, proponho políticas públicas para agilizar a aplicabilidade de ambas as Leis.

1. Violência de gênero e feminicídio - uma questão globalizada

O debate sobre a violência de gênero, que engloba a violência intrafamiliar, a violência doméstica, a violência contra as mulheres, estendendo-se à violência psicológica, violência física, agressões verbais, violência sexual, assédio sexual, discriminação e rechaço em relação à homossexualidade, incluindo ainda a prostituição forçada, tráfico de pessoas, mutilação, dote, tortura, feminicídio e outros, tem ocupado um lugar relevante nos estudos acadêmicos e na pauta de luta dos movimentos feministas dos últimos anos.

A violência de gênero é um fenômeno complexo que ocorre em todos os países em nível global e cuja análise exige uma perspectiva interdisciplinar

e integrada. É um tema pouco discutido, uma vez que envolve preconceito, vergonha e, sobretudo, invisibilidade.

De acordo com Marcela Legarde (2006), a violência de gênero é uma questão de ordem política, é um atentado aos direitos humanos e tem-se constituído em um grande problema social. Para a autora, as estatísticas comprovam que as mulheres têm sido excluídas do acesso a bens, recursos e oportunidades, o que configura uma desigualdade social.

A “Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres” (ONU, 1994) foi o primeiro instrumento internacional de Direitos Humanos que aborda explicitamente a violência de gênero, e foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas. A partir deste instrumento ficou claro que “uma vida sem violência é um direito das mulheres!”.

O conceito de gênero indica que os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado, pela dominação masculina e pela ideologia, induzem relações violentas entre os sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, senão do processo de socialização das pessoas.

Em pesquisa realizada com 15 profissionais que trabalham na área da violência no Distrito Federal (México), quando indagadas sobre as causas da violência contra as mulheres, os principais motivos apontados foram: “a má educação, pois desde pequenas ensinam às meninas um estereótipo de mulher dócil, submissa e, aos meninos, que têm que ser fortes, agressivos, não podem chorar; “a dependência econômica das mulheres aos homens, a impunidade aos agressores”; “uma cultura social que favorece ao homem e minimiza a mulher”; “o abuso do poder; o trato desigual e desvalorizado para as mulheres”; “o pouco interesse por parte do Estado para aplicar as leis elaboradas para erradicar e prevenir a violência”; “as dependências químicas (álcool, drogas), combinadas com a personalidade agressiva”; “a cultura do patriarcado onde se segue considerando a mulher como alguém inferior que, ao casar, se torna propriedade do homem”.

Em toda a América Latina e no Caribe, os diversos tipos de violência de Gênero têm saído da invisibilidade, deixando à mostra dados alarmantes. Na Cidade de Juárez¹, México, por exemplo, os assassinatos de mulheres ocor-

1 A Cidade Juárez, México tornou-se emblemática devido ao número de assassinatos de mulheres ocorridos desde 1993. Este fenômeno, entretanto, não se limita a esta cidade. De acordo com um estudo coordenado pela Comissão Especial sobre o Feminicídio, uma mulher ou menina é assassinada a cada 6 horas no México (CARCEDO, 2006). Porém, na Cidade Juárez os feminicídios têm ocorrido com mais frequência.

ridos nos últimos 10 anos alcançaram uma repercussão que afetou os países vizinhos e atraiu fortemente a atenção pública em nível internacional. A forma pela qual a violência contra as mulheres tem sido praticada pelos agressores, em série, é um dos mais sérios problemas que afronta essa região². O ritual do feminicídio segue uma sequência macabra que inicia com um sequestro da vítima, geralmente jovem, pobre, morena, com traços indígenas, seguido de torturas, mutilações, crueldades, violência sexual, finalizando com o corpo sem vida jogado (como dejetos) em lixões localizados nas redondezas da cidade. Este tipo de violência está sendo definido como feminicídio em função da regularidade das ocorrências e, principalmente, porque a maioria dos crimes cometidos com os mesmos resquícios de crueldade permanece impune.

Jane Caputi e Diana Russell (1992) foram as autoras que lançaram pela primeira vez o conceito de feminicídio: “Representa o extremo de um *contínuo* de terror antifeminino e inclui uma ampla variedade de abusos verbais e físicos (...). Sempre que essas formas de terrorismo resultam em morte, se transformam em feminicídio (1992, p.15).

A intenção destas autoras é desmascarar o patriarcado como uma instituição que sustenta o controle sobre o corpo e a punição sobre as mulheres, e mostrar a dimensão política dos assassinatos de mulheres que resultam de um sistema no qual o poder e a masculinidade são sinônimos.

Para Marcela Lagarde feminicídio é uma categoria política que integra a bagagem teórica feminista, uma vez que denota a inexistência do Estado de Direito, no qual se reproduzem a violência sem limite e os assassinatos sem castigo. Para a autora, feminicídio é: “o conjunto de delitos de lesa humanidade que contêm os crimes, os sequestros e as desapareições de meninas, jovens e mulheres em um quadro de colapso institucional. Trata-se de uma ‘fratura’ do Estado de Direito que favorece a impunidade. O feminicídio é um crime de Estado” (2006, p. 20).

Feminicídio, portanto, ocorre quando o Estado não garante a segurança das mulheres ou cria um ambiente no qual as mulheres não estão seguras em suas comunidades ou lares. Este também ocorre quando as autoridades não cumprem devidamente com suas tarefas legais.

2 Desde que iniciou a guerra entre “bandas” de narcotraficantes em 2008, foram assassinadas 207 mulheres em Ciudad Juárez, 96 das quais em 2009. De 1993 a 2007 a cifra de mortes era 468, e com os casos acumulados nos últimos dois anos, a cifra de homicídios de gênero foi incrementada para 675. Aproximadamente 150 casos de anos anteriores seguem impunes; o mesmo acontece com 207 crimes cometidos em 2008 e 2009, os quais são atribuídos em sua maioria a brigas entre a delinquência organizada. Disponível em: www.infonorte.net, México.

Rita Laura Segato assinala outra dimensão da categoria feminicídio, que é a caracterização destes crimes como “crimes de ódio”, ou seja, “dentro da teoria do feminicídio, o impulso de ódio em relação à mulher se explica como consequência da infração feminina a duas leis do patriarcado: a norma do controle ou possessão sobre o corpo feminino e a norma da superioridade masculina” (2008, p. 37).

Segundo esta autora, a relação de ódio se instala quando a mulher passa a exercer autonomia sobre o uso de seu corpo, desafiando as regras de fidelidade, os célebres “crimes em defesa da honra”, ou quando a mulher acede a níveis de posição de autoridade ou poder, desafiando o “delicado equilíbrio assimétrico”.

Segato traça um paralelo entre feminicídio e genocídio, afirmando que em ambos os casos os crimes se dirigem a uma categoria e não a um sujeito em específico; por este motivo, ambos os tipos de crime podem entender-se como “crimes de segundo Estado” ou “crimes corporativos”, que ao parecer da autora “é a rede de poder que, sem entrar em contradição com os diversos governos em turno no controle do aparato do Estado, continua dominando as estruturas administrativas com sede local” (2008, p. 46).

Para a autora, este tipo de crime é muito semelhante aos crimes de Estado, ou de lesa humanidade, porque a existência de um Estado Paralelo contribui para que estes não sejam investigados nem castigados. As concepções destas autoras sobre feminicídio referem-se majoritariamente aos crimes que têm ocorrido no México, Estado de Chihuahua, fronteira com os Estados Unidos. É nesta região que se localizam muitas empresas montadoras (maquilladoras) que empregam, na maioria, mão de obra feminina; e são estas mulheres, jovens, morenas, descendentes de povos indígenas, que são as “vítimas” preferenciais dos agressores que cometem feminicídio; estes geralmente estão envolvidos com tráfico de drogas.

Uma outra concepção de feminicídio é apresentada por Ana María Martínez de Escalera (2009), para a qual “violência feminicida” é toda ação ou omissão por parte do Estado e da Sociedade que permite a morte violenta das mulheres³. Por exemplo, quando não há políticas públicas adequadas para evitar a morte das mulheres: desde a impunidade na Cidade Juárez até a penalização do aborto, a morte intencional de fetos femininos (na China) e outros. Para a autora, há uma racionalidade intrínseca por detrás da violência

3 Apontamentos a partir das aulas frequentadas no “Seminario Alteridad y Exclusión”, disciplina ministrada por Ana María Martínez de Escalera e cursada de agosto a dezembro de 2009 junto ao PUEG/UNAM.

feminicida, uma espécie de “tecnologia da morte” porque “a violência feminicida é constitutiva, não é algo excepcional”. Escalera (2009) afirma, ainda, que é necessário entender que a violência contra as mulheres é responsabilidade do “todo social”. A sociedade deve lutar de forma coletiva para não permitir a violência e, por sua vez, o Estado é responsável por regulamentar as Leis e políticas públicas que possibilitem a erradicação da violência.

A ONU reconhece que a violência contra as mulheres é uma questão de direitos humanos. Reconhecer os direitos humanos das mulheres significa entendê-las como sujeitos políticos que vivem condições particulares de opressão. Para enfrentar os altos níveis de violência é necessário adotar uma perspectiva de gênero no cotidiano das políticas, cobrar a responsabilidade dos Estados na aplicação das Leis, capacitar os profissionais que trabalham com a questão da violência, desconstruir os estereótipos de gênero, propor novos parâmetros de construção da masculinidade, propiciar as mulheres condições e oportunidades para exercerem seu protagonismo e autonomia, conscientizando-as sobre seus direitos e trabalhando em direção ao seu empoderamento.

2. Um diálogo entre a Lei Maria da Penha (Brasil) e a Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia (México)

A principal diferença entre as leis, que merece ser ressaltada, é que a Lei Maria da Penha - Lei 11.340 - foi criada e aprovada para ser executada de igual forma em todo o território brasileiro, e no México, cada uma das 30 entidades federativas deve, a partir do modelo da “Ley General” (Distrito Federal), elaborar, aprovar e publicar sua própria “Ley de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia”.

Um ponto que chamou atenção na leitura de ambas as leis, para fins de estudo, é que a lei mexicana utiliza a categoria “vítima” para a mulher que sofreu violência, e a lei brasileira utiliza “mulher em situação de violência” ou “ofendida”. A categoria gênero vem para enfatizar as relações entre homens e mulheres. Ao tratar a mulher como vítima, os aparatos jurídicos e a sociedade em geral, de certa forma, estão contribuindo para estigmatizá-la, atribuindo um distintivo a ela, uma identidade que reforça sua baixa autoestima e impede que crie mecanismos de autoconfiança, coragem para enfrentar a situação. É importante frisar que, em uma relação de violência, a mulher deve conceber-se como sujeito da relação; isto implica que, em uma correlação de força, ela tem condições de fortalecer-se e lutar para reverter o quadro de violência.

Em relação aos tipos de violência, ambas as leis coincidem ao contemplar a violência psicológica, física, patrimonial e sexual. A lei mexicana agrega a violência econômica como “toda ação ou omissão do agressor que afeta a sobrevivência econômica da vítima (...)”, e a Lei Maria da Penha contempla a violência moral entendida como “qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria”.

As modalidades de violência são enfocadas de forma diferenciada por ambas as leis. Enquanto a lei brasileira utiliza a concepção de violência doméstica e familiar entendendo como “família” qualquer relação íntima de afeto, independente da orientação sexual⁴, a lei mexicana apresenta cinco diferentes âmbitos de violência: familiar, laboral, docente, na comunidade, institucional, feminicida e “de alerta à violência de gênero contra as mulheres”. Estas duas últimas são específicas para os casos de feminicídio, anteriormente mencionados.

2.1. O que faz uma mulher em situação de violência no México?

Os casos de violência contra as mulheres, segundo as leis mexicanas, devem ser atendidos pelo Ministério Público e pelas Procuradorias Estaduais. Nestes locais, porém, são atendidos somente casos de violência extrema. Não existem Delegacias Especiais para Mulheres, como no Brasil. Conforme entrevistas realizadas com profissionais especializados, quando uma mulher está em situação de violência, no Distrito Federal, na maioria dos casos dirige-se a uma “Unidade de Atenção e Prevenção à Violência Familiar” - UAPVF.

Existem 16 Unidades de Atenção no Distrito Federal, uma em cada Delegação (Regional). As UAPVFs integram a Secretaria de Desenvolvimento Social e oferecem atendimento interdisciplinar através de uma equipe técnica composta de advogado, psicólogo e assistente social. Conforme depoimento de uma profissional entrevistada que atua em uma das Unidades, as UAPVFs proporcionam assessoria jurídica, atenção psicológica tanto para homens como para mulheres e crianças. Quando o acordo entre o casal não é possível, a mulher pode “levantar uma Constância Administrativa Jurídica” (que é o correspondente ao nosso Boletim de Ocorrência) e quando for um caso de abuso sexual contra criança ou adolescente, canaliza-se para uma instância penal.

4 O artigo 5º reconhece, pela primeira vez na legislação, o conceito moderno de família (...); se entende por família a união de pessoas relacionadas de forma espontânea e efetivamente, estejam ou não casadas, vivam ou não debaixo do mesmo teto, hetero ou homossexuais.

O modelo aplicado nas UAPVFs é de caráter interdisciplinar, baseado no método psico-educativo e sistêmico, desenvolvido por profissionais de Serviço Social, Psicologia e Direito. A prevenção é trabalhada através de oficinas com mulheres, atendimento psicológico às crianças e adolescentes e grupos terapêuticos com homens.

Conforme especifica a Lei de Assistência e Prevenção à Violência Familiar, as vítimas de qualquer tipo de violência terão os seguintes direitos: serem tratadas com respeito à sua integridade; contar com proteção imediata e efetiva por parte das autoridades; receber informação veraz e suficiente que lhes permita decidir sobre as opções de atenção; contar com assessoria jurídica gratuita; receber informação médica e psicológica; contar com um refúgio (casa abrigo) caso necessite; ser valorizadas e educadas livres de estereótipos de comportamento e práticas sociais e culturais baseadas em conceitos de inferioridade ou subordinação, e em casos de violência familiar, as mulheres que possuem filhas ou filhos poderão ir para os refúgios com os mesmos.

Enquanto a mulher está no Refúgio, a Secretaria de Desenvolvimento Social disponibiliza um seguro contra a violência, que consiste em um apoio econômico, um salário mínimo, por um tempo determinado, com o objetivo de permitir que ela possa “manter-se” enquanto não tiver outra fonte de renda.

Segundo fontes informativas, a “Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia” teve como antecedente a “Ley de Asistencia y Prevención de la Violencia Intrafamiliar del Distrito Federal”, vigente a partir de 9 de julho de 1996, considerada pioneira no marco pelo qual se começou a trabalhar com a violência. “Na época, os magistrados insistiam que a questão da violência não poderia ser legislada, que era uma questão intrafamiliar, da ordem do privado e que, portanto, para os casos de violência contra a mulher, devia ser aplicada a Ley de Asistencia”, afirma a Dra. Pérez Duarte, em conferência proferida no Instituto de Investigaciones Jurídicas. Ao falar sobre o caráter da “Ley General” no México, a mesma professora, que atualmente exerce o cargo de Promotora, afirmou que a atual Lei contra a violência no México possui um corte mais administrativo do que punitivo porque “não define delitos. Não é uma Lei que julga, é mais uma Lei que programa”⁵.

A “Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia” possui as seguintes características⁶: estabelece princípios: igualdade, dignidade, liberdade; proporciona definições concretas sobre as modalidades e tipos

5 Conferencia ministrada en 25 de septiembre de 2009, en el Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM.

6 Tais características também foram apresentadas pela Dra. Duarte na mesma conferência.

de violência; é uma norma programada, uma vez que estabelece as bases para desenhar e trabalhar as políticas públicas, os Modelos; estabelece formas e métodos de coordenação interinstitucional - criação de um 'sistema', 'conselhos', integração entre os três níveis de governo: Federação, Estados e Municípios.

Neste 'sistema' participam representantes da administração pública federal e estatal. O Instituto Nacional das Mulheres (INMUJERES) atuará como Secretaria Executiva do Sistema e será responsável pela implementação da lei.

Em relação às três ordens do governo, a "Ley General" exige a coordenação de ações entre os diferentes níveis do Sistema (Federal, Estatal e Municipal); a Planificação Integral, ou seja, requer políticas públicas que abarquem todos os componentes dos Modelos (prevenir, atender, sancionar e erradicar); para tanto, são necessários os "mecanismos de exigibilidade"; uma legislação que retome, no âmbito local, as definições propostas na Lei, ou seja, assistência profissional capacitada, gratuita e garantida e proteção às mulheres que são afetadas por atos de violência; evitar a dupla vitimização, ou seja, evitar que a mulher tenha que repetir inúmeras vezes sua história até que entre em uma contradição forçada e, por fim, etiquetar recursos suficientes para o cumprimento do anterior.

O último capítulo da lei, "De la atención a las víctimas", orienta sobre a atenção que será dispensada às vítimas de violência, dando especial ênfase aos refúgios. Especial atenção merece o fato de que, no México, existe uma "Rede Nacional de Refúgios" que integra 72 centros de atendimento a mulheres em situação de violência severa, localizados em 31 entidades federativas, capacitados para atender 1.600 pessoas ao mesmo tempo. Os refúgios, para Guillé Tamayo, são

lugares secretos e confidenciais de proteção para mulheres e seus filhos; são espaços temporais para a sua segurança. Lugares onde permanecerão para aclarar suas ideias e potenciar suas capacidades. Casas, edifícios e instalações operadas por outras mulheres para atender as crises emocionais e de saúde das vítimas. Lugares seguros onde se analisam os direitos de cada pessoa, se explicam quando estes são violados e se orienta como proceder em cada situação, acompanhando a vítima em qualquer de suas decisões (2007, p. 377).

Somente no ano de 2006, quando havia 46 refúgios localizados em 28 Estados do México, foram atendidas mais de 20 mil pessoas que permanecem até três meses protegidas em lugares secretos; além disso, mais de 25 mil crianças (meninas e meninos) também foram atendidos nos centros de atenção externa

(TAMAYO, 2007). A coordenadora da Rede de Refúgios advertiu que cerca de 300 mil mulheres se encontram em cárcere privado em suas próprias casas, devido ao fato de o cônjuge ter poder econômico e estar vinculado ao crime organizado, ao narcotráfico ou ao âmbito judicial. Aproximadamente 20% das mulheres que pedem auxílio e são atendidas nos refúgios são esposas de narcotraficantes e pessoas ligadas ao tráfico de mulheres.

O que chama particularmente a atenção é que 75% de todos os Refúgios existentes no México são criados, coordenados e organizados por grupos de mulheres que pertencem à sociedade civil, em parceria com os órgãos públicos, frente a 25% de refúgios que pertencem aos governos locais⁷.

2.2. O que faz uma mulher em situação de violência no Brasil?

No Brasil, as instâncias jurídicas responsáveis em acolher as queixas e registrar as denúncias são as “Delegacias Especiais de Atenção à Mulher” - (DE-AMs) que, em sua grande maioria, integram em seu quadro de funcionários delegadas e policiais do sexo feminino. Uma mulher em situação de violência no Brasil deve dirigir-se a uma Delegacia Especial para Mulheres e ser atendida por uma equipe de profissionais: delegada, polícia, psicóloga; em seguida registrar um “Boletim de Ocorrência” (BO) e instaurar um “Inquérito Policial”, ou seja, fazer uma denúncia que, depois de tramitar pelo Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar, será remetida ao Ministério Público.

Há um capítulo específico na lei brasileira sobre a atenção da autoridade policial às mulheres em situação de violência. A polícia é obrigada a garantir a proteção da mulher, encaminhá-la ao Hospital ou Instituto Médico Legal, oferecer transporte para a “ofendida” e seus dependentes para um refúgio seguro (Casa Abrigo) quando há risco de vida; acompanhar a ofendida para assegurar a retirada de seus pertences do domicílio e informar a ofendida dos direitos a ela conferidos nesta lei, bem como os serviços disponíveis.

No Brasil, conforme explícito na lei atual, as medidas protetivas de urgência são definidas na mesma “Delegacia”; instaura-se um “Inquérito”, ou seja, uma Investigação Policial que é enviada aos Juizados Especiais da Violência Doméstica e Familiar, órgãos da Justiça Ordinária, com competência civil e criminal, que foram criados a partir da Lei Maria da Penha. Em caso de não

7 Entrevista concedida pela coordenadora da Rede de Refúgios, Margarita Guillé Tamayo, para o Jornal Milenio, acessada pelo site <http://www.milenio.com>. Acesso em: 20 set. 2010.

existir Juizado Especial, os registros de violência são enviados aos Juizados de Primeira Instância Criminais (“Varas Criminais”) e os casos de violência doméstica ou familiar terão prioridade em relação aos outros processos. Somente depois de passar por este juizado, se for necessário, o processo passará ao Ministério Público.

Também existem no Brasil as Defensorias Públicas, que são locais aos quais as mulheres em situação de violência podem recorrer, e onde serão atendidas por advogados - gratuitamente. O artigo 37º da lei brasileira prevê a obrigatoriedade da mulher ir acompanhada de um advogado durante todos os autos do processo, ou seja, o Estado brasileiro deve garantir assessoria jurídica integral e gratuita à mulher em situação de violência.

2.3. O que acontece com o agressor no Brasil e no México?

O texto referente à lei mexicana menciona inúmeras vezes “a vítima”, porém, quando nos atemos a procurar o que a lei prevê especificamente para o “agressor”, ou seja, para quem cometeu o delito, a lei mexicana não define a quem dirigir o processo e nem prevê uma pena.

Constata-se na lei brasileira uma clara intenção de enfatizar ou “moralizar” o castigo do agressor, especificando as medidas de castigo: prisão preventiva do agressor; agravamento da pena, aumento da pena e/ou obrigatoriedade em participar de programas de recuperação. Se o agressor for pego em flagrante, poderá ser aplicada uma pena de detenção que varia de 3 meses a 3 anos. A Lei Maria da Penha proíbe a simples doação de uma cesta básica ou prestação de serviços à comunidade, como era estipulado na lei anterior. Este detalhe concede seriedade, valor e vontade política por parte dos executores da lei, caracteriza uma “punição” fazendo com que a maioria dos agressores pense melhor antes de cometer atos violentos.

O que pode parecer um avanço também revela uma contradição quando se comparam essas informações com a quantidade de processos inconclusos: 70% foram arquivados, na maioria dos casos, por intervenção da própria agredida, que altera seu depoimento diante das promessas do companheiro de mudar de atitude. A Justiça também contribui para a impunidade: em 21% dos casos estudados, os acusados foram absolvidos - em uma proporção de dez absolvidos para um condenado.

Um dos principais motivos do aumento da violência é a impunidade. No México, a violência contra as mulheres não é considerada um delito grave.

Para a maioria dos juristas, “existem outros tipos de casos mais graves do que a violência contra as mulheres”. Muitos juristas e integrantes da polícia ainda possuem uma visão estereotipada e machista sobre a postura das mulheres, atuam sobre a lógica da suspeita tendendo a uma dupla vitimização da mulher, questionando suas atitudes, seu passado - entrando pela consideração da moralidade. Existe muita resistência dos profissionais da área jurídica, pois a maior parte dos juízes ignora as leis e alega que “os homens não implementam ações que prejudicam homens”.

A grande maioria dos agressores não admite que é violento, coloca a culpa na mulher, dizendo que ela lhe provocou. Dos homens agressores que aceitam participar de um grupo terapêutico, somente 27% chega ao final do tratamento e 59% reincidem nos atos de violência depois de participar da terapia.

2.4. Como é feita a denúncia ou o registro da queixa em ambos os países?

Entre os dois países também ocorre uma diferença em relação a como fazer a denúncia. A Lei Maria da Penha determina que a denúncia deva ser feita através do registro de um Boletim de Ocorrência e até há pouco tempo atrás, não era necessário “representar”, ou seja, já se instaurava um inquérito policial, e o processo corria normalmente até chegar ao Juizado Especial da Violência. A mulher só podia retirar a queixa na presença do juiz.

No México a grande questão é que as denúncias deveriam ser feitas por “Ofício” diretamente junto ao Ministério Público, porém, a grande maioria das mulheres opta pela “Querella”, que é realizada nas próprias Unidades de Atenção e Prevenção à Violência.

De acordo com o art. 16 da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos, uma averiguação prévia deve iniciar mediante uma denúncia ou “querella” (são requisitos de procedibilidade). A denúncia, em Direito Processual e Administrativo, é “a puesta en conocimiento de la perpetración de un hecho constitutivo de delito o infracción administrativa ante la autoridad competente, ya sea ésta el juez, el funcionario del ministerio público, policía u otro funcionario público competente” (Diccionario Jurídico Mexicano, 1994).

Qualquer cidadão pode recorrer a uma denúncia. Em matéria de direito administrativo se abrirá um procedimento administrativo e em matéria penal um procedimento penal. Isto não quer dizer que o denunciante seja parte atuante no procedimento; quem abre o procedimento é a administração que,

por sua vez, não é obrigada a comunicar o resultado das investigações ou da tramitação. Devemos ter em conta também que o denunciante sempre permanecerá no anonimato e os funcionários responsáveis pela tramitação não podem revelar o nome do denunciante.

A denúncia por ofício, como expressa Castro (1995), é um princípio fundamental da ação penal. O mesmo autor afirma que o princípio da oficialidade consiste em que o exercício da ação penal deve ocorrer sempre junto ao Ministério Público.

A “querella”, no entanto, possui outras características. É um tipo de denúncia sujeita a certos formalismos especiais, e a que seja representada e tramitada por advogado e procurador designados especialmente para cada caso. A vantagem da “querella” é que a pessoa que a apresenta se constitui em parte acusadora do processo e toma parte ativa. Porém, no caso da violência contra as mulheres, quando a denúncia é por “querella”, significa que a tramitação dos casos permanece em mãos da própria mulher, que não há responsabilidade por parte do Estado. Na maioria das vezes, estas não possuem força suficiente para “tornar-se parte ativa” do processo, ou seja, para manter as denúncias e exigir uma pena para os agressores. Por diversos motivos elas retiram a queixa.

A maioria das mulheres no México se inibe para fazer denúncias e, quando fazem, não é por Ofício, e sim por “Querella”. Conforme depoimentos de profissionais entrevistadas e estudos feitos por Huacuz Elias y Mejía Garcia (2003), existem dois tipos de fatores inibidores da denúncia: os internos e os externos.

Os internos estão relacionados com questões morais, religiosas e culturais, como as mulheres que consideram que seu casamento é para toda a vida, portanto não querem destruí-lo nem desintegrar a família; não denunciam por temor ao agressor e/ou por dependência econômica; possuem vergonha que seus vizinhos, amigas ou familiares venham a saber que estão envolvidas em procedimentos penais (preconceitos sociais); elas só querem resolver de maneira imediata o problema, que o agressor leve um susto - e com uma chamada de atenção por parte do juiz acham que ele vai mudar de atitude; não estão dispostas a “fichar” seus companheiros; algumas não denunciam para proteger seus filhos/filhas do agressor; e, por último, falta de informação - as mulheres não sabem a que recorrer em caso de violência sexual.

Os fatores externos estão ligados à ignorância que as mulheres possuem sobre seus direitos como cidadãs e sobre as possibilidades de fazer valer os recursos jurídicos que existem para protegê-las. Entre os principais fatores externos estão: a vítima desconhece os trâmites legais; uma vez que a violência

ocorre em casa, as mulheres dificilmente contam com testemunhas presenciais e no México, por exemplo, a prova testemunhal requer duas testemunhas. No México o certificado médico ou psicológico deve ser emitido por um perito especializado da Procuradoria e no Brasil os “laudos” ou prontuários médicos fornecidos pelos Hospitais ou Postos de atendimento à saúde das mulheres serão admitidos como provas das agressões físicas; os processos são demorados e devido à burocracia perde-se o contato com a pessoa agredida; não há sanções para os culpados e se são processados é com uma pena mínima; no México, a polícia não pode entrar na casa do agressor sem uma ordem explícita.

Desafios à implementação das leis “Maria da Penha” e “Ley General de Acceso de las Mujeres a una Vida Libre de Violencia” - Políticas Públicas para prevenir, atender e sancionar a violência

Um dos maiores desafios à implementação de ambas as leis é, em primeiro lugar, sua publicização, ou seja, sua divulgação para o maior número possível de pessoas, não só às mulheres, mas também à sociedade em geral. As leis necessitam ser conhecidas, difundidas, interpretadas, amplamente divulgadas pelos meios de comunicação em espaços acadêmicos, escolas, associações, sindicatos, locais de trabalho, comunidades periféricas, grupos de mulheres, entre outros, através de campanhas, projetos educativos e culturais de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Das 15 profissionais entrevistadas que trabalham com a questão da violência no México, todas conhecem a “Ley General de Acceso a las Mujeres a una vida libre de violencia”, porém, quando perguntamos se a Lei está sendo aplicada adequadamente no México, todas responderam que não. Os motivos, segundo as profissionais, são: “porque os operadores de direito que atuam junto aos Ministérios não a conhecem; a maioria das mulheres que sofrem violência também não a conhece”; “falta envolver as instâncias judiciais”; “muitas instituições enfocadas no âmbito jurídico não aplicam a Lei porque não possuem conhecimento sobre a mesma”.

Com relação aos maiores obstáculos na aplicação da Lei, as respostas foram: “a corrupção e a falta de pessoal técnico preparado e sensível”; “o extenuante é a burocracia da tramitação do processo”; “a falta de educação, o desconhecimento, os custos, a falta de preparação, o medo da denúncia”; “sua aplicabilidade”; “o desconhecimento da Lei, a pouca sensibilidade por parte do

Estado para sua aplicação e a falta de informação da Lei em âmbito nacional”; “a falta de homologação de critérios para as leis, ou seja, a legislação penal reconhece unicamente a violência física e psicológica, ignorando os outros tipos - como patrimonial e econômica”.

No Brasil também constata-se desafios na aplicação da lei. Em pesquisa realizada junto a trinta mulheres e trinta homens na Delegacia de Mulheres da cidade de Florianópolis (Brasil), as sociólogas Leila Deeke e Elza Coelho (2008)⁸ constataram que 70% das mulheres entrevistadas já haviam registrado de dois a quatro boletins de ocorrência por agressão contra seus parceiros, 26% haviam feito de cinco a nove notificações e 3,3% até 10 boletins. Os motivos da reincidência dos boletins foram: a anulação do boletim anterior por temer a vingança do parceiro; a falta do casal no comparecimento à intimação da delegacia, devido à melhora do comportamento do parceiro após a agressão; e a frustração diante da falta de incentivo em denunciar o parceiro. A pesquisa constatou também que os principais motivos da violência cometida pelos homens contra as mulheres foram: ciúme, não admitir ser contrariado, ingestão de álcool e traição. Evidenciou-se, ainda na pesquisa, o forte uso de medicamentos pelas mulheres em função da situação de violência - para suportar a ansiedade, a depressão, a sensação de impotência e outras emoções negativas desencadeadas pelo contexto de violência doméstica.

Outro grande desafio a ser superado para que a Lei Maria da Penha possa ser implantada de forma satisfatória no Brasil é a mudança nas estruturas de segurança pública, no sentido de incorporar concepções de consciência e atitudes que neutralizem a vitimização de gênero desde a intervenção sobre o ato em si, o que o provocou, como em todo o seu encaminhamento por parte da polícia e seus agentes. Muitos juristas e integrantes da polícia ainda possuem uma visão estereotipada e masculinizada sobre a postura das mulheres, atuam sob a lógica da suspeita tendendo a uma dupla vitimização da mulher, questionando suas atitudes, seu passado - entrando pela consideração da moralidade.

A participação da Sociedade Civil no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher é fundamental e, através de movimentos e grupos organizados deve exigir, reivindicar do Estado tanto ações que articulem a prevenção à violência e apoio às mulheres, como mudanças na le-

8 DEEKE, Leila Platt e COELHO, Elza Berger Salema. *A dinâmica da violência a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro*. Trabalho apresentado no Encontro Internacional Fazendo Gênero 8, que ocorreu em Florianópolis, UFSC, de 25 a 28 de agosto de 2008.

gislação brasileira. Para isso é necessário: a) destinação de recursos para a implementação da LMP através de dotação orçamentária nos Planos Plurianuais; b) criação de Delegacias Especializadas de atendimento a Mulheres e/ou sessões especializadas. Não só criar, mas destinar recursos, infraestrutura, equipamento adequado e, sobretudo, capacitar os e as policiais e demais técnicos que atendem as mulheres em situação de violência; c) criação de Casas-abrigo, Centros de Referência e de Atendimento Integral e Multidisciplinar para Mulheres e seus dependentes, bem como o Serviço de Assistência Jurídica em sede policial e judicial; d) criação de núcleos de defensoria pública especializados no atendimento a mulheres em situação de violência; e) criação de curadorias (promotorias especializadas) para atuar junto aos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; f) criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; g) criação de Centros de Educação e Reabilitação para agressores; g) garantia de cursos de capacitação para os agentes públicos em direitos humanos, gênero, raça e etnia, capacitação de técnicos, policiais e agentes que atuam junto às delegacias de polícia e aos centros de referência.

As políticas públicas devem propor uma revisão dos modelos de socialização envolvendo os homens, desde cedo (crianças, adolescentes, jovens), nos esforços pelo fim da violência contra a mulher em espaços públicos e privados, tais como: 1) a criação de programas para adolescentes e jovens favorecendo que as novas gerações adotem modelos relacionais fundamentados no respeito aos direitos das pessoas, nas responsabilidades individuais e no respeito às diferenças; 2) a construção de uma rede de recursos públicos, uma rede de cidadania, ou seja, conhecer os serviços existentes nesta área, trabalhar em parceria, elaborar projetos em conjunto, canalizar forças para um programa e trocar experiências de práticas bem-sucedidas; 3) investigação, apuração e tipificação do crime por parte das delegacias especializadas de atendimento à mulher. É a primeira instância na busca da proteção. É importante dar formação continuada aos profissionais que atuam nos diversos setores de auxílio às vítimas e aos agressores; 4) Instituto Médico Legal - sua função é decisiva na coleta de provas que serão necessárias no processo judicial e condenação do agressor; 5) Centro de Referência - como o próprio nome diz, é o local de referência e orientação, responsável pelos encaminhamentos da rede. Tem o papel de dar atendimento e acompanhamento psicológico e social à mulher em situação de violência, resgatando e fortalecendo sua autoestima e possibilitando que esta se torne sujeito de seus próprios

direitos; 6) os serviços das Casas-abrigo - espaços seguros que oferecem moradia protegida e atendimento integral à mulher em situação de risco de vida iminente em razão da violência doméstica. É um serviço de caráter sigiloso e temporário, onde as usuárias permanecem por um período determinado até reunirem as condições necessárias para retomar o curso de suas vidas; 7) Conselhos municipais, estaduais e federais de mulheres - têm o papel de monitorar e fiscalizar a qualidade e a eficiência dos serviços prestados por todas as pessoas envolvidas no atendimento e assistência às mulheres em situação de violência. São organismos com representações governamentais e não governamentais e devem ter sua autonomia respeitada; 8) a Justiça, a Segurança Pública e os Direitos Humanos - ações voltadas à formação e capacitação dos profissionais que atuam na elaboração e implementação de medidas jurídicas relacionadas à violência doméstica, familiar, incluindo centrais de penas e medidas alternativas, poder judiciário, ministério público, defensoria pública, escola de formação de juízes, promotores, defensores e conciliadores, varas de família, juizados da infância e da adolescência, além das academias de polícia, presídios, conselhos tutelares, centros de atendimento à infância e à adolescência e outros.

Além desses enfoques nas políticas públicas, ressaltamos a dimensão pedagógica junto às mulheres em situação de violência, reconhecendo em cada uma um “sujeito de direitos”, um ser social e uma cidadã que tem um lugar na sociedade. Enfim, desenvolvendo nestas mulheres seu poder pessoal e coletivo, resgatando a autoestima e a auto-confiança, estaremos trabalhando seu processo de empoderamento e emancipação.

A perspectiva de gênero exige uma nova postura frente à concepção de mundo, aos valores e ao modo de vida, ou seja, coloca em crise a legitimidade do mundo patriarcal. Esta perspectiva permite compreender que as relações de desigualdade e iniquidade entre gêneros é produto da ordem social dominante e das múltiplas opressões de classe, raça, etnia e gerações que se exercem sobre a mulher e configuram uma superposição de domínio.

Podemos concluir que ambos os países, Brasil e México, estão se esforçando para combater o problema da violência contra as mulheres com leis inovadoras que trazem seriedade em suas propostas e conteúdos. Enfim, esperamos que em breve possamos viver em países onde haja menos violência, mais equidade de gênero, mais justiça e mais igualdade social.

Referências

BANDEIRA, Lourdes e VASCONCELOS, Marcia. *Equidade de gênero e políticas públicas: reflexões iniciais*. v. 3. Brasília: AGENDE, 2002.

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. In: MELO, Hildete Pereira de & BANDEIRA, Lourdes. *A pobreza e as políticas de Gênero no Brasil*. n. 66. CEPAL. *Série Mujer y Desarrollo*. jun-2005, p.43-76.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. In: *Educação & Realidade*. v.20. n.2. Porto Alegre: Faculdade de Educação da UFRGS, jul.-dez. 1995, p. 133-184.

CAPUTI, Jane y RUSSEL, Diana. Femicide: Speaking the unspeakable. In: RADFORD, Jill y RUSSEL, Diana. (eds.). *Femicide: the politics of Women Killing*. Nueva York. Disponible en: <http://www.dianarussel.com/femicide.html>.

CASTRO, Juventino V. *El Ministerio Público en México*. México: Porrúa, 1995.

CEFEMEA. Lei Maria da Penha: do papel para a vida - comentários à Lei 11.340/2006 e sua inclusão no ciclo orçamentário. Brasília, 2007. Disponible en www.cfemea.org.br.

Diccionario Jurídico Mexicano. 7. ed. Instituto de Investigaciones Jurídicas de la Universidad Nacional Autónoma de México. México: Porrúa, 1994.

ELÍAS, María Guadalupe Huacuz. ¿Violencia de Género o Violencia Falocéntrica? - Variaciones de un sistema complejo. Instituto Nacional de Antropología y Historia. *Colección Científica* - 546. Serie Antropología. México, 2009.

INMUJERES. Compilación legislativa para garantizar a las mujeres una vida libre de violencia. México, 2008.

LAGARDE, Marcela. Por la vida y la libertad de las mujeres. Fin al feminicidio. In: RUSSEL, Diana E. H. y HARMES, Roberta A. (eds.). *Feminicidio: una perspectiva global*. Traduzido por Guillermo Vega Zaragoza. México, CIICH, UNAM, 2006.

PAZ, Mauricio Barrera. *Estrategias Legales Feministas*. 2009, Ponencia presentada en el Coloquio Anual del PUEG/UNAM.

RAMIREZ, Sergio Garcia. *Curso de Derecho Procesal Penal*. 2. ed. México: Porrúa, 1977.

RIFIOTIS, Theophilos. Rev. Katálysis. v. 11. n. 2. Florianópolis, jul.-dez. 2008, p. 225-236.

SORIA, Miguel A. *Violencia Domestica - Manual para prevención, detección y tratamiento de la violencia domestica*. Sevilla: Eduforma, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*. v. 20. n. 2, jul.-dez 1995, p.71-99.

SEGATO, Rita Laura. ¿Que és um feminicídio? In: BELAUSTEGUIGOITIA, Marisa y MELGAR, Lucía. (coord). *Fronteras, violencia, justicia: nuevos discursos*. Colección Seminarios. México, PUEG/UNAM y UNIFEM.

TAMAYO, Margarita Guillé. Las razones de los refugios. In: JIMÉNEZ, María. (coord). *Violencia familiar y violencia de género - intercambio de experiencias internacionales*. México: Universidade Autonoma de la Ciudad de México, SEDSOL, 2007.

METODOLOGIAS FEMINISTAS, GÊNERO, POLÍTICAS PÚBLICAS E O MONITORAMENTO DA LEI MARIA DA PENHA

Jussara Reis Prá

Introdução

O campo de estudos de gênero consolidou-se no Brasil no final dos anos 1970, concomitantemente ao fortalecimento do movimento feminista no país. A incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas é, no entanto, um tema ainda hoje pouco explorado (FARAH, 2004, p. 47).

O texto em epígrafe revela lacunas da agenda pública brasileira e justifica nosso propósito de associar gênero, feminismo e políticas públicas, destacando a contribuição da metodologia feminista na criação de indicadores e protocolos para monitorar e avaliar políticas públicas. Reflexão referenciada na experiência do Observatório para Monitoramento da Lei Maria da Penha (Observe), que acompanha a implementação e a aplicação da normativa delineada para “coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” (Lei 11.340 de 7/08/06, Art. 1º).

O emprego do conceito de gênero na análise remete à “construção social e histórica do feminino e do masculino e para as relações sociais entre os sexos, marcadas em nossa sociedade por uma forte assimetria” (FARAH, 2004, p. 48). Falar em gênero, então, é referenciar a construção feminista que permite avaliar como identidades femininas e masculinas se constituem social, política, histórica e culturalmente. O conceito também reporta às bases patriarcais de poder presentes em domínios da vida pública e privada. Âmbitos nos quais se expressam sistemas de crenças e ideologias sexistas que delimitam direitos, deveres e

condutas para cada sexo, legitimam a ordem estabelecida em cada sociedade e justificam a supremacia dos homens e do masculino (PULEO, 2004).

Tal leitura permite identificar as assimetrias das relações de poder e a recorrência de condições adversas à equidade de gênero, evidenciado a construção social das diferenças entre masculino e feminino (AMÂNCIO, 1998). Nesse sentido, a perspectiva de gênero alimenta o questionamento à vigência de matrizes histórico-culturais de ordem patrimonial, patriarcal e autoritária que sustentam a subordinação feminina, com o aporte de estruturas sociais, instituições, comportamentos, crenças, normas e valores. Equação a configurar subordinações que vão do público ao privado e são evidenciadas em estatísticas que registram discriminações e circunscrevem fenômenos como o da distância das mulheres dos cargos de poder e decisão, incluem a sub-representação feminina na política, passam pela discriminação salarial no mercado de trabalho e chegam à violência doméstica dos homens contra as mulheres. Realidade a exigir políticas públicas voltadas a equacionar desigualdades de gênero e, para além destas, as pautadas por fatores relativos à geração, origem étnica, orientação sexual, condição de classe ou localização geográfica - que geram e reforçam outras subordinações também carentes de solução (BLAY, 2003).

No intuito de reverter o quadro de discriminações que demarca a condição feminina, organizações feministas e de mulheres de diversas partes do planeta construíram uma história de mobilizações em seus países e junto à Organização das Nações Unidas - ONU - que beira quatro décadas. Tal protagonismo, materializado em negociações de alcance local, nacional, regional e internacional, mantém constante a defesa da cidadania feminina e impinge a compreensão das mulheres enquanto sujeitos de direitos e prioridade da ação pública e política. Entendimento gerado e retroalimentado em sucessivas conferências e convenções nas Nações Unidas, gerais ou sobre mulheres, e registrado na redação de planos, acordos, tratados e pactos globais.

Os mesmos instrumentos, ao redefinirem a cidadania feminina a partir de parâmetros normativos internacionais, retornam aos países deles signatários corroborando reivindicações dos movimentos de mulheres e feministas e influenciando a formulação de leis nacionais. No Brasil, tal legitimidade estimula a elaboração de políticas públicas de gênero, abrangendo temas relativos aos direitos sexuais e reprodutivos, aos direitos políticos e civis e à violência contra a mulher, como esclarecem Jacqueline Pitanguy e Dayse Miranda. Não obstante, elas mesmas advertem que

a realidade empírica descreve um cenário mais pessimista com relação aos temas mencionados. As mudanças na legislação e as ações governamentais rumo à equidade de gênero não foram suficientes para consolidar a cidadania efetiva de todas as mulheres no país (PITANGUY e MIRANDA, 2006, p. 31).

À vista disso, as autoras ponderam que a efetividade da cidadania feminina ainda carece do fortalecimento e da implementação de direitos conquistados - tarefas que entendem como desafio permanente do feminismo, cujo empenho deve focar padrões normativos mais igualitários e a transversalidade de gênero nas políticas públicas. Resultados a serem buscados para assegurar “que a questão dos direitos de cidadania das mulheres e as condições para seu exercício constituam questões centrais de democracia, e não apenas questões das mulheres” (PITANGUY e MIRANDA, 2006, p. 31).

A presente intervenção parte desse entendimento com o propósito de associar gênero, feminismo e políticas públicas, destacando a contribuição da metodologia feminista na construção de indicadores e instrumentos de medida para monitoramento e avaliação de políticas públicas. Para tanto, referencia-se o problema da violência contra as mulheres com o objetivo de dimensionar os sentidos e os significados de monitorar o processo de aplicação e implantação da Lei Maria da Penha. Assim, a abordagem busca refletir acerca do que se monitora e sobre por que e como monitorar uma política pública de gênero.

O que se monitora pela leitura feminista

O problema da violência contra a mulher integra a pauta das lutas feministas há pelo menos quatro décadas. Nesse percurso, a busca de leis e práticas para seu enfrentamento somou esforços de governos e organizações não governamentais tanto em plano nacional como internacional. A incorporação do tema a agendas de estudos e pesquisas em diversos países propiciou o surgimento de literatura ampla e instigante sobre o assunto. Nesse arcabouço, as desigualdades nas relações de poder entre homens e mulheres são associadas a distintas formas de discriminação, entre elas às designadas como violência de gênero.

A violência ocorrida no domínio privado é identificada como uma das formas emblemáticas das desigualdades de gênero, sendo nelas inclusas agressões físicas, psicológicas, sexuais ou patrimoniais ocorridas no meio familiar - ambiente no qual as mulheres, sejam elas adultas, jovens ou meninas, são

as maiores vítimas de maus tratos, abuso sexual, estupro e crimes passionais, além de outras práticas perversas que vão da mutilação genital ao incesto, passam por ameaças ou pelo cárcere privado e por exploração sexual econômica. Assim, a manifestação de relações desiguais de poder ou das chamadas assimetrias de gênero se mantêm à semelhança do passado, potencializando-se no espaço privado, no qual tradições e mentalidades garantem a dominação masculina (PASINATO, 2010).

O reconhecimento da violência contra as mulheres como violação de direitos humanos teve a rubrica da Conferência Mundial sobre Direitos Humanos de Viena (1993) e dos documentos dela resultantes, instituindo um dos marcos à almejada conformação da cidadania feminina. Os preceitos de Viena e de outras convenções, como a de Belém do Pará (1994), das quais o Brasil é um dos países signatários, encontram respaldo no parágrafo 8º do artigo 226 da Constituição Federal Brasileira que reconhece a violência intrafamiliar, definindo o dever do Estado de assegurar “assistência à família, na pessoa de cada um dos que a integram e criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações” (BRASIL, 2007).

No Brasil, a ampliação do espaço institucional dedicado aos direitos humanos e a preocupação com as desigualdades de gênero possibilitam revelar distintos obstáculos ao desenvolvimento da cidadania feminina. Nesse contexto, uma nova agenda para os direitos humanos das mulheres pautou o discurso político no país e “desencadeou políticas públicas, em particular nos campos da saúde sexual e reprodutiva; dos direitos trabalhistas e previdenciários; dos direitos políticos e civis; e da violência de gênero” (PITANGUY e MIRANDA, 2006, p. 24). Insere-se aí a Lei Maria da Penha, enquanto mecanismo de combate à violência contra mulheres.

A Lei Federal nº. 11.340/06, sancionada em 7 de agosto de 2006 e nomeada “Maria da Penha”, referencia mudanças expressivas na perspectiva de enfrentamento à violência doméstica e familiar. A nova legislação estabelece procedimentos para coibir essa prática, pressupõe a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar e altera o Código Penal Brasileiro, possibilitando a prisão de agressores em flagrante ou sua detenção preventiva. Sua redação elimina as penas alternativas previstas pela Lei nº. 9.099/95, que enquadrava a violência contra mulheres entre os delitos de menor potencial ofensivo. A nova Lei, além de tributária das mobilizações de mulheres e feministas, responde a diversos compromissos internacionais do estado brasileiro. Ademais, atende à Comissão Interamericana de Direitos Humanos no que concerne à efetivação

do processo penal do agressor de Maria da Penha Fernandes Maia e à adoção de medidas para evitar a tolerância estatal e o tratamento discriminatório nas questões de violência doméstica contra mulheres.

Nesse tom, enquanto o quinto artigo do texto configura violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos, e dano material ou patrimonial, o Artigo 1º da Lei

(...) cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos: § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil (Lei nº. 11.340/06, Art.1º).

A leitura e a reflexão feministas impressas no conteúdo da Lei redimensionam o debate sobre a antinomia público e privado, contrapondo-se ao ditado popular de que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Ou, ainda, do verbalizado a partir do senso comum de que questões dessa índole devem ser resolvidas entre “quatro paredes”. Nessa dimensão, como enumeram Flávia Piovesan e Sílvia Pimentel, a nova Lei comporta sete inovações extraordinárias, a saber:

(...) mudança de paradigma no enfrentamento da violência contra a mulher; incorporação da perspectiva de gênero para tratar da desigualdade e da violência contra a mulher; incorporação da ótica preventiva, integrada e multidisciplinar; fortalecimento da ótica repressiva; harmonização com a Convenção CEDAW/ONU e com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; consolidação de um conceito ampliado de família e visibilidade ao direito à livre orientação sexual; e, ainda, estímulo à criação de bancos de dados e estatísticas (PIOVESAN e PIMENTEL, 2007, p. 1).

A violência cometida no ambiente doméstico e familiar, até então considerada infração de menor potencial ofensivo e sujeita à impunidade, agora tem conotação criminal. Com efeito, além de erigir essa violência “à categoria de ato violador dos Direitos Humanos da Mulher”, a nova Lei institui “medidas protetivas que efetivamente assegurem o exercício de tais direitos, já estabelecidos na

Constituição Federal de 1988” (DIAS, 2009, p. 22). Igualmente, põe sob suspeita o poder e a autoridade do homem sobre a mulher e o respaldo a ele oferecido pelo direito patriarcal - ordenamento que levou Carole Pateman (1993) a identificar no pacto constituído para regular o funcionamento do Estado Moderno (séc. XVIII) e o convívio em sociedade (contrato social) o advento do que denomina de contrato sexual (casamento e prostituição). Conforme a autora, embora o contrato social seja a gênese do direito político e expressão da liberdade civil, na verdade ele passa a ser um atributo masculino. Sendo assim, “o pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido de patriarcal - isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres” (PATEMAN, 1993, p. 17).

Explorando um pouco mais essa avaliação é oportuno lembrar, como o faz Pateman (1993), que a distância temporal a nos separar do momento histórico em que as teorias tradicionais do contrato foram forjadas não exclui a sua atualidade. A autora também destaca que, embora tais teorias se apresentem em contraposição ao ordenamento patriarcal, o que se verifica é terem elas intermediado a constituição do patriarcado moderno. Consoante à concepção contratual, o pressuposto do indivíduo (homem) como proprietário da sociedade matrimonial não evidencia apenas a sujeição sexual das mulheres, traz também elementos para legitimar a violência de gênero.

No Brasil, a violência contra mulheres - incluindo crianças - foi instituto legal praticamente desde a colonização até a proclamação da República. Inicialmente, com respaldo das Ordenações Filipinas, em época posterior pautada pelo Código Napoleônico (Séc. XVIII), que expressava como dever da mulher a obediência ao marido. Com a República, o pai perde o direito de castigar fisicamente mulher e filhos (Decreto nº. 181 de 24/01/1890). Com a elaboração do Código Civil de 1916 o domínio patriarcal é mantido e acentuado por mecanismos de regulamentação do matrimônio. Este código, reformado substantivamente somente em 2002, reitera a posição da mulher enquanto propriedade do homem pela assinatura de contrato de casamento que prioriza o poder paterno.

A partir do ordenamento de 1916, a mulher perde sua capacidade civil (cidadania) com o matrimônio, dependendo do consentimento do marido para exercer atividades que solteiras ou maiores de idade desempenham livremente. O mesmo texto admite deserdar “a filha de comportamento ‘desonesto’ e não reconhece os filhos nascidos fora do casamento. Enfim, o Código de 16

regula e legitima a hierarquia de gênero e o lugar subalterno da mulher dentro do casamento civil” (PITANGUY e MIRANDA, 2006, p. 23). Ao homem também é facultado anular o casamento se constatada a não virgindade da esposa. O dispositivo “erro na indicação da pessoa” garante a ele anular o contrato nupcial nos seguintes termos: “são anuláveis os atos jurídicos (contrato) quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial”¹.

Enfocando a questão por esse ângulo é oportuno referenciar outros regramentos que priorizavam o poder masculino, desta feita os do Código Penal (Lei nº. 2.848 de 7/12/1940). Entre eles, o respaldo a atos ilícitos praticados “em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido” (Lei nº. 2.848, Art. 160) - leitura que permite absolver assassinos de mulheres sob alegação de “legítima defesa da honra” em caso de adultério. Ao que se soma o registro da expressão “mulher honesta”, incluindo seu uso também em casos de estupro. Situação em que a mulher somente pode processar o agressor se provar ser honesta, ou seja, virgem².

A conjugação destes parâmetros discriminatórios contribui para sedimentar os princípios do patriarcado e do patrimonialismo na sociedade brasileira. A reação ao adultério feminino e a exigência da virgindade evitavam o risco da divisão do patrimônio familiar com descendentes ilegítimos e justificavam a violência de gênero, em particular, a violência física (assassinato ou espancamento) e a violência moral (anulação do casamento). Igualmente, sobrepunha-se o poder patriarcal (dominação masculina), cobrando castidade e obediência - ambas, “matéria-prima para a formação de um imaginário cultural e social que permitia (e permite) o desrespeito às mulheres antes e até os dias de hoje, pois vários deles permanecem no imaginário social de homens e mulheres” (BORGONHONE, 2008, p. 24).

A longa vigência dos dois códigos (civil e penal) e sua pauta discriminatória levam a ordem jurídica brasileira a conviver com normas retrógradas e, ao mesmo tempo, incongruentes com os princípios igualitários da Constituição de 1988 e da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher - CEDAW. As recentes reformulações desses ordenamentos, como advogam Pitanguy e Miranda, rompem parte da herança de discriminação das mulheres e se aproximam de deliberações constitucionais e

1 Lei nº. 3.071, de 01/01/1916, Art. 86. O Código de 1916 foi revogado pela Lei nº. 10.406 de 10/01/2002.

2 Alterado pela Lei 11.106 de 28/03/2005, que modifica diversos artigos de conotação discriminatória em relação à mulher, seguindo recomendações do Comitê da CEDAW ao Estado brasileiro quando da apresentação de seu Relatório Oficial e do documento alternativo da sociedade civil, em 2004.

internacionais orientadas à equidade de gênero. No entanto, como advertem as autoras, a expressividade de avanços dessa natureza não elimina do “imaginário social brasileiro elementos sexistas e discriminatórios com relação às mulheres que as impedem de exercer, com plena autonomia e dignidade, seus direitos mais fundamentais” (PITANGUY e MIRANDA, 2006, p. 24).

O empenho de retirar o problema da violência contra a mulher do isolamento privado, de torná-lo questão pública e entendê-lo como objeto de relações de poder ou violação dos direitos humanos, ainda demarca processos inconclusos, antigos e globais. Apesar dos avanços na promoção da igualdade de gênero, obtidos em período relativamente recente, o respeito e a defesa aos direitos humanos das mulheres continuam deficitários. Os dilemas impostos à obtenção de plena paridade entre homens e mulheres denotam estarmos distantes da almejada equidade de gênero.

O quadro esboçado demonstra que a violência doméstica e familiar contra a mulher comporta traços históricos incutidos no imaginário social e instituídos na e pela cultura política brasileira, da qual emanam comportamentos, leis e políticas públicas. Avaliar tal realidade, contudo, requer algumas ponderações. Uma delas, como lembrado por Eva Blay (2003), é a de que o problema da violência contra as mulheres é fenômeno histórico e recorrente em diversas sociedades. Argumento também sustentado por Heleieth Saffioti (1994) quando adverte que a violência contra as mulheres sempre existiu, aliás, como fenômeno mundial, sem vínculos com riqueza, grau de desenvolvimento, nível de escolaridade, religião dominante ou com determinada cultura (ocidental ou oriental). Uma segunda ponderação é a de que as políticas públicas nem sempre são pensadas como fonte de direitos, de emancipação ou de expansão da cidadania das mulheres. Ao que se somam restrições da parte de quem responde pela aplicação e cumprimento das leis, em particular, quando está em pauta a garantia dos direitos humanos das mulheres - cenários que justificam investimentos direcionados a monitorar e avaliar a implantação de políticas públicas de gênero.

Por que monitorar a Lei Maria da Penha

O cenário da violência contra as mulheres no Brasil não tende a ser muito diverso do encontrado em outros países, partilhando com boa parte deles problemas relacionados ao atendimento das mulheres em situação de violência (falhas no acolhimento e acompanhamento), aos quais se somam

falhas de informação ou de notificação. O país também afluí para condições semelhantes às de outras nações no que respeita à imprecisão do sistema de estatísticas atinentes à violência contra mulheres. Diante disso, o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra a Mulher da CEDAW aborda regularmente, em seus comentários conclusivos, a questão da coleta de dados, instando os Estados-partes a empreenderem esforços para reunir estatísticas e sistematizar informações sobre as diversas formas de violência contra as mulheres, incluindo a violência doméstica - pleito direcionado ao Brasil nas duas ocasiões (2003 e 2007) em que o governo brasileiro apresentou seu relatório ao referido Comitê³.

Constatar tal imprecisão e o fato dela dificultar diagnósticos e análises precisas sobre a violência doméstica e familiar não impede conhecer a magnitude do fenômeno no Brasil, nem de perceber que este se avoluma em todo o território nacional. À vista disso, interessa acessar alguns dados a respeito, para depois retornar à questão das estatísticas. Destarte, é de notar que um dos problemas encontrados para a realização de estudos, ação governamental ou monitoramento da violência não reside, necessariamente, na falta de informações. Antes, isso responde pela imprecisão e dispersão de dados, o que dificulta a realização de análises longitudinais e comparativas. Isso sem desconhecer a importância de esforços empreendidos individualmente ou por algumas instituições para abordar a realidade da violência contra a mulher.

Em diligências dessa natureza, foi possível constar de uma perspectiva comparada, de que se há semelhança entre países no que tange à violência doméstica e familiar, a sociedade brasileira é uma das que converge para situações exacerbadas quando se trata de assassinatos de mulheres ou de atos cruéis e perversos praticados por maridos, companheiros, familiares ou parceiros rejeitados por elas. Dados do mapa da violência 2010 revelam que a incidência de homicídios de mulheres no Brasil situa o país em 12º lugar num ranking mundial - posição nada invejável e que se traduz, conforme estimativa para o período 1997-2007, em 4,2 mulheres assassinadas por cada 100 mil habitantes; 40% delas jovens (18 a 30 anos) (WAISELFISZ, 2010).

Outro aspecto da magnitude do fenômeno pode ser precisado com informações da Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). A central, que recebe denúncias de

3 Informações sobre esse processo são encontradas em: www.agende.org.br.

violência contra mulher, além de reclamações quanto aos serviços do Estado nesse atendimento, registra, desde sua criação (2005), um aumento expressivo de chamadas de todas as partes do país. Mencione-se que de janeiro a dezembro de 2009 foram 401.729 atendimentos - 49% superiores a 2008 (269.977 ligações) -, 40.857 daqueles com relatos de violência (10%). Nos seis primeiros meses de 2010 o serviço recebeu em torno de 343 mil chamadas, 62 mil delas (18%) com relatos de violência. Já a busca por informações sobre a Lei Maria da Penha correspondeu a 117.546 das chamadas de 2008, chegando a 171.714 em 2009. Os registros feitos pelo órgão não representam a violência contra as mulheres. Apesar disso, deve-se notar a importância da iniciativa e trazer mais alguns dados aí levantados. Dos 62 mil relatos de violência (2010), tem-se 72% de mulheres que informam viver com o agressor - 38% destas por mais de dez anos. Os tipos de agressão mais citados são, pela ordem, a violência física e a psicológica; ao lado disso, metade das mulheres alega correr risco de morte e 57% sofrer agressões diárias⁴.

À semelhança de registros nacionais, acréscimos na mesma ordem são encontrados em contextos regionais e locais. Na cidade de Porto Alegre, por exemplo, dados da Polícia Civil, divulgados pela Delegacia para a Mulher da capital gaúcha (DM), denunciam que entre 2007 e 2010 houve um crescimento acentuado dos casos de violência contra a mulher. Nos dois primeiros anos da série as ocorrências partem de 9.399 (2007) e chegam a 13.099 (2008), representando um aumento próximo dos 40%. Já de janeiro de 2010 até o final do mês de maio foram contabilizadas mais de 5 mil ocorrências policiais. No comparativo com a média de 2009 chega-se a mais de 40 registros/dia, incluindo entre os delitos mais comuns: ameaças, lesão corporal, crimes contra a honra como injúria, calúnia e difamação e contravenções penais, além de perturbação de tranquilidade e vias de fatos (*Zero Hora*, 13/06/2010, p. 9).

Pronunciando-se sobre esses números, a titular da Delegacia da Mulher de Porto Alegre, Nadine Anflor, avalia que a maior incidência de atendimentos registrada na capital gaúcha não se deve a um aumento na violência doméstica, mas a uma mudança de cultura na população feminina. Ainda segundo a delegada, antes da Lei Maria da Penha as vítimas esperavam a terceira ou quarta agressão para denunciar; hoje elas recorrem à delegacia mais rapidamente (*Zero Hora*, 13/06/2010, p. 9). Avaliações dessa natureza permitem inferir que

4 Fonte: www.presidencia.gov.br/spmulheres.

a referida Lei já encontra em ressonância entre as mulheres, apresentando-se como alternativa para solucionar situações de violência a que são submetidas.

Em relação à Lei Maria da Penha, ainda, resultados de pesquisa nacional que avaliou o seu impacto após dois anos de criação⁵ indicam que 68% das pessoas entrevistadas afirmaram já ter ouvido falar da lei; para 83% destas a nova legislação ajuda a diminuir a violência contra a mulher. Já no que confere às percepções sobre a lei, 33% acreditam que ela pune a violência doméstica e 20% que serve para aprisionar homens que agredem mulheres. Somados esses percentuais tem-se que para a maioria das pessoas entrevistadas (53%) a Lei Maria da Penha é essencialmente punitiva.

Mesmo concordando ser a nova legislação reconhecida pela sociedade brasileira e com o fato do aumento dos registros de violência sinalizar para uma mudança cultural em curso, é certo que muitos aspectos relativos à violência de gênero e ao seu enfrentamento carecem de reflexão e solução. Sendo assim, a recorrência do fenômeno, não raro seguida de requintes de perversidade, requer suplantar um sistema legal deficitário. Nesse sentido, assim expressou-se a Ministra da SPM, Nilcéa Freire, sobre o descumprimento da Lei Maria da Penha no caso Eliza Samudio: “Não adiantam as leis para proteger as mulheres, se as suas vozes não forem ouvidas e se houver omissão do Estado” (*Correio do Povo*, 18/07/2010, p. 10). A propósito, registre-se que a esfera estatal aparece entre as três principais áreas onde a violência contra as mulheres mais se manifesta, precedendo-a o âmbito intrafamiliar e o espaço social, conforme a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as Formas de Violência contra a Mulher (1993).

Retornando aos índices correspondentes à violência de gênero no Brasil, estatísticas disponíveis e registros de delegacias da mulher reiteram cifras e situações que parecem estagnadas: a maioria das agressões ocorre dentro de casa; o agressor é o atual ou o ex-parceiro afetivo; quase metade dos casos de violência de gênero resulta em lesões corporais graves originadas por socos, tapas, chutes, queimaduras, espancamentos e estrangulamentos; as relações domésticas e familiares respondem pela maioria dos assassinatos de brasileiras. Dados que, mesmo esparsos, em conjunto se revalidam ano após ano, revelando a complexidade e a gravidade de um fenômeno que, todavia, ainda

5 A pesquisa de opinião *Dois anos da Lei Maria da Penha: o que pensa a sociedade?* Entrevistou, em 2008, no país, 2002 pessoas (homens e mulheres) numa parceria entre Themis (Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero), Ibope e Instituto Patrícia Galvão, com apoio da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres - SPM. Fonte: www.presidencia.gov.br/spmulheres.

requer ser mais bem conhecido e enfrentado na sua magnitude, demandando a implantação e aperfeiçoamento de sistemas de coleta e produção de dados e estatísticas oficiais, bem como a sua atualização periódica em todo país (BRASIL, 2007).

A despeito disso, cumpre ponderar que ainda se carece de um quadro estatístico sobre violência contra as mulheres para melhor avaliar a dimensão do fenômeno no Brasil. Faltam elementos para que se possa ter uma visão global dessa violência, da incidência ou prevalência das suas diferentes formas, de suas causas e consequências, bem como dos seus custos. Portanto, as lacunas na geração, coleta e sistematização de dados sobre violência doméstica e familiar dificultam perceber a extensão do problema e, por conseguinte, formular propostas e adotar medidas eficazes para enfrentá-la, o que desafia as práticas de monitoramento seja do fenômeno da violência, seja da implantação e aplicação de políticas públicas como a da Lei Maria da Penha.

O quadro esboçado evidencia o desafio de implantar uma política pública que reconhece a violência doméstica e familiar contra as mulheres como problema social e violação dos direitos humanos em contextos sociais e institucionais nem sempre predispostos ou apropriados a mudanças de comportamentos, normas e valores. Isso demanda considerar duas retóricas que operam no entorno dessa equação: a da lógica cultural e a da lógica formal. Por meio da lógica cultural são reiteradas a inferioridade feminina e a superioridade masculina, atribuindo-se aos homens poder e autoridade e o respaldo de uma cultura sexista - contexto no qual o segmento masculino “detém o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio” (SAFFIOTI, 2001, p. 115).

Pela mesma lógica, o poder da mulher é circunscrito ao desempenho das funções de mãe, esposa e dona de casa. Ironicamente a reprodução, a organização da vida doméstica e o jogo de sedução revelam o “empoderamento” das mulheres ou o seu desempoderamento pela leitura feminista. No plano da lógica formal inserem-se políticas públicas como as das Delegacias da Mulher, das Casas Abrigo e das legislações protetivas, nela inclusa a Lei Maria da Penha (11.340/06), responsável por modificar o tratamento da violência de gênero, o que permite qualificá-la, pelo menos teoricamente, como uma das possibilidades de cidadania para as mulheres. Entrementes, pode-se argumentar que mudanças na esfera normativa com a criação de leis ou políticas públicas não garantem o funcionamento e a efetividade desses mecanismos. Significa

dizer que a igualdade formal não pode ser dissociada da igualdade material. Nesse sentido, desde que foi sancionada a nova legislação, enfrenta resistências e questionamentos quanto à sua legalidade e empregabilidade, e justo de responsáveis por sua aplicação (promotores de justiça, defensores públicos e magistrados, entre outros) (PASINATO, 2010, p. 23).

Obstáculos dessa natureza evidenciam que nem mesmo os avanços trazidos por um conjunto de pactuações nacionais e internacionais à equidade de gênero mostram-se suficientes para legitimar a adoção de medidas voltadas a garantir os direitos humanos das mulheres. Igualmente, denotam a dificuldade de aprofundar avanços legais sem modificar a cultura que naturaliza a violência de gênero. Com efeito, apesar da luta histórica das mulheres contra a subordinação, ainda se vivencia, no século XXI, a permanência de padrões e comportamentos orientados por valores e práticas discriminatórios. Uma matriz conivente com atos que não raro se traduzem em danos psicológicos, morais, patrimoniais, sexuais e físicos para as mulheres.

Qualquer desses atos, segundo Marlise Silva (1992), reflete a consolidação exacerbada de relações de poder assimétricas que se fundamentam na dominação masculina e sustentam a ideia de posse (inclusive do corpo da mulher). Assimetrias que desvendam desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais perpetuadas por aparatos sociais e institucionais, reforçados por e que reforçam ideologias classistas, racistas e sexistas. Afinal, se está lidando com retóricas que ferem o princípio básico da noção de cidadania, haja vista sustentarem a posse do poder e não o seu exercício. No questionamento a essa realidade, estudos e investigações feministas “revelam a existência de uma desigualdade estrutural de poder entre homens e mulheres e grande vulnerabilidade social das últimas, muito especialmente na esfera privada de suas vidas” (PIOVESAN e PIMENTEL, 2007, p. 1).

A partir do exposto evidenciaram-se situações e realidades evidentemente paradoxais, consoante ao requerimento de garantir e proteger os direitos humanos das mulheres e impulsionar políticas públicas sustentadas pelo recorte de gênero. Não obstante, a abordagem desenvolvida até aqui permite entender os sentidos e os significados de definir protocolos e metodologias para acompanhar o processo de aplicação e implantação da Lei Maria da Penha. Dito isso, encaminha-se a reflexão para o último ponto a tratar, qual seja, o de como monitorar uma política pública de gênero, associando-se a isso a contribuição da metodologia feminista na construção de indicadores e instrumentos de medida para tal fim, com base na experiência do Observatório da Lei Maria da Penha no Brasil (Observe).

Como monitorar políticas públicas de gênero

O monitoramento de políticas públicas é hoje tendência mundial e se intensifica nos dois últimos decênios associado à ideia de controle social. O termo é relacionado ao desenvolvimento de mecanismos e ações permanentes da sociedade civil para acompanhar e avaliar a implantação de agendas nacionais e internacionais. Em meio aos seus tópicos, o bem-estar social e os direitos humanos agregam questões de gênero - tendência acentuada a partir de 1995 e sustentada pela pauta prevista na Plataforma de Ação da Quarta Conferência Internacional da Mulher de Beijing, realizada no mesmo ano. O monitoramento de gênero avalia a execução de políticas sobre os direitos das mulheres, visando identificar boas práticas, lacunas na política e subsidiar ações governamentais. Tal instrumento busca verificar como a concepção de gênero é considerada durante a elaboração, implementação e aplicação de leis, políticas e projetos. Nesse processo, a atenção se volta a áreas como economia, educação, saúde ou meio ambiente e a questões relativas ao empoderamento político e à violência contra as mulheres. Nota-se, no entanto, ser pouco comum a análise do impacto de gênero ou a incorporação dessa perspectiva em políticas públicas, especificamente em sociedades como a brasileira.

A Lei Maria da Penha, além de incorporar a concepção de gênero no seu conteúdo, abre possibilidade de ter sua implementação e aplicação monitorada e avaliada. Assim, na redação sobre o desenvolvimento de medidas integradas para prevenir e coibir a violência doméstica e familiar, a política pública estabelece, entre suas diretrizes, a promoção de estudos, pesquisas e estatísticas, com recortes de gênero, raça ou etnia, voltados às causas, consequências e à incidência do fenômeno “para a sistematização de dados (...) e a avaliação periódica dos resultados das medidas adotadas” (art.8 - II). Já em suas disposições finais, prevê a inclusão de estatísticas sobre violência doméstica e familiar “nas bases de dados dos órgãos oficiais do Sistema de Justiça e Segurança a fim de subsidiar o sistema nacional de dados e informações relativos às mulheres” (art. 38).

O conteúdo da nova legislação se coaduna, pois, aos dispositivos de proteção internacional dos direitos humanos e à Constituição Federal do Brasil. Responde, assim, a metas, ações e compromissos expostos em vários documentos e encontra ressonância no I Plano Nacional Brasileiro de Políticas para as Mulheres (2005), que prevê entre seus objetivos “a participação e o controle social na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas” (IPNPM, 2005, p.11).

A atenção a requerimentos dessa natureza e ao que determina a nova legislação brasileira propiciou a implantação do Observatório de Monitoramento da Lei Maria da Penha (Observe), em 2007. O Observe, formado por um Consórcio de núcleos de pesquisa acadêmica e organizações não governamentais das cinco regiões do país, é constituído com a incumbência de acompanhar e avaliar o processo de efetivação da Lei 11.340/2006, em especial, junto às Delegacias da Mulher, ao Judiciário e à Rede de Atendimento à Mulher - para tanto, com mandato para fazer essa verificação dos recursos e limites para garantir a efetividade da política pública, a partir do levantamento de dados primários e secundários, da análise e divulgação de informações.

Contudo, como antes referido, a carência de dados sobre violência de gênero é dificuldade comum para quem pesquisa na área e se expressa em dados incompletos, não sistematizados ou dispersos em instituições distintas. Ademais dados discrepantes ou de coleta irregular não permitem análises longitudinais e comparativas para mensurar o fenômeno. Também faltam algoritmos desagregados por sexo e por raça ou etnia. Em suma, se sabia de antemão ter pouca informação disponível para executar a tarefa de monitoramento. Problemas, sem dúvida, presentes entre as feministas que elaboraram a Lei Maria da Penha (LMP), como evidenciam os artigos da LMP antes destacados. Ademais, a abrangência da referida brasileira e suas especificidades demandavam, além do desenho de uma metodologia específica, a construção de um sistema de indicadores e variáveis que permitisse contemplar os sete títulos da Lei e os seus três eixos de ação.

À vista disso procurou-se desenvolver práticas para lidar com a carência de dados, a amplitude da Lei e maximizar procedimentos, o que gerou distintas atividades: algumas concluídas, outras em curso ou mesmo projetadas. O ciclo de desenho do projeto de monitoramento demandou construir um arcabouço conceitual desde a perspectiva feminista, delimitar objetivos e objeto(s) de avaliação, fazer a escolha metodológica e definir a abordagem empírica. O ciclo de execução está na sua segunda fase, direcionando-se à análise, interpretação de dados e elaboração de relatório⁶.

Sobre o arcabouço aludido, volta-se a enfatizar a importância da perspectiva feminista e de seus movimentos na introdução das questões de gênero em agendas públicas, o que contribuiu com novas práticas para o exercício do

6 A respeito, ver: Cecília M. B. SARDENBERG, Marcia GOMES e Márcia TAVARES, 2010.

controle social. Tal postura requer combinar abordagens qualitativas e quantitativas; interpretar os dados visando mudanças na situação das mulheres; priorizar a análise política no exame dos resultados e buscar a incidência.

Concernente aos objetivos de trabalho, foram seguidos aqueles pertinentes às atividades de monitoramento e, em especial, os propostos pela LMP. Resumidamente, buscou-se: elaborar diagnósticos sobre o funcionamento dos mecanismos de execução da Lei; conhecer as relações entre as redes de atendimento; identificar obstáculos ao funcionamento da política; realizar estudos comparativos; identificar “boas práticas” e fornecer elementos e avaliações pertinentes à efetividade da política e, por consequência, à defesa dos direitos humanos das mulheres. Ao lado disso, procurou-se validar a metodologia de monitoramento, tendo em vista o alcance dos indicadores e dos instrumentos de pesquisa utilizados.

A definição do objeto de avaliação foi considerada no decorrer do mesmo processo de escolha da metodologia pelo Observatório, o que significa estarem o *como* e o *quê* diretamente relacionados. A metodologia proposta voltou-se à construção de indicadores para sintetizar informações sobre o emprego da LMP em todo território nacional. O uso de indicadores foi a maneira encontrada para acompanhar e comparar o desempenho da Lei (implementação, aplicação e impactos), no decurso de sua criação e em diferentes espaços territoriais. As lacunas identificadas nas estatísticas mostraram pertinente a construção de indicadores para verificar os alcances e limites dos objetivos propostos. Ademais, entende-se que, a depender de sua formulação, estes podem auxiliar na construção de diagnósticos capazes de ressaltar aspectos prioritários para intervir e/ou a necessidade de redefinir estratégias. A par disso, indicadores sociais, em particular os sensíveis a gênero, constituem instrumentos fundamentais para organizações de mulheres e feministas no controle social da política pública.

O Consórcio do Observatório da Lei Maria da Penha priorizou, no primeiro ano de atividade (2007), a elaboração da metodologia de monitoramento. Para a fase inicial de trabalho foram selecionados como objetos de análise as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM) e os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDf). As primeiras, por sua tradição enquanto política pública pioneira no atendimento de mulheres em situação de violência no Brasil. Os segundos, por seu papel estratégico na resolução da violência doméstica e familiar, de criação demandada pela LMP e, portanto, recente.

Definidas as duas instituições, retornou-se à atividade de identificação e seleção dos indicadores, sempre com base no conteúdo e nos objetivos da Lei. Tal procedimento gerou dois instrumentos de medida distintos, um deles para monitorar as Delegacias da Mulher; outro para os Juizados de Violência Doméstica e Familiar - ambos elaborados coletivamente, testados e discutidos com representantes de cada um dos órgãos mencionados. Os dois formulários reúnem indicadores sobre a dinâmica de funcionamento da instituição, condições físicas, materiais e recursos humanos pelos quais se busca identificar procedimentos adotados e a disponibilidade de atender demandas. Também evocam dados referentes a ações desenvolvidas, sistemas de registro e sistematização de dados, articulação com outros serviços da Rede de atendimento à mulher, problemas enfrentados no cumprimento de atribuições, dentre outros aspectos. A par disso, contemplam questões abertas, visando contextualizar respostas e questões fechadas, objetivando a sistematização de dados quantitativos⁷.

A primeira versão dos instrumentos de medida passou por pré-teste e validação. Os dois formulários foram aplicados inicialmente nas capitais sedes das cinco coordenações regionais do Observatório: Belém, Salvador, Brasília, Rio de Janeiro e Porto Alegre entre maio a agosto de 2008. Para além da finalidade de coleta de informações, essa fase teve por objetivo explorar limites e possibilidades na obtenção de dados quantitativos e qualitativos considerados estratégicos para o monitoramento da LMP. As informações foram prestadas por dirigentes das DEAMs; profissionais das equipes técnicas destas instituições; Juízas/es das Varas ou Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e profissionais da equipe multidisciplinar dos Juizados.

Complementarmente, foram realizados levantamentos estatísticos nas mesmas instituições, ao que se somaram consultas a sites governamentais, de universidades, institutos de pesquisas e de organizações não governamentais. Os dados colhidos geraram cinco relatórios que, a partir de avaliações conjuntas, permitiram identificar lacunas e planejar estratégias para o próximo ciclo da pesquisa. Esta etapa fez parte de um processo de capacitação das componentes do Consórcio e propiciou a construção de conhecimento a respeito do monitoramento de políticas públicas de combate à violência contra as mulheres e sobre ações de controle social. Experiências indispensáveis e que foram utilizadas para posterior transferência de tecnologias quando do monitoramento

7 Os formulários utilizados encontram-se disponíveis no site do OBSERVE: www.observe.ufba.br.

dos mecanismos de atendimento à mulher nos 26 estados da federação e no Distrito Federal entre dezembro de 2009 e março de 2010⁸.

Nesse sentido foi de fundamental relevância a realização, em março de 2008, de um Estudo de Caso sobre a implementação e funcionamento dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar e o funcionamento da rede de atendimento às mulheres em situação de violência na cidade de Cuiabá, Mato Grosso. O estudo oferece diagnóstico sobre as condições de funcionamento e a aplicação da Lei Maria da Penha nas Varas Especializadas de Violência Doméstica e Familiar de Cuiabá. Além disso, traz informações sobre as relações da instituição com outros serviços de atendimento à mulher, contribuindo para identificar obstáculos enfrentados pelas Varas Especializadas, trazendo as soluções apresentadas pelos operadores do direito e agentes que atuam nos serviços pesquisados⁹.

Os dados quantitativos colhidos nas DEAMs e nos Juizados das cinco capitais, assim como o estudo de caso desenvolvido em Cuiabá, permitiram um exercício coletivo de reflexão para identificação das “boas práticas” adotadas nos diferentes estados, assim como de pontos negativos ou ações que precisam ser revistas, merecendo maior atenção e acompanhamento. Ao mesmo tempo, as informações obtidas são díspares, mostrando a diversidade regional e, também, questões/problemas que afetam a quase totalidade das instituições pesquisadas.

Vale evidenciar algumas situações afeitas à maior reflexão, destacando as dificuldades encontradas para a obtenção de dados quantitativos, dentre as quais: a) falta de sistematização de dados; b) dados sem uniformização, ou seja, cada unidade coleta os dados e sistematiza o que considera importante e em intervalo de tempo variável (mensalmente, semestralmente); c) informação requerida inexistente em algumas regiões ou insuficiente; e) ausência da percepção de profissionais dos serviços contatados do que estabelece a Lei quanto à necessidade de criação e aperfeiçoamento de sistemas de coleta de dados estatísticos desagregados por sexo, idade, raça e etnia a fim de que se possa melhor avaliar a situação da violência contra as mulheres no contexto brasileiro.

Em suma, no que confere ao monitoramento da LMP, a proposta do Observatório da LMP se destaca de outras iniciativas ao propor a construção de uma metodologia para acompanhar a implantação e aplicação da LMP e que sirva de referência a iniciativas afins. Nesse sentido, busca-se gerar e divulgar

8 Ver síntese do processo e resultados da pesquisa em SARDENBERG, GOMES e TAVARES, 2010.

9 O estudo de caso mencionado encontra-se na íntegra em PASINATO, 2010.

conhecimentos a fim de disponibilizar informações que subsidiem políticas públicas e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres. Entende-se, portanto, que a produção e sistematização de dados quantitativos e qualitativos são imprescindíveis na avaliação e acompanhamento de políticas públicas.

Considerações finais

As reflexões conclusivas aqui apresentadas são de ordem prática e epistemológica. Nesse sentido, é oportuno enfatizar que em processos de monitoramento direcionados à questão de gênero, o foco da análise não deve se limitar aos aspectos objetivos de cumprimento do determinado em Lei. Antes, deve-se atentar para aspectos subjetivos. Justamente por isso, a metodologia adotada deve considerar fatores de natureza social e individual, valorizando o papel da cultura no desencadeamento das práticas de violência e naquelas orientadas ao seu enfrentamento. Dito de outro modo, não se pode negligenciar o sistema de valores e crenças que subjazem à violência, os sentidos e significados atribuídos à ocorrência pelo agressor, o imaginário coletivo acerca do masculino e do feminino, além de outros significados produzidos por meio do senso comum e em práticas sociais, institucionais (policiais e jurídicas), culturais e políticas.

Enquanto a aprovação da Lei Maria da Penha rompe a sequência de um processo histórico que oculta a violência praticada na esfera doméstica e familiar, a evidência empírica demonstra “que é muito mais fácil criar e mudar leis do que alterar práticas institucionais e valores morais com relação à violência contra as mulheres” (PASINATO, 2010, p.21). Imperativo, então, estar ciente de que reformas legais desse matiz podem se tornar inoperantes se não forem envidados esforços para modificar as práticas de quem responde pela aplicação da lei e pelo atendimento de mulheres em situação de violência. Sem tal intervenção, a atenção às mulheres que vivenciam a realidade da violência doméstica/familiar tenderá a permanecer “distante da realidade fática desta parcela da população, tendo consequências devastadoras para a construção sólida da cidadania das mulheres na sociedade brasileira e do Estado Democrático de Direito como um todo” (BORGONHONE, 2008, p.127). No mesmo sentido, considera-se que vieses de igual natureza impedem de cumprir o intento da leitura feminista contida na Lei, cujo pressuposto é coibir e prevenir a violência contra as mulheres, antes de ter que proteger mulheres em situação de violência e, no extremo, punir seus agressores.

Dados estatísticos no Brasil ainda são pouco sistematizados e muitas vezes deficitários. Quando encontrados, estão dispersos e oferecem poucos subsídios para aprofundar o conhecimento sobre diversos aspectos atinentes à condição feminina. Lacunas nas fontes de informação sobre tópicos prioritários à análise de gênero dificultam a medição direta de fenômenos específicos. Assinale-se que, apesar do incremento do interesse acadêmico e político no tema mulher, a capacidade estatística é insuficiente para gerar informação em áreas chave, entre elas na concernente à violência de gênero. Nesse sentido, é imperativo outorgar apoio técnico e capacitar agentes governamentais a fim de fortalecer a aplicação de programas, projetos e mecanismos orientados à igualdade de gênero.

Afinal, verifica-se que há um longo caminho a percorrer até a efetiva implementação e aplicação da Lei Maria da Penha. O desconhecimento das mulheres quanto aos seus direitos e à abrangência da Lei, aliado às práticas e mentalidades do imaginário social, fragiliza o segmento feminino e representa mais um fator a dificultar a aplicabilidade desse importante instrumento das políticas públicas de gênero.

Referências

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*. v.17., n.49. USP: São Paulo, 2003, p. 87-98.

BORGONHONE, Eny Ribeiro. *Violência doméstica e familiar contra a mulher face à Lei Maria da Penha*. Vitória: Faculdade de Direito de Vitória, 2008. Dissertação (Mestrado em Direito), Curso de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito de Vitória, 2008.

BRASIL. *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2005.

_____. *Constituição*. Constituição da República Federativa do Brasil. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____. *O Brasil e o cumprimento da CEDAW*. Contra-Informe da Sociedade Civil ao VI Relatório Nacional Brasileiro à CEDAW - período 2001-2005. Brasília, julho de 2007.

DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha como instrumento garantidor dos direitos humanos das mulheres. In: JORNADA CATARINENSE DA MULHER

ADVOGADA, 1. Camboriú, Santa Catarina: Comissão da Mulher Advogada da OAB - Subseção de Balneário Camboriú, 6 de março de 2009, p.1-24. (mimeo.)

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*. v.12, n.1., 2004, p. 47-71.

PASINATO, Wânia. Contribuições para o debate sobre violência, gênero e impunidade no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*. v. 21, n. 2, jul./dez., 2007, p. 5-14.

_____. Juizados especiais de violência doméstica e familiar contra a mulher e a rede de serviços para atendimento de mulheres em situação de violência em Cuiabá, Mato Grosso. *Cadernos do OBSERVE*, n.2. Salvador: NEIM/UFBA, 2010.

PIOVESAN, Flávia.; PIMENTEL, Silvia. *Lei Maria da Penha: Inconstitucional não é a lei, mas a ausência dela*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

PITANGUY, Jacqueline.; MIRANDA, Dayse. As mulheres e os direitos humanos. In: PUGLIA, June (coord). *O progresso das mulheres no Brasil*. Brasília: UNIFEM, 2006, p. 14-31.

PULEO, Alicia H. Filosofia e gênero: da memória do passado ao projeto de futuro. In: GODINHO, Tatau.; SILVEIRA, Maria Lúcia da (orgs.). *Políticas Públicas e Igualdade de Gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 13-34.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de gênero no Brasil atual. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, v. 2, 1994, p. 443-461.

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu*. n.16. Campinas: UNICAMP, 2001, p. 115-136.

SARDENBERG, Cecília M. B.; GOMES, Marcia Q. de Carvalho.; TAVARES, Márcia Santana. A aplicação da Lei Maria da Penha em foco. *Cadernos do OBSERVE*. n.1. Salvador: NEIM/UFBA, 2010.

SILVA, Marlise Vinagre. *Violência contra mulher: quem mete a colher?* São Paulo: Cortez, 1992.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2010*. Anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010. Disponível em: www.institutosingari.org.br/. Acesso em: 2 ago. 2010.

GÊNERO, GERAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA PESCA ARTESANAL

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

O texto está fundamentado na teoria das representações sociais relacionada às categorias gênero, trabalho, juventude e educação na cadeia produtiva da pesca artesanal em Pernambuco, estado localizado no nordeste brasileiro. MOSCOVICI (2009, p.46) afirma que todas as pessoas enxergam o que as convenções, a cultura, a memória social e histórica permite ver, e que não estaremos nunca livres de todos os preconceitos, *a representação iguala toda imagem a uma ideia e toda ideia a uma imagem*. Neste contexto, os problemas ambientais, a pesca predatória, o aumento de pessoas na atividade extrativista e a inexistência de políticas públicas por mais de uma década contribuíram para o aumento da crise nesta atividade produtiva.

Assim, semelhantemente ao que ocorre na agricultura familiar, existe certo desinteresse dos/as jovens na continuidade da atividade historicamente desenvolvida pela família, migrando para outras atividades consideradas mais promissoras. Vale ressaltar que os programas de educação destinados às comunidades pesqueiras, por exemplo, o Pescando Letras, ainda não conseguiu legitimação na maioria dos municípios litorâneos. Dessa forma, pescar e frequentar a escola são atividades contraditórias, porque os horários das marés são variáveis e os da escola não, o que aumenta os índices de evasão escolar e despreparo dos/as jovens no exercício de outras atividades cujo conhecimento não é repassado de uma geração a outra, como tem sido a pesca artesanal.

Introdução

O Núcleo de Pesquisa CNPq - Desenvolvimento e Sociedade - e também o Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local têm desenvolvido nos últimos sete anos vários estudos focados na problematização sobre a invisibilidade da mulher no mundo do trabalho, especialmente no universo da pesca artesanal no Brasil. Desde 2006 a equipe de pesquisadoras/es dos projetos *Conflito de Gênero no Cotidiano da Comunidade Costeira*, *A Ver-o-Mar e Pescando Pescadores: Políticas Públicas e Extensão Pesqueira*¹ priorizou entre seus objetivos contribuir no debate sobre gênero numa perspectiva da “feminização” da pobreza, especialmente nas relações de trabalho que envolvem a pesca artesanal no Brasil.

Nestas pesquisas considerou-se a participação legitimada da mulher na atividade da pesca artesanal, nas questões relacionadas à inclusão/exclusão das pescadoras no acesso e no exercício dos poderes institucionais relacionados à atividade pesqueira. Buscou-se observar o impacto das políticas públicas para o desenvolvimento da pesca artesanal e para as relações sociais de gênero, levando-se em conta: as condições de vida das pescadoras e dos pescadores; o acesso diferenciado às políticas e o espaço de participação igualitária de mulheres e homens em todos os níveis dos processos de tomada de decisão no que se refere à pesca; as relações entre gênero e meio ambiente; gênero e extensão pesqueira.

Nos últimos dois anos de pesquisa - 2008/2010 - o estudo que gerou este artigo focou as mulheres da colônia Z-10 em Itapissuma - PE², considerando que foram as mulheres desta Colônia de Pescadores, apoiadas e incentivadas pelo Conselho Pastoral dos Pescadores - CPP³, na década de setenta do século XX, que lutaram e conquistaram o direito ao Registro Geral da Pesca.

-
- 1 Projetos elaborados por professoras/es do POSMEX (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, contemplados em Editais CNPq. Pesquisas que contribuam no fortalecimento do Grupo de Pesquisa - Desenvolvimento e Sociedade.
 - 2 Itapissuma é um município localizado no litoral norte de Pernambuco que apresenta uma história de luta em favor das conquistas de direitos sociais e ambientais da pesca artesanal no Brasil.
 - 3 A proposta da CPP era sensibilizar e mostrar que os/as pescadores/as tinham inteligência, pois pescavam, teciam as redes, vendiam os peixes, consertavam as baiteiras. Ela afirma que eles/elas, empoderados/as de seus direitos e deveres de cidadãos e pescadores - poderiam utilizar sua inteligência para a formação de uma sociedade mais justa. Os dados sobre a CPP em Itapissuma foram sistematizados a partir de relatórios cedidos pela religiosa irmã Maria Nilza de Miranda Montenegro, que elaborou um diário que hoje se constitui num diagnóstico: sócio-econômico, político, cultural, educacional e religioso daquela sociedade.

A oposição entre educação e perspectiva de continuidade da cadeia produtiva da pesca artesanal em Itapissuma consistiu numa temática recorrente nas diversas entrevistas que realizamos com as pescadoras e pescadores. Aqui a imagem do/a profissional pescador/a constrói uma oposição entre estudar e pescar. A imagem se cristaliza, como o afirma Moscovici:

De modo geral, minhas observações provam que dar nome a uma pessoa ou coisa é precipitá-la (como uma solução química é precipitada) e que as características daí resultantes são triplíces: a) uma vez nomeada, a pessoa ou coisa pode ser descrita e adquire certas características, tendências, etc.; b) a pessoa, ou coisa, torna-se distinta de outras pessoas ou objetos através dessas características e tendências; c) a pessoa ou coisa torna-se o objeto de uma convenção entre os que adotam e partilham a mesma convenção (MOSCOVICI, 2009, p.67).

Assim, a imagem criada historicamente do/a pescador/a influencia nas decisões dos/as jovens e suas famílias no que se refere à educação, trabalho e futuro das novas gerações. Aspectos importantes no diagnóstico e relatório das atividades estão relatados no documento da CPP, elaborado pela religiosa conhecida por Irmã Nilza nos quase 20 anos de sua atuação neste município. O documento cedido para consulta retrata a situação de Itapissuma na chegada das religiosas a esta comunidade pesqueira em 1975.

Caracterização da área em estudo⁴

O estado de Pernambuco possui um litoral de 187 km de extensão, onde estão localizados 15 municípios costeiros e 34 comunidades pesqueiras. Itapissuma está entre os três primeiros municípios fornecedores de peixes, mariscos e crustáceos do litoral pernambucano.

O município possui atualmente uma população de 20.116 habitantes, sendo 16.330 habitantes na zona urbana e 3.786 habitantes na zona rural, num território de 74km. É considerado Patrimônio da Humanidade pela ONU por possuir resquícios da Mata Atlântica. O município é conhecido pelo Canal de Santa Cruz e pela sua culinária especializada em frutos do mar - por exemplo, a caldeirada.

4 Os dados desta caracterização foram cedidos por Gilmar Soares Furtado, que os coletou na elaboração de sua Dissertação.

Itapissuma é uma das 12 cidades que fazem parte da região metropolitana do Recife (RMR). Sua economia depende expressivamente da pesca artesanal. O turismo também é uma vertente importante da economia devido aos rios, mar e manguezais que fazem o município. Dos eventos culturais se destaca a tradicional Buscada de São Gonçalo do Amarante, que existe desde o século XIX, onde centenas de embarcações tomam conta do canal de Santa Cruz para o cortejo religioso. As outras atividades do município são: agricultura, avicultura, pecuária, fábrica Alcoa, Frigorífico Malta, Frigorífico Netuno, Estaleiro Nave Sul, comércio e prestação de serviços.

É no Canal de Santa Cruz que a maioria da população de Itapissuma, formada por pescadores artesanais, retira seus sustentos na coleta de mariscos (ostras, unha de velho, sururu) e da pesca de siri e de várias espécies de peixes. As autoridades locais afirmam que aproximadamente 70% da população desenvolvem a pesca artesanal, o que resulta na grande oferta de frutos do mar.

É nessa localidade que está situada a colônia de pescadores São Pedro, fundada em 10 de novembro de 1927 e reestruturada em 02/09/1984. É uma entidade de classe, sem fins lucrativos, situada na Rua Dr. José Gonçalves, nº. 87, Centro, Itapissuma - PE, com 2000 sócios cadastrados, tendo na presidência atual a pescadora Joana Mousinho.

Pesca e educação

Contextualizando a partir dos anos cinquenta do século XX, quando o interesse pela educação das camadas populares se expande principalmente com os pressupostos teóricos desenvolvidos por Paulo Freire, entre os anos de 1959 até 1964, eclodem no Brasil campanhas e programas no campo da educação de adultos, entre eles: o Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, estabelecido em 1961 com o patrocínio do Governo Federal; o Movimento de Cultura Popular do Recife, a partir de 1961; os Centros Populares de Cultura, órgãos culturais da UNE; a Campanha De Pé no Chão também se Aprende a Ler, da Secretaria Municipal de Educação de Natal; o Movimento de Cultura Popular do Recife; e, finalmente, em 1964, o Programa Nacional de Alfabetização do Ministério da Educação e Cultura, que contou com a presença do professor Paulo Freire. Grande parte desses programas estava funcionando no âmbito do Estado ou sob seu patrocínio.

O golpe militar de 1964 modificou este debate e suas ações afirmativas. O Programa Nacional de Alfabetização foi interrompido, os materiais apreendidos

e seus dirigentes afastados das atividades. É nesse panorama político do Estado militar que é criada a Comissão Pastoral dos Pescadores - posteriormente denominada Conselho Pastoral dos Pescadores - no ano de 1968, que influenciou a história das lutas e das conquistas dos pescadores no Brasil. A contribuição da CPP no município de Itapissuma está relacionada ao trabalho do Frei Franciscano Alfredo Schnuettgen, de origem alemã, que já havia realizado atividades semelhantes nas comunidades de Pitimbu e Acaú, ambas no estado vizinho da Paraíba. Segundo a religiosa Irmã Nilza Montenegro foi elaborado um relatório SEDOC, em setembro 1974, sobre esse período da Pastoral dos Pescadores.

Na história da CPP na Colônia Z-10 uma das conquistas das mulheres foi a indicação, na eleição de 1989, de uma chapa para presidente da Colônia Z-10, em cuja presidência estava a pescadora Joana Rodrigues Mousinho. Ela saiu vitoriosa e pela primeira vez uma mulher tornou-se presidente de uma colônia de pescadores no Brasil. Joana foi reeleita até o ano de 2005, ano em que foi substituída de forma eletiva pela pescadora Mirian Mousinho da Paz, e mais recentemente, em dezembro de 2009, foi eleita mais uma vez e ocupa atualmente a posição de presidente da Colônia de Pescadores de Itapissuma.

A situação do município no início dos trabalhos da Comissão Pastoral dos Pescadores em Itapissuma, quando irmã Nilza Montenegro chegou a Itapissuma, é retratada num diário que hoje se constitui num diagnóstico⁵. Documento que na concepção de Frei Alfredo e da irmã Nilza envolve suas impressões sobre os aspectos socioeconômico, sociopolítico, sociocultural, educacional e religioso daquela sociedade. Eles iniciam caracterizando o município e sua população de pescadores e pescadoras: Itapissuma, distrito de Igarassú - PE, na época com 10.000 habitantes, dos quais aproximadamente 2.500 a 3.000 (homens, mulheres) viviam direta ou indiretamente da pesca. Frei Alfredo Schnettgen escreveu de forma sucinta um relatório sobre a vida e as atividades dos pescadores de Itapissuma. Segundo ele:

Os homens em canoas muito primitivas pescam peixe no canal de Santa Cruz que separa o continente da ilha de Itamaracá. Suas mulheres, filhas e irmãs passam os dias 'atoladas' no mangue, picadas por mosquitos, tirando da lama pegajosa: sururus, ostras, mariscos, unha de velho, aratus, caranguejos e siris que são vendidos pelo preço estipulado pelos atravessadores.

5 Vale ressaltar a observação que os autores destacam no documento: "Em virtude da escassez de dados pesquisados e não encontrados nas fontes oficiais, só podemos apresentar o que colhemos de nossa convivência com o povo".

O transporte para o local de trabalho é feito em canoas ou a pé através da ponte que liga o continente à ilha de Itamaracá. Eu diria que, paralela à sociedade terrestre, essas mulheres, moças e até crianças formam uma sociedade 'sui generis', a "Sociedade dos mangues", com sua vida própria de trabalho, de lutas, de esperanças, de louvor a Deus e até de piadas! É uma sociedade imprensada, estrangulada entre as terras do continente e as águas abissais do oceano!

Esta narrativa destaca a legitimidade do aporte teórico sobre Representações Sociais ao tratar as imagens que construímos cotidianamente, como elas são geradas e reproduzidas historicamente na sociedade. Um exemplo é a letra da música Suíte de Pescador (Dorival Caymmi)⁶, na qual se destacam os riscos e as incertezas da atividade.

Minha jangada vai sair pro mar
Vou trabalhar, meu bem querer
Se Deus quiser quando eu voltar do mar
Um peixe bom eu vou trazer
Meus companheiros também vão voltar
E a Deus do céu vamos agradecer
Adeus, adeus
Pescador não se esqueça de mim
Vou rezar pra ter bom tempo, meu bem
Pra não ter tempo ruim
Vou fazer sua caminha macia
Perfumada com alecrim

Apesar da descrição sobre o pescador e sua comunidade narrada pelo Frei Alfredo, é relevante a percepção dos aspectos educacionais do município. Ele afirma que a vila possuía 03 grupos escolares, um municipal e dois estaduais, sendo dois no centro e um na periferia. Todos em péssimas condições de instalações e uma equipe de professoras despreparadas e mal remunerada. Continua seu relato explicando que algumas pessoas, com o ensino básico incompleto, dão aulas particulares a pedido das mães. No entanto, informa que em geral os filhos dos pescadores e pescadoras são analfabetos porque 'não têm tempo para estudar', uma vez que devem pescar para ajudar em casa.

6 <http://letras.terra.com.br/dorival-caymmi>.

Sua narrativa continua explicitando que em 1979 havia conseguido que várias crianças se matriculassem nas escolas públicas, no entanto, destaca o nível de aprendizagem dessas crianças como quase nulo.

Condições de trabalho

Na opinião da Irmã Nilza as mulheres viviam cansadas do trabalho árduo nas canoas, de carregar os balaies cheios de sururus e ostras e do beneficiamento que envolve as atividades de ferver e descascar para, posteriormente, serem vendidos pelo preço estipulado pelos atravessadores. Apesar deste quadro desolador, ela afirma de forma otimista que o trabalho iniciado em 1979, após cinco anos de luta, assumiu proporções jamais previstas.

Outro aspecto importante é a situação do/a pescador/a artesanal naquele período próximo à década de 1980. O Frei Alfredo afirma que poucos são possuidores de embarcações e instrumentos de pesca. A maioria dos barcos não é motorizada, as embarcações predominantes são a velas e remo. Ele calculava que havia aproximadamente 800 canoas. Quase todos trabalhavam com a ajuda da família na pesca artesanal, a qual predomina até hoje. Naquela época, em que a idade média dos pescadores era de mais de 40 anos, muitos jovens se dedicavam à pesca, inclusive garotos de 10, 11 anos. Alguns jovens pescavam e estudavam, porém o número de estudantes era mínimo.

Ensino Noturno para pescadores e pescadoras em Itapissuma

Em sua narrativa os religiosos informam que no início da década de 1980 foi instalada uma sala de aula no período noturno, nas dependências da Colônia de pescadores Z-10, que foi fundada em 1922 e em 1981 possuía 680 associados, sendo 439 pescadores e 241 pescadoras. A realização das atividades contou com a ajuda da prefeitura municipal e de algumas marisqueiras que possuíam o curso pedagógico e se prontificaram a ensinar seus colegas de profissão. Essa experiência durou aproximadamente seis meses, pois segundo sugestão das próprias pescadoras:

Irmã, deixe a gente como está. A gente não aprende mais nada. O cansaço é tão grande depois de passar um dia todo atolada na lama, mordida de mosquitos, no sol quente e... com fome, que a cabeça não dá. Pra gente, o lápis pesa mais do que o remo, pois desde que a gente nasceu que a nossa escola é o mangue e o lápis é o espeto de tirar sururu (DOCUMENTOS CPP, p.37).

Naquele período, na informação oral e escrita dos documentos, também se constata a dicotomia entre estudar e trabalhar, conforme citação da religiosa atuante em Itapissuma.

A leitura que mãe me ensinou era ir à maré todo o dia. Ou ia pro mato pra tirar a fibra da macaibeira, que dá um fio pra fazer rede de pescar. A gente vendia. A educação era pra não pegar no que era alheio. Entrar na casa de uma pessoa, mesmo que visse ouro em pó, não bulir (Pescadora Maria José In: DOCUMENTOS CPP, p.56) [sic].

Nas duas narrativas são evidenciadas a oposição entre estudar e trabalhar na vida das pessoas que exercem a pesca artesanal. Sobre o tema das representações que corporifica a contradição entre estudar e pescar, Moscovici destaca que:

...essas representações adquirem uma autoridade ainda maior na medida em que recebemos mais e mais material através de sua mediação - analogias, descrições implícitas e explicações dos fenômenos, personalidades, economia, etc., juntamente com as categorias necessárias para compreender o comportamento de uma criança, por exemplo, ou de um amigo (MOSCOVICI, 2009, p. 95).

O contexto social que define o/a pescador/a excluída do modelo educacional não impede que algumas ações sejam realizadas na direção de alfabetização deste grupo social. Assim, em 1983, a comunidade de pescadores artesanais de Itapissuma conseguiu, juntamente com a prefeitura, uma professora para alfabetização dos pescadores e pescadoras e de seus filhos que tivessem mais de 15 anos, cujas aulas foram ministradas, mais uma vez, na sede da Colônia, com a frequência de 35 alunos, o que aconteceu durante um ano, quando a atividade foi transferida para o salão de um grupo escolar cuja localização era mais próxima às residências dos pescadores.

O trabalho da CPP continuou até 1995, sem grandes avanços na área educacional. A atuação da CPP, na localidade de Itapissuma, perdeu força quando a irmã Nilza foi transferida para João Pessoa, onde assumiu a direção de umas das escolas da Congregação.

Juventudes, trabalho da pesca e educação em Itapissuma

Dados obtidos em entrevistas com homens e mulheres de Itapissuma caracterizam alguns aspectos naturalizados nas relações de gênero na atividade

produtiva da pesca, obtidos em oficinas de diagnóstico participativo em ações do projeto “Ações para Consolidar a Transversalidade de Gênero nas Políticas Públicas para a Pesca e Aquicultura do MPA”⁷.

As mulheres pescadoras relataram como é sua rotina diária e afirmaram que levantam bem cedo, em média das 3h da madrugada às 6h da manhã. Nas suas narrativas se destacam as seguintes atividades: despertar e agradecer a Deus; acordar as crianças; fazer o café; caminhar; cuidar da sogra; levar as crianças para a escola/creche; fazer o almoço ou comer na casa da mãe; descascar e vender mariscos; lavar roupa; limpar a casa e buscar as crianças na escola; lavar louças; ensinar tarefas aos/as filhos/as; preparar jantar; assistir a novelas e frequentar algum curso à noite quando possível⁸. Além das atividades relacionadas à pesca e as atividades domésticas, elas relataram que comercializam diferentes produtos. Uma rotina de trabalho estafante e com um dado diferenciador em relação a outras atividades produtivas é que todas as atividades por elas desenvolvidas estão em consonância com o horário da maré; todas afirmaram que, apesar de despertar tão cedo, não descansam durante a tarde.

Diagnóstico da pesca

As questões levantadas foram: o nome da pescadora, se pratica pesca ou coleta, espécies de mariscos, espécies de peixes, a quem vende ou troca, quem controla o dinheiro da comercialização do resultado da pesca, em que essa renda é aplicada, como é o acesso à área de pesca/coleta e as dificuldades que enfrentam para a prática diária da atividade pesqueira. As pescadoras da Colônia Z-10 em Itapissuma pescam e coletam. Espécies de peixes: manjuba, saúna, tainha, camarão, sardinha, carapicu, carapeba, raia, bangre, camurim, mororó, sôia, moreia, aniquim. Espécies de Mariscos: sururu, ostra, marisco pedra, taioba, unha de veio, siri duro e mole, redondo.

Quem vende ou troca: direto ao consumidor, ao atravessador, troca por lenha, por bolo. Consumo: dependendo da quantidade, divide com as crianças que as ajudam na pesca. A renda semanal é de 40 a 150 reais. No entanto, existe uma grande diferença no inverno e no verão, por exemplo. Laudeni afirmou que sua renda da pesca no verão chega a ser quatro vezes maior que a do inverno. Elas afirmaram que controlam seus próprios recursos econômicos. Além

7 FADURPE - Convênio MPA/078/2009.

8 Também foi relatada dificuldade em estudar porque não tem com quem deixar os/as filhos/as.

da renda advinda da pesca e de outras atividades, algumas remunerações que estão relacionadas a programas assistencialistas são: bolsa família 68,00; 80,00; 96,00; 112,00; 127,00 na frente de serviço durante 2 meses.

O acesso à área da pesca em Itapissuma é fácil, mas é perigoso. Dentre as dificuldades elencadas estão: a falta de recursos para a manutenção das redes, embarcações e barcos, algumas não possuem canoa e pesca todo o tempo dentro d'água em contato com água viva, bactérias, sujeição a furadas de peixes como, por exemplo, aniquim, falta de isca para pescar, necessidade de dividir espaço de trabalho com usuários de droga - existe a presença de dependentes químicos -, a diminuição da renda por causa da escassez do produto no inverno e também dos consumidores e, por fim, a violência em seus diversos aspectos.

A comercialização do produto da pesca é realizada de forma diversificada (diretamente ao consumidor final, ao atravessador e beneficiado (cozido, temperado) nas praias nos finais de semana aos banhistas). Apresentaram grande dificuldade em mensurar o valor do produto pesqueiro, mas mostraram-se conscientes de que vendem por preço inferior ao valor justo, porém não conseguem perceber o quanto.

Sobre a temática relacionada à saúde ocupacional tem-se os seguintes dados: sempre que vão ao INSS lhes é negado o pedido de aposentadoria ou até mesmo auxílio-maternidade. Muitas já sofreram acidentes de trabalho como cortes por ostras, por vidros e tantos outros dejetos encontrados dentro do mangue, sendo que as mulheres não possuem equipamentos de proteção. Outro relato de acidente de trabalho que nos chamou a atenção foi um caso em que uma das pescadoras da Colônia Z-10 (Itapissuma) perdeu aos 14 anos de idade a visão de um dos olhos em decorrência de um galho do manguezal. Outro caso foi citado por uma delas, o da ocorrência de uma morte de um pescador que não sabia nadar e no momento da pesca, em seu barco, foi arremessado ao mar pelo vento forte. Seu corpo só foi encontrado 3 (três) dias depois. Tal pescador não tinha registro na Colônia, dificultando os trâmites burocráticos ao pedido de benefícios junto aos órgãos competentes.

Neste sentido a narrativa que se destaca é a da presidente da Colônia Z-10, quando levantou uma questão, do ponto de vista dos direitos trabalhistas, relatando que, até então, não havia registro de acidente de trabalho, só ocorrência de solicitação de “auxílio doença”. A pescadora acrescentou ainda uma informação importante referente ao direito trabalhista nessas 2 (duas) modalidades de benefícios acima mencionadas: a) no caso de acidente de trabalho o(a) profissional não depende de “carência” para obter esse direito; b) já na solicitação do pedido

“auxílio doença” junto ao Setor da Previdência Social, Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT⁹, deverá depender de “carência”.

A Divisão Sexual do Trabalho que prioriza no imaginário social como sendo a pesca uma atividade masculina torna necessário ouvir o que os homens falam sobre a cadeia produtiva da pesca e relação dela com as relações de gênero.

A voz dos homens sobre as mulheres na pesca

Através da comunicação as pessoas e os grupos concedem uma realidade física a ideias e imagens, a sistemas de classificação e fornecimento de nomes. (...) Toda realidade é a realidade de alguém ou é uma realidade para algo, mesmo que seja a de laboratórios onde nós fazemos nossos experimentos (MOSCOVICI, 2009, p. 90).

1 - Manuel Francisco de Arruda (73 anos) - Natural do estado da Paraíba, onde aos treze anos de idade começou a atividade da pesca como meio de sobrevivência para ajudar no sustento da família, também passou alguns anos pescando em Natal, capital do Rio Grande do Norte. Quando em visita a Itapissuma, em 1986, percebeu uma maior quantidade e variedade do pescado e decidiu ficar por lá trazendo esposa, filhos e outros seis pescadores para formar um grupo de pesca: “aqui tinha tanto peixe – como tainha, carapeba, canhim, caranha e outros - que coloquei pontos de vendas em vários lugares” [sic].

O pescador acrescenta:

Hoje o que eu e minha família vende é tudo comprado, congelado em frigoríficos no Recife. O peixe fresco que compro é em Olinda e camarão de viveiro do Chié em Itamaracá. Tenho um filho de 47 anos que foi pescador desde os 15 anos e hoje também só vende congelado. Não vale a pena entrar no mar para pescar. É melhor comprar.

Manuel tem uma filha de 28 anos que estava presente no momento da entrevista e afirmou “nunca pesquei, sempre vivi da venda do pescado e cuidar

9 O CAT foi previsto inicialmente na Lei nº. 5.316/67, com todas as alterações ocorridas posteriormente até a Lei nº. 9.032/95, regulamentada pelo Decreto nº. 2.172/97. A Lei nº. 8.213/91 determina no seu artigo 22 que todo acidente do trabalho ou doença profissional deverá ser comunicado pela empresa ao INSS, sob pena de multa em caso de omissão.
(Disponível em: <http://www.previdenciasocial.gov.br/conteudoDinamico.php?id=297>). Acesso em: 18 ago.10.

da casa. Não sei nadar, sempre tive medo do mar” [sic]. Ela relatou também que não executa outra atividade econômica para complemento de renda.

Para o Sr. Manuel, desde a época de seu pai que “a pescaria é grande sofrimento” [sic]. Ele é analfabeto, criou a família com a pesca e não deseja isso para ninguém e nem para seus netos, sendo que destaca que “eles precisam estudar”. Informou ainda que “além do pouco peixe no mar estou doente da coluna, pela idade não posso me deslocar e não posso mais pescar”. Seu Manuel disse ainda que teve seis filhos homens e três mulheres; hoje só o que mora na Paraíba ainda pesca, todos os outros sobrevivem apenas da comercialização do pescado em Itapissuma, Itamaracá, Paulista e Olinda.

2 - Edvaldo de Cesário Ferreira (67 anos) - Iniciou na pesca aos 12 anos. Seu pai não pescava, só a mãe, que sempre foi pescadora (marisqueira): “Ela pescou até os 60 anos, hoje é aposentada por deficiência e não tinha o RGP. Eu não pago a Colônia por falta de dinheiro. Vivo doente”. Ele nasceu em Igarassu e há 22 anos foi para Itapissuma que, segundo ele, é um ambiente melhor.

O senhor Edvaldo só comercializa peixes e justificou que sofre da coluna, precisando fazer uma cirurgia da próstata e não consegue, sofre da visão e não está usando óculos porque este quebrou. Informou que não pesca por falta de saúde, que hoje compra para revender - compra fiado, depois paga e fica com o lucro. Afirma que as quatro filhas nunca se interessaram pela pesca e conclui afirmando que a pesca só traz doença.

3 - Abiezer da Silva Xavier (48 anos) - Ele inicia sua narrativa afirmando que pesca desde os oito anos - os pais eram pescadores. O pai pescava e sua mãe tratava, salgava e vendia: “minha mãe hoje está com oitenta anos”. Passou quatro anos como operário em uma indústria, não se adaptou e voltou para a pesca há vinte e um anos. Tem duas filhas: uma de vinte e seis (26) anos e outra de vinte e quatro (24). Nunca pescaram e não sabem nadar. Já tem uma neta de sete (7) anos.

Não pretende ensinar a profissão à neta. “Além de ser criança, é menina, não tem condição. Pra ir pescar, precisa de seis a sete homens, e misturar com mulher, dá problemas” [sic]. Sustenta a família com a atividade da pesca e auxílio da esposa que trabalha como costureira em uma confecção. Abiezer acrescenta:

Se tivesse filho ou neto, por minha vontade não seria pescador. Queria que estudasse e se formasse. Os pais querem o melhor para os filhos. Pescar é para homem mesmo, é pra quem tem disposição, se acordar de madrugada.

Quem é que quer isso pro seu filho, por opção? Se fosse fácil de todo dia chegar e trazer uma boa pescaria, não seria assim não. Já teria uma grande indústria, já teria patrão aqui. Aqui é incerto, não tem garantia de trazer peixe. Antigamente, havia fartura, hoje não, a população cresceu e tem pouco tipo de peixe. Hoje tem muitos pescadores, pelo motivo de não ter outro meio de vida, não tem emprego. Aqui tem muito jovem pescando, eles pescam por necessidade e falta de emprego. Só tenho escolaridade de Ensino Fundamental. Desde que voltei da indústria não parei mais de pescar, gosto da atividade, tenho liberdade, tenho responsabilidade, mas não tenho obrigação. Sei pescar, sei a hora de pescar, sei das minhas responsabilidade, por mais difícil que seja. (...) Aqui a poluição é pouca.

4 - José Inácio de Souza (57anos) - Inicia sua narrativa de forma muito expressiva: “Nasci os dentes pescando. Sou analfabeto. Meus pais foram pescadores, minha mãe ficou viúva com cinco filhos e sustentou com o marisco e todos são pescadores. Tenho uma filha de 14 anos e a esposa estar grávida de um menino” [sic].

Afirmou que a filha não sabe nadar e não se interessa pela pesca e ele também não deseja que ela seja que ela seja pescadora:

Não quero que ela seja pescadora, **porque com essa idade ainda não tenho nada. A riqueza que tenho é a vida. Tenho uns trinta sobrinhos e nenhum pescador.** Alguns ajudam a tratar e a entregar. Não tenho o material para a pesca, pesco em grupo com quem tem material e dividimos o dinheiro da venda.

Relatou que no dia anterior à entrevista saiu para pescar às três da tarde e “voltamos depois de horas vendemos e só conseguimos oito reais para cada” - grupo de 4 homens. Continua expressando sua visão da atividade ao afirmar que “perdi minha mocidade aqui dentro, aqui não tem mais jeito. Isso não é profissão pra ninguém” [sic].

5 - Anderson dos Santos Damascena (23 anos) - Começou a pescar aos sete anos em companhia do avô. Os pais não são pescadores. Seu grau de instrução é o Ensino Médio completo. Pesca três vezes por semana acompanhando o avô. Trabalha como ajudante de marceneiro na área da construção civil. Tem um filho de três anos que já está na escola: “Não quero ensinar ele a pescar, porque não é bom não”. Sintetiza que a pesca ocorre só por divertimento, necessidade não; em suas palavras, “é muito esforço. Quero outra profissão. Já

fiz o curso de marketing, informática, garçom e hotelaria no SENAI de Paulista. Quando surgiu oportunidade, abandono a pesca. Tenho quatro irmãos, dois homens e duas mulheres, só eu pesco, os outros, por preguiça, não pescam”.

6 - Jerônimo Belmiro da Silva (52 anos) - Informa que em toda vida foi pescador. Os pais e avós foram pescadores. Segundo ele, “o pescador morre inchado de barriga grande (cirrose) e de pé inchado”, e justifica a bebida ao afirmar que “bebemos muito pra esquentar o frio. Quando estamos no mar assamos o peixe e para ele descer a gente usa a cachaça” [sic].

Sobre o futuro para as pessoas que vivem da pesca sua opinião é sombria: “tenho uma filha de vinte e dois anos e não pesca, é doméstica”. Considera que a melhor coisa que ela fez foi “nunca ter se interessado em pescar”. Informa que “tem uma sobrinha de vinte e um anos que pesca” e conclui afirmando que “se tivesse um filho, não gostaria que fosse pescador. Podia fazer qualquer outra coisa, menos roubar”.

Também lamenta as condições climáticas no inverno e a carência de equipamentos para o trabalho quando relata que “o mês do vento fica difícil, ficamos pescando só no canal pra lá e pra cá, não temos embarcação pra enfrentar o vento” [sic].

7 - Amarildes Pessoa do Amorim (54 anos) - Pesca, mas também confecciona ‘redes’, ‘velas de canoa’ e comercializa pescado de terceiros: “trabalho na atividade desde os 13 anos, ou seja, pesco há 41 anos. Os filhos e filhas estão com idade de 28 anos - uma filha; 33 anos - um filho; e outro filho faleceu aos 19 anos”. Atualmente os(a) filhos(a) trabalham em emprego formal, mencionado pelo entrevistado como “trabalho em terra”, mas quando estão desempregados pescam para a sobrevivência, no entanto, não gostam dessa atividade.

Seus pais eram pescadores, o pai era pescador desde cedo, sendo sua primeira atividade herdada dos seus pais, e sua mãe desenvolvia a atividade na agricultura, vivia num sítio. Passou para a atividade da pesca após casar-se, aos 13 anos.

8 - Flávio dos Santos Jerônimo (23 anos) - Pescador desde os 13 anos, ou seja, há 10 anos “vive da pesca”, como ele próprio afirmou. Tem uma filha com idade de 3 anos e não quer que ela siga a atividade da pesca. Seu pai é pescador, começou nessa atividade aos 15 anos, atualmente tem idade de 56 anos e há 5 anos encontra-se afastado por motivo de saúde (problemas na visão). Atualmente é vendedor de peixes. Seus avós eram pescadores(as). Sua mãe era pescadora, atualmente exerce a função de cozinheira na Prefeitura de Itapissuma.

Ele pesca com os instrumentos de terceiros, das pessoas as quais ele chama de “empresário”, ou seja, o proprietário das baiteiras e das “armadilhas”

(redes). Após voltar da pesca o “empresário” paga ao pescador pelo quilo do peixe: “tainha a R\$ 5,00 o kg e acarapeba por R\$ 6,00 o kg”. O pescador afirma que “tem o direito de ir para a maré com tais instrumentos e na volta vende o pescado para o empresário”.

Flávio mencionou o desejo de trabalhar num emprego formal, visando, no futuro, “quando desligasse desse possível emprego”, comprar um barco para poder pescar sem que precisasse usar os instrumentos de terceiros.

9 - José Geraldo da Silva (50 anos) - Pescador¹⁰ há mais de 20 anos, tem duas filhas: uma com idade de 38 anos (casada com pescador, mas nunca pescou) e a outra com idade de 22 anos (estuda e seu marido trabalha na atividade de “serviços gerais”. Tem 3 (três) filhos homens: o mais velho, com 28 anos, já pescou 4 anos com o sogro; o de 27 anos trabalha na atividade de serviços gerais; e o de 25 anos é vigilante. Concluiu a sua narrativa afirmando não gostar de forma alguma que seus(as) filhos(as) desenvolvessem a atividade de pesca. Seus pais não desenvolviam atividade pesqueira.

O tema da incerteza na pescaria está sempre presente em suas falas. Neste caso ele espontaneamente comentou que “quando a maré tá ‘vasando’ (secando) é o momento que se pesca mais!; pescador não tem salário, tem dia que consegue R\$ 30,00, R\$20,00 e às vezes R\$ 6,00 ou nada. Quando isso acontece nós falamos que levou uma ‘faia’, não conseguiu o pescado. Pescaria é um jogo de acertar! Deus traça seu destino”. Sua esposa é pescadora, paga a Colônia, mas atualmente não pesca, está apenas desenvolvendo as atividades domésticas. Sua sogra aposentou-se como pescadora.

10 - Severino Ramos Marques (61 anos) - Pescador desde os 15 anos de idade, tem 1 (uma) filha com idade de 40 anos que pescou dos 20 aos 25 anos. Atualmente é proprietária de um bar. Tem 3 (três) filhos: o mais velho, com 30 anos de idade, começou a pescar com 15 anos, parou aos 25 anos para trabalhar em “terra”. Atualmente, encontra-se desempregado; o de 28 anos não pesca, mas negocia com camarão de cativo para revenda nas praias de Boa Viagem, Pina; e o outro, de 27 anos, já pescou.

Os seus comentários sobre o futuro dos filhos na profissão se destacam: “não gostaria que meus filhos continuassem na pesca (...) já foi bom, hoje, não é mais. Antes havia muito comprador de peixe, hoje, não tem mais comprador”.

Comentou que atualmente os compradores vêm do município de Carpina, Limoeiro e quando aparecem são poucos, em média de 3 a 4 num veículo

10 Sem que eu lhe perguntasse mencionou que pescava, mas não pagava a Colônia.

menor, como 'kombi', por exemplo. Antes o transporte era de caminhão em razão da quantidade maior do pedido dos peixes. O pescador ainda acrescenta que "40 anos atrás era bom para se negociar. No momento atual, o melhor pescado pra se vender é o camarão". Seu pai (filho de pescador/a) trabalhou todo tempo na pesca. Sua mãe é filha de pescador/a.

11 - José Albertino Rodrigues (48 anos) - Desde os 30 anos é gari, mas trabalhou na pesca na idade dos 10 aos 30 anos. Por não poder dar sustento melhor à sua família com a renda da pesca, procurou desenvolver outra atividade que considerou mais rentável. Tem 3 (três) filhas: uma de 25 anos; outra de 22 anos e outra de 18 anos. As três são casadas e duas delas com pescador. Algumas vezes elas vão pescar siri, sururu, marisco para o próprio consumo e não para vender. Um filho morreu aos 15 anos. Seu pai pescava, sua mãe trabalha nas atividades domésticas.

A voz dos jovens sobre educação, trabalho e pesca

Nas ruas, bares, escritórios, hospitais, laboratórios, etc. as pessoas analisam, comentam, formulam "filosofias" espontâneas, não oficiais, que têm um impacto decisivo em suas relações sociais, em suas escolhas, na maneira como eles educam seus filhos, como planejam seu futuro etc. (MOSCOVICI, 2009, p.45).

Na primeira entrevista sobre a idade das pessoas que ingressam oficialmente na atividade de pesca artesanal realizada na Colônia Z-10, nos foi informado que a maioria dos/as pescadores/as cadastrados com o Registro Geral da Pesca está numa faixa etária acima de 30 anos; a explicação é que a maioria dos/as pescadores/as ainda pensa que não vai necessitar da Previdência Social.

Na ocasião entrevistamos 2 (dois) rapazes com 16 anos que pescam como a avó e a tia - Cleivson e Edvelton. Cleivson gosta de pescar, mas não quer ser pescador. Segundo ele pode até ser engenheiro de pesca ou músico. Sua explicação para a rejeição de um projeto de vida de pescador está fundamentada nos seguintes argumentos: relata que a atividade de pescador é boa como diversão, explica como se sente bem flutuando sobre a água e a sensação de liberdade neste contato com a natureza. No entanto diz que é uma atividade de ganhos incertos, a pescaria pode ser boa e pode ser ruim: "até o momento trabalho no Censo Pesqueiro durante 3 meses" e me mostrou um celular¹¹ que

11 Se orgulha de poder fotografar as garças com este celular.

comprou com a renda da pescaria. Também falou que vai pescar com a tia e que divide com ela os gastos que envolvem sal e carvão para o beneficiamento do marisco. Falou que não gosta de descascar o siri porque é um trabalho que exige muita paciência. Ele valoriza a atividade, mas comenta que a sociedade não e isso influencia a imagem negativa que os pescadores têm de si mesmos.

Cleivson ó pode ir pescar quando a maré baixa acontece bem cedo para não afetar no horário de aula. Cursa o 3º ano do Ensino Médio no horário da manhã; no horário da tarde estuda inglês e ainda tem planos de estudar violão no Conservatório de Olinda. Sua irmã de 13 anos foi contemplada com uma vaga para estudar flauta transversa no conservatório de Recife. Ela não pesca. O adolescente faz aos sábados Curso Técnico de Manutenção de Computadores e Noções de Administração de Empresas. Comenta que os seus colegas de turma não querem seguir a profissão e falam em tom de zombaria que alguém vai ser pescador porque não é bom estudante, não tem futuro na vida. Colabora numa ONG ambientalista com a intenção de conscientizar os/as pescadores/as a cuidar do meio ambiente.

A dualidade entre estudar e pescar para os/as jovens de Itapissuma se insere no debate realizado por Abramovay (1998), que contribui com esse tema ao tratar sobre juventude e agricultura familiar - desafios dos novos padrões sucessórios, em que dialoga sobre o importante papel dos jovens rurais¹² no seu ambiente.

No contexto das dificuldades vivenciada na cadeia produtiva da pesca, Cleivson informa que os/as pescadores/as não sabem nadar; os ostreiros não têm embarcações; falta o produto; os compradores só querem tirar vantagem, alguns só querem comprar no verão; considera um preço justo R\$ 18,00 de zoito o quilo do siri, mas dependendo da época do ano é vendido até por R\$ 12,00 - dois terços do preço considerado justo para ele.

Edvelton, 16 anos, gosta de pescar e acompanha a avó desde criança na realização da atividade. Gosta de pescar, mas não quer esta profissão para ele, pois a serrallharia rende melhor financeiramente. Trabalha eventualmente com o tio como serralheiro e colaborou no Censo Pesqueiro durante 3 meses. Considera importante estudar porque ajuda nas atividades de trabalho que realiza. Informou que alguns colegas querem ser pescador e que estes não vão à escola.

Todos, ao serem indagados sobre a presença das adolescentes mulheres na pesca, falaram que é mais raro; elas colaboram quando inseridas na atividade de no beneficiamento do pescado.

12 A pesca artesanal está definida na PNATER - Política Nacional de Extensão Rural, na mesma categoria de agricultura familiar.

Edvelton, semelhante a Cleivson, estuda nos sábados em cursos preparatórios ao primeiro emprego.

Considerações finais

Nos relatos que envolveram pessoas engajadas na gestão da Colônia Z-10, pescadores que estavam às margens do Canal de Santa Cruz e também os jovens de 16 anos que desenvolvem a atividade em alguns momentos de sua rotina, exercendo a pesca como uma atividade quase de lazer, estão presentes as seguintes questões: a) a dúvida entre estudar ou pescar; b) e pesca relacionada a uma atividade de alto risco, pouca valorização e a incerteza dos ganhos na atividade da pesca artesanal; c) pouca valorização social da atividade, o estereótipo do pescador e o preço baixo pago pelos atravessadores; d) maior resistência que esta atividade seja exercida pelas mulheres.

As representações definem um quadro de referência comum, possibilitam a percepção da identidade que colabora na construção de pertencimento ou não a determinados grupos, no caso de estudantes ou de pescadores. Cada grupo é identificado por comportamentos e práticas sociais, definindo assim o que é possível, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social.

Nesta construção de pertencimento as mulheres criticam a postura do Ministério do Trabalho, da categoria profissional pescadora, pois esse 'não reconhecimento' gera preconceito e discriminação diante das instituições comerciais quando as pescadoras buscam realizar uma compra a crédito. Sentem necessidade de política pública educacional que as contemplem de forma específica e também o acesso a Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) necessários à atividade da mariscagem - os dois rapazes pescam mariscos acompanhando a avó e a tia.

Concluimos com uma indagação: quais as alternativas para os jovens continuarem na pesca, mas sob outras condições? Talvez uma das respostas esteja na ampliação dos direitos dos/as trabalhadores/as à pesca - em terra - no que diz respeito aos benefícios definidos na Convenção do Trabalho na Pesca - 2007. Até o momento a orientação contida no texto da citada convenção é de que esses direitos não são aplicáveis aos/as trabalhadores/as que não atuam em alto mar, tal como mergulhadores/as, marisqueiros/as, pescadores/as de rede de arrasto, colhedores de alga marítima, como também ao trabalho relacionado com pesca, particularmente de mulheres, com o fim de garantir que todos/as se beneficiem da Convenção. Entre as garantias sociais estipuladas estão:

- (i) trabalho arriscado (como mergulho, arrasto na praia nas áreas costeiras áspersas ou colheita de mariscos em zonas de maré turbulenta); (ii) condições

de serviço (tal como contrato de trabalho, horas de descanso e modo de pagamento); (iii) seguridade no trabalho e cuidado de saúde; e (iv) cuidado médico e segurança social - podem melhorar as condições de trabalho e vida também dos pescadores baseados na terra firme.

Finalizamos com a letra de uma composição de Dorival Caymmi, 'A jangada voltou só', que ilustra as incertezas na vida dos pescadores/as, incertezas que os jovens não sonham reproduzir em sua vida profissional:

A jangada saiu
Com Chico Ferreira e Bento
A jangada voltou só
Com certeza foi lá fora, algum pé de vento
A jangada voltou só...
Chico era o boi do rancho
Nas festa de Natar
Chico era o boi do rancho
Nas festa de Natá
Não se ensaiava o rancho
Sem com Chico se conta
E agora que não tem Chico
Que graça é que pode ter
Se Chico foi na jangada...
E a jangada voltou só... a jangada saiu
Com Chico Ferreira e Bento
A jangada voltou só
Com certeza foi lá fora, algum pé de vento
A jangada voltou só...
Bento cantando modas
Muita figura fez
Bento tinha bom peito
E pra cantar não tinha vez

Referências

CALLOU, Ângelo Brás Fernandes; PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; LEITÃO, Maria Rosário F. Andrade; SANTOS, Maria Salett Tauk. O Estado da Arte do

Ensino da Extensão Rural no Brasil. *Revista Extensão Rural*. Universidade Federal de Santa Maria. DEAER/PPGExR - CCR. ano XV, n. 16, jul-dez. Santa Maria, 2008.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná de. (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. Culturas Juvenis: múltiplos olhares. *Paradidáticos. Série Cultura*. São Paulo: UNESP, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos Santa'Ana. *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo: Ática, 1983.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. 5.ed. São Paulo: Cortêz, 2003.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. *30 anos de Registro Geral da Pesca para Mulheres*. v. 1. Recife: FASA, 2010.

_____. A Ver-o-Mar, a construção do diálogo entre universidade e sociedade. In: _____. (org). *Extensão Rural & Extensão Pesqueira: Experiências Cruzadas*. v. 1. Recife: FASA: 2008, p. 105-112.

_____. Gênero e políticas públicas na pesca artesanal em Itapissuma. In: FERNANDES, Angelo Bras Callou e TAUKE, Maria Sallet. (org). *Comunicação, gênero e cultura em comunidades pesqueiras tradicionais*. v. 1. Recife: FASA, 2009, p. 161-174.

_____. *Mulher e Poder* (org). Prefeitura do Jaboatão dos Guararapes/Secretaria de Políticas para as Mulheres. Pernambuco, 2010. 32p. [no prelo]

_____. Pesca & gênero: o papel das mulheres no desenvolvimento local. *Cartilha. Labrys. Estudos Feministas* (online). v. 13, 2008, p. 1-12.

MONTENEGRO, Nilza de Miranda. Diário de trabalho sistematizado pela religiosa Nilza de Miranda Montenegro. *Documentos da CPP*.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TAVARES, Maurício Antunes. *Caminhos cruzados, trajetórias entrelaçadas: vida social de jovens entre o campo e a cidade no Sertão de Pernambuco*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009. Dissertação (Doutorado), Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná de. (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

POLÍTICAS DE SAÚDE DA MULHER NO BRASIL - HISTÓRIA E EVOLUÇÃO

Jane Maria de Souza Philippi

A saúde da mulher no Brasil nas décadas de 20 e 30 restringia-se à gravidez e ao parto. O programa intitulado “Materno-infantil” já pelo seu nome limitava a saúde da mulher apenas ao seu papel biológico de procriadora, à maternidade e à de cuidadora da prole, e por isso era uma assistência fragmentada, com baixo impacto sobre os indicadores de saúde da mulher (COELHO, 2006).

Na década de 60 a saúde no Brasil caracterizava-se pela prática médica individual, assistencialista e especializada, em detrimento das ações de saúde pública, de caráter preventivo e interesse coletivo (SCLiar; PAMPLONA; RIOS; SOUZA, 2010).

Em 1975 foi criado o Programa Nacional de Saúde Materno-Infantil - PSMI, melhor delineado, mas ainda visando prioritariamente a gestante e a maternidade. É estabelecida a “arte obstétrica”, demonstrando a perda de controle deste conhecimento pelas mulheres e a sua incorporação à prática médica. A situação do parto com a intervenção tecnológica através da operação cesária é sobreutilizada e vem representar um risco à saúde (GIFFIN, 1991).

O Movimento da Reforma Sanitária, na década de 80, surge com força através dos movimentos sociais e dos movimentos feministas reivindicando a saúde da mulher sem fragmentação e não reducionista, denunciando as desigualdades nas condições de vida e nas relações de gênero, apontando as dificuldades associadas à sexualidade e à saúde reprodutiva, anticoncepção, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis - DST/Aids e ainda a sobrecarga do trabalho feminino. Essas desigualdades e condições de vida se refletem na saúde da mulher.

A partir de 1984, com o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PSMI, é que se modificaram as prioridades e a política de saúde para as mulheres. A visão da saúde da mulher somente para o ciclo gravidez/puerpério dá lugar a uma visão mais abrangente e ampla envolvendo todas as fases do ciclo biológico da mulher. São incluídas ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, diagnóstico, tratamento e recuperação, da proposta da Reforma Sanitária (GIFFIN, 1991).

O PSMI, no entanto, não atende sua política de integralidade por falta de dotação orçamentária e continua com uma abordagem predominantemente materno-infantil (COELHO, 2003); não chegou a ser efetivamente implantado em todo o país e consolidou uma separação entre o uso de métodos artificiais de controle da fecundidade e os cuidados à saúde para a maioria das mulheres, que são as mais pobres e dependem dos serviços públicos. As doenças das mulheres são a pobreza e a desigualdade (GIFFIN, 2001).

Em 1985 é criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CEDIM, vinculado ao Ministério da Justiça, com o objetivo de promover políticas públicas para eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar a sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais. O Conselho foi fundamental na inclusão das reivindicações dos movimentos das mulheres na Constituição de 1988 e na criação e regulamentação do SUS. Em janeiro de 2003 o CEDIM passou a integrar a estrutura da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, ligada diretamente à Presidência da República. Nas Conferências Nacionais de Saúde e Direitos da Mulher, em 1986 e 1989, os temas de saúde mental, sexualidade, aborto, adolescência, velhice, trabalho e saúde, saúde e cidadania foram destacados como áreas essenciais que exigem avanços urgentes (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

O marco mais importante da luta das mulheres, todavia, é a Conferência do Cairo, em 1994, Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - CIPD, que defendeu a erradicação da miséria e das desigualdades sociais, raciais e de gênero. Grande parte da Conferência foi ocupada na busca de um consenso sobre os conceitos de direitos reprodutivos e direitos sexuais (COELHO, 2006).

Em 1996 foi aprovada a Lei do Planejamento Familiar, a qual proibiu a utilização de ações para qualquer tipo de controle demográfico. Tratou-se de um documento histórico que incorporou o ideário feminista para a atenção à saúde integral, responsabilizando inclusive o estado brasileiro nos aspectos da saúde reprodutiva. Desta forma as ações prioritárias foram definidas a partir das necessidades

da população feminina, o que significou uma ruptura com o modelo antigo da atenção materno-infantil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

O planejamento familiar é um direito assegurado na Constituição Federal. Consiste na orientação sobre como planejar a família de forma segura e de como evitar a gravidez indesejada, informando e oferecendo os vários métodos contraceptivos existentes. Planejar a família e evitar gravidez indesejada também passaram a ser opções para as mulheres. Mas o atendimento está chegando às mulheres que mais precisam dele?

O Ministério da Saúde, em parceria com estados e municípios, conseguiu ampliar o leque de oferta de métodos contraceptivos existentes e gratuitos sempre com a preocupação de deixar a mulher esclarecida sobre sua escolha. Cerca de um bilhão de preservativos masculinos e 428 mil femininos foi a maior distribuição feita por um governo em 2008. A Política Nacional de Planejamento Familiar inclui ainda procedimentos específicos para o homem, como a vasectomia, o que confirma que o planejamento de futuras gestações deve ser compartilhado com o parceiro. Em 2003 foram realizadas 8,6 milhões de consultas durante o pré-natal e em 2009 foram 19,4 milhões, um crescimento que pode ser atribuído à ampliação do acesso ao pré-natal pelas mulheres. Em 1986, o percentual de grávidas que nunca consultaram um médico era de 26%. Em 2006, este percentual baixou para 1,3%. Além disso, 61% das gestantes tinham passado por sete ou mais consultas de avaliação, inclusive com a realização de exames (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

O pré-natal auxilia na prevenção de doenças no bebê e na mãe durante a gestação, tais como a diabetes gestacional e a hipertensão, que podem levar a complicações durante o parto, além da hepatite B, toxoplasmose, sífilis e HIV. A gestante e parturiente também passou a ter direito a um acompanhante de sua escolha no trabalho de parto, parto e pós-parto e a garantia de conhecimento e vinculação à maternidade, em que receberá assistência no âmbito do SUS.

Em 2004 o Ministério da Saúde lançou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - Princípios e Diretrizes, construídos a partir da proposição do SUS, respeitando os impactos positivos nas principais demandas do universo feminino para o setor. Ainda em 2004 foi lançado o Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, a primeira pactuação entre gestores e sociedade civil organizada apoiada pelas 27 unidades federadas. A proposta foi premiada pela ONU como modelo de mobilização em saúde. O Pacto Nacional teve por objetivo articular os atores sociais, historicamente mobilizados em torno da melhoria da qualidade de vida de mulheres e

crianças, na luta contra os elevados índices de mortalidade materna e neonatal no Brasil. Os princípios do Pacto, entre outros, são o respeito aos direitos humanos de mulheres e crianças; a consideração das questões de gênero, dos aspectos étnicos e raciais e das desigualdades sociais e regionais; a decisão política de investimentos na melhoria da atenção obstétrica e neonatal; e a ampla mobilização e participação dos gestores e organizações sociais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

A Organização Mundial da Saúde (OMS) preconiza que o aleitamento materno seja exclusivo até os seis meses de vida da criança e continue até os dois anos ou mais. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) - em 2006 - mostrou que no Brasil os dados são positivos: 43% das crianças são amamentadas na primeira hora de vida no Brasil, 99% são amamentadas no primeiro dia de vida e 40% dos bebês recebem exclusivamente o leite materno nos primeiros seis meses de vida (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Os direitos sexuais e reprodutivos são direitos ancorados na liberdade de todo casal decidir livre e responsavelmente sobre o número, espaçamento e a oportunidade de ter filhos e de ter a informação e os meios de assim o fazer. Além da garantia da liberdade de orientação sexual e a dupla proteção às DST/Aids e à gestação não planejada.

Em 2005 foi lançada a Política Nacional de Direitos Sexuais e de Direitos Reprodutivos, resultado da articulação entre os Ministérios da Saúde, da Educação, da Justiça e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, assim como as Secretarias Especiais de Políticas para as Mulheres, Políticas de Proteção e Promoção da Igualdade Racial e Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Essa política foi uma das responsáveis pelo estímulo à adoção de boas práticas na atenção obstétrica e neonatal, baseadas em evidências científicas em quase 500 maternidades de referência nas 27 unidades federadas e qualificação do atendimento às urgências/emergências obstétricas nas maternidades e no SAMU (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Outro avanço pela melhora da assistência à mulher veio com a instituição da Política de Atenção Integral à Reprodução Humana Assistida, em 2006, que assegura o direito à reprodução em casos em que se faz necessária a atenção médica para a fertilização. Houve também a implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de AIDS em 2007.

Em 2008 foi lançada a Política Nacional pelo Parto Natural e Contra as Cesáreas Desnecessárias em parceria com a Agência Nacional de Saúde Suplementar. Foram acertados os parâmetros para os serviços públicos e privados que

atendem a parturiente e ao recém-nascido com repasse de recursos iniciados para as adaptações físicas e a qualificação de profissionais. Houve a definição de fluxos e prazos para os gestores municipais investigarem os óbitos maternos com maior eficiência e rapidez, exigindo a notificação em 48 horas e a conclusão de todo o processo no máximo em 120 dias. Essa revolução trouxe consequências positivas também para o atendimento obstétrico na rede pública. A expansão da oferta dos serviços de saúde elevou o número de partos pelo SUS. Em 2006 76% das gestantes tiveram seus bebês na rede pública. No meio rural, caiu de 19,8% para 3,5% os nascimentos de crianças em domicílio - no mesmo período. A assistência do médico durante o parto aumentou de 77,6% para 88,7% em todo o país. No meio rural a presença desse profissional passou de 57,7%, em 1996 para 82,6%, em 2006 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

O País, entretanto, registra mais cesarianas do que os 15% recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A taxa nacional é de 39% e em todos os estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste esse índice é superior a 40% segundo dados de 2002 do Sistema de Informações de Nascidos Vivos - SINASC.

Os benefícios do parto normal são inúmeros tanto para a mãe, como para seu bebê. Vão desde uma melhor recuperação da mulher e redução dos riscos de infecção hospitalar até uma incidência menor de desconforto respiratório do bebê.

A incidência de morte materna associada à cesariana é 3,5 vezes maior do que no método natural. Os riscos começam pela anestesia. As vantagens do parto normal se estendem ainda à questão financeira. Pelo SUS o método natural custa R\$ 291,00 e a cirurgia cesariana R\$ 402,00 (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Existem indicações absolutas e relativas para a realização da cesárea. Trata-se de um procedimento importante para salvar a vida da mãe e do bebê quando uma delas - ou as duas - está em risco. As indicações absolutas são a desproporção céfalo-pélvica (quando a cabeça do bebê é maior do que a passagem da mãe); hemorragias no final da gestação; ocorrência de doenças hipertensivas específicas da gravidez na mãe; bebê transverso (atravessado) e sofrimento fetal. A ocorrência de diabete gestacional, ruptura prematura da bolsa d'água e bebê com trabalho de parto prolongado são consideradas indicações relativas para a cesariana.

A revalorização do parto natural e vaginal é posta como necessária, em alguns casos, acima do sofrimento da mulher e da criança.

Por que tantas mulheres querem parto por cesárea? Medo de sofrer e medo de que seu bebê nasça com problemas? Com certeza. E a causa é a falta de segurança e confiança nos profissionais e seus procedimentos relacionados ao parto normal.

Necessitamos ainda da atenção humanizada ao abortamento. A atenção de qualidade às mulheres que chegam aos serviços de saúde em processo de abortamento. Elas também devem ser tratadas como pessoas necessitando de atendimento de urgência como toda e qualquer pessoa. Até bêbados, brigões e bandidos recebem atendimento. Ainda existe discriminação com essas mulheres nas emergências dos hospitais. Sem falar na dificuldade de atendimento para as mulheres que optam pelo aborto até mesmo nos casos amparados por lei. A demora no atendimento muitas vezes põe em risco a vida da mulher ou até inviabiliza a realização do procedimento, causando grande sofrimento.

O uso descontrolado da pílula também pode resultar em gravidez indesejada e aborto e, no Brasil, as estimativas são de que 30% das gestações terminam em aborto ilegal (GIFFIN, 2002). Já o aborto legal é garantido pelo Código Penal brasileiro de 1940 - somente em gravidez indesejada em casos de estupro ou em caso de risco de morte para a mãe, mas ainda são muito pouco realizados pelos serviços públicos de saúde devido à resistência de profissionais da saúde.

A violência contra as mulheres é sofrida em todas as fases da vida. Muitas vezes ela se inicia ainda na infância e acontece em todas as classes sociais. A violência cometida contra mulheres no âmbito doméstico e a violência sexual são fenômenos sociais e culturais ainda cercados pelo silêncio e pela dor. Políticas públicas específicas que incluem a prevenção e a atenção integral são fatores que podem proporcionar o empoderamento, ou seja, o fortalecimento das práticas autoperceptivas e do coletivo feminino no enfrentamento da violência no Brasil.

De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994) e definição adotada pela Organização dos Estados Americanos - OEA - em 1994, a violência contra a mulher é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher tanto na esfera pública como na esfera privada”. Ou seja, a violência contra as mulheres é uma manifestação de relações de poder historicamente desiguais que conduziram à dominação e à discriminação contra as mulheres pelos homens e impedem seu pleno avanço. A Organização das Nações Unidas - ONU, 1993 - também referendou o tema, reconhecendo a violência contra as mulheres como uma violação aos direitos humanos (FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, 2008).

É esperado que os governos e as organizações da sociedade civil trabalhem para a eliminação desse tipo de violência reconhecido pela Organização Mundial da Saúde - OMS como um grave problema de saúde pública posto que suas consequências são profundas, indo além da saúde e da felicidade individual e afetando o bem estar de comunidades inteiras.

Por meio da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a Área Técnica de Saúde da Mulher tem como objetivo aumentar o número de serviços de atenção à violência em Estados e Municípios, apoiando-se na organização de redes integradas que devem se constituir em ações voltadas à população. Essa demanda pleiteada por estados e municípios reforça a necessidade de construção de estratégias de organização da gestão de redes e serviços no sentido de ofertar ações eficientes de acordo com as necessidades apresentadas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

A violência contra a mulher é referida de diversas formas desde a década de 50. Designada como violência intrafamiliar na metade do século XX, vinte anos depois passa a ser referida como violência contra a mulher. Nos anos 80 foi denominada como violência doméstica e, na década de 90, os estudos passam a tratar essas relações de poder - em que a mulher em qualquer faixa etária é submetida e subjugada como violência de gênero.

O Pacto Nacional para Enfrentamento da Violência contra as Mulheres consiste na assistência psicológica, prevenção de DST/Aids, anticoncepção de emergência e interrupção de gravidez resultante de estupro. Cerca de 40% das mulheres já foram vítimas de algum tipo de violência doméstica. Os recursos do Pacto são conveniados com estados e municípios para a consolidação da Lei Maria da Penha, a estruturação da rede de atendimento às mulheres vítimas de violência, o combate à exploração sexual e tráfico de mulheres, os direitos humanos das mulheres em situação de prisão, a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos, assim como o enfrentamento a feminização da Aids e outras DTS (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Através das notificações realizadas no sistema nacional de notificações/investigação, o Sinan NET, foi possível estabelecer o perfil epidemiológico das violências em Santa Catarina, separando-o em dois tipos: o perfil da vítima de violência e o perfil do agressor/agressora. Das 1.044 notificações ocorridas de 2008 a março de 2010, 63% das vítimas eram do sexo feminino e 14% foram violências auto-provocadas (suicídio ou tentativa de suicídio); destas, 69% praticadas pelo sexo feminino. Quanto ao perfil da vítima de violência doméstica, sexual e/ou outras violências pode-se afirmar que ocorreram com maior frequência na faixa etária

de 19 a 20 anos (26%), seguidas das vítimas de 1 a 9 anos (20%). A raça branca com 75% e a parda com 15% tiveram as maiores vítimas; a maioria, 29%, eram solteiros; e 5% das vítimas eram portadores de deficiências. Os tipos de violência que mais ocorreram foram: violência física (em 48% dos casos), psicológica (em 21% dos casos) e sexual (em 15% dos casos). A cabeça/face em 22% dos casos foi a parte do corpo mais atingida das vítimas. Esses dados repetem o mesmo perfil da violência no Brasil (DRESSEN, 2010).

Quanto ao provável agressor/agressora de violência doméstica, sexual e/ou outras violências, pode-se afirmar que o homem apareceu como o maior agressor (em 60% dos casos); a zona de maior ocorrência foi a urbana (em 76% dos casos); o período de maior ocorrência foi o noturno (em 24% dos casos); e o local de maior ocorrência foi a residência (em 64% dos casos). A violência ocorreu pela primeira vez em 49% dos casos. Os meios de agressão mais utilizados foram a força corporal (37%), seguido pela ameaça (16%). O vínculo do agressor com a vítima em 17% dos casos era amigo/conhecido, em 14% era a própria pessoa, em 12% o cônjuge e 11% desconhecido. A suspeita do uso de álcool foi confirmada por 49% das vítimas e desses, 62% eram mulheres; 28% afirmaram que o agressor não tinha ingerido álcool (DRESSEN, 2010).

A violência contra a mulher é a expressão do desequilíbrio de poder entre homens e mulheres. Culturalmente tolerada, trata-se de um atentado aos direitos fundamentais. A agressão dentro de casa pode se traduzir num ciclo vicioso, que tende a se repetir ao longo do tempo. De início existe uma tensão, hostilidade que se acumula e se manifesta em atritos, insultos e ameaças. Ato contínuo, a própria agressão, descarga descontrolada da tensão acumulada. Depois vem a fase de reconciliação, em que o agressor pede perdão e promete mudar de comportamento ou finge que não houve nada, fica mais carinhoso, bonzinho, traz presentes, fazendo a mulher acreditar que aquilo não vai mais voltar a acontecer.

Infelizmente, a saúde pública ainda não chegou dentro das casas das pessoas. E a Casa da Mulher Catarina, entidade hoje nos seus 21 anos de luta pelos direitos e pela saúde da mulher catarinense, realizou em 2009 uma capacitação sobre violência contra a mulher para mais de 500 agentes comunitários de saúde de Florianópolis, e neste ano de 2010 para mais de 200 agentes em São José, município vizinho, com a intenção de conscientizar esses profissionais que adentram as casas das pessoas e podem visualizar e denunciar a violência, além de formar multiplicadores.

No ano de 2007 a Casa da Mulher Catarina realizou palestra sobre prevenção das DST/Aids no Presídio Feminino de Florianópolis, em Santa Catarina, e constatou a inexistência de atendimento à saúde das presidiárias, em que apenas uma médica voluntária oferece seus serviços às detentas, uma ou duas vezes por semana. São 134 mulheres de todo o Estado: a maioria delas é mulheres brancas, com ensino fundamental incompleto, idade média de 24 anos e, ao contrário dos homens, cumpre pena por furto e/ou roubo - a maioria das mulheres cumpre pena primária e por tráfico de entorpecentes. São mulheres esquecidas das autoridades, principalmente da área da saúde, cujo atendimento é precário.

Que alternativa de pena se pode dar a essas mulheres? Não poderia ser um local onde a obrigatoriedade da continuidade do estudo fosse o mais importante? Quando saem do presídio, do que se ocupam? Das que engravidam e ficam presas, seus filhos já nascem presidiários. Que crime hediondo praticaram esses bebês?

A violência contra a mulher e a desarticulação da família tradicional é um poderoso propulsor dos índices de crimes violentos, do tráfico de armas, drogas e pessoas. Um em cada cinco dias de falta ao trabalho no mundo é causado pela violência sofrida pelas mulheres dentro de suas casas; a cada cinco anos, a mulher perde um ano de vida saudável; o estupro e a violência doméstica são causas importantes de incapacidade e morte de mulheres; na América Latina e Caribe a violência doméstica atinge entre 25% a 50% das mulheres. No Canadá, um estudo estimou que os custos da violência contra as mulheres superam 1 bilhão de dólares canadenses por ano em serviços, incluindo polícia, sistema de justiça criminal, aconselhamento e capacitação; nos Estados Unidos, um levantamento estimou o custo com a violência contra as mulheres entre US\$ 5 bilhões e US\$ 10 bilhões ao ano; nos países em desenvolvimento estima-se que entre 5% a 16% de anos de vida saudável são perdidos pelas mulheres em idade reprodutiva como resultado da violência doméstica. Esses dados segundo Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (TELES & MELO, 2003).

Então, muito ainda se tem a fazer. O câncer de mama é a principal causa de morte entre as mulheres, respondendo por 22% dos casos novos a cada ano. Se diagnosticado e tratado oportunamente, o prognóstico é relativamente bom. No Brasil, as taxas de mortalidade continuam elevadas, muito provavelmente porque a doença ainda é diagnosticada em estádios avançados. No Brasil, morreram em 2008 11.860 pessoas de câncer de mama, sendo 11.735

mulheres e 125 homens, sendo que a estimativa para 2010 é de 49.240 novos casos. Vários serviços e procedimentos foram incluídos no SUS para o diagnóstico e tratamento; a ampliação da oferta de mamografias passou de 2 milhões, em 2003, para 2,9 milhões, em 2008. A mamografia é recomendada uma vez a cada dois anos para as mulheres entre 50 e 69 anos e o Ministério da Saúde sugere o exame preventivo do câncer de colo de útero a cada três anos para mulheres entre 25 e 59 anos e exames anuais para aquelas com citologia alterada (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

O câncer do colo do útero é a segunda causa de morte no Brasil, onde o papilomavírus humano, o HPV, considerado a causa primária em mais de 98% dos tumores, pode ser descoberto facilmente em exame preventivo de câncer cérvico uterino - o Papanicolaou. Em 2008 morreram 4.812 mulheres por esse tipo de câncer e a estimativa para 2010 é de 18.430 novos casos. A cobertura na realização desse exame entre as mulheres heterossexuais nos últimos três anos é de 89%. Já entre as lésbicas e bissexuais, a cobertura cai para 66%, com uma cobertura total de 70%; mas a Organização Mundial da Saúde - OMS considera ideal uma cobertura de 80% (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

A atenção à saúde da mulher, no Brasil e no mundo, ainda tem sido reduzida aos parâmetros da atenção materno-infantil. As incidências de câncer de mama e de colo de útero continuam subindo e atingem principalmente mulheres em idade fértil. E somos 51% da população brasileira. Um estudo realizado de 1980 a 2007 mostrou que a mortalidade por câncer de corpo está ascendente nestes 28 anos estudados, com um aumento de 1,89% ao ano, e o câncer de colo de útero, apesar da facilidade de prevenção, apresentou tendência de mortalidade estável. O câncer de corpo de útero apresenta as maiores taxas de mortalidade nas regiões Sul e Sudeste do país. Entre 1980 e 2007 foram registrados no Brasil 160.206 óbitos por câncer de útero, sendo 56% de tumores de colo do útero e 8,7% de tumores no corpo do útero. Em 2007 ocorreram 4,3 mortes por câncer de colo de útero por 100.000 mulheres, e 0,86 mortes por câncer de corpo de útero por 100.000 mulheres (SILVÉRIO, 2010).

A criação de campanhas; a cobertura do exame colpo citológico, que é insuficiente tanto quantitativamente - que não alcança a porcentagem populacional mínima preconizada pela Organização Mundial de Saúde - OMS - como qualitativamente, que não chega até as populações que dele mais necessitam; as vacinas contra HPV, colocadas à disposição na rede pública de saúde, que permitem atuar no primeiro nível de prevenção, são todas medidas que poderão reduzir a mortalidade. E para os casos que irão transpor a barreira da

prevenção, deve-se dispor de tratamentos adequados e de qualidade para todas as mulheres (SILVÉRIO, 2010).

O Brasil é um país considerado em desenvolvimento, e a distribuição epidemiológica dos cânceres reflete esta realidade com aumento dos tipos associados a elevado nível socioeconômico como câncer de mama, próstata e cólon e reto, mas simultaneamente, mantendo a presença de taxas de incidências elevadas de tumores geralmente associados com a pobreza, como câncer de colo de útero, pênis, estômago e cavidade oral. No início da década de 1990 começaram a aumentar os casos de Aids entre as mulheres e a transmissão do HIV de mãe para filho. Hoje as estimativas apontam as mulheres como metade dos soropositivos no mundo. Na América Latina, elas representam 550 mil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Em 2003 o Governo Federal criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), ligada à Presidência da República, para viabilizar ações de enfrentamento da problemática racial e inaugurar uma nova era no tratamento dispensado pelo Estado brasileiro às iniquidades resultantes do racismo, do preconceito e da discriminação raciais. Também com o propósito de promover a equidade, o Ministério da Saúde criou o Comitê Técnico Saúde da População Negra (Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa) para propor uma Política Nacional para essa parcela da população (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Há no Brasil um consenso entre os estudiosos acerca das doenças e agravos prevalentes na população negra que são os geneticamente determinados (como a doença falciforme, deficiência de glicose 6-fosfato desidrogenase, foliculite); os adquiridos em condições desfavoráveis (como desnutrição, anemia ferropriva, doenças do trabalho, DST/HIV/Aids, mortes violentas, mortalidade infantil elevada, abortos sépticos, sofrimento psíquico, estresse, depressão, tuberculose, transtornos mentais derivados do uso abusivo de álcool e outras drogas); e os de evolução agravada ou tratamento dificultado (como hipertensão arterial, diabetes, coronariopatias, insuficiência renal crônica, câncer, miomatoses).

Compete à área técnica de Saúde da Mulher promover melhoria das condições de saúde das mulheres negras ao incluir ações de cuidado, atenção, promoção à saúde e prevenção de doenças. Sabe-se que as mulheres negras sofrem dois tipos de discriminação: a racial e a de gênero.

Dados de Saúde do Brasil, em 2007, relatam que entre as mulheres de raça/cor preta e parda, as doenças cerebrovasculares foram as principais responsáveis

pelos óbitos, sendo o risco de morte por essa causa duas vezes maior que entre as mulheres brancas. Os homicídios são a segunda causa de morte, com um risco três vezes maior se comparado com as mulheres brancas. O risco de morte por Aids é 2,6 vezes maior que entre as mulheres brancas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Pautada pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da População Negra de 2006, a área de saúde da mulher tem procurado melhorar essas condições com dois eixos principais de ação, que são o enfrentamento do racismo e sua presença no SUS, e a atenção à prevenção e ao tratamento dos problemas de saúde que mais atingem a população negra. Os objetivos da política são a inclusão dos temas Racismo e Saúde da População Negra nos processos de formação e educação permanente dos trabalhadores da saúde e no exercício do controle social na saúde; a ampliação e fortalecimento da participação do Movimento Social Negro nas instâncias de controle social das políticas de saúde em consonância com os princípios da gestão participativa do SUS, adotados no Pacto pela Saúde; o incentivo à produção do conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra; a promoção do reconhecimento dos saberes e práticas populares de saúde, incluindo aqueles preservados pelas religiões de matrizes africanas; a implementação do processo de monitoramento e avaliação das ações pertinentes ao combate ao racismo e à redução das desigualdades étnico-raciais no campo da saúde nas distintas esferas de governo; e o desenvolvimento de processos de informação, comunicação e educação que desconstruam estigmas e preconceitos, fortaleçam uma identidade negra positiva e contribuam para a redução das vulnerabilidades (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2010).

Sabe-se, no entanto, que as mulheres negras são as que mais sofrem nas salas de partos, são as que mais sofrem violência e são as que menos chances têm de estudo.

De uma maneira geral, é preciso fazer muito ainda, principalmente com relação à violência contra a mulher. É preciso modificar esse quadro no Brasil, pois antes de chegar a um hospital, muitas chegam antes nas delegacias e não são ouvidas. O combate à violência é multicêntrico e multiprofissional. Nas escolas, nas unidades de saúde, nas visitas dos agentes de saúde nas residências ele pode ser prevenido e desaprendido.

Neste contexto não se pode deixar de citar a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, da qual a Casa da Mulher Catarina é associada. Fundada em 1991, congrega cerca de 250 filiadas entre

entidades, associações, sindicatos e profissionais. Espalhada por todo o Brasil, fez recentemente uma pesquisa sobre Mulheres e Tabagismo, da qual, no Estado de Santa Catarina, participou a Casa da Mulher Catarina.

E muito mais se tem para fazer: a saúde da mulher trabalhadora, a saúde da mulher indígena, a saúde mental da mulher, os desafios da saúde mental com o abuso do álcool e outras drogas. E lembrando que nem o processo materno-infantil, na vida da mulher está totalmente consolidado.

Se o pré-natal é considerado de baixa eficácia, a atenção ao parto estagnado, o puerpério é a etapa esquecida no processo do nascimento (MENDES, COELHO & CALVO, 2006).

Também o atendimento à mulher em oncologia, principalmente pós-quimioterápico e pós-cirúrgico, com psicólogo e fisioterapeuta, além da medicação especial para o seu conforto quando decide passar seus últimos dias na sua residência, ao lado dos familiares.

É preciso a inclusão das mulheres em ocupações centrais como no financiamento, nos recursos humanos e no controle social, que são as três razões orientadoras do SUS no Brasil (CASTILHOS, 2003).

É necessário que as mulheres participem dos conselhos locais de saúde, conselhos municipais, estadual e nacional. E não somente conselho de saúde. Nos conselhos de segurança, conselho tutelar, de educação, de defesa civil e tantos outros importantes nas cidades e que lutam para se fazerem ouvir pelos políticos e administradores públicos, não somente com reivindicações e idéias masculinas, mas também com as boas ideias do mundo feminino.

Não existe equilíbrio entre homens e mulheres em todos os níveis de poder no Brasil. É preciso que as mulheres compartilhem da elaboração e da execução de leis, e também que as ponham em prática para atender às suas necessidades e de seus filhos.

O Brasil conta com 9% de mulheres no Congresso Nacional, 12% nas assembleias legislativas e 12% nas câmaras municipais. Em uma lista de 188 países, o Brasil fica no número 141, com relação à representatividade feminina na política. Na América Latina, só fica à frente da Colômbia e dentre os países que adotaram a política de cotas para mulheres, o Brasil apresenta o pior resultado. De todos os candidatos que entraram nas eleições de 2008, 91% dos prefeitos são homens e 88% dos vereadores também (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2010).

Por que o Brasil precisa de lei obrigando cotas para as mulheres na política e mesmo assim não consegue atingir esse valor? É que existe um preconceito

velado. Uma guerra não declarada. Um espaço de poder de que os homens não abrem mão.

Mas isso tem alguma importância para a sociedade brasileira? Para a saúde das mulheres?

Será que, para a população, tanto faz se são somente homens que fazem e executam as leis do país? Faz diferença sim.

Existe um grande desequilíbrio na representação da população brasileira. É preciso que mulheres façam leis para mulheres e seus filhos; que mulheres executem as leis para mulheres.

Como se pode pensar a saúde e as cidades sem as mulheres?

Referências

DRESSEN, Rosana. Notificações/investigações de violências domésticas, sexuais e/ou outras violências em Santa Catarina. Dados do Sinan NET. *Capacitação para a implantação do sistema de notificação em Santa Catarina*. Diretoria de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Estado de Santa Catarina - DIVE/SES/SC, 2010.

FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. *Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica*. 4. ed. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008, 163 p.

GIFFIN, Karen Mary. Mulher e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*. v.7, n.2. Rio de Janeiro, apr/jun, 1991.

_____. Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. *Cadernos de Saúde Pública*. v.8, supl.1, Rio de Janeiro, 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portal da saúde. *Saúde da mulher*. Disponível em <http://www.saude.gov.br>. Acessado em 01/06/2010.

COELHO, Clair Castilhos. O Sistema Único de Saúde: Filosofia, História e Visão Panorâmica da Atualidade. *Rede feminista de saúde*. A Presença da Mulher no Controle Social das Políticas de Saúde. Anais da capacitação de multiplicadoras em controle social das políticas de saúde. Belo Horizonte: Mazza, 2003, p. 33-50.

_____. Breve história da mulher e seu corpo. In: COELHO, Elza Berger Salema.; CALVO, Maria Cristina Marino.; COELHO, Clair Castilhos. (org). *Saúde da Mulher. Um desafio em construção*. Florianópolis: UFSC, 2006, p. 11-26.

MENDES, Margarete Fernandes.; COELHO, Elza Berger Salema.; CALVO, Maria Cristina Marino. O puerpério na atenção básica: as interfaces da assistência institucional e das práticas de cuidados de saúde. In: COELHO, Elza Berger Salema.; CALVO, Maria Cristina Marino.; COELHO, Clair Castilhos. (org). *Saúde da Mulher. Um desafio em construção*. Florianópolis: UFSC, 2006, p. 182-204.

SCLIAR, Moacyr.; PAMPLONA, Marco.; RIOS, Miguel Ângelo Thompson.; SOUZA, Maria Helena Soares de. *Saúde Pública: histórias, políticas e revolta*. São Paulo: Scipione, 2010. 142 p.

SILVÉRIO, Murilo Gomes. *Tendências de mortalidade por câncer de útero no Brasil entre 1980 e 2007*. Florianópolis: UFSC, 2010, 32 p. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Medicina.

TELES, Maria de Almeida.; MELO, Mônica. *O que é Violência Contra a Mulher*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. TSE. *Eleições 2008*. Disponível em <http://www.tse.gov.br>. Acessado em 30/03/2010.

MULHERES, EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Hildete Pereira de Melo

No início deste milênio a sociedade esqueceu a batalha travada pelas mulheres pelo acesso à educação. Atualmente todas têm a oportunidade de se educarem, as escolas estão abertas em todos os graus. A universalização da educação e o avanço da ciência e da tecnologia nos últimos sessenta anos foram extraordinários, as mulheres aumentaram sua participação nas atividades científicas, mas suas conquistas têm sido sempre creditadas ao gênio masculino.

O aspecto misógino das atividades científicas reflete-se nas inúmeras teorias que respaldam a segregação institucional das mulheres ao longo da história. A inferioridade intelectual feminina está presente na Antiguidade Grega e acompanha o desenvolvimento mundial no percurso do tempo. Esta desqualificava as mulheres para os estudos e estas ideias (pseudos) científicas contribuíram para fundamentar neste processo a perspectiva da inferioridade feminina (MARTA GARCIA & EULÁLIA PÉREZ SEDEÑO, 2006).

O desenvolvimento brasileiro ao longo do século XX foi incapaz de absorver toda a população; as mulheres, negras e negros e indígenas sofreram de forma mais contundente essas desigualdades; este artigo busca evidenciar mudanças e continuidades relativas às desigualdades socialmente estabelecidas entre as mulheres e os homens focalizando a educação e a ciência como elementos constitutivos deste processo. A educação faz parte dos processos de reprodução social e é o meio pelo qual se renova a sociedade nos seus processos de socialização ao lado da família.

A ciência e a prática científica, por sua vez, têm sido marcadas pelo sexismo e androcentrismo. A discussão feminista da ciência e da tecnologia tem desenvolvido uma crescente consciência da diferença que expressa inferioridade e que se revela na escassez de figuras femininas na história da ciência. Resgatar estes nomes esquecidos é uma tarefa como também empreender esforços pedagógicos para motivar e integrar meninas e mulheres no processo de aprendizagem da ciência e tecnologia.

Inegavelmente a educação é importante para o desenvolvimento econômico e social do mundo moderno e tem sido apontada como uma das questões que podem possibilitar a redução das disparidades sociais e econômicas de um país ou região. O reconhecimento deste papel está contemplado no Relatório das Metas do Milênio das Nações Unidas, que tem como meta a eliminação das disparidades entre os sexos em todos os níveis de ensino até 2015. No Brasil, os avanços nos indicadores educacionais nas últimas décadas foram reflexos da demanda de grupos sociais por políticas inclusivas e também as conferências internacionais também tiveram papel importante, fazendo com que determinados temas sociais fossem inseridos na agenda social brasileira.

Com estas preocupações este artigo discute a educação e a prática científica através de uma política pública específica cujo objetivo é integrar meninas e mulheres nas atividades da ciência e tecnologia pelo estímulo ao desenvolvimento do campo de trabalho de gênero e enfoques feministas na análise dos preconceitos sexistas e androcêntricos da sociedade.

Educação como instrumento de empoderamento das mulheres

Em todas as partes do mundo níveis mais elevados de educação permitiram, nas últimas décadas, às pessoas melhorarem a qualidade de suas vidas. Para as mulheres isto foi particularmente verdadeiro pela associação imediata entre mais educação e o empoderamento feminino. Um melhor nível educacional possibilita o aumento do potencial de geração de renda, da autonomia, do controle de sua fertilidade e maior participação na vida pública e estes são aspectos essenciais para mudar a vida das mulheres.

Não se pode esquecer que esta transformação é condicionada pelo nível de desenvolvimento econômico do país; o desenvolvimento pode ampliar ou diminuir o impacto desta elevação na escolaridade da população, a diversificação das atividades produtivas criadas pelo avanço do processo de industrialização: oportunidades de trabalho e mobilidade social que permitem a mudança nos

papéis femininos e masculinos e a consolidação de sua autonomia econômica e política. É preciso ficar atento para o peso da cultura patriarcal que poderá colocar mais ou menos empecilhos ao acesso das mulheres a esta autonomia.

Os avanços na escolaridade feminina no Brasil

Ao longo do século XX, no Brasil, o acesso à escola ampliou-se para os diferentes grupos populacionais antes excluídos do processo educacional formal e, com isto, as mulheres passaram a ter a oportunidade de estudar, o que hoje em dia se reflete na maior positividade dos indicadores educacionais, nos quais as mulheres vêm superando os homens.

As mulheres começaram o século XX analfabetas e terminaram este século mais escolarizadas que os homens. Para melhor entender este processo, analisa-se a média de anos de estudo como um bom exemplo. Em 2008, as mulheres com 15 anos de idade ou mais tinham uma escolaridade média de 7,6 anos de estudo, comparados a 7,3 anos entre os homens. A mesma realidade é observada em todas as regiões do país. Entre a população ocupada e residente nas áreas urbanas, a diferença entre homens e mulheres se amplifica: enquanto os primeiros possuíam, em 2008, uma média de 8,3 anos de estudo, as mulheres ocupadas chegaram a 9,2, ultrapassando o nível fundamental de ensino (cuja duração foi definida, a partir de 2006, como sendo de 9 anos) (IBGE, 2009).

Isso significa que as mulheres tendem a se qualificar ainda mais para entrarem no mercado de trabalho, o que não se reverte em salários mais elevados ou em ocupações mais qualificadas que as masculinas, assim como não significa a desobrigação das responsabilidades domésticas e dos cuidados (OBSERVATÓRIO BRASIL DE GÊNERO, 2010).

Tomando-se a população em geral com idade acima de 10 anos, tem-se que 51% possuía até sete anos de estudo, ou seja, o nível fundamental incompleto. Esta proporção sobe para cerca de 53% quando se analisa a população masculina e se reduz para 49% no caso das mulheres (abaixo da média nacional, portanto). Ao se observar apenas as pessoas com 12 anos ou mais de escolaridade - com superior completo ou cursando - a desigualdade entre homens e mulheres é ainda maior. Em 2008, de cada 100 pessoas com tal nível de escolaridade, 57 eram mulheres e 43 eram homens (PNAD/IBGE).

Ao se considerar, porém, as mulheres com mais de 60 anos de idade, a realidade é outra, uma vez que o analfabetismo ainda é predominante nesta idade. Os homens idosos, por sua vez, apresentam uma média de anos de estudo

superior às mulheres (4,3 frente a 3,9) e menores taxas de analfabetismo. Esta constatação expressa um passado no qual o espaço público não era permeável à presença feminina na condição de trabalhadora ou cidadã, restando apenas as responsabilidades pelo trabalho doméstico no âmbito privado. As mulheres, portanto, não tinham acesso à educação ou o tinham em proporções significativamente inferiores às masculinas.

Os avanços galgados no século XX ainda não conseguiram construir a igualdade de gênero no sistema educacional nacional, os currículos da educação básica e superior são pouco sensíveis a esta questão, assim como a capacitação dos profissionais, a elaboração do material didático e a orientação pedagógica para a prática na sala de aula de uma educação inclusiva (LOURDES BANDEIRA, HILDETE MELO, LUANA PINHEIRO, 2010).

O debate sobre a qualidade da educação tem sido impulsionado nas últimas décadas na sociedade brasileira e isto vem promovendo uma discussão sobre a necessidade de mudanças no campo da formação de professores(as) e gestores(as), a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9.394/96), e em 2003 por meio da Lei 10.639 (ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana). Afinal, o Censo Escolar da Educação Básica de 2007 (MEC) mostrou que o número de professores(as) no Brasil totalizava 1.882.961, sendo 82% do sexo feminino e 18% do sexo masculino (tabela 1). Como capacitar este contingente de pessoas para atender estas novas demandas da sociedade?

Tabela 1 - BRASIL - Educação Básica - 2007

Mulheres	Homens	Total
1.542.925	340.036	1.882.961

Fonte: Censo Escolar - Educação Básica/MEC, 2007.

Assim, o governo Lula realizou inúmeros encontros com os mais diversos segmentos sociais e o movimento de mulheres foi chamado duas vezes para propor uma política pública feminista. As demandas emanadas destes encontros (2004 e 2007) consubstanciaram-se no I e no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, na Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, no Programa Brasil sem Homofobia, que estão sendo promovidos pelas duas Secretarias de Estado da Presidência da República - Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Uma das ações mais significativas da SPM no campo da educação foi a construção de uma Política de Educação em Gênero e Diversidade. Esta política

foi colocada para o governo como um objetivo premente no âmbito do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM) e se insere no âmbito do Programa de Educação Inclusiva, Não Sexista, Não Racista, Não Homofóbica e Não Lesbofóbica. Com esta perspectiva foi criado o **Programa Gênero e Diversidade na Escola (GDE)**, numa parceria entre a SPM, MEC/SECAD e SEPPIR.

Os objetivos sociais e educacionais deste programa centram-se no desenvolvimento da capacidade de professores(as) da Educação Básica de reconhecer e respeitar a diversidade sociocultural, de reconhecimento dos vários públicos (negros/as, indígenas, mulheres, homossexuais e outros) existentes na escola em suas identidades, diferenças e especificidades.

O curso tem o formato semipresencial, estruturado em quatro módulos, com a carga horária total de 200h. Para tanto foram desenvolvidos os seguintes materiais didáticos: o Livro de Conteúdos (disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA, impresso e em CD Rom) e o Caderno de Atividades (disponível também no Ambiente Virtual e impresso).

O Programa teve início em 2006 com a realização de uma experiência piloto para testar a metodologia e o sucesso desta experiência encorajou a propagação do curso. A partir de 2008 o curso passou a ser ofertado por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES/Ministério da Educação), em parceria com universidades públicas federais e estaduais e da Rede de Educação Tecnológica existentes em vários Estados e regiões do país.

Na Edição de 2008 20 universidades públicas federais e estaduais ofertaram 13.340 vagas. Na Edição 2009, com a adesão de mais nove universidades, a estimativa foi de 15 mil vagas nas cinco regiões do País. Na Edição de 2010, houve a adesão de mais 10 universidades com a oferta estimada de mais 15 mil vagas (tabela 2).

Os recursos aplicados pelo Estado para promover uma educação inclusiva, não sexista, não racista e não homofóbica atingiu patamares expressivos entre 2006 e 2010, sendo que foi aplicado um volume de recursos de cerca de 26 milhões de reais.

Assim, o GDE é o programa de formação continuada com a maior oferta para os(as) professores(as) da Educação Básica no âmbito da Rede de Formação para a Diversidade da Secretaria de Formação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), em parceria com UAB/CAPES. É uma experiência pioneira no mundo e que muito orgulha o governo brasileiro e particularmente a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), que muito batalhou para concretizar esta ação.

Tabela 2 - Programa Gênero e Diversidade nas Escolas

Edições do GDE - anos	2006	2008	2009	2010
Quantidade de cursistas	865	13340	15000	15000

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres - Janeiro de 2010.

A ciência no feminino

Na atualidade a presença de mulheres no meio científico como ativas produtoras do conhecimento é tomada como uma questão social em toda parte do mundo ocidental. Também no Brasil debate-se a importância das mulheres ocuparem mais essa esfera de poder, tão tradicionalmente dominada pela visão masculina. Em países como os Estados Unidos, onde a comunidade científica é ampla, há forte questionamento nos meios feministas acerca dos entraves culturais e institucionais que impedem mulheres de seguir sua vocação científica.

De toda forma, dominar o saber científico significa prestígio e as mulheres não podem ser excluídas dessa possibilidade. Isso acontece de várias formas ao longo da vida feminina: quando sofrem discriminação nos primeiros anos escolares, quando lhes é dito que são inábeis para a matemática ou durante sua formação acadêmica, quando optam por carreiras ditas femininas, ou quando abandonam carreiras científicas promissoras para conciliarem compromissos afetivos e familiares.

Foi notável no Brasil o avanço das mulheres em matéria de escolaridade, mas muitos pensam que não temos mulheres cientistas. A inclusão das mulheres nas profissões científicas tem se dado em ritmo mais lento do que em outras áreas e há uma tendência das ciências exatas - Matemática, Física, Engenharias - atraírem relativamente poucas mulheres. Mas, por outro lado, inegavelmente as mulheres estão presentes na produção do conhecimento no Brasil e, em certas áreas, como nas ciências humanas e sociais, a presença feminina é inequívoca e sua atuação expressiva. Nas áreas ligadas à saúde, cresceu muito o número de mulheres - com importantes nomes femininos - realizando pesquisas de relevância mundial.

Este avanço pode ser constatado pela tabela 3. Nesta tabela foram arrolados por sexo os títulos de “doutores” obtidos no país e nota-se que já em 1996 as mulheres significavam 44% destes titulados e que no ano de 2008 estas foram 51% dos titulados no país. A taxa de participação por sexo chega próxima da taxa demográfica da população feminina. Pode-se concluir que é um

resultado exitoso porque o topo das carreiras é sempre um teto de vidro para as mulheres. Para analisar este resultado deve-se averiguar o sistema de Pós-Graduação Nacional. Hildete Melo (2010, p. 183-184), analisando por sexo as bolsas de doutorado concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para os anos de 2001/2008, mostrou que até 2005 havia um número maior de bolsas para o sexo masculino e que a partir de 2006 o número de bolsas de doutorado para as mulheres foi crescendo lentamente e suplantou as bolsas concedidas aos homens. De forma interessante a situação inverteu-se em 2001: as bolsas de doutorado masculinas representavam 51% do total concedido pelo CNPq e em 2008 as mulheres obtiveram a taxa de participação de 51% do total de bolsas concedidas neste ano. O quadro traçado pela tabela 3 demonstra a ponta final desta situação, só que pelo ângulo do sucesso: são as teses defendidas e o crescimento feminino na obtenção deste título.

Tabela 3 - BRASIL - Doutores titulados, segundo sexo

Ano	Mulheres	Homens	Total
1996	1.251 (44%)	1.579 (56%)	2.830
2008	5.513 (51%)	5.192 (49%)	10.705

Fonte: CGEE/MCT, 2010.

Temos um resultado próximo, mas ligeiramente diferente quando se analisam as bolsas de doutorado concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério de Educação (CAPES/MEC) para os anos de 2000, 2005, 2008 e 2009, quando cerca de 40% de bolsas de doutorado são para o sexo feminino e 60% para o masculino. É preciso esclarecer que esta agência financia um número bem mais reduzido de bolsas, isto é, cerca de 10% do total de bolsas de doutorado concedidas pelo CNPq. Não deixa de ser interessante, porém, o predomínio masculino na amostra da CAPES - talvez um peso maior de bolsas para as áreas de engenharias, ciências exatas/ terra e ciências agrárias explique esta diferença em prol dos homens¹.

Para complementar este quadro da desigualdade no sistema científico construiu-se um indicador de poder baseado na presença feminina nos comitês

1 Dados obtidos pela Coordenação de Programas em Educação e Ciência da Secretaria de Políticas para as Mulheres junto a CAPES/MEC em agosto de 2010.

avaliadores da pós-graduação nacional do CNPq, em 2010. Construir este indicador tem como justificativa o fato de que aquele é um espaço de poder no sistema científico, pois cabe aos comitês decidir sobre os pedidos de auxílios e bolsas de pesquisas concedidas à comunidade científica; e essas decisões são muito importantes para os diversos grupos de pesquisa das universidades e institutos de pesquisa nacionais. O critério de escolha destes membros passa por uma consulta à comunidade e os integrantes dos comitês têm mandato definido pela legislação. Já tínhamos uma experiência anterior com um indicador similar construído numa pesquisa elaborada por uma rede de pesquisadoras feministas coordenada pela UNESCO e Organização dos Estados Iberoamericanos (OEI) intitulada *GenTec*. Este indicador foi elaborado com os dados do triênio 2002/04, dos Comitês de Assessoramento da CAPES/MEC e CNPq (MELO, H.; LASTRES, H., 2003). O indicador de empoderamento construído com estes dados mostrou que o poder no espaço científico é um privilégio masculino. Havia comitês, tanto no CNPq como na CAPES, com presença massiva masculina em todos os níveis de representação. Nossa surpresa não foi maior quando refizemos estes cálculos apenas para o CNPq para 2010.

No momento, no CNPq os comitês são compostos de membros titulares e suplentes e em agosto de 2010 foi feita uma avaliação por sexo dos membros destes comitês. O resultado está apresentado na tabela 4. Os Comitês de Assessoramento são agrupados em três grandes áreas de conhecimento: Humanas e Sociais Aplicadas, da Vida e Exatas, Terra e Engenharias. A cultura patriarcal ditada pelas histórias das mulheres ainda explica a menor presença feminina em carreiras profissionais “ditas” como masculinas; os grupos sociais tendem a fazer escolhas baseadas na tradição e na experiência acumulada (MELO et alli, 2004; SCHIEBINGER, 2001). Esperava-se, assim, que pelo menos no Comitê de Assessoramento de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas houvesse um predomínio de mulheres, já que as carreiras que compõem este campo disciplinar são as escolhas preferidas do sexo feminino. Mas, apesar do avanço feminino na sociedade brasileira, este indicador aponta para uma maior presença de mulheres no Comitê. Há, contudo, um predomínio dos homens. O poder masculino resiste e isto acontece nos titulares e suplentes. Nos outros Comitês, as mulheres têm presença muito baixa; nas Ciências da Vida, onde existem mais pesquisadoras e professoras, “elas” não têm nem um terço de repre-

sentação; nas Ciências Exatas, da Terra e nas Engenharias já era esperado uma baixa participação, talvez pouco maior que 10%, mas infelizmente a participação ficou aquém (tabela 4). Este indicador de poder explicita a tese da ausência das mulheres nos postos de poder, seja na política como no sistema científico e tecnológico. O “mando” foi e é masculino. Embora os homens da ciência sejam pessoas de mentes abertas, este espaço de poder continua impermeável ao clamor de igualdade das mulheres.

Essa constatação coloca imediatamente uma questão: já que não há mais nenhuma discriminação legal, qual a razão de tão poucas ocuparem posições relevantes no sistema científico e tecnológico? Há certamente algumas dificuldades em conciliar a vida familiar e a afetiva com a grande dedicação exigida pela prática da ciência, sobretudo considerando-se as atuais exigências de “produtividade” e a enorme competição inerente à atividade. Afinal, as mudanças na estrutura familiar ainda não foram suficientes para levar os homens a dividir com as mulheres a condução da vida doméstica, aí incluído o cuidado com os filhos de modo igualitário. Por outro lado, talvez a sociedade brasileira ainda mantenha uma visão estereotipada - calcada num modelo masculino tradicional - do que seja um profissional da ciência. E certamente faltam às mulheres modelos positivos - as grandes cientistas que lograram conciliar sucesso profissional com vida pessoal realizada. Para quebrar os estereótipos femininos, para que novas gerações possam se mirar em novos modelos, é necessário resgatar do esquecimento mulheres que inadvertida ou deliberadamente permaneceram ocultas na história da ciência brasileira (MELO e RODRIGUES, 2006).

As mudanças lentamente vão legitimando-se e por isso é necessário que estudos e pesquisas desmistifiquem a imagem partida feminina e que a ciência não é um lugar exclusivo dos homens, mas de quem tem talento para desempenhar estas funções, seja homem ou mulher. Infelizmente, essa literatura não tem sido sensível à temática de gênero. Estes estudos ignoraram que mulheres e homens têm trajetórias diferenciadas e que é necessário conhecer os dados por sexo das situações analisadas para compreender o papel de cada um no mundo científico e tecnológico. Tal critério, sob aparente neutralidade, de fato iguala os que não são iguais no acesso às carreiras científicas e tecnológicas.

Tabela 4 - Brasil, Comitês de Assessoramento CNPq nas Grandes Áreas, segundo o sexo, 2010

Área do Conhecimento	Titular				Suplente							
	Sexo				Sexo							
	Fem.	%	Masc.	Total	%	Fem.	%	Masc.	Total	%		
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	25	42,37	34	57,63	59	25,21	11	47,83	12	52,17	23	22,77
Ciências da Vida	24	26,09	68	73,91	92	39,32	10	25,64	29	74,36	39	38,61
Ciências Exatas												
Ciências da Terra	8	9,64	75	90,36	83	35,47	3	7,69	36	92,31	39	38,61
Engenharias												
Total	57	24,36	177	75,64	234	100,00	24	77	76,24	101	100,00	

Fonte: CNPq, site acessado em 19/08/2010.

Uma política pública feminista!

Conscientes desta invisibilidade das mulheres no campo científico, a Secretaria de Políticas para as Mulheres criou um programa de Educação e Ciência e, desde 2005, em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério da Educação (MEC) e o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), formulou o **Programa Mulher e Ciência** com o objetivo de estimular a produção científica no campo das relações de gênero no Brasil e o empoderamento das mulheres nas carreiras científicas. A seguir apresentamos em linhas gerais as ações desenvolvidas por este Programa:

Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero

Este prêmio é um concurso composto de redações e artigos científicos que tratam das questões de gênero, mulheres e feminismos. O ano de 2010 marca a sua sexta edição, da qual participaram nas cinco edições anteriores cerca de 12 mil estudantes de todo o Brasil (tabela 5).

Este concurso premia redações e artigos científicos dos estudantes de Ensino Médio, estudantes de graduação, graduados, especialistas, estudantes de Mestrado, mestres e estudantes de Doutorado. Para fomentar melhor a perspectiva de gênero no meio educacional, em 2009 foi criado um prêmio especial para as escolas de nível médio: Escola Promotora da Igualdade. A sexta edição (2010) distribuirá cerca de 400 mil reais em prêmios, além das bolsas de estudo (CNPq) que são concedidas aos premiados de todas as categorias.

Tabela 5 - Inscrições no Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, todas as edições

	Trabalhos Inscritos - 2005-2009					
Categoria	2005	2006	2007	2008	2009	TOTAL
Aluno de Ensino Médio	1270	1284	620	2299	2976	8449
Aluno de Graduação	141	154	171	218	271	955
Graduado	-	-	429	485	-	914
Aluno de Pós-Graduação	176	207	-	-	-	383
Graduado, Especialista e Aluno de Mestrado	-	-	-	-	283	283
Mestre, Aluno de Doutorado	-	-	-	-	156	156
Escola Promotora da Igualdade de Gênero	-	-	-	-	17*	17
TOTAL	1587	1645	1220	3002	3686	11140

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM/PR), janeiro de 2010.

Edital de Fomento à Pesquisa em Feminismos, Mulheres e Relações de Gênero

Em convênio com o CNPq/MCT a SPM desenvolve uma linha de financiamento para projetos de pesquisa no campo dos Estudos de Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos. Já foram organizados dois editais e no segundo semestre de 2010 o terceiro edital (2010) está aberto, no valor de 7 milhões de reais, com encerramento em 7 de outubro de 2010. À obstinação da SPM e do CNPq juntou-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e isto possibilitou o aumento deste financiamento ao longo desta gestão. Foram 1,5 milhão e meio de reais em 2005, que foi elevado para 5 milhões de reais em 2008 e finalmente agora, em 2010, alcançou o montante de 7 milhões de reais.

O montante de sete milhões reais do edital de 2010 é muito próximo ao apoio dado este ano pelo CNPq e CAPES às Ciências Humanas e Sociais no valor de oito milhões de reais, o que demonstra a importância que este campo de estudos ganhou nesta gestão. Os dois primeiros editais apoiaram diretamente 303 pesquisas de universidades brasileiras de todo o país.

É preciso lembrar que pela primeira vez na história da ciência brasileira foram abertas linhas de financiamento para as questões de gênero. Ainda é pouco, mas é preciso ter perseverança e construir parcerias com os órgãos governamentais encarregados da política de fomento científico no País para que esta linha de financiamento permaneça para os próximos anos.

Outras ações

A SPM organizou dois eventos nacionais com a comunidade científica - **PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIA**, edições 2006 e 2009, com expressivo número de participantes para debater o papel das mulheres na Ciência e Tecnologia. Além de apoiar a realização de encontros, há seminários sobre estes temas que os diversos núcleos de estudo têm realizado pelo Brasil afora ao longo destes anos.

Uma linha de ação foi desenvolvida pela SPM para ampliar a linha de publicações no campo dos Estudos de Gênero, Mulheres e Feminismos. Publicamos diretamente mais de 50 títulos e temos apoiado a publicação de resultados de encontros, seminários e trabalhos de diferentes pesquisadoras e grupos de pesquisa nacionais.

Podemos afirmar também que os milhares de textos elaborados pela sociedade brasileira nas sucessivas edições do **Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero** são indiretamente reflexões sobre feminismo e gênero induzidas por esta política da SPM.

Outro destaque refere-se ao fomento à pesquisa de relações de gênero nos estados brasileiros, sendo que as iniciativas da SPM têm contribuído para que organismos estaduais de políticas para as mulheres e Fundações de Apoio à Pesquisa Estaduais (FAPs) tenham desenvolvido linhas de fomento a pesquisas neste campo de estudo, como já aconteceu nos estados de Sergipe, Pernambuco, Maranhão e Goiás.

Considerações finais

Pode-se afirmar que o Brasil tem intensificado os esforços para acelerar e aprofundar as mudanças; vencer a cultura patriarcal e transformar as relações de gênero. As ações e atividades relatadas brevemente acima representam este esforço, apontam os campos que foram prioritários e a reafirmação do problema dos estereótipos de gênero associados às áreas de atuação profissional. Valorizam o campo de estudo das relações de gênero, mulheres e feminismos e promovem a reflexão sobre estas questões na sociedade brasileira.

Referências

BANDEIRA, Lourdes M.; MELO, Hildete P. de.; PINHEIRO, Luana S. Mulheres em Dados - o que informa a PNAD/IBGE, 2008. *Revista do Observatório BRASIL da Igualdade de Gênero*. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República. Edição especial. Brasília, julho de 2010, p. 107-119.

GARCIA, Marta I. G. & PÉREZ SEDEÑO, Eulalia. Ciência, Tecnologia e Gênero. In: SANTOS, Lucy W.; ICHIKAWA.; Elisa Y.; CARGANO, Doralice de F. (orgs.). *Ciência, Tecnologia e Gênero - desvelando o feminino na construção do conhecimento*. Londrina: IAPAR, 2006, p. 33-72.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais, 2008. Rio de Janeiro, 2009.

MELO, Hildete P. de & LASTRES, Helena M. *BRASIL, Gênero, Ciência, Tecnologia, Inovação - um olhar de gênero*. UNESCO, OEI, Relatório Final do Projeto Iberoamericano de Gênero, Ciência e Tecnologia (GenTec). Capítulo Brasil, 2003, 68p.

MELO, Hildete P. de., LASTRES, Helena M. & MARQUES, Teresa C. de N. Gênero no Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. *Revista Gênero*. v. 4, n. 2. Niterói: NUTEG/UFF, 2004, p. 73-94.

MELO, Hildete P. de.; RODRIGUES, Ligia C. *Pioneiras da Ciência no Brasil*. Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC). Rio de Janeiro, 2006, 47 p.

MELO, Hildete P. de. Um olhar de gênero sobre o Sistema de Concessão de Bolsas de Pesquisa no CNPq - 2001/2008. 2º ENCONTRO NACIONAL DE NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA – PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIAS. *Anais*. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília: 2010, p. 176-191.

MEC - Ministério de Educação. Censo Escolar - Educação Básica, 2007.

SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a Ciência?* Bauru: EDUSC, 2001, 381p.

VIOTTI, Eduardo. (coord.). *Doutores 2010: estudo da demografia da base técnico-científica brasileira*. CGEE - Centro de Gestão de Estudos Estratégicos do Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). Brasília, DF, 2010.

CAMINHOS TRANSVERSAIS DOS FEMINISMOS E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Maria Amélia de Almeida Teles

... o encontro entre os grupos feministas e os movimentos populares de mulheres que não reivindicavam-se feministas ainda, e, muitas vezes até repulsavam o feminismo, no decorrer dos anos 1970 e 1980 aproximaram-se do feminismo e contribuíram para que este se estabelecesse como movimento de massas. E, pode-se dizer que, no país ... o feminismo contemporâneo assumiu desde o início uma dimensão claramente reivindicatória e transformadora: mudar a situação da mulher implicando mudar a pouco democrática e extremamente desigual sociedade brasileira. O programa das feministas, neste sentido, incluía reivindicações “específicas” (creche, mudanças na legislação da família, etc.) e “gerais” (o fim da ditadura, uma sociedade socializada, etc.)

MORAES, 1997 p.30¹.

1 Extraído de MORAES, Maria Lygia Quartim de. O Feminismo e a vitória do neoliberalismo. In: Mônica Raísa Schpun (org). *Gênero sem fronteiras, oito olhares sobre mulheres e relações de gênero*. Florianópolis: Mulheres, 1997.

Como ativista feminista desde os anos de 1970, constantemente sou indagada: Como andam os feminismos? Como se organizam na atualidade? Quem se interessa pelos feminismos? Mulheres com maior ou menor escolaridade? Mulheres de alto poder aquisitivo ou com menor potencial de consumo? Não estaria ultrapassada a ideologia feminista? Expressões como patriarcado não fazem mais sentido, hoje em dia, você não acha? Os movimentos estão cooptados? Institucionalizados? Os movimentos feministas são populares? Como os movimentos feministas se relacionam com os movimentos populares?

Estas indagações também fazem parte de um projeto de pesquisas que reúne feministas de diversos países e de algumas universidades num grupo de pesquisadoras/es e militantes feministas, das quais eu sou uma destas.

Não pretendo responder a estas perguntas neste texto. Aqui coloco no papel algumas inquietações que me perseguem. Algumas coincidem com as levantadas acima. Na condição de uma das coordenadoras do Projeto de Promotoras Legais Populares (PLPs) que se desenvolve em diversos municípios e estados brasileiros - no Estado de São Paulo temos um contingente de 5 mil promotoras legais populares, tenho contato com experiências diversas, mulheres que buscam obter respostas feministas para as suas demandas, de modo frequente, com mulheres populares, ou seja, mulheres com militância política em movimentos de moradia, de saúde, de educação, entre outros, de poder aquisitivo baixo ou médio, pertencentes aos segmentos da população negra, imigrantes, lésbicas, dos sindicatos, periferias e até integradas em universidades.

Atualmente na coordenação deste trabalho, há uma participação direta de jovens (Coletivo Feminista Dandara da Faculdade de Direito da USP) responsáveis pelas atividades de formação junto às PLPs com a realização de oficinas, debates, palestras, entre outras.

Tenho tido também oportunidade de dialogar, debater e trocar experiências com diversas comunidades de homens e mulheres que se reúnem em sindicatos, em espaços religiosos e mesmo em espaços políticos, movimentos sociais ou em ONGs.

O título que eu dei a este texto refere-se às andanças transversais dos feminismos nos movimentos sociais, apresentadas em várias manifestações feministas, em que mulheres populares se autodefiniam mulheres populares feministas em meados dos anos de 1980, o que alavancou a aproximação de negras, rurais, mulheres da periferia, dos sindicatos às feministas brancas ou não, da classe média ou não, mas de esquerda, em sua maioria. É interessante lembrar que quase uma década atrás (anos 1970) as feministas buscavam as populares em

suas comunidades, bairros periféricos e sindicatos. Já em meados da década de 1980, com o processo de redemocratização, e com a difusão de ideias feministas, muitas feministas passaram a ter outras atividades, e não mais nos movimentos de mulheres, como atuar nos incipientes órgãos governamentais voltados para as questões das mulheres, nos partidos políticos, em articulações sindicais, nas universidades e em grupos autônomos dentre os quais alguns se transformavam em ONGs. As populares reclamavam das feministas a ampliação dos espaços feministas para que elas também pudessem participar. Deu-se, portanto, o caminho inverso: não eram mais as feministas que buscavam as mulheres da periferia, eram estas que buscavam as feministas.

As mulheres populares a que me refiro aqui são aquelas com baixo poder aquisitivo ou não que têm como objetivo participar dos movimentos para mudar sua vida e transformar a sociedade em justa e dignidade. Não excluo aqui, portanto, as mulheres de classe média que assumiram o compromisso de defender ideais de justiça e igualdade desde que criem ou busquem espaços para que as sem ou com pouco poder aquisitivo também participem.

Ao pensar e avaliar as relações dos feminismos e dos movimentos sociais populares, compartilho com Moraes da ideia de que não começamos do zero. Iniciativas como as que eu mencionei no parágrafo anterior já ocorreram nos anos 1970 e 1980 e aproximaram de uma tal forma feministas e populares em nossos movimentos, que tornou-se possível realizar manifestações massivas de mulheres. Exemplos: a data do dia 8 de março, passeatas contra a violência sexista e os encontros de mulheres, as conferências de mulheres que se desenvolvem em todo território nacional, seminários, debates, protestos, dentre tantas manifestações. Em todos estes eventos, as mulheres populares expressavam e expressam essa mistura de classe média, periferia, urbanas e rurais, onde se reúnem brancas, negras, amarelas e indígenas, velhas, jovens e adultas do campo e da cidade, das comunidades, das universidades, dos partidos políticos, das diversas religiões e dos sindicatos, sejam lésbicas, bissexuais ou heterossexuais.

De cada um destes momentos dedicados à expressão política dos movimentos feministas e de mulheres surgem e ampliam-se novos repertórios, novas e velhas bandeiras consolidam-se, entre as participantes, desenvolvem-se discursos, pensamentos e identidades feministas.

O feminismo em nosso país e provavelmente em nossa região se espalhou em tecidos sociais de características diversas, enfrentando e convivendo no cotidiano com os limites e as transgressões às fronteiras das classes sociais,

raça/etnia, orientação sexual, cultura local, regional e global, com linguagem, idiomas e também necessidades e temáticas distintas.

O 4º Encontro Latinoamericano e Caribenho, ocorrido no México, em 1987, é exemplo e “mostrou o crescimento do feminismo quando mulheres de vários setores sociais se proclamavam feministas. As mulheres do Coletivo **Ven Seremos** consideraram que o mais gratificante do encontro

foi ver que o feminismo vem atingindo setores que há dez anos eram impensáveis. Ao ouvir, numa plenária, companheiras de outros países, em pé de guerra, que hoje se denominam feministas, ao ouvir religiosas reivindicarem uma Teologia Feminista de Libertação e defender o direito ao aborto, e ao ver igualmente a participação das mulheres do movimento urbano popular reconhecerem a necessidade da dupla luta, a de classe e a de gênero, constatamos que o feminismo está vivo e crescendo, adotando novos rostos e fisionomias (TELES, 1993, p. 156).

Foi nesta ocasião que foram adotadas, amplamente, e com mais frequência, práticas lúdicas com dinâmicas de trabalhar entre as próprias mulheres os temas do feminismo nos quais razão e emoção pudessem ter uma expressão equilibrada.

Começam a ser criados, então, os feminismos, dada a diversidade temática e de sujeitos políticos, protagonistas de suas histórias e lutas. Há necessidade de se empregar a expressão feminismos.

No meio de tantas desigualdades e diferenças, tudo isso não ocorreu nem ocorre sem conflitos explícitos ou não, compreendidos, incompreendidos, com alaridos e silêncios. Apresentam-se as dificuldades de superação, há obstáculos e barreiras longe de ser removidos, o que leva à fragmentação, muitas vezes. No Brasil, com um território grande, proliferam-se movimentos nascidos e impulsionados pelos feminismos e que têm dificuldades de dialogar entre si; não se comunicam mesmo considerando que os grandes avanços das tecnologias de informação e comunicação encurtam distâncias e reduzem o espaço e o tempo. E o que mais nos surpreende são porta-vozes dos mesmos ideais e objetivos que estão voltados para mulheres populares. Talvez sejam um pouco distantes nas práticas ou talvez adotem teorias distintas. Não tenho tanta certeza disso. Mas talvez o que os levam a uma maior distância sejam as disputas políticas presentes tanto para angariar financiamentos como para ocupar espaços de poder. Nenhuma destas dificuldades impedem, contudo, que os movimentos sejam atuantes, com capacidade incrível de capilaridade,

intervenção e portadores de bandeiras feministas históricas. Estas questões colocadas no movimento, entretanto, prejudicam ações unitárias de intervenção, às vezes despolitizam estas ações, dispersam-se e sobrepõem-se, paradoxalmente, às forças vindas das mulheres.

O Brasil é um país capitalista e como os demais tem um jeito ora sutil de explorar e subjugar as mulheres, ora mais intenso e violento. Durante a ditadura militar as feministas tiveram um papel preponderante de enfrentamento à ideologia patriarcal - dentro e fora de casa - que se impunha de forma brutal. Tornou-se famosa a reivindicação das chilenas: *Democracia em casa e nas ruas!* Tiveram que enfrentar a ideologia e práticas de ordem patriarcal nas prisões, nas torturas e sob todas as formas de violência estatal.

Flávia Schilling, presa política pela ditadura do Uruguai, fala em um dos seus depoimentos de memória que nós éramos feministas antes mesmo de eclodir o feminismo daquela época. Os militares se incomodavam muito de ver mulheres na luta armada e queriam “nos puxar para dentro de um campo conhecido e tradicional, como se tivéssemos sido vítimas do marido ou do namorado”².

O estado democrático, em construção, continua a desvalorizar e subestimar as mulheres, fazendo-as submeter-se à manutenção da discriminação histórica que pesa sobre elas. Mas não é só. Convive-se com forças políticas e religiosas conservadoras que desrespeitam os direitos das mulheres e mantêm a mentalidade e práticas que contribuem para a violência de gênero, a violação de direitos e ferem a sua dignidade humana. Portanto, nossos feminismos enfrentam situações de opressão patriarcal tanto nos espaços públicos como privados. Só lembrando que recente pesquisa, “Mapa da Violência 2010”, feita pelo Instituto Zangari, mostra que a cada 2 horas uma mulher é morta no Brasil³.

Os movimentos de mulheres e feministas buscam ações que alcancem reivindicações imediatas, mas ao mesmo tempo precisam atuar na construção da autonomia e na desconstrução da identidade imposta, na expressão de seus

2 A Ditadura de Segurança Nacional. v. 3. *Conexão Repressiva e Operação Condor*, p. 152.

3 Dados do Disque-Denúncia, do Governo Federal, mostram que a violência ocorre na frente dos filhos: 68% assistem às agressões e 15% sofrem violência com as mães - fisicamente. Uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil, deixando o país em 12º no ranking mundial de homicídios de mulheres. A maioria das vítimas é morta por parentes, maridos, namorados, ex-companheiros ou homens que foram rejeitados por elas. Segundo o **Mapa da Violência 2010**, 40% dessas mulheres têm entre 18 e 30 anos, a mesma faixa de idade de **Eliza Samudio**, 25 anos, que teria sido morta a mando do goleiro **Bruno**. Em dez anos (de 1997 a 2007), 41.532 meninas e adultas foram assassinadas - estudo dos homicídios feito com base nos dados do SUS.

próprios valores, precisam desenvolver a consciência crítica feminista sobre a vida pessoal, política e suas relações dialéticas que se dão na família e em outras instituições da vida em sociedade.

Nos movimentos de mulheres populares, no Brasil, há as que se declaram feministas, feministas e classistas, feministas antirracistas, feministas antirracistas e antihomofóbicos. Há as que se organizam de forma autônoma e as que se organizam de forma mista. Estas estão dentro de sindicatos, instituições religiosas, partidos políticos. Há movimentos de mulheres negras e de mulheres indígenas. As imigrantes têm muito mais dificuldade de se organizarem, mas tentam. As trabalhadoras do sexo ou prostitutas se organizam também com dificuldades.

Dentro deste cenário destaca-se o emaranhado de movimentos que se autoproclamam feministas, outros que temem se intitular feministas, mas todos compostos de mulheres populares; outros se declaram mulheres negras antirracistas ou movimento de lésbicas e feministas.

Há algumas ONGs localizadas nas diversas regiões brasileiras que são feministas, autônomas e têm uma certa estabilidade política e financeira. Representam uma força significativa dos feminismos e trabalham para que se multipliquem suas forças nos diversos movimentos sociais.

Torna-se difícil classificar estes movimentos, pois eles se agrupam e se dispersam com frequência e suas integrantes se deslocam para outras temáticas ou movimentos, ou deixam de participar por estarem empregadas ou desempregadas, grávidas e com muitos afazeres pessoais.

As mulheres têm tido oportunidade de refletir de forma coletiva a respeito de suas experiências, principalmente nos movimentos de mulheres, mas também em sindicatos ou nos locais de trabalho, nas escolas ou em alguns espaços religiosos. Ali começam a pensar se são ou não feministas. Nas Igrejas, os espaços que se referem às perspectivas feministas encontram-se cada vez mais estreitos e reprimidos, com limites rigidamente pautados pelo dogmatismo, o que reforça os estereótipos, produzindo uma ambiguidade nos feminismos ali revelados.

Assim manifesta uma feminista, promotora legal popular:

As maiores dificuldades que enfrento no momento são de ordem religiosa, porque uma das reivindicações feministas, o direito ao aborto, esbarra em recomendações doutrinárias da filosofia religiosa que adoto. Entretanto, considero que o sistema público de saúde deve garantir condições adequadas para a mulher que deseja

abortar, aliado a condições que garantam à mulher o planejamento familiar e criar/cuidar dos filhos⁴.

Nos demais espaços, como os sindicatos ou partidos políticos, os feminismos causam um certo incômodo, um desconforto. De um modo geral, tem se lançado mão da expressão “gênero” que tem sido amplamente usada, com significados ainda que reduzidos, para introduzir as reflexões e propostas de lutas das mulheres. Os significados de gênero, nos espaços mencionados, vêm sendo entendidos como “mulheres” ou “relações entre homens e mulheres” ou mesmo “desigualdade entre os sexos”. Emprega-se o termo também para designar “mulheres” ou “questão das mulheres”. Na realidade tende-se a priorizar a expressão *gênero*, considerada bem mais palatável. No entendimento frequente, nestes espaços populares **feminismo** seria exclusão dos homens, enquanto **gênero** incluiria os homens. Com isso assuntos como o direito ao aborto ou a violência contra as mulheres são marginalizados ou tratados como questões menores. Confunde-se ser feminista com a negação de ser feminina mesmo nos espaços de jovens. Em espaços de jovens com maior escolaridade, os feminismos seriam assuntos superados, pois as mulheres “modernas” já têm todos os direitos iguais aos dos homens. Ou seja, as jovens feministas também enfrentam dificuldades para tratar do tema. Às vezes, ouvindo as jovens, tenho a sensação de que “já assistimos a este filme”.

Uma das jovens do Coletivo Feminista Dandara⁵ deu o seguinte depoimento:

Outro argumento comum consiste na afirmação de que o feminismo “divide a luta”, vale dizer que o feminismo se contrapõe às demais lutas sociais - isso é afirmado com ainda mais ênfase em face de grupos auto-organizados como o Dandara. Também nos deparamos com companheiros que entendem a opressão contra as mulheres como uma questão meramente individual e concernente apenas às ditas mulheres “mal resolvidas” (sob a ótica patriarcal), proferindo frases como “mas fulana é tão bem resolvida, não sei por que é feminista”. Por fim, em espaços mistos é comum que a questão da dominação - exploração das mulheres - seja uma pauta relegada em face de “urgências” que determinam o adiamento das discussões sobre a opressão de gênero que, quando muito, é feita de forma apressada e superficial. Desta feita, tais segmentos dos movimentos sociais que se pretendem emancipatórios acabam

4 Depoimento de uma promotora legal popular de São Paulo colhido via internet em 13 de julho de 2010. Seu nome é Raydália Coelho Lopes Bittencourt.

5 Coletivo Feminista Dandara é uma organização autônoma de mulheres, estudantes de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

sendo absolutamente coniventes com a desigualdade de gênero; quando ela não é reforçada, eis que a estrutura de tais organizações é frequentemente permeada de sexismo. No âmbito do movimento estudantil, a participação política das estudantes é muitas vezes tolhida em razão da violência política que elas sofrem inclusive dentro de suas organizações. No cotidiano do movimento estudantil, as mulheres são muitas vezes deslegitimadas com “brincadeiras” carregadas de sexismo⁶.

Como fruto de resistência e desejo de mudança, no Brasil, há movimentos feministas populares bastante consolidados. As ideias feministas e, principalmente, suas bandeiras de luta, encontram uma certa receptividade no meio das mulheres. Há momentos de maior pico e em outros há um certo refluxo, como ocorre com qualquer outro movimento social. Mas é certo que a luta continua e recria bandeiras e novas formas de se apresentar em público.

Alguns desafios apresentados no avanço da participação e organização dos movimentos feministas merecem destaque:

1) A desigualdade entre as próprias mulheres, o que traz implicações em conciliar interesses e formas de manifestar-se, organizar-se. A própria dimensão da subjetividade torna-se distante entre as próprias mulheres a partir de sua classe social, de sua raça/etnia, de sua orientação/identidade sexual, de sua faixa etária, entre outros fatores usados para reforçar a discriminação histórica contra as mulheres, o que atinge o campo individual como coletivo.

2) Há uma forte presença de ideias essencialistas nos movimentos sociais que acreditam que basta ser mulher para ser feminista. A visão essencialista⁷

6 Depoimento de Ligia Trindade, do Coletivo Feminista Dandara, colhido via internet em 13 de julho de 2010.

7 Para o essencialista, o natural fornece a matéria-prima e o ponto de partida determinante para as práticas e leis do social, pois a diferença sexual precede qualquer diferença social. Em oposição a esta teoria, o construcionista acredita que o próprio natural é uma construção do social. Assim sendo, a diferença sexual é discursivamente produzida e formada como efeito do social. Enquanto o essencialista sustenta que o natural é reprimido pelo social, o construcionista mantém a ideia de que o natural é produzido pelo social (FUSS, 1989: p. 251). Deste modo, o construcionismo baseia-se no argumento de que as “mulheres” constituem uma categoria historicamente específica e socialmente construída. Categorias como “homem” e “mulher” não são fixadas pela natureza e muito menos se consubstanciam numa essência natural imutável. Pelo contrário, são socialmente construídas e variam consideravelmente de uma cultura para outra e de um momento histórico para outro. Um dos tópicos de maior interesse para os construcionistas sociais tem sido o gênero e a sua construção social. Os construcionistas sociais veem o gênero não como uma característica do indivíduo - como os essencialistas fazem, mas como um processo que lhe é externo. O gênero é definido pelas interações entre as pessoas, pela linguagem e pelo discurso de uma cultura. Os construcionistas sociais argumentam que não existem essências verdadeiras, mas que a realidade é socialmente construída, e, por isso, os fenômenos são construções sociais, produto de uma cultura particular, língua e instituições. Dossier: Em Defesa da Utopia/Essencialismo e Construcionismo na Ficção Utópica de Charlotte Perkins, Gilman/Herland e Withther em Ourland. Consulta feita ao Google: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiras/5175.pdf, em 17/09/2010.

parte da ideia de que as mulheres são naturalmente feministas. Não se dão conta de que os feminismos baseiam-se numa teoria crítica da sociedade que deslegitima e desconstrói a concepção patriarcal, o que contribui para emergir sujeitos políticos e protagonistas de sua história que buscam direitos e espaços políticos e sociais, de um lado. Por outro lado, enfrentam profundas contradições sociais que se estendem nas instituições sexistas e misóginas. Os feminismos nos movimentos sociais significam impactos quantitativos e qualitativos. Mais mulheres e homens que exercem direitos com autonomia e com a perspectiva de igualdade social, política e econômica para os sexos. Mulheres feministas que abordam com consciência crítica não aceitam a situação da maioria que vive em condições de subalternidade como algo dado, normal e imutável. Propõem o aprofundamento das causas culturais discriminatórias a que estão submersas pra transformar relações desiguais de poder em igualdade e equidade de gênero, raça/etnia e classe social. Enfrentam a divisão sexual do trabalho como fator preponderante na causa e na manutenção das desigualdades. Com isso, quero dizer que não basta ser mulher, mas é necessário toda esta visão crítica para pensar e agir em favor dos feminismos. Caso contrário - o que ocorre em diversas situações - são produzidos resultados que reforçam os estereótipos devido a uma baixa visão crítica feminista para intervir na realidade social numa perspectiva transformadora. As mulheres acabam assumindo um comportamento de submissão.

3) O desconhecimento ou o não querer tomar conhecimento sobre a discriminação histórica das mulheres por parte dos movimentos, inclusive de mulheres, que não assumem concretamente a responsabilidade de mudar ou de contribuir para mudar esta realidade. Os feminismos são impelidos ao enfrentamento contra as estruturas sociais existentes, mas também contra as mentalidades das próprias mulheres que interiorizam os modelos sociais patriarcais que as culpabilizam e as responsabilizam por sua opressão e exploração.

4) O desafio da participação feminista nos espaços de decisão de ordem política, econômica e publicitária provoca ora um avanço, ora torna-se um obstáculo, o que provoca um entrave ou isolamento dos feminismos, o que faz prevalecer estereótipos, reforçando a representação social de mulheres como objetos sexuais e mercadorias. As mulheres são a “moda” na política neste momento eleitoral. Nem por isso deixaram de serem tratadas como objeto de manipulação na mídia e em apresentações publicitárias.

5) A sobrecarga de trabalho e de responsabilidade sobre as mulheres, principalmente as pobres, negras e de baixo poder aquisitivo tem sido a causa

do estresse, da baixa qualidade de vida e da falta de condições de participar, interferir e decidir. Não podemos deixar de destacar que a primeira *causa mortis* das brasileiras, em idade reprodutiva, ou seja, de 15 a 45 anos, é o AVC, acidente vascular cerebral, seguidas de AIDS e homicídio (que provavelmente seria *femicídio*).

6) Nos movimentos populares as desigualdades de classe são mais destacadas que as desigualdades de gênero. Assim, os movimentos populares ainda se mostram incapazes de incorporar a sua prática cotidiana e estratégica às reivindicações, interesses e necessidades das mulheres. A questão da desigualdade sexual não é central nem prioridade. O que se pode afirmar é que as feministas são consideradas um valor positivo quando elas participam dos movimentos populares - sem insistir em destacar suas bandeiras. Ou seja, todos os movimentos recebem bem a adesão das feministas às suas causas, mas quase sempre não aderem às causas feministas. A discriminação contra as mulheres é ainda tida como uma questão secundária.

7) Os mais graves desafios são aqueles apresentados pelos próprios movimentos feministas como o medo de se expor e criar incompatibilidades com forças políticas que se encontram no poder; cautela em mostrar sua indignação. Há uma preocupação em se mostrar e ser confundida com o processo de cooptação ou o complexo de serem interpretadas como “mal amadas?” - o que ainda é frequente em nossa sociedade; o jogo do silêncio: fingir que não ouviu a crítica ou a demanda quando são difíceis de enfrentar; isolar-se em determinadas bandeiras. Muitas vezes nossos feminismos vivem a angústia de viver a contradição entre a especialização e a omissão. Falamos pouco das experiências individuais/pessoais, tornando nossos feminismos impessoais, imparciais, neutros, sem tempero, empobrecendo a criação da consciência e identidade coletiva. Ainda precisamos criar nas organizações feministas condições que facilitem a incorporação das mulheres populares, principalmente quando estas estão dispostas a atuar, a intervir, a participar, ou seja, temos que praticar a democracia dentro de nossos próprios movimentos. Lembrando Judith Astelarra (2005): “como todo o projeto de grande envergadura é difícil que seja acabado e rígido e, sem dúvida, devemos fazer o caminho ao caminhar”.

8) Como estamos sempre caminhando, estamos sempre fazendo o caminho. Mas não há motivo para o “otimismo exagerado”. A “política do leite derramado” tem sido a panaceia para as tragédias que ocorrem contra as mulheres. Não há por que não responsabilizar o estado por omissão, negligência e ausência de iniciativas para implementar políticas públicas que o obrigam a tomar as providências necessárias e realizar as ações para alcançar a igualdade/equidade entre mulheres

e homens. É necessário investir nas políticas do cotidiano que deem conta das mazelas milenares contra as mulheres que naturalizam a violência de gênero, a divisão sexual do trabalho que alimentam o racismo e a homofobia.

9) Os nossos feminismos têm que se preparar para acolher de forma afetiva, política e efetiva a terceira geração de feministas, considerando as gerações que vêm a partir dos anos de 1970. Há jovens de 20 e poucos anos que estão principalmente nas universidades, mas também e que se declaram feministas. Abraçam os feminismos, de forma autônoma, com força, carinho e muito empenho. Suas falas apontam para uma participação densa e comprometida:

Acho que o ponto central do feminismo está na articulação das esferas pública e privada. Daí a importância do feminismo enquanto movimento que luta por uma transformação substancial da condição das mulheres - vale dizer que luta por uma transformação social profunda, contra o sistema patriarcal, racista e capitalista e em prol da construção de uma outra sociedade, que ultrapasse os limites da sociedade de classes; eis que reivindicamos um projeto global de emancipação. Indissociável dessa construção coletiva está a questão individual, a questão das vivências de cada uma de nós enquanto mulher em uma sociedade patriarcal. E aí está a riqueza do feminismo: possibilitar a articulação da nossa história de vida com a história da sociedade que oprime as mulheres, vale dizer, a articulação do individual com o social (Ligia Trindade, *Coletivo Feminista Dandara*, USP).

Eu termino minhas anotações lembrando que o Brasil está sendo considerado um dos países que mais mantém a desigualdade de gênero entre os demais latino-americanos. Mesmo assim apresentou duas candidatas mulheres para a Presidência da República, cujas trajetórias de vida são voltadas para a defesa da justiça social. Os nossos feminismos conseguem romper barreiras, sem dúvida. Continuaremos caminhando e fazendo caminhos. Estes caminhos extrapolam nossos feminismos e se estendem aos muitos movimentos sociais, levando-os a questionar a ausência de mulheres nas direções, assim como são chamados a enfrentar as relações desiguais de gênero.

Referências

ASTELARRA, Judith. *Libres e Iguales? Sociedad y política desde el feminismo*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales - Cuba, 2005.

CELIBERTI, Lilian. *Articulación Feminista Marcosur*. Uruguai: Cotidiano Mujer. Montevideo, 2010. *Serie: Desafios Feministas: reflexiones colectivas, escrituras horizontales*.

SOUSA, Fátima. “Essencialismo e Construcionismo na Ficção utópica de Charlotte Perkins Gilman: *Herland* e *With her in Ourlandi*.” *Via Panorâmica: Revista Electrónica de Estudos Anglo-Americanos /An Anglo-American Studies Journal* 2.^a ser.1 (2008): 83-98. Web. <<http://ler.letras.up.pt>>.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

DIMENSÕES DE CORPO
E BIO-POLÍTICAS

NEM MINOTAURO, NEM MATERNAL: REPENSANDO O CONCEITO DE PATERNALISMO NO CONTEXTO DA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS DA MATERNIDADE

Ana Paula Vosne Martins

Historicamente, para um bom número de homens a ideologia individualista da autoconfiança não foi uma realidade. Para as mulheres ela nunca existiu.

Virginia Sapiro, 1986

Refletir sobre as maternidades contemporâneas requer inicialmente a compreensão de que este é um terreno atravessado por múltiplas determinações e experiências sociais. Partimos de uma concepção pluralista da maternidade e de sua inserção numa cultura marcada por valores conflitantes na constituição e transformação das subjetividades nas quais o gênero pode ser para muitos de nós uma experiência ou uma referência de autonomia, mas que continua a ser também uma experiência de dependência e de limitação. A maternidade é, sem dúvida, uma destas experiências da subjetividade de gênero que continua a nos colocar - como feministas - uma série de problemas, de desafios e de questões em aberto que abarcam diferentes níveis da cultura, das sociabilidades e da política. Pensada inicialmente pelas feministas da primeira onda como o lugar positivo da diferença feminina por excelência, a maternidade tornou-se, para as feministas da segunda onda, um problema quase incontornável, uma marca da diferença feminina que foi associada por muitas delas à dependência e à dominação.

O feminismo contemporâneo procura pensar a maternidade a partir de referenciais teóricos que levam em consideração a diversidade de experiências culturais, históricas, sociais e políticas não só das mulheres, mas das instituições e das representações. Pensar a maternidade, portanto, requer uma atitude reflexiva que dê conta da força das ideias e dos valores associados à reprodução social e às relações de poder que constituem aspectos importantes do gênero, mas é preciso também olhar para as margens, para as possibilidades criadoras dos indivíduos e as complexas maneiras como muitas vezes, a partir da dominação os indivíduos, transformam suas experiências e suas subjetividades.

Uma atitude reflexiva sobre a maternidade contemporânea deve levar em consideração o aspecto da reprodução social e da normatização, mas deve igualmente considerar as formas políticas a partir das quais a sociedade e o Estado recriam padrões normativos de gênero para afirmar o que entendem por maternidade, delimitando comportamentos, estabelecendo condutas, definindo práticas e sujeitos a partir das expectativas produzidas pelo imaginário social e pelas políticas públicas.

Propomos no âmbito deste texto realizar uma análise das políticas de gênero voltadas para a maternidade a partir da problematização dos conceitos de necessidade e dependência, centrais na formulação destas políticas no contexto da estruturação dos Estados de Bem Estar. Em seguida propomos uma análise das políticas materno-infantis durante o Estado Novo, período da Era Vargas marcado por um regime político ditatorial acompanhado de várias ações intervencionistas na economia e nas relações entre o Estado e a sociedade. Uma das áreas privilegiadas deste intervencionismo foi a assistência às mães e às crianças, bem como a proteção do Estado à família. Pautadas em definições muito restritas de família, paternidade e maternidade, as políticas públicas do Estado Novo reproduziram valores e modelos normativos a partir dos quais a legislação e os programas assistenciais foram elaborados. O Estado Novo getulista criou políticas públicas materno-infantis paternalistas nas quais as mulheres foram definidas a partir do desamparo, da pobreza e da condição de indivíduos que precisavam do amparo e da proteção de um Estado provedor e paternal. Procuramos com esta discussão retomar a utilidade do conceito de paternalismo para se avaliar as políticas públicas, bem como propor uma reavaliação política deste conceito a partir de suas explícitas conotações de gênero.

Necessidade, dependência e políticas de gênero

Em 1885 a feminista francesa Hubertine Auclert escreveu defendendo a necessidade de uma nova forma de organização do poder político que se espelhasse nas qualidades naturais e morais da maternidade. Ela compartilhava com muitas outras mulheres, feministas e não feministas, a ideia de que a maternidade não era um assunto restrito à vida particular e privada das mulheres e das famílias. Gerar e cuidar da vida tinha um significado muito mais profundo e envolvia responsabilidades que não podiam ser atribuídas exclusivamente às mães ou às famílias. A maternidade, segundo o pensamento reformista e feminista de finais do século XIX, deveria ser apoiada e protegida pelo Estado. Desta maneira Hubertine Auclert apontava para o que ela considerava serem as duas opções políticas dos Estados europeus: um Estado minotauro, que consumia seus cidadãos no ritual canibalístico das guerras e do descaso com a vida, numa explícita referência às péssimas condições de vida das classes trabalhadoras, ao abandono, ao pauperismo, à insegurança geral da existência, especialmente dos idosos, das crianças e das mulheres. A segunda opção é a configuração de um Estado maternal, ou seja, um ordenamento político da sociedade no qual as mulheres fossem efetivamente cidadãs no gozo dos seus direitos políticos e sociais a partir do reconhecimento da diferença feminina assegurada pela maternidade.

Um Estado maternal deveria valorizar e proteger a diferença feminina da maternidade ao mesmo tempo em que estenderia para toda a sociedade os valores associados ao cuidar, regulamentando a vida social através de leis protetoras das mulheres-mães e das crianças, da saúde, da educação e da assistência aos pobres e necessitados. Desta forma, um Estado maternal devia garantir a igualdade através da amplitude da cidadania (sufrágio universal e direitos civis para as mulheres) ao mesmo tempo em que preservaria a diferença de gênero protegendo e valorizando a maternidade.

Estas ideias constituem o que as historiadoras feministas denominaram de maternalismo, ou seja, um termo que abarca (a) a qualidade e os valores morais positivos referentes à maternidade como a reprodução, os cuidados e a proteção da vida; (b) uma percepção política de tais valores, bem como a compreensão de que a maternidade estava associada à dominação das mulheres numa sociedade patriarcal e que tal situação seria transformada através da ação política das mulheres; (c) uma firme e valorizada noção de diferença sexual que não devia ser limitadora, mas que garantisse o lugar social e moral

das mulheres numa ordem social mais justa e humanitária (KOVEN & MICHEL, 1990; PEDERSEN, 1990; BOCK & THANE, 1996).

Ao analisarmos as legislações sociais produzidas entre o final do século XIX e início do XX observamos que os primeiros trabalhadores das fábricas, ateliês e oficinas a contar com a proteção especial do Estado foram as mulheres e as crianças. Esta atenção diferenciada foi resultado de um conjunto de pressões políticas, mas cabe ressaltar que as análises sobre o *welfare state* minimizaram ou simplesmente ignoraram a influência do gênero na formulação das políticas de bem-estar que iniciaram no final do século XIX. Isto se deve ao tipo de abordagem realizada pelos especialistas que enfocaram a questão pela perspectiva da força de trabalho, vista como masculina, embora fosse grande a participação feminina na mão de obra, e pela economia política, salientando principalmente a intervenção do Estado na economia e a questão dos gastos públicos¹.

As análises históricas do Estado do Bem Estar enfocaram somente as relações políticas a partir das organizações formais e oficiais como partidos, sindicatos, associações patronais, o poder legislativo e o quadro burocrático estatal. Contudo, análises mais recentes vêm mostrando como outras instâncias de ação política desempenharam papel fundamental no desenvolvimento tanto do pensamento quanto do Estado do Bem Estar (KOVEN & MICHEL, 1990). O ativismo político e social das mulheres europeias e norte-americanas do final do século XIX, bem como as organizações assistenciais e filantrópicas, exerceram forte pressão na opinião pública e junto aos parlamentares em favor da infância e da maternidade. Como salientam Koven e Michel, não se pode compreender o desenvolvimento das políticas públicas de bem-estar social sem entender este movimento político que foi o maternalismo; sem levar em conta que havia interesses não apenas humanitários por parte do Estado em proteger a maternidade e a infância.

Análises levando em consideração o impacto do gênero na formulação do pensamento do bem-estar e no desenvolvimento de políticas públicas começaram a ser realizadas por historiadoras e sociólogas feministas na década de 1980. As críticas às teorias da modernização - que viam no Estado do Bem Estar apenas uma resposta às crises do liberalismo e do capitalismo - e aos historiadores sociais - que enfocaram apenas padrões políticos convencionais de ação - estão na origem da formulação de outras explicações por

1 Sobre as diferentes abordagens do *welfare state* ver EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda (eds.). *Bringing the State back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

parte das acadêmicas feministas dos dois lados do Atlântico para entender o desenvolvimento do Estado entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Embora não se possa falar de uma teoria feminista do *welfare state*, pois as interpretações são muito diversificadas, da mesma forma que o arsenal conceitual, o que há em comum entre estes trabalhos é uma orientação teórica e metodológica em se repensar o Estado a partir de uma ampliação do conceito de política e a utilização do gênero como categoria de análise articulada a outras categorias como classe e raça. Foi a partir dessa nova orientação teórica que conceitos mais tradicionais na teoria feminista como patriarcado, por exemplo, foram repensados, bem como novos conceitos começaram a ser utilizados, como o maternalismo.

Entender como historicamente o maternalismo foi formulado enquanto valor moral e serviu de referência para a formulação de políticas públicas nos leva para o contexto das tensões sociais do capitalismo industrial no século XIX. A construção ideológica que opôs o mundo do trabalho assalariado ao mundo da casa e da família nasceu sob o signo das diferenças de gênero. Nesta construção discursiva da oposição complementar de gênero as noções de necessidade e de dependência ganharam outros significados, como bem analisaram Nancy Fraser e Linda Gordon (1994). Tanto nos discursos patronais, religiosos e oficiais, quanto nos discursos dos trabalhadores organizados, a independência era um valor associado à ação no mundo e ao alargamento da noção de direitos que vinha ocorrendo no interior da cultura política desde o contexto revolucionário do final do século XVIII. As necessidades dos trabalhadores - viveres, moradia, educação, saúde, assistência social - passaram a ser associadas no interior daqueles discursos à independência que somente o trabalho assalariado poderia prover. Desta forma, mesmo para aqueles trabalhadores organizados e conscientes dos mecanismos de exploração sob o capital se fortaleceu uma identidade social e de gênero em torno da imagem do homem provedor capaz de proteger sua família e de atender às suas necessidades (HALL, 1986; STEEDMAN, 1994).

O estabelecimento da seguridade social, do salário familiar, dos chamados direitos dos trabalhadores garantidos pela legislação trabalhista compõe uma das faces mais conhecidas e estudadas do Estado e das sociedades de Bem Estar, que é a redistribuição e a garantia dos direitos através da intervenção do Estado. No entanto, a elaboração deste modelo de redistribuição numa ordem social capitalista profundamente associada ao mundo do trabalho assalariado gerou imagens em negativo do homem trabalhador (FRASER & GORDON, 1994). Estas

imagens são as do pauperismo, ou seja, de todos aqueles indivíduos que viviam à margem do mundo do trabalho, como os mendigos, desempregados, incapacitados e os vagabundos; os dominados (nativos, africanos, orientais, ou seja, os outros da sociedade branca ocidental); e a dona de casa. De acordo com Fraser e Gordon para criar a independência do trabalhador assalariado e seu valor moral foi necessário criar a dependência econômica das mulheres.

No plano discursivo tais imagens de ordem, de suficiência e de poder paterno foram compartilhadas pelas elites e pelos trabalhadores. No plano das existências cotidianas das pessoas comuns duramente afetadas pelos desequilíbrios e crises do capitalismo as coisas não eram tão ordenadas assim. São muitos os registros do crescente pauperismo e das tensões sociais em diferentes cidades europeias e dos Estados Unidos ao longo do século XIX. A caridade cristã e a filantropia humanitarista procuravam aliviar as mazelas associadas ao pauperismo visitando os pobres, conhecendo as suas necessidades e atendendo em parte as necessidades mais urgentes. Relatos presentes na documentação privada de homens e mulheres, bem como os tocantes retratos realistas da literatura de cunho social produzida no século XIX, dão mostras de que o homem trabalhador nem sempre estava presente ou então não conseguia exercer este papel tão esperado para que a ordem social e de gênero fosse garantida.

É neste contexto oitocentista que as ideias maternalistas são enunciadas tanto pelas feministas quanto por aquelas mulheres que, querendo manter distância das feministas, dedicavam-se à filantropia. Apesar das diferenças políticas, ambos os grupos de mulheres sabiam que os termos da equação necessidade, independência e masculinidade não eram necessariamente compatíveis e que as mulheres mães e seus filhos estavam mais vulneráveis à pobreza e aos seus efeitos, caindo nas agruras das necessidades não satisfeitas. A defesa da maternidade e da infância foi o ponto de partida para as mulheres ativistas recolocarem a questão politicamente sensível da dependência das mulheres e das crianças numa ordem social e de gênero na qual o poder dos maridos e pais era inquestionável, inclusive para algumas delas próprias.

Mulheres como a feminista Hubertine Auclert compartilhavam um novo ideal no cenário liberal do final do século XIX: a intervenção do Estado em assuntos que até então eram considerados restritos aos indivíduos, à família ou na impossibilidade destes, à caridade e à filantropia. Inspiradas pelo ideário igualitário dos direitos civis e políticos para homens e mulheres, ao mesmo tempo em que sublinhavam as diferenças naturais e morais entre os sexos, as mulheres reformistas defendiam a intervenção do Estado para proteger,

amparar e assistir as mulheres mães e seus filhos a fim de suprir as necessidades que a temporária dependência agravava. Portanto, como bem demonstrou Virginia Sapiro (1986), as mulheres não só estão na origem da formulação das políticas públicas, como também foram as suas beneficiárias ou dependentes.

Contudo, no processo de organização dos Estados de Bem Estar social a opção apresentada por Hubertine Auclert não se configurou historicamente. Se observarmos as diferentes configurações do Estado de Bem Estar na Europa e no continente americano vamos notar que ele não foi nem minotauro, nem maternal. Certamente que as leis e as práticas intervencionistas conduzidas pelos Estados ainda no final do século XIX tiveram como objetivo a proteção das mães e das crianças, mas raras foram as situações nas quais esta ação política teve como resultado um empoderamento das mulheres ou então um enfrentamento político das desigualdades de gênero como desejavam as feministas e algumas reformistas sociais.

Se observarmos com atenção as políticas de gênero dos Estados de Bem Estar veremos como a ideia de dependência das mulheres foi equacionada à valorização e à proteção de uma concepção bastante tradicional e conservadora da maternidade. Boa parte da legislação produzida nos países europeus e mais tarde nos países americanos regulava as condições de trabalho das mulheres grávidas e daquelas que ainda amamentavam como as licenças para o parto, o estabelecimento das condições de trabalho (horário de trabalho e a questão da salubridade), os abonos maternais e familiares e, em alguns países, a obrigatoriedade de creches nos locais de trabalho. Também foram organizados serviços de atendimento médico-hospitalar, assistência social para mães solteiras ou viúvas com filhos pequenos e a distribuição de alimentos. Estes benefícios foram defendidos pelas feministas e reformistas sociais, mas na organização das políticas públicas as outras demandas maternalistas pelos direitos civis e políticos das mulheres foram negligenciadas, secundarizadas ou nem sequer cogitadas, pelo menos até logo após a Segunda Guerra Mundial.

E isto se deve ao fato de que tais políticas foram políticas de gênero. Historiadoras que estudam estas políticas e sua relação com a maternidade mostram como na formulação das políticas de Bem Estar o gênero foi uma categoria fundamental com diferentes significados e desdobramentos dificilmente generalizáveis (GORDON, 1994; BOCK & THANE, 1996; NASH, 1996; NARI, 2004). No entanto, apesar das diferenças históricas das políticas de Bem Estar para a maternidade e a infância talvez possamos estabelecer uma característica comum a elas: na maior parte dos países ocidentais as mulheres foram

percebidas e definidas como indivíduos dependentes e, portanto, alvo da tutela ou da proteção de um poder benevolente cujo objetivo era corrigir disparidades e propiciar as condições mínimas que nem a sociedade, nem a família conseguiram suprir a fim de que as mulheres pudessem exercer plenamente o seu papel ou a sua função materna. Apesar dos notáveis e incansáveis esforços das feministas e das mulheres que participaram inclusive profissionalmente da elaboração das políticas públicas para colocar em prática os ideais maternalistas do equacionamento da igualdade e da diferença, prevaleceram as visões essencialistas e naturalizantes do gênero, bem como uma concepção de poder na qual as mulheres foram vistas como receptáculos passivos de concessões e da proteção do poder do Estado e da benemerência privada.

Conforme já exposto, a política de gênero dos Estados de Bem Estar se sustentava no ideal do trabalhador provedor da sua família. Quando uma “anomalia” ou uma realidade incontornável como a mulher assalariada colocava demandas que exigiam uma ação intervencionista no mercado de trabalho, o Estado a definia somente a partir da maternidade ou da fragilidade de uma natureza feminina que requeria a proteção benevolente, fosse do patrão ou de um Estado paternal. Daí a necessidade de se enfrentar um tema extremamente espinhoso, que foi a questão da autoridade paterna e a necessidade de uma regulamentação do mercado de trabalho que garantisse um salário para que o homem trabalhador fosse capaz de manter a sua família (esposa e os filhos). Desta forma a ordem familiar e o poder masculino não sofreriam nenhum abalo ou desequilíbrio.

Apesar da influência notável do ideário maternalista na origem das políticas públicas materno-infantis a articulação entre necessidades e dependência feminina foi predominante não só na construção de uma definição de beneficiária ou assistida, mas também na elaboração de programas e ações públicas que foram pensadas e desenvolvidas a partir de uma concepção paternalista de poder que reproduziu institucional e politicamente a noção de dependência feminina de um poder benevolente e protetor masculino, só que incorporado pelo Estado e conduzido pelos burocratas e funcionários públicos.

Este qualificativo paternalista do poder do Estado nos leva a uma reflexão, mesmo que breve, sobre gênero e política. Retomando a clássica teoria política liberal enunciada por John Locke ainda no século XVII encontramos uma bem estabelecida justificativa para a separação entre o pátrio poder e o poder político. Nesta interpretação que posteriormente fundamentou as constituições políticas dos países democráticos ocidentais era importante estabelecer

as diferenças entre os dois tipos de poder a fim de retirar do terreno da política qualquer referência providencialista ou personalista. Mesmo que o pátrio poder tivesse uma origem natural ele não era ilimitado, pois o poder do pai e da mãe não era absoluto e sua jurisdição ia até o momento que os filhos alcançassem a idade do uso da razão. O poder político era resultado do consentimento da maioria dos indivíduos que o instituíram para gozar da sua liberdade sob a lei soberana, sendo, portanto, uma ação racional, impessoal e cuja finalidade era a preservação da propriedade, da liberdade e a garantia do bem comum. Dessa forma, ambos tinham origens e finalidades muito diferentes e o mais importante era definir que o poder político não dependia em nada do poder paterno e muito menos nada compartilhava com ele nas suas finalidades e jurisdições.

Ao escrever o Segundo Tratado sobre o Governo Civil John Locke enfrentou uma bem consolidada tradição do pensamento político que fora reforçada no contexto do fortalecimento das monarquias modernas. Este pensamento sustentava que o poder dos reis era não só justo e soberano, mas igualmente moral, tendo em vista que por sua natureza se exercia com a mesma finalidade do poder paterno, ou seja, cuidar benevolamente, mas com autoridade, de seus súditos-filhos. Esta extrapolação do poder paterno para o poder político foi bastante recorrente na justificativa moral da soberania monárquica, migrando para outras formas de relação de poder nas democracias, como nas relações entre patrões e empregados e entre o Estado e os cidadãos.

Este qualificativo moral de um poder que se exerce a partir de uma relação supostamente natural originária da paternidade sustentou e ainda sustenta diferentes práticas e relações sociais e políticas. Seu fundamento moral na natureza e no bem justifica as mais diferentes hierarquias (classe, raça, religiosa, geracional, profissional, política e de gênero) afinal aquele que exerce o poder de forma paternal visa tão somente atender às necessidades de seus subordinados ou protegidos. O poder é, na sua definição paternalista, bom e protetor e parte do princípio da enunciação da autoridade, pois somente o dispensador da proteção e dos cuidados detém o conhecimento do que são as necessidades e dos meios efetivos para supri-las. Encontramos nesta formulação paternalista do poder a conjunção das condições que estão presentes nas políticas de gênero de que estamos tratando: necessidades, dependência e incluímos também o lugar do sujeito que necessita e que é dependente deste poder benévolo e superior.

Muito já se escreveu sobre o paternalismo no âmbito da filosofia moral, das ciências políticas e da história social, geralmente de um ponto de vista crítico ao autoritarismo que preside este tipo de instituição do poder político ou

no interior de outras relações sociais (GARCÍA, 2005). As análises, no entanto, carecem de uma perspectiva analítica que entendemos ser fundamental para compreender o paternalismo, suas transformações e sobrevivência tanto do ponto de vista institucional e social, quanto do ponto de vista simbólico.

O gênero é o discurso que organiza esta concepção do poder. Por que o poder é paternal? O que enuncia este qualificativo? Qual a sua qualidade, qual a sua especificidade para ter legitimidade? É nos quadros de um pensamento binário no qual o gênero é uma forma de dar sentido ao mundo das coisas, dos sujeitos e das suas relações que encontramos as justificativas para o paternalismo. Numa longa tradição filosófica o poder é identificado a uma força agregadora, racional e produtiva que não é extensiva a todos os seres humanos, mas somente àqueles que têm capacidades naturais para exercê-lo. O poder, assim, foi identificado desde os primeiros textos que o definiram como um atributo dos homens, como uma qualidade masculina. O mesmo discurso naturalizador formulado a partir de um processo histórico e cultural de exclusão e dominação das mulheres estabeleceu que o elo social tem uma origem igualmente natural na família e no poder dos maridos e pais, mais fortes e racionais, capazes de saber o que é melhor para seus dependentes, a esposa, os filhos, os escravos e todos aqueles que vivessem sob a sua tutela protetora. O paternalismo tem, portanto, uma justificativa original no gênero, nesta diferença construída culturalmente a partir do sexo, criadora de outras diferenças. É o discurso do gênero que estabelece igualmente a dicotomia entre os potentes e os impotentes, bem como o que cabe a cada um no interior das relações entre si estabelecidas. Cabe ao mais potente não só o poder natural sobre os mais fracos, como enunciou Aristóteles e tantos filósofos depois dele, mas também a responsabilidade sobre a vida, a fim de que ela seja protegida e que se reproduza. Na sua origem de gênero o poder masculino supre as necessidades, organiza e protege a vida daqueles que por serem definidos pela impotência precisam se colocar sob a sua proteção e tutela.

Avançando em nossa análise podemos agora pensar de que maneira esta concepção personalizada de poder e circunscrita à esfera da família e às qualidades masculinas de seu portador foi instituinte do poder do Estado, em particular no contexto do triunfo do liberalismo político e econômico nas sociedades ocidentais desde meados do século XIX. Sabe-se que o paternalismo foi rejeitado e condenado pela ideologia liberal como uma afronta ao individualismo, à autonomia e à liberdade de mercado e dos cidadãos, numa linha que remonta às críticas ao absolutismo formuladas nos dois séculos anteriores. No

entanto, a crítica ao liberalismo econômico e aos nefastos resultados sociais do capitalismo industrial acabou por amenizar o tom da rejeição ao paternalismo político. Muitos homens e mulheres começaram a defender a necessidade de um Estado mais intervencionista que atendesse as necessidades daqueles que não podiam supri-las sozinhos, não porque fossem incapazes, mas porque havia barreiras quase intransponíveis no acesso ao trabalho, à renda e aos bens, especialmente em relação às mulheres e às crianças. Não queremos dizer que esta reivindicação intervencionista do Estado na economia e nas relações entre o capital e o trabalho tenha sido na sua totalidade paternalista, afinal, diferentes foram os pontos de vista neste acirramento do debate ideológico envolvendo cristãos (católicos e protestantes), liberais humanitaristas, feministas e socialistas. Contudo, podemos afirmar que mesmo em países nos quais o intervencionismo estatal foi muito limitado, como é o caso dos Estados Unidos e da Inglaterra, pelo menos até a Segunda Guerra Mundial, as políticas sociais que então eram denominadas de assistência pública foram concebidas e interpretadas a partir daquele modelo masculino e personalista do poder paternal.

Susan Pedersen (1990) analisou de maneira precisa esta transformação do Estado liberal em Estado paternal no começo do século XX na Inglaterra. Ao estudar o sistema de pensões e de outros benefícios concedidos às esposas de soldados que lutaram na Primeira Guerra Mundial a autora mostra que na formulação das políticas assistenciais as mulheres recebiam os auxílios estatais não como um direito originário de sua cidadania, mas porque eram esposas de soldados. Desta forma os benefícios eram, na verdade, de seus maridos, exercendo o Estado o papel tutelar das esposas na ausência dos seus maridos, provendo as necessidades e controlando seus comportamentos, inclusive sexuais.

Como bem observaram Fraser e Gordon (1994), no processo de redefinição do papel do Estado entre o final do século XIX e o contexto entre guerras no século XX algumas áreas e certos grupos sociais foram mais circunscritos a uma ação paternalista do poder a partir da articulação entre necessidades e dependência. As mulheres, em especial as mulheres das classes trabalhadoras, casadas ou solteiras, mas com filhos, se encaixavam particularmente nestas duas situações: tinham necessidades não satisfeitas (alimentação, assistência à saúde, educação, moradia adequada, renda) e eram definidas a partir de um estatuto social, político e moral da dependência dos maridos ou, na impossibilidade destes cumprirem seu papel de provedores, do Estado. Desta forma, o que vemos se configurar no cenário dos ordenamentos políticos estatais na Europa e no continente americano é uma concepção paternalista do Estado

que certamente não foi adstrita às mulheres e às crianças, mas que teve nestes dois grupos seu alvo privilegiado e justificado de ação.

Paternalismo e políticas públicas materno-infantis

Em alguns países, como é o caso do Brasil da Era Vargas, as políticas públicas foram francamente paternalistas, especialmente as políticas de gênero, embora muitos dos valores originais do maternalismo estivessem presentes na sua formulação. O conceito de paternalismo pode ser útil para entendermos como se constituem as relações entre o Estado e a sociedade não só para a Era Vargas, mas para a nossa época, este começo do século XXI, afinal, o vocabulário político continua recorrendo às metáforas paternalistas porque elas são entendidas e continuam tendo ressonância.

Quando a esta concepção paternal de poder se acrescenta uma ideologia política que reforça uma imagem moral e pessoal do poder político fundamentada na pessoa do líder e, por outro lado, se estabelece que o espelho das relações políticas deve ser o bom ordenamento da família patriarcal, tem-se as condições suficientes para o exercício paternalista do poder político.

Os discursos políticos da Era Vargas reforçaram de várias maneiras - pela propaganda política, pela presença mais eficaz e visível do Estado, pelos mecanismos ideológicos da personalização do poder em Getúlio Vargas - que o Brasil do Estado Novo seria governado como uma família (FERREIRA, 1997; LEVINE, 2001; MARTINS, 2008). A organização das políticas públicas materno-infantis no Brasil resultou do reformismo social dos médicos e das pessoas ligadas à filantropia, como também das ideias maternalistas das mulheres feministas e não feministas que tiveram uma intensa participação na defesa dos direitos das mulheres no contexto da Constituinte de 1934. Contudo, com o recuo da ordem política para um modelo centralizado, autoritário e personalizado de poder como ocorreu a partir de 1937 com a instituição do Estado Novo, as ideias maternalistas foram esvaziadas de seu conteúdo mais igualitário e tomaram uma nova feição, paternalista e autoritária.

Esta reorganização do maternalismo se deu no Brasil seguindo modelos muito semelhantes àqueles que se organizaram em países como a Itália, a França, a Espanha e Portugal (BOCK & THANE, 1996). Considero este um modelo paternalista das políticas maternalistas. Do maternalismo manteve-se somente a valorização moral da maternidade reforçando a diferença entre homens e mulheres, mas sem a igualdade. Neste modelo a autoridade paterna

foi reforçada de cima para baixo, sobrepondo-se politicamente ao ideário mais igualitário do maternalismo. As políticas paternalistas se sustentaram no modelo conjugal da autoridade paterna, na família constituída pelo casamento indissolúvel e pelo ideal natalista de famílias numerosas. Vejamos mais de perto este paternalismo à brasileira.

Ao olharmos com atenção para a elaboração da Constituição de 1934 e a de 1937 vemos como estes valores paternalistas foram objetivados na forma da lei, sustentando os programas e as instituições voltadas para atender as necessidades das mulheres-mães e das crianças a partir de uma noção de dependência e não de direitos. A família foi colocada sob a proteção especial do Estado nos dois textos constitucionais e ao Estado cabia compensar financeiramente as famílias numerosas, bem como colaborar para que os pais dessem educação aos filhos - de maneira direta ou através de subsídios. Também era atribuição do Estado, segundo os textos constitucionais, o cuidado da infância e da juventude, tornando obrigatório em todo o território nacional o amparo à maternidade e à infância.

Pode-se dizer que estas atribuições do Estado e mesmo sua intervenção mais direta sobre a família e a autoridade paterna seguiram de perto as políticas mais centralizadoras e personalistas de alguns países europeus, particularmente a Itália fascista. No Brasil tais políticas foram acentuadamente paternalistas não só porque se fundamentavam num ideário político mais centralizador e autoritário, mas igualmente porque fizeram parte da propaganda política do regime personalista de Vargas que sublinhava a indissociação entre seu papel de presidente da república e de pai protetor da grande família que era a nação brasileira.

Outro aspecto deste modelo paternalista das políticas públicas materno-infantis refere-se à definição das mulheres. A legislação trabalhista as reconhecia como trabalhadoras assalariadas, mas os discursos políticos reforçavam o ideal de dependência das mulheres. Isto é bastante evidente na formulação da política familiar do Estado Novo. Todos os argumentos técnicos, sociais e políticos se fundamentavam na premissa de que um mal temporário não deveria se tornar uma regra. Se as mulheres-mães estavam no mercado de trabalho como assalariadas e precisavam ser protegidas na sua especificidade, era dever do Estado e da sociedade corrigir este desvio favorecendo os homens trabalhadores não só com salários suficientes para manter a família, mas se necessário por meio da criação de condições econômicas como os abonos familiares a fim de evitar que as mulheres saíssem de casa e deixassem a família ao desamparo e

o marido numa situação humilhante de não poder cumprir com o seu papel de provedor. A eficácia deste discurso pode ser observada numa documentação produzida por homens e mulheres comuns que ao escrever cartas para Getúlio Vargas acionaram o modelo paternalista como estratégia de comunicação com o poder para conseguir o que pediam, ou mesmo como adesão à política paternalista e à ideologia do regime. Em outro momento tratamos destas cartas atentando para os limites analíticos de uma qualificação paternalista das relações entre os poderosos e as pessoas comuns (MARTINS, 2008). Procuramos agora, todavia, sustentar a utilidade do conceito de paternalismo para analisar a formulação das políticas públicas de forte conotação de gênero e para tanto vamos recolocar analiticamente as cartas escritas por mulheres que escreveram para Vargas na condição de mães, tendo em vista a maneira como elas recorreram ao vocabulário e ao imaginário político paternalista nesta busca pela comunicação com o poder.

Há diferentes tipos de cartas escritas por mulheres no conjunto das correspondências enviadas para Getúlio Vargas, em especial no período entre 1937 e 1942. As cartas que vamos brevemente apresentar aqui foram aquelas escritas por mulheres pobres que passavam por algum tipo de dificuldade para cuidar de suas famílias, desde a falta de recursos para dar educação para os filhos, até a mais acentuada penúria. Se compararmos com as cartas escritas por homens que se dirigiam a Vargas também na condição de pais de família veremos que a principal diferença está na estrutura narrativa. Dificilmente os homens demonstravam desespero, embora muitos deles descrevessem em detalhes suas extremas dificuldades, narrando histórias de desemprego, fome, a morte dos filhos pequenos e a desesperança.

As cartas escritas por mulheres são mais suplicantes e recorrem com mais frequência às metáforas religiosas e paternas. Demonstram também ter consciência de que ao escrever transpunham limites. Primeiro porque se fossem obedecer à hierarquia familiar quem deveria escrever era o chefe da família, o marido; segundo porque expunham suas histórias pessoais a ninguém menos que o homem mais poderoso do país e, por fim, porque transpunham limites culturais ao tomar a palavra escrita para narrar suas histórias marcadas pela pobreza.

Uma primeira questão que aparece na narrativa ao escreverem para Vargas é a forma como se dirigem a ele. O poder político de Vargas não anula seus atributos morais, sempre exaltados pelas missivistas. Ele é homem de coração bondoso, generoso, caridoso, justo, patriótico e de coragem. Nas cartas as missivistas fazem questão de sublinhar que ele não era mais um homem

poderoso, mas que o exercício do seu poder era acrescido e diferenciado por suas qualidades morais que o aproximavam das pessoas comuns como elas.

Conscientes da imensa distância que as separava daquele homem poderoso, elas expressam subalternidade e extrema deferência na maioria das cartas, como também o fazem alguns homens missivistas. Elas se dirigem a Vargas como “paupérrimas servas”, “filhas”, “criadas”. Destes lugares elas pedem auxílio, socorro, esmola, indulgência e algumas o fazem “beijando as mãos deste segundo pai”². A diferença em relação aos homens que recorrem a estas mesmas fórmulas de subalternidade é que eles o fazem quando se encontram em situação desesperadora. Defendemos a hipótese de que as mulheres que escreveram estas cartas a Vargas recorrem com mais frequência a estas fórmulas porque culturalmente se esperava que as mulheres demonstrassem pela linguagem corporal e escrita a humildade, a honestidade e a sujeição. Neste sentido, ao escreverem para Vargas recorriam a um *habitus* da sujeição e da subalternidade que as qualificava como mulheres, habilitando-as frente ao poder para receberem o que pediam. Neste sentido podemos pensar o paternalismo não só como um poder que se exerce de cima para baixo e que transforma os sujeitos em receptáculos passivos da benevolência, mas também numa linguagem que pode ser usada pelos subalternos nas estratégias que inventam para se comunicar com os poderosos e obter o que almejam.

Por fim, outro elemento comum nas narrativas das cartas escritas pelas mulheres é a forma como elas se apresentam nas suas demandas. Todas são mães preocupadas com o futuro e com a sobrevivência dos seus filhos. O que as habilita moralmente para tomar o tempo do presidente é esta responsabilidade moral pelos filhos. Os maridos aparecem pontualmente nas cartas, seja para deles reclamarem, seja para justificar sua incapacidade momentânea para serem os provedores. São os filhos que constituem o argumento principal da mulher que escreve porque é mãe.

Tomar a decisão de escrever uma carta para o presidente contando histórias de vida marcadas pela pobreza, violência, pelo abandono, pela fome e na maioria das vezes pela morte dos filhos certamente não era uma decisão fácil, especialmente porque as missivistas eram mulheres pobres e sem muita familiaridade com a cultura escrita. Mas ao fazê-lo recorreram ao que conheciam: saber colocar-se numa posição de humildade e respeito ao se dirigir ao poder;

2 Estas expressões são citações de diferentes cartas que se encontram no Arquivo Nacional. Presidência da República. Série 17 - Ministérios. Foram lidas no total 786 cartas, mas para este texto selecionamos 11 cartas.

saber como pedir, ou seja, contar uma história na qual justificassem sua demanda por ajuda e proteção. Parafraseando Natalie Z. Davis (2001), estas cartas são formas narrativas que revelam a habilidade de transformar o vivido em uma história que deve necessariamente comover o homem poderoso em favor dos seus interesses próprios. Indo um pouco mais além, são apropriações do paternalismo, reconhecendo, mesmo que momentaneamente, a eficácia da ideologia do regime político em favor dos interesses das mulheres- mães que se dirigiam a Vargas a partir do imaginário do poder: ele como o pai dos pobres e elas como mães de crianças pobres que se colocavam sob a proteção paternal de Vargas.

Concluindo, podemos dizer que se configura no Brasil a partir de 1937 uma política de proteção à família e à maternidade na qual vemos bem delimitadas duas categorias de beneficiários do Estado: os sujeitos ativos dos benefícios de um Estado provedor ou dispensador dos direitos dos homens trabalhadores, aqueles com a carteira assinada, com férias e décimo terceiro salário; e os sujeitos passivos dos benefícios, as esposas e mães dos filhos do homem trabalhador. Nesta categorização hierárquica paternalista outra questão se coloca de maneira muito diferente do que previa o maternalismo. As mulheres são definidas somente pela sua condição de dependentes - seja do marido, seja do Estado - e não como cidadãs. Podemos pensar, então, até que ponto as políticas públicas para a maternidade foram realmente voltadas para atender as mulheres. Nesta concepção paternalista do poder do Estado as mulheres não são os alvos das políticas públicas. Elas são instrumentos para se alcançar as crianças e como na construção ideológica de um regime político paternalista mães e crianças têm um lugar fixo, um lugar moral que é a família tutelada pelo pai, o Estado e seus agentes (médicos, enfermeiras, assistentes sociais, funcionários públicos) que recorreram às imagens moralizadoras da família e da maternidade a fim de alcançar seus objetivos normalizadores.

A tutela paternalista das políticas públicas materno-infantis contribuiu decisivamente para a construção de uma definição de feminilidade fundada na dependência. As leis e os programas de assistência visavam à manutenção de uma ordem hierárquica de gênero cujo fundamento era a família e a pedagogia materna. As mães deviam não só ser mães, mas boas mães, capazes de cuidar dos seus, daqueles que temporariamente eram delas dependentes. Diferentemente do ideário maternalista mais igualitarista o paternalismo do Estado sublinhou a dependência e a tutela das mulheres mães, indivíduos merecedores da proteção e talvez até mesmo da piedade, mas não de direitos. Seus direitos na verdade não eram seus, eram de seus maridos e de seus filhos.

Nem minotauro, nem maternal, o Estado paternalista brasileiro reforçou uma concepção naturalista e limitada da maternidade indiferente aos conceitos modernos de autonomia, autodeterminação e de cidadania. Uma maternidade dependente.

Referências

BOCK, Gisela; THANE, Pat. (eds.). *Maternidad y políticas de género*. La mujer en los estados de bienestar europeos, 1880-1950. Valência: Cátedra, 1996.

DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão e seus narradores na França do século XVI*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich; SKOCPOL, Theda. (eds.). *Bringing the State back in*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

FRASER, Nancy; GORDON, Linda. A genealogy of dependency: tracing a keyword of the U.S. welfare state. *Signs*. v.19, n.2, Winter, 1994, p. 309-336.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil; o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GARCÍA, Macário Alemany. *El concepto y la justificación del paternalismo*. Alicante: Universidad de Alicante, 2005. Dissertação (Doctorado), Facultad de Derecho, Universidad de Alicante, 2005.

GORDON, Linda. *Pitied but not entitled: single mothers and the history of welfare, 1890-1935*. New York: The Free Press, 1994.

HALL, Catherine. The tale of Samuel and Jemima: gender and working-class culture in Nineteenth-century England. In: KAYE, Harvey J.; MCCLELLAND, Keith. (eds.). *E. P. Thompson. Critical perspectives*. London: Temple, 1986.

KOVEN, Seth; MICHEL, Sonya. Womanly duties: maternalist politics and the origins of welfare states in France, Germany, Great Britain and the United States. 1880-1920. *American Historical Review*. v. 95, n.4, October, 1990, p. 1076-1108.

LEVINE, Robert M. *Pai dos pobres? O Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Dos pais pobres ao pai dos pobres: cartas de pais e mães ao presidente Vargas e a política familiar do Estado Novo. *Diálogos*. v.12, n.2/3, 2008, p. 209-235.

NARI, Marcela. *Políticas de maternidad y maternalismo político*. Buenos Aires, 1890-1940. Buenos Aires: Biblos, 2004.

NASH, Mary. Pronatalismo e maternidad em la España franquista. In: BOCK, Gisela; THANE, Pat. (eds.). *Maternidad y políticas de género*. La mujer en los estados de bienestar europeos, 1880-1950. Valência: Cátedra, 1996.

PEDERSEN, Susan. Gender, welfare, and the citizenship in Britain during the Great War. *American Historical Review*. v. 95, n.4, October, 1990, p. 983-1006.

SAPIRO, Virginia. The gender basis of American social policy. *Political Science Quartely*. v.101, n.2, 1986, p. 221-238.

STEEDMAN, Carolyn. The price of experience: women and the making of English working class. *Radical History Review*. n. 59, 1994, p. 108-119.

A MATERNIDADE CONTEMPORÂNEA EM FASE EXPERIMENTAL DA ASSISTÊNCIA MÉDICA À PROCREAÇÃO

O canal mundial do trabalho reprodutivo

Laurence Tain¹

Introdução

Esta intervenção pretende discutir o uso de técnicas reprodutivas como revelador de reconfigurações do corpo reprodutor e da recomposição das desigualdades relativas ao trabalho reprodutivo na sociedade global.

A transformação das relações de reprodução vigentes foi magistralmente esboçada por Paola Tabet desde os anos 1980 (TABET, [1980] 1985, p. 127-131). Ela colocou em evidência o desmoronamento das estruturas sólidas que controlavam a reprodução havia séculos. Lembrou, por exemplo, que o aluguel do útero tornava visível o fato de que a apropriação privada de reprodutoras não era mais a condição necessária de reprodução. Esta transação atinge, na verdade, a condição necessária à reprodução independentemente da apropriação da pessoa. Ela analisou esta evolução como uma “transformação estrutural dos direitos de reprodução, comparável, de certa maneira, à dissolução do vínculo de servitude na Europa” (TABET, [1980] 1985, p. 129).

O panorama da sociedade global implica novas transformações. Há uma plasticidade dos responsáveis e uma intervenção dos atores sociais que operam em escala nacional. Mas, simultaneamente, há contradições que acontecem na cena da sociedade dita global.

1 Tradução: Bárbara Fraga Góes. Revisão Rosa Alice Mosimann.

O método que proponho para atingir as instabilidades potenciais das configurações reprodutivas, agentes de processos de mudanças, sustenta-se, em primeiro lugar, numa transformação ternária do corpo. Observo a fabricação social diferenciada do corpo reprodutor a partir das três dimensões que identifiquei: uma biomédica, uma sócio-relacional e uma terceira cósmico-sagrada. Mais precisamente, a elaboração das configurações reprodutivas de cada país mobiliza as instituições ligadas, de maneira privilegiada, a estas três dimensões - a instituição médica, a instituição jurídica, a instituição religiosa. A arbitragem entre esses diferentes registros é, porém, fonte de ambiguidades e incoerências.

Este artigo trata da noção de trabalho reprodutivo na sociedade global. A fim de situar detalhadamente a recomposição das desigualdades neste novo panorama, proponho acrescentar ao conceito de trabalho reprodutivo os conceitos de “cadeia mundial de cuidados”, de “mulher global”, antecipado por Barbara Ehrenreich e Arlie Russel Hochschild (2002). Estes autores mostraram, com sucesso, a transferência de uma parte do trabalho atribuído ao elemento feminino das classes médias e superiores do mundo ocidental para as mulheres migrantes. O comportamento não é novo, mas toma formas específicas, notadamente em razão da distância entre os países de origem e de destino das migrações. Esta extensão de conceitos será tratada no final do texto.

O descompasso, na França, entre discurso e práticas

A promulgação, na França, da primeira lei de bioética, em 1994, que prevê a assistência médica à procriação, retomada em 2004, é sintomática da produção de um quadro ambíguo a partir de uma combinação das diferentes dimensões do corpo reprodutor e das instituições ligadas à prática. A escolha do professor Jean-François Mattei, deputado, médico, católico praticante, para dirigir a redação final da lei, ilustra este processo. Esboço, aqui, a construção dos paradoxos desta configuração com a ajuda dos trabalhos de René Frydman (1997, p. 90-100) e de Dominique Mehl:

A dimensão biomédica foi fundamental, assim como o ponto de vista da instituição médica - onipresente durante a elaboração. De um lado as práticas hospitalares, centradas sobre o casal heterossexual, anteciparam as disposições da lei. Por outro lado, os biólogos e os médicos especialistas ocuparam o primeiro lugar nos debates, como mostrou Dominique Memmi (1989), analisando a distribuição das posições nos colóquios de bioética.

A referência à dimensão sagrada do corpo e à instituição eclesial tem sido decisiva, também, para a tendência heteronormativa da legislação. É, de fato, a noção de sacralidade do corpo humano que o professor Jean-François Mattei adianta quando se vê confiar a responsabilidade da redação da lei após a mudança da maioria parlamentar na primavera de 1993, e que orienta suas escolhas de sondagem. Ele apela, sobretudo, de maneira significativa, para as comunidades religiosas. Esta demanda é o eco das preocupações da Igreja católica, principalmente na França que, como o lembra Danièle Hervieu-Léger (2007, p. 243), encontrou nas temáticas da vida privada um terreno privilegiado para o controle dos corpos e das consciências, considerando seu afastamento da arena política com o advento da modernidade.

As respectivas posturas das duas instituições podem aparecer, *a priori*, contraditórias, já que a Igreja católica proscreve o recurso à qualquer técnica de reprodução, que se trate de práticas homólogas no seio de um mesmo casal ou de práticas heterólogas que fazem apelo a terceiros. A posição da Igreja se apoia, com efeito, na não intervenção no surgimento da vida humana, considerada um dom de Deus (FRYDMAN, 1997, p. 80; HERVIEU-LÉGER 2007, p. 247). É, pois, proibido dissociar sexualidade e reprodução porque o objetivo visado é “a perfeição do ato conjugal” que não se realiza senão quando as finalidades relacional e procriadora estão reunidas. A condenação dos contraceptivos mecânicos e químicos pela encíclica *Humanae Vitae* (1968), como da assistência médica à procriação pela instrução *Donum Vitae* (1987), são frutos desta coerência doutrinária - uma aliança se estabelece, portanto, entre a ciência e a Igreja católica, com base na re-naturalização do corpo reprodutor que os teólogos católicos tinham tornado técnico. Como sublinha Danièle Hervieu-Léger (2007, p. 244-246), os argumentos da Igreja católica tendem a assimilar “a ordem natural” e “a ordem biológica”. A invocação da lei da natureza e seu endosso à “aquisição da ciência” permitem-lhe, assim, num momento em que se afirma o domínio do espírito científico, renunciar ao magistério moral, dando testemunho de seu interesse pela inteligência humana e os progressos do conhecimento.

A superposição das representações e das práticas destas duas instituições contribui, de maneira essencial, para embaralhar o modelo que cria a lei da bioética. Estas contradições são visíveis antes mesmo de a lei ser votada e perduram em sua aplicação.

As referências à ‘naturalidade biológica’, a assimilação do biológico e do sagrado no contexto da assistência médica à procriação são contestadas, com efeito, no seio do meio católico francês desde o fim dos anos 1980.

Um documento redigido pela Federação protestante da França sublinha que o “casal humano, a procriação humana, a infância humana não se medem somente em termos de processos biológicos”.² Católicos, pertencentes aos meios profissionais e religiosos, põem em causa os fundamentos éticos da hierarquia católica em uma obra coletiva *Aux débuts de la vie. Des Catholiques prennent position (No início da vida. Católicos tomam posição)*³ (SUREAU et al., 1990). Assim, por exemplo, Georges David (SUREAU et al., 1990, p. 152-153) contesta “a obsessão” do biológico nesta doutrina: “a insistência excessiva dada ao fator biológico alinha a autoridade católica com a obsessão moderna pela determinação da paternidade pelo biológico, quando se esperava que ela defendesse uma concepção mais elevada e mais justa da paternidade e da maternidade”.

Uma outra contradição aparece com a aplicação de técnicas reprodutivas. O modelo “natural” do casal heterossexual não coincide com a prática hospitalar que mobiliza, separadamente, os dois parceiros e às vezes até mesmo uma terceira pessoa. Ora, estas tensões atravessam a Igreja já que os católicos, mesmo praticantes e preocupados com a opinião das autoridades religiosas, efetuam fecundações *in vitro* homólogas e às vezes heterólogas, do que dão testemunho as decisões tomadas depois da consulta ético-religiosa do hospital Antoine-Béclère de Clamart (FRYDMAN, 1997, p. 115).

É, portanto, na associação do sagrado com o científico que se constrói o quadro centrado nas relações heterossexuais da lei de 1994. O projeto inicial da lei de 1992, adotado pela Câmara de deputados,⁴ era um tanto vago, sendo a assistência médica à procriação devendo responder a um “projeto dos pais”. A lei de 1994 limita o campo de beneficiários e reserva a assistência médica, as doações de gametas exclusivamente aos casais heterossexuais, casados ou “capazes de fornecer a prova de uma vida comum de pelo menos dois anos”.⁵

2 Citação extraída do Livro branco da *Comissão de ética protestante da França*, mencionada por René Frydman (1997, p. 90) que tomou conhecimento desta obra.

3 A obra emana de Claude Sureau, ginecologista-obstetra renomado, antigo chefe da maternidade Saint-Vincent-de-Paul em Paris, presidente do Comitê de ética da Federação Internacional de Ginecologia e Obstetrícia (no momento em que escreveu a obra); Roger Chartier, diretor do serviço de ginecologia e obstetrícia do hospital Notre Dame de Bon Secours em Paris desde 1961 e demissionário depois da publicação da instrução *Donum Vitae*; Georges David, fundador das CECOS; Charles Thibault, biólogo renomado (cf. capítulo 1); Bernard Quelquejeu, padre dominicano, diretor de *La revue de sciences philosophiques et théologiques* e professor de ética no Instituto Católico de Paris; Joseph Moingt e Paul Valadier, padres jesuítas e professores no centro Sèvres em Paris [referências apud Mehl, 1999, p. 170-173].

4 Lei adotada aos 25 de novembro de 1992 (349 vozes a favor e 78 contra), foi deixada em suspenso pelo Senado até a mudança da maioria parlamentar, na primavera de 1993, e abandonada pela nova maioria.

5 Lei de 29 de julho de 1994, código de Saúde Pública, artigo L 152-2.

Considerar as diferentes dimensões do corpo e das instituições que lhe são associadas, a análise das práticas sociais da doutrina católica - que se pode considerar como um elemento da sociedade global - são abordagens pertinentes para apreender a gênese das contradições do modelo “natural” francês subjacente às leis de bioética⁶ de 1994 e 2004. Esse quadro social é marcado por uma dupla opacidade, propulsoras contestações e desvios. Por um lado, a ambiguidade da naturalidade do modelo se enraíza na aliança entre ciência e religião, que se traduz por uma confusão entre representações biomédicas e concepção sagrada do princípio de vida. Por outro lado, o quadro heteronormativo proposto não corresponde, de fato, ao desenvolvimento dos tratamentos. Estas contradições ressurgem com o debate em torno da revisão da lei de bioética, mais que configurações diferentes são legítimas em outros países.

Os agentes de recursos transnacionais a partir da França

Neste contexto, a procura de indivíduos ou de casais franceses por uma assistência médica à reprodução em outros países tem origem, na maioria das vezes, nas proibições da legislação francesa. As doações dos gametas para solteiros ou casais homossexuais são, de fato, proibidos, bem como gestação para outrem. Este descompasso entre a lei francesa e os costumes foi muitas vezes levantado (DELAISI DE PARSEVAL, 2008; MEHL, 2008; BOSSO-PLATIÈRE, 2006). Percebo indignação em alguns protagonistas da área, médicos especialistas, como Joëlle Belaisch-Allart, ou em pessoas visando à homoparentalidade, como Nicolas S.:

Os legisladores são provavelmente homens, ou até mulheres, brilhantes, mas eles **não podem conhecer tudo, nem compreender tudo**. É tentador acrescentar que eles são, no mais das vezes, idosos, às vezes até submetidos a pressões para assegurar sua reeleição, que tiveram a chance de ter filhos facilmente e que a diferença entre o embrião das OVG e o das provetas (com quatro células) escapa-lhes! (BELAISCH-ALLART, 2007, p. 165).

6 Entre todos os elementos do debate, refiro-me ao relatório de 2008 estabelecido por Alain Claeys e Jean-Sébastien Vialatte como resultado de consultas de especialistas e destinado a esclarecer a Assembleia nacional e o Senado. As recomendações visam, primeiramente, as condições de aplicação referentes a casais heterossexuais e abrem o debate sobre outras configurações reprodutivas. Foi, de fato, proposto que a noção de casal estável fosse reconsiderada, bem como o prazo de dois anos de estabilidade, a abertura às mulheres solteiras inférteis o acesso à AMP com um apoio psicológico e a condução de um debate aprofundado sobre o acesso de casais homossexuais à AMP por ocasião da revisão da lei - p. 125.

Existe uma arrogância francesa. Ninguém se entende nas descrições feitas pelos **mandachuvas franceses. Eles estão a mil milhas da realidade.** Eles são autistas. Em que delírio se encontram? Um delírio fantasmático? Eu sei do que eu falo, pois sou jurista e conheço dezenas de casais que recorreram à GPA. O sistema americano tem o mérito de existir. Há um obscurismo francês sobre a realidade das coisas. Existe a necessidade de se fazer de desentendido (NÍCOLAS S.).

Um outro motivo diz respeito às listas de espera para receber uma doação de ovócitos. Na França o prazo é muito longo - mínimo de dois anos - e as demandas são rejeitadas pelos centros assim que a mulher atinge a idade de 38 anos (MARCHAUDON et al., 2009 p. 1236). A história de Catherine B. ilustra esta situação.

Nós nos casamos com 32 anos e decidimos ter um filho um ano mais tarde. (...) A ginecologista me prescreveu um pequeno estímulo (...) depois recomendou o livro *Les maux de dos pour le dire* (Os males das costas para dizê-lo), de Claudine Corti, pensando que se tratava, talvez, de uma causa psicológica. Eu não me convenci e nós consultamos, na “cidade grande” - (estimulações, inseminações, fecundação *in vitro* e tivemos o diagnóstico de insuficiência ovariana que necessita de uma doação de ovócito). Nós encontramos a Associação *Pauline et Adrien*. Como a doação direta de ovócito era impossível na França, nós fomos à Bélgica (1ª transferência, aborto; 2ª transferência, aborto). Nós nos dirigimos, então, para a França. Eu tenho 39 anos. Disseram-me claramente que eu era “velha”, que havia um prazo mínimo de dois anos para uma doação de ovócito, salvo se eu viesse com uma doadora. Nós não conhecíamos ninguém, então voltamos para a Bélgica (nova tentativa com os embriões congelados, que não deu em nada). Graças à *Pauline et Adrien* nós tivemos um contato na Grécia (transferência, aborto), depois uma consulta com um grande especialista (resultado: má fragmentação do esperma; única possibilidade: a dupla doação). Nós nos dirigimos de novo à Grécia. Fiquei grávida e tenho, hoje, dois maravilhosos gêmeos de cinco anos. (...) Além disso, a espera é inútil. Eu esperei durante sete anos, de 33 a 39 anos. Sem *Pauline e Adrien*, sem a contribuição dos especialistas, eu não teria filhos hoje em dia. O percurso na França toma muito tempo. Eu tive meus filhos com 41 anos ½. É o limite, para mim. E, no entanto, eu fui acompanhada por uma ginecologista formidável (...). **Ninguém pode imaginar nosso percurso** (CATHERINE B.).

Neste contexto, o corpo médico francês é muito dividido. É o que demonstra, por exemplo, o debate iniciado por Jean Cohen (2006) na revista especializada Ginecologia obstetrícia e fertilidade (*Gynécologie obstétrique et fertilité*), que trata do interesse de uma legislação internacional sobre estas práticas, que qualificam de “turismo procriador”.⁷ As opiniões são, de fato, bem variadas (BELAISCH-ALLART, 2007; MANDELBAUM, 2007; MERVIEL, 2007; NOIZET; POULY, 2007).

Esta ambivalência é inteiramente ressentida por mulheres e homens durante as consultas com os médicos; Catherine B., como outras, compara a situação com o período dos abortos clandestinos. Esta obrigação de tergiversar obriga ao recurso ao estrangeiro, como explica Philippe H..

Os médicos têm discursos diferentes na televisão e durante as consultas.

Na França, as doadoras são mal recebidas, enquanto as doações, o fato de dar é uma parte de si mesmo (...). **A medicina, na França, é reprimida.** Pela lei da bioética, elas não liberam seu potencial. No entanto, eles têm esse potencial. Eles têm medo de reprimendas. É como para aborto, em outros tempos, quando os médicos o praticavam na ilegalidade (CATHERINE B.).

Na França, era obrigatório fazer isso discretamente. A França nos obriga a ser fora da lei para satisfazer uma necessidade elementar, ter um filho, ser pais (...) **Então traficamos:** pequenos anúncios, inseminações artesanais ou relação sexual. Eu tinha um amigo homo que se casou somente para ter filhos (...) **Quanto à nós, fomos à Yale** para encontrar uma mãe de aluguel e Thierry nasceu em 2008 (PHILIPPE H.).

Os trâmites transnacionais são, pois, frequentemente facilitados pelos médicos ginecologistas. Fica evidente, com efeito, em entrevistas de sondagem, que os mesmos médicos que se recusam a executar práticas não regulamentadas na França dão endereços, indicam circuitos transnacionais que permitem contornar as proibições francesas. O apoio mais decisivo vem, todavia, de associações que acompanham os projetos de pais, organizam os contatos, até negociam “preços de grupo” com as clínicas.⁸

7 Não sou responsável por esta categorização de “turismo procriador” que não corresponde, a meu ver, à experiência de pessoas que recorreram a uma assistência médica no estrangeiro.

8 Pode-se citar, por exemplo, as Associações Pauline et Adrien, Maïa, Clara, APGL (Associação de Pais Gays e Lésbicos).

Os circuitos transnacionais de assistência à reprodução

Neste contexto, quais são os circuitos utilizados para contornar a legislação francesa? Quais representações da reprodução, quais prioridades estas escolhas colocam em evidência? Trago alguns elementos de resposta a partir de experiências narradas no que concerne às doações de gametas e a gestação para outrem (ROZEE, 2009).

O recurso das mulheres francesas a uma doação de esperma transnacional é opção de mulheres solteiras ou casais de mulheres lésbicas. A maioria escolhe, de maneira pragmática, a proximidade e o menor custo. É a Bélgica, país limítrofe, de fácil acesso, com profissionais da medicina que, frequentemente, falam o francês, que tem a preferência (85% a 90% de mulheres francesas de acordo com as estimativas das associações). A quase totalidade das outras mulheres se volta para a Espanha por razões de proximidade, mas também de urgência. Os preços são mais elevados, mas os prazos mais curtos, como conta Maeva C.

Eu formo um casal com uma mulher. Isso vai fazer quatro anos. O desejo de filhos, o questionamento em torno disso apareceu relativamente rápido (...) Nos demos conta de que a adoção poderia ser muito complicada. A atualidade nos mostrou que havia muitas recusas de aprovação (...). A adoção nos pareceu um impasse, uma coisa difícil para nós e também para a própria criança. Depois a gente concluiu que a IAD era a solução mais saudável porque as coisas são claras (...). Informamo-nos a respeito da APLG, Associação de Pais Gays e Lésbicos. E vimos que **a Espanha, com os elementos que tínhamos reunido, era a solução mais simples para nós: proximidade geográfica, prazos bastante reduzidos** para obter um encontro e em seguida uma inseminação (MAEVA C.).

No entanto, existe também uma outra escolha muito mais marginal, motivada pela possibilidade de a criança conhecer a identidade de seu genitor se ele o desejar na sua maioridade. Os destinos, nesse caso, são a Holanda e a Dinamarca. Às vezes, os circuitos combinam-se e completam-se, associando a proximidade geográfica de um país e as modalidades bioéticas do outro. Assim, por exemplo, a inseminação é praticada na Bélgica com esperma proveniente da província do Cyros, o principal banco de esperma da Dinamarca.

É também o custo que parece comandar as escolhas relativas aos circuitos transnacionais de doações de ovócitos. As mulheres francesas que deles

fazem uso têm, geralmente, entre 36 e 45 anos - os limites de idade são mais flexíveis em outros países. As mulheres escolhem prioritariamente a Grécia, em razão do menor custo, depois a Espanha. Surge uma nova escolha com os países ao leste: a República Tcheca e a Romênia propõem tarifas menos elevadas e centros especializados para mulheres estrangeiras.

Em compensação, a seleção de países por uma gestação por outrem faz menção a vários fatores. As pessoas que fazem essa escolha são, grossomodo, mulheres para as quais a infertilidade se situa em nível do útero, ou homens homossexuais. Os critérios são, antes de mais nada, bem concretos: o custo, o enquadramento legal e médico, as taxas de êxito. A triagem de destinações por ordem de preço seriam a Índia, o “low cost” das gestações para outrem, depois a Ucrânia e a Rússia e enfim os Estados Unidos e o Canadá. Há, paralelamente, a eventualidade do “mercado negro” na França. A segurança jurídica, as garantias oferecidas também pesam na decisão. A experiência de “falcatrúas”, como as que relata Pierre B., levam a preferir contextos aparentemente mais “confiáveis” como a Índia ou os EUA com agências que se encarregam das formalidades administrativas e legais e oferecem às vezes até “pacotes” com tudo incluído (visitas médicas, avião, hotel) para facilitar a estadia. A estes critérios adiciona-se uma consideração de ligações potenciais com a mãe portadora que força a escolha da proximidade geográfica.

Há sérios riscos legais (...) com uma criança GPA vinda do estrangeiro, há um problema de transcrição de estado civil. Quando você vai para o estrangeiro, aos EUA ou à Ucrânia, assim que a criança nasce você vai ao consulado da França registrá-la. Se o consulado suspeita que não é um nascimento de todo normal, podem causar-lhe aborrecimentos, processos judiciais. Existem histórias assim. Provavelmente, **é por isso que o mercado negro francês se desenvolveu (...). Aqui, nas ofertas, há muitos trapaceiros.** Meus amigos que fizeram, afinal, uma GPA na Índia, foram extorquidos por moças por duas vezes. Eles tinham começado por fazer a coisa no mercado negro, por querer fazer o negócio aqui. E por duas vezes eles foram enganados. Era: envie para mim dinheiro e veremos depois. Eles enviaram o dinheiro e não viram nada depois (PIERRE B.).

Assim, o esboço destes circuitos transnacionais coloca em evidência critérios pragmáticos de escolha - o custo, as taxas de êxito, a proximidade, a segurança jurídica, mas também outras considerações ligadas à forma da montagem reprodutiva, o anonimato e/ou as ligações com os parceiros da gestação. São estas modalidades que eu vou aprofundar no parágrafo que segue.

O trabalho normativo em curso

É a vulnerabilidade do quadro normativo social que fica evidente nas entrevistas junto a pioneiros(as) destes novos usos de técnicas reprodutivas. Se o pessoal médico francês é ambivalente, em revanche a acolhida destas situações fora da norma é respeitosa na França, calorosa em clínicas especializadas no estrangeiro como descobriram Clotilde M. e Sylvia A. As redes paralelas desenvolvem-se também na França, notadamente com o “mercado negro” ligado à gestação por outrem, de acordo com os levantamentos de Pierre B.

Como em toda clínica, existe a obrigação de começar por uma entrevista com um psicólogo. Esperávamos uma entrevista de aptidão ou de avaliação do casal. E não foi de maneira alguma o caso (...) **na clínica, os conselhos nos pareceram bastante respeitosos** (CLOTILDE M.).

Descobre-se a Dinamarca pela Internet (...) a recepção é muito humana, calorosa, acolhedora (...) a cama parece uma cama de princesa, uma cama com dossel, lençóis de verdade, almofadas. Durante a inseminação, o doutor explica todo o processo, diz e repete que eu estou verdadeiramente em plena ovulação e que há grandes chances que dê certo (...) **era quase mágico!** (SYLVIA A.).

Será que o mercado é importante na França? É difícil dizer... Por definição, não há estatísticas. Se acredito no que vejo nos sites sobre o assunto, os dois ou três sites que eu conheço, está assimilado, quer dizer, **há muita demanda, muita demanda, muitas ofertas para o GPA** (PIERRE B.).

Da mesma maneira que a técnica de fecundação *in vitro* tornava-se banal no final do século XX, eu observo hoje uma dinâmica de apropriação social destas novas configurações reprodutivas. Os testemunhos dos homens e mulheres que as experimentaram colocam em cena toda uma renovação normativa no seio do entorno social. Nota-se um trabalho de persuasão, explicações da parte dos pioneiros(as) - (Pierre B.; Maeva C.), um encaminhamento de pessoas próximas (Sylvia A.), uma adesão positiva, até mesmo entusiasta (Pierre B. ; Maeva C.; Clotilde M.), sendo que, segundo Sylvia A., “a chegada da criança tende a normalizar a situação”.

Pouquíssimas pessoas sabem. O que resta de minha família não sabe. Entre meus amigos, só alguns sabem. **Os que sabem são inteiramente entusiastas.**

Eles vivem praticamente dia-a-dia a evolução da situação (...) no dia em que minha mãe portadora estiver grávida, eu contarei, forçosamente (...) Eu acho que a maior parte compreenderá, aceitará, que não vai se zangar com isso, que não vai se afastar por isso. Senão compreenderem por que o faço, azar deles (PIERRE B.).

Os pais de minha amiga estão muito, muito contentes. Minha mãe, igualmente. **Meu pai** ainda não foi informado, ele é um pouco da velha guarda, um pouco tradicional, então **eu vou devagar** (...) os amigos estão todos sabendo, é claro, eles estão nos dando o maior apoio (MAEVA C.).

Quando se anuncia homopaternidade, quando isso só é ainda um projeto, **as pessoas próximas fazem uma série** de questionamentos, não sabem como reagir. No começo há uma certa reticência, depois, quando se conversa, um certo apoio. **Então, quando a criança chega, tudo fica normal** (SYLVIA A.).

Tudo vai muito muito bem. Nós tivemos muita sorte, pois não temos dificuldades com relação à nossa homossexualidade em nosso entorno de um ponto de vista social. Na família nos veem como um casal. Nosso entorno, principalmente heterossexual, que nos considera como um casal, não faz nenhuma diferença entre casal “tradicional” e o casal que formo com minha companheira (CLOTILDE M.).

Como se reconfigura, então, o trabalho reprodutivo? Eu distingo duas evoluções. Uma diz respeito à divisão do trabalho no seio dos casais de mesmo sexo. A outra concerne à colaboração efetiva entre várias pessoas no processo reprodutivo.

As reconfigurações sexuais do trabalho reprodutivo

Com o projeto de crianças de casais do mesmo sexo, a divisão sexual do trabalho reprodutivo se encontra abalada. As entrevistas põem à mostra novas atribuições do masculino e do feminino.⁹

9 Trata-se aqui de uma primeira série de entrevistas de indivíduos motivados e será preciso confirmar esta análise diversificando a amostragem. Eu destacaria notadamente esta afirmação com a leitura do folheto da Associação de Pais Gays e Lésbicos (APGL). As reivindicações referentes ao casal são geralmente ilustradas por fotos de casais de homens, enquanto as reivindicações no que respeita à paternidade são ilustradas por fotos de casais de mulheres.

No caso de casais de dois homens que recorreram a uma gestação por outrem, é o investimento dos dois no itinerário reprodutivo que me parece importante. Philippe H. conta a viagem deles aos EUA, a presença no final da gravidez, o acompanhamento da mãe portadora ao parto e depois. Aliás, afirma-se que o pai é aquele que cria a criança, de acordo com uma concepção largamente difundida da paternidade. A escolha do pai biológico, doador do esperma é, desse ponto de vista, vivida como algo fácil.

Primeiro encontro em janeiro. **Tudo estava claro, transparente** (...). Em setembro, nos encontramos com a mãe portadora e em dezembro, primeira implantação de dois embriões. Nosso filho nasceu em setembro. **Nós estávamos nos EUA duas semanas antes do parto e nós ficamos um mês após.** Desde o parto, o médico entregou a criança ao pai e ele passou a primeira noite no hospital com o bebê. A mãe portadora, Jenny, estava em um quarto à parte e, de tempos em tempos, ia ver se tudo estava bem. Nós nos surpreendemos que tudo tenha sido tão transparente (...). Para mim, **os laços genéticos têm pouca importância: é aquele que cria que é o pai.** A escolha de quem doaria seu esperma importava pouco. Foi feita essencialmente porque era importante, para a família de meu cônjuge, que ele tivesse um filho biológico. Além disso, de minha parte, eu tinha pequenos problemas de saúde (PHILIPPE H.).

O caso de casais de duas mulheres leva a mais rupturas com a imagem da maternidade ligada à gravidez. De acordo com a ordem de gênero, a mãe é aquela que porta a criança, aquela que dá a luz. Dois tipos de itinerários aparecem, então, no seio dos casais de lésbicas: um itinerário sucessivo, um itinerário diferenciado.

No primeiro itinerário, as duas mulheres assumem, em alternância, o papel na carga do trabalho reprodutivo material, corporal da gravidez. A escolha se faz em função da idade, da saúde, do desejo. Às vezes considera-se até a possibilidade de que as duas mulheres contribuam simultaneamente à procriação, uma como mãe genética - doando seus óvulos - a outra como mãe portadora. Os percursos de Anastasia K., Sylvia A. e suas companheiras ilustram esta configuração.

Era lógico começar por mim, pois eu sou a mais velha e eu tinha um importante desejo de filhos. Minha companheira na época ainda não estava pronta. Eu percorri um caminho e desisti. Eu não tinha nenhuma vontade de continuar. **Então minha companheira assumiu a tarefa** (ANASTASIA K.).

Minha companheira ficou deprimida após quatro inseminações. Depois descobriu-se que ela possuía uma doença (...) portanto, não quisemos correr riscos. **Não há nenhuma rivalidade, nenhuma competição entre nós (...)** Eu propus doar meus óvulos e que minha companheira carregasse a **criança** (...) assim eu poderia ser a mãe em nível médico e Brigitte em nível legal (SYLVIA A.).

O segundo itinerário se separa mais claramente dos atributos sexuais da paternidade. Torna, de fato, mais visível a afirmação de uma “maternidade social”, inabitual no sentido de ordem de gênero. Uma das duas mulheres assume a carga biológica de acordo com a representação social de mãe. É o caso, por exemplo, para Maeva C. Mas a parceira coloca em evidência uma outra forma de maternidade: deseja criar a criança sem por isso querer viver corporalmente a gravidez. Este descompasso com a ordem de gênero pode ser vivida “muito simplesmente”, “naturalmente” (Clotilde M.) ou de maneira “bizarra” (Sylvie T.).

As formas de colaboração reprodutiva

A outra evolução aparente trata das formas de colaboração com terceiros, sem contacto com o casal em todo o trabalho reprodutivo. A partir das entrevistas, duas configurações se apresentam, segundo o sentido atribuído à contribuição biológica de terceiros em relação ao casal, seja ele homo ou heterossexual.

Uma primeira concepção focaliza o casal de pais. A terceira pessoa é elemento secundário. É vivido enquanto assistência biológica momentânea, exterior ao projeto de filho. É esta maneira de viver e de dar sentido à experiência que encontro em dois casais de lésbicas (Sylvie T. e sua companheira, Lina G.; Clotilde M. e sua companheira, Brigitte L.) que optaram pelo anonimato do doador de gametas.

Nós queríamos uma doação anônima para que nunca uma terceira pessoa viesse se imiscuir em nosso casal e nosso filho. Queríamos uma família de verdade. É engraçado essa família um pouco triangular. Não há um homem, uma mulher, uma criança - mas em algum lugar talvez seja um pouco nossa educação, nossa cultura que faz esse triângulo, remodelado à nossa maneira, importante apesar de tudo. **Nós queríamos ser duas com nosso filho** (SYLVIE T.).

Fizemos a escolha de um doador anônimo. É uma escolha por eliminação. Não é forçosamente a escolha ideal, pois evidentemente sabemos de antemão que teremos que explicar ao nosso filho que ele não tem uma mãe e um pai, mas duas mães e um genitor anônimo (...) nós não queríamos um doador conhecido porque isso seria um problema de parentesco mais tarde, a possível reivindicação daquele homem (...) **nós queríamos um filho das duas** (CLOTILDE M.).

Um outro conceito integra a terceira pessoa na configuração em volta da criança. Trata-se de uma colaboração reprodutiva ilustrada pela preocupação da criança ter acesso ao doador (Sylvia A.), ou conheça sua mãe portadora (Pierre B.; Philippe H.).

Por que a Holanda? Porque nós escolhemos uma doação com acesso às origens e gratuita. Na época, era o único país em que o acesso às origens e o doador não eram remunerados. Nós refletimos com a ajuda de reportagens sobre os partos sob X, sobre a importância deste acesso. Nós vimos que todas as crianças nascidas sob X não querem forçosamente ter acesso às suas origens, mas para os que querem e os que não querem, pode ser uma verdadeira desvantagem (SYLVIA A.).

Eu fiz a escolha de uma mãe portadora na França. A ideia de recorrer a esta solução, além do aspecto financeiro, é que **é previsto em nosso acordo com minha parceira que manteremos contato**, que ela terá de tempos em tempos ter notícia de nosso filho. E, então, em X anos se a criança - porque eu acabarei por lhe dizer a verdade - (...) quiser conhecê-la, poderá fazê-lo (PIERRE B.).

Nós mantivemos contato com Jenny, a mãe portadora. É como uma mãe distante para Thierry (PHILIPPE H.).

Assim, a observação dos usos transnacionais a partir da França confirma a existência de um trabalho normativo que respeita o quadro reprodutor. O acesso às práticas fora das normas francesas, em países estrangeiros, como o encaminhamento do círculo em que vivem as pessoas envolvidas, o confirma.

Este trabalho trata da distribuição sexuada do investimento reprodutivo. As linhas divisórias entre paternidade biológica e social são ativas. Um dos elementos, talvez o mais novo, seria a afirmação de uma maternidade social.

Enfim, as modalidades de doação de gametas, dupla doação, gestação por outrem tornam visível uma colaboração reprodutiva que ultrapassa, ou até contradiz, o contexto do casal heteronômico. Quais são as consequências desse comportamento sobre a natureza das representações sociais?

O canal mundial do trabalho reprodutivo

O objetivo desta seção é deixar visível o conjunto de protagonistas das configurações transnacionais de reprodução. Na parte anterior, evoquei as mulheres e homens que fazem uso destas redes a partir da França. Eu gostaria, aqui, de deslocar o olhar para os outros protagonistas, frequentemente na sombra, parceiros decisivos destas novas colaborações reprodutivas. A compreensão destes processos implica novas pesquisas e eu vou esboçar aqui algumas pistas que concernem às mulheres a partir do conceito de “canal mundial do trabalho reprodutivo” que proponho, por analogia, junto com o conceito de “canal mundial de cuidados”. A comparação desses dois conceitos me permite precisar as especificidades desta nova noção.

O canal mundial do trabalho reprodutivo beneficia homens e mulheres, com mais frequência os de cor branca, de classe média ou privilegiada, com o potencial reprodutor de outras mulheres em situação desfavorável em um outro país, em troca de dinheiro e com base em um contrato. CA “migração” temporária, a viagem, se faz geralmente em sentido inverso. É o cliente que migra, como o assinala, aliás, Bruno Lautier para outras atividades *care* (LAUTIER, 2006, p. 45). A gestação por outrem acontece geralmente no país de origem da mãe portadora. São os pais sociais que migram, ao contrário das mulheres empregadas como domésticas que vêm se estabelecer em um país diferente daquele onde vive sua própria família.

Em consequência, fica possível à doadora dos ovócitos ou à mãe portadora utilizar uma parte de sua energia de produção doméstica à sua própria família. Não há efeito de distância que torne incompatível o cuidado cotidiano a seus próprios filhos com o emprego de doméstica a centenas ou milhares de quilômetros.

Esta forma do trabalho reprodutivo se integra bem em uma recomposição mundial da divisão sexual do trabalho, ou seja, “a ordem doméstica está em vias de ser submetida à ordem econômica” (LAUTIER, 2006, p. 64). O trabalho assalariado de centenas de milhões de mulheres na escala mundial engaja, com efeito, a entrada no mercado do trabalho, por sua vez, de outras mulheres carregadas do trabalho doméstico. O apelo a doadoras de ovócitos mais jovens por mulheres que primeiro desenvolveram sua carreira profissional ilustra este movimento na esfera do trabalho reprodutivo.

A questão torna-se então: este sistema reforça ou alivia a carga das formas de dominação? A resposta me parece delicada e paradoxal e vou trazer aqui vários pontos de vista divergentes.

Por um lado, assistimos a um reforço das desigualdades sociais entre mulheres. Algumas delas podem “pagar” ovócitos, enquanto outras são forçadas a vendê-los. Isso é particularmente verdade em países - como o Brasil - onde o acesso a programas de fecundação *in vitro* é pago (BARBOSA, 2003, p. 46).

Da mesma maneira, argumentos se levantam contra a “alienação biológica” (AGACINSKI, 2009, p. 129), a “mercantilização” do corpo humano que explode “em pedacinhos”. A maternidade se encontra, com efeito, dividida em maternidade genética, de gestação e de educação.

Por outro lado, usuários(as) de circuitos transnacionais contestam esta ideia de mercantilização, exploração. Assim, Nicolas S. cuidou para que a doadora de óvulos e a mãe portadora estivessem no mesmo nível que ele a fim de evitar, diz, toda noção de exploração. Ele se insurge contra esta qualificação e destaca, ao contrário, o orgulho das mães portadoras. Catherine B., igualmente, denuncia a hostilidade, na França, em relação às doadoras de ovócitos e valoriza a noção de doação.

Fala-se de exploração, mercantilização. Os estudos feitos não vão jamais neste sentido. Claro, há uma história de dinheiro e se fosse necessário suprimir alguma coisa, seria talvez as agências que, como empresas privadas, visam antes de tudo o lucro (...). **Há um certo orgulho nas mães portadoras nos EUA.** Nossa mãe portadora foi contactada pela mídia para contar sua experiência. Ela passou a imagem de fazer uma coisa do bem, de fazer uma boa ação. Os perfis feitos pelos parlamentares são falsos (NÍCOLAS S.).

Na França, as doadoras são mal vistas. A doação, no entanto, doar, é uma parte de si mesmo. Eu conheço o exemplo de uma amiga que tinha feito uma doação e que queria apenas saber se isso teria sido exitoso para

alguém. Ela foi despachada. É necessário mais humanidade nos hospitais franceses (CATHERINE B.).

Todavia, entrevistas sobre a opinião das mães portadoras não são, atualmente, muito numerosas. Os testemunhos, frutos das primeiríssimas entrevistas, reunidas por Françoise Laborie (1985, p. 1528-1539) mostravam mais uma forma de generosidade na doação, de realismo quanto ao pagamento e aceitação da colaboração na maternidade.

Isso não me faz falta e dá muito a eles. É o que nos dizemos, não nos faz falta... Minha decisão vem do fato de que eu imaginei esse casal. Então Pascal e eu nos colocamos no lugar deles: se fôssemos nós (...) eu sou a mãe no plano genético, não sou a mãe no plano afetivo (...). Portanto esta criança, se ela quiser me ver quando ela tiver idade de compreender, eu aceitarei de muito boa vontade. Eu direi a ela: “Eu te gerei, mas não sou tua mãe (...). Tua mãe é aquela que te pegou nos seus braços. Não fui eu que te dei mamadeira, não fui eu que te consolei: foi tua mãe” (Patrícia In: LABORIE, 1985, p. 1528-1538).

Conclusão

O esclarecimento sobre as combinações institucionais da Igreja, Estado e instituição médica ligadas ao uso ternário do corpo no contexto de uma sociedade global, caracterizada pelas sobreposições nacional/global mostra, claramente, a vulnerabilidade dos quadros sociais reprodutivos. Observa-se tensões internas relativas aos arranjos específicos de cada país, reforçadas pela coexistência de diferenças entre as diversas configurações nacionais que devem ser desenvolvidas nas futuras pesquisas.

A noção de “canal mundial do trabalho reprodutivo” considera, de maneira pertinente, as novas configurações que emergem nos usos transnacionais de técnicas reprodutivas. A ordem de gênero é parcialmente abalada por essas recomposições do trabalho reprodutivo. Entretanto, outros trabalhos me parecem necessários para ser possível apreciar os efeitos do “canal mundial do trabalho reprodutivo” sobre as relações sociais em termos de agravamento ou alívio da dominação. Por enquanto, diria que o transtorno maior com o pagamento destes atos reprodutores é torná-los de domínio público, dar visibilidade à sua dificuldade e seu valor como trabalho. Pois como comparar, em termos de dominação no trabalho, a situação de uma

mulher casada que interrompe sua atividade profissional, cessa suas relações sexuais com seu marido, se consagra à reprodução assistida que lhe ocasiona um cisto em cada ovário (Delphine B.), com uma mãe portadora (Patricia) que põe seu corpo a serviço da gestação, em troca de um benefício financeiro, de uma criança que ela não educará?

Referências

AGACINSKI, Sylviane. *We are not sublime: love and sacrifice*. Abraham and ourselves. 2009, p. 129.

BELAISCH-ALLART, Joëlle. Bilan D'une Infertilité en 200. *Service de Gynécologie Obstétrique et médecine de la Reproduction*. Centre Hospitalier des 4 Villes, Site de SEVRES 141 grande Rue , 92318 Sèvres Cedex.

BELAISCH-ALLART Joëlle. Quels sont l'apport diagnostique démontré et les effets négatifs éventuels des méthodes d'exploration, les facteurs féminins: l'ovulation. *Contracept Feril Sex*. 1992, p.191-197.

COHEN, Jean. Late paternities. *Gynécologie obstétrique et fertilité*. v.14. 2007, p.791-792.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre o respeito à vida humana nascente e a dignidade da procriação - Donum vitae*. Disponível em: vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19870222_respect-for-human-life_sp.html>.

DELAISI DE PARSEVAL, Geneviève. La gestation pour autrui, une nouvelle façon de faire famille. In: FRYDMAN, René; FLIS-TRÈVES, Muriel. *Familles bousculées, inventées, magnifies*. Paris: Odile Jacob, 2008.

DELAISI DE PARSEVAL, Geneviève. *Famille à tout prix*. Paris: Seuil, 2008.

EHRENREICH, Barbara.; HOCHSCHILD, Arlie Russell. (ed). *Global Woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy*. Metropolitan Books, Holt & Co, 2002.

FRYDMAN, René. *Dieu, la médecine et l'embryon*. Paris: Odile Jacob, 1997.

HERVIEU-LÈGER, Danièle. *Le pèlerin et le converti: La religion en mouvement*. Paris: Flammarion, 1999.

HUMANAE VITAE. Carta Encíclica. Papa Paulo VI. Roma, 1968.

LABORIE, Françoise; AKRICH, Madeleine. De la contraception à l'enfantement. L'offre technologique en question. *Cahiers du Genre*. n. 25. Paris: Editions L'Harmattan, 1999.

LAUTIER, Bruno. Mundialização, trabalho e gênero: uma dialética que se esgota. *INTERFACEHS - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*. v. 4, n. 2, Seção InterfacEHS 2, maio-ago, 2009. Disponível em: www.interfacehs.sp.senac.br.

MEHL, Dominique. Bioéthique. Revue de presse. In: FRYDMAN, René.; FLISTRÉVES, Muriel.; KOEPPÉL, Béatrice. *Les procreations médicalement assistées: vingt ans après*. Paris: Editions Odile Jacob, 1998, p. 151-174.

MEMMI, Dominique. L'engagement politique. In: GRAWITZ, M. e LECA, J. (eds.). *Traité de science politique*. v. 3. Paris: PUF, 1985 p. 310-342.

TABET, Paola. Fertilité naturelle, reproduction forcée. In: CLAUDE-MATHIEU, Nicole. (org). *L'arraisonnement des femmes. Essais en anthropologie des sexes*. *Cahiers de l'Homme*. Série XXIV. EHESS, 1985, p. 127-131.

TECNOLOGIAS REPRODUTIVAS CONCEPTIVAS: IMPERATIVO DA MATERNIDADE? OU OUTRO LUGAR DE FALA?

Marlene Tamanini

Introdução

Este texto se produz a partir do contexto da reprodução assistida e analisa aspectos da maternidade em um campo de procedimentos e de conhecimentos que são bastante utilitários no que tange ao fazer embriões, óvulos, espermatozóides e materiais para biotecnologias e desde onde, seguidamente, se utilizam conceitos sobre o fazer a vida que são polissêmicos, ainda quando pareça que se está falando de um benéfico mútuo entre mulheres, casais especialistas e clínicas.

A maternidade nunca foi um tema menor do ponto de vista de quanto se podia controlar, medicalizar, intervir ou utilizá-la para fins políticos, demográficos, sanitários, higienistas e morais. No caso da reprodução assistida também há uma vinculação que não é tão recente e esteve inserida em uma vontade de intervencionismo como atitude cultural humana, constituída em força material e política, desde longa data, o que hoje atinge a possibilidade da transformação material dos corpos e dos ciclos naturais.

Segundo atestam Bateman (1999) e Rodhen (2001), desde o século XVIII já havia uma intervenção instrumental na infecundidade, que foi pensada e elaborada de maneira artesanal como caminho experimental em biologia. Foi desse modo que o cientista italiano Lazzaro Spallanzani concebeu a ideia de tentar a fecundação por meio de instrumentos para responder às questões que os cientistas à época se colocavam sobre a reprodução animal no

contexto da polêmica que contrapunha ovistas a animaculistas. Contudo, essas primeiras inseminações animais não permitiram a Spallanzani, que era um ovista preformacionista, resolver essa questão, embora ele tenha concluído que um contato entre ovo e esperma era necessário e poderia ser suficiente para a fecundação, contrariando ideias largamente difundidas no século XVII e que vinham das teorias de Galeno, de que o essencial à fecundidade era o orgasmo da mulher (RAGO, 2000). Spallanzani descobriu, por suas experiências, que a relação sexual não era necessária à fecundação, questão que reaparece com as novas tecnologias reprodutivas. Nesse contexto, não somente se prescinde do ato sexual, mas também do prazer do ato sexual e mesmo de dois corpos, podendo-se trabalhar somente a partir de duas células, um gameta masculino, outro feminino - e distantes do corpo que os gerou. Essas polêmicas ocorreram durante os séculos XVII e XVIII, quando se desenvolveram os estudos sobre os ovários, descobertos por De Graaf em 1672. Desde então se pode imaginar que a mulher “poria ovos assim como as galinhas”, diz Rodhen, o que gerava grandes polêmicas morais ao mesmo tempo em que se transferia à mulher quase toda a honra e responsabilidade na geração. Tal teoria foi condenada e “em 1677 o holandês Louis de Ham observa ao microscópio ‘pequenos animais’ presentes no líquido espermático que são descritos por Antony Van Leeuwenhoek como a alma animal do embrião” (RODHEN, 2001, p. 45).

Essas descobertas trouxeram muita fascinação e interesse recolocando o espermatozóide em um espaço preponderante sobre o ovo, que só voltou em cena por Spallanzani no final do século XVIII, quando então também se reconheceu a função pró-criativa do espermatozóide, embora ainda não houvesse uma solução precisa para o problema da geração. De outro lado, esses aspectos também produziam um contexto gerador das demandas e preocupações com a infertilidade que visavam normatizar a sexualidade, a reprodução e a maternidade. Essas descobertas, bem como as experiências com as primeiras inseminações artificiais e as primeiras procriações com o dom de esperma que já haviam sido realizadas até o final do século XIX, foram relegadas à marginalidade após sucessivas condenações por diferentes instituições, especialmente por parte da Igreja Católica, quando a primeira fecundação *in vitro* volta a ser utilizada, em 1948, com os trabalhos de Menken e Rock (BARBARINO-MONNIER, 2000). No contexto da II Guerra Mundial, de acordo com Jouannet (2001) e, sobretudo, no final do século XX, as intervenções médicas na procriação humana ganharam impulso maior. Esse movimento se apoiou sobre três acontecimentos: 1) a entrada em cena de procedimentos biológicos

capazes de reproduzir e regar em laboratório os processos de fecundação e desenvolvimento do embrião dos mamíferos antes da sua implantação no útero; 2) a medicalização da procriação, que marca o início de uma demanda de contracepção eficaz, inscrita nos movimentos de emancipação das mulheres e 3) a vontade de certo número de médicos de não mais ignorar os problemas de esterilidade e de retirar as técnicas existentes de sua clandestinidade; além disso, a demanda social ligada à oferta médica.

Claro que se conectam neste caminho os interesses da indústria farmacêutica, produtora desses medicamentos para o mercado da reprodução assistida - em franca expansão no pós-guerra e com o desenvolvimento do ultrassom, introduzido no processo de fertilização *in vitro* no Brasil somente em 1980, o que permitiu a aspiração de óvulos da mulher por via vaginal, substituindo a coleta abdominal por cirurgia laparoscópica sem necessidade de hospitalização e contribuindo, assim, para a difusão e maior segurança dessas práticas, conforme desenvolvi em outro texto (TAMANINI, 2009). Segundo Barbarino-Monnier (2000), durante a década de 1980 a reprodução assistida cresceu imensamente na Europa do Oeste, na América do Norte, na Oceania, na Austrália e na Nova Zelândia, sobretudo. No Canadá os primeiros bebês produzidos pela fertilização *in vitro* foram os gêmeos nascidos no ano de 1983 em Vancouver. Em 1983, na Austrália, ocorreu a primeira FIV com óvulo de doadora e no ano seguinte um nascimento por meio de embrião congelado. Em 1985 ocorreu o primeiro nascimento de um menino com sexo pré-determinado nos EUA. Em Quebec, desde 1979 uma equipe especializada do Centro Hospitalar da Universidade Laval (CHUL) já tinha começado esse tipo de experiência e obteve o primeiro bebê em 1985. Eles já haviam experimentado a fertilização *in vitro* com transferência de embrião antes da metade dos anos 70 em diversas espécies animais. Essa foi a segunda equipe do mundo a obter um bezerro por fecundação *in vitro*.

No entanto, as questões que atingiram mais de perto os dilemas do fazer a vida, dos nascimentos, da gestação, da ausência de gametas, da ausência de pai, dos medos da clonagem vieram junto ao nascimento da ovelha Dolly - em fevereiro de 1997 - no contexto do crescimento da biologia molecular e das biotecnologias, que também abriam outra visão sobre o modo como a natureza e a cultura estavam se conectando, já que a natureza podia não somente ser interpretada e significada, mas também fabricada. Esse fato também suscitou possibilidades e mitos sobre a concepção assexuada, situação que poderia ser levada também para o útero artificial, conforme desenvolvida por Atlan (2005), médico e biólogo inserido no complexo universo da análise crítica das técnicas.

Desde esses processos seguiu-se introduzindo a maternidade, a paternidade, a filiação em um importante potencial interventivo que vem dos centros de reprodução humana com uma gama de novas especialidades e vinculada às biotecnologias, sobretudo, à medicina regenerativa e ao mercado global de materiais reprodutivos. Igualmente, foi inserida em um processo de sedução realizado pela posição da clínica, no contexto local ou dos países, ao mesmo tempo em desafios e riscos de difícil controle, englobando o território da subjetivação dos desejos que se amplia ao mesmo tempo em que não cessa de ser construído com diferentes conteúdos frente às possibilidades da biotecnologia como prática bio-política e bio-econômica.

Deste modo, neste texto, como é próprio dos estudos de gênero, faço um esforço para decodificar e compreender as relações complexas entre as diversas especialidades e os conteúdos que podem ser pensados como vinculados à maternidade. Reporto-me, por isso, a aspectos que foram sendo percebidos em situações de pesquisas com temporalidades diferentes, mas conectados com as mesmas preocupações de analisar as dinâmicas do campo no que se refere às mudanças e à compreensão de que valores se recolocam ou se ressignificam como esses conteúdos valorativos são capazes de produzir novas intervenções, de socializar práticas reprodutivas, de construir novos mercados e novas inserções profissionais para novas especialidades, e de que modo trouxeram importantes deslocamentos para as preocupações clínicas e laboratoriais.

Devo ainda dizer que parte as ideias que aqui se produzem são processos em construção, vinculados à tentativa de refletir de modo mais englobador os diferentes espaços de intervenção sobre a procriação humana, seus valores e seus conteúdos. São ideias construídas desde o trabalho de coleta de material para identificar as especialidades e os conteúdos de publicações encontradas nos sites das clínicas brasileiras e da América Latina¹. Outros aspectos são reflexões que estão sendo produzidas em situação de *pos doc* durante o ano de 2010, em Barcelona, na condição de bolsista Capes a quem agradeço pela viabilização de novas pesquisas com especialistas das clínicas de reprodução assistida e que trabalham nos laboratórios de sêmen, de óvulos, de fertilização *in*

1 Trabalho de coleta nos sites das clínicas Latino-americanas filiadas à Rede Latino-americana de Reprodução Assistida que se iniciou ainda em 2007, com o projeto de pesquisa intitulado: *Tecnologias conceptivas: a natureza e os corpos para gênero e ciência* e que contou com dois bolsistas de iniciação científica, alunos de graduação em Ciências Sociais. Diógenes Parzianello defendendo sua monografia sobre o tema barriga de substituição em 2008 e que esteve em continuidade em 2008, 2009 e 2010 com a participação da aluna Anna Carolina Horstmann Amorim que também analisou em seu trabalho monográfico as imagens utilizadas nos sites em busca dos conteúdos e dos valores.

vitro e de medicina regenerativa, bem como do contato e das entrevistas com pesquisadores das ciências humanas.

Este texto se estrutura a partir de alguns elementos referidos às práticas bio-políticas e bio-econômicas vinculadas aos corpos que maternam por meio da circulação de materiais reprodutivos nos modos como neles se intervêm, e a partir de aspectos que se vinculam ao corpo de especialistas e de instituições clínicas ou de outras que cuidam para que mulheres maternem no contexto da reprodução assistida em laboratório. Desde estes dois lugares de discursos e práticas de um mesmo contexto, pode-se observar quem são os que pretendem maternar hoje, como maternam, o que maternam.

Práticas bio-políticas e bio-econômicas de como circulam materiais reprodutivos e maternidades

Quando falamos em práticas bio-políticas e bio-econômicas dos corpos que maternam estamos nos referindo ao que Waldby e Cooper (2010) mostram sobre como as mulheres se constituem hoje em doadoras de tecidos primários para a produção de células-tronco destinadas às indústrias - sobretudo as que necessitam de grande volume de embriões humanos, de óvulos, de tecido fetal (materiais desprezados de processos de fertilização *in vitro*, por exemplo) e de sangue do cordão umbilical.

Esses materiais que integram hoje uma importante rede de trabalho feminino - segundo as autoras, e que são fornecidos gratuitamente nas democracias industriais avançadas, constituem-se em excedentes cujas competências são geradoras de outros produtos e que são extraídos de corpos de mulheres pobres em operações francamente transnacionais para apoiar pesquisas bio-econômicas, embora o valor econômico envolvido nessas relações seja desconhecido, conforme analisa Waldby (2008). Desse modo, mulheres pobres estariam implementando uma importante rede de atuação de rentáveis negociações a partir do seu trabalho corporal, caracterizado por atividades bio-econômicas que são advindas dos mesmos processos da maternidade ou do chamado ciclo reprodutivo das mulheres - segundo entendo. Essas atividades, certamente, e de acordo com as autoras, seriam hoje formas complexas e ainda desconhecidas de identificação e valorização de atividades econômicas femininas e se constituem em tarefas fundamentais na ampliação do conceito de trabalho e que teóricas feministas como Barrett (1980), Delphy (1984) e Tronto (1997) já se impuseram desde os anos 60, embora para outros contextos. Além disso, essas mulheres permitem à

medicina reprodutiva encontrar os óvulos e embriões de que necessita, incluso o sêmen que, porém, não está inserido na mesma lógica.

Nesta forma de pensar e argumentar a medicina reprodutiva vem encontrando seu sentido prático e valorativo, vem formando novas redes de circulação de materialidades reprodutivas, como é o caso das doadoras de óvulos - que podem estar inseridas em situações diversas. Desde aquelas em que as legislações dos países regram práticas baseadas no anonimato e previsão de compensação econômica, tratando-se, por exemplo, do estudo de Bestard e Orobí (2009) em etnografia realizada junto a uma clínica de Barcelona, em que as representações se fundam na ideia do dom de algo que não se precisa, um óvulo, bem como que se trata de um trabalho reprodutivo pelo qual são compensadas. E isto significa que é uma maneira de cobrir gastos com locomoção, com os incômodos produzidos pelos tratamentos hormonais, pela pressão psicológica para que produzam óvulos e pela extração cirúrgica dos mesmos. Até em países como a Noruega, que proíbe a reimplantação de um óvulo fertilizado em uma mulher que não seja ela mesma a que forneceu o óvulo, o dom de óvulos está proibido. Conforme estudo de Melhuus (2009), o adágio de que a mãe é sempre certa foi mantido na legislação de 2007, enquanto que de modo curioso, a paternidade assumida como incerta também possibilitou a doação não anônima de sêmen e assume que, ao completar 18 anos, a pessoa possa vir a conhecer suas origens biológicas como um direito considerado, indispensável à construção de sua identidade de indivíduo ao mesmo tempo em que há impossibilidade completa de uma mulher dar a luz a uma criança e torná-la isenta de mãe biológica, como ocorre no parto anônimo francês. A autora mostra que a proibição do dom de óvulos e a abolição do anonimato para o dom de espermatozoide caminham em direção à certeza biológica, aspectos da maternidade e da paternidade sobre os quais não vamos nos deter aqui, mas que são importantes discussões no campo das filiações, na adoção internacional e igualmente para as maternidades e paternidades lésbicas, gays, transexuais e transgêneros.

O foco que elegemos sobre como circulam materiais e maternidades nos leva ainda à outra parte, para o que encontramos nos materiais das clínicas de reprodução assistida da América Latina a respeito de óvulos e embriões como resultado da relação entre gametas.

O embrião ocupa o primeiro lugar no conteúdo das publicações dos especialistas para a América Latina - 21,5%, estando o Brasil em terceiro lugar com 15,02%, uma vez que os estudos sobre sêmen ocupam o primeiro lugar com 34% dos conteúdos nas publicações. Os principais conteúdos dizem respeito: a) à avaliação da eficácia do uso de laser no preparo da crio-preservação

por congelamentos e recongelamentos - recentemente em alguns centros por verificação. São estudos sobre metodologias de *hatching* para adelgaçar e afinar a zona pelúcida do embrião, facilitando sua implantação; b) estabelecimento de comparações entre a crio-preservação de embriões humanos obtidos depois da injeção intracitoplasmática de espermatozóide (ICSI) com lento refrigeramento e procedimentos rápidos de refrigeramento; c) avaliação da morfologia pró-nuclear com subsequente avaliação da morfologia do embrião em relação com o aumento de taxas de implantação e diagnóstico genético pré-implantacional; d) seleção de embriões por parâmetros de clivagens entre 25 e 27 horas depois da ICSI, transferências em 48, 72 horas e fase de blastocisto; e) estudos comparando culturas de embriões com produtos mercadológicos diferentes e comparando as vantagens de múltiplos congelamentos de embrião em programas de transferência; f) estudo dos processos sobre a dinâmica do próprio embrião com o objetivo de comparar a implantação de embriões em ICSI usando espermatozoides originários do marido, ou do doador, ou de diferentes tipos de coletas: a fresco ou crio preservados, se de sêmen fresco, ou de maturação de gametas retirados de tecido gonadal no epidídimo; g) determinação da importância do lugar da transferência do embrião, se na parte superior ou média baixa da cavidade endometrial e sua relação com a taxa de implantação e de gravidez.

Analisa-se também se os lugares de implantação do embrião pós-transferência têm relação com as altas taxas de implantação em ICSI com transferência de embrião no 5º dia e baixas taxas de gravidez em meios de cultura prolongada; avalia-se qual é a taxa de embriões XX e XY provenientes de ciclos de ICSI e avalia-se o ritmo de clivagem e desenvolvimento dos mesmos.

Outros temas menos presentes e que aparecem como subtemas dizem respeito a) ao controle da poluição do ar em reprodução assistida em laboratório e áreas adjacentes e sua influência sobre o desenvolvimento e formação dos embriões; b) à frequência das taxas de abortos; c) à avaliação sobre a incidência de mal formação congênita em crianças concebidas por ICSI. Não menos relevante é o tema sobre o que fazer com os embriões excedentes e as baixas escolhas dos casais depois da reprodução assistida associado à doação de embriões para pesquisa, doação de gametas e embriões *in vitro*, a cessão temporária de útero, aspectos que por questões morais de ética e direito estão fora do comércio e seguem a legislação, não existente porém, em muitos países. Estudos mais recentes, como são os de 2006 e 2007, referem-se a embriões com ausência de espermatozoides gerados por ativação química, mal formação congênita e enfermidades genéticas, infecção pelo vírus HIV e impacto na qualidade do embrião, ou das anormalidades cromossômicas com aumento de anomalias em processos

conforme o tempo de sua utilização em ICSI, além da referência a blastócitos triplo nucleados corrigidos através de cirurgia e de diagnóstico pré-implantacional e genético. Fala-se de multinucleação do embrião, produção de embrião em um *chip* que funciona como um miniútero² e embriões híbridos a partir da integração entre DNA humano em óvulos de animais para buscar a cura de doenças. A utilização de técnica de fluorescência para diagnósticos preventivos à transmissão de doenças ligadas ao sexo e em caso de paciente com aborto recorrente. Já os estudos anteriores se voltam para questões como as referidas à adesão embrionária e ao uso de hormônios, ao endométrio em interação com a implantação

-
- 2 Num procedimento que lembra as linhas de montagem para fabricar bebês, descritas no livro “Admirável Mundo Novo”, de Aldous Huxley, cientistas dos Estados Unidos estão desenvolvendo um chip capaz de executar automaticamente todos os passos da fertilização *in vitro*, da fecundação dos óvulos até a preparação dos embriões para implantação. Finalmente, esses aparelhos podem até analisar e testar embriões para detectar defeitos genéticos. Até o momento, os pesquisadores David Beebe e Mathew Wheeler construíram protótipos que efetuam os principais passos da fertilização artificial, embora não sejam todos feitos pelo mesmo chip. Mais ainda, embriões de camundongos se desenvolveram melhor nos aparelhos do que com os métodos tradicionais. Os pesquisadores dizem esperar que a tecnologia seja usada a princípio na produção de gado, mas pretendem usá-la, um dia, com embriões humanos. O trabalho seria o primeiro passo rumo a um futuro em que a fertilização artificial será a regra, segundo George Seidel, fisiologista reprodutivo da Universidade Estadual do Colorado em Fort Collins (EUA): “Daqui a cinquenta ou cem anos, os procedimentos *in vitro* para partes ou mesmo toda a gravidez serão mais seguros que lidar com as diversas mudanças que acontecem no corpo - como vírus transmitidos pela mãe, toxinas e assim por diante”, afirma o pesquisador. Na fertilização *in vitro* convencional, espermatozoides e óvulos são colocados numa placa de petri. Nela, os óvulos fecundados crescem até ficar no ponto para implantação. Como os embriões requerem diferentes meios de cultura em diferentes estágios, os embriologistas os transferem de uma placa a outra usando uma pipeta. “É como ser sugado do oceano Atlântico e soprado no Pacífico”, diz Beebe, engenheiro biomédico da Universidade de Wisconsin, em Madison (EUA). Melhor que na barriga. Por isso, Beebe e Wheeler, embriologista da Universidade de Illinois em Urbana-Champaign, criaram um aparelho que imita as condições do trato reprodutivo feminino. O aparelho, feito de um elastômero (substância elástica) transparente, lembra um pequeno tubo de ensaio e contém uma rede de canaletas, cada uma com 0,2 milímetros de comprimento e largura. Os cientistas conectam os canais a bulbos de seringa programáveis que podem mover os embriões pelo aparelho e adicionar ou remover fluidos. Para testar o aparelho, a equipe cultivou embriões de camundongos para ver como eles atingiriam a fase de blastocisto - hora da implantação. “Em 48 horas, na placa de petri tradicional, nenhum deles passou para o estágio de blastocisto. Nas canaletas, cerca de 75% passaram”, diz Beebe. “Os embriões foram transplantados para hospedeiros e animais saudáveis nasceram. Então, não parece haver nenhum efeito prejudicial”, afirma. Os pesquisadores também usaram o aparelho para retirar a “zona pelúcida” que recobre os embriões nos estágios iniciais. Na fertilização *in vitro* humana essa “incubação assistida” pode ser usada para estimular a implantação. Tradicionalmente, o embrião é colocado num meio ácido, sendo logo removido quando o embriologista vê a zona se quebrar. Tãmanha espera, porém, pode danificar os embriões. Lavando os embriões de camundongo “estacionados” numa canaleta do chip com ácido, a equipe viu que, até depois de uma breve exposição, a zona se quebrava com a remoção do ácido. “Os embriões têm sido deixados no ácido por tempo demais”, diz Beebe. Num segundo experimento, a equipe maturou óvulos de camundongo nas canaletas e os fecundou respingando sobre eles alguns espermatozoides. No futuro, eles devem juntar todos os passos num só trato reprodutivo artificial. Disponível em: <http://eumat.vilabol.uol.com.br/concepcao.htm>. Acesso em: 12 ago 2010.

de embriões, embriões doados com consentimento, crio-preservação, detecção precoce de embrião aneuplóide em casos de aborto espontâneo, correlação entre morfologia do embrião e qualidade do esperma, barreiras para implante do embrião, comparação entre implantação e dia da cultura do embrião, transferência de blastócitos e doação de óvulos.

Essas práticas inserem-se ainda no mesmo rol do que se faz com embriões na problemática da sexagem que, embora ilegal em muitos países, foi apresentada muitas vezes nos discursos midiáticos, aparece no interior das práticas sobre embriões e no Brasil representa 2% dos temas encontrados em 192 resumos.

O tema do uso e da investigação sobre óvulos também é importante e ocupa o 4º lugar para o Brasil e América Latina com 9,84% e 11,8%. Aparece somente em resumos de artigos apresentados em congressos. Seus conteúdos falam de falência ovariana precoce associada à deleção do cromossomo e à tensão que se coloca para a FIV quando há óvulos excedentes. Apresenta-se resultados de programas de congelamento com uso de diferentes meios de cultivo. Discutem-se questões ligadas a programas de óvulos congelados e de doação dos mesmos. Analisa-se a idade oocitária e a qualidade espermática em relação à sua influência sobre as taxas de sucesso. Afirma-se que, embora o número de folículos seja baixo, eles podem prover boa qualidade de oócitos e embriões. Em contrapartida, apresentam-se estudos para demonstração de que o índice de sucesso de FIV em mulheres acima de 44 anos é limitado ao grupo de mulheres de 45 anos com reserva ovariana normal e com resposta de pelo menos cinco óvulos durante a hiperestimulação ovariana. Compara-se a ICSI e a FIV convencional em caso de um único óvulo e esperma fértil disponível. Discute-se a rara associação do lugar da implantação ovariana para pacientes com gravidez heterotópica e com gravidez ectópica primária depois da ICSI. Fazem-se estudos sobre a fertilização de oócitos reconstruídos por núcleos de células de doadores. Há ainda uma série de temas como tabagismo, consumo de álcool e café versus envelhecimento ovariano; avaliação da resposta inflamatória no soro e líquido folicular em pacientes com anovulação crônica submetidas à hiperestimulação ovariana controlada se comparada a pacientes ovulatórias e com ciclos regulares, submetidas à ICSI.

Esses temas estão imbricados em muitas questões éticas que só aparecem superficialmente no caso de óvulos congelados, doação oocitária, idade oocitária, produção de gametas *in vitro*.

Nas práticas clínicas a doação de óvulos é uma forma de viabilizar a maternidade que, sem uma rede que dê suporte fornecendo gametas aos casais,

sobretudo, às clínicas, não teria como fazer e atender as demandas de mulheres sem óvulos ou com baixa ovulação. Mulheres que por razões de idade já não têm uma taxa de sucesso elevada com a utilização dos seus próprios. Esta dinâmica da idade faz com que, em busca de sucesso, as clínicas já não estejam incentivando essas mulheres a seguirem os tratamentos com seus próprios óvulos, mas as encaminhem em direção à ovo-doação.

Segundo o relatório da Rede Latino América de reprodução Assistida (REDLARA), as transferências de embriões em mulheres com mais de 35 anos e que vinham se mantendo em alta desde 2002 - representando 50%, em 2007 chegaram a 56%, o que dá uma noção de que tipo de dinâmica etária está se estabelecendo para a maternidade quando em reprodução assistida e, igualmente, uma explicação importante para o aumento dos processos com ovo-doação - 64% das aspirações corresponderam a ciclos com donantes exclusivas em 2007. Considere-se que nesses processos ocorrem também maiores índices do número de abortos, sobretudo em mulheres com mais de 40 anos, porque as mulheres passam por mais números de ciclos de transferência e porque a tendência é a de transferir mais do que dois embriões nessa faixa etária. Além do fato apontado pelo relatório, de que ocorre maior número de abortos espontâneos nos casos de transferências com embriões crio-preservados, como também há uma correlação direta entre baixa taxa de gravidez e mais idade, utilizando-se embriões frescos. Os embriões descongelados parecem nidar melhor, porém se aborta mais, isto somado à multigestação e aos bebês prematuros - a necessidade em muitos casos de doador de sêmen pode trazer significativos problemas de ordem clínica, emocional e social para uma mulher que quer ser mãe depois dos 40 anos. É por essas razões que o discurso médico em reprodução assistida é tão insistente em relação a quando uma mulher deve fazer sua escolha reprodutiva.

Com a ovo-doação é claro que são evitados excessos de estimulação, transferências extremas de embriões, sobretudo em mulheres com mais de 40 anos, sendo que se reduz taxas de multigestação extremas com nascimentos de muitos bebês prematuros, mas também se cria um mercado. Um novo mercado que permite que os ciclos de reprodução assistida impossíveis de serem mantidos em outras condições possam ser mantidos frente à utilização de óvulos de mulheres mais jovens, com melhores capacidades reprodutivas e condições de anonimato. Essas mulheres entram nesta rede prestando um chamado 'serviço' aos casais, ou a mulheres e homens em situações diversas, ou fornecendo diretamente materiais reprodutivos às clínicas, os quais são vendidos em alguns

países; em todos os casos, a relação que as doadoras estabelecem com este ato parece não estar inserida em representações sobre o seu próprio maternar e sim sobre o de outras. Estes aspectos se conjugam à subrogação de úteros ou à barriga de substituição, quando a legislação permite e segundo necessidades específicas e de diferentes atores.

São processos dinâmicos sobre os quais puderam ser expandidas as possibilidades de maternidade que no campo da reprodução assistida por vezes beiram quase à patologia. Tanto frente à forte insistência, o relato de dor, o inconformismo e a depressão vividos pelas mulheres que fazem do caminho da busca pelo filho o seu único e absorvente objetivo de vida ao buscá-lo de qualquer modo, inclusive fora da relação de matrimônio, quando seu companheiro não aceita uma doação de sêmen, como está bem demonstrado pelo estudo de Fito (2008) para a Catalunha, como pelo modo como nos argumentos dos especialistas e nos caminhos do mercado se resignificam valores operativos das práticas nos discursos biomédicos, nas bio-informações e a partir das ofertas de novos protocolos e tecnologias que se ampliam cada vez mais, que se vão para o conhecimento do interior das células.

Estas tecnologias e esses usos, considerados simples - não faz muito tempo - e vinculados às necessidades produzidas pela inseminação artificial, fertilização *in vitro*, injeção intracitoplasmática de espermatozóide sofreram desde os anos 90 aperfeiçoamentos e grande incremento tecnológico nos últimos 15 anos. Sobretudo nos últimos 5 anos com os novos microscópios, os diagnósticos mais capacitados e os processos de conservação de materiais reprodutivos, porém, ainda mantêm-se desafios importantes, mostrados antes pela crítica feminista e que apontavam para os riscos dos usos dessas tecnologias para mulheres e bebês.

Segundo consta no Relatório Latino-americano de reprodução assistida de 2007, se pode perceber que, embora em declínio, em torno de 6.9% menos, tem-se multigestação e especialmente a multigestação extrema que, em sua grande frequência, se deve à transferência de uma quantidade excessiva de embriões, independente da idade da mulher e do tipo de embrião transferido, que resulta em mais multigestação, especialmente extrema, quando a transferência é de mais de 3 embriões, além do maior número de bebês prematuros, o que se acentua em mulheres com mais de 40 anos.

É também um fato, todavia, que as clínicas separam-se das relações vinculadas a decisões personalizadas tomadas a partir da experiência de cada profissional e frente à especificidade de cada quadro 'traído' pela mulher.

Hoje elas seguem em muitas partes do mundo protocolos *standartizados* por laboratórios em complexas cadeias industriais voltadas aos hormônios, por exemplo, e que formam uma rede econômica enorme, com distintas marcas e distintas indicações porque também fornecem quase tudo o que uma clínica necessita para preservar gametas e embriões ou meios de cultivo com controle de qualidade e adaptados aos materiais humanos e a cada tipo de processo. São opções distintas e contratos de compra e venda regrada por *staff* administrativo dos laboratórios e das clínicas, com protocolos e cláusulas específicas para cada clínica e para cada situação vivida. Isso ocorre, sobretudo, nas clínicas de grande porte e que têm alta demanda de todo tipo de necessidade, desde as que são vinculadas à busca por gravidez, aos diagnósticos genéticos e ou à preservação de gametas para os processos de fertilização *in vitro* posteriores a uma radioterapia ou a uma quimioterapia. No mais, há hoje uma reespecialização dos serviços que se voltam para os bancos de coleta, à manutenção e recapacitação de gametas masculinos e femininos. Estes muitas vezes são lugares separados dos lugares onde ocorrem as fertilizações *in vitro* ou dos lugares onde se faz diagnósticos pré-implantacionais ou desde onde se preserva o material reprodutivo de pessoas que estão em tratamento para câncer.

Assim estas diferentes formas de dar conteúdo ao mesmo processo da reprodução assistida se encontram também muito ampliadas no interior da própria prática que faz o quadro de inserção das especialidades e cria a necessidade de infraestruturas, de ofertas de serviços e de pesquisas que não estavam presentes até décadas muito recentes. Desse modo aumentam-se as plantas físicas para dentro do campo, a capacidade administrativa, o quadro de recursos em especialistas e técnicos de laboratório, bem como a necessidade de formação para novos profissionais, visando ao trabalho em clínica e em laboratório. Delimitam-se assim também as áreas de atuação, embora estas sejam cada vez mais interdisciplinares. Essa espacialização é adequada às muitas, diversas e diferentes demandas, facilita a visibilização da diversidade profissional, possibilita o desenvolvimento de algumas pesquisas em centros mais avançados, permite a dedicação de embriologistas, biólogos, geneticistas e permite à área de ginecologia ou de andrologia apoiar-se incondicionalmente nesta rede de outros profissionais para a tomada das decisões e para a execução dos processos, sejam eles sobre a coleta, a crio-preservação ou os testes em gametas e embriões, bem como sobre a confecção de embriões ou decisões sobre transferências que dependam das informações e das condições do laboratório e das pessoas envolvidas. Por vezes, igualmente, o profissional

do laboratório está mais perto das pessoas - homens ou mulheres envolvidos no processo - embora, em geral, ele esteja lidando com um material que, no espaço do laboratório, se apresenta completamente desvinculado de um corpo de uma pessoa. E por isso, para preservar, cuidar e dar o fim desejado a este material, necessita assumir sua tarefa, que é de outra ordem.

Muito diferente “era nos anos 80”, me dizia uma bióloga em Barcelona, quando começaram a nascer em todo o mundo os bebês chamados nesta época de “provetas” e que eram fruto literalmente de muito trabalho adaptativo e artesanal de um biólogo muitas vezes solitário em um laboratório e a tentar encontrar o melhor caminho para que esse embrião se desenvolvesse ou não morresse por falta de recurso adequado - como seria um meio de cultivo necessário às suas meiose e ao seu crescimento. Hoje os microscópios de alta precisão também podem eleger e garantir os melhores espermatozóides e assim os melhores embriões³ no que depende dos gametas masculinos. No mais, o embrião já pode ser estudado por meio de técnicas moleculares e já se pode identificar os cromossomos que produzem doenças ou abortos⁴.

Sem desenvolver neste exíguo texto os aspectos demandados por cada uma dessas situações e desconsiderando a necessidade de legislação específica a cada prática ou técnica, o fato é que o campo da reprodução humana assistida no laboratório vem se modificando e, embora no caso dos filhos esteja constituído sobre uma representação de maternidade marcadamente biológica, ainda que permita muitas outras práticas, vem se expandindo para outros domínios, como são os de intervenção e pesquisa, tais quais: os diagnósticos genéticos pré-implantacionais, a preservação de óvulos, sêmen, de embriões e de tecidos gono-

3 Em um site de uma clínica em Barcelona encontra-se: a descoberta de novas formas para selecionar embriões com a melhor qualidade tem sido um desafio para o embriologista e cientista da infertilidade de todo o mundo. A chance de gravidez para o casal depende da qualidade do embrião. Isso significa que a qualidade dos gametas é essencial para produzir um embrião saudável para obter a gravidez. Durante a seleção para o ICSI convencional 200/400X de 200 a 400X não se podia detectar os problemas com a ampliação da IMSI (intracitoplasmática de espermatozóides morfologicamente selecionados por injeção). Aplicando o procedimento Super - ICSI o espermatozóide é selecionado com ampliação até 12.500X e os defeitos, tais como vacúolos ou fragmentos no DNA dos espermatozóides podem ser identificados. Disponível em: <http://www.crh.com.br/english/treatment.htm>. Acesso em: 6 ago 2010.

4 O diagnóstico genético embrionário é um diagnóstico precoce com o objetivo de prevenir as doenças antes da transferência embrionária. É realizado por uma equipe multidisciplinar, associando os métodos de reprodução assistida (FIV, ICSI e biópsia de blastômero) às técnicas de investigação genética (citogenética e biologia molecular). A biópsia do embrião (quando tem 6-10 células) permite o estudo genético de uma célula única, tornando possível a transferência dos embriões para as características testadas como normais. O PGD é indicado para casais com alterações cromossômicas numéricas de alto risco (aneuploidias) ou estruturais (translocações/inversões) e para determinadas doenças monogênicas. Disponível em: <http://www.crh.com.br/english/treatment.htm>. Acesso em: 6 ago 2010.

dais para pacientes que necessitam de quimioterapia, expansão e pesquisa com hormônios sintéticos. Juntamente com estes aspectos da ordem das técnicas de laboratório, forma-se um novo campo de procedimentos, consentimentos e argumentos, intervenções, pesquisas e mercados. Em todos esses casos, do ponto de vista biomédico, fala-se de reprodução assistida; não creio que se trate de iatrogenia do campo dos procedimentos que eram relativos unicamente às questões de infertilidade, mais simples, ou que se trate de esgotamento do campo porque eventualmente teria atingido seu ponto máximo de expansão aos 30 e poucos anos, trata-se, igualmente, de novas fronteiras.

O corpo que cuida para que mulheres maternem

Considerando os resumos dos artigos e as entrevistas que estou realizando em situação de *pós doc*, em Barcelona, essas técnicas, seus protocolos, os equipamentos, os produtos para manutenção de gametas e embriões se vão em direção a procedimentos de alta complexidade e essa se constata de modos diferentes, seja a partir do desenvolvimento de tecnologia para gametas, visando melhorar sua qualidade, morfologia, mobilidade, ou os novos processos de crio-preservação por vitrificação, que evitam a formação de cristais de gelo durante o congelamento de óvulos, sêmen e embriões, sobretudo em óvulos, já que estes possuem maior quantidade de água. Também se constata essa complexificação em relação às novas tecnologias para preservar melhores gametas e embriões sem causar danos às células no que se refere às possibilidades de fecundação, manutenção, maturação, cultivo, desenvolvimento e seleção mais adequada de materiais, protocolos de coleta, manipulação e preservação em laboratório. Outras técnicas parecem ter sido abandonadas, como é o caso do rejuvenescimento de óvulos, que já não é tão utilizada, pelo menos em Barcelona, embora apareça em alguns trabalhos científicos observados para o material da América Latina. Segundo os especialistas que entrevistei em 2010, porém,

já se sabe que é o DNA mitocondrial quem passa os maiores problemas, de modo que como me explicou um embriologista recentemente, esta técnica não resolveria a maior parte dos problemas, além de estar implicada em questões éticas porque se misturam núcleos de células diferentes e pouco ou em nada solucionaria os problemas que estariam no citoplasma das células. Esses aspectos também incidem sobre os embriões no que tange aos

diagnósticos genéticos pré-implantacionais para detectar doenças genéticas, favorecer o nascimento de bebês que possam curar irmãos ou no que diz respeito à engenharia genética voltada aos hormônios para produzir cópias dos hormônios naturais⁵. Estes, embora tecnicamente mais caros, são menos agressivos e em alguns lugares, como na Espanha, substituíram o uso dos hormônios de urina humana na maioria dos centros, onde são usados os recombinantes [sic].

Outros também são os aspectos relativos às mudanças nos meios de cultura, às melhorias nas condições dos laboratórios, na difusão e reconhecimento do conhecimento produzido. Igualmente em termos biomédicos, há maior eficácia e maiores resultados em direção aos objetivos dos tratamentos, sejam estes para buscar uma gravidez ou para preservar a fertilidade em casos de câncer, conforme citado. Os especialistas que busquei ultimamente são otimistas e seus trabalhos revelam dinâmicas importantes tanto em termos de mudanças nas abordagens dos problemas e dos desafios, como nas formas de uso e desenvolvimento de novas tecnologias e novos protocolos clínicos e laboratoriais. Além do mais, revelam grande satisfação pessoal, sobretudo por uma história de vida que cada um tem neste campo. Um me dizia: “estou nisso desde que a reprodução assistida era o patinho feio da ginecologia e que não interessava a ninguém”.

Aspectos diversos podem ainda ser visibilizados se observadas as condições regionais dessas dinâmicas, principalmente comparando o que encontramos em pesquisa anterior para o Brasil e a América Latina, exceto pelas condições de muitos laboratórios e porque há ausência de legislação para quase todos os países latino-americanos e as práticas sobre o que se faz com materiais reprodutivos, sobretudo gametas e embriões, que são globais, e não estão distantes do que se faz com materiais reprodutivos, redes de especialistas e laboratórios em grandes centros de reprodução humana de muitos países. Exceto quando se fala em legislação, o que existe é uma tentativa muito pouco informada, pouco eficaz e com pouco conhecimento sobre os reais conteúdos a legislar. Na maioria dos casos, como o é para o Brasil, os poucos pontos de interesse legislativo que se encontram em chamados projetos de leis são mal postos, nunca discutidos e de

5 No site do Instituto CEFER BCN ES consta que os medicamentos que se receitam são hormônios recombinantes; quer dizer que são sintetizados com técnicas de engenharia genética e são como os hormônios produzidos pela hipófise. Disponível em: <http://www.institutocefer.com/es/qh-prguntas-frecuentes.php>. Acesso em: 6 ago 2010.

fato em pouco ou em nada cercariam as complexas problemáticas envolvidas com reprodução assistida. Este fato me parece grave e, especialmente, quando centros internacionais passam a entrar em território brasileiro e de outros países latino americanos para estabelecer suas clínicas. Qual legislação levarão em conta? Por que vêm? Quem dá as regras desse mercado? Farão aí o que as legislações de seus próprios países não permitem que seja feito em seu país? Ou trata-se de sempre de um sentimento altruísta e de um dever de ajuda - sempre afirmado em situação de entrevista?

Pudemos entrevistar 15 especialistas nos meses de julho e agosto, e dentre eles, pelo menos 6 se disseram ligados ao trabalho de equipes brasileiras, ou argentinas, ou mexicanas, aspecto que já havíamos observado quando Ana Horstmann Amorim, bolsista de iniciação científica no curso de Ciências Sociais da UFPR, recolhia as informações desde os sites até quando eu as analisava. Vários apareciam publicando junto com outros que estão nas clínicas de Barcelona ou de Valência, lugares da Espanha em que mais se faz reprodução assistida. Muitos desses estudos são conduzidos em situação de investigação também com trocas importantes entre Brasil e Espanha nos centros de medicina regenerativa ou de pesquisas com células-mães, segundo me disse uma bióloga. Estas redes estão focadas sobre as terapêuticas tecnológicas que, ao invés de ser como no início dos processos, dirigidas aos corpos de mulheres, estão claramente implementando as práticas sobre gametas e, sobretudo, sobre embriões, ou sobre pesquisa genética e molecular.

No caso da reprodução assistida, observa-se que ao mesmo tempo em que há um crescimento e uma complexificação das técnicas, compartilha-se o conhecimento entre diferentes especialidades e há necessidade de um trabalho intenso de equipe para sustentar essas tecnologias no seu amplo sentido: seja dos protocolos, das intervenções e da obtenção de materiais genéticos, dos diagnósticos pré-implantacionais em embriões ou dos novos exames para identificar perdas de embriões pós-transferência sobre a presença ou não de determinados cromossomos, interferindo nos processos das divisões celulares ou nas dificuldades genéticas para engravidar. Também já não se encontra sempre o estrelismo de uma especialidade sobre a outra. Conforme constatamos para América Latina, ainda que a ginecologia siga sendo muito expressiva tanto na produção de publicações como em sua prática clínica, outras áreas tornaram-se imprescindíveis. Foram expandidas as inserções de diferentes especialidades, estabelecidos os âmbitos de atuação e modificadas antigas hierarquias entre profissionais da biomedicina, por exemplo, as que mantinham

a hierarquia entre médicos, biólogos e veterinários. Hoje não se pode pensar o laboratório sem considerar que nele atuam diferentes especialidades, muitos técnicos e muitas tecnologias tanto no sentido de ferramentas, como no sentido do argumento e do discurso, ou no sentido econômico e político. Dizia-me um entrevistado embriólogo recentemente: “si me estropea una máquina de estas (...) mi costara más dinero que arreglar dos coches”, o que quer dizer que há também um importante cálculo em relação ao custo benefício desta maternidade em termos da manutenção da infraestrutura e do material de um laboratório. São muitas vozes e desde muitos pontos a fazer eco ou a construir um grito por maternidade e por novas inserções profissionais.

Além disso, o fato de que haja muitas outras especialidades forma outros olhares sobre as possibilidades para a maternidade, sobretudo os que se vinculam aos aspectos mais tardios, relativos à doação e recepção de óvulos, ou de sêmen, ou a decisão de não ter filhos, ou de adotá-los. Ainda, as mulheres podem se relacionar por razões de substituição de útero, ou por meio de decisões que envolvem doadores de sêmen, compartilhamento de óvulos e útero, ou no caso em que os procedimentos sejam para dois homens.

Em direção às considerações finais é preciso dizer que, conjuntamente com estas questões técnicas e éticas, ocorrem os processos de feminização em várias especialidades - são muitas mulheres cuidando para que outras maternem. Ao mesmo tempo estão realizando importantes pesquisas no fazer científico, porém, ainda quando se reconhece sua importante inserção, com recente entrada, porém intensa, elas o fazem no contexto de um saber tácito e não estão sempre presentes com reconhecimento no saber oficial, nem nas publicações e isto significa que o campo não está sendo compartilhado em iguais condições com referência às especialidades.

Em entrevista recente eu perguntei à bióloga e responsável com mais dois membros da equipe pelo nascimento do primeiro bebê em Barcelona como foi essa história de que a biologia tenha saído na frente da ginecologia e que ela, sendo mulher, estivesse neste lugar. Disse-me que ela foi a primeira mulher e o primeiro homem, porque não havia nada, encarou duplamente sua posição de campo, situação que eu entendi como parte de sua luta para elevar a biologia ao estatuto que ocupava e ocupa em reprodução assistida. Digo isso porque outros biólogos entrevistados me fizeram referência ao trabalho dela, desde onde se dilui, a partir desse olhar, a sempre estabelecida hierarquia entre o ginecologista e os demais membros dessas equipes. Em um momento de

exigência interdisciplinar para esses procedimentos e intervenções entende-se melhor do que fala esta mulher.

Da mesma forma é comum que encontremos os profissionais desta área - como o é para a biologia, a embriologia, a bioquímica e a química, a bacteriologia, a biomedicina e às vezes a genética - em tarefas repetitivas, vinculadas a uma importante divisão sexual do trabalho, com esforços de movimentos de mão, de olhos, controles de tempo que são extenuantes, aspectos desenvolvidos por muitos estudos do campo da divisão sexual do trabalho e gênero. É também o caso do técnico de laboratório com maioria mulheres, sendo que se exige destreza manual, habilidade com detalhes, repetição, protocolos rígidos a cumprir, contato direto com máquinas (microscópios, centrifugadoras, sistemas de ventilação e refrigeração), observação minuciosa do que se passa com os materiais, cuidados intensificados para não perder ou prejudicar as amostras e demais produtos, ferramentas e aparatos técnicos. Nestes lugares ocorrem frequentemente muitos estereótipos de gênero - desde os que distinguem desigualmente à capacidade de homens e mulheres, quanto por distribuição de atividades e tarefas. Donde se observa que, em geral, existe uma forte presença feminina nos laboratórios em atividades estressantes.

Segundo informação em situação de entrevista em julho de 2010, a bióloga chefe de um dos laboratórios de animais transgênicos de Barcelona me dizia que sempre busca prioritariamente mulheres para o trabalho porque estas têm acuidade de olhar, facilidade de manipulação visual e manual, cuidados mais intensos com as manipulações de pipetas e pequenos frascos. Referia-se ela principalmente às amostras de DNA, de ratos que me mostrou naquele momento e materiais que estavam em pequenos e sensíveis frascos. Acrescentou que “se quebrados, vão custar muito trabalho, muito dinheiro e a perda dessas amostras, que são cepas importantes”. Falava do controle e de como as mulheres trabalham de modo concentrado, sistemático, de como seguem protocolos e são capazes de manter o ambiente em ordem, condição indispensável a este tipo de trabalho. Disse que elas têm a medida de força, de controle e de movimento necessária ao toque dos materiais e ao espaço que é cheio de detalhes. Ao final acrescentou: “quicá porque nos educaram assim”. Ao que eu comentei: “... e o mercado sabe muito bem como se aproveitar dessas habilidades, não?”. Ela acrescentou: “a verdade é que nos exploram demasiado, nos dão muito trabalho”. Nesse momento uma das mulheres, técnica de laboratório, que ela havia me apresentado, juntamente com mais uma, me olhou em sinal de cumplicidade. Tratava-se da mesma que, ao ser

apresentada a minha chegada, me explicou que não podia estender a mão ao cumprimento porque estava com luvas e tratando com as amostras de DNA, ainda que eu não tivesse estendido a minha, o que raramente o faço - ela se comunicava pelo olhar, que era muito expressivo. Neste momento a entrevistada dedicou-se todo o tempo de modo inteligente, organizado, pedagógico e muito ilustrativo a me descrever as fases de cada procedimento, os termos, o conhecimento e os desafios desse campo. Também expressou sua consciência sobre a divisão sexual do trabalho, falou sobre as tensões do seu trabalho com as hierarquias e os gerenciamentos que estavam acima de sua equipe e que vinham da parte de homens. Isto se revelou também quando, ao sair do laboratório, já no elevador para descer ao ponto de chegada, falou-se das habilidades necessárias a uma equipe e ela me disse que era preciso muita harmonia e que havia conflitos com outras instâncias de gerenciamento, mas que a equipe dela era muito boa e que sempre o que mais pedia era honestidade pessoal porque se alguém comete um erro em uma amostra e não diz nada, ao final de dois anos, que é o tempo que levam para obter uma amostra de DNA, terão perdido muito tempo e muito dinheiro, além do que o resultado será nulo. Isso compromete as pessoas, o laboratório e até o trabalho de todos.

Da minha parte, observar essa configuração de sexo entre profissionais é mais do que falar em termos de divisão sexual de trabalho, inclusive, porque se os conteúdos destas relações forem olhados pela perspectiva de gênero, seus significados são muito mais amplos do que aquilo que se poderia atribuir à divisão sexual do trabalho. No caso da reprodução assistida a biologia vem demarcando importante protagonismo e com participação intensa de mulheres.

O último aspecto sobre o qual me detenho é o de dizer que quando se segue o curso das condições de produção e de intervenções possíveis sobre os tecidos, óvulos, sêmen e embriões, hipófise e útero, se acompanha o que se pode e se deve saber para compreender e poder compor o que se exige dos próprios profissionais médicos e ou dos investigadores no interior do campo de intervenções sobre a reprodução. Neste caso se evidencia um quadro intenso de relações medidas, quantificadas, racionalizadas a partir de expectativas a respeito do que um corpo deve estar apto a produzir para reproduzir-se, que deve conter os gametas, como deve ser morfológicamente, que idade deve ter, como ocorre a reação aos processos de resfriamentos, congelamentos e de vitrificações, em que condições necessita encontrar-se. O mundo aqui aparece em situação de intensa fragmentação e os sentidos só se conectam quando os fins desses usos são explicitados na forma de “ajudamos a fazer a vida”, “trabalhamos pela vida”,

“buscamos a felicidade de pessoas”. No mais, na prática cotidiana parece ser o mundo dos fragmentos. O processo é tomado como o da competência do laboratório e os encomendantes (clientes) serão mais ou menos comunicados também somente a partir dos resultados. Aqui contam os protocolos sobre como campos hormonais, úteros e endométrios devem ser preparados, como tomar medicamentos para obter rendimentos e sincronizações de ciclos, a despeito dos problemas que os interessados possam estar vivendo ou de sua história subjetiva geradora da demanda ou da história sobre a própria filiação do casal e o modo como ela está sendo mobilizada, aspecto que se sabe contar se o olhar for desde outros campos. Estas questões recaem sobre uma *doxa* maior e que se pretende universal, que desde o olhar crítico das ciências humanas, sociais e feministas estabelece-se sobre a necessidade de indagar a respeito dos movimentos e mecanismos históricos responsáveis por fazer com que se pense que essas intervenções tecnológicas são compatíveis com a experiência subjetiva, com a ideia sobre superação do sofrimento por ausência reprodutiva. Ou sobre modelos de família que seguem sendo *planteados* na emergência do laboratório - onde se pensa estar superando um sofrimento e uma dor por ausência reprodutiva. O fato é que muitos conteúdos já foram objeto dessas práticas e desses estudos em reprodução assistida alguns foram abandonados, outros seguem presentes porque concomitante aos processos de investigação existem de fato práticas implementadas e argumentos valorativos que as legitimam como são os argumentos sobre a gratuidade do exercício do gerar a vida, da cura de uma impossibilidade reprodutiva. Assim, o discurso e as proposições médico-científicas jogam importante peso no processo de naturalização e legitimação das tecnologias, dos protocolos e das intervenções sobre gametas, órgãos e embriões.

Afirma-se ainda que, mesmo quando as vozes dos médicos e dos laboratórios no contexto das novas tecnologias conceptivas não conformem sozinhas parâmetros definitivos para compreender-se esta realidade, é certo que desempenham papel fundamental, sobretudo, se colocadas frente à forma como são constituídos os dispositivos desta bio-informação, os dispositivos técnicos e de linguagem, e como se produzem os agenciamentos bio-políticos (FOUCAULT, 1988; 1990; 2002). No mais, a prática evidencia ainda a comunidade científica que a produziu, os seus interesses, avanços e limites. Portanto, é uma produção cognitiva e social (DORE; SAINT-ARNAUD, 1995).

Assim o afirmo porque existe uma importante rede de interesse por detrás do trabalho de cada clínica de reprodução assistida que é composta por

indústrias, laboratórios, centros de crio-preservação de gametas, de circulação de materiais reprodutivos e alugueis de úteros. Essa rede independe, muitas vezes, da concordância ou da avaliação de profissionais que se encontram na ponta de um processo, como o é o trabalho em uma clínica. Isso é só o começo visível de um novelo que ainda está para ser desenrolado.

Referências

ATLAN, Henry. *O útero artificial*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

BARBARINO-MONNIER, Patrícia. L'État de la procréation médicalement assistée em France. In: FURKEL, Françoise; FRANÇOIS, Jacquot; HEIKE Jung. *Bioéthique: les enjeux du progrès scientifique*. France-Allemagne. Bruxelles: Bruylant, 2000, p. 29-39.

BARRETT, Michelle. *Women's Oppression Today: Problems in Marxist Feminist Analysis*. London: New Left Books, 1980.

BATEMAN, Simone. Éthique et assistance médicale à la procréation. *Encyclopédie Médico- Chirurgicale, Gynécologie*. Paris: Elsevier, 755-A-30, 1999, p. 1-5.

BESTARD, Joan, OROBITG, Gemma. Le apradoxe Du Don anonyme. Signification des dons d'ovules dans les procréations médicalement assistées. In: GENÉ, Enric Porqueres I. (direction). *Défis contemporains de la parenté*. Paris: L'École des hautes Études em Sciences Sociales, 2009, p. 277-301.

COLLARD, Chantal; HASHMERI, Shireen. De embriones congelados a siempre familias: Ética del parentesco y ética de la vida en la circulación de embriones entre las parejas donantes y las adoptantes en el programa Snowflakes. *Revista de Antropología Social*. v.18. Madrid: Universidad Complutense, 2009, p. 43-65.

COLLARD, Chantal; PARSEVAL, Geneviève Delaisi de. La gestation pour autrui: um bricolage des representations de la paternite et de la maternite euro-americaine. Paris: L'Homme, 2007, 183: 1-26.

DELPHY, Cristine. *Close to Home: A Materialist Analysis of Women's Oppression*. London: Hutchinson in association with the Explorations in Feminism Collective, 1984.

DICKENSON, Donna. *Property in the Body: Feminist Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

DORE, Chantal; SAINT-ARNAUD, Pierre. La procréation médicalement assistée au prisme de la Logique Constructiviste. In: *Recherches sociographiques*. v.XXXVI, n.3. Canadá: Université Laval, 1995, p. 505-526.

FITO, Carme Prat. Identidad, cuerpo y parentesco en el contexto de la infertilidad y reproducción asistida. f. 412. Barcelona: Universidad Geografía e Historia de Barcelona [s.d.]. Dissertação (Doutorado em Antropologia), Departamento de Antropologia, Universidad Geografía e Historia de Barcelona, [s.d.].

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. v.1. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

_____. Tecnologias del yo. In: _____. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Buenos Aires: Paidós, 1990, p. 45-94.

JOUANNET, Pierre. Le médecin face à la procréation légalement assistée. In: IACUB, Marcela; JOUANNET, Pierre. *Juger la vie: les choix médicaux en matière de procréation*. Paris: La Découverte, 2001, p. 127-139.

MELTHUUS, Marit. L'inviolabilité de la maternité. Pourquoi le Don d'ovocytes n'est pas autorisé en Norvège? In: GENÉ, Enric Porqueres I. (direction). *Défis contemporains de la parenté*. Paris: L'École des hautes Études en Sciences Sociales, 2009, p. 35-58.

PEDONE, Claudia; ARAUJO, Sandra Gil. *Maternidades transnacionales entre América Latina y el Estado español. El impacto de las políticas migratorias en las estrategias de reagrupación familiar*. Disponível em: <http://giim.wordpress.com/2008/05/13/maternidades-transnacionales-entre-america-latina-y-el-estado-espanol/>. Acesso em: 20 set 2010.

RAGO, Margareth. Os Mistérios do corpo feminino, ou as muitas descobertas do clitóris. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. n.21., v.1. Florianópolis: UFSC, 1999, p. 61-69.

RODHEN, Fabíola. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

SPAR, Debora Linda. *O negócio de bebês. Como o dinheiro, a ciência e a política comandam o comércio da concepção*. Coimbra: Amedina, 2007.

THERY, Irène. El anonimato en las donaciones de engendramiento: filiación e identidad narrativa infantil en tiempos de descasamiento. *Revista de Antropologia Social*. v. 18. Madrid: Universidad complutense de Madrid, 2009, p.21-42.

TRONTO, Joan C. Mulheres e Cuidados: O que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso? In: BORDO, Susan R.; JAGGAR, Alison M. *Gênero, Corpo, Conhecimento*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p.186-203.

WALDBY, Catherine. *Oöcyte Markets: Women's Reproductive Work in Embryonic Stem Cell Research*. n.2, v.1. Australia: University of Sydney, New Ge-

“MEIO QUILO DE GENTE!” - A BIO-POLÍTICA DAS IMAGENS ULTRASSONOGRÁFICAS FETAIS

Lilian Krakowski Chazan

Verifica-se na atualidade um fenômeno em torno das imagens ultrassonográficas fetais. O que era a princípio e em princípio uma tecnologia de imagem médica transformou-se em objeto de consumo e ‘lazer’. Investiguei esse fenômeno em uma etnografia desenvolvida em três clínicas de ultrassonografia no Rio de Janeiro. Discuto de que modo o consumo de imagens fetais é constitutivo de novas subjetividades, fetais e maternas, e ao mesmo tempo contribui para o reforço de uma visão medicalizada da gravidez. A produção do prazer de ver o feto é a pedra de toque que une o útil ao agradável, e o consumo de imagens é um ponto de articulação de diversas questões. No campo observado, as grávidas buscam ativamente obter imagens fetais. No decorrer do exame, os profissionais produzem narrativas visuais e discursivas. Constrói-se uma subjetivação que engloba indistintamente as imagens, a gestante e o feto, ao mesmo tempo em que é produzida uma estetização das imagens, uma exteriorização do feto e uma ‘con-fusão’ da imagem com o feto propriamente dito. Desse modo ocorre uma reconfiguração de vivências da gravidez mediada pela tecnologia de imageamento. Os vídeos com imagens fetais tornam-se um entretenimento de caráter similar ao proporcionado por documentários. Entendo esta situação como parte de um panopticismo que devassa corpos femininos e fetais, ao mesmo tempo normatizando-os e construindo novos sujeitos calcados em corporalidades virtuais.

“Meio quilo de gente!” A bio-política das imagens ultrassonográficas fetais

A partir dos anos 1990, no Brasil, o ultrassom obstétrico expandiu-se como prática de acompanhamento pré-natal, tornando-se um exame considerado essencial para o acompanhamento da gravidez nas sociedades urbanas. Esta prática apresentou - e apresenta - uma série de desdobramentos inusitados. Visando à compreensão deste fenômeno, desenvolvi uma etnografia em três clínicas privadas de imagem, no decorrer de 2003, no Rio de Janeiro (CHAZAN, 2005; 2007a).

A pesquisa evidenciou de que modo são produzidas diversas reconfigurações na construção social da gravidez e do feto como Pessoa por meio de narrativas discursivas e visuais, em um processo interativo que ocorre durante as sessões de ultrassom. Os aspectos lúdico e de consumo da imagem são elementos centrais para a produção, manutenção e expansão do ultrassom obstétrico no universo observado. Em um mesmo movimento a ultrassonografia é reafirmada como produtora de verdades médicas sobre a gravidez e o feto (CHAZAN, 2008); este é constituído como indivíduo subjetivado e ‘inserido’ socialmente e, por meio da visibilização do corpo fetal¹, o processo de gestação passa a ser compartilhado por parceiros, familiares e amigos. Em paralelo, paradoxalmente, embora o ultrassom seja realizado no corpo da mulher, este torna-se ‘invisível’ (STABILE, 1998), sendo relegado a um segundo plano nos discursos. No mesmo processo, ignora-se o devassamento intrínseco à tecnologia de ultrassom e, com isso são de certo modo reconfiguradas - ao menos no contexto observado - noções relativas à intimidade e à privacidade (CHAZAN, 2007b).

A construção da ultrassonografia obstétrica como objeto de consumo, apreciação e desejo é um fenômeno superdeterminado. Diversas histórias entrelaçadas possibilitam estabelecer a compreensão do problema, lançando luz sobre a questão por ângulos diferentes dentro de uma outra história que encompassa e modela aquelas que são ‘setorizadas’.

A ‘grande’ história seria a da modificação das formas de relações de poder com a instauração final de um regime de monitoramento e vigilância den-

1 Utilizo os termos ‘visibilizar’ e ‘visibilização’ (em contraste com ‘visualizar’ e ‘visualização’) porque, em primeiro lugar, são termos nativos e consistem em uma distinção êmica. Em segundo lugar, cabe ressaltar que, a rigor, a tecnologia do ultraSsom - assim como todas as tecnologias de imagem médica - ‘torna visível’, ou ‘visibiliza’ algo não acessível diretamente ao olhar. O termo ‘visualização’ diz respeito à situação direta durante os exames: todos ‘visualizavam’ as imagens na tela do monitor.

tro dos moldes do panóptico (FOUCAULT, 1984; 1999), uma estratégia sem estrategista que engendra um modo peculiar de os seres humanos lidarem com variados aspectos da vida, com ênfase especial no papel da visualidade neste *constructo*. O fenômeno pode ser compreendido em termos da bio-política do corpo, pensando-se em uma construção social do mesmo calcada na visualidade, com a mediação da tecnologia.

Nesse panorama mais amplo e, de certo modo, inacessível à pesquisa empírica, tecem-se outras histórias mais passíveis de apreensão. A primeira história a que me refiro aqui é a de como foram construídos, no Ocidente, o olhar e o observador modernos e, conseqüentemente, a cultura visual na qual nos encontramos imersos (CRARY, 1999; CHAZAN, 2003). A segunda diz respeito à construção social do corpo, com ênfase na visualização do seu interior e na gradual neutralização do horror pela sua visão (FERRARI, 1987; HARCOURT, 1987; KEMP, 1998), até chegarmos à busca ativa e ao prazer produzido em torno das imagens fetais. Uma terceira história consiste nas formas de representação do corpo e no desenvolvimento de tecnologias visuais, concomitante à valorização da 'objetividade' dessas representações (DASTON e GALISON, 1992; KEMP, 1998). A quarta história é a de como a gravidez foi transformada em um assunto médico e o feto tornou-se objeto de atenção médica e social (ARNEY, 1982; CHAZAN, 2000).

Não pretendo afirmar que sejam apenas **estas** as histórias envolvidas na produção do fenômeno a que me dispus a esclarecer, e cada uma delas contém continuidades e rupturas. Existe mais uma, por exemplo, que não abordarei aqui especificamente e que diz respeito à construção da Pessoa moderna (MAUSS, 1974), que se encontra entrançada nas outras histórias.

Ao longo do século XIX a visão foi reconceitualizada como um fato do corpo, um fenômeno fisiológico, tornando-se imbuída de um sentido de opacidade e temporalidade até então inexistentes na construção cultural da visão. Instaura-se uma descontinuidade em relação à noção vigente até aquele período, pois dentro do paradigma em vigor até o século XIX a visão era tomada como algo abstrato, incorpóreo, equivalente à razão desprendida do observador cartesiano (CRARY, 1999). A invenção dos raios-X, em 1895, ao gerar um 'corpo transparente', produziu uma nova ruptura no significado da visualidade com a possibilidade de visibilizar o interior do corpo sem abri-lo, ao mesmo tempo em que construiu socialmente um corpo diferente do que existia anteriormente (CARTWRIGHT, 1995).

Conjuntamente e entrelaçado nesse movimento, existe no ocidente um processo de consolidação da posição da ciência enquanto produtora de saberes confiáveis e de delegação social à medicina - como geradora de conhecimentos e normas acerca da vida humana - do controle dos mais variados aspectos e etapas da vida. Este novo corpo deve ser passível de escrutínio nos menores detalhes no mesmo processo em que, na medicina, a visão adquire um *status* fundante no que concerne à produção de conhecimento sobre o corpo vivo e sobre a doença. É dentro desse movimento e dessa lógica de transformação que são engendradas as condições favoráveis à pesquisa e à invenção de diversas tecnologias de imagem médica. Com a ampliação do escrutínio o corpo é também fragmentado infinitamente. Vale frisar ainda que tal processo não se dá de modo unidirecional, e sim dissolvido e entranhado em uma rede de relações entre os sujeitos, produtores ativos e incessantes de variadas formas e significados desse escrutínio e dessa vigilância. Como em todo processo social, há continuidades e rupturas que passo a discutir.

De um modo ou de outro, abrir corpos sempre esteve vinculado à procura de conhecimento com o seu significado modelado pelo paradigma cultural no qual se inseria. Na Idade Média, esta prática visava à busca de sinais de santidade ou pecado - sinais espirituais, portanto -, havendo também autópsias em casos de envenenamento fundando, desse modo, a investigação da *causa mortis* dentro do próprio corpo (PARK, 1994). Assim, pode-se traçar a ligação cultural que propicia o surgimento do modo de conhecimento anatômico do qual o médico e anatomista Vesalius torna-se o grande expoente. Seu trabalho instaura um novo paradigma, quando o próprio corpo desloca os textos galênicos e é instituído como fonte direta de pesquisa e conhecimento ou, se preferirmos, como um novo tipo de texto em si: o paradigma anatômico (SAWDAY, 1996). Assim, a longa história de busca de visualização do interior do corpo contém também uma história de neutralização do horror de visualização das entranhas. A gradual modificação cultural no tocante à visão direta do interior do corpo encontra-se estreitamente vinculada à mudança de significados existente nessa busca de visualização.

No contexto do Renascimento - um período em que a busca do saber começa a se desvincular da Igreja como produtora de verdades -, a noção de que o conhecimento acerca do corpo pode ser encontrado no seu próprio interior e não mais exclusivamente determinado pela religião é um dos fatores para a mudança nas sensibilidades acerca da abertura dos corpos. Nesse movimento de secularização do conhecimento - referido frequentemente como

‘revolução científica’ - a atividade investigativa transforma-se em uma prática moral e socialmente valorizada. Essa modificação e, especialmente, a valorização cultural da busca de saber passa a sancionar - ou, ao menos, a tornar socialmente toleráveis - práticas anteriormente consideradas inaceitáveis.

Entendendo tal transformação como inscrita no processo de mudança de formas de exercício de poder, do poder punitivo para o disciplinar - com o conhecimento do corpo morto dos condenados visando propiciar saberes sobre o corpo vivo (TIERNEY, 1998) e, especialmente, produzindo novas formas de gerenciamento da vida - torna-se compreensível que gradualmente o interior do corpo deixe de provocar horror e passe a ser objeto de fascínio. Por este prisma, o processo de transformação do olhar médico que desembocou no olhar anátomo-clínico está em continuidade com a modificação gradual do significado cultural da abertura de corpos, não implicando necessariamente uma mudança qualitativa ou uma ruptura, conforme sustentava Michel Foucault (1998a). A ruptura pode ser encontrada na construção social da doença que, ao invés de um ‘mandamento divino’, passa a ser compreendida como um fato inerente ao próprio corpo.

A visualização do interior do corpo como espetáculo tem uma história que remonta, no mínimo, ao século XVI. Nesse sentido, o ultrassom como ‘espetáculo’ encontra-se na sequência de uma longa tradição na cultura visual e na construção social do corpo no ocidente. Pode-se propor a existência de uma analogia entre a estetização e a estilização, propostas por Vesalius, nas pranchas da *De humani corpori fabrica libri septem* (HARCOURT, 1987), e a instituição gradual do fascínio pelas imagens fetais, no qual os profissionais desempenham um papel relevante, ‘roteirizando’, decodificando e subjetivando - em suma, estetizando - as imagens para os ‘espectadores’ presentes ao exame. Acima de tudo, contribuem para gerar uma ‘socialização visual’, uma linguagem compartilhada pelos atores do universo etnografado.

Por outro ângulo, contudo, existe uma ruptura significativa referente à particularidade das tecnologias de imageamento, inaugurada com a invenção dos raios-X: a possibilidade de tornar público o interior dos corpos sem necessidade de abri-los. A mudança qualitativa evidencia-se, portanto, no modo de acesso ao interior do corpo, que ocorre com a invenção de Röntgen: pela primeira vez, para ‘ver dentro’ não é mais necessário destruir os corpos nem introduzir dispositivos pelos orifícios naturais. Com o ultrassom, os abdomens anteriormente opacos das mulheres grávidas tornam-se ‘visíveis’ e ‘transparentes’, e a existência do feto pode ser testemunhada visualmente por todos, antes mesmo que a gestante se dê conta sensorialmente de sua presença.

A vinculação entre ciência e espetáculo não é exatamente uma novidade, assim como a transformação de diversos artefatos inicialmente inventados com o propósito de pesquisa em objetos lúdicos. A lista desses objetos é interminável, desde a *câmera obscura*, estereoscópios, passando por fluoroscópios etc. (CRARY, 1999). O que existe de peculiar na questão da ultrassonografia obstétrica é que - ao menos na proporção atingida pelo fenômeno, na atualidade - até então nenhum exame médico havia se constituído como objeto popular de desejo e consumo e, menos ainda, como um dispositivo de lazer. Desconheço alguém que tenha sido convidado para assistir, como um programa em casa, a uma sessão de vídeo da colonoscopia ou do cateterismo cardíaco de um parente ou amigo.

A transformação de aparatos científicos em produtos de consumo detém um papel relevante na divulgação e na popularização dos conhecimentos científicos. Do mesmo modo que os dispositivos óticos do século XIX desempenharam uma função significativa na constituição de um novo tipo de atenção visual (CRARY, 2001), a transformação da ultrassonografia obstétrica em produto de consumo contribui de maneira marcante para a construção de uma socialização visual e médica da gravidez. Esse processo implica a reconfiguração da construção social da própria gestação, mudança que acontece articulada a uma transformação mais geral na medicina.

Em meados do século XX ocorre uma modificação no modelo médico no ocidente ao ser introduzido um novo paradigma que leva em conta a 'totalidade' do doente - em outros termos, seu ser 'bio-psico-social'. Na obstetrícia, essa mudança corresponde a um processo de reforma da profissão vinculada aos movimentos em favor do parto natural que, em sua maioria 'pilotados' por médicos, conjugam-se às demandas do movimento da contracultura. Origina-se a partir daí uma proposta que se torna conhecida por 'humanização' do parto (ARNEY, 1982).

Nessa nova proposta, ao mesmo tempo em que existe, de fato, uma atenuação da intervenção dura do modelo obstétrico anterior, ampliam-se o monitoramento e a vigilância sobre a mulher, a gravidez e a parturição, que passam a ser escrutinados, acompanhados, avaliados e, sobretudo, normatizados nos menores detalhes - abrangendo desde as relações familiares da gestante até seus processos bioquímicos intracelulares (ARNEY, 1982). Mais recentemente, com a biologia molecular, a gravidez antes mesmo de acontecer já é objeto de avaliação e normatização, quando não - com a emergência das novas tecnologias reprodutivas - de consumo mesmo.

Seria ingênuo supor que todo esse movimento corresponde a uma gigantesca maquinação maquiavélica. A produção da ‘necessidade’ de monitoramento encontra-se vinculada à construção de uma ‘cultura do risco’, partilhada por todos, cujo objetivo final seria, acima de tudo, uma ‘medicina sem surpresas’. É, sobretudo, um conjunto de crenças e valores compartilhados e em constante circulação na cultura. Conjugada a melhorias efetivas para a vida e a saúde dos sujeitos concretos - proporcionadas pela mais variada gama de dispositivos tecnológicos e diagnósticos - é gerada também uma ilusão de controle e saber totais sobre os fenômenos da vida.

A ampliação da vigilância, nesses moldes, encontra-se inscrita em um contexto mais amplo em que a visualidade é soberana e no qual a imagem técnica detém o *status* de produtora de verdades incontestáveis, um *constructo* que tem suas raízes firmemente plantadas no século XIX. Esta noção é consolidada, do ponto de vista cultural, com a valorização da ‘objetividade’ nas representações do corpo, em conjunto com a invenção de dispositivos tecnológicos que, a começar pela fotografia, aparentemente ‘eliminam’ a intermediação do artista ilustrador. A rigor, sabe-se que as coisas não se passaram exatamente assim, e que as primeiras imagens fotográficas do interior do corpo com propósitos médicos eram incompreensíveis, necessitando ou de um desenhista que destacasse determinadas estruturas, ou de alguém que fosse capaz de decodificar as imagens (DASTON e GALISON, 1982; KEMP, 1998). Em suma, desde o nascedouro, a imagem técnica utilizada para fins médicos é objeto de debates no que se refere ao eixo subjetividade/objetividade. Contudo, ao longo do século XX, com a multiplicação de tecnologias de imagem, médicas e não médicas, passa a prevalecer, na cultura ocidental urbana e industrializada, um mito: o da ‘objetividade’ da imagem técnica.

Esse mito se estabelece e passa a preponderar porque vem ao encontro da forma disciplinar de exercício de poder, cuja síntese seria o panóptico. Se a imagem técnica é ‘objetiva’, expressão da ‘verdade’, o escrutínio visual dos corpos por meio de tecnologias, buscado pelos atores sociais, é instituído como uma forma eficaz de controle, na medida em que traz a ‘verdade’ dos corpos e das doenças para a superfície, em imagens externalizadas tecnologicamente.

A etnografia de clínicas de ultrassom evidenciou as diversas maneiras de ‘produção’ de novos seres por meio de uma tecnologia visual. No universo observado a interatividade presente no decorrer dos exames responde por boa parte da ampliação do monitoramento e do escrutínio. É na interação entre gestantes, profissionais e acompanhantes que os médicos ‘ensinam’ as gestantes a

verem, nas sombras cinzentas esfumaçadas, os seus 'bebês' subjetivados, genericados, ativos e, sobretudo, 'interativos', com quem 'conversam', a quem dão ordens. A rigor, o próprio fato de as imagens serem esfumaçadas e indistintas propicia em grande parte que se veja nelas exatamente o que se desejaria ver, como nas nuvens. É, sobretudo, nessa interação, que se constrói a pedra de toque de uma engrenagem: o **prazer de ver** as imagens fetais. Ao ser produzido este prazer, é alavancado o consumo das imagens fetais: o feto é 'apresentado' à família através da exibição doméstica de vídeos, constroem-se verdades médicas e não médicas acerca da gestação e do feto, e este se torna parte de um espetáculo. A consolidação do prazer de ver evidencia a existência de um processo em uma via de mão dupla. As gestantes observadas, em sua grande maioria, submetem-se prazerosamente aos exames ultrassonográficos ou buscam ativamente obter imagens fetais, um elemento essencial para a acentuação ou mesmo para a produção da gravidez como um assunto médico, no qual a tecnologia de imagem ocupa um lugar crucial.

O prazer de ver, considerado dentro de um quadro cultural de hegemonia da visualidade, é o elemento central que matiza e intermedia o monitoramento e a vigilância que marcam o novo modelo ecológico da obstetrícia desde o final da II Guerra Mundial. Nesse novo modelo, as minúcias são essenciais para a composição de um quadro 'integral' de acompanhamento da gestação. O escrutínio ampliado é perceptível nos mais variados aspectos como, por exemplo, na mudança no modo de contagem do tempo gestacional em 'meses' para a contagem em 'semanas', na multiplicação de exames de bioquímica sanguínea que permitem a detecção cada vez mais precoce de anomalias fetais, e tem como epítome o ultrassom obstétrico.

No bojo dessa situação é construída uma socialização visual que se transforma em linguagem comum aos atores do universo observado. A rigor, não é apenas no grupo etnografado que se encontra em curso a construção dessa nova cultura visual, envolvendo também a imagem técnica médica. Volto a sublinhar que esse processo está inscrito em outro, mais amplo, no qual a visualidade foi gradualmente instituída e reforçada como uma forma privilegiada de produção de conhecimento. Apesar de culturalmente ter-se solidificado a ideia da imagem técnica como 'objetiva' por excelência, as imagens fetais colocam em pauta diversos aspectos relativos ao interjogo entre subjetividade e objetividade do olhar. No universo observado, o problema esteve presente todo o tempo: sem o olhar treinado do especialista, ou seja, de sua subjetividade atuante na decodificação e na interpretação das imagens, dificilmente se

compreende o que se vê. Por outro lado, é claro que o ponto de partida de todo o processo reside na existência objetiva de um embrião ou feto, além do que determinados parâmetros evidenciados pelo exame são codificados numericamente pela aparelhagem, como é o caso da frequência cardíaca fetal, das medidas anatômicas, entre outras. A atividade discursiva em torno das imagens e parâmetros fetais, contudo, era claramente modelada pelos valores subjetivos dos atores presentes ao exame: tanto os profissionais quanto as gestantes e acompanhantes engajavam-se ativamente na produção das ‘verdades’ as mais inusitadas acerca do feto, entrelaçadas com as avaliações e as normatizações objetivas fornecidas pelo aparelho, eventualmente em uma mesma frase deslizando de um polo a outro.

Com a imagem fetal externalizada compartilhada com diversas pessoas se, por um lado, passa a existir uma relativa ‘dessubjetivação’ da vivência da gravidez pela gestante, por outro as imagens da tela são incessantemente ‘subjetivadas’ pelos atores presentes ao exame. O feto é transformado em um ser ‘destacado’ da grávida, como se tivesse uma vida independente. A ênfase e valorização acentuadas na avaliação dos parâmetros físicos se encontram inscritas e são modeladas pelo fenômeno da ‘cultura do corpo’, na qual o valor máximo consiste na ‘perfeição’ corporal, dentro de certas normas culturalmente compartilhadas.

Como um contraponto ao fenômeno de psicologização do feto, pesquisado na década de 1980, no Rio de Janeiro (LO BIANCO, 1985), existe na atualidade o que designo como ‘fiscalização’ do feto, fundamentalmente dependente de sua visibilização mediada pela tecnologia de ultrassom. Possivelmente essa mudança na percepção acerca do feto vincula-se à retração do que, nos anos 1980, foi descrito como ‘cultura da psicanálise’, largamente difundida nas camadas médias intelectualizadas da população (FIGUEIRA, 1985). Da hegemonia da ‘cultura da psicanálise’, interiorizada, passou-se para a hegemonia de uma ‘cultura visual’, externalizada e virtual, e as percepções contemporâneas acerca do feto vêm sendo modeladas de acordo com tais codificações.

Durante a gestação, cada grávida se familiariza com as imagens de seu feto. Entretanto, verifica-se a veiculação pela mídia de imagens fetais com os mais variados propósitos, da venda de carros a seguro-saúde, anúncio de programas de TV e etc., o que propicia alguma familiaridade generalizada com as imagens fetais. A questão é que, a rigor, essas imagens são todas muito parecidas entre si e os atores têm relativo conhecimento disto, os profissionais em especial. Mesmo assim, à medida que transcorre a gravidez, não apenas as

gestantes, orientadas pelos profissionais, ‘aprendem a ver’ as imagens projetadas na tela do monitor do aparelho de ultrassom, como veem nessas mesmas imagens os seus ‘bebês’ singulares, tecendo comentários como “*é a tua cara!*”, “*o nariz é igualzinho ao do pai*”, e outros no gênero.

Todos os atores presentes ao exame se empenham com afincos na produção de uma nova cultura visual, ainda que as motivações de uns e de outros - médicos, gestantes e acompanhantes - possam diferir radicalmente. Para os profissionais, no tocante ao desenvolvimento e ao apuro da capacidade de ‘ver’ e de decodificar as imagens fetais, estão em jogo várias questões que envolvem desde o aperfeiçoamento da proficiência na investigação de vários aspectos diagnósticos até sua credibilidade e renome no meio médico, juntamente com o interesse na formação e na consolidação de uma clientela. Para as gestantes, a curiosidade sobre o feto é a motivação principal para que se empenhem em ‘aprender a ver’. Para os atores do universo observado, parece ter-se tornado impossível não ‘ver’ o que se passa dentro do útero, uma atividade que muitas vezes ultrapassa as quatro ou cinco ultrassonografias - a média considerada necessária para o acompanhamento de uma gestação sem intercorrências. O exemplo emblemático desta situação é o exame solicitado pelas gestantes - com o apoio dos obstetras - única e exclusivamente para a determinação do sexo fetal, ou o ultrassom 3D “*para ver a carinha do neném*”. Para os acompanhantes, os mais variados possíveis, as motivações também são bastante diversificadas, mas guardam um ponto em comum: a inclusão social do feto, antecipando sua ‘existência’ para todos como neto, irmãozinho ou irmãzinha, sobrinho, afilhado, etc. A ultrassonografia obstétrica parece ter-se transformado em uma ocasião chave dessa inclusão social, mesmo que ainda apenas virtual, por meio das imagens tecnológicas obtidas mediante ultrassom. Nessa perspectiva, o exame pode ser compreendido como uma atividade ritualística modelada por uma cultura eminentemente visual, medicalizada e tecnologizada.

A construção desse tipo de cultura tem como resultado final a naturalização do escrutínio constante das gestações e dos fetos por meio do ultrassom, mediada por ‘sentimentos’ de grávidas que declaravam estar “*com saudades dele (ou dela), faz tempo que não vejo ele (ou ela)*”, o que intrinsecamente transformava a realização do exame em uma ‘necessidade’ do ponto de vista emocional. O ultrassom leva ao limite máximo a possibilidade de vigilância,

quando as próprias mulheres a internalizam e passam ativamente a desejar e a solicitar poderem ‘ver’ os seus fetos.

O produto final é a antecipação da existência social do feto, mediada pela tecnologia, modelada e codificada em termos da cultura visual, da cultura do corpo e da cultura do consumo. As imagens de diversos fragmentos do corpo fetal tornam-se equivalentes à ‘prova de verdade’ de sua existência no mundo, fora do útero materno, como se fosse um ‘nascimento virtual’ antes de vir à luz de fato. A construção do prazer de ver as imagens fetais que legitima e estimula esse ‘nascimento virtual’ tem raízes múltiplas, e a pluralidade de utilizações e significados parece ser inerente à tecnologia de ultrassom. A medicalização da gravidez e do feto, o prazer de ver as imagens fetais, o consumo destas, a produção de conhecimento e entretenimento vinculados à codificação da gravidez em termos médicos fazem, todos, parte de um mesmo processo: conforme Foucault, “um grande empreendimento de aculturação médica” (1998b, p. 200-201).

Um aspecto fundamental consiste no fato de que, ao se tornarem consumidoras de imagens fetais, as gestantes assumem um papel essencial como agentes ativas na rotinização do ultrassom na gravidez. Internalizam-se as disciplinas, a gestação é monitorada e escrutinada passo a passo e no decurso desse processo reforça-se a convicção de que o uso de tecnologias e a obediência às recomendações médicas são imprescindíveis para que uma gravidez seja levada a termo de maneira bem-sucedida.

Abordando a popularização e o consumo de ultrassonografias obstétricas pelo prisma da produção do prazer de ver e da elaboração de uma cultura visual, a construção social do feto como Pessoa apresenta-se, acima de tudo, como um corolário do processo mais amplo de monitoramento, vigilância e medicalização da gravidez e não como um fim em si. O escrutínio visual torna públicas as diversas etapas do desenvolvimento fetal que anteriormente se passavam no interior do útero de modo inacessível ao olhar.

Existem três momentos marcantes a serem destacados no *continuum* do processo de transformação do feto em Pessoa, sintetizados de modo bem-humorado nas expressões utilizadas - em geral pelos profissionais - para descrever ou fazer referências ao conceito no decorrer das ultrassonografias. O primeiro deles é quando, no exame entre a 6ª e a 8ª semana gestacional, pode-se verificar visualmente a presença e a localização do embrião dentro do saco

gestacional no útero, saudado de maneira festiva com: “*Dois centímetros de bebê!*”. No exame de translucência nuchal, entre a 11ª e a 13ª semana gestacional, deixa de ser o “*feijãozinho*” ou “*uma massinha branca ali no canto do saco gestacional*” do exame anterior, para ser descrito como “*seu bebezinho, com braços e pernas*”. Com a visibilização do sexo fetal, a partir da 15ª semana, transforma-se em “*ele*” ou “*ela*” - com o respectivo nome - para, finalmente, ao atingir a marca dos 500g em torno da 20ª semana, ser designado pelo expressivo “*Meio quilo de gente!*”.

Sintetizando, o feto é tornado ‘humano’ ao serem visibilizados ‘braços e pernas’, mesmo que incipientes, mas só se transforma em ‘gente’ após receber o nome que passará a ser utilizado para designá-lo. A curiosidade pela determinação do sexo fetal é significativa da importância deste aspecto no processo de singularização, subjetivação e inclusão social do feto. Atualmente essa definição com 100% de acerto é possível mediante um exame de sangue realizado a partir da 7ª semana: a análise do DNA fetal no plasma materno. Ou seja, em relação ao observado na etnografia mencionada o tempo foi consideravelmente encurtado e, para as mulheres que buscam e podem arcar com os custos desse exame, provavelmente a surpresa pela visualização da genitália fetal na tela diminuiu.

No campo observado, o instante da determinação do sexo cristalizava a transformação do feto em Pessoa. A situação que melhor sintetizou a vinculação de um aspecto a outro me foi descrita, com espanto, por um médico: ao revelar a uma gestante que seu feto era anencéfalo e que não iria sobreviver ao parto, esta imediatamente perguntou pelo sexo fetal. Para o médico, um anencéfalo era, sobretudo, um problema, um ‘caso médico’, um ‘feto inviável’, enquanto a pergunta da gestante denotava seu interesse em saber quem era seu filho/a, mesmo que não fosse sobreviver ao nascimento. A determinação do sexo delimitaria e definiria que Pessoa iria morrer.

A determinação do sexo fetal reforça a atividade mais frequentemente observada no campo: a construção de gênero, em conjunto com a subjetivação fetal. Este aspecto foi evidenciado em pesquisas antropológicas no exterior e, no meio observado, passa-se de maneira similar à relatada nessa literatura. O que diferiu acentuadamente, no grupo etnografado, foi o consumo de imagens fetais e seus subprodutos: ‘fotos’, vídeos, DVDs. Outra vertente de consumo concernia à corrida gerada a partir da determinação do

sexo fetal, voltada para bens de consumo ‘para o neném’, com características bastante peculiares. Tratava-se de uma mescla insólita de construção de gênero com consumo de bens, sobre a qual não havia referência na literatura. A montagem do quarto e do enxoval do futuro bebê dependia totalmente da determinação do sexo fetal, com cores e brinquedos ‘para menino’ ou ‘para menina’. Outra diferença marcante com os relatos da literatura antropológica americana e europeia era referente ao sentimento daquelas gestantes em relação ao ultrassom: frequentemente elas referiam sentir-se invadidas e submetidas pelo poder médico durante o exame. No campo observado, não apenas todas elas pareciam estar muito à vontade, como participavam ativamente na obtenção de imagens de seus fetos.

A construção de gênero fetal é uma produção conjunta, envolvendo valores e crenças preexistentes de profissionais e clientes. A transformação do feto em ‘consumidor’, generificado por meio de cores e do tipo de brinquedos comprados para ele, é também um modo de inclusão social, tornando-o um ser ‘participante’ da rede econômica de trocas. O mesmo pode ser dito no tocante à sua transformação em ‘celebridade’, através de vídeos ou DVDs exibidos - como se fossem ‘documentários’ individualizados - para a família e os amigos em sessões domésticas. O feto-Pessoa, generificado, consumidor, além de ‘paciente’, torna-se um ‘astro televisivo’ em um espetáculo literalmente ‘pay-per-view’.

A espetacularização da gravidez por meio da exacerbação do consumo de ultrassom *per se* obscurece um aspecto que, na origem, foi a *raison d'être* de sua invenção. A detecção *in utero* de anomalias fetais e a conduta a adotar quando isto ocorre ficam em segundo plano nos discursos do campo observado. Considerando-se, em acréscimo, a proibição legal do aborto no Brasil, o silêncio sobre o tema adquire um sentido que se encontra fortemente entrelaçado com a exacerbação do conceito que passou a ser difundido e popularizado no meio leigo - o do ultrassom obstétrico muito mais como espetáculo do que como meio diagnóstico. O ocultamento do assunto, em conjunto com a externalização da gravidez por meio das imagens fetais, propicia a construção de um discurso de conotação nitidamente natalista sobre o ‘reforço do vínculo’ materno com feto, por meio de uma antecipação de sua existência social, como se já se tratasse de um bebê nascido. Essa estratégia discursiva evidencia o pressuposto subjacente:

o de que, uma vez a mulher estando grávida, o feto passaria a ter existência autônoma, e que inevitavelmente seu nascimento irá ocorrer.

Em suma, no que diz respeito à questão do aborto e do direito de escolha, a constituição do ultrassom como 'espetáculo' em um contexto no qual o aborto é ilegal equivale à situação de um prestidigitador que entretém sua plateia chamando a atenção sobre suas atividades explícitas enquanto desenvolve outras, ocultas, em paralelo.

É importante frisar que não se trata de estratégias intencionais, e sim de um conjunto de fatores que, como apontei no início que, articulados, produzem um fenômeno superdeterminado. Mais ainda, o 'sucesso' da ultrassonografia no meio observado pode ser atribuído exatamente ao fato de responder e, ao mesmo tempo, reproduzir e ampliar demandas sociais tão diversificadas quanto as que foram aqui discutidas.

Finalmente, a antecipação da existência social do feto pode ser compreendida tomando-se como pano de fundo a acentuação da ideologia individualista, na qual o indivíduo é erigido como um valor moral. Como se o quanto antes os seres se tornassem 'indivíduos', mais investidos desta qualidade moral estariam. Em uma sociedade medicalizada, monitorada, na qual vigora a 'cultura do risco' e onde a visualidade consiste no modo privilegiado de obtenção de conhecimento, faz sentido o fato de que novos sujeitos sejam inseridos socialmente por meio de uma tecnologia visual médica. Esse modo de inclusão de novos seres, além de propiciar e incitar ao consumo de procedimentos médicos e de bens variados, permite que o processo de produção de criaturas seja transformado em espetáculo, o que por seu turno contribui para a ilusão de que, em se tornando as coisas visíveis, 'tudo se sabe' acerca da vida e que, conseqüentemente, em última instância, passa-se a conhecer tudo sobre a morte.

Referências

ARNEY, William Ray. *Power and the Profession of Obstetrics*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1982.

CARTWRIGHT, Lisa. *Screening the Body. Tracing Medicine's Visual Culture*. London & Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

CHAZAN, Lilian K. *Fetos, máquinas e subjetividade: um estudo sobre a construção social do feto como Pessoa através da tecnologia de imagem*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2000.

_____. Câmera obscura, estereoscópio, raios-X e outras máquinas: um estudo sobre tecnologias visuais na medicina e a construção da Pessoa contemporânea. REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 4, 2001, Curitiba. Trabalho apresentado no Fórum de Pesquisa ANTROPOLOGIA DA PESSOA: os processos de individualização na cultura contemporânea.

_____. O corpo transparente e o panóptico expandido: considerações sobre as tecnologias de imagem nas reconfigurações da Pessoa contemporânea. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*. v.13, n.1. Rio de Janeiro, 2003, p.193-214.

_____. “Meio quilo de gente!” *Produção do prazer de ver e construção da Pessoa fetal mediada pela ultra-sonografia. Um estudo etnográfico em clínicas de imagem na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005. Dissertação (Doutorado em Saúde Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

_____. “Meio quilo de gente”: um estudo antropológico sobre ultrassom obstétrico. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007a.

_____. Um outro *Big Brother*? Espetáculo, corpo feminino e noções de privacidade no ultrassom obstétrico. *Interseções*.UERJ, v. 9, 2007b, p. 461-481.

_____. ‘É... tá grávida mesmo! E ele é lindo!’ A construção de ‘verdades’ na ultrassonografia obstétrica. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 15, 2008, p. 99-116.

CRARY, Jonathan. *Techniques of the Observer - on Vision and Modernity in the Nineteenth Century*. London UK; Cambridge USA: MIT Press, 1999.

_____. A visão que se desprende: Manet e o observador atento no fim do século XIX. In: CHARNEY, L.; SCHWARTZ, V. (orgs.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001, p.81-114.

DASTON, Lorraine.; GALISON, Peter. The Image of Objectivity. *Representations*, v.0, n.17. Special Issue: Seeing Science, Autumn, 1992, p.81-128. Disponível em: <http://www.jstor.org/journals/ucal.html>. Acesso em: 03 jul. 2003.

FERRARI, Giovanna. Public Anatomy Lessons and the Carnival: The Anatomy Theatre of Bologna. *Past and Present*, v.0, n.117, nov. 1987, p. 50-106. Disponível em: <http://www.jstor.org/journals/oup.html>. Acesso em: 20 jun. 2003.

FIGUEIRA, Sêrvulo A. (org). *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FOUCAULT, Michel. A vontade de saber. In: _____. *História da sexualidade*. v.1. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998a.

_____. A política de saúde no século XVIII. In: _____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1998b, p. 193-207.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1999.

HARCOURT, Glenn. Andreas Vesalius and the Anatomy of Antique Sculpture. *Representations*. v.0, Issue 17, Special Issue: The Cultural Display of the Body, Winter, 1987, p. 28-61. Disponível em: <http://www.jstor.org/journals/ucal.html>. Acesso em: 03 jul. 2003.

KEMP, Martin. A Perfect and Faithful Record: Mind and Body in Medical Photography before 1900. In: THOMAS, A. (ed). *Beauty of Another Order. Photography in Science*. New Haven & London: Yale University Press, 1998, p. 120-149.

LO BIANCO, Anna Carolina. A psicologização do feto. In: FIGUEIRA, S. (org). *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 94-115.

MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do 'eu' [1938]. In: _____. *Sociologia e antropologia*. v.1. São Paulo: E.P.U./EDUSP, 1974, p. 207-241.

PARK, Katherine. The Criminal and the Saintly Body: Autopsy and Dissection in Renaissance Italy. *Renaissance Quarterly*. v. 47, Issue 1, Spring, 1994, p. 1-33. Disponível em: <http://www.jstor.org/journals/rqa.html>. Acesso em: 16 jul. 2003.

STABILE, Carol. Shooting the Mother. Fetal Photography and the Politics of Disappearance. In: TREICHLER, P.; CARTWRIGHT, L.; PENLEY, C. (eds.). *The Visible Woman. Imaging Technologies, Gender, and Science*. New York & London: New York University Press, 1998, p. 171-197.

SAWDAY, Jonathan. *The Body Emblazoned. Dissection and the Human Body in Renaissance Culture*. London & New York: Routledge, 1996.

TIERNEY, Thomas F. Anatomy and Governmentality: A Foucauldian Perspective on Death and Medicine in Modernity. *Theory & Event*. v.2, n.1. Baltimore, 1998, p. 1-52. Disponível em: http://muse.jhu.edu/journals/theory_and_event/v002/2.1tierney.html. Acesso em: 18 ago. 2003.

“NÃO ME SINTO CULPADA”: PRÁTICAS CONTRACEPTIVAS E ABORTO EM GRUPOS POPULARES URBANOS¹

*Flávia de Mattos Motta
Carmen Susana Tornquist
Denise Soares Miguel
Glaucia de Oliveira Assis*

O objetivo da pesquisa da qual fazem parte estas reflexões que se seguem é analisar as representações de mulheres e de homens de grupos populares urbanos e compreender o que pensam sobre práticas contraceptivas, aborto e legislação sobre o tema, a partir de um inventário das práticas contraceptivas e de interrupção voluntária da gravidez, bem como as experiências dos sujeitos no que se refere aos chamados direitos reprodutivos e sexualidade. A escolha deste universo de pesquisa deveu-se ao fato de considerarmos que o recorte de classe - no caso, de classes populares - é fundamental e não deve ser negligenciado nem secundarizado nas análises identificadas com os estudos de gênero, entre outros.

Como nos chama atenção Claudia Fonseca, que sublinha a centralidade da dimensão de classe para pensar o caso do Brasil: “país onde quase um terço da população vive em situação de pobreza crônica e a distância entre ricos e pobres é uma das maiores do mundo (frequentemente comparado ao fenômeno do *apartheid* na África)”. Daí a importância de não perdermos de vista as diferenças e sutilezas entre matrizes simbólicas internas aos grupos populares, ou classes subalternas e/ou populares (FONSECA, 2006). A autora nos instiga

¹ Artigo apresentado no simpósio temático Interrupção voluntária da gravidez, tecnologias da reprodução, sexualidade e religião, coordenado por Rozeli Porto e Marlene Tamanini, a quem agradecemos a oportunidade e, muito especialmente, a Eliane Portes Vargas, debatedora que teve valiosas contribuições a este trabalho, muitas das quais ainda não incorporadas neste artigo. O texto foi escrito a seis mãos, mas resulta do trabalho de toda a equipe da pesquisa, entre as quais Silvia Arend, Glaucia de Oliveira Assis, Antero Maximiliano Reis, Silvana Pereira, Rozeli Porto e alunos envolvidos na pesquisa.

a pensar sobre o tema específico do aborto, tendo em vista as flagrantes desigualdades de acesso aos serviços, muitas vezes clandestinos, a que mulheres de diferentes classes sociais recorrem em situações de gravidez indesejada, expressando uma flagrante desigualdade estrutural da sociedade brasileira.

A importância social e a complexidade que envolvem o tema aborto (ou interrupção voluntária da gravidez - IGV) exigem pesquisas de toda a ordem e nas mais diversas áreas do conhecimento, ainda que muitas pesquisas já tenham sido feitas no Brasil (WERNECK, 2009). O registro etnográfico é importante no sentido de conta da diversidade não só das práticas, mas dos códigos morais que as orientam. O aborto é revelador das “múltiplas faces da cultura e de como as representações nela produzidas são contraditórias, sintomáticas de conflitos e relações de poder, constantemente reelaboradas e reatualizadas. É preciso pensar os valores, a moral, como partes de uma rede composta por malhas diversas e contraditórias” (MOTTA, 1997). Nossa pesquisa, interessada no aspecto plural das representações sociais sobre aborto, tem se empenhado em buscar e registrar a diversidade, o que esbarra na normatização dos discursos. Sendo alvo de penalização, valoração moral, normatização religiosa e condenações sociais de todo o tipo, é muito fácil obter depoimentos condenatórios sobre o aborto. Encontrar quem rompa o silêncio, revele o segredo, reconheça que fez, fale sobre o assunto e não se sinta *culpada* e assuma isso diante das pesquisadoras é que é difícil. Neste texto, optamos por privilegiar o depoimento de uma entrevistada, Beatriz, moradora de uma das comunidades na qual realizamos a pesquisa, que testemunha uma dentre tantas possibilidades no plano das práticas e da moral, a qual não pretendemos que seja entendida como “típica” nem tampouco “original” ou “excepcional”.

A experiência do aborto: o segredo e a ambiguidade

A interrupção voluntária da gravidez não é temática simples de ser analisada: na pesquisa acadêmica esta complexidade se manifesta tanto em termos metodológicos quanto éticos, e o acesso aos dados se coloca como particularmente difícil em virtude de não se tratar de prática legal, à exceção dos casos previstos por lei e, mesmo nestes, de difícil aplicabilidade (PORTO, 2006). No entanto, práticas ditas “abortivas” têm permeado as práticas sexuais e reprodutivas de mulheres de diferentes grupos sociais desde séculos no Brasil e no mundo, como mostram vários estudos (GREER, 1987; PEDRO, 2003; ROHDEN, 2003). Os significados para estas práticas nem sempre nos permitem

agrupá-las sob a mesma denominação ou mesma acepção (“aborto” ou “interrupção involuntária da gravidez”, “aborto terapêutico”, “tirar”, “fazer vir”, “fazer descer”). Os sentidos da concepção, da contracepção, do corpo e, sobretudo, da noção de pessoa humana são diversos e nuançados tanto ao longo do tempo quanto nas próprias sociedades contemporâneas em função das diversidades culturais que envolvem as dimensões étnica, religiosa, de classe, entre outras, como mostram vários estudos realizados sobre o tema (MOTTA, 1998; VICTORA, 1995; LEAL E LEWGOY, 1995).

É justamente por conta do desafio que representa analisar este tema em sua complexidade que consideramos necessário aprofundar nosso conhecimento científico acerca das representações sociais² em torno desta prática social da qual tão pouco se “fala”, mas que se coloca como uma possibilidade (ainda que não levada a termo) para a grande maioria das mulheres em algum momento de suas vidas (FERRAND, 2008). Para tanto, é preciso interpelar os sujeitos sociais de uma forma mais ampla, situando esta temática nos seus contextos socioculturais e ao longo de suas trajetórias de vida e suas experiências afetivas e conjugais em que pese o significativo fato de que a experiência da interrupção voluntária da gravidez se coloca como uma possibilidade em um repertório mais amplo de controle da fecundidade para quaisquer mulheres, independentemente das diferenças sociais. Nesta pesquisa nos interessa perceber e analisar como mulheres de grupos populares pensam sobre esta possibilidade - e como - e a experiência social deste grupo diante do aborto. Como sabemos, uma das principais causas da mortalidade materna no Brasil advém de práticas inseguras de abortamento que envolvem mulheres de camadas populares, para quem os riscos em relação a tal prática são muito maiores (VOLOSCHKO, 2003; VALONGUEIRO, 2003); SCAVONE, 2004). Neste sentido, o aborto tem sido considerado um caso importante de saúde pública ao mesmo tempo em que se acirra campanha dos chamados movimentos pró-vida, encabeçados pela Igreja Católica. No entanto, em que pese a importância deste aspecto - com o qual concordamos absolutamente - nos interessa saber como as mulheres (e os homens) das classes populares pensam o aborto e se, de alguma maneira, a ideia que impulsiona os movimentos feministas em prol de sua descriminalização fazem sentido a estes setores sociais, muitas vezes pautados por outros códigos morais nem sempre afeitos ao ideário

2 Quando pensamos em representações sociais nos referimos aos diferentes e contraditórios discursos acionados pelos sujeitos sociais, bem como as práticas sociais propriamente ditas.

emancipatório presente no feminismo “difuso” que se estende entre mulheres de camadas médias. Neste sentido, esta pesquisa situa-se no campo de uma antropologia feminista, orientada pelas ideias do feminismo contemporâneo, mas articulado com a busca de compreensão de universos simbólicos mais heterogêneos que imaginamos estar presentes entre o que chamamos aqui de “grupos populares” urbanos.

A pesquisa tem por universo empírico um dos maiores bairros populares de Florianópolis, que de certa forma aglutina várias comunidades, cujas histórias e identidades são heterogêneas: algumas são fruto de projetos habitacionais destinados à população tida como *carente*, outros são fruto das lutas pelo acesso à moradia que aconteceram nos anos 90 que congregam muitos migrantes de outras regiões do estado e do país, e que compuseram o movimento dos ‘Sem teto’ (CANELLA, 2006; MIGUEL, 2008). Desde então, esta área outrora marcada pelos vazios urbanos - fruto de especulação imobiliária - e pela presença de moradias de classes populares e camadas médias mais tradicionais da cidade, passou a ser alvo de investimentos de todas as ordens: projetos de moradia popular, equipamentos coletivos como escolas, postos de saúde, ONGs e projetos sociais ligados a Igrejas e a outras entidades de cunho filantrópico. Muitas destas comunidades são consideradas ZEIs (zonas especiais de interesse social) em função da precariedade das condições de vida da maioria desta população³. A heterogeneidade pode ser pensada também em vários sentidos e dimensões (escolaridade, renda, profissão, religião, o que interfere e condiciona) - mas não determina, como veremos depois - as formas de pensar sobre a sexualidade e reprodução.

Tratando-se, então, de *comunidades empobrecidas*⁴, consideramos que os riscos à saúde da mulher ampliam-se neste contexto uma vez que nas camadas médias urbanas, mesmo sendo o aborto ilegal, as mulheres com recursos podem buscar clínicas ou outros serviços clandestinos - porém de maior qualidade - enquanto as mulheres mais pobres não contam com esta rede de

3 Esta heterogeneidade, no entanto, se ofusca diante do pesado estigma que cotidianamente é reiterado pelas mídias da cidade, que costumam associar a região ao que Caldeira chama de “*fala do crime*” (2001), transformando todos seus moradores em pessoas potencialmente perigosas e ligadas à criminalidade, notadamente ao tráfico e à violência.

4 Utilizamos aqui o *itálico* para indicar as expressões utilizadas pelas pessoas das comunidades do bairro (categorias *êmicas*), e as *aspas* para indicar categorias subscritas pelas pesquisadoras. No campo da saúde pública poderíamos utilizar a categoria “vulnerabilidade social” para referir as condições encontradas nas localidades estudadas. Optamos por “comunidade empobrecida”, que nos parece uma categoria igualmente descritiva, a qual talvez não seja exatamente corriqueira, mas que é bastante usada por nossas entrevistadas.

apoio para amparar a decisão de interromper voluntariamente uma gravidez não desejada. Atualmente, como colocam vários estudos (BRASIL, 2009; SCAVONE, 2009), a entrada em cena de cytotec tem modificado um pouco o quadro dos abortos clandestinos realizados fora das clínicas, promovendo em cena uma substituição de métodos mecânicos invasivos, outrora utilizados entre mulheres de classes populares, mas o recurso a chás e a certas práticas físicas (notadamente, o carregar peso excessivo) compõe o repertório de métodos familiares acionados em caso de uma gravidez indesejada. Observamos neste universo várias referências ao uso do cytotec, junto ao recurso dos chás e outras combinações alimentares consideradas capazes de promover a interrupção da gravidez (vinho tinto com sonrisal, por exemplo). Cabe destacar que o medo da penalização altamente eficaz do ponto de vista simbólico, e em ascensão no país nos últimos anos⁵, faz com que muitas mulheres recorram a métodos danosos e de grande risco ao seu próprio corpo e sua saúde, ao mesmo tempo “acessíveis” no mercado, como é o caso do medicamento Misoprostol, o Cytotec (SCAVONE, 1998).

No universo da pesquisa encontramos situações muito similares àquelas apontadas pela pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo. A maioria das pessoas entrevistadas acerca do tema “aborto” posiciona-se contrária a tal prática (VENTURI e RECAMÁN, 2003). Situação similar àquela apontada por outras pesquisas, qualitativas, sobre o tema, realizadas no sul do Brasil com grupos populares, apontam as ambiguidades das representações sociais em torno do tema aborto. Se não deixam de colher depoimentos de mulheres adeptas da prática (MOTTA, 1998; PEDRO, 2003), também é explícito um posicionamento contrário e condenatório à prática do aborto entre mulheres dos mesmos grupos sociais de baixa renda (MOTTA, 2008). No entanto, não há apenas pessoas com opiniões conflitantes. As mesmas pessoas que criticavam o aborto também acionavam uma outra lógica ao analisar situações concretas, emergenciais. Esta espécie de “dupla moral”, presente na expressão “*em princípio, sou contra, mas....*”, revelaria, segundo os/as autores/as, a lógica do senso prático, ou seja, o uso concomitante (e não “contraditório”) de regras (gerais) e estratégias (individuais) (LEAL, 1995, p. 62). Nos parece que, assim como a prática da “doação/adoção” informal de crianças, comum em grupos populares, como

5 O caso do Mato Grosso do Sul, em 2007, tornou-se emblemático nesta escalada recente da criminalização de mulheres e profissionais de saúde no Brasil, tendo, ao que tudo indica, demarcado um momento diferenciado daquele no qual ao chamado “estouro” de clínicas não era sucedido de perseguições nem de violação aos direitos humanos, como aconteceu em Campo Grande (NEGRÃO, 2009).

mostra Fonseca (1999), intercala-se com criação de filhos consanguíneos também a “opção” pelo aborto, que não necessariamente desvincula-se do desejo de ter filhos e de atravessar uma gestação. O que revela o quanto a maternidade é uma “escolha” das mulheres de classes populares - e não um destino, conforme observa Scavone (2004) e, junto com isto, a noção mesma de capacidade de agenciamento destas mulheres, na medida em que parece haver uma escolha na interrupção de uma determinada gravidez, em algum momento e por razões muito mais complexas e diversas do que aquela que atribui a gravidez apenas à “falta de informação” sobre métodos contraceptivos.

Neste sentido é que afirmamos, no início, que o caso de Beatriz, analisado a seguir, não chega a ser um exemplo, já que ela destoa (por relatar o feito e declarar-se sem culpa) daqueles obtidos nas situações formais de entrevistas, nas quais as mulheres que faziam aborto sempre eram “as outras”, e nunca aquela que estava sendo entrevistada. No entanto, uma escuta mais atenta às falas corriqueiras e cotidianas nos contextos comunitários do bairro permite perceber a presença de um discurso contrário (ou, até, condenatório) em níveis abstratos do discurso, mas que, ao nível das práticas e das singularidades de cada sujeito ocupam uma outra valoração, menos normativa e mais sensível às circunstâncias e condições concretas vividas pelas mulheres.

Ao analisar as narrativas de mulheres que haviam realizado aborto, no interior de São Paulo, Lucila Scavone observa também que o recurso à interrupção da gestação, geralmente fonte de sofrimentos dos mais diversos, não necessariamente se coaduna com uma postura favorável à legalização do aborto, muitas vezes sendo fonte de autoculpabilização das mulheres no contexto de uma sociedade que associa, quase diretamente, a feminilidade à procriação (SCAVONE, 2004).

O problema é antigo - tanto quanto a prática associada à pobreza e exclusão social é histórica no Brasil. O mesmo atinge, no entanto, a atualidade na medida em que os níveis de mortalidade materna ainda são altos para um país como o Brasil, tendo em vista sua situação de clandestinidade. Cabe registrar, entretanto, que a mensuração da mortalidade materna no Brasil é um problema que vem chamando atenção de pesquisadores e gestores da saúde pública, tendo em vista o alto nível de subinformação da mortalidade materna no Brasil (VOLOSCHKO, 2003; VALONGUEIRO, 2003). Mesmo assim alguns indicadores têm apontado que o aborto tem ocupado os primeiros lugares entre as causas das mortes maternas no Brasil (SCAVONE, 2004), e grande parte delas são vistas como evitáveis. Neste contexto, cabe destacar que uma das maiores

causas de mortalidade materna refere-se aos processos de aborto mal sucedidos que, em geral, são feitos sem condições de saúde e higiene adequadas, tendo em vista a ilegalidade da prática e a ausência de recursos adequados que as mulheres pobres, ao contrário daquelas de classe média e alta dispõem⁶. Por estes motivos saúde sexual e reprodutiva, que inclui o tema “aborto”, tem sido prioridade na agenda dos movimentos de mulheres e feminista, no movimento sanitaria e também no plano das políticas públicas, não apenas no Brasil, mas no mundo. Nos últimos anos tem se reascendido a chamada reação conservadora, conhecida como “movimentos pró-vida”, que tem se feito presente em diferentes espaços sociais, seja em boa parte das Igrejas, seja nos meios de comunicação escritos⁷ e televisivos, como observamos durante os anos de 2009 e 2010 (POMAR, 2010).

Nos últimos anos, os debates sobre a inclusão do aborto legal por anomalia fetal recolocaram a polêmica do aborto mais uma vez em cena, acrescida dos discursos feitos pelo Papa Bento XVI, em visita ao país em 2007, e da crescente campanha em prol dos chamados direitos do recém nascido, que aparece (ainda que não de forma unívoca) na imprensa nacional. Muitos grupos e associações civis têm procurado ampliar o debate do “aborto legal” para o questionamento da legalidade como um todo, justamente considerando a recorrência desta prática e as formas perversas como a desigualdade socioeconômica se manifesta também sobre este aspecto, que polemizam e são contraditadas por boa parte dos discursos médicos e religiosos sobre o tema.

Vários estudos, como colocamos antes, têm discutido a dificuldade de perscrutar o sonoro silêncio que permeia a prática e a memória sobre o aborto (MOTTA, 2008; PEDRO, 2003). As dificuldades na pesquisa de um tema revestido de segredo, não é novidade, e um certo leque de respostas eram por nós desconhecidos. Mas a existência da prática do aborto também está registrada nos estudos locais sobre a história ou a sociedade contemporânea, as quais discutem os recursos dos chás e receitas caseiras, a introdução de sonda e outros objetos no útero, as comadres, e mais recentemente o misoprostol e a questão das interrupções voluntárias da gravidez reconhecidas por lei (PORTO, 2009).

6 Por estes motivos, saúde sexual e reprodutiva, que inclui o tema “aborto”, têm sido prioridades na agenda dos movimentos de mulheres e feminista, no movimento sanitaria e, também, no plano das políticas públicas, não apenas no Brasil, mas do mundo (SCAVONE, 1998).

7 O estudo de Silvia de Fávero Arend, integrante da equipe desta pesquisa, tem, justamente, analisado como o tema do aborto (e correlatos) aparece em revistas de ampla circulação nacional, e também nas revistas e jornais de igrejas espíritas e católicas no Brasil (AREND, 2009).

Sobre o uso deste medicamento pode-se comentar que tem sido usado, segundo apontam vários estudos, como um dos principais métodos de interrupção da gravidez, tendo sido observado seu crescente uso desde a década de 90 (BRASIL, 2009). Verificamos, de fato, em campo, que muitas mulheres fazem referências ao Cytotec, às vezes obtido com auxílio de alguma conhecida que disponha de acesso à receita (tendo em vista sua indicação médica habitual) ou no mercado local, de forma também clandestina, mas não exatamente difícil, como observamos anteriormente.

A bibliografia tem apontado também para o fato de que, nos grupos populares, as práticas contraceptivas e o aborto envolvem mulheres numa rede de apoio mútuo que constrói um conjunto de saberes e práticas que circulam entre gerações, o que está presente no contexto deste bairro. Não obstante as ambiguidades e o segredo que revestem a prática, Rozeli Porto (2009), apoiada nas colocações acerca do tema feitas por Georg Simmel, ilumina a reflexão sobre o aborto introduzindo a discussão do segredo.

Como colocamos antes, há que se sublinhar as dificuldades propriamente metodológicas de acesso às/aos informantes no que tange a um tema que já se encontra no cotidiano, revestido desta dimensão do segredo (e, talvez, da intimidade). Neste sentido, o recurso à observação etnográfica tem revelado grande eficácia. A inserção prévia no universo da pesquisa por parte de alguns membros da equipe em outras atividades acadêmicas (pesquisa e extensão) contribuiu de forma crucial para o acesso às pessoas, mas mais do que isto, à contextualização das entrevistas em um cotidiano marcado por conversas e convívio de mulheres.

Tira esse nenê da chuva, mulher: comunidade, ambiguidades, solidariedade e conflito

A partir dos dados obtidos por meio da observação participante, concomitante a etapa em que coletamos histórias de vida e reprodutiva de mulheres de diferentes gerações, pudemos descrever os arranjos familiares, as relações de gênero dentro da família e as relações de solidariedade ou conflito. Vimos como a comunidade tem uma experiência e uma memória em torno de noções de grupo, de coletivo e solidariedade. A experiência do (e no) movimento 'Sem teto', a história da ocupação são reais, mas se produziram uma cultura política da união e de uma identidade comum e não eliminaram, obviamente, as diferenças internas, as hierarquias e os conflitos. Tudo isso se manifesta em situações cotidianas

que envolvem algum desses elementos ou situações-limite, momentos por vezes dramáticos ou questões que envolvem comportamentos e juízos morais.

Não só os terrenos destas famílias foram obtidos coletivamente como resultado do movimento que os uniu, como as casas da comunidade foram construídas no sistema de mutirão pelas próprias mulheres as quais relatam o trabalho que chegou a tirar sangue de suas mãos. A organização do trabalho era coletiva. Enquanto umas construía as casas, outras cuidavam das crianças numa creche improvisada. Em vários momentos do trabalho de campo vimos essa memória em torno de noções de grupo, de coletivo e solidariedade ser acionada para reivindicar a união do grupo em torno do que era visto como objetivos comuns. E em várias situações vimos membros da comunidade mobilizar-se em torno de um interesse comum ou a favor de algum membro necessitado - seja na ajuda do descarregamento de materiais de construção em uma casa, seja pelos rapazes que acorreram para salvar uma senhora vítima de tentativa de estupro.

Na primeira vez em que estivemos na comunidade com o fim específico de dar início à pesquisa, ao participarmos de uma reunião na casa comunitária numa noite em que caía uma chuvinha fina, escutamos alguém passar na rua e gritar para vizinha: “Tira esse nenê da chuva, mulher”. À luz do trabalho de campo feito ao longo de quase um ano nesta comunidade podemos tomar essa frase como emblemática da conhecida responsabilidade coletiva da comunidade sobre uma criança nesses grupos (FONSECA, 1999). Evidentemente também podem ser lidas aqui as relações de poder envolvidas no que chamamos marcadores de gênero, idade e raça (o nenê era negro, a voz era masculina, a mãe era uma mocinha). Não obstante, o que queremos reter desta frase é essa proximidade das relações de vizinhança nas quais as fronteiras do privado e do doméstico podem até ser claras, mas não são impermeáveis.

A memória e ideais de grupo, de coletivo e solidariedade que marcam os “tempos da ocupação” aparecem nos discursos como uma espécie de passado de ouro, uma vez que contemporaneamente as relações são vistas como desarticuladas e conflituadas. Já os relatos sobre aborto vêm marcados pela ambiguidade, pois ora ressaltam redes de apoio, ora ilustram rivalidades e acusações acerca da moral alheia.

Em relação ao tópico “aborto” desta pesquisa, a “desarticulação” do sentido comunitário ressaltado na memória coletiva configura-se na forma da foca e maledicência que aponta e condena a outra de quem se ouviu falar ou se tem evidências que pratica aborto ou favorece a prática de outra/s mulheres (filha/s, por exemplo). Estes discursos vêm permeados de ideologias religiosas,

tanto a católica, que marcou fortemente a liderança do movimento fundador da comunidade, e que se faz presente no cotidiano daqueles grupos ainda vinculados a este ethos, quanto às espíritas de que são também adeptos/as muitos/as moradores/as (exclusivamente ou concomitantemente com o catolicismo). Os relatos sobre aborto demonstram a prática do segredo e contam com uma rede de solidariedade, mas muito restrita, que inclui basicamente mulheres e eventualmente homens, conforme ilustrado no caso de Beatriz, que apresentaremos adiante.

Não me sinto culpada: aborto, recursos, ajudas e como se livrar do “retorno”

Beatriz é uma mulher de 34 anos, tem Ensino Médio completo (“Fiz supletivo, mas terminei.”), sem emprego fixo (trabalha como vendedora autônoma) e mora com a irmã adolescente e a mãe, uma das lideranças do grupo de mulheres da comunidade, técnica em contabilidade e com cerca de 55 anos, ativa participante da ocupação que fundou o bairro).

Como afirmamos na introdução, o relato de Beatriz não é “típico”, mas em certos aspectos repete as experiências de outras mulheres. É, por exemplo, representativo dos itinerários e buscas por soluções no caso de uma gravidez indesejada. A exemplo do demonstrado por estudos da Antropologia da Saúde, que analisam os “itinerários terapêuticos” (caminhos percorridos pelo doente em busca de soluções diversas e, aparentemente, contraditórias, passando por várias etapas e especialistas) diante de uma gravidez indesejada, que se pretende interromper, mulheres enfrentam uma espécie de “itinerário abortivo”, no qual há presença de outras pessoas - em geral mulheres (amigas) mas também homens - e, claro, de vários tipos de “métodos” ou estratégias. A história de Beatriz, neste aspecto, é muito similar a de outras mulheres que passaram pela experiência do aborto:

Eu lembro depois quando contei pra Paloma ela ficou triste, chorou. Se ela soubesse de uma coisa dessas, ela jamais teria deixado acontecer... (E como que tu fizeste pra?...). Mas assim, eu não me arrependo! Eu tinha uma vizinha... Uma vizinha aqui do lado que é enfermeira e outra vizinha na outra rua, a Margarida (...). Aí a Margarida sabia onde tinha, onde vender o remédio. (Ah... o Cytotec!) É! Primeiro eu fui no ginecologista e falei pra ele. Daí ele falou, me indicou uma clínica e eu... Depois me falaram toma vinho

com... sorrisal! Tomei (risos) (...) Tomei! Depois o que mais, chá de arruda! Tomei! Ah... que mais... daí fui inventar de tomar esse negócio, esse negócio era caro! Cytotec... [sic].

A confirmação da gravidez, no caso de Beatriz, compartilhada, como ela conta, por outras mulheres de sua rede de relações, é lembrada como um momento secreto e dramático compartilhado com o namorado:

(Tá, mas assim, quando tu soubestes que estava grávida, que que tu falastes?) (silêncio) eu fui fazer o exame! (...). E ele foi buscar! Na hora do meio dia, daí ele veio aqui em casa, daí ele veio com o exame desesperado, e o pneu da moto furou ali na frente... O pneu da moto furou, eu chorei, chorei, chorei e ele chorou também. Ahm... aí a gente ficou pensando o que nós ia fazer pra ninguém saber, entendeu? Aí como nós ia fazer, eu era de menor, ia ter que baixar hospital, entendeu? Daí a gente pensou “meu Deus como é que nós vamos fazer?” [sic].

É interessante observar nesta fala o toque dramático assumido pelo evento envolvendo o pneu da moto do namorado. Malgrado a banalidade do evento, o pneu furado confere, entretanto, dramaticidade ao relato, como se expressasse simbolicamente toda a imprevisibilidade da situação e o despreparo inicial diante dela. Imprevisibilidade, despreparo: desalento e desespero. Passado o momento do choque da constatação e o das buscas de soluções paliativas, ineficazes, vem a etapa de acionamento das redes, da busca por informação, o enfrentamento da decisão e dos problemas impostos por ela, como o econômico. E finalmente a ação:

Eu já tinha pensado em ir nessa clínica de aborto, só que essa clínica de aborto era em Joinville e era muito caro. Ele sempre trabalhou, mas nunca teve assim... muito (ênfatisa com a voz o “muito”) dinheiro. Daí eu sei que eu olhei pra minha vizinha e daí a gente falou com a outra aí... (A tua vizinha era mais velha? E era a tua amiga assim?) Aham. Aí me ajudou, daí peguei e fui, falei com a outra, a gente foi lá e encontrou o remédio. Mas quando tu é nova tu não sabe das coisas, entende? O cara mandou eu tomar 11 remédios! 11 remédios! E duas injeções eu tomei. Tomei duas injeções pra dilatar o útero e o remédio eu tomei seis e botei quatro, alguma coisa assim... só que quando eu fui tomar os comprimidos, quando eu tomei o primeiro remédio eu tava na casa dele. Quando eu tomei o primeiro remédio eu já vomitei. (E ele fez tudo

junto contigo?) Tudo, tudo, tudo! Tudo junto! Foi comprá, me ajudou, ficou comigo, me cuidou. Daí me falaram que tinha que ficar não sei quanto tempo antes de começar a sangrar. Aí eu tomei de madrugada, não lembro que horas eu tomei, comecei a passar mal de madrugada e eu tremia, tremia, tremia. Daí eu tinha que ficar até umas sete horas, depois tinha que vir embora, ficava vendo filme. (...). Tá, aí eu passei mal, mal, mal. Flávia, tu não tem noção porque aquele idiota não falava com ninguém. Falaram pra eu fazer que ia sair. Fui, fiz. Quase morri. Tava de três meses já. (...) E eu tremia tanto, tremia tanto, tremia tanto que eu pulava na cama de tanto que eu tremia. Horrível! (...) Tremia. Tremia muito, imagina tomei 11 remédios, guria! Não se toma 11 remédios! 4 já resolve! (...) Eu não lembro qual foi a hora, passei mal a noite inteira. (E a enfermeira não ficou junto nem nada?). Não, qualquer coisa a gente ligava pra ela. Entendeu? Daí sei que fiz, ele pagou. E daí de manhã eu comecei a sangrar, fui no banheiro, teve uma hora que eu fui no banheiro que desceu uma bola e fez assim “ploct”! (...) Desceu uma bola e “ploct”! Aí eu chamei ele. Aí ele veio puxou a descarga.

É muito curioso e instigante o que esses dados sugerem em termos da novidade da participação masculina, ativa, quando o recurso é o misoprostol. Há dois homens neste relato. Um é o homem que vende o remédio indicando uma dosagem excessiva, orientando mal, um “idiota que não falava com ninguém”. Que o misoprostol torna a interrupção menos arriscada que outros procedimentos “populares” parece indiscutível, no entanto a desinformação - consequência de sua proibição - aumenta os riscos. O detalhe do “idiota que não falava nada” é sugestivo disso como também do interesse econômico do negociante em vender mais a despeito dos riscos de uma superdosagem ou de outros riscos decorrentes do uso de um medicamento controlado, que hoje só é fornecido pelos hospitais.

O outro homem é o namorado, que compartilha todos os momentos, desde a descoberta, a confirmação desesperada da gravidez, a compra do remédio (arriscada também), parceiro de todo o procedimento e cuidador. Essa participação masculina ativa no processo representa uma grande mudança se comparada a outros registros, em que o homem não aparece ou, se aparece, é como ‘aquele que não entende’, que abandona a mulher nesta situação, está ausente de todo o processo ou que aparece só para condenar a sua escolha. A novidade da participação masculina, tal como aparece neste como em outros relatos, também coletados entre jovens de camadas médias durante a mesma

pesquisa, se realiza através da compra do misoprostol, do acompanhamento durante o procedimento e do ato de “puxar a descarga”⁸.

O trecho do relato reproduzido acima se refere à parte mais secreta da experiência, a que, além de incluir o segredo, é feita no privado, correndo-se todos os riscos e com poucas garantias de controle sobre o que pode dar errado (as tremedeiras, a overdose, a segurança vaga de uma enfermeira conhecida que pode ser acionada). Cumprida essa etapa, ainda em segredo, pode-se recorrer ao sistema público de saúde:

Daí eu não sei mais quantas horas eu fiquei deitada... depois fui pro hospital. A minha vizinha tava trabalhando nessa semana, daí ela me ajudou. (Aí que bom! Aí tu fez curetagem?) Fiz curetagem. Aí fiquei só uma noite e já fui embora. Minha mãe ficou comigo. (Tu diz de ficar lá, internar lá?) Aham, só uma noite! No sábado pra domingo, acho que foi de sábado pra domingo.

Como em outros relatos, nesse de Beatriz vemos a mulher muito segura do que fez e não se diz arrependida. Ronda, no entanto, o aspecto da culpabilização de uma prática socialmente, legalmente e religiosamente condenada. Nos relatos que obtivemos, é recorrente a ideia de que a prática do aborto “é um assassinato”, envolve (“tirando”) uma vida e impede que um espírito reencarne. A consequência disto é o temor pelo “retorno” - a ideia de que o mal praticado “retorne” para quem o praticou. Beatriz não se deixa intimidar por esses temores. Se informada sobre a doutrina espírita que sustenta tal ideia, é na própria doutrina que ela garante a sua “salvação”:

(E sobre aborto, lá no centro espírita falam disso?). São contra. (São contra, não é? E tu já ouviste lá alguma vez alguma falação sobre isso? Não sei, numa palestra eu acho. Mas a prática descrita eles condenam isso! Porque depois até, tu vai ter, tu pode ter em outras vidas. (Por que eles condenam? Por que eles são contra?) (silêncio) Ai, eu não sei te falar agora... (silêncio),

8 Durante o desenrolar da pesquisa temos ouvido muitos depoimentos de jovens de camadas médias, estudantes universitários, seja através de relatos em diário de campo, entrevistas e grupos focais, utilizados como grupos de controle. Nestes contextos, também tem chamado atenção a presença de acompanhantes masculinos - não necessariamente os parceiros, mas amigos, irmãos, etc. (POMAR, 2010). Assim é o registro feito por um estudante em que a presença masculina não é o namorado da moça, de classe média, mas sim o irmão dela, homossexual, e seu companheiro, que acompanham todo o processo, desde a compra do remédio, até o gesto final de “puxar a descarga”, feito pelo irmão da moça.

não lembro. (Uhum.) É porque a pessoa tá querendo nascer de novo e daí tu vai interrompe aquele ciclo que ele tá esperando não sei quanto tempo. (Que é um espírito que vai...) Isso. É, que vai reencarna e tal. Por isso tem que fazer trabalhos voluntários. Faço isso pra me redimir dos pecados (risos). É, vou fazendo pro bem, quem sabe a gente tenha perdão. (É, até a circunstância que foi, não é? Tu tinhas uma situação que foi como tu conseguiu lidar, não é, novinha, não é, acho que isso aí deve contar também, né? (risos)... Não sei... porque se fosse hoje eu faria de novo, entendeu? Não me sinto culpada.

É notável aqui a capacidade de agência da mulher. Ela vai buscar na própria doutrina religiosa a saída para o conflito. Não obstante a condenação moral e a criminalização do aborto, ao se deparar com uma gravidez indesejada ela, sem deixar de enfatizar toda dramaticidade e dificuldade da situação e da escolha feita, opta por interromper a gestação, sem nenhuma sombra de dúvida sobre essa decisão. E se a doutrina religiosa por que opta oferece algum desconforto pela forma que entende a concepção e seus significados, dando caráter de “pecado” ou “mal” a suas escolhas, é justamente nesta doutrina que ela vai buscar a solução para a situação de viver em suposto conflito com ela: uma ação pode neutralizar outra. Assim ela faz o bem para neutralizar o suposto mal. Uma ação neutraliza a outra e é a sua leitura ativa da doutrina espírita que lhe permite isto: ela obtém “perdão” e não se sente culpada, tanto resolve o conflito, que faria de novo.

Considerações finais

Conforme mencionamos antes, embora na sociedade brasileira, em geral, ocorra um discurso contra as práticas abortivas em contextos sociais específicos ou nas experiências privadas dos sujeitos, quando essa questão é colocada na experiência concreta das mulheres, são acionadas justificativas diversas para que, em determinadas situações, mesmo sendo prática ilegal e, talvez, mais do que isto, moralmente condenada por diversas igrejas, essa prática ocorra, ou seja, aventada como uma possibilidade a ser alvo de escolha em face de uma gravidez que não se quer que seja levada a termo. Saber quais são esses contextos, que redes são acionadas, como as informações circulam, quais as consequências para a saúde das mulheres, quais os contextos de tomada de decisão tornam-se questões importantes para nortear o debate e a formulação de políticas públicas - nesse sentido a importância desta investigação. Observamos que, como mostra o recente

levantamento do Ministério da Saúde acerca da temática no nosso país, a imensa maioria dos estudos feitos sobre o tema recorrem a técnicas de pesquisa documental e entrevistas, em geral com cerca de 12 meses de coleta (BRASIL, 2009, p. 47), e em sua maioria apontam para a questão como um desafio para a saúde pública, o que consideramos absolutamente importante e significativo, ainda mais no contexto de reação conservadora no campo dos direitos humanos e aos direitos sexuais e reprodutivos firmados em acordos internacionais pelo governo brasileiro. Acreditamos também, todavia, que pesquisas qualitativas como esta, e orientadas pelos referenciais feministas, podem contribuir com o aprofundamento da questão do aborto desde um ponto de vista que vá além de sua dimensão de saúde pública (necessária, mas insuficiente) pois, como coloca Michèle Ferrand (2008), “o direto ao aborto, independente da condição de classe, é uma condição necessária para a emancipação das mulheres”.

Referências

AREND, Silvia. *Aborto e imprensa no Brasil* (1995-2009). Florianópolis: UDESC, 2009. Projeto de pesquisa [mimeo].

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: FGV, 2001.

CANELLA, Francisco. *O que faz da Nova Esperança uma comunidade?* Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006. Trabalho de conclusão da Disciplina Metodologia II. - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

DINIZ, Débora. Aborto na suprema corte: o caso da anencefalia no Brasil. *Revista Estudos Feministas*. v.16, n.2. (Dossiê Aborto). Florianópolis: UFSC, 2008, p.647-653.

FERRAND, Michèle. Aborto: uma condição para a emancipação feminina. *Revista Estudos Feministas*. v.16, n.2. Florianópolis: UFSC, 2008, p.653-660.

FONSECA, Claudia. Classe e recusa etnográfica. In: BRITES, Jurema e FONSECA, Claudia. (org). *Etnografias da participação*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2006.

_____. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1999.

GREER, Germaine. *Sexo e destino: a política da fertilidade humana*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

LEAL, Ondina F. e LEWGOY, B. Pessoa, aborto e contracepção. In: LEAL, Ondina. (org). *Corpo e significado: ensaios de antropologia social*. Porto Alegre: UFRGS, 1995, p. 57-76.

MIGUEL, Denise Soares e FORTES, Priscila Rodrigues. Tecnologia e Educação: transformando informação em conhecimento. *Revista de Extensão da Udesc*, 2007.

MOTTA, Flávia de Mattos. Falando sério: a gente sabe (maternidade e aborto). In: *Velha é a vozinha: identidade feminina na velhice*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 1998, p. 91-94.

_____. Sonoro silêncio. Por uma história etnográfica do aborto. *Revista Estudos Feministas*. v.16, n.2. Florianópolis: UFSC, 2008, p.681-690.

NEGRAO, Télia. De vítimas a criminosas: as mulheres que abortam. In: CASTILGHOS Clair; LAGO, Mara e TORNQUIST, Carmen. (org). *Leituras de resistência II*. Florianópolis: Mulheres, 2009, p. 485-516.

PEDRO, Joana. (org). *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

POMAR, Iara Maria Torok.; TORNQUIST, Carmen Susana. Florianópolis: FAED/UDESC, 2009. Relatório Final de pesquisa (IC) [mimeo].

PORTO, Rozeli. *Legal e Seletivo? Parece mas não é...* Um estudo comparativo sobre o aborto no Brasil e em Portugal. Florianópolis: UFSC, 2006. Projeto de Tese de Doutorado.

_____. *Aborto legal e cultivo do segredo*. Florianópolis: UFSC, 2009. Dissertação (Antropologia Social). PPGAS, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

ROHDEN, Fabíola. A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX. *Coleção História e Saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

SCAVONE, Lucila. *Dar a vida e cuidar da vida: o feminismo e as ciências sociais*. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. Les paradoxes des droits reproductifs au Brésil: avortement et stérilisation féminine. *Cahiers du Genre*. n. 25. Paris: L'Harmattan, 1999, p.123-138.

SÉRIE TEXTOS BÁSICOS DE SAÚDE. *Aborto e saúde pública no Brasil*: vinte anos. Brasília, 2009.

SOARES, Gilberta. Profissionais de saúde frente ao aborto legal no Brasil: desafios, conflitos e significados. *Cadernos de Saúde Pública*. v.19, suplemento 2. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003, p.399-406.

VALONGUEIRO, Sueli. Avaliação de procedimentos para identificar mortes maternas. *Cadernos de Saúde Pública*. v. 19, supl. esp.2. Rio de Janeiro: Fiocruz, [s.d.], p. 293-302.

VENTURI, Gustavo e RECAMÁN, Marisol. *A mulher brasileira nos espaços públicos e privados*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VOLOCHKO, Anna. A mensuração da morte materna no Brasil. In: BERQUÓ, Elza (org). *Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2003, p.229-254.

WERNECK, Jurema. O aborto (ainda é) uma luta feminista? In: CASTILHOS, Clair.; LAGO, Mara e TORNQUIST, Carmen. (org). *Leituras de resistência II*. Florianópolis: Mulheres, 2009, p. 441-464.

PSICANÁLISE, SEXO E GÊNERO: ALGUMAS REFLEXÕES

Paulo Roberto Ceccarelli

Pensar a alteridade é, então, pensar o diferente, a relação, o conflito. Isto é mais difícil, evidentemente, do que pensar a diferença dos sexos apoiada em invariantes culturais, antropológicas ou psicanalíticas ou, ainda, graças a boas intenções sobre a complementaridade natural dos sexos e a boa consciência sobre a perenidade do mal feminino.

Geneviève Fraisse

Introdução

Antes de abordar a questão proposta pela mesa - *Psicanálise, gênero e sexualidade* - gostaria de precisar aquilo que hoje se chama “estudos de gênero”. Trata-se, de um lado, dos movimentos feministas com as teorias que os sustentam; e, de outro lado, das práticas políticas às quais estes movimentos conduzem. Ao mesmo tempo, o conceito operatório de *gênero* não se limita aos estudos feministas e nem todo trabalho que implica a utilização de *gênero* engloba alguma forma de militância.

É interessante lembrar que algumas passagens da obra de Freud abriram perspectivas inéditas e revolucionárias sobre a sexualidade, a ponto de

algumas feministas verem na psicanálise uma possibilidade de emancipação. Porém, mais tarde elas passaram a acusar Freud de androcentrismo por perpetuar o modelo patriarcal que sustentava algumas de suas posições. O problema tomou novas proporções quando, em 1925, Freud teorizou sobre a fase fálica no desenvolvimento das meninas. Ao responder as reivindicações feministas, Freud acabou patologizando suas demandas: “Não devemos nos permitir ser desviados de tais conclusões (sobre a formação do superego nas mulheres) pelas negações dos feministas, que estão ansiosos por nos forçar a encarar os dois sexos como completamente iguais em posição e valor (FREUD, 1925, p. 320).

A posição falocêntrica defendida por Freud, entretanto, começou a produzir polêmicas a partir de 1930. “Vozes isoladas”, como dizia Freud, falavam da existência de sensações vaginais precoces. Dentre estas “vozes” destacam-se as de Melanie Klein, Joan Riviere, Hélène Deutsch, Karen Horney e Ernest Jones. Estes autores questionavam a concepção freudiana da fase fálica e da inveja do pênis. Melanie Klein (1959), por exemplo, defendia que a menina, desde pequena, possuía o conhecimento da vagina, embora fosse recalcado em função do clitóris.

O rompimento quase definitivo com a teoria psicanalítica por parte de algumas feministas se deu em 1927, em *O Futuro de uma ilusão*, e em 1929, em *O mal-estar na civilização*. Nestes textos Freud fala das injustiças sociais e das classes oprimidas sem mencionar a opressão social que sofrem as mulheres.

A utilização da palavra gênero aparece em várias áreas do conhecimento. Por exemplo, a antropologia nos mostra que as noções de gênero, das diferenças sexuais anatômicas, a criação simbólica do sexo, o modelo do masculino e do feminino devem ser compreendidos como uma criação própria a cada cultura. Nas relações psico-sociais ou interpessoais o gênero é um modo de organização de modelos que são transmitidos aos indivíduos, e através dos quais as estruturas sociais e as relações entre os sexos se estabelecem: a divisão de trabalho, as relações de poder entre homens e mulheres, que determinam tanto os processos de subjetivação e de socialização quanto as interações sociais. Em psicologia fala-se de identidade de gênero e de papel de gênero para designar o modo que o sujeito vive o gênero ao qual se sente pertencer, e responde aos ideais social e historicamente construídos e atribuídos ao gênero em questão.

Psicanálise e gênero

A literatura sobre a questão do gênero em psicanálise deixa claro duas perspectivas conflituais: a interseção do individual - da constituição do Eu, ou

do sujeito - e as construções sociais como tributárias de processos históricos. Para alguns psicanalistas, por mais que os processos sociais possam interferir nas construções constitutivas do Eu, os conflitos observados são sempre individuais, relacionados a mecanismos intrapsíquicos inconscientes, logo, independentes, com raras exceções, do social. Para estes, o conceito de gênero não traria grandes contribuições à psicanálise, e os trabalhos de Freud sobre a sexualidade, sobretudo a infantil, já trazem no seu bojo postulados bem avançados e ideias inovadoras e originais para a época sobre a questão de gênero. Outros, partindo da famosa observação freudiana segundo a qual “toda psicologia individual é, ao mesmo tempo, também psicologia social” (FREUD, 1921, p. 91), entendem que o tema contribui para a compreensão de certos conflitos.

A utilização do termo “gênero” tem gerado mais polêmica do que consenso no universo psicanalítico. Esse termo, frequentemente utilizado na literatura anglo-saxônica, na qual encontramos expressões como: “identidade de gênero”, “problemas de gênero”, “disforia de gênero”, é de uso bem mais recente e restrito na terminologia psicanalítica brasileira.

A distinção entre sexo e gênero foi introduzida na psicanálise pelo psicanalista norte-americano Robert Stoller visando uma melhor compreensão da psicodinâmica do transexual. Stoller isola, para melhor delinear, os aspectos da psico-sexualidade que, para ele, são “independentes” do biológico: gênero. Para isso, ele parte do que Freud chama de “caracteres sexuais mentais” (atitude masculina e feminina) que são, até certo ponto, independentes dos caracteres sexuais físicos e do “tipo de escolha de objeto” (FREUD, 1920).

Stoller separa, então, os dois aspectos do conceito freudiano de bissexualidade - o biológico e o psíquico - para, em seguida, examinar a dimensão biológica (sexo) por meio do estudo dos interssexuais, e a dimensão psíquica (gênero) pelo estudo dos transexuais. Stoller conclui que o gênero prima sobre o sexo. Este desdobramento vai permitir-lhe apreender a aquisição do feminino e do masculino - o gênero -, por um homem (*male*) ou uma mulher (*female*) - o sexo¹. Segundo Stoller, “gênero”, tal como o gênero gramatical (masculino, feminino), traduz melhor as conotações psicológicas e/ou culturais que “sexo”. “O gênero é a quantidade de masculinidade, ou de feminilidade, que uma pessoa possui. Ainda que existam misturas dos dois nos seres humanos, o homem (*male*) “normal” possui uma preponderância

¹ A tradução de “*male*” por homem e de “*female*” por mulher não é adequada. O mais correto seria traduzir “*male*” por macho e “*female*” por fêmea. Entretanto, o uso destas palavras em português tem conotações ambíguas.

de masculinidade, e a mulher (*female*) “normal” uma preponderância de feminilidade” (STOLLER, 1978, p. 61).

A crítica que se faz a esta divisão proposta por Stoller - “sexo” para falar do biológico, e gênero para falar da ordem social - é que ela restabelece o binarismo “natureza/cultura”, dando ao “sexo” a conotação de biológico e “natural”, o que escamotearia completamente o fato de que o sexo, assim como o gênero, é uma construção conceitual. Não se trata, evidentemente, de negar a diferença biológica, mas os Estudos de Gênero (*Gender Studies*) há muito nos ensinaram a não confundir esta diferença com o uso ideológico que delas fazem as sociedades.

A teoria lacaniana critica radicalmente a utilização da noção de “gênero” alegando que tais noções não levam em conta que a identidade sexual - construção imaginária - se constitui pela articulação do real e do simbólico. Uma vez que o real do sexo é inacessível, o essencial para a construção da identidade sexual é que ela seja simbolicamente reconhecida pela palavra do Outro, encarnada por quem acolhe a criança no mundo. Esse reconhecimento inscreverá o recém-nascido na função fálica e transformará a criança em ser falante, homem ou mulher. Nada, no psiquismo, permite que o sujeito se situe como macho ou fêmea; é do Outro que o ser humano aprende, peça por peça, o que fazer como homem ou como mulher (LACAN, 1985).

Por outro lado, com Bertini (2009) acreditamos que, contrariamente o que diz a teoria lacaniana, não existe nenhuma lei absoluta e única que sustentaria as construções simbólicas - nenhum “re-Père” - susceptível de nos guiar. Nada determina nada; o sentido aparece como errante em busca das possíveis determinações provisórias; e qualquer ordem simbólica, embora necessária, é pura indeterminação. Neste sentido, acho deplorável a insistência lacaniana em colocar o falo no fundamento da ordem simbólica pois, em realidade,

as diferenças visíveis entre o corpo feminino e corpo masculino que, sendo percebidas e construídas segundo os esquemas práticos da visão androcêntrica, tornam-se o penhor mais perfeitamente indiscutível de significações de valores que estão de acordo com esta visão: não é o falo (ou a falta de) que é o fundamento desta visão de mundo, e sim é essa visão de mundo que, estando organizada segundo a divisão em *gêneros relacionais*, masculino e feminino, pode instituir o falo, constituído em símbolo da virilidade, de ponto de honra (*nif*) caracteristicamente masculino; e instituir a diferença entre os corpos biológicos em fundamentos objetivos da diferença entre os sexos, no sentido de gênero construídos como duas essências sociais hierarquizadas (BOURDIEU, 2002, p. 43).

Para alguns, perturbar esta ordem simbólica ameaçaria a circulação dos signos e impediria a separação/alienação do sujeito e seu subsequente posicionamento na ordem simbólica - no Outro - na qual a metáfora paterna seria a única garantia possível. Podemos observar, com inquietação, como nos últimos anos uma parte significativa dos psicanalistas solicitados a se pronunciarem sobre as mudanças nas organizações sociais veem nelas a agonia do pai, o fim da ordem simbólica e o retorno a uma fusão originária e fantasmaticamente temida com a mãe, o que demonstra uma confusão sintomática entre o poder das mulheres e o das mães (CECCARELLI, 2002; 2007). O pai separador, única via possível de acesso à ordem simbólica segundo a teoria lacaniana, aparece como um dogma intocável: “o dogma paterno” (TORT, 2005). A prevalência no Pai como guardião da ordem simbólica marca, por um lado, a separação necessária e vital com a mãe, vista como onipotente e abusiva e, por outro lado, a entrada no universo simbólico regido pelo princípio masculino, pela dominação masculina. As consequências políticas e ideológicas de tal visão da organização social, na qual o Pai detém o poder organizador central, é por demais conhecida e dispensa comentários.

O pensamento freudiano

Em Freud não encontraremos o termo “gênero”, pois, em alemão, uma só palavra designa sexo e gênero: *Geschlecht*. Entretanto, ele fala de uma forma de classificação que começa numa etapa anterior à castração, e que poderíamos classificar de “segundo o gênero”. Em seu texto de 1908, *Sobre as teorias sexuais das crianças*, Freud nos convida a imaginar uma situação em que, despojados de nossa “existência corpórea” e como “seres puramente pensantes” vindos de outro planeta, chagássemos a Terra. Neste planeta desconhecido, o que mais nos chamaria a atenção seria a existência de dois sexos (ou de dois gêneros). Tal distinção seria feita pelos “sinais externos mais óbvios”, sem levar em conta a existência de uma diferença anatômica.

A criança, imersa desde o nascimento no universo cultural e discursivo da sociedade da qual faz parte, aceita sem questionamento a existência do pai e da mãe, coloca-se de um lado ou de outro, e diferencia aquele que não se assemelha a ela. Ela constata que, ao seu redor, as pessoas têm vestimentas diferentes; fazem, ou não, determinadas coisas; aprende que certas coisas, ela - a criança - pode fazer por ser menino, ou menina, mas, que outras, pela mesma razão, não podem fazer. Essa distinção só é possível porque “suas lembranças

(as das crianças) mais antigas já incluem um pai e uma mãe” (FREUD, 1908, p. 215). Mas, para além dessa primeira classificação operada pelo discurso social, pelos costumes, por aquilo que podemos chamar de “função social do sexo”, temos também o olhar da criança que, aos poucos, vai transformando o corpo anatômico (real) em corpo sexuado.

Resumindo: é possível dizer que, em Freud, existe uma classificação segundo o gênero; uma distinção que começa em uma etapa anterior à castração, sem levar em conta a anatomia, cuja base é a diferenciação pai/mãe. A apreensão dos gêneros se faz sem levar em conta o órgão sexual. A presença ou a ausência do órgão sexual masculino ou feminino não constituem garantia de que o sujeito se coloque do lado dos homens ou do das mulheres: o transexualismo é o maior exemplo disso. A distinção de gênero, categorias binárias fundamentais, é dada à criança desde cedo e não leva em conta o pulsional. Talvez seja por isso que, em Freud, não encontramos uma “teoria de gênero”.

Ao mesmo tempo, uma leitura cuidadosa da obra de Freud no que diz respeito à «masculinidade» e à «feminilidade» revela o quanto ele estava à frente do seu tempo, operando aquilo que chamaríamos hoje de desconstrução, no sentido que Derrida dá a este termo². Embora trabalhe com categorias binárias, Freud acaba desconstruindo tais categorias ao mostrar que tanto a «masculinidade» quanto a «feminilidade» *são pontos de chegada e não de partida*; e que o ponto de chegada é sempre único, pois tributário da particularidade dos processos identificatórios de cada um. Ao chamar a atenção para o caráter incerto da masculinidade e da feminilidade, para a dificuldade em se definir masculino e feminino, Freud é revolucionário, pois recusa toda amarra na realidade anatômica: a significação dessas noções nada tem de natural e de convencional. Elas são resultados de processos bem mais complexos que as determinações instintuais³.

O que leva uma criança a dizer que é menino ou menina é a consolidação de uma crença que começa após o nascimento - hoje mais cedo, com a ecografia -, a partir da designação do sexo/gênero do recém-nascido feita pela pessoa que presenciou o nascimento e, mais tarde, pela inscrição no cartório civil. Tal

2 Desconstruir um texto não é destruí-lo, e sim ‘re-interrogar’ os pressupostos para abrir novamente, a partir daí, novas significações. Desta forma, colocam-se em crise seus conceitos e suas categorias mais seguras para relançar o sentido e a precária verdade.

3 Freud expõe longamente sobre a dificuldade de se encontrar uma significação satisfatória para “masculino” e “feminino” numa extensa nota de rodapé acrescentada em 1915 aos Três ensaios (p. 226); e, também, em uma outra nota, ainda mais longa, no Capítulo VII de O mal-estar na Civilização (p. 126 e seg.).

designação se baseia, tradicionalmente, nos dados anatômicos do bebê. Em seguida, ele começará a ser tratado de acordo com os atributos do sexo/gênero que lhe foi designado. É nessa referência que lhe será dito - através de palavras, do discurso dos pais sobre a criança e para com a criança, discurso baseado nos desejos de quem lhe deu vida psíquica, em seus fantasmas e crenças, pelos presentes que serão dados ao recém-nascido, pelo lugar que ele ocupa na família e na sociedade etc. - que ele é um menino ou uma menina. Tal crença lhe será confirmada durante toda a vida pelo seu corpo, pela sua psico-sexualidade e pela opinião comum. Aos poucos, a criança será informada do lugar do qual ela deverá responder, segundo o sexo/gênero ao qual pertence. Isto significa que o que é designado como atributos do gênero faz parte das identificações e são inseparáveis do sexo e a existência de ambos é relacional.

É inicialmente por intermédio dos pais e do grupo primário que a criança vai adquirir os elementos de informação sobre o sistema simbólico relativo à sociedade na qual ela está inserida, assim como os códigos aos quais, como menina ou menino, deverá se submeter, e que lhe prescreverão o registro no interior do qual ela - a criança - deverá inserir seus comportamentos e suas condutas. Isso significa que o que se espera de uma criança está intimamente atrelado a convenções sociais e a regras de conduta oriundas de um sistema simbólico no qual ela se locomove, sem nenhuma relação com uma suposta “natureza” masculina ou feminina em relação direta com a anatomia. Nesta perspectiva pode-se dizer que quando a criança é criada com convicção e continuidade no sexo que lhe foi atribuído, o sentimento de identidade sexual que ela construirá concordará com o sexo de atribuição, e não com seu sexo biológico: em caso de conflito entre forças biológicas e psicológicas, as últimas ganham - no que diz respeito à construção do sentimento de identidade sexual. É o sexo de atribuição, e não o anatomobiológico, que assegura à criança o sentimento de ser menino ou menina.

No imaginário social existe uma correspondência “natural” entre o sentir-se homem (sexo) e ser masculino (gênero), e o sentir-se mulher (sexo) e ser feminina (gênero), dando a impressão de que existiria uma relação direta e natural entre corpo anatômico e identidade de gênero. Às vezes, entretanto, o cotidiano, quando não a clínica, nos leva a repensar esta relação.

Foi o que aconteceu em abril de 2008, quando a foto de Thomas Beatie, de 34 anos, com a filha recém-nascida Susan Juliette, foi publicada pela revista americana *People*. A foto, que foi manchete em vários jornais do mundo, mostra Thomas, um transexual que, ao nascer, recebeu o nome de Tracy Iagondino,

e que ficou conhecido como ‘o homem grávido’. Após uma dupla mastectomia no final dos anos noventa e à administração de hormônios, Thomas Beatie tornou-se ‘um homem’, mas guardou os seus órgãos reprodutores femininos. Mais tarde conseguiu legalmente, nos documentos de identidade, mudar do gênero feminino para o masculino. A notícia causou furor na pacata cidade de Bend, no estado americano do Oregon, onde Thomas reside com a esposa, pois ninguém sabia de seu passado como mulher. O ‘homem grávido’ percorreu o mundo, virou notícia na *net* com *blogs*, e filmes no *You tube*.

Thomas e Nancy estão casados há cinco anos e queriam ter um filho. Nancy já tinha duas filhas de um casamento anterior. Como Nancy não podia engravidar-se devido a uma histerectomia a qual se submetera, Thomas decidiu engravidar-se, o que conseguiu sem problemas após a interrupção do uso de testosterona, para que seus níveis de hormônio femininos voltassem ao normal. “Ter um filho”, disse ele, “não é um desejo masculino ou feminino, é um desejo humano”. Para Thomas, que sente a sua identidade masculina como muito estável, o fato de ter-se engravidado não o define, e muito menos o faz sentir-se mulher. O casal optou pela inseminação artificial - Nancy inseminou Thomas com uma seringa, utilizando o esperma adquirido num banco de esperma. Em casa os papéis não mudaram com a chegada do bebê. “Ele vai ser o pai e eu serei a mãe”, diz Nancy, que fez um tratamento para induzir a produção de leite, a fim de amamentar a pequena Susan no peito.

Para Thomas, trata-se de “uma nova definição do que a diversidade significa para cada um”. Atualmente ele escreve um livro sobre sua infância no Havaí onde participou e ganhou, quando jovem, de um concurso de beleza. Ele conta do suicídio da mãe, e de como, mais tarde, conquistou a categoria máxima em artes marciais.

O interessante da história de Thomas é a desorganização provocada no imaginário social quando as categorias, supostas imutáveis, de gênero, assim como a concepção identidade sexual são desconstruídas. A notícia do ‘homem grávido’ abala o senso comum, que nos diz que não é possível que um homem engravide. O impacto foi tal, que passou totalmente despercebido o fato de Thomas Beatie não ser um homem, mas uma mulher (sexo) que adquiriu uma aparência masculina (gênero) após uma série de cirurgias. Isto mostra o quanto as referências simbólicas do masculino e do feminino e os papéis sexuais são sustentados pelas diferenças anatômicas que são, elas também, construções simbólicas a partir de um real inacessível. Este imaginário está em ressonância direta com as teorias sexuais infantis relatadas por Freud que qualificam de

‘mulher’ um sujeito sem pênis. Mas, uma mulher não é um homem sem pênis, e um homem sem pênis não é uma mulher. Ou seja, o sentimento de ser menino, ou menina (gênero), não pode ser vinculado à presença ou à ausência do órgão sexual (sexo) (CECCARELLI, 2008).

Transexuais e os estados interssexuais

As dificuldades e incongruências em se traçar uma relação direta entre sexo e gênero tornam-se evidentes tanto nos transexuais quanto nos chamados ‘estados interssexuais’ ou ‘pseudo- hermafroditismo’ (KREISLER, 1973; ANSERMET, 2005). Tais sujeitos nos ensinam sobre a sexuação em geral e sobre as relações entre o corpo como objeto estrangeiro ao Eu (*Ich*), além de colocarem importantes questões sobre a heterogeneidade daquilo que é da ordem do organismo e o que é do subjetivo.

Sem dúvida, o *transexualismo* é a solução⁴ que interpela da forma mais radical o conceito de normalidade e, por extensão, o de patologia, assim como nos leva a repensar as referências simbólicas que definem o que, culturalmente, chamamos de noções de gênero. Nesta organização pulsional evidencia-se a importância do fato psíquico e do discurso sobre o corpo, em detrimento de determinações naturais na construção do sentimento de identidade sexual. O que está em jogo é a intrincada questão da assunção subjetiva do sexo, embora, evidentemente, esta questão não seja específica ao transexualismo: todo ser humano, macho ou fêmea do ponto de vista biológico, terá que tornar-se, subjetivamente, homem ou mulher, o que, como a clínica nos informa, não é uma evidência em si (CECCARELLI, 2008).

O sentimento de pertencer ao outro sexo presente no transexual é tão antigo quanto a sexualidade humana (GREEN, 1969). Relatos mitológicos, fontes literárias e antropológicas falam de personagens que se viviam regularmente, ou definitivamente, como sujeitos do outro sexo, dizendo sentirem-se como do outro sexo. Nesta perspectiva, o que hoje chamamos de ‘transexualismo’ não é próprio nem à nossa época e nem de nossa cultura: o que é recente

4 A palavra “solução” parece-me melhor definir os destinos pulsionais: a forma como cada experiência, a sua psico-sexualidade é uma “solução”, um sintoma, no sentido psicanalítico do termo, entre, de um lado, as demandas pulsionais e, de outro, os limites impostos pelo processo civilizatório como todos os elementos que ele contém. “Solução” no sentido matemático do termo: uma equação que comporta múltiplas variáveis frente às quais, tal como em um sistema vetorial de forças, uma resultante, uma solução, será alcançada.

é a possibilidade de ‘mudar de sexo’ graças às novas técnicas cirúrgicas e a hormonoterapia.

Contudo, como vimos na história de Thomas Beatie, o transexual não ‘viaja’, como no mito de Tirésias, através da sexuação. Por mais bem sucedida que for a cirurgia, ela só intervirá na dimensão morfológica mudando as insígnias de gênero de um sexo pelas aparências do outro sexo. Mas, deixe intacto o que marca o sexo do sujeito: o cromossomo XY ou o XX. A ‘mudança de sexo’ de Thomas Beatie deve ser entendida como uma ‘mudança de fachada’ - de ‘envelope’, como dizem alguns transexuais -, afetando apenas a sua aparência exterior.

Lembremos ainda que o tratamento hormonal necessário para ‘mudar de sexo’ pode ter consequências imprevisíveis, e o passar dos anos reservar surpresas desagradáveis: há algum tempo, encontramos um transexual operado com sucesso há anos atrás. Devido a complicações e aos efeitos decorrentes da utilização prolongada de hormônios, este sujeito foi obrigado a interromper a hormonoterapia, o que provocou o retorno de alguns dos caracteres de seu sexo de origem - no caso, o masculino. Sua situação era bastante complicada: em seus documentos de identidade lia-se um nome feminino e via-se uma foto de mulher. Entretanto, em consequência das alterações físicas provocadas pela interrupção dos hormônios, ela não se reconhece na imagem que via de si mesma no espelho. Atualmente, observa-se uma tendência crescente em evitar a cirurgia e em contentar-se com a mudança do sexo na certidão de nascimento, o que garante ao transexual a equivalência entre sua identidade sexual e social.

Nos *estados interssexuais* ocorre uma ambiguidade, ou mesmo uma ausência de representação sexual, devido a uma malformação dos órgãos genitais externos, o que faz emergir um real que não encontra simbolização nos universais da anatomia em relação às categorias de homem e de mulher.

Quando a malformação é detectada após o nascimento, decidir-se-á pela realização, ou não, da cirurgia corretiva e dos tratamentos hormonais subsequentes, na tentativa de reconstruir a anatomia que deveria estar ali⁵. Todo este procedimento requer uma longa discussão entre os pais e a equipe médica, pois o recém-nascido não tem, evidentemente, condições de opinar

5 O “estranho” (*Unheimlich*) faz retorno quando a anatomia falha: a desorientação da equipe médica frente a uma malformação anatômica é evidente quando não se consegue determinar, “a olho nu”, o sexo anatômico do bebê.

sobre seu futuro sexual. Estas intervenções não são sem riscos: as reduções clitorianas, assim com as plastias vaginais, podem destruir a sensibilidade desses órgãos. Da mesma forma, é difícil tornar funcional um pênis várias vezes operado.

Por outro lado, quando a malformação não é detectada ao nascimento, desfechos dramáticos podem ocorrer. O início de vida destes sujeitos não foi marcado por nenhum problema quanto ao investimento corporal, e a relação do sujeito com o seu corpo e com os investimentos libidinais dos pais não apresentaram conflitos maiores. Um belo dia, entretanto, devido, por exemplo, a um exame ginecológico de rotina no início da puberdade, ou a um retardo incomum da menarca, a jovem é informada que é portadora de uma ambiguidade sexual e, conseqüentemente, ela não pertence ao sexo que, até então, acreditava pertencer, e que sua identidade de gênero está em desacordo com sua anatomia. Desamparada pelo saber instituído, a jovem vive uma situação vertiginosa: “é importante que você saiba que, de fato, você não é uma mulher, mas um homem” (ou o contrário no de pseudo-hermafroditismo feminino). Muitas vezes, na mesma consulta, ela é informada que uma intervenção cirúrgica se fará necessária para retirar os testículos devido ao risco de malignização. E que, posteriormente, uma plastia vaginal, com a utilização de um fragmento do intestino, será feita para fins de relações sexuais. Mas, jamais ela poderá ter filhos. Todas estas informações podem produzir um desmoronamento de suas construções identitárias. Nada mais lhe serve como ponto de apoio: nem o corpo nem os diferenciais externos do masculino e do feminino. As construções sintagmáticas utilizadas para se localizar no mundo revelam cruelmente seu caráter imaginário e enganoso, e tudo aquilo que o sujeito acreditava ser mostra-se sem valor. Em quem confiar? A que sexo pertença? Desenganado pelo Outro, o sujeito não mais se reconhece. A desorganização psíquica provocada pela perda das referências identificatórias que sustentam o sentimento de identidade sexual pode ser de tal forma insuportável, que para continuar a existir psiquicamente o sujeito apresente um episódio psicótico.

Existe um movimento (BUTLER, 1990; FAUSTO-STERLING, 2000) que defende que os *intersexuados* sejam deixados como estão. Sustenta-se que a atribuição de um sexo a um recém-nascido pseudo-hermafrodita constitui uma prática abusiva em consequência do imperativo social que determina a

existência de dois sexos mutuamente excludentes. Segundo esta corrente, os trabalhos em biologia partem de pressupostos culturais, nunca questionados, baseados em uma bipartição natural dos sexos. Pensar a sexuação sobre uma base binária equivale a manter o imperativo da heterossexualidade normativa dominante, referência para toda e qualquer discussão sobre o tema. As cirurgias corretivas, entendidas como verdadeiras ‘mutilações’, impediriam que os interssexuados descobrissem uma ‘sexualidade pseudo-hermafrodita’. Este movimento, que criou uma associação internacional de ‘direito de gênero’, parte do princípio de que a sexualidade é um *continuum* e que é impossível traçar o destino sexual de uma criança quando de seu nascimento. O movimento milita pelos direitos dos hermafroditas, dos transexuais, dos travestis enfim, dos ‘transgêneros’. Trata-se, finalmente, de associação que defende que todos, e todas, que assim o desejarem, possam mudar de sexo, casarem-se com a pessoa do sexo que escolherem e educar os filhos fora dos padrões convencionais que ditam as diferenças clássicas entre homem e mulher. Ou seja, a cada um cabe o direito e a liberdade de se situar lá onde se crê pertencer, quando assim o quiser, sem uma referência explícita ao corte da sexuação (ANSERMET, 2005).

A malformação responsável pela interssexualidade induz, no psiquismo, uma situação que guarda certas semelhanças com a que encontramos no transexualismo: ambos desenvolveram uma psico-sexualidade em oposição ao sexo cromossômico. Nos interssexuais ocorreu uma atribuição sexual em desacordo com o sexo cromossômico, mas em acordo com os genitais externos. Nos transexuais, a atribuição corresponde ao lugar que eles ocupam na dinâmica pulsional de quem os acolheu no mundo, mas em desacordo com o sexo anatômico, sem que exista qualquer malformação anátomo-biológica e/ou desequilíbrio hormonal.

O transexual procura ajuda para adaptar seu corpo a seu sentimento de identidade sexual; o interssexual é informado que seu corpo deve ser modificado para adaptar-se a seu sentimento de identidade sexual.

A riqueza das possibilidades de organizações simbólicas relativas ao masculino e ao feminino mostra toda a sua complexidade graças à antropologia. Com efeito, essa disciplina demonstra o quanto é impossível chegar-se a um consenso universal para masculino/feminino, masculinidade/feminilidade, o que nos leva ao antigo debate epistemológico, jamais completamente

concluído, da polaridade natureza-cultura, cuja problemática embute outra questão ainda mais antiga: a da origem da espécie humana.

Estamos, aqui, diante de uma questão fundamental da contemporaneidade que afeta diretamente o nosso debate: o que especifica a natureza humana. Para Bertini (2009), a capacidade de se autoinventar é a característica central do ser humano e sua única universalidade está na aptidão inovadora de criar. O particular, o acidental, o singular, nada mais é do que uma expressão da potencialidade do universal; uma transformação deste universal.

Por falta de identidade somos condenados à identificação, processo inconsciente que possui uma dinâmica própria: o Eu se constitui através de uma série de identificações. E por serem as identificações, ou melhor, os processos identificatórios, tributários da particularidade do simbólico da cultura onde emergem, é por este processo que a cultura “humaniza” o ser humano e mostra, ao mesmo tempo, a sua diversidade, desfazendo, assim, a ideia de uma natureza intrínseca e reguladora. Com isso, desfaz-se, igualmente,

de um instrumento que por muito tempo serviu para obrigar-nos a aceitar as formas de sociabilidade tradicional marcadas pelo dispositivo de Gênero e pelo discurso de ordem simbólica entendido, ao mesmo tempo, como horizonte intransponível e como realização de uma humanidade manifesta (BERTINI, 2009, p. 143).

A constituição do Eu, assim como dos ideais e do superego, a constituição do sujeito em Lacan, é o resultado de um longo processo que começa antes do nascimento do bebê. Nenhum indivíduo nasce “sexuado”: tanto a sexualização quanto a subjetivação são produtos das relações que o recém-nascido estabelece com os outros, e cada sexo é, em certa medida, uma mascarada para o outro (BUTLER, 1990). As bases sobre as quais repousam as identificações constitutivas do Eu e as futuras escolhas de objeto são indefinidas e indeterminadas, posto que dependentes da polimorfia e da heterogeneidade das pulsões parciais e da multiplicidade das zonas erógenas.

O fato de nascermos “sexualmente indiferenciados”, e não menino ou menina, faz com que a masculinidade e a feminilidade sejam pontos de chegada sem que exista uma unicidade. A questão, então, é saber como, a partir da indiferenciação inicial, se produz este “artefato social que é o homem viril, ou uma mulher feminina” (BOURDIEU, 2002, p. 42).

A partir daí, a questão “onde se situa esta diferença entre os sexos?” transforma-se em uma pergunta difícil: em sua intrincada determinação temos que considerar o sexo morfológico, o cromossômico, o genético, o endocrinológico e as questões de gênero, as determinações sociais, a atribuição fálica e a escolha do gozo... Ademais, ao tentarmos definir a morfologia dos ‘estados normais’, somos confrontados a uma tal complexidade de esquemas de enzimas e de genes, que mais parece que estamos lidando com um modelo utópico. Então, em que consiste diferença dos sexos? Onde ela se encontra? Na linguagem? Na lei? Será a diferença apenas um operador, como sustentam alguns antropólogos?

Sem dúvida, a questão da diferença é complexa no processo de assunção subjetiva do sexo, posto ser tributária de um real incontornável e independente das formas biológicas, sociais e psicológicas das quais ela emerge. A diferença não é um dado localizável, e sua escolha será sempre incerta e ambígua, pois os caminhos da sexuação são sempre enigmáticos. Assim, a pergunta ‘o que é uma mulher?’ ou ‘o que é um homem?’ vai além da lógica fálica, e fica sem resposta - a cada um de situar-se nesta diferença - mais ou menos do lado dos homens ou das mulheres - de forma singular e imprevista.

Faz parte deste processo a violência simbólica que consiste em um série de operações de diferenciação através das quais os signos mais exteriores do sexo são incentivados (o que inclui o que a criança deve e não deve fazer se for menino ou menina), conforme a distinção sexual socialmente criada (BOURDIEU, 2002). Ao mesmo tempo, as condutas impróprias (ao sexo em questão) são interditas ou desencorajadas, sobretudo as que “pertencem” ao outro sexo. É assim que alguns rituais que os jovens devem seguir para “tornarem-se homens” consistem, basicamente, na produção de uma ruptura com o universo maternal.

Os “rituais” reservados pelo exército aos recrutas nada deixam a desejar aos antigos rituais iniciáticos quanto à dureza e a crueldade da disciplina imposta. Isto é particularmente verdadeiro nos *Marines* americanos: para se ter acesso ao grupo dos homens, dos “verdadeiros”, é necessário despojar-se de toda contaminação feminina. A “filosofia” dos Marines é suficientemente clara: para se criar um grupo de homens, mate a mulher que está neles (BADINTER, 1994).

Na perspectiva desenvolvida até aqui, tudo que é relativo às teorias de gênero no sentido amplo faz parte dos caminhos identificatórios constitutivos da

psico-sexualidade não havendo, portanto, razões para separar sexo e gênero. Talvez devêssemos falar de sexo/gênero: o gênero é, na realidade, o sexo social. Sendo a socialização sexuada, ela constrói o corpo como realidade sexuada - resultado de uma visão que produz uma divisão sexuante. Se não existe, como vimos, algo como uma essência do masculino/masculinidade e nem do feminino/feminilidade, mas apenas a potencialidade de tornar-se, o gênero nada mais seria do que uma falsa alteridade que gera estratégias de dominação (BERTINI, 2009). Apoiando-se em dados históricos, Thomas Laquer (1992) mostra que quase tudo que possa ser dito sobre o sexo - como o compreendamos e o vivenciamos - contém uma afirmação sobre o gênero, sobre o que é o masculino e o feminino.

A maneira como o sexual será captado pelos dispositivos da sexualidade dependem não apenas da sexuação mas, e sobretudo, da disposição perversa polimorfa da qual nos fala Freud, fazendo como que as regras do uso do sexo sejam criadas sócio-historicamente, logo, abertas a inúmeras possibilidades.

Seja como for, todo cuidado deve ser tomado neste tipo de debate para não correremos o risco de que a diferença - seja ela de sexo ou de gênero - sirva para sustentar desigualdades graças a poderosos dispositivos da ordem simbólica, que são verdadeiras teologias apoiadas na antropologia estrutural e em certas práticas psicanalíticas. A diferença dos sexos e os atributos de gênero só podem ser pensados historicamente.

Referências

ANSERMET, François. Clinique de l'ambigüité génitale chez l'enfant. *Psychothérapies*. v. 25. 2005, p. 165-172.

BADINTER, Elisabeth. *XY : De l'identité masculine*. Paris : Essai (poche), 1994.

BERTINI, Marie-J. *Ni d'Eve ni d'Adam - Défaire la différence des sexes*. Paris: Max Milo, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, Judith. *Gender trouble*. New York: Routledge, Chapman & Hall, 1990.

CECCARELLI, Paulo R. Configurações edípicas da contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação. *Pulsional Revista de Psicanálise*. Ano XV, 161. São Paulo, set. 2002, p. 88-98.

_____. Novas organizações familiares: mitos e verdades. *Jornal de Psicanálise*. São Paulo, jun. 2007, p. 89-102.

_____. *Transexualismo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

LAQUEUR, Thomas. *La fabrique du sexe*. Paris: Gallimard, 1992.

FAUSTO-STERLING, Anne. *Sexing the body. Gender, politics and the construction of sexuality*. New York: Basic Books, 2000.

FRAISSE, Geneviève. *La différence des sexes*. Paris : PUF, 1996.

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: FREUD, S. *Obras completas*. v. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1972.

_____. Sobre as teorias sexuais das crianças. In: FREUD, S. *Obras completas*. v. IX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher. In: FREUD, S. *Obras completas*. v. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. Psicologia de grupo e a análise do ego. In: FREUD, S. *Obras completas*. v. XVII. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: FREUD, S. *Obras completas*. v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

_____. O futuro de uma ilusão. In: FREUD, S. *Obras completas*. v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

_____. O mal-estar na civilização. In: FREUD, S. *Obras completas*. v. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1974.

GREEN, Richard. Mythological, Historical, and Cross-Cultural aspects of Transsexualism. *Transsexualism and sex reassignment*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1969, p. 13-22.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro XI: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

KREISLER, Léon. L'enfant et l'adolescent de sexe ambigu ou l'envers du mythe. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*. v.7, 1973, p.120-124.

KLEIN, Melanie. The effects of early anxiety-situations on the sexual development of the girl. *The psycho-analysis of children*. London: Hogarth Press, 1959, p. 268-325.

STOLLER, Robert. *Recherches sur l'identité sexuelle*. Paris: Gallimard, 1978.

TORT, Michel. *La fin du dogme paternel*. Paris: Aubier, 2005.

TUBERT, Silvia. Del sexo al género. Los equívocos de un concepto. *Colección Feminismos*. Madrid: Cátedra, 2003.

_____. ¿Psicoanálisis y género ?. In: TUBERT, S. (comp.). Del sexo al género. Los equívocos de un concepto. *Colección Feminismos*. Madrid: Cátedra, 2003.

A PSICANÁLISE NAS ONDAS DOS FEMINISMOS

Mara Coelho de Souza Lago

Introdução

A teoria feminista ocidental conta sua própria história como uma narrativa em desenvolvimento, onde nos movemos de uma preocupação com unidade e semelhança, passando pela identidade e diversidade, em direção à diferença e à fragmentação

Clare Hemmings, 2009.

Os feminismos e a psicanálise, como discursos que se articularam a partir dos finais do século XIX¹ e se constituíram como movimentos (d)e pensamentos em diferentes momentos de elaboração e atuação por todo século XX, não foram estranhos desde sempre, mesmo que suas relações tenham sido marcadas por desencontros, polêmicas, oposições - relações ambivalentes que continuam se fazendo na atualidade.

E isso provavelmente não poderia ter sido diferente. A psicanálise, que vai sendo elaborada nos estudos, nas práticas clínicas e nas reflexões de Freud

¹ Refiro-me aqui especialmente aos movimentos feministas ocidentais de primeira onda, os chamados movimentos sufragistas. Para refletir sobre reivindicações feministas por igualdade e cidadania em épocas anteriores, conferir, entre outr@s, SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002.

como um pensamento outro sobre o psiquismo, que acaba por subverter a concepção iluminista de sujeito universal, consciente, na verdade, é um pensamento que não questiona o fato desse sujeito universal ser europeu, branco, burguês e homem e isto é uma questão para o feminismo em geral. Mas não se tratava, naquelas circunstâncias, de olhar para as diferenças (étnicas, de classe, de gênero) a que somos convocad@s a refletir pelas contingências históricas coloniais/pós-coloniais das últimas décadas do século XX e deste início do século XXI. Embora o conhecimento filosófico, econômico e social estivesse sendo revolucionado pelo pensamento de Marx sobre a formação da sociedade de classes no sistema capitalista, a ruptura epistemológica de Freud se fazia no questionamento da organização do psiquismo, com vistas ao tratamento do sofrimento psíquico².

A psicanálise, este conhecimento que se arquitetou sobre a constituição das singularidades, estruturou-se na consideração das diferenças sexuais que transformam as crianças, a partir de sua bissexualidade psíquica inicial, em homens e mulheres posicionad@s, sem qualquer estabilidade, ao lado da feminilidade ou da masculinidade, desligadas ambas dos corpos biológicos.

Freud elaborou um saber sobre o inconsciente que descentrou o sujeito filosófico (o sujeito do conhecimento cartesiano) e isso teve consequências formidáveis também para as teorias feministas que se foram construindo nas ondas dos movimentos feministas, a bela metáfora utilizada para significar este fluxo e refluxo das atuações das mulheres, reivindicando direitos e questionando saberes. Como todas as classificações, esta é uma divisão arbitrária, mas muito corrente nos estudos feministas. Situa a primeira onda dos movimentos na virada dos séculos XIX e XX e no entre guerras com as reivindicações por cidadania, voto, trabalho, educação: os chamados *feminismos da igualdade*. A segunda onda, pós segunda guerra e a partir dos anos 60, recrudesceu as lutas por igualdade de direitos, mas estabeleceu também as teorizações afirmativas das diferenças: os *feminismos das diferenças*.

A psicanálise não se construiu, no entanto, como uma reflexão crítica sobre a estrutura patriarcal da sociedade e da família. Suas perguntas eram outras e suas concepções se elaboraram dentro destas estruturas do pensamento

2 Leandro de Lajonquière (1992), em interessante análise sobre as possibilidades de uma clínica psicopedagógica do conhecimento fundada nas práticas clínicas de Freud e nas concepções de Jean Piaget, pondera sobre as inconveniências epistemológicas de perguntarmos (esperando respostas) a uma teoria sobre questões que não eram as dela, aquelas nas quais se constituiu como um corpo teórico.

ocidental patriarcal, em que a categoria “homem” equivale à humanidade, englobando a categoria mulher subsumida neste sujeito genérico homem (no entanto, para esse corpo teórico, não mais o sujeito racional, mas o sujeito do inconsciente, sujeito do desejo). Isto também fez questão para o feminismo.

Este novo saber construído por Freud se fundamentou muito especialmente no tratamento das pacientes diagnosticadas como histéricas pelo discurso médico da época. Em seus movimentos (MONZANI, 1989), o pensamento de Freud precisou refluir sobre *as consequências psíquicas das diferenças anatômicas entre os sexos*, a centralidade do complexo de castração na *dissolução do complexo de Édipo*, para pensar na *sexualidade feminina*, na *feminilidade*, quando se viu diante da importância das vivências pré-edípicas na organização psíquica da criança (e das meninas, especialmente) - questão que esteve muito ligada aos resultados do trabalho das analistas mulheres com suas pacientes femininas. E foi aí que se instaurou *a grande polêmica* no interior da psicanálise.

Chamando a atenção para a sequência dos escritos de Freud nessa época, Sílvia Tubert (1995, p. 11) ressalta que a promoção teórica do complexo de castração foi o que despertou o rechaço de muitos de seus discípulos, provocando a contestação desse conceito, especialmente em sua versão feminina (a inveja do pênis), num debate com Freud que tomou a década seguinte e teve como demais protagonistas, entre outr@s, de um lado Melanie Klein, Karen Horney, Ernest Jones³, e ao lado de Freud, Jeanne Lampl-de Groot, Hélène Deutsch, Marie Bonaparte. Ressaltando a validade do questionamento do falocentrismo das teorias, Tubert (1995, p. 12) aponta que, nessa polêmica, as críticas, ao desconhecera a dimensão histórica e simbólica da explicação freudiana da organização das diferenças entre os sexos, tiveram que recorrer a uma explicação biológica, postulando uma feminilidade primária essencial. Em carta a Carl Müller-Braunschweig, datada de 1935, Freud deixa clara essa questão:

Eu me oponho a todos vocês (Horney, Jones, Rado, etc) na medida em que não fazem uma distinção clara entre o que é psíquico e o que é biológico, pois vocês tentam estabelecer um paralelismo nítido entre os dois e, motivados por tal intento, constroem irrefletidamente fatos psíquicos que são improváveis e que vocês, no processo de fazê-lo, devem declarar como reativos ou regressivos, mas que sem dúvida são primários. Logicamente essas

3 Assinalo também a importância do texto produzido por Joan Rivière neste contexto, *A feminilidade como máscara* (1929), por ter promovido esta relação entre feminilidade e mascarada com desdobramentos na teoria psicanalítica e, mais recentemente, nas teorias *queer* (BUTLER, 1990/2003, p. 74-91).

censuras devem ficar sem divulgação. Além disso, eu gostaria de enfatizar que devemos manter a psicanálise separada da biologia, assim como a man-tivemos afastada da anatomia e da fisiologia... (Freud, [1935], 1969).

É bastante conhecida a importância do movimento feminista europeu e de Viena, no final do século XIX (SCHORSKE, 1998; MITCHELL, 1979). Assim, foi com as feministas de primeira onda, além das polêmicas com psi-canastas, que Freud teve que se confrontar em diversos momentos de suas *Conferências Introdutórias sobre Psicanálise*; é a elas que se dirige, procurando responder às objeções que certamente lhe fariam (e fizeram).

A Psicanálise e a Segunda Onda Feminista: diálogos de tensões

Em artigo que desencadeia as discussões na seção Debates da Revista de Estudos Feministas⁴, Clare Hemmings (2009, p. 215) analisa textos de autoras que contam histórias sobre a segunda onda do feminismo ocidental e que, de acordo com ela, constroem uma história dominante “de marcha incansável de progresso e de perda” - narrativa que Hemmings questiona e procura complexificar através da análise dos padrões de citações e recortes discursivos de alguns desses textos.

A leitura de seu artigo levou-me a buscar, nas citações de teóricas feministas, alguns pontos das infundáveis polêmicas entre feminismo e psicanálise, centrando-me nos escritos das feministas de segunda onda, em debates que se dão nos campos epistêmicos estruturalistas, pós-estruturalistas, desconstrucionistas e, mais recentemente, nos estudos *queer* (no fluxo de novas ondas).

A precursora da produção teórica deste novo momento de intensificação dos movimentos feministas foi Simone de Beauvoir que, no primeiro volume de seu alentado estudo *O segundo sexo*, editado em 1949, deteve-se sobre o *ponto de vista psicanalítico*. Como filósofa existencialista, Beauvoir tinha com a psicanálise uma discordância de base: a questão da *escolha* que envolve a vontade consciente (concepção problematizada na teoria freudiana pelas proporções assumidas pelo conceito de inconsciente).

Freud recusou-se, não sendo filósofo, a justificar filosoficamente seu sistema; seus discípulos pretendem que dessa maneira ele elude a todo ataque

4 Organizada por Cláudia de Lima Costa. v.17, n.1/2009.

de ordem metafísica. Há, entretanto, por trás de todas as suas afirmações, postulados metafísicos (BEAUVOIR, 2000, p. 60).

O *ponto de vista psicanalítico* é seguido neste volume d'*O segundo sexo*, em que a autora se dedicava a separar os mitos dos fatos pela exposição do *ponto de vista do materialismo histórico*. Toda a produção posterior das teóricas feministas da segunda onda, assim como para Simone de Beauvoir, foi marcada pelo debate ou recurso tanto à psicanálise quanto ao marxismo - em textos favoráveis ou de oposição a essas teorias.

No bestseller da produção feminista da década de 1960 *A Mística Feminina* Betty Friedan detém-se sobre postulados da psicanálise americana, criticando o complexo de castração feminino:

O conceito de “inveja do pênis”, que Freud cunhou para descrever um fenômeno que ele observava nas mulheres - isto é, nas mulheres de classe média que eram suas pacientes na Viena de uma época vitoriana -, foi aproveitado neste país, nos anos 40, como a explicação literal de tudo aquilo que estava errado com as mulheres americanas. (...) Tudo o que é necessário saber é o que Freud **estava** descrevendo naquelas mulheres vitorianas para ver a falácia que existe em aplicar literalmente a sua teoria da feminilidade às mulheres de hoje (FRIEDAN, 1963, p. 92).

No livro, em que faz defesa da utilização da psicanálise pelas feministas, Juliet Mitchell (1979), uma feminista marxista clássica (que - conforme Jane Gallop (1997) - fez o percurso à psicanálise de Lacan via o estruturalismo de Louis Althusser), apresenta uma síntese das críticas de acadêmicas e militantes feministas a Freud, analisando-as e procurando contrapor-se a alguns de seus argumentos (MITCHELL, 1979, p. 319-375) - Simone de Beauvoir; Betty Friedan; Germaine Greer, com outro bestseller do feminismo americano, *A Mulher Eunuco*, publicado em 1971.

Interrogada a respeito do significado do título de seu livro, em uma entrevista à televisão Germaine Greer disse que foi Freud, e não ela, quem disse que as mulheres eram castradas e, conseqüentemente, eunucos. O objetivo de seu trabalho é devolver à mulher sua feminilidade não castrada (MITCHELL, 1979, p. 361).

Shulamith Firestone, autora d'*A Dialética dos Sexos* (1970), questionou e propôs:

Mas havia qualquer valor nas ideias de Freud? Vamos reexaminá-las novamente, desta vez de um ponto de vista radical. Acredito que Freud estava falando a respeito de alguma coisa real, mesmo que suas ideias, tomadas literalmente, levem ao absurdo. Com relação a isso, consideremos que o gênio de Freud foi mais poético do que científico; suas ideias mais válidas como metáforas do que como verdades literais (FIRESTONE apud Mitchell, op.cit, P. 364).

Kate Millet, com *Sexual Politics* (1970), entre outras, que disse:

Dado que Freud não tem, na realidade, qualquer prova objetiva realmente importante a oferecer para apoiar sua noção de inveja do pênis ou do complexo de castração feminino, não se pode deixar de pensar que o subjetivismo que preside a análise dos acontecimentos é o do próprio Freud, ou então provém de um forte preconceito masculino e até mesmo de um preconceito de supremacia masculina bastante acentuado (MILLET apud MITCHELL, p. 369).

Mitchell destaca o teor das críticas destas feministas à psicanálise com relação à questão da submissão das mulheres - o falocentrismo da teoria, o complexo de castração, o patriarcalismo da teoria e do próprio autor, ressaltando sua posição:

a despeito de como tenha sido usada, a psicanálise não é uma prescrição para uma sociedade patriarcal, mas uma análise de uma sociedade patriarcal. Se estamos interessados em compreender e recusar a opressão da mulher, não podemos nos dar ao luxo de negligenciá-la (MITCHELL, 1979, p.17).

Neste ponto, em que as militantes feministas adentraram as academias e começaram a produzir em seu interior, foi quando se deu gradativamente a passagem dos estudos de mulheres para os estudos de gênero⁵.

Textos clássicos - também entre nós brasileiras⁶ - são os de Gayle Rubin (1975/1993) e Joan Scott (1980/1990). Gayle Rubin introduz as discussões com o estruturalismo de Lévi-Strauss e a psicanálise após haver dimensionado a falha da teoria marxista para dar conta das questões envolvidas no que

5 É importante ressaltar que muitas teóricas francesas não aderiram ao conceito, utilizando a categoria de "relações sociais de sexo".

6 E as traduções de seus textos para o português (e espanhol) tiveram papel importante na viagem das teorias ao Brasil. Conferir Lago, 2010, artigo em que desenvolvo reflexões iniciais sobre esse tema.

ela classificou como o *sistema sexo-gênero*. Suas cobranças à psicanálise se fazem a Freud e a Lacan, relacionadas à concepção do falo como o significante estrutural do psiquismo. O tráfico das mulheres como objeto de troca entre os homens, processo fundante das estruturas elementares do parentesco e da sociedade, na concepção de Lévi Strauss, fundamenta as reflexões da autora sobre a submissão das mulheres.

A concepção da organização psíquica nas identificações parentais, centradas na significação do falo na diferenciação de crianças em meninos e meninas, colocando as mulheres no polo negativo da oposição, é o reclamo que faz a psicanálise. Ela a vê também como uma normatização da heterossexualidade, questão que será central para as teorias *queer*, das quais ela vai se tornar, em estudos posteriores, uma das figuras importantes. Rubin cobra tanto ao estruturalismo de Lévi-Strauss, quanto à psicanálise (na releitura que Lacan faz de Freud), o fato de, sendo teorias que trabalham com as diferenças masculino-feminino, com parentesco, família, sexualidade, subjetividades, não se terem posicionado em relação às estruturas que subjagam as mulheres em lugares sociais e familiares de opressão⁷.

A batalha entre a psicanálise e os movimentos de mulheres e de homossexuais tornou-se legendária. Em parte, este confronto entre revolucionários sexuais e o *establishment* clínico foi devido à evolução da psicanálise nos Estados Unidos, onde a tradição clínica fetichizou a anatomia [...]. A psicanálise contém um único conjunto de conceitos para compreender homens, mulheres e a sexualidade. É uma teoria da sexualidade na sociedade humana. De forma mais importante, a psicanálise fornece uma descrição dos mecanismos pelos quais os sexos são divididos e deformados, de como bebês bissexuais, andróginos, são transformados em meninos e meninas. A psicanálise é uma teoria feminista *manquée* (RUBIN, 1975/1993, p. 14).

A historiadora Joan Scott é a autora mais conhecida, a mais citada entre nós quando se trata de conceituar gênero. Seu texto referente ao uso do conceito apresenta a psicanálise (uma das vias dos estudos de gênero no “estado da arte” que traçou no início dos anos 80) nas duas leituras que dialogam com as feministas: psicanálise das relações objetais anglo-americana e psicanálise

7 Para uma visão do contexto epistemológico e político (políticas feministas, inclusive) de produção de seu texto, conferir a entrevista que concedeu a Butler, publicada pela *Cadernos Pagu* (n. 21, 2003).

francesa na releitura de Lacan, que caracteriza como simbólica e que valoriza, mesmo que não lhe pareça uma teoria utilizável por historiador@s⁸.

A linguagem é o centro da teoria lacaniana [...]. Esta interpretação implica também que o sujeito se acha em um processo constante de construção [...] me sinto incomodada pela fixação exclusiva sobre as questões relativas ao 'sujeito' e pela tendência a reificar, como a dimensão principal do gênero, o antagonismo subjetivamente produzido entre homens e mulheres. Além do mais, mesmo se a maneira pela qual o sujeito é produzido permanece aberta, a teoria tende a universalizar as categorias e as relações masculino e feminino. A consequência para as(os) historiadoras(es) é uma leitura redutiva dos dados do passado. Mesmo se esta teoria toma em consideração as relações sociais ligando a castração à proibição e à lei, ela não permite introduzir uma noção de especificidade e variabilidade histórica (SCOTT, 1980/1990, p. 12).

Estes diálogos críticos de teóricas feministas com a psicanálise se deram principalmente no campo das ciências humanas, com destaque para a Antropologia, a Sociologia, a História, como o artigo de Scott demonstra. Neste percurso da relação ambivalente entre os dois campos, pode-se perceber a substituição da categoria *mulher* pela concepção de *mulheres* e a gradativa consolidação dos estudos de *gênero*, que passam a se utilizar do recurso à desconstrução.

A história dominante (HEMMINGS, 2009) dos movimentos e estudos feministas é contada numa geografia que transita entre os Estados Unidos, Inglaterra e França. América Latina e outros países, em diferentes situações em relação aos países “desenvolvidos”, têm outras histórias, certamente, mas estiveram sobre a influência destes textos fundadores, dependendo das traduções dos novos cânones dos estudos de mulheres, feministas, de gênero. É parte dessa história oficial o impacto das contestações das mulheres negras ao feminismo ocidental, de mulheres brancas (de classe média, com níveis superiores de instrução) exigindo espaços para a consideração das diferenças entre as mulheres. As vozes das mulheres lésbicas e dos movimentos gays dentro do feminismo produziram também significativas rupturas teóricas. Neste sentido, é importante considerar o destaque dos *feminismos da diferença* em várias áreas dos estudos feministas e de gênero. Na psicologia americana, os nomes mais conhecidos são os

8 A obra de Scott, bastante traduzida para o português no Brasil, demonstra a importância da leitura de Foucault para as teóricas/teorias feministas.

de Nancy Chodorow (1990), ligada à psicanálise das relações objetais (ou às psicologias do ego segundo Toril Moi, 1997), e Carol Gilligan (1982), com pesquisas na área da psicologia cognitiva⁹.

Tem muita importância para esta análise parcial das relações entre psicanálise e feminismo a produção de teóricas francesas em diálogo com Lacan, Derrida, Foucault, Deleuze (Hegel, Nietzsche, Heidegger, Sartre...) - centradas nas questões do *falologocentrismo* do conhecimento ocidental e na afirmação das diferenças das mulheres.

Os nomes a destacar são os de Júlia Kristeva, Luce Irigaray, Hélène Cixous - que tematizam uma *escritura feminista*¹⁰ (para Irigaray e Cixous específica das mulheres - segundo Jones, 2001). Com exceção de Kristeva, as outras duas foram pouco traduzidas para o português (tendo algumas de suas obras traduzidas para o espanhol). No artigo *Escribiendo el cuerpo: hacia una comprensión de L'Écriture Féminine*, Ann Rosalind Jones (2001) analisa também Monique Wittig, autora francesa mais divulgada na academia brasileira pela discussão de suas ideias por outras autoras (mais traduzidas entre nós do que ela) como Judith Butler (2003) e por seu combate teórico à organização da sexualidade em torno do que caracteriza como *heterossexualidade compulsória*, um dos temas fundamentais dos estudos *queer*.

Júlia Kristeva, uma das fundadoras da revista feminista marxista *Tel Quel*, encontrou na psicanálise, segundo Jones (2001), a concepção de pulsões corporais que sobrevivem às pressões culturais e podem ser sublimadas, resultando no que chamou de *discurso semiótico*. Discurso produtor de uma escrita que privilegia a linguagem de gestos, rítmica e pré-referencial, partilhada por escritores como Mallarmé, Antonin Artaud, James Joyce - que não renunciaram à fusão infantil com suas mães, podendo experimentar essas *jouissances* inconscientes que lhes permitiram escrever textos fora e contra as regras da escrita convencional. Para Kristeva, segundo Jones (1995, p. 27), “as mulheres também falam e escrevem como *histéricas*, como estranhas ao discurso dominado pelo masculino [...] seu estilo semiótico inclui separações repetitivas e espasmódicas do discurso dominante, que se veem mais forçadas a imitar”.

9 Conferir Lago, 2010, p. 190-191.

10 Não estarão sendo aqui referidas aqui feministas francesas de diferentes áreas disciplinares como História, Sociologia, mas apenas algumas daquelas que produzem dentro da perspectiva das diferenças sexuais, em diálogos/discussões com a psicanálise.

Em coletânea organizada por Teresa Brennan (1997)¹¹ sobre psicanálise e feminismo, várias feministas acadêmicas de diferentes nacionalidades analisam as obras das feministas francesas da diferença. Lisa Jardine (1997) contrapõe ao discurso de Lacan sobre a *jouissance* (o gozo suplementar feminino) a escrita de Irigaray em *Speculum, l'autre femme*, em que esta abandona Lacan e começa a produzir seu modelo teórico de um imaginário feminino alternativo. Jardine acredita que este discurso *dentro* do discurso psicanalítico é político, já que tem a capacidade de nele se introduzir para desancorar o falocentrismo do discurso masculino da teoria.

Margaret Whitford (1997) ressalta que a reafirmação da diferença anterior ao Édipo entre homens e mulheres e a recuperação da centralidade da relação mãe/filha como base da diferença não tornam Irigaray uma essencialista biológica linear. Whitford entende que a argumentação da autora ao caracterizar a relação mãe/filha como *não simbolizada*, é uma argumentação construída sobre o simbólico, postulando por um *simbólico feminino* e um *imaginário feminino*. Lembra que Irigaray não é uma pré-lacanianiana, mas uma pós-lacanianiana que se confronta com as implicações da obra de Lacan, ressaltando que a ordem simbólica está amarrada a uma estrutura metafísica masculina, fundada num imaginário masculino, que precisaria ser subvertida:

o simbólico que vocês (Messieurs les psycanalistes) impõem como um universal, livre de qualquer contingência empírica ou histórica, é o imaginário de vocês transformado numa ordem, uma ordem social (Irigaray, *Parler nést jamais neutre*. Paris: Minuit, 1985, p. 269).

Na mesma coletânea, Morag Schiach (1997) analisa a obra de Cixous, de quem é tradutora para o inglês. Em seu entender, os escritos desta autora permitem “analisar o que definimos como teoria feminista ou crítica feminista e considerar as implicações de uma prática teórica que começa com uma política articulada” (CIXOUS, 1995, p. 205) já que o feminismo é um termo político, um questionamento do poder e da possibilidade de mudança. Para Schiach, mesmo recorrendo aos termos da psicanálise, Cixous está constantemente

11 A tradução da coletânea organizada por Brennan a partir de seminários realizados por ela na Universidade de Cambridge, em 1987, trouxe-nos os ecos de um diálogo com/entre teóricas feministas e psicanalistas inglesas e de outras nacionalidades, com escritoras e psicanalistas francesas. Sobre essa publicação, conferir também resenha que realizei para a *Revista Estudos Feministas* (Lago, 2001), da qual tomei a liberdade de reproduzir aqui alguns parágrafos.

minando-os. O simbólico é descrito como o simbólico *deles*, um conceito do qual as mulheres deveriam distanciar-se na possibilidade de articularem um novo simbólico - *nosso*. O argumento de Schiach é que os textos em que a autora francesa analisa a obra de Clarice Lispector, como também suas peças de teatro, não devem ser lidos somente como parte da construção de uma estética feminina, mas devem ser colocados no contexto de um conjunto de problemas teóricos sobre a natureza da diferença. Tomando o gênero como um termo estruturante, na opressão oficial e simbólica, Cixous tenta desenvolver uma prática de escrita *para as* e em benefício *das* mulheres, já que é na escrita que ela vislumbra a possibilidade de transformação.

No texto *La risa de La Medusa*, Cixous escreve:

Diré: hoy la escritura es de las mujeres. No es una provocación, significa que: la mujer acepta lo del outro. No há eliminado, em su convertirse-em-mujer, la bissexualidad latente en el niño y en la nina. Feminidad y bissexualidad van juntas, en una combinatoria que varía según los individuos, distribuyendo de manera distinta sus intensidades, y según los momentos de su historia privilegiando tal o cual componente. Al hombre le resulta mucho más difícil dejarse atravesar por el outro. La escritura es, en mí, el paso, entrada, salida, estancia, del outro que soy y no soy, que no sé ser, pero que siento pasar, que me hace vivir – que me destroza, me inquieta, me altera, ¿quién? - ,? Uno, una, unas?, varios, del desconocido que me despierta precisamente las ganas de conocer a partir de las que toda vida se eleva. Tal poblamiento no permite descanso ni seguridad, enrarece siempre la relación con lo ‘real’, produce efectos de incertidumbre que obstaculizan la socialización del sujeto. Es angustiante, consume; y, para los hombres, esta permeabilidad, esta no-exclusión, es la amenaza, lo intolerable (CIXOUS, 1995, p. 46).

As autoras da *Écriture Féminine* - que partem das discussões do significado das diferenças sexuais teorizado pela psicanálise - trouxeram para o centro das reflexões feministas, uma vez mais, o tema do *essencialismo*.

Rosi Braidotti (1997) volta a esse tema evidenciando as complexidades que pode conter. Chama a atenção para o conceito de *diferença* - que tem ocupado a agenda ocidental desde Nietzsche e Freud, minando a concepção de sujeito conhecedor, derivada do homem da razão. Reconhecendo a psicanálise como teoria que representa a mudança histórica que abre a modernidade para a crise da visão clássica do sujeito e para a proliferação das imagens do outro como signo da diferença, reflete sobre as relações entre psicanálise e feminismo nos seus

encontros e discordâncias. Considerando *mulher* e *feminismo* como metáforas privilegiadas da diferença e da crise dos valores racionais masculinos, Braidotti idealiza uma ontologia feminista em que as mulheres se responsabilizem por todas as definições que têm sido feitas sobre a mulher como essência histórica (1997, p. 140). A autora retoma a questão do corpo e do essencialismo reportando-se a Irigaray e seu projeto de um simbólico feminino. Tomando o essencialismo como uma diferença, ela ressalta

em vez de separar da afirmação da diferença a luta pela igualdade, vejo-as como complementares e parte de uma história contínua. O movimento feminista é o espaço onde a diferença sexual se torna operacional por intermédio da estratégia de lutar pela igualdade dos sexos numa ordem cultural e econômica dominada pelo vínculo masculino homosocial. O que está em jogo é a definição da mulher como um outro que não seja um não homem (BRAIDOTTI, 1997, p. 126).

Braidotti se posiciona por um outro essencialismo que não abra mão do jogo de representação da mulher ou da ligação entre o simbólico ou discursivo, e o corporal, ou material, afirmando que “... a mulher teórica feminista que está interessada em pensar sobre a diferença sexual e o feminismo hoje não pode se dar ao luxo de não ser uma essencialista” (BRAIDOTTI, 1997, p. 128).

Finalizo essa série de citações com escritos da filósofa americana Judith Butler, de projeção no campo dos estudos feministas e de gênero e no desenvolvimento dos estudos *queer*. Butler desenvolve um diálogo crítico com a psicanálise e recorre a conceitos psicanalíticos, que utiliza de modo singular, articulados a suas reflexões e propostas teóricas. Seus textos são bastante discutidos e têm rendido publicações inclusive no Brasil¹². Penso mesmo que ela está implicada em uma certa renovação do interesse das teóricas feministas pela psicanálise nos dias de hoje.

Nas publicações em que introduz novos conceitos (o gênero como *performance*, por exemplo), que levam a mudanças de rumos nas reflexões feministas, Butler dialoga com muitos autor@s, desde filósofos modernos, estruturalistas, pós-estruturalistas, desconstrucionistas (advogando a consideração da materialidade do corpo, por exemplo). Retoma também o diálogo com as feministas de segunda onda e com as teóricas francesas da escritura feminina.

12 Conferir KNUDSEN, Patrícia Porchat P. da S. *Gênero, psicanálise e Judith Butler - do transexualismo à política*. Tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da USP, São Paulo, 2007.

No primeiro capítulo de seu livro *Problemas de gênero* (1990/2003, p. 28-29), Butler escreve:

As mulheres são o 'sexo' que não é 'uno'. Numa linguagem difusamente masculinista, uma linguagem falocêntrica, as mulheres constituem o *irrepresentável*. Em outras palavras, as mulheres representam o sexo que não pode ser pensado, uma ausência e opacidade linguísticas. Numa linguagem que repousa na significação unívoca, o sexo feminino constitui aquilo que não se pode restringir nem designar. Nesse sentido, as mulheres são o sexo que não é 'uno', mas múltiplo. Em oposição a Beauvoir, para quem as mulheres são designadas como o Outro, Irigaray argumenta que tanto o sujeito como o Outro são os esteios de uma economia significante falocêntrica e fechada, que atinge seu objetivo totalizante por via da completa exclusão do feminino.

No capítulo desse livro em que trata da *produção da matriz heterossexual* Butler analisa as implicações do estruturalismo e da psicanálise nessa produção seguindo o trajeto já percorrido por Rubin. Nesse sentido desenvolve uma elaborada interlocução com textos de Freud sobre a questão da melancolia feminina. A citação seguinte explicita os desdobramentos de suas concepções a partir desse diálogo:

considerando que as identificações substituem as relações de objeto e são a consequência de uma perda, a identificação de gênero é uma espécie de *melancolia* em que o sexo do objeto perdido é internalizado como proibição. Esta proibição sanciona e regula identidades de gênero distintas e a lei do desejo heterossexual. A resolução do complexo de Édipo afeta a identificação de gênero por via não só do tabu do incesto, mas, antes disso, do tabu contra a homossexualidade (BUTLER, 2003, p. 98).

Butler retoma o tema da melancolia na consideração da concepção de linguagem semiótica de Kristeva e suas implicações com a maternidade das mulheres, concepções que critica consistentemente. Em *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del 'sexo'* (1993/2005), publicação em que elabora a construção, no interior das normas produtoras do gênero, do *abjeto*, do *inumano*, Butler reporta-se a Kristeva citando o *ensaio sobre abjeção* que escreveu, marcando seu enfoque como diferente e relacionando-o com o conceito psicanalítico de *forclusão*.

Mientras la noción psicoanalítica de *Verwerfung* traducida como 'forclusión' produce la socialidad a través del repudio de un significativo primário que produce un inconsciente o, en la teoría lacaniana, el registro de lo real, la noción de *abyección* designa uma condição degradada o excluída dentro de los termos de la socialidad (BUTLER, 2005, p. 20).

Para concluir,

Procurei confrontar as relações de teóricas feministas com a psicanálise nos tempos da constituição da teoria com o fluxo da *primeira onda* dos movimentos feministas nas lutas por igualdades de direitos. Detive-me em algumas autoras da *segunda onda* feminista que retomaram relações tensas, de afastamento, de adesão, com o corpo conceitual da psicanálise. Relações de ambivalência que se deram, nestes tempos, tanto com teóricas dos *feminismos da igualdade* (refletindo, em geral, sobre igualdade e diferenças, no sentido de superação desta divisão dicotômica), quanto com teóricas dos *feminismos das diferenças*. No interior dessa relação nos campos de conhecimento psicanalista e feminista, as reflexões continuam se complexificando, instruídas também pelas áreas da Literatura, da Crítica Literária, da Filosofia e relacionadas, mais recentemente, aos estudos *queer*.

Ressalto novamente a parcialidade das reflexões deste artigo, em que certamente deixaram de ser mencionadas autoras feministas, psicanalistas ou contrárias à psicanálise que deveriam ter sido lembradas.

Busquei algumas citações de autoras feministas no intuito de deixar vislumbrar o teor de complexidade que reveste esses tensos e profícuos diálogos em críticas que retornam a antigas questões, constituídas, ainda, para teóricas feministas, como os nós da psicanálise enredados em torno das diferenciações que constituem feminilidades. Mas críticas e reflexões que se fazem em novos paradigmas discursivos, nos fluxos de novas temporalidades e movimentos e, como podemos perceber, em novos níveis de complexidade, na retomada de velhos temas e na ênfase em questões atuais: o complexo de castração feminino; o falo como significante universal; o falologocentrismo do conhecimento ocidental de que partilha a teoria; a produção da heterossexualidade como norma.

Em desdobramentos atuais das tensas e produtivas relações entre psicanálise e teorias feministas/estudos de gênero/teorias *queer* colocados pela emergência de novas configurações familiares e pelas disputas políticas em

torno da parentalidade homossexual, as disputas e reflexões se elaboram também em torno da concepção de diferença sexual e do tema lacaniano da sexuação¹³.

Referências

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós, 2005.

CHODOROW, Nancy. *Psicanálise da Maternidade: uma crítica a Freud a Partir da Mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990.

_____. Estrutura Familiar e Personalidade Feminina. In: ROSALDO, Michele Z. & LAMPHERE, Louise. (orgs.). *A Mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CIXOUS, Hélène. *La Risa de la Medusa: ensayos sobre la escritura*. Barcelona: Anthopos; Madrid: Comunidad de Madrid; San Juan: Universidad de Puerto Rico, 1995.

DEUTSCH, Hélène. La psicología de la mujer em relación com las funciones de reproducción. In: RIVIÈRE, J. *La Femeidad Como Máscara*. Barcelona: Tusquests, 1979.

FREUD, Sigmund. A dissolução do complexo de Édipo [1924]. In: _____. *ESBOPC DE Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

_____. A organização genital infantil [1923]. In: _____. *ESBOPC DE Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

_____. Algumas consequências psicológicas da diferença anatômica entre os sexos [1925]. In: _____. *ESBOPC DE Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

13 Conferir Simone Perelson (2006), Márcia Arán (2009), Patrícia Porchat (2010), entre outr@s.

_____. Feminilidade [1932]. In: _____. *ESBOPC DE Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

_____. Sexualidade feminina. In: _____. *ESBOPC DE Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

GALLOP, Jane. Andando para trás ou para frente. In: BRENNAN, T. (org). *Para além do falo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 43-60.

GILLIGAN, Carol. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos, 1982.

HEMMINGS, Clare. Contando estórias feministas. *Revista Estudos Feministas*. v. 17, n.1. Florianópolis: CCE/CFH- UFSC, 2009, p. 215-241.

HORNEY, Karen. Sobre la gênesis del complejo de castración de la mujer. In: RIVIÈRE, J. *La Femeidad Como Máscara*. Barcelona: Tusquets, 1979.

IRIGARAY, Luce. O gesto na psicanálise. In: BRENNAN, T. (org). *Para além do falo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p.171-186.

_____. *Parler n' est jamais neutre*. Paris: Éditions Minuit, 1985.

JARDINE, Lisa. A política da impenetrabilidade. In: BRENNAN, T. (org). *Para além do falo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 91-102.

JONES, Ernest. La fase precoz del desarrollo de la sexualidad femenina. In: RIVIÈRE, J. *La Femeidad Como Máscara*. Barcelona: Tusquets, 1979.

JONES, Ann Rosalind. Escribiendo el cuerpo: hacia uma compreensão de L'Écriture Féminine. In: NAVARRO, M & STIMPSON, C. R. (comp). *Nuevas Direcciones*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica de Argentina, 2001.

KLEIN, Melanie. Los primeros estágios del complejo de Édipo. In: _____. *El psicoanálisis de niños*. Buenos Aires: Hormé, 1964.

KNUDSEN, Patrícia Porchat P. da S. *Gênero, Psicanálise e Judith Butler - do transexualismo à política*. São Paulo: USP, 2007. Dissertação (Doutorado em Psicologia Clínica), Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2007.

_____. *O que a psicanálise tem a dizer sobre as novas configurações de gênero*. Florianópolis: UFSC, 2010. Palestra proferida em MR do Fazendo Gênero 9.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. *DE PIAGET A FREUD: para repensar as aprendizagens. A (psico)pedagogia entre o conhecimento e o saber*. Petrópolis: Vozes, 1992.

LAGO, Mara Coelho de S. Feminismo, psicanálise, gênero: viagens e traduções. *Revista estudos Feministas*. v. 18, n.1. Florianópolis: CCE/CFH-UFSC, 2010, p. 189-204.

_____. Feminismo e psicanálise, ainda... *Revista Estudos Feministas*. v. 9, n. 2. Florianópolis: CCE/CFH-UFSC, 2001, p. 618-625.

LAMPL-DE GROOT, Jeanne. The evolution of the Oedipus Complex. *Women. International Journal of Psychoanalysis*, IX, 1928.

MITCHELL, Juliet. *Psicanálise e feminismo: Freud, Reich, Laing e a Mulher*. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

_____. *Psicanálise da sexualidade feminina*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

MOI, Toril. Pensamento patriarcal e a pulsão do conhecimento. In: BRENNAN, T. (org). *Para além do falo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 253-275.

MONZANI, Luiz. Roberto. *FREUD: o movimento de um pensamento*. Campinas: UNICAMP, 1989.

PERELSON, Simone. A parentalidade homossexual: uma exposição do debate psicanalítico no debate francês atual. *Revista Estudos Feministas*. v. 14, n.3. Florianópolis: CCE/CFH-UFSC, 2006, p. 709-730.

RIVIÈRE, Joan. *La femineidad como máscara*. Barcelona: Tusquets, 1979.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. *SOS - Corpo*. Recife, 1993.

Rubin com Butler. Tráfico sexual - entrevista. *Cadernos Pagu*. (21), 2003, p. 157-210.

SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siecle*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SHIACH, Morag. O 'simbólico' deles existe, detém poder - nós, as semeadoras da desordem, o conhecemos bem demais. In: BRENNAN, T. (org). *Para além do falo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 205-224.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Sociedade*. 20(2). Porto Alegre, 1990.

_____. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Mulheres, 2002.

TUBERT, Silvia. Introducción a la edición espanhola. In Flax, J. *Psicoanálisis y feminismo. Pensamientos Fragmentários*. Madrid: Cátedra, Universitat de València, Instituto de la Mujer, 1995.

WHITFORD, Margaret. Releitura de Irigaray. In: BRENNAN, T. (org). *Para além do falo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997, p. 145-170.

DIMENSÕES
TEXTUAIS

FEMINISMOS Y ESTUDIOS FEMINISTAS EN LA ARGENTINA

Dora Barrancos

Agradezco profundamente a quienes una vez más han realizado el enorme esfuerzo de llevar adelante “Fazendo Género” en la Universidade Federal de Santa Catarina, acontecimiento que ya se ha constituido en una indiscutible tradición latinoamericana en materia de pensamiento y praxis feminista. Estoy muy complacida por haberme invitado a participar de este panel con tan distinguidas colegas que ostentan tan singulares trayectos feministas.

Voy a referirme en esta comunicación a dos cuestiones centrales. En primer lugar abordaré aspectos de la raigambre feminista en la Argentina, a sus antecedentes, para focalizar luego las expresiones recientes de **los feminismos**, puesto que es imprescindible abordar pluralmente el pensamiento y la militancia a favor de los derechos de las mujeres en nuestro país. Nunca ha habido, por otra parte, un feminismo en singular. En segundo lugar, analizaré algunos aspectos del desarrollo de los estudios feministas y de género en las instituciones académicas argentinas.

I - Inicios y características actuales de los feminismos en la Argentina

Resulta singular la temprana recepción del feminismo en la Argentina, poco tiempo después de inaugurarse el término. En efecto, a fines del siglo XIX, coincidiendo con las notas *modernas* del país, el concepto arribó de ultramar y ya sabemos que en buena medida se debe a la notable activista francesa Hubertine

Auclert. Más allá de las confusiones semánticas que pudieron exhibirse, rápidamente concitó el alineamiento de algunas mujeres. Se impone caracterizar a la primera leva de feministas que, sin lugar a dudas, fueron letradas y librepensadoras entre las que descollaron las socialistas - el Partido Socialista surgió en 1896 y se extendió en el área capitalina para alcanzar luego otros lugares -, quienes acabaron dando su tono al grueso del feminismo. Esta inscripción difiere de la habida en Brasil y en Uruguay, en donde la corriente se instaló sobre todo formando parte de las posiciones *liberales*, y esta inscripción dotó por largo tiempo los sentidos articuladores de la reivindicación de derechos y marcó en buena medida sus derivas posteriores.

Debido a la acogida socialista pues, el feminismo argentino se apegará - y ya lo he señalado muchas veces - a la **forma relacional**, en términos de Karen Offen (1991), lo que significa *que la lucha por los derechos de las mujeres siempre comportó un excedente, un plus, dirigido a indexar los derechos a otros sectores subalternos*. Nuestras feministas inaugurales estaban orientadas a procurar también derechos para los grupos sociales de las márgenes, especialmente para los sectores obreros, formando parte de las agitaciones a favor de las/ los trabajadores que se movilizaron en la Argentina de las primeras décadas del siglo pasado (1900-1930). Podríamos sintetizar el ideario y los combates del feminismo inaugural en el siguiente orden de dimensiones: **extinción de la inferioridad jurídica, sufragio, protección de la maternidad precarizada, divorcio vincular, educación**.

Esa marca relacional de nuestro feminismo pudo matizarse en cierto grado con la emergencia de nuevos movimientos femeninos surgidos desde mediados de la década de 1920. Algunas manifestaciones eran liberales, pero otras expresaron una adecuación más conservadora - en alguna medida vinculada a la Iglesia, cuyas máximas jerarquías se habían convencido de la ventaja del voto de las mujeres. No sería extraño que los sectores filoliberales renuentes al sufragio, los hubieran convencido de que en efecto, estas votarían tal como aquellos aseguraban, bajo la influencia de los sacerdotes. Es innecesario recordar que esta era la argumentación más empleada para denegar el derecho al sufragio por parte de grupos ideológicos y políticos más distantes de las fuerzas conservadoras.

Aunque la primera iniciativa sobre el voto femenino se produjo en 1919, fue recién en 1932 que ocurrió la primera oportunidad de debate del sufragio en el Parlamento. La medida obtuvo media sanción de Diputados pero no consiguió tratamiento en el Senado. Durante los años 1930, y hasta mediados de

la década de 1940, las feministas “relacionales” se unieron a las de cuño liberal para enfrentar al nazifascismo. La hora internacional era grave debido a las experiencias autoritarias que amenazaban el globo, y nuestras feministas cooperaron decididamente con los refugiados de la Guerra Civil española, siendo la organización femenina denominada la *Junta de la Victoria* una prueba de ello. Las unía además, la amenaza autoritaria en la Argentina. Debe pensarse que las derechas reaccionarias han sido proverbiales en nuestro medio, con características singulares cuando se las compara con las de otros países de la región. Por lo tanto, durante esos años se redujo en buena medida la agencia por los derechos propios, y más bien el tono general imprimido a la acción femenina entre mediadas de las décadas 1930 y 1940 fue comprometer esfuerzos para que no avanzara el fascismo, para evitar la derrocada de la democracia.

La estación peronista encontró a las feministas *relacionales* en la vereda de la mayor oposición, y tal como sostuvo el grueso de las expresiones liberales y de izquierda, el nuevo régimen se emparentaba con el fascismo. Además de la singular fase distributiva, de los logros en materia de prerrogativas sociales, fue notable el avance de la participación política de las mujeres bajo el régimen y el papel jugado por Eva Perón en la movilización de aquellas. El antifeminismo del peronismo, que a menudo proclamó Evita, parecía morigerarse de hecho con las intervenciones a favor de los derechos de las trabajadoras y de las mujeres de los sectores de menores recursos. La acción de la Fundación Eva Perón debe leerse - como lo han hecho trabajos recientes (VALOBRA; RAMACCIOTTI; BARRY, 2008) e - como una evidencia del elevado involucramiento de la esposa de Perón con la condición de las mujeres, sin duda un reverbero de su propia caracterización, de su historia de padecimientos como muchacha proveniente de una clase social estigmatizada. Resulta indiscutible que las congéneres ocuparon un lugar central en las devociones de Evita. Desde luego, lo paradójico se halla en la irrevocable perspectiva de la condición femenina ajustada ónticamente al ser madre/esposa que afianzaba el estado peronista, en el indiscutible acatamiento del régimen a las valencias estereotipadas de género. Sin embargo, no debe olvidarse que fue el peronismo el que produjo un salto cualitativo en materia de representación femenina en los escaños parlamentares, circunstancia única en América Latina a inicios de la década de 1950, momento en que el Parlamento argentino llegó a tener casi el 30% de mujeres en ambas Cámaras (VALOBRA, 2010).

Las décadas 1960-1970 significaron enormes cambios en la sociedad nacional, como ocurrió también en buena parte de los países latinoamericanos.

La incorporación masiva de las mujeres en la Universidad, las transformaciones ocurridas en el mercado laboral y muy especialmente, las mudanzas de la moral sexual - para lo que contribuyeron nuevos patrones culturales, a lo que se unió la revolución de la píldora anticonceptiva -, se enlazaron con las manifestaciones políticas radicalizadas. Nuestro país había vivido largos periodos de Estado de excepción, con suspensión de las garantías constitucionales. Durante esas décadas las expresiones radicalizadas respondían no sólo a la situación interna de déficit de democracia, sino a las intervenciones imperialistas, a la guerra de Vietnam entre otros fenómenos contundentes de la acción norteamericana. Las voces disonantes se entusiasaban con el triunfo de la Revolución cubana y más tarde, fueron incitadas por la heroicidad del Che Guevara, que además era nuestro compatriota. El enrolamiento en la acción política violenta marcó a mi generación y en la lucha armada participaron probablemente la misma proporción de varones que de mujeres, aunque estas estuvieran relegadas de los altos cargos de conducción de las organizaciones beligerantes¹. Pero no deja de ser remarcable que el feminismo - que había renacido en los años 60 con diversas expresiones, en su mayoría acompañantes del jacobinismo político que expresaba la época -, no encontraba cabida en las nuevas subjetividades femeninas que se aprestaban a la militancia. No éramos feministas, ni constaba en nuestro programa de reformas radicales, modificar el patriarcado. En general, asimilábamos la opresión de género como una forma sucedánea de la opresión de clase. Y con relación a la píldora éramos por completos ambivalentes: la aceptábamos para nosotras, las mujeres de clase media, pero la rechazábamos para nuestras congéneres de los sectores populares, puesto que creíamos que cualquier intervención anticonceptiva respondía a designios imperialistas (COSSE, 2010).

La reconquista de la democracia significó una revisión drástica de las convicciones, de las actitudes y de las conductas en materia de derechos y una severa reflexión sobre el estatuto de ciudadanía. Entre los nuevos enlaces sintagmáticos que se realizaron sobre las prerrogativas adeudadas, la cuestión de la asimetría de los sexos ingresó con particular vigor y el feminismo encontró una ancha calzada. Muchas mujeres habían partido para el exilio y en las cuencas acogedoras de los países europeos y latinoamericanos encontraron la matriz feminista. Tal fue mi caso. Debo mi feminismo a la experiencia de mi

¹ Ver especialmente FELITTI, Karina. *Regulación de la natalidad en la historia argentina reciente. Discursos y experiencias (1960-1987)*, Tesis Doctoral. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, UBA, 2009.

exilio en este querido país, al calor de las movilizaciones “mineiras” producidas por el crimen de Angela Diniz, tanto como a la acción desplegada por las mujeres del movimiento por la Amnistía, que ha sido fundamental para la extinción de la dictadura. Por su parte, quienes no habían salido de la Argentina y resistieron como pudieron el terrorismo de Estado, también recogieron el guante de las reivindicaciones de derechos que les concernían. No puedo dejar de mencionar al heroico núcleo de las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo, que sin proponerse la acción política - y mucho menos la del feminismo -, realizaron la hazaña de socavar la sangrienta dictadura. Desde antes de su caída, algunas voces de mujeres se encontraron en la reivindicación de muy diversos derechos, aunque los principales puntos de la agenda fueron sin lugar a dudas dos: ***el reconocimiento en la vida política partidaria y la demanda de medidas contra la violencia doméstica***. Si estas fueron las cuestiones de mayor agitación durante los primeros años del regreso a la vida democrática, la agenda se ensanchó notablemente a medida que corrieron los años de la transición. Permítaseme repasar algunos de los más importantes derechos conquistados desde 1984 gracias en gran medida a la acción de las feministas (BARRANCOS, 2008, p. 1) La ley de “patria potestad compartida”, de 1985. Con esta reforma la “patria potestad” es ejercida por ambos cónyuges, a menos que estos pacten en cuál de ellos recae. 2) La ratificación de la *Convención contra todas las Formas de Discriminación contra la Mujer* - CEDAW, en 1985 y su incorporación a la Constitución sancionada en 1994. Esta circunstancia es casi excepcional pues son escasísimos los estados que han incorporado la Convención al cuerpo de sus respectivas “cartas magnas”. 3) La sanción del divorcio vincular, en 1987. La Argentina había obtenido su sanción en 1954, bajo el régimen peronista, y el golpe de Estado que lo derrocó suspendió por un decreto la ley que facultaba el divorcio vincular. 4) La ley de cupo femenino - o de cuota como prefiere llamarse en la mayoría de los países latinoamericanos - sancionada en 1991 que significó que haya al menos el 30% de representación femenina en los organismos legislativos. Su acatamiento no fue inmediato, algunas mujeres debieron recurrir a la justicia y aún a instancias internacionales para que se les reconociera su lugar en las listas partidarias, pero hoy se cumple rigurosamente. Sólo hay dos estados provinciales que no reconocen ese derecho. 5) La ley integral contra la violencia de género en cualquiera de los ámbitos de la sociedad, sancionada en 2009 y reglamentada recientemente. 6) Adhesión a la *Convención para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer* (Belén do Pará, Brasil, 1994) en 1996. 7) Incorporación de las

amas de casa al Sistema Integrado de Pensiones y Jubilaciones - Ley 24.828 de 1997. 8) Sanción de la ley que considera *despido discriminatorio* al originado por razones de sexo u orientación sexual en 1998. 9) La ley de *matrimonio igualitario*, sancionada recientemente (julio de 2010) que concede los mismos derechos de la conyugalidad heterosexual a las parejas homosexuales, y que constituye a la Argentina en el primer país latinoamericano en conceder el derecho (México reconoce la igualdad matrimonial sólo en Distrito Federal). Sin duda se debe a la agencia GLTTBI su promulgación, pero me gustaría subrayar que el feminismo aggrornado de los años 1990 tuvo mucho que ver con el acicate a las agencias de la diversidad sexual. No tengo dudas de que fue el ímpetu crítico de ese feminismo uno de los impulsores de los nuevos derechos de los individuos de sexualidad disidente.

Me detendré ahora en algunas consideraciones sobre ciertas características a mi juicio centrales de los feminismos actuales en la Argentina. Creo que hay un trazo común que todavía caracteriza a la pluralidad de nuestros colectivos a favor de los derechos de las mujeres, y mi convicción es que persiste la vertiente “relacional” sobre la “individual”. Aunque no deriva de modo directo la característica relacional, el “feminismo de la diferencia” constituye la matriz hegemónica que abunda en nuestras manifestaciones del arco ancho feminista. A pesar de que no conozco trabajos que hayan explorado en profundidad esa circunstancia, conjeturo que el “feminismo identitario”, de corte individual y plegado al viejo cóncavo liberal, no es el que concita más adhesiones en nuestro país. Por cierto, la afinidad con estos últimos presupuestos coloca a la acción feminista en una perspectiva menos comprensiva de los ángulos de clase que presentan una fracción sustantiva de la población femenina. De modo que la persistencia de la forma relacional ha permitido comprender más a las mujeres que sufren opresión de género y clase, y ha provocado alianzas sinergiales en la lucha por la conquista de derechos.

Por otra parte, las expresiones que dividieron a las feministas entre “institucionales” y “autónomas” no alcanzaron en la Argentina el enfrentamiento abrupto - a menudo enconado - de otras latitudes, tal vez porque la Argentina no fue una receptora de recursos internacionales relevantes entre las agencias que secundaron la obtención de derechos femeninos. No es el mismo caso de otros países de la región. Los recursos más abundantes y la mayor visibilidad y reconocimiento por parte de organismos internacionales de algunas figuras líderes - que fueron atacadas con cierta alevosía por lo que se denunció como “cooptación”-, no presentó en la Argentina el significado que tuvo en otros

países. Menor dotación de recursos y menor exposición al desarraigo de las principales figuras de nuestro feminismo durante la década 1990 hayan sido tal vez las principales razones para la morigeración del debate. Desde luego, hay grupos que reivindican la entera independencia de cualquier forma de vinculación con esferas consideradas limitantes - sobre todo el poder político y los organismos internacionales-, pero no me parece que sean estos los ángulos que sugieran la partición de vínculos entre nuestras feministas.

Creo que uno de los aspectos principales en el que las feministas argentinas hemos desarrollado posiciones encontradas - sin que esto signifique que la sangre llegue al río, ni mucho menos - es en lo que respecta a la perspectiva de la prostitución. Para un grupo de feministas amigas, la condena de la prostitución es inexorable en clara identidad con los principios más intransigentes en la materia. El patriarcado sigue esclavizando a las mujeres a través del instituto de la prostitución que debe ser repudiado y erradicado bajo cualquiera de sus formas. Pero esta posición radical no acepta el punto de vista de las propias oficiantes, ni sus subjetividades absolutorias. En la vereda de enfrente se sitúan las feministas que, aunque condenan el sometimiento patriarcal, introducen la capacidad de juicio y de voluntad por parte de las prostitutas, y aceptan su experiencia como una realidad existencial que va más allá de la condena a la opresión masculina. Deseo admitir que este es mi punto de vista. No comparto la iracundia contra la prostitución porque creo que, por encima del sometimiento que produce la venta de sexo, hay que considerar la racionalidad que expresan las oficiantes. Desde luego, debe haber guerra total a los proxenetas y a los tratantes, no es esa la cuestión en debate.

Otro aspecto que suele dividirnos a las feministas es la aceptación de fórmulas de género amigables con la identidad femenina, como lo es el caso de las personas travestis. Hay grupos feministas resistentes a la incorporación de travestis militantes por derechos como parte de la identidad feminista. Deseo expresar que no aceptar a las travestis "femeninas" es tan inapropiado como no aceptar fórmulas de la orientación sexual lésbica deslizadas hacia los modos estereotipados masculinos. Excluir forma parte de una violenta operación patriarcal.

Seguramente hay una sutil división - o no tal sutil! - que demarca nuestros territorios feministas: la militancia política vs. la acción académica. Esta fragmentación no ha significado estilos confrontativos, pero a menudo se percibe que en la base de ciertos desacuerdos subyace esa inscripción diferencial. Pero creo no equivocarme al sostener que la enorme mayoría de las académicas hemos participado activamente de la vida política feminista, que nos

hemos envuelto en la misma demanda de derechos y que no nos caracteriza ninguna pretensión jerárquica de hipérbole cognitiva en torno de las relaciones de género. A diferencia de la vida académica de los EEUU, nuestras tradiciones de compromiso político nos han llevado siempre a la arena del “mundo de la vida” - en términos fenomenológicos - y es de allí que hemos extraído los principales estímulos para conocer y modificar el sujetamiento femenino.

No puedo dejar de considerar una circunstancia de gran significado que se constata en mi país, y es que estamos asistiendo a una especie de “derame feminista”, de dispersión de los principios feministas, entre amplios sectores de mujeres que constituyen formas de un “feminismo popular”, como ha señalado Graciela Di Marco (2008). Tengo la impresión de que se ha agotado el feminismo de “capilla”, circunscripto a núcleos cerrados a los que se ingresaba cumpliendo ciertos ritos de pasaje y que tantas veces terminaron siendo expulsivos. Las demandas feministas están siendo encaradas por una miríada de mujeres en movimiento, una verdadera diáspora de sensibilidades, sentimientos y voluntades que arrojan más lejos todavía los principios para obtener la completada igualdad.

II. Los estudios relacionados con las mujeres y las relaciones de género en la academia argentina

Los estudios académicos vinculados con la condición de las mujeres y en general con las relaciones de género se impusieron con lentitud en la Argentina. El asedio provino de afuera hacia adentro: primero se construyeron en la periferia de las universidades, y luego y de modo muy pausado, alcanzaron legitimidad en estas instituciones. Sin duda el orden de los saberes consagrados recelaba francamente de la incursión feminista, y tal como expuse hace algunos años (BARRANCOS, 2003), el sistema académico padecía de los siguientes síntomas y tal vez todavía no haya superado por completo algunos de ellos:

- a) Ausencia de pensamiento crítico universitario por efecto de la diáspora provocada por la dictadura;
- b) Ausencia de contingentes académicos femeninos críticos, y menos aún feministas, que sólo se establecieron con la reapertura democrática;
- c) Temor a la disrupción institucional;

Desarrollaré de modo sintético los episodios centrales de la constitución de los estudios de la condición femenina y de género en mi país.

Aún en plena dictadura, a fines de los 70, diversos grupos de mujeres se decidieron a desarrollar al menos ejercicios teóricos en torno del feminismo, y piénsese en la ferocidad del régimen militar imperante. Así, un bastión inició algunas reuniones en el Instituto Goethe de Buenos Aires, en el que sobresalían las profesionales en el área de Psicología. Algo más adelante se creó el Centro de Estudios de la Mujer que no hay dudas fue el semillero de la primera iniciativa universitaria. Otro centro privado de investigación académica, el CEDES - Centro de Estudios del Estado y la Sociedad -, también había inaugurado una línea destinada a la investigación sobre mujeres y el CENEP (Centro de Estudios de Población) se le unía en el propósito. En 1987 la Facultad de Psicología de la Universidad de Buenos Aires hacía lugar a la Especialización en Estudios de la Mujer que hizo una gran contribución para la formación sistemática de los cuadros feministas.

A pesar de esa incorporación a un ámbito universitario a sólo tres años de terminada la dictadura, hubo que aguardar pacientemente a que otros centros especializados fueran reconocidos. En los primeros años de la década 1990 pudieron instalarse núcleos *ad hoc* aunque con disímil legitimidad contextual. Pero lo cierto es que las Universidades Nacionales de Buenos Aires, Luján, Rosario, Santa Fe, La Plata y algo más tarde Tucumán, Salta, Córdoba, Neuquén y La Pampa, contaron con áreas o centros destinados a promover docencia, desarrollar investigación y ofrecer acciones de extensión. Hoy día en la casi totalidad de las Universidades públicas - y en no pocas de orden privado - se cuenta alguna experiencia académica en las cuestiones que nos ocupan. No es posible olvidar el impulso dado, en 1991, por nuestra gran historiadora residente en España, Reyna Pastor, quien promovió una Red de centros cuya disciplina central era la Historia. Más allá de los perances de la Red - que en verdad no llegó a constituirse-, lo cierto es que los centros localizados en las Universidades han sostenido con periodicidad bianual las Jornadas de Historia de las Mujeres y Estudios de Género, que se ha tornado una experiencia de especial significado en nuestra vida académica. Desde el año 2000, han tenido carácter ibero y latinoamericano y en el futuro deberá sostenerse esa integración. Esas Jornadas permiten apreciar cuanti y cualitativamente el desarrollo de nuestros estudios, y basta señalar que desde 1991, en que tuvieron lugar por primera vez y donde no alcanzaron a veinte las comunicaciones presentadas, hasta el realizado en Rosario hace dos años que superó el número de las cuatrocientas ponencias, se advierte un singular afianzamiento de la investigación en nuestro campo de saberes.

La Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires cuenta con el Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género (IIEGE) cuyos objetivos son patrocinar docencia en pregrado y posgrado, desarrollar investigación y realizar extensión. Tuvo como antecedente un Área Interdisciplinaria de Estudios de la Mujer surgido en 1992, y en 1997 en una coyuntura notablemente favorable, fue transformada en Instituto con el mismo rango de los que respondían a los tópicos disciplinarios tradicionales. Tiene una destacada membresía, hospeda diversos proyectos de investigación con financiamiento oficial, bien como la Red de Ciencia y Técnica Mujer, y el Archivo de Imágenes y Palabras de Mujeres y publica la Revista Mora con un arbitraje exigente.

La UBA también posee en la ya mencionada Facultad de Psicología y en la de Ciencias Sociales núcleos que orientan la investigación y la docencia hacia nuestra problemática. Se destaca en el último caso el grupo que examina sexualidades en el Instituto Gino Germani, con una producción singular. La Facultad de Derecho dispone de grupos de interés - aún menos formalizados - que analizan cuestiones de género ligadas al orden disciplinario jurídico.

En todas las carreras de las Facultades mencionadas - Ciencias Sociales, Psicología, Filosofía y Letras y Derecho - varias docentes incorporan la perspectiva de género en las materias que dictan, pero no constan disciplinas obligatorias en los planes de estudios, de modo tal que los estudios de pregrado se han visto sólo esporádicamente atravesados por nuestra perspectiva. Durante algunos años hubo un seminario regular en la Carrera de Historia (FFYL-UBA) bajo el nombre de "Introducción a la Historia de las Mujeres y a los Estudios de Género, por iniciativa del IIEGE. Diversas circunstancias detuvieron su desarrollo pero seguramente volverá a ofrecerse pues ha sido un valioso precedente en la estructuración de la oferta formativa de grado.

Con relación a los estudios de posgrado, además del antecedente ya mencionado de la Especialización en Estudios de la Mujer, la Universidad de Rosario lleva la delantera pues desde hace algunos años desarrolla la Maestría "El poder, la sociedad y la problemática de Género" del que han egresado un buen número de especialistas. Por su parte, la Universidad de Luján creó una Especialización y se haya próxima a funcionar la Maestría. Esta Universidad junto con la de Neuquén y La Pampa, publican la Revista "La Aljaba". Recientemente, y en razón de las transformaciones notables que ha imprimido a su gestión la actual Ministra de Defensa, la Dra. Nilda Garré, que convocó a un Consejo de Políticas de Género para orientar sus decisiones, se institucionalizó la Diplomatura de Género en el ámbito de la Fuerza Aérea, seguramente algo impensado hace una década.

El Doctorado de Filosofía y Letras de la UBA ofrece anualmente seminarios para un amplio conjunto de disciplinas, con contenidos que aluden a la perspectiva de género en buena medida impulsados por el IIEGE. Hace unos años, este Instituto tomó la iniciativa de realizar un esfuerzo común con Universidades del Mercosur y con la Universidad de Chile para llevar adelante un proyecto de Doctorado de Estudios de Género, para lo que se realizaron una serie de reuniones que hoy permiten entrever la firme posibilidad de concretarlo. Se trata de una iniciativa que debe sortear diversos escollos, especialmente burocráticos, debido a las limitaciones que ofrecen las diversas tradiciones de las instituciones involucradas. Recientemente, la Universidad Nacional de Córdoba, plasmó el Doctorado en Estudios de Género, el primero en establecerse en el país, y del que esperamos una labor singular.

Desde el año 2005, la Asociación de Universidades Grupo Montevideo - AUGM - que asocia a un vasto número de casas de altos estudios de la región, cuenta con un Comité de Género que ha venido evidenciando una rica actividad. Esta iniciativa es un paso fundamental en la estrategia de reunir los esfuerzos del trabajo académico, de docencia e investigación, de nuestros centros especializados.

No puedo dejar de mencionar las iniciativas del ámbito privado. En la ciudad de Buenos Aires hubo un antecedente de estudios de posgrado en la Universidad Hebrea Bar-ila en la década de 1990. El mismo grupo, formado por muy competentes académicas originó una Diplomatura en Género en la UCES - Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales -, y recientemente ha creado la Maestría, que se haya envías de aprobación, a través del Instituto de Altos Estudios de Psicología y Ciencias Sociales. En la actualidad esta Universidad ofrece un Posdoctorado en Estudios de Género, único formalizado en nuestro medio que ya tiene egresadas. Se trata de una iniciativa desafiante.

El Programa Regional de Políticas Públicas y Género (PRIGEP) localizado en FLACSO constituye una real alternativa a la formación en el nivel posgrado y tiene alcance internacional. En la actualidad el Programa ofrece una Maestría y reúne a un grupo docente de reconocida calidad en América Latina.

Un balance de la situación general de los estudios concernientes a las mujeres y a las dimensiones de género en los centros de enseñanza superior, muestra ciertas fragilidades, inestabilidades y discontinuidades en la formación de pre grado, y una clara tendencia a la especialización de posgrado al par que se advierte un incremento de la legitimación académica. El crecimiento que ha tenido la investigación científica en todas las disciplinas sociales y en las

humanidades, así como la mayor sofisticación teórica y metodológica en los análisis de la condición femenina, resulta incontestable en todos los países. El número y calidad de los trabajos producidos expresan una curva ascendente y hablan claramente de la presencia de una “masa crítica” expresiva, aunque subsistan las dificultades. Diana Maffía (1998) señaló con acierto por lo menos ocho problemas que caracterizaban a los estudios académicos en la Argentina, pero muy probablemente puedan extenderse a la experiencia general de los restantes países del área. Maffía situaba entonces cuestiones como la legitimidad, la integración, la jerarquía y el nivel académico que se les confería, la relación con la práctica, la profesionalización, el excesivo eclecticismo, y por último - y no menos importante-los visos de dogmatismo. “A medida que se construyen tradiciones académicas - decía- hay un deslizamiento a posiciones cerradas, vocabularios iniciáticos, disputas escolásticas (...)”. “Por cierto - concluía Maffía - la tendencia al dogmatismo favorece el statu quo”.

Han corrido los años y no obstante el mayor reconocimiento que gozan los centros académicos universitarios relativos a la tarea docente y a la producción obtenida por el trabajo de investigación, prevalecen aspectos críticos que se indexan a las percepciones de Diana Maffía y que deberían ser removidos, si se desea una más satisfactoria incorporación y sustentabilidad de estos estudios en la educación superior de nuestros países. Los principales problemas detectados son:

a) ***Ausencia de políticas universitarias genéricas, lo que contrasta con sistemas educativos paradójicamente feminizados.*** En la actualidad el sistema universitario se encuentra feminizado o en proceso de franca supremacía numérica de contingentes femeninos. En la Argentina, la única excepción siguen siendo las carreras de Ingeniería todavía renuentes a la matrícula femenina. Pero la sobre representación de las mujeres no ha significado un cambio en las políticas hacia la generización por parte del sistema público de educación superior. El número de profesoras se ha incrementado y en algunas unidades académicas lo ha hecho de modo exponencial, pero la diferencia salarial expresa brechas de género debido a que los cargos de “dedicación exclusiva” son usufrutuados sobre todo por los varones. De la misma manera, la representación de los claustros en el sistema de gobierno de las altas casas de estudio no revela equidad, y mucho menos las mujeres ocupan los cargos de mayor responsabilidad académica. El número de Rectoras es diminuto, las ha habido en escasísimo número, la Universidad de Buenos Aires nunca ha sido dirigido por una mujer.

b) ***Precaria presencia o falta de obligatoriedad, de los estudios de género en los programas de pregrado.*** A pesar de la mayor legitimidad obtenida durante estos casi veinte años de desarrollo académico de nuestros estudios, hay enormes dificultades en transformar la currícula de las diversas carreras universitarias. Ni siquiera en las disciplinas sociales y en las humanidades se ha revisado la trama curricular para dar lugar al nuevo conocimiento. Se registran experiencias esporádicas de incorporación y en todos los casos como consecuencia de la voluntad personal de quienes ejercen la docencia.

c) ***Insuficiencia de recursos, en especial falta de becas y subsidios.*** Sin duda, ha habido una expansión de los beneficios de las becas doctorales en nuestro medio gracias a los mayores recursos que ha dispuesto el CONICET que se ha mostrado crecientemente poroso para auspiciar proyectos de investigación relacionados con nuestros intereses especializados. Pero resulta necesario aumentar los recursos de las propias universidades. Se constata que no hay becas para Maestría, aspecto que todavía no ha encontrado resolución.

d) ***Comportamientos institucionales pocos porosos en relación a otras unidades académicas.*** Sin duda hay en esto cabe mucha responsabilidad de los propios institutos, núcleos o centros destinados a nuestros estudios. Suele ocurrir lo que también Diana Maffía denominaba la “ghetización” de los estudios de género que a menudo auspician ciudadelas o cotos aislados. Es fundamental que las unidades que hemos constituido, o que nos albergan, mantengan diálogos con otros espacios académicos, tanto los cercanos y correspondientes a una misma institución, como los situados en otros organismos académicos. Es rigurosamente desacertado mantener políticas de cerramiento, endogámicas y perpetuadoras de la mismidad. Nada puede ser más estimulante que el intercambio amplio con otras unidades de docencia e investigación.

e) ***Ausencia de articulación entre los centros universitarios especializados de un mismo país.*** Debemos lamentar que al menos en la experiencia argentina carezcamos de una ligazón sistemática entre los diversos centros dedicados a enseñar e investigar en materia de género. Las relaciones fluidas se producen sobre todo por ocasión de congresos o jornadas, pero de ordinario hay más interacción por conocimiento y reciprocidad personal que por razones estrictamente institucionales.

f) ***Concentración en posgrados especializados de nivel intermedio (especialización y maestrías) y carencia de doctorados especializados.*** Esta circunstancia comienza a ser revertida en nuestro país gracias a

la ya citada iniciativa de las colegas de la Universidad Nacional de Córdoba que acaban de concretar la apertura del Doctorado en Estudios de Género. Ya he señalado que nos hayamos propiciando un doctorado regional al menos en la región sur latinoamericana.

g) ***Déficit de titulación a nivel de posgrado que afecta a buena parte de la masa docente.*** Esta evidencia se encuentra estrictamente vinculada con la constatación anterior. Necesitamos fortalecer en nuestro país la titulación doctoral a fin de aumentar los contingentes dedicados a la investigación y la docencia sobre todo en el área de posgrado. La tradición de los doctorados en las ciencias sociales es muy reciente en la Argentina y aunque en la última década se han expandido notablemente, todavía se registra un déficit sobre todo si se tiene en cuenta nuestra especialidad.

Para cerrar esta intervención, y más allá de las observaciones críticas precedentes, me gustaría afirmar que en menos de un cuarto de siglo hemos avanzado de modo singular en la Argentina, tanto en materia de conquista de derechos como en lo que atañe a saberes críticos especializados. Hemos conseguido desestabilizar el “sentido común” con las evidencias de la discriminación y sin duda hemos contribuido, también gracias a la fuerza de los feminismos - y creo que con bastante destreza -, a la operación de desmontar la naturalización de la asimetría. Nos ha ayudado alguna parte de la “midia” comprometida con la equidad: no puedo dejar de señalar el valor que han tenido algunas expresiones periodísticas feministas, por cierto capilares teniendo en cuenta la omisión y negligencia de la mayoría de los medios de comunicación. Y también hemos avanzado en materia de “conocimiento situado” - el único con capacidad objetiva si nos atenemos a las lecciones de Donna Haraway (1995) - en muy diversas disciplinas sociales y humanísticas. Basta señalar que al inicio de la democracia eran escasísimos los trabajos de investigación que ponían en foco la situación de las mujeres, lo que contrasta con el crecimiento exponencial habido en estos últimos años, Pero desde luego, todavía resta mucho más, muchísimos más por hacer y conocer. Las feministas somos insaciables, y lo seremos mientras no cese la discriminación y la inequidad.

Referências

BARRANCOS, Dora. *Mujeres, entre la casa y la plaza*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

COSSE, Isabella. *Pareja, sexualidad y familia en los años sesenta*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

DI MARCO, Graciela. Social Justice and Gender Rights. *International Social Science Journal*. v. 59- Issue 191 - March 2008, p.43-55.

FELITTI, Karina. *Regulación de la natalidad en la historia argentina reciente. Discursos y experiencias (1960-1987)*. Buenos Aires: UBA, 2009. Dissertação (Doctorado), Facultad de Filosofía y Letras, 2009.

HARAWAY, Donna. *Ciencia, cyborgs y mujeres. La reinversión de la naturaleza*. Valencia: Cátedra, 1995.

MAFFÍA, Diana. Aventuras y desventuras del encuentro entre Género y la academia. *Revista Feminaria*. Año XI, n.21, 1998.

OFFEN, Karen. Definir el feminismo. Un análisis histórico comparativo. *Historia Social*. n. 9. Universidad de Valencia, 1991.

VALOBRA, Adriana.; RAMACCIOTTI, Karina y BARRY, Carolina. (comp). *La Fundación Eva Perón*. Buenos Aires: Biblos, 2008.

VALOBRA, Adriana. *Del hogar a las urnas. Recorridos de la ciudadanía política femenina argentina, 1946 - 1955*. Rosario: Prohistoria, 2010.

MULHERES SOLTEIRAS E CASADAS NAS SÉRIES TELEVISIVAS

Ivia Alves

Tratar de séries televisivas já está se tornando comum no país, mas ainda encontra resistência no meio acadêmico. Associando-me ao grupo que abre espaço para os seriados, examinando *sites* e *blogs*, além das várias comunidades nos sites de relacionamentos e revistas *on line*, passei a ver o quanto é importante analisar e discutir os conteúdos veiculados por esse tipo de gênero visto o alcance e fidelidade de seu público. Também observei que existe espaço para comentários mais específicos que possam interessar a esse público cativo e fiel, como a discussão das representações das mulheres e de como essas séries lidam com as relações de gênero e poder. O presente texto é mais um recorte da minha atual pesquisa, que analisa as representações e imagens de mulheres em séries norte-americanas (preferencialmente, policiais investigativas).

De antemão, deixo de lado qualquer discussão sobre a programação da televisão, bem como sobre os produtos que ela oferece e suas íntimas relações financeiras com a indústria e comércio através das propagandas (no espaço denominado por um outro programa de “No intervalo”). Também não vou entrar na discussão sobre alta e baixa cultura, tema bastante discutido nos anos noventa. A televisão e sua programação (com sua articulação com o rádio) povoam o cenário de qualquer pessoa que viva sob o sol deste planeta. Entre os “apocalípticos e integrados”, conforme o título do livro de Umberto Eco, passei a fazer parte, há muito tempo, dos integrados.

A mídia está no centro do nosso cotidiano seja através de revistas, músicas, seja pela televisão com seus inúmeros canais, que apresenta (ou oferece)

uma programação variadíssima e que segmenta o seu público por classe, raça/etnia, faixa etária e, evidentemente, na atualidade, por gênero¹. E como a TV (principalmente pela sua oralidade) atravessa todos os nossos rituais diários, quando se trata de “lazer” e até mesmo quando não se tem o hábito de assisti-la, ela alcança um raio sem limites e imprime no telespectador ou “ouvinte” discursos reiterados. Observando esse fato infere-se que a TV não só pode modelizar atitudes, comportamentos, vestimentas, como também imprimir e reiterar um discurso (o dominante) que pode ser internalizado como a própria expressão de pensamento da pessoa; melhor dizendo, a TV, pela sua oralidade, concretiza, põe em palavras o que a pessoa quer dizer, quer pensar (ou não). É por esse intervalo que se instala entre o lazer e a modelização (mesmo que o telespectador não seja passivo) que meu trabalho se insere.

O meu tema - séries televisivas policiais norte-americanas² - busca observar e analisar como estão sendo representadas e configuradas as mulheres (personagens) do elenco fixo de cada série, e de acordo com Susana Funk e Nara Widholzer (2005), quando, na introdução do livro *Gênero em discursos da Mídia*, afirmam ser através desses meios (as mídias) que se entrecruzam representações e ideologia, (e por essa razão) justificam os estudos acadêmicos. Fundamentando-se em Thompson (1995) elas reiteram que, “em uma cultura em que as relações de poder são cada vez mais midiaticizadas”, qualquer análise cultural deve ser

o estudo das formas simbólicas - isto é, ações, objetos e expressões significativas de vários tipos - em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas (THOMPSON, 1995, p. 181).

Complementam as autoras:

Desse modo, a maior ou menor valoração dos bens simbólicos depende de sua inserção em instituições e mecanismos de comunicação de massa. O campo da semiótica social torna-se, assim, um lugar privilegiado para o

-
- 1 As televisões abertas passam as séries norte-americanas à noite, para um público adulto, e comédias e *sitcom* à tarde, para jovens e crianças. Para ampliar seu público, todas elas são dubladas. No caso da TV paga, existem canais que são especificamente de séries, cada canal buscando o seu nicho, mais especificamente, por faixa etária ou por classificação do gênero (dramas, comédias, ficção científica etc.).
 - 2 Neste artigo deixo de lado a análise de séries policiais europeias como *Julie Lescaut* (Fr, 1992), *Prime Suspect* (UK, 1991-2006), *Testemunha Silenciosa* (*Silent Witness*, 1996), *Trial and Retribution* (UK, 1997) *Waking the Dead* (UK, 2000), *Rastros da Maldade* (*Wire in the Blood*, UK, 2002), *Life on Mars* (2006-2007) ou *Ashes to Ashes* (UK, 2008).

trabalho de pesquisadores de diferentes áreas disciplinares no seu intuito de identificar e expor à crítica ideologias e formas de poder baseadas na diferença (FUNCK; WIDHOLZER, 2005, p. 11-12).

Finalmente, os/as telespectadores/as podem refutar qualquer análise crítica porque, aparentemente, as personagens são diversificadas, o que me leva a registrar um trecho do Editorial da Revista *Ex Aequo*, em número dedicado à mídia e às representações de mulheres, escrito pela pesquisadora portuguesa Maria João Silveirinha em 2006:

Do ponto de vista da análise dos media, o que nos obriga a encarar as representações como plurais é sobretudo o facto de os significados codificados nos textos mediáticos não serem uniformes e serem mesmo contraditórios. Eles são, na verdade, o resultado de muitos e complexos problemas de interacção, com raízes profundas em diferentes fontes ideológicas, sociais, políticas e económicas de desigualdade de género. (...)

Para compreendermos em que é que se juntam e simultaneamente se diferenciam as representações mediáticas das mulheres, não podemos abandonar, no entanto, os necessários quadros explicativos que precisam de estar associados às questões de poder, de trabalho, de género e de etnia, por sua vez interligados pela questão da sexualidade e da construção de feminilidade. (...)

As indústrias culturais (como o cinema ou a música pop, mas também as séries televisivas, as telenovelas e outros espaços televisivos), apresentam-nos um imenso campo a abordar do ponto de vista da representação mediática.

O género drama policial de procedimento investigativo, em geral, participa do discurso dominante e de uma ideologia tradicional, inclusive pelo seu próprio formato: crime, investigação e prisão ou conhecimento do criminoso. Torna-se, assim, um espaço para construir, de acordo com a realidade, representações de mulheres plausíveis, comuns, com carreira profissional consolidada e ascendente por merecimento, bem como representar mulheres financeiramente independentes e sexualmente livres. No entanto, é o lugar mais visível para observar as desigualdades de género e poder, visto que as personagens se inserem em instituições de ideologia eminentemente masculina. E, muitas vezes, quando se trata da violência simbólica entre os personagens do elenco fixo de cada série, tais situações tornam-se explícitas³.

3 As relações de género e poder são sempre muito claras nas séries policiais europeias, principalmente naquelas produzidas nos anos noventa, porém tais questões são bastante sutis nas séries norte-americanas.

No geral, independentemente de gênero, as séries norte-americanas estão em alta no circuito das redes fechadas ou mesmo nas emissoras de canal aberto para uma audiência brasileira. Embora tais programas nunca tenham deixado de ser transmitidos desde o começo da televisão no país, houve uma rarefação entre as décadas de 70 e 80 por causa da crítica de que os “enlatados” prejudicavam o desenvolvimento da indústria televisiva local. Relegadas, então, para as madrugadas, retornaram com força a partir da sua veiculação por canais exclusivos da TV paga aliada à influência da internet⁴. Muito mais fáceis de captar uma audiência fiel contínua por apresentarem apenas um episódio por semana e sem continuidade, elas oferecem uma variada gama de gêneros e subgêneros.

Este recorte tratará dos dramas policiais produzidos entre 1990 e 2009, tentando evidenciar as modificações introduzidas no gênero, mapear as representações e imagens das personagens principais do elenco fixo e, secundariamente, discutir a relação dessas configurações e as práticas das sociedades que as produzem e daquelas que são receptoras.

As mudanças radicais

Deixando para trás o modelo literário, de onde se originam os dramas policiais, receberam as mais radicais mudanças em meados de 1980, distanciando-se da figura do detetive enigmático, objetivo, isolado do cotidiano e/ou de uma dupla de detetives investigadores que passam por aventuras em suas investigações.

As transformações começam pelos roteiros. Os temas são atualizados, passando a dialogar (denunciando ou levando à reflexão) com o contexto cultural do momento e a trama de cada episódio deixa de ser linear, exibindo mais de um tema/estória (tema e subtemas) em cada episódio. Por outro lado, o enfraquecimento entre as fronteiras do público e do privado proverá as condições necessárias para um maior aprofundamento da vida dos investigadores: abre-se a cortina que vela sua vida privada, suas opiniões, seu modo de viver a vida cotidiana, tornando-os personagens redondos, mais sólidos em seus comportamentos e atitudes, visto

4 A diferença da TV paga (operadoras de televisão por assinatura) para os canais abertos é que a programação se repete, mais de uma vez, em horários diferentes e a segmentação do público abre várias possibilidades. A segmentação por faixa etária e por classe é enorme para uma audiência considerada a partir dos 7 a 49 anos, desde canais infantis, canais que passam séries para adolescentes e a fatia maior que representa o público dos 18 aos 35 anos, quando se abre uma variadíssima gama de gêneros dramáticos e comédias, fechando com os policiais e ficção científica. Os canais na TV por assinatura, na maioria, são detidos pelas distribuidoras norte-americanas e quase a maior parte dessas séries são produzidas para os canais abertos dos EEUU. As séries produzidas por canais pagos, como a HBO, Lifetime, Showtime e outras são bem mais inovadoras, seja nos temas ou gêneros ou por questionarem ou fazerem uma metáfora do contexto cultural do país.

que são evidenciados os motivos que o levaram à profissão (a causa, a “ferida profunda” que os move) e fatos que acontecem em sua vida cotidiana, afetiva e pessoal os quais podem modificar ou interferir em suas atitudes. Também, agora, os roteiros priorizam um maior número de personagens âncoras (de apenas um protagonista ou dupla, passa-se para equipes compostas por quatro a oito personagens fixos).

Se, nas séries das décadas anteriores, a ênfase estaria em seguir os passos e trajetórias de um único detetive ou uma única parceria, agora a narrativa engloba vários pares de investigadores, inclusive parcerias formadas por um homem e uma mulher. Assim, as estórias trabalham hoje, em geral, com temas e subtemas que dão a possibilidade da criação de arcos narrativos sobre as vidas pessoais do elenco fixo, arcos que atravessam várias temporadas.

Além disso, o gênero passa a preferir espaços organizados, seja a polícia ou agências de inteligência; os roteiros procuram misturar a ação com espaços de interlocução reflexiva entre parceiros ou equipes, transformando-o em um gênero mais reflexivo e com menos cenas de sangue e ação. Talvez com essas modificações, os roteiristas quisessem criar maior plausibilidade (verossimilhança) com a realidade, maior realismo nas narrativas e acompanhar o contexto de sua época que preferia paz em vez de guerra, embora muitos embates tenham ocorrido. Os detetives passam a ser do tamanho das pessoas comuns mais do que heróis ou gênios do raciocínio e dedução. O foco da ação se divide e apreende a intimidade, as dificuldades cotidianas desses personagens, possibilitando à audiência maior identificação com eles, porque não são perfeitos.

A caracterização dos personagens torna acessível contemplar mais verticalmente a sua psicologia, seus interesses, seus defeitos e preconceitos, desfazendo o estereótipo daquele detetive impenetrável, cuja vida privada não se conhece. Nos EEUU, a série considerada como exemplo de renovação do gênero é *Hill Street Blues* (86 episódios, 1981-1987), de Steven Bochco⁵, que recebeu, no Brasil, o nome de *Chumbo Grosso*⁶.

5 O produtor e escritor Steven Bochco (nascido em 1943, em New York) começa a carreira de escritor em 1967 que alia, em 1972, à de produtor. Tem, em seus créditos, *Columbo* (início da carreira, 7 episódios, 1972), *Hill Street Blues* (1981-1987), *Murder one* (1995-1997), *NYPD Blue* (1993-2005), dentre outras séries.

6 *Hill Street Blues* (1981-1987), um drama policial centrado na vida dos membros de uma delegacia urbana de Chicago, mostrava crônicas das vidas pessoais dos policiais do distrito. A MTM Enterprises desenvolveu a série para a rede NBC, juntamente com os roteiristas Steven Bochco e Michael Kozoll, que estavam autorizados a escrever qualquer ideia como resposta às criações lineares e às novas ideias para as séries dramáticas. Cada episódio contava com um determinado número de linhas temáticas que não se resolviam em apenas um capítulo, mas eram levadas através dos episódios. Muitos conflitos estavam ligados ao trabalho e à vida particular de cada personagem. Disponível em: <<http://www.tvsinopse.kinghost.net/c/chumbo-grosso.htm>>. Acesso em: 30 mai. 2010.

Década de noventa: a “era” das representações de mulheres solteiras

Já com o novo formato consolidado, a década de noventa alarga os horizontes, dando maior visibilidade às mulheres dentro da corporação⁷, tornando-se, assim a década da mulher liberada, independente financeira e sexualmente, tanto nas séries policiais, quanto nos principais *sitcoms*⁸. Embora com atraso em relação ao contexto sociocultural dos EEUU, que já havia passado pela luta das minorias e pela segunda onda feminista, faz-se visível a mulher no ambiente de trabalho e, embora com essa defasagem, é nesse momento que várias produções vão focar as mulheres solteiras⁹.

Nunca houve, na TV, melhor espaço para colocar e representar as mulheres solteiras (na faixa etária de 30 a 40 anos) do que no gênero policial¹⁰. Seguindo carreiras absorventes e impedidas de ter qualquer envol-

-
- 7 O centro da minha pesquisa focaliza as séries policiais de procedimento investigativo, embora haja necessidade de, também, analisar comédias e, mesmo, dramas de família. A escolha procede porque, sendo uma instituição constituída, originariamente, eminentemente por homens, com regras e hierarquias rígidas, só houve a inserção de mulheres a partir de 1960, oferecendo, assim, maiores possibilidades de análise das relações de gênero e de poder. Sendo, em geral, classificadas como dramas, nelas os fatos, as desigualdades não se colocam da mesma maneira como são exercitadas na comédia, em geral, vista como brincadeiras. Mesmo tais questionamentos aparecendo de forma muito sutil entre o elenco fixo nas séries norte-americanas, é possível detectar as desigualdades, como vai se observar nos anos de 2000.
 - 8 Chamo a atenção para os *sitcoms* de grande sucesso como *Friends* (1994-2004), *Seinfeld* (1990-1998), *Frazier* (1993-2004) e *Will and Grace* (1998-2006), que são marcadas por representações de mulheres solteiras, com profissões diversas, relações afetivas casuais, que estão em busca de se acertar na profissão. Essas séries tematizam, acima de tudo, a apologia da amizade, os desafios de experimentações afetivas, os fracassos, as falhas e defeitos de cada um dos personagens.
 - 9 Anteriormente, ao mesmo tempo em que transcorriam as manifestações públicas do feminismo, três séries tentaram construir mulheres independentes, inteligentes e maduras emocionalmente, porém, exceto *Police woman*, que teve quatro temporadas (1974-1978), as outras duas não conseguiram ultrapassar a primeira temporada: *Honey West*, com trinta episódios (1965-1966) e *Dama de ouro* (*Lady Blue*, 1985), mais conhecida no Brasil como Kate Mahoney, nome da protagonista policial-detetive, que foi cancelada por ter sido considerada uma série muito violenta. Os epítetos que trazem ambiguidade às configurações dessas protagonistas estão ou no próprio título da série (*Honey, lady*) ou no apelido da protagonista, como em *Police woman: Pepper* ou *Sargent Pepper* (pepper = pimenta) - é como é chamada enquanto seu nome real é Suzanne Anderson. A série obteve bastante sucesso, mas é válido aqui ressaltar que a investigadora, quase sempre, nos 91 episódios, trabalhava disfarçada em situações escusas: o submundo dos cartéis, corrupção e tráfico de droga e se vestia disfarçada como *stripper*, dançarina de boate, prostituta ou mulher que procura um homem rico para sustentá-la. Assim, como o gênero era classificado até então de lazer para uma audiência masculina, o disfarce fazia com que a atriz vestisse roupas sumárias e tivesse comportamentos entre sedutor (sexy) e de mulher liberada sexualmente.
 - 10 Neste artigo não se trabalha com os gêneros aventuras-ação nem espionagem, onde estão incluídas algumas séries protagonizadas por mulheres ou que têm mulheres como participantes de grupos ou equipes e nas quais as mulheres têm superpoderes ou foram capacitadas para a atividade policial, como *A Poderosa Isis* (1975), *Mulher Maravilha* (*Wonderful Woman*, 1975), *Charlie's Angels* (*As panteras*, veiculada entre 1976 e 1981) e *Mission: impossible* (*Missão Impossível*, 1966-1973).

vimento afetivo com pessoas da mesma delegacia, é dentro desse espaço que se tem a melhor diversificação de representações de mulheres seja pela aparência física, seja pelos comportamentos. Mas isso não quer dizer que não apareçam relações afetivas mesmo dentro das delegacias, entre colegas (relação proibida) ou com pessoas relacionadas à investigação (relações permitidas) como promotoras, juizes, mas relações quase sempre mal-sucedidas. Também aparecem os encontros afetivos casuais, demonstrando que essas personagens não são assexuadas, mas que não consta de sua meta imediata a constituição de uma família. Chamo a atenção para o fato porque o estado civil das personagens do elenco fixo vai ser deslocado nas séries produzidas após 2005.

Desfila diante da telinha grande diversidade de representações de mulheres, tanto com relação à raça/etnia, faixa etária, conformação física, quanto em relação a comportamentos e atitudes¹¹. Além das mulheres solteiras, com parecem representações de mulheres casadas (muito mais presentes nos dois últimos anos da década), com casamentos em conflito seja pela profissão exercida ou em crise familiar criada pelos maridos ou pelos filhos ou, mesmo, pelo iminente divórcio.

As principais séries dos anos noventa, *Nova York contra o crime* (NYPD Blue, 1993-2005)¹², *Lei e Ordem* (Law & Order, 1990-2010)¹³, *Profiler* (1996-2000), *Terceiro Turno* (Third Watch, 1999-2005) e a excelente *Lei e Ordem: Unidade de Vítimas Especiais* (Law & Order: Special Victims Unit - SVU, 1999)¹⁴, se localizam dentro de distritos policiais ou do FBI e são marcadas pela presença,

11 Devo aqui um esclarecimento: meu interesse por séries televisivas e pela observação das relações de gênero que nelas aparecem, explicitamente ou de forma sutil, se originou da minha observação do entorno, de como os jovens estavam assimilando tais seriados. Passei a assisti-las e ampliei o leque de escolhas, sempre com o enfoque de gênero, a partir do ano de 2000, e só em 2007 encaminhei o projeto, que foi aprovado ao CNPq. Assim, foi difícil recuperar as séries dos anos noventa, excetuando-se aquelas que foram sucesso e obtiveram prêmios no lugar de sua produção. Algumas delas foram reprisadas nos canais fechados depois de 2000.

12 A série sofreu várias modificações a fim de se adaptar às novas entradas de combinação e desfilou, ao longo dos seus doze anos, uma galeria de mulheres solteiras, viúvas e casadas sem filhos. Apenas um caso afetivo de mulher e homem, ambos com crianças anteriores ao casamento, é contemplado e constará da parte romanesca de *Nova York contra o crime*, da 9ª à 11ª temporadas (2002-2004). Tal mudança ficará esclarecida com a entrada dos vários policiais que começam a surgir desde 2001.

13 *Law & Order* apresenta, rapidamente, na segunda temporada, com a entrada da chefe da delegacia, Anita van Buren, um pequeno - mas singular - questionamento sobre uma mulher ocupar o cargo de chefia, situação que está incrustada em dois episódios apenas.

14 Não serão incluídas nem analisadas as séries *Oz*, *The shield*, *The wire*, *Numb3rs* porque o núcleo de personagens fixos é majoritariamente constituído de homens. Também *Law & Order* por causa do formato e porque pouco apresenta questionamentos de relações de poder.

em massa, de mulheres que abraçam a carreira profissional¹⁵ e se apresentam bem diversificadas tanto na aparência física quanto nos comportamentos. São mulheres que, independentes, não mantêm laços estreitos com a família parental, que só aparece em cena para a configuração do personagem¹⁶.

A série que sofreu maiores modificações, sempre tentando acompanhar o contexto da época, foi a premiadíssima *Nova York contra o crime (NYPD Blue)*, do criador Steven Bochco, talvez por ter sobrevivido por doze anos, de 1993 a 2005, com suas doze temporadas. Observei três mudanças significativas na narrativa, desde a mudança de alguns dos personagens âncora até o tratamento dado aos temas e subtemas cruzados em cada episódio. Sem perder o formato inovador de não linearidade narrativa e certa dose de ironia, cada episódio era construído por um tema central, um subtema e um arco narrativo sobre um dos personagens do elenco fixo. Os roteiros vão, assim, se adequando ao contexto, às inquietações e respostas existenciais da sociedade norte-americana.

Nova York contra o crime que, inicialmente, captava mais ação - apresentava diálogos agressivos e discursos que evidenciavam diversos tipos de preconceitos entravam em cena - se modifica, em um segundo momento, para a exploração da reflexão e das atitudes psicológicas do elenco fixo e, finalmente, na entrada do século, busca se sustentar com o uso do romanesco (em decorrência das mudanças de visão do mundo que ressignificam o que é do masculino e do feminino na sociedade)¹⁷. Esse novo momento ao qual a série esteve atenta vem coincidir com a consolidação de uma nova representação de mulheres que já tinha começado nos *sitcoms*, mais ou menos, em 1996.

Voltando a tratar de parceiros de trabalho, o desenvolvimento da ação de *Lei & Ordem: Unidade de Vítimas Especiais* envolve o trabalho em duplas, sendo a mais importante aquela formada por Olívia Benson e Eliot Stabler, enquanto a ação passa a se centrar em uma delegacia especial que investiga casos de estupro, abuso e crimes de fundo sexual. Mais cerebral a série traz, nas três parcerias que constituem o elenco fixo, a diversidade de gênero, etnia, religião, estado civil, bem como as diferentes atitudes e comportamentos diante do crime.

15 Há várias séries que tiveram uma única temporada e não estão aqui nomeadas, mesmo quando analisadas. Elas não comprometem esse estudo porque seguem quase sempre a mesma linha. Foram deixados de lado os gêneros aventura, comédia e drama familiar, médico e justiça.

16 Chamo a atenção para a família parental, nesse momento, porque esse será outro acréscimo que aparecerá na virada das séries de procedimentos investigativos após 2000.

17 A relação romanesca entre os detetives Andy e Connie McDowell se desenvolve entre a 9ª e 11ª temporadas, correspondendo aos anos de 2001/02 a 2003/04. Tornou-se tão emocionante para a audiência que, entre os sites, existe um com o nome deles em vez do nome do seriado.

A parceria principal compõe-se de personagens que atuam com atitudes opostas: enquanto ocorre a identificação e a interação de Olívia com as vítimas, há, no impetuoso Eliot, indignação e revolta contra os criminosos que chega, às vezes, ao descontrole emocional, porque ele projeta e transfere as ações do agressor em um potencial ataque a sua família. Nessa dupla, que atua em perfeita sintonia, um complementando o outro, não há desigualdades nas relações de gênero, muito pelo contrário, ambos sabem se defender e acatam as deduções do outro.

Essas parcerias mistas ainda penetram as séries produzidas entre 2000 e 2005. Embora em *CSI*, diferente de *CSI: NY*, não sejam parcerias fixas, a hierarquia dentro do trabalho não cria desigualdades, talvez até porque cada um exerce uma especialidade¹⁸.

Existe, em menor número, pares formados por mulheres casadas, com filhos, cujos casamentos estão em crise por diferenciados motivos. Este é o caso da policial Yokas, em *Third Watch* ou mesmo da paramédica Kim Zabrano, que retomaremos depois.

Tomando como paradigma de análise o notável estudo de Esther Hamburger (2007) sobre novelas brasileiras, adaptando-o para as séries policiais, com algumas diferenças e acréscimos por se tratarem de gêneros, momentos diferentes e culturas distintas, é possível detectar a importância e a aceitação da liberalização das mulheres nesses policiais investigativos. Fato que já estava acontecendo há cerca de vinte anos atrás, nas sociedades ocidentais e que só vão ser refletidas nas representações e imagens femininas das séries dessa década¹⁹.

Durante, pelo menos, quinze anos, as mulheres passaram a ter papéis que envolviam mais a profissão do que mesmo o casamento e os papéis de esposa e mãe. As mulheres solteiras, delineadas, nas séries, na faixa etária entre 30 e 40 anos, dispunham de espaço dentro da mídia para seguir suas carreiras e seus próprios caminhos com deliberações ou opções próprias, sem um questionamento imperativo para a constituição de uma família. Não era, na verdade,

18 A exceção está em *CSI: Miami* que se modificou, ficando como protagonista um técnico forense, ex-detetive. É a permanência de um tipo de seriado muito comum nos primórdios dos anos 60/70: o de detetive, com uma narrativa linear, focada nas ações de um personagem masculino.

19 O citado estudo de Hamburger trabalha com as novelas dos anos 70 a 90, mas, nos EEUU, as séries só aprofundam as questões feministas, pelo menos, nas séries policiais, a partir dos anos 90. Há uma grande defasagem nas séries norte-americanas no que diz respeito à mulher liberada, provavelmente por serem a sociedade e a publicidade da época conservadoras e terem várias formas de escape, enquanto o Brasil passava por uma opressiva ditadura. Os momentos são diferentes, de aceitação, por uma parte, e de rebeldia, pela outra.

questionado o estado civil dessas mulheres. A profissão dentro da corporação, ao mesmo tempo em que era difícil, por ser essa uma instituição de mentalidade eminentemente masculina, lhes dava a possibilidade de alcançarem postos mais altos, porque gerados por merecimento e, principalmente, porque estavam fora da órbita dos trabalhos geralmente associados à mulher²⁰.

Quanto à representação da aparência física dessas mulheres, a diversidade de corpos e de atitudes escapava aos estereótipos construídos, mesmo dentro de uma formatação de comportamento previsível ou paradigmático previsto pela sociedade. Fisicamente são figuras alongadas, sólidas, altas (atrizes com mais ou menos 1,70 a 1.85), fortes, equilibradas emocionalmente (convivendo com suas angústias existenciais sem que isso as perturbe ou dificulte o exercício de suas profissões). Algumas demonstram, diante do crime, atitudes de certo distanciamento, contendo suas emoções. Outras deixam transparecer a compaixão, mas tais sentimentos não as impedem de ser objetivas nem desvirtuam os procedimentos das investigações. Em geral, elas caminham e agem junto com seus parceiros, em harmonia, e enfrentam e refutam qualquer sugestão de desigualdade nas relações de gênero e de poder. Segundo minha observação, essas representações estão mais próximas das mulheres que foram se construindo dentro da visão de mundo da segunda onda feminista e que ganharam visibilidade em seus trabalhos, no ambiente da sociedade, nos anos 80.

Mas a própria década traz variações. Nos primeiros cinco anos ainda existiam cenas provocativas demonstrando as desigualdades de gênero dentro das delegacias e agências e são construídas cenas e diálogos que evidenciavam a violência simbólica sobre as minorias e sobre as mulheres²¹, situações que aconteciam em relação ao elenco fixo ou ao caso com o qual estavam lidando. Ficavam bem demarcadas, nas cenas, as relações de gênero e qualquer posição e/ou comentário considerado conservador ou preconceituoso no discurso ou nas atitudes dos homens com relação às mulheres era rebatido. Já no segundo lustro, amainam-se as desigualdades e raramente aparecem marcas de desigualdade de gênero.

As séries produzidas nos dois últimos anos da década já apresentam modificações, talvez pelo cansaço do foco narrativo em delegacias, e se diversificam, centrando as ações nos bastidores do crime. Aparecem como locais

20 Observe-se que, só nos anos 90 ocorre situação semelhante à série *Police Woman*, sua antecessora de sucesso dos anos 70, já comentada anteriormente.

21 As melhores séries para se perceber as dificuldades e as reações da entrada das mulheres no seio da corporação são aquelas produzidas, na mesma época, na Inglaterra: *Prime Suspect*, *Silent Witness* entre outras.

de investigação os espaços especializados (como em *Law & Order: SVU*, *Law & Order: Criminal Intent*, *Karen Sisco*), os antropólogos forenses (*Bones*) ou o laboratório dos técnicos forenses (perfil de *CSI* e seus derivados). Também no FBI aparecem os psicólogos de perfis criminosos (com a pioneira *Profiler*, 1996, seguida de *Criminal Minds*, 2005) e também as médicas legistas (*Crossing Jordan*)²². Outros veios narrativos de investigação dentro de delegacias são realizados por equipes (*Without a Trace* e *Cold Case*). As várias hipóteses da investigação se tornam presentes e, agora, o trabalho de equipe se torna fundamental, construindo, mais uma vez, uma narrativa em ziguezague.

Quanto à representação de mulheres, permanece quase sempre seguindo as configurações anteriores, mas, através das personagens solteiras, já se percebe um leve movimento deixando no ar que elas não têm tempo para a vida íntima e amorosa. Esse leve movimento de capturar as mulheres solteiras para o estado civil de casadas ou para uma relação estável já aparece em *Third Watch* que apresenta, dos nove componentes do elenco fixo, duas das três mulheres já casadas. A estória mais explorada é da policial de rua, Yokas, que vive em crise com o marido e na sua exigência para a supervisão de seus três filhos. Kim Zambrano, a paramédica da série, está no estágio final do seu divórcio e luta pela guarda do filho de seis anos, situação sempre comentada com seu parceiro e uma preocupação que, às vezes, a atrapalha no cumprimento de sua profissão, que exige atenção e rapidez.

Vários fatos se acumulam para outra visão de mundo a partir de 2001. Com o atentado das torres gêmeas, a entrada na guerra contra o Iraque e as seguidas crises financeiras que assolaram os EEUU no último quinquênio, a visão fundamentalista e conservadora vai se aprofundar (tema constante da série *Boston Legal*), assim como novos preconceitos afloram. Acrescente-se a entrada de uma literatura de autoria feminina que, ao final da década de noventa, capitula e redesenha as mulheres e seus desejos. São esses livros que darão vida às primeiras séries, os *sitcoms* e comédias.

Embora todas essas situações do contexto social e econômico sejam, de uma forma ou de outra, citadas ou situadas nas séries, o consumismo e um afastamento do político (seja individual ou público) mudaram a base da audiência local e, logicamente, vão se refletir na cultura do lazer,

22 Houve várias tentativas sem sucesso de criar roteiros com protagonistas mulheres, cruzando suas profissões, como foi o caso de *Women's Murder Club* (2007) e outras, que nem conseguiram ultrapassar cinco episódios, logo canceladas. Também tentativas na esteira de *Sex and the city* foram canceladas, como *Lipstick Jungle* e *Cashmere Mafia*, ambas de 2007.

tomando a frente das programações a comédia e os *sitcoms* e tornando os dramas policiais mais leves - “dramédias”. Anunciando a virada, aparece a produção em massa de comédias policiais (*Psych*, *Monk* entre outras). Mas essa transição também faz entrar em cena visões mais conservadoras sobre as mulheres, que já eram visíveis na sociedade (o *backlash*). É dentro desse espaço dos policiais que se insere um novo modelo de representações de mulheres, que vinha sendo experimentado, desde 1996/98, através das *sitcoms* e comédias²³.

A divisão de campos de interesses na sociedade (e representado por canais de tv e revistas) que caracterizam o que é “do feminino” e “do masculino” e temas sobre as mulheres que, já tendo uma estabilidade profissional, vão em busca do par afetivo estável, começam a se instalar nas *sitcoms*²⁴ e nas práticas sociais, vão se instalar, definitivamente, a partir de 2005, às séries investigativas. Dessa maneira, as representações de mulheres equilibradas serão desestabilizadas e mulheres contraditórias e emocionalmente instáveis passam a ser o centro das novas formas de representação²⁵.

A virada

Da ‘falta de homens’ à ‘epidemia de infertilidade’, do ‘estresse feminino’ à ‘prejudicial dupla jornada de trabalho’, estas pretensas crises femininas tiveram sua origem não nas condições reais da vida das mulheres, mas sim num sistema fechado que começa e termina na mídia, na cultura popular e na publicidade - um contínuo feedback que perpetua e exagera a sua própria imagem fictícia da feminilidade (FALUDI, 2001, p. 14).

23 As primeiras *sitcoms* e que não fizeram sucesso foram *Just Shoot Me* (1997-2003) e *Suddenly Susan* (1996-2000).

24 Vale sinalizar o sucesso das séries *Ally McBeal* e *Sex and the City*, produzidas entre 1998 e 2004. Iniciada a desestabilização da mulher, com tais séries e outras, a consolidação do paradigma dessa nova mulher vai ocorrer com os filmes de *Bridget Jones* (pelas atitudes, comportamentos e desejo de um par amoroso estável) combinados com a indústria da beleza apresentada nas séries e filmes derivados de *Sex and the City*, como refere Naomi Wolf (1992) em seu livro *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*.

25 Também começam a ser produzidas muitas comédias e dramas familiares onde predominam, cada vez mais, a partir de 2005, a família e a solteirice abominável. Neste artigo, preferi deixar de lado a análise e comentários sobre a inserção da família parental, bem como dos filhos e filhas de pais divorciados, para dar mais ênfase a essas novas representações de mulheres solteiras. No entanto, é interessante realçar que a família funciona como estratégia cômica dentro de uma narrativa dramática policial que se quer leve, apesar de haver sangue, mortos, assassinatos e crimes. Algumas séries policiais ou de aventuras foram criadas com protagonistas femininas, como *Bionic Woman*, mas foram canceladas.

Esse novo ideário (conservador) vai se consolidar com o sucesso no cinema, com as filmagens do livro *O diário de Bridget Jones*, em 2001 e em 2004²⁶ (que levam o mesmo nome) - roteiros que se originam dos romances da inglesa Helen Fielding - e, na televisão, primeiro, com *Ally McBeal* (1997), a primeira representação da mulher instável emocionalmente, em busca do ex-primeiro amor e da constituição de uma família estável que ganha força e começa a apagar outras representações, através da série *Sex and the city*, novamente, uma produção reescrita a partir de um livro da jornalista Candace Bushnell. Com esse seriado, estabeleceu-se a estratégia, definitivamente, a divisão de campos de interesses característicos “do masculino” e “do feminino”²⁷. Observamos, como também assinalou Hamburger (2007), que as profissões das mulheres passam a girar em torno do considerado “mundo feminino”, como a estudiosa coloca no estudo de novelas: o “domínio (profissional) em geral associado ao espaço da mulher é o domínio da arte, da moda, da estética e da cozinha”.

Ally Mcbeal e *Sex and the City* marcaram o fim da mulher realizada profissionalmente e com a opção de constituir ou não uma família²⁸. Até então não

26 (Helen) Fielding's first novel, *Cause Celeb* was published in 1994 to great reviews but limited sales. She was struggling to make ends meet while working on her second novel, a satire about cultural divides in the Caribbean when she was approached by London's *The Independent* newspaper to write a column as herself about single life in London. Fielding rejected this idea as too embarrassing and exposing and offered instead to create an imaginary, exaggerated, comic character. Writing anonymously, she felt freed up to be honest about the preoccupations of single girls in their thirties. It quickly acquired a following, her identity was revealed and her publishers asked her to replace her novel about the Caribbean by a novel on *Bridget Jones's Diary*. The hardback was published in 1996 to good reviews but modest sales. Word of mouth spread, however and the paperback, published in 1997 went straight to the top of the bestseller chart, stayed there for over six months and went on to become a worldwide bestseller. The diary – starting each day with its signature list of calories, alcohol and cigarette intake, is credited with spawning a new confessional literary genre in the form of *Chick Lit*. Fielding continued her columns in *The Independent*, and then *The Daily Telegraph* until 1997, publishing a second *Bridget Jones: The Edge of Reason* in November 1999. Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/Helen_Fielding>. Acesso em: 15 ago. 2010.

27 Candace Bushnell (Glastonbury, 1 de dezembro de 1959) é uma jornalista norte-americana. Vive em Nova Iorque e é conhecida pela sua coluna de sexo, que se tornou inspiração da série *O Sexo e a Cidade*. Em 1994, o editor do jornal onde trabalhava lhe pediu que tentasse escrever uma coluna para o jornal. Candace se baseou nas aventuras que ouvia das suas amigas e chamou-a de *Sex and the City*. Em 1998, a HBO começou a transmitir a série, *O Sexo e a Cidade*, baseada na coluna de Candace, mas não exatamente fiel. A série aumentou o seu prestígio, tornando o seu nome conhecido também por pessoas que não tinham lido o livro, se tornou de culto e terminou em 2004. Muitos escritores compararam a personagem de Carrie Bradshaw, na série, com Candace, porque Carrie, tal como Candace, é uma colunista de sexo e adora a vida noturna de Nova Iorque. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Candace_Bushnell>. Acesso em: 15 ago. 2010.

28 Um dado interessante é que as duas escritoras, a inglesa e a norte-americana, nasceram em 1958 e 1959, respectivamente, correspondendo, portanto, à mesma geração, próxima à segunda onda feminista, e publicaram seus livros mais ou menos com a idade de 38 anos. Elas demonstram a divisão entre os dois paradigmas introjetados para a vida das mulheres e seus papéis na sociedade burguesa.

existia preconceito em relação ao fato da personagem ser solteira, mas as duas séries e os dois filmes acima citados se voltaram para mulheres obcecadas em busca de parceiros, do casamento e da procriação. Tais imagens se configuram por estados emocionais oscilantes entre momentos de êxtase e momentos de decepção, construindo uma nova mulher turbilhonada por desejos e emoções que se tornam aparentes em seus comportamentos e atitudes. Constroem-se, assim, representações de mulheres emocionalmente instáveis, na faixa etária entre 30 e 40 anos, perto do final do ciclo de concepção e que, obsessivamente, correm em busca da constituição da família. Por outro lado, essa imaturidade, que chega perto da infantilidade e da superficialidade, se associa a uma fase infantil não superada que busca proteção, enquanto solteira, em amigas ou na família parental. Porém, o mais paradoxal é que essas personagens são excelentes profissionais, capazes, inteligentes e criadoras galgando, cada vez mais, postos de destaque. Essa nova configuração, construída, inclusive, com a mudança na aparência das personagens que vão se apresentar visivelmente frágeis, delicadas, magras, bem vestidas, se revela no gênero policial, mais ou menos na virada do século, criando a desigualdade nas parcerias ou a excentricidade das protagonistas.

À medida que se percorre os dez últimos anos, aparecem dois ou três tipos de séries, quando se trata de protagonistas do sexo feminino - as primeiras tentativas não foram bem sucedidas. As narrativas compostas por três ou quatro protagonistas amigas e de profissões semelhantes nem chegaram a completar a primeira temporada, sendo retiradas repentinamente do ar em função da baixa audiência²⁹. A segunda, que obtém êxito, é aquela construída com uma protagonista principal que comanda e “arrasta” toda a equipe em função de suas ações, em primeiro lugar *Crossing Jordan* (5 temporadas), seguida de *The Closer* (já na 6ª temporada).

Finalmente, também exitosa, as duplas nas quais o homem está fora dos paradigmas de procedimentos policiais, criando situações inusitadas, cômicas muitas vezes, mas sempre são eles que, com seus métodos, resolvem o caso ou descobrem as pistas. Estão nesse último tipo as séries produzidas desde a metade desta década, como *Life* (cancelada), *The Mentalist*, *Castle* e *Lie - to - me*³⁰.

29 Uma delas foi *Women's Murder Club* (2007-2008), e mesmo as comédias *Lipstick Jungle*, *Cashmere Mafia* e outras.

30 *Life*, que foi cancelada na segunda temporada, foi a pioneira e tinha como tema central um policial que ficou doze anos na prisão, injustamente, e passou a ter como meta de vida a filosofia zen. Aprofundando esse lado “diferente” do protagonista temos *The mentalist* e *Castle*. No primeiro, como na comédia *Psych* (2006), o personagem Patrick Jane é um finório que, adestrado desde pequeno a observar os mínimos detalhes da pessoa, ganhava a vida como médium sensitivo. Já em *Castle* temos um escritor de novelas policiais, rico, vivendo e sustentando sua mãe e sua filha e com um grande círculo de amizades no meio nova-iorquino, inclusive autoridades locais.

O interessante é que, em todas elas, não mais será questionada a desigualdade de gênero nem de poder (mas essa desigualdade existe, apesar das estratégias dos roteiros)³¹.

Quanto aos seriados policiais investigativos, poucos lançam seu foco de narração centrando-se mais nas atitudes das protagonistas mulheres. A pioneira foi *Crossing Jordan* (2001), cuja protagonista principal, a médica legista Jordan, se mostra uma personagem instável emocionalmente devido a vários traumas anteriores e que não perdeu seu emprego por ter como chefe um grande amigo que reconhecia sua competência profissional e a acobertava diante dos superiores. É dentro desse mesmo formato que *The Closer* inicia sua trajetória vitoriosa em 2005.

Criação de James Duff, *The Closer* tem como personagem principal a delegada chefe Brenda Lee Johnson (*Deputy Chief Brenda Leigh Johnson*), que é a mais bem acabada representação dessa nova mulher: uma excelente profissional que, fora do trabalho, ironicamente, demonstra insegurança, insatisfação. É emocionalmente cheia de altos e baixos, com emoções que se refletem em suas atitudes e nas nuances de sua voz. Tais variações se configuram em situações de imaturidade nas relações com os pais, na atitude intencionalmente afetiva ao pedir auxílio ao amigo e futuro marido, e em ser forte no comando de sua equipe e sinuosa nos interrogatórios com os suspeitos. De aparência frágil, sua indumentária habitual é um vestido (quase sempre floral devido ao clima da Califórnia) usado com um *blazer* de tons pastéis. Sempre usando sapatos de salto alto, seu traje, às vezes, dificulta a investigação³². Viciada em doces e chocolates quando frustrada ou contrariada, luta contra o hábito, obrigando toda a equipe a se privar também. Brenda Johnson, logo no início da primeira temporada, começa um relacionamento afetivo que irá levá-la ao casamento. Mas essa mulher de 40 anos tem um passado afetivo bastante ativo e livre: já foi casada e teve um longo *affaire* com seu atual chefe. Assim, a delegada chefe Johnson se livra da “demonização” da mulher solteira que vai sendo aplicada na virada do século e que começa em paralelo com esse novo paradigma de mulheres que representa a “feminilidade”. O foco dessa reviravolta (*backlash*) estará nessas representações de mulheres racionais e equilibradas cujos comportamentos serão deslocados para uma “feminização” através do uso de um

31 Este artigo não comporta uma abordagem mais séria dessas novas duplas, mas elas foram analisadas em outro ensaio.

32 É incomum a mulher, dentro da corporação policial, usar saias. Temos apenas a chefe de delegacia da série *Lei & Ordem* que, em geral, não sai a campo e aparenta estar com mais de cinquenta anos.

discurso de “feminilidade”. A aversão às representações de mulheres solteiras vai se tornar mais patente com a produção de *Saving Grace* e *In Plain Sight*, em 2007 e 2008, respectivamente³³.

E as solteiras?

A protagonista de *Saving Grace* (2007), que se chama Grace para formar um trocadilho entre o seu nome e a “graça” divina de ter uma segunda chance na vida, dada por Deus (católico) na figura de um anjo que a acompanha durante as três temporadas, é apresentada como uma mulher independente, liberada sexualmente, que tem relações amorosas casuais e inadequadas. Vivendo fora dos grandes centros urbanos, talvez até para mostrar a defasagem de seu comportamento, ela ainda é configurada como tendo atitudes de duas ou três décadas atrás. E para confirmar essa defasagem no tempo, tanto sua casa quanto seu vestuário mantêm vestígios dos “discursos” alternativos dos anos 70/80.

Embora seja uma detetive competente e inteligente, essas qualidades são desfocadas para enfatizar suas atitudes irreverentes e livres (e mesmo marginais), às vezes consideradas cínicas, mas sempre desafiadoras da ordem social vigente e fora das “normalizações contemporâneas” exigidas para uma mulher.

Sendo uma mulher solteira de mais de 40 anos de idade, a série vai hiperbolizar suas atitudes e comportamento. Morando sozinha, apesar de viver rodeada pela família, sua casa “fora de moda” é desarrumada, com pilhas de coisas fora do lugar (outra forma de não ser “feminina”). Seu descrédito em relação a Deus (apesar de ter um irmão padre católico) e às normas é reiterado pelo desregramento sexual e pelos hábitos “nocivos” de fumar e beber e viver, além de/após o trabalho, passar madrugadas em bares, retornando a casa quase sempre embriagada.

Eis aí a nova imagem da mulher independente e liberada, excessivamente demonstrada como fora do contexto da sociedade atual. Os próprios sites oficiais de divulgação, bem como os *blogs* dos fãs da série, dão ênfase ao seu comportamento “estranho” para o momento atual, com comentários sobre “suas roupas furrecas e cabelo despenteado”, elementos detalhadamente construídos para compor a personagem e condenar atitudes e comportamentos como o sexo casual e com homens casados.

33 *In Plain Sight* é criação de David Maples e entrou no ar em 2008; já *Saving Grace* é a criação de uma mulher, Nancy Miller, e foi produzida de 2007 a 2010.

O núcleo dramático que move a ação da série parte da morte accidental de uma pessoa provocada por ela ao voltar, de madrugada, totalmente bêbada, dirigindo o carro. Ao invocar, automaticamente, “Oh, meu Deus!”, logo aparece um anjo (um homem vestido como humano, mas com grandes asas brancas) que vem em seu auxílio e lhe informa ter ela obtido a graça de uma segunda chance. A partir dessa estória a série se desenvolve envolvendo religião e crimes, com o anjo tentando mostrar a misericórdia de Deus e com ela, aturdida com seus problemas existenciais, continuando a se mostrar “rebelde” e contestadora

Semelhante a Grace, Mary Shanon, protagonista de *In Plain Sight*, não é nada “feminina”, segundo o paradigma cosmopolita de *Sex and the City*, apesar de sua aparência física demonstrar um corpo perfeito, músculos bem definidos, estatura alta e esguia. No entanto, um espectador mais crítico vai observar como o procedimento técnico introduzido na narrativa, retomando a ideologia da “feminilidade” construída em cima de afetos, fragilidade e necessidade de proteção, cria a ambiguidade no seu comportamento. E isso se dá pela inserção da família parental, que aparece inesperadamente. A composição dos papéis da mãe e da irmã mais nova demonstra serem elas personagens “femininas”, totalmente fragilizadas, que seguem seus impulsos e não raciocinam. São elas que acionam a capacidade de proteção da protagonista, que recupera um conjunto de valores e de papéis responsável pelo modelo dominante e idealizado de “feminilidade”, tais como os ideais da beleza, domesticidade, vulnerabilidade e, mesmo, da futilidade e atitudes que não medem as consequências.

Esse ideal de “feminilidade” não está configurado na composição do aspecto físico e comportamental da personagem Mary Shanon, que tem temperamento forte, atitudes independentes, é firme, desinibida e sexualmente ativa e responsável pelos seus atos. Tudo isso combina com sua profissão de agente federal de proteção a testemunhas de crimes. Beirando os trinta anos, Mary Shannon assume a proteção da família parental, que aparece em sua casa e aí permanece, criando transtornos para sua carreira. A futilidade e as atitudes insensatas da mãe e da irmã vêm sendo desenvolvidas na série como um arco narrativo, estrategicamente, criado como comédia, que se choca com o comportamento da oficial Shanon, desconstruindo, sutilmente, a configuração da personagem como mulher equilibrada e racional.

Em *The Closer* observamos que a composição do perfil de Brenda Jonhson mostra uma protagonista dividida; *Saving Grace* traz a desestabilização de uma mulher originária da construção feminista (Grace) confrontada com seu desregramento no âmbito pessoal; a imagem de Mary Shannon (*In Plain Si-*

ght) vai também ser desestabilizada pelo seu envolvimento com a família que, inclusive, compromete seu desempenho no trabalho. Brenda é colocada para dentro dos parâmetros da idealização do que vem a ser “feminilidade” para o século XXI, enquanto que Grace e Mary serão, pelos mesmos padrões, empurradas para as margens da sociedade atual. Mary Shanon ainda tem a possibilidade de reverter a situação, casando-se e passando a ter uma vida estável, mesmo com seu trabalho. Resta Grace. Será que há conserto para sua vida? O que Deus reserva para ela? Ainda não sabemos, pois o final da última temporada só voltará a ser veiculado a conta gotas, ao longo deste ano. Escrito por uma mulher, não se sabe ainda o destino ou se ela terá uma segunda chance, pois observei que seu anjo passa a ter grande admiração por ela. Terá ela que se encaixar nos moldes atuais ou perderá a chance de se salvar? De que lado estará a autora, de qual lado ficará o anjo humano e por fim de que lado estão os financiadores dessa série que não terminou ainda, apesar dos 13 episódios normais?

Observo que nessas três últimas séries citadas uma radical mudança nas representações de mulheres pela qual o estado civil, os papéis de mãe e esposa voltam a estar em alta no cenário da atual sociedade reiteram a produção de outras produzidas em 2010³⁴.

Para nós, resta lembrar que essas representações de mulheres são captadas pela audiência e expressam modelos que contêm elementos perversos, na medida em que pouco se problematiza os conflitos advindos das discriminações de gênero³⁵.

Referências

ALVES, Ivia. Uma leitura dos novos seriados policiais: a mulher no comando. In: MOTTA, Alda Britto da; AZEVEDO, Eulália Lima; GOMES, Márcia Q. de Carvalho (orgs.). *Dinâmica de gênero em perspectiva geracional*. Salvador: UFBA, 2005.

34 Tais séries ainda não chegaram ao Brasil nas tvs pagas. Vamos esperar para verificar a minha hipótese de trabalho.

35 O programa *Happy Hour* (GNT), de 30 de agosto de 2010, tratou dessa nova representação de mulher e de como ela, perto dos trinta anos, tem urgência em se realizar profissionalmente e está em busca da estabilidade do casamento. Embora as opiniões apresentem divergências, a posição do “modelo” Bridget Jones já é um paradigma “introjetado” da mulher no país, e esse modelo é considerado uma postura pós-moderna, pós-feminista, completamente despolitizada e longe das reivindicações feministas.

ALVES, Ivia. Mulheres em ação. In: XII SEMINÁRIO NACIONAL e III Seminário Internacional Mulher e Literatura. *Anais...* Ilhéus, 2007. Disponível em: <<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/PDF/Mesas/IVIA%20IRACE-MA%20DUARTE%20ALVES.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

ALVES, Ivia. Mulheres em ação; parte 8: gênero em movimento. In: SACRAMENTO, Sandra (org). *Gênero, identidade e hibridismo cultural: enfoques possíveis*. Ilhéus: UESC, 2009. p. 243-252.

BRANDÃO, Izabel (org). *Corpo em revista: olhares interdisciplinares*. Maceió: EDUFAL, 2005.

CORBIN, Alain et al. (dir). *História do corpo: As mutações do olhar: o século XX*. 2. ed. v.3. Petrópolis: Vozes, 2008.

FALUDI, Susan. *Backlash; o contra-ataque da guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FUNCK, Susana B.; WIDHOLZER, Nara (orgs.). *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

FURQUIN, Fernanda. *As maravilhosas mulheres das séries de TV*. São Paulo: Panda Books, 2008.

GOLDENBERG, Mirian. O corpo como capital: para compreender a cultura brasileira. *Arquivos em movimento*, v. 2, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.eefd.ufrj.br/revista>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

HAMBURGER, Esther Império. A expansão do “feminino” no espaço público brasileiro: novelas de televisão nas décadas de 1970 e 80. *Revista de Estudos Feministas*, v. 15, n. 1. Florianópolis, jan.-abr. 2007, p. 153-175..

HEBERLE, Viviane Maria; OSTERMANN, Ana Cristina; FIGUEIREDO, Débora de Carvalho (orgs.). *Linguagem e gênero; no trabalho, na mídia e em outros contextos*. Florianópolis: UFSC, 2006.

JREIGE, Gustavo. Crítico de TV explica a evolução das séries, hoje mais sofisticadas que o cinema de Hollywood. In: *Sériesetc*. 13 jan. 2008. Disponível em: <<http://tv.globo.com/ENT/Tv/Seriados/House...>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

JUST SHOOT ME (1997-2003) EM REVISTA. dez. 2008. Disponível em: <<http://serial-bloggers.blogspot.com/search/label/Just%20Shoot%20Me>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

MCROBBIE, Angela. Pós-feminismo e cultura popular: Bridget Jones e o novo regime de gênero. Tradução Márcia Rejane MESSA. In: CURRAN, James; MORLEY, David. *Media and Cultural Theory*. London/New York: Routledge, 2006, p. 59-69. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/mcrobbe_posfeminismo.pdf>. Acesso em: 24 out. 2008.

MESSA, Márcia Rejane. As mulheres só querem ser salvas: *Sex and the city* e o pós-feminismo. *E-Compôs*. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos>>. Acesso em: jan 2009.

PEREIRA, Paulo Gustavo. *Almanaque dos seriados*. São Paulo: Ediouro, 2008.

RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto. 2006.

SILVEIRINHA, Maria João. Editorial. *Revista EX AEQUO*: representações midiáticas de mulheres. Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, Portugal, n. 14, 2006. Disponível em: <http://www.apem-estudos.org/?page_id=80>. Acesso em: 23 abr. 2010.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 9-39.

ZANETTI, Daniela. Repetição, serialização, narrativa popular e melodrama. *Matrizes*, ano 2, n. 2, 1 sem. 2009. p. 181-194. Disponível em: <www.matrizes.usp.br/ojs/index.php/matrizes/article/download/32/60>. Acesso em: 12 ago. 2010.

WOLF, Naomi. *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Tradução Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

Sites Acessados

E-PIPOCA. SUDDENLY SUSAN. *Suddenly Susan*, EUA, 1996. Disponível em: <http://epipoca.uol.com.br/filmes_detalhes.php?idf=19181>. Acesso em: 23 abr. 2010.

OYO.COM.BR. Seriados e TV. *Ally McBeal*. Disponível em: <<http://www.oyo.com.br/seriados-e-tv/seriado/ally-mcbeal/>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

Teleséries. Disponível em: <<http://teleseries.uol.com.br/>>. Acesso em: 12 ago. 2010.

<http://baudosdownloads.blogspot.com/>. Acesso em: abril 2010.

<http://retrotv.uol.com.br/guiadatv/retrochannel.html>. Acesso em: jan. 2010.

<http://seriesonline.terra.com.br/savinggrace/index.html>. Acesso em: abril 2010.

<http://thetvbay.info/media/images/TheCloser.jpg>. Acesso em: abril 2010.

<http://tv.globo.com/ENT/Tv/Seriados/House/0,,AA1668904-7231,00.html>. Acesso em: jun. 2010.

<http://wp.clicrbs.com.br/foradeserie/tag/saving-grace/>. Acesso em: abr. 2010.

<http://www.minhaserie.com.br/serie/235-saving-grace/>. Acesso em: abr. 2010

http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/mcrobbie_posfeminismo.pdf>. Acesso em: 24 out. 2008.

<http://www.textually.org/tv/archives/archives/images/set2/5685.jpg>. Acesso em: abril 2010.

<http://www.imdb.com>

Séries citadas (site imdb.com)

Nome da Série	Duração	Criador(a)
<i>Ally McBeal</i>	1997–2002	David E. Kelley
<i>Bones</i>	2005 –	Hart Hanson
<i>Boston Legal</i>	2004–2008	David E. Kelley
<i>Castle</i>	2009 –	Andrew W. Marlowe
<i>Cold Case</i>	2003–2010	Meredith Stiehm
<i>Criminal Minds</i>	2005 –	Jeff Davis
<i>Crossing Jordan</i>	2001–2007	Tim Kring
<i>CSI</i>	2000 –	Ann Donahue, Anthony E. Zuiker
<i>CSI: New York</i>	2004 –	Ann Donahue, Carol Mendelsohn, Anthony E. Zuiker
<i>CSI: Miami</i>	2002 –	Ann Donahue, Carol Mendelsohn, Anthony E. Zuiker
<i>Hill Street Blue</i>	1981–1987	Steven Bochco, Michael Kozolli
<i>In Plain Sight</i>	2008 –	David Maples
<i>Karen Sisco</i>	2003–2004	sem autores
<i>Law & Order</i>	1990–2010	Dick Wolf
<i>Law & Order:SVU</i>	1999 –	Dick Wolf
<i>Lie to me</i>	1999 –	Samuel Baum
<i>Life</i>	2007–2009	Rand Ravich
<i>NYPD Blue</i>	1993–2005	Steven Bochco, David Milch
<i>Numb3rs</i>	2005–2010	Nicolas Falacci, Cheryl Heuton
<i>Profiler</i>	1996–2000	Cynthia Saunders
<i>Saving Grace</i>	2007–2010	Nancy Miller
<i>Sex and the City</i>	1998–2004	Daren Star
<i>The Closer</i>	2005 –	James Duff
<i>The Mentalist</i>	2008 –	Bruno Heller.
<i>Third Watch</i>	1999– 2005	Edward Allen Bernero, John Wells
<i>Without a Trace</i>	2002–2009	Hank Steinberg

MULHER E LITERATURA - PERIÓDICOS ACADÊMICOS NACIONAIS

Cristina M. T. Stevens

Nosso objetivo neste trabalho¹ é fazer uma breve análise da produção teórico-crítica sobre estudos feministas e de gênero, veiculada em periódicos acadêmicos nacionais, buscando identificar a inserção da área “Mulher e Literatura” nesta produção. A partir desses elementos, faremos um breve comentário sobre o estado da arte da crítica e da pesquisa na área de Estudos Feministas e de Gênero em nosso país e sua contribuição para a literatura, bem como a contribuição específica de nossa área para esse campo interdisciplinar de estudos. Enfatizaremos a evolução e tendências teóricas, as potencialidades políticas e epistemológicas e o impacto das publicações na área M & L para os estudos pós-graduados na área de Letras em nosso país.

Como bem nos lembra a pesquisadora feminista brasileira Luzinete S. Minella (2003), as publicações feministas foram uma consequência natural da expansão e do fortalecimento das ONGs e dos grupos, núcleos e linhas de pesquisa na área. Objetivando analisar o impacto dessas publicações no campo acadêmico e militante no Brasil, assim como seus avanços e desafios, em 2002, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, foi realizado o *I Encontro Brasileiro de Publicações Feministas*, sob a

1 Neste trabalho, estarei me referindo à “área” *Mulher e Literatura* (M & L) para designar atividades de ensino e pesquisa nos meios acadêmicos brasileiros, relativas à mulher e sua representação na literatura, conforme definido pelo GT/ANPOLL “Mulher e Literatura”. As pesquisadoras do GT desenvolvem seus trabalhos em torno de 3 grandes linhas de pesquisa: “Teoria e crítica feminista: vertentes”, “A questão do Cânone” e “Gender - estudos de gênero”.

coordenação da REF (*Revista Estudos Feministas*). Experiência inédita no país, o evento contou com a participação de editoras nacionais e estrangeiras de publicações na área - mais precisamente 7 representantes de publicações sediadas nas universidades² e 13 representantes de publicações sediadas em ONGs³. Em 2003 a UFSC também sediaria o *II Encontro*, agora também ampliado com o *I Encontro Internacional de Publicações Feministas*, o qual contou com o apoio da SPM - Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Os II e III Encontro Internacional aconteceriam, respectivamente, no Chile (2005) e na Argentina (2007). Ainda segundo Minella, esses eventos fazem parte de um projeto mais amplo que objetiva a implantação de uma Rede de Publicações Feministas, visando expandir o acesso à produção teórica feminista em nosso país. Dada a importância desses eventos na análise que pretendo desenvolver neste trabalho sobre a contribuição da área M & L para o fortalecimento das publicações feministas, farei um breve resumo do *Dossiê* publicado na REF (MINELLA et alli, 2003), o qual contém as principais colaborações do primeiro evento.

A pesquisadora feminista Zahidé Muzart, em seu texto *Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX*, resgata a valiosa contribuição de mulheres brasileiras de várias regiões do país nessa época com a produção de revistas, livros, jornais, informativos, boletins e outras publicações. Segundo Muzart (2003), essas iniciativas buscavam a conquista do direito à educação, ao que se seguiu a luta pelo direito ao trabalho profissional remunerado e, posteriormente, ao voto.

Considerado o marco fundador do periodismo feminino brasileiro, o *Jornal das Senhoras* teve seu primeiro número publicado em 1º de janeiro de 1852; foi fundado por Juana Paula Manso de Noronha - a qual escreve no editorial: "Ora pois, uma senhora à testa da redação de um jornal! Que bicho de sete cabeças será este?" (MUZART, 2003, p.226). Redigido inteiramente por mulheres, o jornal representou um importante veículo para suas reivindicações; também abordava temas como moda, literatura, belas artes, teatro e crítica. Como esse,

2 Cadernos Espaço Feminino (UFU), Cadernos Pagu (UNICAMP), Cadernos de Pesquisa e Debate do Núcleo de Estudos de Gênero (UFPR), Coleção Bahianas (NEIM-UFBA), Revista Estudos Feministas (UFSC), Revista Gênero (UFF), Mandrágora (NETMAL - UMSB) (MINELLA, 2003, p. 271).

3 Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento (Agende) - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero (ANIS) - Instituto Patricia Galvão: Comunicação e Mídia - Católicas pelo Direito de Decidir (CDD) - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação (CEPIA) - Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) - Geledés - Instituto Mulher Negra - Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos - SOS-Corpo - Gênero e Cidadania - Themis-Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero. Participaram também, como observadoras, duas organizações não governamentais feministas de mulheres negras.

muitos outros periódicos surgiram no Brasil do século XIX, criando o que Muzart caracteriza como uma “verdadeira rede de sororidade que congregava mulheres do norte ao sul” (2003, p. 231), não apenas através da seção de cartas dos jornais, mas também pela colaboração interestadual das autoras. Somos herdeiras dessas corajosas iniciativas.

O texto *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira* analisa a autoria feminina na chamada “imprensa democrática ou alternativa”. Publicados entre 1970/80, produzidos artesanalmente e de circulação restrita, esses jornais tinham um objetivo claramente político, qual seja, despertar as mulheres para as ideias feministas do período posterior à luta armada contra a ditadura no Brasil. Uma breve análise dos editoriais dessas publicações - que abordavam questões como a luta pela anistia, liberdades democráticas, necessidade de creches, melhores condições de trabalho para as mulheres, além de posições firmes contra violência doméstica, evidenciam a natureza nitidamente militante desses primeiros jornais feministas em nosso país.

Assim como as lutas abolicionistas, as lutas revolucionárias como a Revolução Francesa e as duas guerras mundiais, a ditadura militar no Brasil é mais um, entre tantos outros acontecimentos nitidamente masculinos, que vitimizam mulheres. Observa-se, entretanto, um forte engajamento de mulheres nessas questões complexas que ocorrem fora da esfera doméstica - cruelmente afetada por esses conflitos. Essas ações terminam por contribuir e ampliar a capacidade de organização das mulheres, que assim estão melhor instrumentalizadas para avançarem na reivindicação de seus direitos específicos. Esses “novos sujeitos coletivos, as feministas” vinculam as questões do país às lutas das mulheres numa revolucionária concepção de política, como explicitado em um de seus editoriais:

O *Brasil Mulher* não é o *Jornal da Mulher*. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres. Não desejamos nos amparar nas diferenças biológicas para desfrutar de pequenos favores masculinos, ao mesmo tempo em que o Estado, constituído de forma masculina, deixa-nos um lugar só comparado ao que é destinado por incapacidade de participação do débil mental (LEITE, 2003, p. 238).

Maria Juracy Filgueiras Toneli (UFSC) e Sonia Malheiros Miguel (CFE-MEA e SPM) apresentaram contribuições bastante interessantes sobre o diálogo

entre revistas acadêmicas e ONGs feministas. Com origens, objetivos e ações bastante diversificadas, essas organizações não governamentais têm um perfil de publicações necessariamente heterogêneo, muitas vezes sem um projeto editorial consistente, resultado de um esforço que Toneli classifica como “amadorismo voluntário ... uma espécie de doação à causa” (2003, p. 266). Ela enfatiza a necessidade de maior intercâmbio entre as próprias ONGs, além de intercâmbio entre essas organizações e a pesquisa acadêmica. Por sua vez, Malheiros também reforça a importância da articulação entre esta “publicação militante” das ONGs e a produção acadêmica feminista, já que é possível identificar a militância na academia e pesquisa acadêmica na militância. Não podemos esquecer também que o estágio inicial do, hoje já consolidado, campo dos estudos de gênero é facilmente identificável na militância feminista, de onde saiu a grande maioria de nossas pesquisadoras.

Acho importante buscar parcerias e o desenvolvimento de ações/projetos coletivos envolvendo a prática militante das ONGs e as contribuições teóricas e pesquisa acadêmica; no meu entender, isso propiciaria uma oxigenação mútua que talvez contribuisse para sairmos do “gueto” no qual nossa pesquisa acadêmica ainda se encontra, apesar dos inegáveis avanços dos feminismos e sua contribuição para a institucionalização do campo dos estudos sobre a mulher ou de gênero. Infelizmente, entretanto, são conhecidas as atitudes preconceituosas e as resistências à incorporação da epistemologia feminista e da perspectiva de gênero no meio científico brasileiro.

Falando sobre o papel fundamental das revistas científicas para a constituição do campo de estudos de gênero, Margareth Lopes e Adriana Piscitelli, membros do comitê editorial dos *Cadernos Pagu*, enfatizam as necessárias “negociações” entre os interesses políticos que informam os estudos feministas e as pressões das políticas científicas de avaliação/indexação da produção acadêmica. Segundo elas, isso se torna particularmente difícil quando se trata de países considerados periféricos como o Brasil - pelo menos, no que diz respeito à sua produção científica. Ao mesmo tempo em que reconhecem a forte resistência dos chamados “*gatekeepers of science*” em sancionar como excelência acadêmica pesquisas com inevitáveis interesses políticos como as de nossa área, Piscitelli e Lopes mostram-se otimistas quanto à legitimidade acadêmica dos estudos feministas/de gênero:

No campo dos estudos de Gênero, no Brasil, há perspectivas explicitadas em encontros e seminários que consideram esse campo como ainda não

consolidado. Apesar da ampla produção, há uma argumentação sobre sua fragilidade em termos teóricos e/ou metodológicos. Discordando dessas leituras, acreditamos que os estudos de gênero, perpassando e envolvendo diversas áreas disciplinares com todas as suas diversidades e especificidades, conformam hoje no Brasil um campo de direito próprio. (...) Nesse campo, cujas fronteiras são ainda objetos de negociação e construção e, portanto, de disputas teóricas, institucionais e políticas, as publicações científicas cumprem sua função básica de articuladoras das diferentes propostas e perspectivas de ação em desenvolvimento (LOPES; PISCITELLI, 2004, p.118).

O texto da feminista Jacira Melo - cujo título tomei como empréstimo para o presente trabalho - reforça a necessidade de não tornar as publicações feministas apenas um meio de divulgação dos resultados de pesquisa e dos trabalhos desenvolvidos na academia e pelas organizações feministas, ou ainda de mero registro dos eventos relevantes para nossa área; para ela, essas publicações devem ter como objetivo nossa emancipação teórica e política. Editar trabalhos feministas, observa Melo, é um trabalho de resistência, uma “ação política direta, de disseminação de ideias, propostas, questões e conceitos” (2003, p. 298). Devemos estar sempre conscientes de que o fazer/saber feminista não se restringe às questões da mulher e de gênero; ele é também um empreendimento com forte motivação político-ideológica inserido em processos históricos e socioculturais mais amplos. Em razão disso, a literatura, apesar de suas especificidades, mas também em função de sua natureza necessariamente fluida, sempre em processo de (re)construção, precisa estar em constante interação com as demais áreas do saber - inclusive na sua produção acadêmica, visando também esta dimensão política *lato sensu*.

Ao tentar relacionar essas argumentações com a área M & L no Brasil, constatamos o grande esforço que ainda precisamos fazer para incorporar mais nossos novos idiomas críticos e ferramentas teórico-metodológicas nos estudos literários em nosso país; nesse sentido, recupero uma análise bastante lúcida da pesquisadora feminista Rita Terezinha Schmidt sobre a invisibilidade da crítica feminista nos estudos literários desenvolvidos no Brasil. Fazendo uma espécie de “arqueologia do antifeminismo” em sua análise de textos principalmente de natureza histórica e cultural, produzidos por intelectuais considerados “de esquerda”, Schmidt identifica uma matriz hegemônica que segundo ela ainda é claramente misógina. Atribui esse descrédito e resistência às contribuições dos feminismos, aos valores patriarcais que, pelas suas profundas raízes em nossa cultura, infelizmente ainda são bastante sólidos; dessa

forma, nosso trabalho acadêmico - e militante, eu acrescentaria - precisa expor a “microfísica do poder” na constituição de valores/saberes:

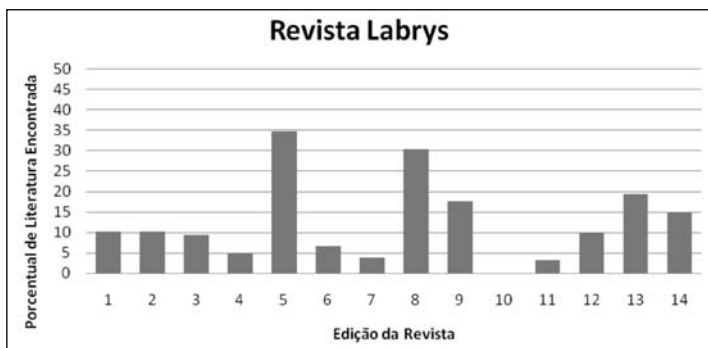
Não acredito que a crítica feminista possa causar impacto nos estudos literários se não investir em um trabalho consistente de crítica textual/histórica/antropológica/cultural; entendo o cultural não como instância isolada, mas como lugar de práticas simbólicas onde ganham forma os mecanismos sociais que produzem sujeitos e subjetividades e que, portanto, está imbricado na organização e funcionamento material da sociedade. (SCHMIDT, 2006, p. 794)

Dessa forma, acredito que nossa atividade acadêmica realmente precisa estar constantemente articulando as especificidades da literatura com um projeto crítico-político no sentido mais amplo, objetivando a problematização e desconstrução da hegemonia patriarcal. Essa nova agenda passa necessariamente pela intensificação dos diálogos interdisciplinares que trazem contribuições recíprocas para os envolvidos nessas parcerias político-epistemológicas.

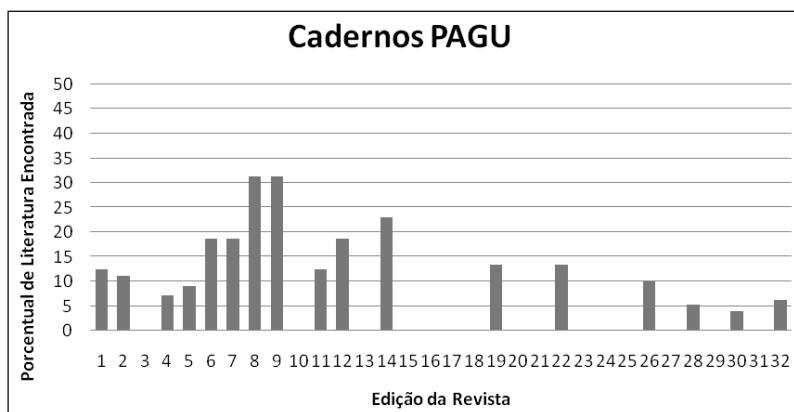
A partir das reflexões brevemente resumidas aqui, passei a analisar os dados das publicações em M & L em periódicos acadêmicos nacionais. O recorte desta análise foi a produção identificada no Currículo Lattes dos integrantes do nosso GT. O GT “Mulher e Literatura” foi criado no I Encontro da ANPOLL, realizado em dezembro de 1985 na Universidade Federal do Paraná, reunindo-se pela primeira vez no II Encontro da ANPOLL, realizado na Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1987. As 25 comunicações apresentadas no referido Encontro foram publicadas no *BOLETIM* n. 1 do nosso GT em 1988 e organizado pela segunda coordenadora do GT, Nadia B. Gotlib⁴; o boletim trazia também informações acadêmicas básicas sobre os integrantes do GT - suas pesquisas, publicações e cursos ministrados na pós-graduação, dissertações/teses defendidas sobre a temática, além de conter os textos apresentados no encontro. Paralelamente ao encontro do GT, realizou-se na Universidade Federal de Santa Catarina, em julho de 1985, sob a coordenação da professora Susana Funck, o *Seminário Regional sobre a Mulher na Literatura*, com o propósito de mapear esse campo de estudos na Universidade e articular um intercâmbio entre pesquisadores regionais. A surpreendente adesão ao evento, além do grande número de pesquisas que estavam sendo realizadas nessa área, nas diversas instituições de ensino superior, motivaram a ampliação dessa iniciativa. Assim, em outubro de

4 Como nos lembra a professora Zahidé Muzart, os três primeiros volumes do *Boletim* foram financiados pela Fundação Vitae (atualmente extinta), com o apoio especial do intelectual José Mindlin.

1987 realiza-se o *I Encontro Nacional A Presença da Mulher na Literatura*, na Universidade Federal da Paraíba; desde então, esses dois eventos têm crescido consistente e vigorosamente. É importante lembrar que as publicações regulares dos boletins da ANPOLL e dos anais dos encontros nacionais⁵ representam, até o presente momento, o único espaço de publicação no Brasil que trabalha exclusivamente com a área de M & L. Entretanto, considerando os três eixos em torno dos quais desenvolvemos nossas pesquisas - os feminismos, mulheres, e gênero - e trabalhando com literatura, cujas fronteiras são continuamente problematizadas de forma saudável e criativa, insisto na necessidade de aprofundamento do diálogo e interação entre os vários campos disciplinares e agentes que viabilizam as publicações feministas. A pertinente observação de Minella sobre a gradual incorporação de nossa área nas publicações da *REF*⁶ não deixa de ter uma conotação preocupante, mas o quadro aponta para um horizonte positivo. Esse intercâmbio tem se dado, pelo menos no âmbito das publicações em periódicos, de forma razoável, como podemos verificar a partir dos dados⁷ abaixo, relativos às publicações feministas brasileiras⁸.



- 5 Antes da publicação dos anais, como tem acontecido regularmente, as primeiras publicações desses encontros aparecem na Revista *Organon*, que contém os trabalhos apresentados no *II Encontro Nacional Presença da Mulher na Literatura*, realizado em Porto Alegre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1988).
- 6 “Garantiu-se também o espaço para áreas disciplinares antes minoritárias, caso da Literatura e dos Estudos Culturais” (MINELLA, 2004, p. 230).
- 7 Dados coletados com o auxílio de minha bolsista do PIBIC, Stephanie Winkler.
- 8 No anexo 2 listamos as publicações eletrônicas na área de estudos feministas e de gênero no Brasil. Ao longo deste trabalho, também citamos várias outras publicações impressas. Seleccionamos a *REF* e a *Pagu* para dados mais detalhados por serem elas as duas únicas revistas consolidadas, de acordo com o SCIELO. Incluí também a *Labrys*, com a qual, por ser da UnB, tenho estreitas vinculações. Para identificar os textos de literatura, seleccionamos primeiramente pelo título; quando este indicador não era muito claro, analisamos os resumos dos artigos que sugeriam alguma relação com a literatura.



Precisamos também pensar na questão vital do “fator de impacto” (MINELLA, 2009, p. 20), já que a frequência de citações dessas revistas e autores têm um peso compreensivelmente relevante na avaliação dos veículos de divulgação da produção científica brasileira. Em uma rápida consulta na *Red Alyc* (Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, Espana e Portugal), identificamos apenas a *REF*. Não nos deteremos nessa análise, mas achamos oportuno pensar sobre a questão.

Comparando os dados acima, à luz do quadro elaborado pela ANPOLL⁹ em 2009, para realimentar o QUALIS a partir das contribuições dos membros dos GTs, os resultados também são razoavelmente animadores:

9 www.anpoll.org.br. Segundo informação a mim fornecida através de e-mail pela professora Leila Harris, atual coordenadora do GT M & L, “O nosso GT foi um dos 20 a responder. Recebi **11 respostas**.”

QUALIS - Portal da ANPOLL¹⁰

	Periódicos em que a L&L considera RELEVANTES				Periódicos em que a L&L CONSULTA				Periódicos em que a L&L PUBLICA			
	R.1	R.2	R.3	R.4	R.1	R.2	R.3	R.4	R.1	R.2	R.3	R.4
Onde publicamos	4	23	12	12	5	21	9	16	8	9	13	17
Outros	15	41	41	152	14	24	37	158	11	50	47	139

Ao observarmos a legenda R.1 (a mais importante, pois significa a faixa com maior número de menções no processo de consulta organizado pela ANPOLL), verificaremos que estamos consistentemente presentes nas 3 categorias, ou seja, nos periódicos que consideramos relevantes (21%), naqueles que consultamos (31%) e nos quais publicamos (42%). Também crescemos (como se pode observar pelos percentuais) nas referidas categorias, de forma a termos uma presença marcante na última coluna (a dos periódicos onde publicamos). Também pode ser visto positivamente o fato de diminuirmos nosso percentual de participação nas faixas R.2 (35%, 46%, 27%), R.3 (22%, 19%, e 21%) e R.4 (7%, 9%, 10%), nas três categorias (respectivamente, periódicos considerados relevantes, aqueles que consultamos e nos quais publicamos); lembrando que essa última refere-se a periódicos com apenas uma menção na consulta. Em minha análise, embora ainda estejamos desenvolvendo relativamente poucas pesquisas/publicações de natureza interdisciplinar, a capilaridade de nossa produção é positiva; resta-nos refletir sobre as resistências da academia a essa produção, como mencionado anteriormente.

Cabe enfatizar que este quadro, organizado pela ANPOLL, foi elaborado com base em respostas encaminhadas por apenas 11 Programas de Pós-Graduação filiados à ANPOLL e 20 GTs; as observações abaixo, encaminhadas pelos responsáveis pela consulta, também precisam ser consideradas em nossa análise:

¹⁰ R.1 - Periódicos que, em pelo menos uma das planilhas, obteve dez (10) ou mais menções; R.2 - Periódicos com um número igual ou maior a três (03) menções na respectiva planilha; R.3 - Periódicos com duas (02) menções na respectiva planilha; R.4, sem destaque - Periódicos com apenas uma (01) menção na respectiva planilha.

Vale destacar que quando se tem 01 (uma) menção, ela corresponde a uma menção do periódico por um GT ou por um Programa de Pós-Graduação. Isto significa que esta única menção é qualitativamente importante porque representa o conjunto de menções dos pesquisadores do GT ou do Programa de Pós-Graduação. (...) Cabe destacar que o critério *número de menções* tende a privilegiar periódicos que se voltam para um recorte mais amplo do campo disciplinar e, portanto, apresentam maior potencial de indicação. Já aqueles periódicos mais restritos a uma determinada área de especialidade tendem a despertar menor interesse por parte dos colegas de outras áreas, sendo assim mencionados em menor número. Na leitura deste documento, deve-se levar em conta esse efeito, já que um periódico de escopo mais restrito pode ser mencionado, por exemplo, por apenas um GT, a despeito de ser considerado, pelos pesquisadores desse GT, como sendo o periódico mais relevante da sua área específica ([http://www.anpoll.org.br/portal/Resultados da Consulta ANPOLL sobre o Diagnóstico do Qualis de Letras e Linguística](http://www.anpoll.org.br/portal/Resultados-da-Consulta-ANPOLL-sobre-o-Diagnóstico-do-Qualis-de-Letras-e-Linguística). 23 nov. 2009).

Essas ponderações são importantes para relativizar algumas distorções que essa metodologia implica: por exemplo, os periódicos *Cadernos Pagu* e *Labrys*, considerados relevantes para nossa área (*Cadernos Pagu* é considerado um periódico “consolidado” pela SCIELO), estão classificados na categoria R.4. Se um número maior das integrantes do nosso GT tivesse respondido à referida consulta, esses dados seriam aumentados consideravelmente; entretanto, apenas 20 colegas enviaram suas respostas à ANPOLL, como nos informou a coordenadora do GT. Voltando à análise, os resultados dessa pesquisa também poderiam ser considerados animadores, se pensarmos na questão da visibilidade internacional da nossa produção científica brasileira: 33 dos 229 periódicos nos quais publicamos são produzidos fora do Brasil, em cidades como Frankfurt, Havana, Lima, Lisboa, Montpellier, Paris, Santiago, entre outras. Não pretendo desenvolver essa análise, por trabalhar nesta pesquisa apenas com as publicações brasileiras, a qual tem pouca visibilidade internacional, como já sabemos. É importante lembrar aqui que essa situação tem conotações político-econômicas e culturais muitíssimo mais vastas e complexas, com reflexos e desdobramentos que não se enquadram no escopo deste mapeamento. Entretanto, é necessário observar que, das 197 publicações brasileiras que integram a SCIELO e que são, portanto, consideradas “consolidadas” a partir desse indexador internacional, apenas duas publicações feministas (*REF* e *Pagu*) estão incluídas (MINELLA, 2009, p. 19). Se pensarmos no percentual

de trabalhos na área de M & L publicados nesses dois periódicos acadêmicos, veremos que a visibilidade internacional de nossa produção é insignificante se considerarmos apenas os periódicos brasileiros.

Obviamente esses critérios quantitativos/indexadores e suas qualificações têm implicações muito mais complexas que uma simples indicação estatística, sobretudo, se considerarmos que o trabalho acadêmico com os feminismos pressupõe necessariamente a desestabilização de epistemologias e paradigmas científicos tradicionais; entretanto, a problemática questão dos indicadores de avaliação de produção científica não pode ser ignorada completamente. Como bem lembram Margaret Lopes e Adriana Piscitelli,

A análise de indicadores para avaliação das publicações, a necessidade de visões críticas, impõe-se pelos mais diversos pontos de vista, quer da crítica fundamental que se refere às bases teóricas de tais indicadores, quer quando se introduzem as especificidades da área de investigação. (...) A questão se complica ainda mais quando se busca incorporar perspectivas de gênero em análises de tais indicadores, ou passa-se a construir novos indicadores de sustentação para elaboração de políticas científicas (2004, p.117).

Ainda sobre a questão do impacto: em agosto de 2009 foi realizado em Brasília o *II Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa - Pensando Gênero e Ciências*, organizado pela SPM. Nesse Encontro, que teve a participação de 143 pesquisadoras (135 mulheres e 8 homens) - representando 144 diferentes grupos/núcleos de pesquisa que trabalham com a questão de gênero e feminismos no Brasil, não havia uma única referência à área de literatura. Pareceu-me um indicador preocupante do distanciamento de nossos estudos/pesquisas, diante dos enriquecedores diálogos e parcerias necessárias para o fortalecimento da área M & L; além disso, acredito firmemente que a contribuição da teoria e crítica literária feminista é relevante para disciplinas como Linguística, Filosofia, História, Sociologia, Antropologia, Geografia, Economia, como também para outros espaços e instituições que se enriquecem com as contribuições mútuas dos estudos feministas/de gênero. Nesse sentido, fiquei agradavelmente surpresa após um rápido exame dos veículos onde publicamos, pois identifiquei nossa presença em alguns jornais, revistas de cultura de massa (a *Revista Claudia*, por exemplo) e outros veículos com maior alcance de leitores, além de outras publicações periódicas interdisciplinares não dedicadas diretamente a interesses feministas. Assim, ampliamos o público leitor para nossos trabalhos.

No Encontro acima referido, integrei o Grupo de Trabalho *Estratégias de fortalecimento dos espaços institucionais de produção e circulação: publicações, GTs e associações científicas*, coordenado por Mara Coelho de Souza Lago (Instituto de Estudos de Gênero/IEG/UFSC) e Albertina de Oliveira Costa (Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e Fundação Carlos Chagas). Discutimos, entre muitas outras coisas, o problema da classificação de nossos projetos de pesquisa e produção científica, necessariamente interdisciplinares, nas categorias/áreas de conhecimento definidas pelo CNPq, SCIELO e demais agências que financiam e legitimam nossas pesquisas e produção acadêmica; apenas para ilustrar, tive dificuldade de identificar, junto à Biblioteca Nacional, o código de assunto para o livro que publiquei com integrantes do meu grupo de pesquisa VOZES FEMININAS¹¹. Isso evidencia o quanto ainda temos que trabalhar para desconstruir as ainda rígidas fronteiras epistemológicas que buscam anatomizar e encapsular a riqueza e complexidade do conhecimento. Como nos lembra a historiadora feminista Margareth Rago (1998), o novo “agente epistêmico” dos feminismos precisa abandonar a ilusória neutralidade dos instrumentais conceituais do conhecimento científico tradicional, incorporando o gênero como uma categoria analítica, com suas rupturas e desestabilizações teórico-práticas.

Na avaliação dos Encontros sobre publicações feministas, referido no início deste texto, os problemas identificados pelos diversos participantes são os mesmos que enfrentamos quando tentamos organizar publicações na área de M & L, ou seja, dificuldade de captação de recursos e suas consequências naturais: pouca profissionalização da atividade editorial feminista, problemas de distribuição, necessidade de avaliação da qualidade dos veículos nos quais essa produção é veiculada, busca de formas alternativas de sustentabilidade, entre outros. Ao escrever sobre a “metamorfose editorial” processada no âmbito da *REF* em seus 15 anos de existência, Minella comenta positivamente sobre a “capacidade de reinvenção diante da falta de recursos, das carências de infraestrutura e de outras limitações” (2008, p.115). Os profissionais envolvidos em pesquisa e publicação acadêmica no Brasil conhecem bem essas estratégias criativas de sobrevivência de nossas publicações; elas se multiplicam dinâmica e vigorosamente, evidência do crescimento da nossa produção teórico-crítica, mas os recursos financeiros e materiais a elas destinados não aumentam; todos

11 *A Mulher Escrita: a escrita mulher?* ISBN: 978-85-61700-04-1. Disponível em: <http://sites.google.com/site/vozesfemininasunb>.

esses são aspectos extremamente complexos sobre os quais precisamos refletir, objetivando minimizar essas limitações.

Ao falar sobre o Consórcio de Publicações Feministas¹², Rozeli Maria Porto aponta uma outra dificuldade; ela constata que a participação do Consórcio em eventos com um público científico amplo como os congressos da SBPC, apesar de constituírem um bom espaço para divulgação da produção científica em nossa área, não representam bons resultados de vendas (2004, p.180). Isso é um indicador da resistência às contribuições dos feminismos para a comunidade acadêmica em geral. As análises da pesquisadora Rita Schmidt sobre a resistência preconceituosa aos estudos feministas na área de Letras, que sucintamente abordamos acima, podem ser aplicadas em outras áreas do conhecimento e prática acadêmica em nosso país. É difícil aceitar/entender a impermeabilidade da academia para a produção teórica feminista, a qual muitas vezes fica relegada a um público acadêmico feminista, como uma produção “guetoizada”; dessa forma, fica limitada sua capacidade de intervenção nas práticas e valores socioculturais, políticos e acadêmicos.

Entretanto, os avanços dos feminismos, como também da área de M & L, são inegáveis e, embora lentos, são sólidos e irreversíveis; um deles, consequência saudável dos avanços tecnológicos, é a diversificação de espaços para publicação, com a expansão de bibliotecas virtuais e criação de novas redes de divulgação e publicações eletrônicas. Em nossa área, uma iniciativa louvável foi a criação do Portal Feminista, atualmente em fase de estruturação sob a coordenação do Instituto de Estudos de Gênero da UFSC, com apoio da SPM. Escrevendo sobre o Portal, Claudia Lima Costa (2004, p. 185-192) avalia positivamente a facilidade e rapidez da “viagem dos textos (e, consequentemente, das teorias)” provocada pela “virada digital”; as pesquisadoras que visitam o Portal (que se encontra em funcionamento) já conhecem sua valiosa contribuição como espaço de convergência de publicações, informações, intercâmbios entre Núcleos e pesquisadores e tantas outras atividades relacionadas com os feminismos no Brasil e no exterior. Aliado ao Portal, e integrando a Rede de Publicações Feministas, o Consórcio de Publicações Feministas, “iniciativa inédita no campo editorial” (PORTO, 2004, p.169), também objetiva dar maior divulgação à produção acadêmica em nossa área.

12 Integram o Consórcio ONGs, revistas acadêmicas e editoras que, unidas, criam uma estrutura para viabilizar sua participação em eventos científicos, para divulgação e venda das publicações em nossa área.

Os dados apresentados neste trabalho mostram que, apesar de não termos um espaço específico para publicações na área de M & L, a penetração de nossa produção nos inúmeros periódicos nacionais não deixa de ser um fator bastante positivo, embora ainda tímido, no que se refere à aceitação das contribuições teóricas dos feminismos. Dos periódicos onde veiculamos nossa produção acadêmica, cerca de 50% não são específicos da Literatura; vinculam-se não apenas à área dos Estudos Feministas/de Gênero, mas também a outros espaços de produção acadêmica e cultural. Isso evidencia a maturação epistemológica e política dos estudos feministas/de gênero e suas articulações com a literatura, bem como amplia nossa contribuição para outros campos de saber. Preocupa-me, entretanto, nossa ausência nas publicações veiculadas pelas ONGs. Essa desvinculação com as atividades desenvolvidas pelos movimentos militantes é compreensível, dada a natureza acadêmica do nosso trabalho, mas acho que precisamos tentar fazer pontes nessa direção.

Vale salientar também que estamos consistentemente ampliando nosso espaço em publicações específicas da área de Literatura; isso visibiliza nossa produção acadêmica para o público mais geral da Letras e possibilita o diálogo com publicações que não estejam diretamente ligadas aos estudos feministas/de gênero. É importante registrar que alguns dos boletins do nosso GT, como também parte de alguns dos anais dos nossos seminários bianuais M & L, estão sendo transformados em livro, embora não em publicação periódica - o que talvez trouxesse dificuldades estruturais e operacionais; lembramos também que alguns periódicos especializados em literatura organizam números específicos sobre M & L, a maioria dos quais organizados por integrantes do nosso GT¹³.

Este trabalho objetivou apresentar, de forma introdutória e panorâmica, o aspecto específico das publicações ao longo de 25 anos de ativa produção do nosso GT, fornecendo alguns indicadores e uma breve análise dos mesmos; na verdade, o trabalho evidencia necessidade de aprofundamento e análises mais detalhadas que possam levar a ações num futuro próximo, dada a importância do mesmo para a expansão e consolidação dos feminismos como um campo disciplinar. Em minha análise de alguns desses indicadores, não escondi as

13 *Ilha do Desterro* (UFSC), n.14/1985.2 - *Travessia: Clarice Lispector* (UFSC), n. 14/1987 - *Organon: A mulher e a literatura* (UFRGS), n. 16/1989 - *Travessia: Mulher e Literatura*, n.21/1990 - *Tempo Brasileiro* (Rio de Janeiro), n. 104/1991 - *Travessia: Mulheres - século XIX*, n. 23/91 - *Travessia: Gêneros ex/cêntricos*, n. 29-30/1995 - *Revista Leitura: A Mulher na Literatura: Texto e Contexto* (UFAL), n.18/1996 - *Revista de Ciências Humanas*, n. 15/1997 - *Cerrados* (UnB), n.11/2002 - *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea* (UnB), n.32/2008 - *Terceira Margem* (UFRJ), n. 20/2009.

sensações ambíguas de otimismo e preocupação, mas não acredito que devamos olhar para esse quadro com extremos de pessimismo ou fantasias utópicas. Evolução é um processo mais lento e sólido que revolução, e não queremos nos familiarizar com as estratégias desta última opção.

Sabemos bem que pesquisa não publicada não existe, e os periódicos constituem hoje um veículo essencial de publicação acadêmica, aos quais temos acesso com mais facilidade que os livros. Lembrando as “meias confissões, meias transgressões” como eficaz estratégia poética da goiana Cora Coralina, gostaria de fechar meu texto com a pertinente observação de Minella, quando ela aponta que um dos grandes desafios do nosso campo é “tentar ser reconhecido e, ao mesmo tempo, permanecer contra-hegemônico” (MINELLA, 2009, p.22). No meu entender, estamos enfrentando esse desafio nos mais de 229 periódicos que consegui identificar nesta pesquisa.

Referências

BELELI, Iara. et alli. Cadernos Pagu: contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. *Revista de Estudos Feministas*. 11(1). Florianópolis, jan-jul 2003, p. 242-246.

COSTA, Claudia L. www.portalfeminista.org.br: uma biblioteca virtual dos estudos feministas e de gênero no Brasil. *Revista de Estudos Feministas*. v.12 (n.especial). Florianópolis, dez. 2004, p. 185-192.

LEITE, Roseli S. C. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Revista de Estudos Feministas*. 11(1). Florianópolis, jan-jul 2003, p. 234-241.

LOPES, Margareth; PISCITELLI, Adriana. Revistas científicas e a constituição do campo de estudos de gênero. *Revista de Estudos Feministas*. v.12 (n.especial). Florianópolis, dez. 2004, p. 115-121.

MALHEIROS, Sonia. Publicando nas ONGs feministas: entre a academia e a militância. *Revista de Estudos Feministas*. 11(1). Florianópolis, jan-jul 2003, p. 271-283.

MELO, Jacira. Publicar é uma ação política. *Revista de Estudos Feministas*. 11(1). Florianópolis, jan-jul 2003, p. 298-301.

MINELLA, Luzinete S. et alli. Dossiê Publicações Feministas Brasileiras: Compartilhando Experiências. *Revista de Estudos Feministas*. 11(1). Florianópolis, jan-jul 2003, p. 217-224.

_____. A contribuição da Revista Estudos Feministas para o debate sobre gênero e feminismo. *Revista de Estudos Feministas*. v.12. Florianópolis, set-dez 2004, p. 223-234.

_____. Fazer a REF é fazer política: memórias de uma metamorfose editorial. *Revista de Estudos Feministas*. v.16, n.1. Florianópolis, jan-abr 2008, p. 105-116.

_____. In: 2º. ENCONTRO NACIONAL DE NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIAS, 2009, Brasília. 24 a 26 de junho de 2009.

MUZART, Zahidé. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XX. *Revista de Estudos Feministas*. v.11, n.1. Florianópolis, jan-jul 2003, p. 225-233.

PORTO, Roseli. M. Consórcio de publicações feministas: a visibilidade do feminismo e sua divulgação. *Revista de Estudos Feministas*. v. 12 [NE], set-dez 2004, p. 169-184.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: GROSSI, Miriam P.; PEDRO, Joana. M. *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. 1.ed. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 21-41.

SCHMIDT, Rita T. Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira. *Revista de Estudos Feministas*. v.14, n.3. Florianópolis, set-dez 2006.

TONELI, Maria Juracy F. Publicações feministas sediadas em ONGs: limites, alcances e possibilidades. *Revista de Estudos Feministas*. v.11, n.1. Florianópolis, jan-jul 2003, p. 265-270.

MEMÓRIA: QUE MEMÓRIA?

Eva Alterman Blay

Entendendo memória como a lembrança do passado, o resultado de fatos ou processos históricos é precipitado, neste sentido, falarmos em memória do feminismo na etapa contemporânea. As tentativas, na sociedade brasileira, de alcançar igualdade de gênero, condição em que os seres humanos - homens, mulheres, homossexuais, transexuais e outros grupos visualizados pelo sexo biológico ou por orientação sexual - tenham alcançado equiparação entre seus direitos políticos, sociais e humanos; esta situação está muito longe de ser alcançada. Comprova-o a resposta negativa às seguintes questões: Temos direito sobre nosso corpo? Temos direito à liberdade? Igualdade no trabalho? Na cidadania? Na participação política? A uma vida sem violência contra as mulheres?

Proponho neste texto fazer um balanço da situação atual do feminismo no Brasil, sem pretender esgotar o complexo tema num país tão heterogêneo.

No Brasil, desde os anos 1960, houve algumas mudanças estruturais, de caráter legislativo e judiciário, porém enfraquecidas pelas reduzidas alterações culturais. Talvez o maior avanço tenha sido dar visibilidade à ausência de equidade de gênero. O que evidentemente não é pouco, pois pode encurtar a busca de soluções.

Os Diagnósticos

Sobre a produção acadêmica

Recentemente, no 25º aniversário do NEMGE (Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero), órgão da Pró-Reitoria de Pesquisa da

Universidade de São Paulo, a pesquisadora Albertina Costa (2010) avaliou que houve enorme avanço na produção acadêmica brasileira: cursos, pesquisas, teses se avolumam.

Estes estudos são, na maioria, unidimensionais; estamos apenas entrando num campo multidisciplinar nesta área. A massa de estudos trouxe diagnósticos variados, alguns profundos, outros superficiais. A título de exemplo se pode citar estudos na área do trabalho, nas carreiras profissionais, na violência. No campo universitário perdura uma clara divisão sexual dos cursos e carreiras com manutenção da tradicional distribuição de homens naqueles que levam a profissões mais bem remuneradas. Não é necessário discutir que por trás desta divisão há fatores socioculturais: as mulheres continuam a ser as responsáveis pela casa e filhos; na hora de decidir por uma carreira avaliam como conjugar os dois papéis. Por outro lado, as mulheres não são incentivadas a buscar carreiras - as chamadas “duras”. Avaliação semelhante pode ser aplicada a outros setores da vida social, como as carreiras políticas, por exemplo.

A violência contra a mulher é um problema secular sem ter encontrado erradicação.

De modo geral, o Brasil enquadra-se numa tendência que pode ser observada na produção acadêmica sobre gênero que analiso a partir das apresentações feitas no recentíssimo XXVII Congresso Internacional de Sociologia realizado pela International Sociological Association (ISA) em agosto de 2010, em Gotemburgo, Suécia. O Comitê de Pesquisa (RC) 32 - *Women in Society* dedica-se especialmente à temática de gênero. Foram apresentados dezenas de trabalhos, a maioria deles de pesquisa e raros textos teóricos.

O conjunto dos trabalhos provenientes de muitas partes do mundo permite traçar o “estado da arte” dos estudos feministas. Destaco, a seguir, agrupados, os temas tratados:

1. Mulheres, movimentos sociais e ação coletiva

Neste segmento as pesquisas focalizaram questões como raça, classe, movimentos transnacionais. Exemplificando: um histórico da construção do movimento feminista num dado país ou cidade; novas reivindicações feministas - “novas” para uma realidade específica (mas antigas se consideradas outras realidades); estudos sobre grupos étnicos, como ciganas; mulheres com incapacidades; comparação entre movimentos de mulheres de dois países distintos; panorama da educação superior; masculinidades.

Destaca-se nesse âmbito um trabalho que retomou a relação entre as organizações não governamentais e sua institucionalização, relação esta que foi chamada “negociação das instituições com as ONGs” - *NGOciation* -, termo que foi incorporado ao vocabulário em inglês e que não sei como será traduzido para o português.

2. Gênero, sexualidade, família e cidadania

Foram agrupados num segundo campo de análises. Os temas não revelam maiores novidades, exceto pelo fato de somarem maior número de informações.

3. Temas gerais

Um terceiro campo, tão variado, foi agrupado sob o título de temas gerais, no qual foram abordados:

- Gênero e manutenção do tradicionalismo na globalização;
- Efeitos da guerra sobre as mulheres; construção da paz; migrações pós-guerra; violência no corpo em época de guerra;
- Qualidade de vida na vida privada; fortalecimento das mulheres e lições globais para o bem estar;
- Diversas abordagens sobre igualdade de gênero;
- Feminismo transnacional e limites culturais.

Em síntese, variam as abordagens sobre gênero em várias partes do mundo, dentro de um mesmo país, e em respectivos momentos históricos. As temáticas buscam analisar situações locais vividas, específicas às regiões consideradas. Não há teorização de modo geral, embora as variáveis globalização e transnacionalização tenham entrado para o vocabulário feminista.

Globalização e teoria

Em *Feminism: ideas, movement, research*, Valentine Moghadam e Melissa Buehler (2010) consideram que a globalização é importante fator no ativismo pelos direitos femininos ao permitir solidariedade além das fronteiras.

Para elas, a internet leva ao que chamam de “*transnational activism*” ou “*cyberactivism*”. O ativismo transnacional funcionaria como uma estratégia:

Transnational activism has become a salient strategy for the attainment of women's rights and the extension of solidarity across borders, facilitated by globalization processes such as the internet, which allows for 'cyberactivism' and rapid communication across long distances in addition to face-to-face deliberations. It is carried out largely by an array of "transnational feminist networks" (MOGHADAM, 2005), many of which contributed to WID/GAD¹ scholarship and policy formulations on women and economic policy, women's human rights, and violence against women. "Global feminism", therefore, is the set of ideas inscribed in the international standards and norms to which women's groups around the world subscribe; and transnational feminist networks constitute a new form of international feminist solidarity and activism (ANTROBUS, 2004; FERREE and TRIPP, 2005; MOGHADAM, 2005; STIENSTRA, 2000) despite - or perhaps because of - its global reach" (MOGHADAM & BUEHLER, 2010).

Para Moghadam e Buehler (2010) a globalização, através da internet como instrumento, levaria a uma comunicação rápida, propiciando ações de solidariedade entre feministas, além da transferência de conhecimento econômico e apoio em questões de violência.

Em países democráticos é possível buscar inspiração em avanços tomando como paradigma soluções para problemas econômicos ou políticas públicas. Mas há um longo e diverso caminho entre as realidades nacionais. A globalização não destruiu valores e culturas nacionais e a internet é um importante instrumento, mas deve enfrentar a diversidade. No campo feminista, as resistências têm raízes profundas. É necessário mais do que a internet para modificá-las. Como feministas, podemos nos solidarizar com uma mulher condenada à morte por apedrejamento, talvez até mesmo retardar ou modificar sua pena. Mas essa solidariedade muda a lei do país onde esta condenação ocorre? Outras mulheres estarão livres de tal execução?

A globalização e a internet não são suficientes para transformações estruturais e mudanças profundas nos valores e comportamentos.

Na América Latina e no Brasil, em particular, os movimentos sociais tiveram até recentemente um papel protagonista nas mudanças, sobretudo quando havia um único (ou principal) oponente. Atualmente os movimentos perderam força e em alguns países até desapareceram. São várias as razões para

1 Estas siglas entendo que significam: WID/GID - Women and Development; Gender and Development.

este esfacelamento. Concordo com Schnabel (2010) em texto que ela apresentou na já citada reunião da ISA/RC32, intitulado *Movement needs more than the similarity of interests*.

Ao analisar as três ondas do feminismo Schnabel (2010) pergunta: o que está acontecendo ou vai acontecer com o movimento feminista? Ela mostra que as novas ideias feministas têm de enfrentar dois obstáculos: 1) superar uma visão não essencialista (afinal, não é mais questão discutir a diferença e concordamos que homens e mulheres são iguais); 2) verificou-se, contudo, que as diferenças *entre* as mulheres são mais sensíveis que suas semelhanças.

As diferenças entre as opções políticas tornam mais complicado construir uma “identidade de grupo”, pois as tensões, rejeições e diferenças políticas tendem a prevalecer sobre a mesma. Não se trata, assim, apenas da “opressão da mulher”, pois há maior distância entre o discurso feminista científico e a política.

Ou seja, torna-se muito difícil organizar um grande grupo de pessoas que tenham crenças semelhantes e disposição para a ação coletiva. Ou ainda, como criar um movimento social (ação coletiva) quando variam os interesses individuais ou entre os grupos feministas? Para Schnabel (2010), o problema maior na terceira onda do feminismo está no papel da ideologia e a dificuldade em conciliar a unificação política com a diferenciação da identidade.

Concluo que, atualmente, os movimentos sociais deixaram de funcionar, pois as diferenças ideológicas, os interesses dos grupos suplantam os interesses coletivos.

A violência contra a mulher é tema que até hoje não encontrou um razoável caminho para solucioná-la ou pelo menos reduzi-la. Mais uma vez temos inúmeros diagnósticos acadêmicos. Há mais de dois séculos nos debatemos com esse problema. Recentemente algumas tentativas de enfrentá-lo foram postas em prática. Conseguiu-se implantar em 1985, na estrutura policial, a Delegacia de Defesa da Mulher. No âmbito do legislativo, foi aprovada em 2006 a Lei Maria da Penha. A mídia divulga a existência desta Lei como se ela pudesse ser eficaz. Delegados, escrivães e mesmo advogados não conhecem a Lei Maria da Penha ou não sabem como aplicá-la (LEMOS, 2010). Os assassinos, violadores, agressores continuam circulando livremente, mesmo quando condenados (BLAY, 2008).

É recorrente ouvir da parte de policiais, delegados/as, juízes/as, e advogados/as que não adianta intervir nos casos de agressão à mulher porque ela retira sua queixa. Apresentam como incompreensível que as mulheres mantiveram silêncio por longo tempo ou que não persistem na acusação contra seus

agressores. Num precipitado julgamento, acusam e condenam as mulheres pela falta de coragem.

Analisemos estas afirmações nos distanciando e observando como os mesmos julgamentos são usados contra mulheres, embora em outros países e em circunstâncias de violência.

Parto de uma análise (COHEN & LEICHTENTRITT, 2010) feita com mulheres palestinas que se casam com homens árabes-israelenses (os quais têm cidadania israelense) e passam a viver em Israel. Os filhos tidos destas uniões adquirem a cidadania israelense. Mas as mulheres não. Elas vivem na clandestinidade. Estão com frequência sujeitas à violência por parte do companheiro e se calam. Por que o fazem? A resposta é simples: como vivem ilegalmente no país, se denunciarem, serão conhecidas como moradoras ilegais e deportadas. Perderão os filhos.

Orna Cohen e Ronit D. Leichtentritt (2010) aprofundam a análise das reações destas mulheres mostrando como na base do comportamento está uma relação de “poder” (LUKES, 1974; 2005). Estas mulheres desenvolvem o que Lukes chama de “falsa consciência”, ou seja, aquela que contribui para uma crença enganosa que é contrária ao interesse social de alguém e que contribui, em consequência, para uma posição desvantajosa para si ou para um grupo. Estabelece-se uma relação de poder ao nível micro e interno às famílias; o foco deixa de ser a comunidade para o indivíduo. É ao nível individual que se dá o impacto do poder.

Os indivíduos obedecem. As mulheres se sujeitam. Cohen e Leichtentritt (2010) explicam a sujeição feminina através da teoria de Lukes. Para ele, o “poder latente”,² a parte oculta do poder, é uma dimensão que pode ser observada através de atos, valores, crenças que moldam a vontade. É assim que os “mais fracos”, os que estão em situação vulnerável, acabam aceitando a condição *como* imutável, mesmo que contradiga seus próprios interesses.

O poder oculto está enraizado no contexto social; os valores e papéis sociais são construídos, internalizados e traduzidos em “papéis prescritos” - por exemplo, a mulher é vista como mãe. Mitos, superstições e a linguagem fortalecem a ordem

2 Lukes considera três níveis em que o poder opera: aberto, coberto e latente. **Poder aberto** - como, por exemplo, o poder do Estado, as leis, eleições, etc. **Poder coberto** - ocorre na relação entre o mais forte e o mais fraco, como quando um partido mais forte impõe as regras do jogo nem sempre visíveis, mas que lhe permitem dominar os outros. **Poder latente** - destaca “a parte oculta do poder, aquela que influi sobre a consciência e garante a obediência das pessoas à ordem social” (*apud* COHEN e LEICHTENTRITT, 2010, p. 541).

social. A “legitimidade social se cristaliza em certos consensos que são instilados na consciência das pessoas” (LUKES, 2010, p. 542).

Não é difícil reconhecer a semelhança entre os mecanismos do poder e a sujeição das mulheres agredidas. Mais ainda, os que proferem julgamentos apressados reproduzem a mesma versão do poder sobre as mulheres agredidas que não conseguem reagir. São os dois lados da mesma legitimação.

Cohen e Leichtentritt (2010), para entender o comportamento das “palestinas invisíveis”, recorrem à explicação de Handler (1990), que considera a dimensão psicológica do poder oculto mostrando como nos mais fracos atuam mecanismos de fatalismo, autonegação, indiferença, obediência e internalizam as crenças e valores dominantes que podem ser contrárias aos seus interesses.

Fazendo um paralelo com as mulheres brasileiras agredidas, basta lembrar as explicações que elas mesmas dão para suas situações: a “violência acontece com todos os casais”; “ele não era assim”; “foi a bebida”; “foi o ciúme”, “o desemprego”; “eu achava que ele ia mudar”, e assim por diante. Fatalismo e autonegação dos próprios direitos. Esta armadilha extrapola as vítimas, atinge aqueles que deveriam atender as ocorrências e evitar consequências fatais.

Ao modelar a consciência o “poder oculto” evita demandas e queixas, aceita a situação vivida como imutável, obedece à ordem vigente.

O conflito entre a realidade social e o interesse dos grupos ou dos indivíduos fica acobertado pelo exercício do “poder oculto”.

Concluo que o silêncio dos mais fracos não é a expressão de uma concordância voluntária de ser dominado, mas uma expressão de impotência.

As mulheres palestinas ou brasileiras são “realistas”, conhecem os limites de suas opções. Muitas pesam as consequências de suas ações (a deportação das palestinas e a perda dos filhos, a perda da casa, ausência de suporte financeiro, o desabrigo).

Palestinas ou brasileiras, as mulheres não encontram onde se apoiar para resistir à violência. Quando falam dos filhos, da casa, de não ter onde ficar, elas são realistas, e não subordinadas. As mulheres que voltam atrás não são covardes nem imprudentes. Vivem numa condição de impotência.

Romper a armadilha da violência é investir contra uma correlação de forças: interna e externa. É o desafio aos planejadores e às políticas públicas: preparar para que os resultados valham o preço a ser pago.

O feminismo na etapa contemporânea avançou nos diagnósticos, apontou problemas, não encontrou ainda os caminhos para enfrentá-los. Mas certamente superamos os entraves do passado ao reconhecer que é preciso encontrar soluções.

Referências

BLAY, Eva Alterman. *Assassinato de Mulheres e Direitos Humanos*. São Paulo: Editora 34, 2008.

COHEN, Orna.; LEICHTENTRITT, Ronit D. Invisible Palestinian women: you're not from around here. *International Sociology*. v. 25, n. 4, jul. 2010, p.539-599.

COSTA, Albertina. A promoção dos estudos da mulher: a experiência da Fundação Carlos Chagas. In: SEMINÁRIO-ENCONTRO DE ESTUDOS DE GÊNERO DA USP, 2001, São Paulo. São Paulo: NEMGE, 2001.

HANDLER, J.F. *Law and the search for community*. Philadelphia.PA.University of Pennsylvania (apud Cohen O. e Leichtentritt, R - 2010).

ISA - WORLD CONGRESS OF SOCIOLOGY. SOCIOLOGY ON THE MOVE. 2010. Gotemburg. *Proceedings...* Gutemburg: ISA-RC 32, 2010.

LEMONS, Marilda. *Alívio e tensão*. São Paulo: USP, 2010. Dissertação (Doutorado em Sociologia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

LUKES, Steven. *Power: a radical view*. London: Macmillan, 1974 (apud COHEN, O. e LEICHTENTRITT, R. 2010).

_____. *The Sources of Social Power*. New York: Palgrave/Macmillan, 2005 (apud COHEN, O. e LEICHTENTRITT, R. 2010).

MANN, Michael. *The sources of social power*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986 (apud COHEN, O. e LEICHTENTRITT, R. 2010).

MOGHADAM, Valentine M.; BUEHLER, Melissa J. *Feminism ideas, movement, research*. Sociopedia ISA, 2010.

SCHNABEL, Annete. Movement needs more than the similarity of interests. In: ISA - WORLD CONGRESS OF SOCIOLOGY. SOCIOLOGY ON THE MOVE, 2010. Gotemburg. *Proceedings...* Gutemburg: ISA-RC 32, 2010.

CADERNO ESPAÇO FEMININO: A LUTA PELA SOBREVIVÊNCIA CONTINUA

Vera Lúcia Puga

*Os leitores são viajantes; circulam nas terras
alheias, nômades caçando por conta própria
através dos campos que não escreveram..*

Michel de Certeau, -
A invenção do Cotidiano, 1994.

A História durante muitos séculos se construiu sob os olhares, o desejo e a pena do masculino. Foi uma História masculinizada, tendo como personagens os homens, os heróis, a história vista por eles. As mulheres nas sombras ocultas dos cantos das casas, nos quintais, nas cozinhas foram peças fundamentais para que discursos de viajantes as colocassem como apêndices das casas, como mães, donas de casa, esposas. Desta forma, não as iluminaram – propositalmente; na luta pelo poder e submissão feminina nos esgueiraram cada vez mais ao esquecimento, à menor importância.

Se algumas pesquisadoras jogaram luz sobre esses cantos e possibilitaram a fala a essas mulheres, foi ainda com muita luta que elas se tornaram visíveis e importantes para a História. Produtivas, mulheres que trabalhavam, eram médicas, aviadoras, construtoras, percentualmente em números bem menores que os homens, mas existiram. Como relata Diva Muniz:

Da invisibilidade à visibilidade que ainda se apresenta problemática - porque hierarquizada -, a inclusão das mulheres no discurso historiográfico

compreende um movimento cujo percurso se inscreve e se entrecruza com a dos feminismos contemporâneos com suas denúncias e críticas à dominação masculina, ao sexismo, ao uso político da diferença para criar/recrutar desigualdades de gênero (2010, p. 67).

Dar a “luz à mulher”, provar sua existência inteligente dentro e fora do espaço doméstico foi tarefa árdua para as feministas e pesquisadoras da História das Mulheres. Assim, na academia e na sociedade de forma geral fomos umas guerreiras e sobrevivemos a despeito dos discursos masculinos cujos atores eram os homens.

Nas academias as pesquisadoras se sentiram mais à vontade criando núcleos de pesquisa que se voltaram ao estudo sobre mulheres e depois sobre gênero. Conforme Blay,

a criação dos núcleos de estudos de gênero foi uma estratégia feminista para superar os entraves que as universidades faziam à entrada do tema mulher na academia. (...) Os núcleos se constituíram em formas de superação da burocracia nas universidades e em elementos necessários para construir legitimidade e dar status ao tema. Suas reflexões indicavam que os núcleos foram fundamentais para introduzir na academia o estudo de “temas-problemas” que diziam respeito “à vida cotidiana das mulheres”, e que essa tarefa continuava a identificação dos desafios atuais e a definição de uma nova agenda para os mesmos (2006, p. 36).

Segundo Costa, Sardenberg e Vanin (2010), foi no final dos anos 1970 que teve início a criação de Grupos de Trabalho e núcleos ligados a associações importantes e a grandes universidades como a Associação Nacional de Pós-Graduação (ANPOCS), o Grupo Mulher e Força de Trabalho na PUC-RJ, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), criado na Universidade Federal da Bahia, e outros tantos grupos de trabalho organizados em diferentes associações nacionais como a ANPED, ANPUH, ABA, ABRALIC, entre outras.

Desta forma também o NEQUEM - Núcleo de Estudos de Gênero, Violência e Mulheres - foi criado no início do ano de 1992 por um grupo de mulheres, professoras do antigo Departamento de Ciências Sociais (Cursos de História e Sociologia) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Em sua maioria, essas mulheres eram inicialmente militantes feministas ou simpatizantes das lutas por igualdade e justiça social entre homens e mulheres, e depois disso a luta acabou por ser ampliada pela inclusão de pautas como

homossexualidade, etnia e classe. Iniciou-se no Departamento de Ciências Sociais, mas após a criação acabou por agregar professores homens e mulheres de outras áreas do conhecimento tais como Letras, Psicologia, Educação, Enfermagem, entre outras.

O sentimento que tínhamos na época é que seria necessário criarmos um espaço próprio para que pudéssemos debater temas relativos às mulheres, suas diferenças e igualdades com os homens, as injustiças sofridas nos campos do trabalho, os preconceitos quanto as mulheres ocuparem os espaços públicos, os salários desiguais, a indiferença da academia quanto às temáticas que nos afligiam, as intolerâncias masculinas de nossos pares dentro da Instituição e fora dela, na sociedade de forma geral e em particular nas nossas casas enquanto pais, irmãos, namorados, maridos, filhos, etc. - que viam nossa saída do lar para o mundo público do trabalho como algo inadequado. Além disso, precisávamos de um espaço específico para nossos debates e encontros e incentivar nossos(as) estudantes de Graduação e depois do programa de Mestrado e Doutorado a pesquisarem as temáticas relativas às mulheres e relações de gênero.

Assim, a pequena sala arranjada com dificuldades, pois não existia interesse do coletivo para a cessão de espaço, os horários limitados para as discussões, foram motivos de olhares e risos de deboche detectados em várias ocasiões. As piadas inoportunas pelos corredores sugeriam sempre que essas temáticas debatidas por nós eram de menor importância diante da relevância de assuntos que envolviam os trabalhadores e patrões, as fábricas e empresas que aprisionavam as relações conflituosas do labor diário de uma classe sofrida. Assim, tivemos que sobreviver resistindo cotidianamente junto aos nossos colegas de trabalho que, da forma como agiam, acabavam por negar a nós a escolha de determinados objetos para a pesquisa. Trabalhar a casa, o cotidiano, casamento, educação, sexualidade, violência, prostituição, salários diferentes para cargos iguais, aborto, feminismo, desejo, virgindade, poder, menopausa, partidos políticos e a diferente participação de homens e mulheres, assim como de negros e brancos, entre tantos outros temas, foram e ainda são considerados por alguns como temas menores diante de uma classe maior, mais globalizante, a classe operária.

Descobrir que outras universidades públicas e particulares também estavam criando núcleos e discutindo estes temas era um bálsamo para nós, pesquisadoras e feministas. Conforme debatíamos, pensávamos na criação de um periódico capaz de levar para além dos muros da Universidade Federal de Uberlândia as ideias que clareavam em parte nossas dúvidas, servisse de veículo para

nossas angústias, ajudasse, em via dupla, a levar e trazer novos conceitos, capazes de mostrar caminhos, que pudessem refletir nossos “velhos” problemas, apontar possíveis soluções. Era necessário tornar visíveis pesquisas que continham temáticas como cotidiano, trabalho doméstico, violência, família, etc.

A superação de nosso isolamento viria com a criação de um núcleo multidisciplinar e de uma revista estruturada de forma tradicional em artigos, resenhas, biografias, entrevistas e dossiês. O financiamento assegurado institucionalmente nos garantiu que, através da gráfica da UFU e depois da editora da UFU (EDUFU), tivéssemos dois volumes anuais, um publicado no primeiro semestre e outro no segundo.

Segundo Peter Gay, as mulheres iniciam sua carreira de escritoras, ainda no século XIX, para, além das tarefas domésticas, serem enfermeiras, professoras, mães e esposas. Elas passam a escrever por dinheiro - com pseudônimos masculinos - artigos, poemas, romances, livros de viagens e de autoajuda, o que de certa forma recebeu críticas das colegas feministas que diziam do cunho popularesco daquilo que produziam, denunciando que a grande literatura ainda estava nas mãos masculinas. As mulheres deveriam, a partir daí, mostrarem competência para que pudessem deixar a imagem de “anjos domésticos” para “parceiras do homem”.

Dar visibilidade à mulher fora do lar, como “escrevinhadora”, como denominou Gay, era possibilitar sua entrada no mundo literário e enxergar sua competência: “é claro que a cruzada em prol do reconhecimento da competência da mulher foi um processo doloroso. Sem dúvida, poucos maridos abriam mão dos extraordinários privilégios que lhes eram reservados quase que por toda parte - sobre o dinheiro, filhos, atividades e até a própria vida da esposa” (1995, p. 369).

De lá para cá, após tantos anos as mulheres se encontram nas mais diferentes carreiras e profissões, mesmo as consideradas masculinas. Dados do INEP já traduzem em nossa sociedade atual um número muito maior de mulheres que homens tanto disputando vagas para o vestibular quanto nas matrículas e nos finais de cursos de graduação (RISTOFF et al., 2007). Se anteriormente elas estavam apenas nos cursos de humanas ou nos da saúde, concentradas em Enfermagem, hoje elas disputam vagas e se graduam nas áreas tecnológicas, ciências sociais aplicadas e também em Medicina. Mas essas mulheres continuam escrevendo, produzindo conhecimento acerca delas mesmas e das suas relações com os homens na sociedade. As mulheres, diferentemente dos seus parceiros masculinos, pesquisaram, observaram e

falaram muito sobre suas vidas, suas diferenças e lutas. Se os espaços para a escritura dessas pesquisas foram cavados tempos antes, hoje ainda precisamos de periódicos e de financiamentos capazes de dar vazão a tudo que necessitamos debater e transformar.

Em 1822 o francês Wright fez a seguinte observação em carta a um amigo: “ousou dizer que às vezes você se espanta com minha maneira independente de andar pelo mundo como se a natureza me tivesse feito de seu sexo, e não do da pobre Eva. Acredite em mim, querido amigo, a mente não tem sexo, a não ser aquele que o hábito e a educação lhe dão” (GAY, 1995, p. 306).

Provar a todo instante nossa capacidade não foi privilégio das mulheres do século XIX. No final do século XX e ainda no XXI somamos forças para continuarmos a existir, tentando desestabilizar essa cultura que nos orienta para a submissão e hierarquização entre os sexos masculino e feminino.

Neste ano de 2010 a revista “Caderno Espaço Feminino” completa dezesseis anos. Portanto, em 1994 lançamos o primeiro número da revista e, “orgulhosas”, apresentamos nossa criação nas cidades de Uberlândia e de São Paulo. Aprontamos a apresentação da revista com tudo que tínhamos direito. Lançamos em Uberlândia o número UM do Caderno Espaço Feminino (jan./jun. 1994). Ou seja, demos entrevistas na rádio, TV e jornal da cidade, convidamos os acadêmicos e pessoas do município para conhecerem o periódico em um clima de festa. Não paramos por aí; deslocamos-nos até a cidade de São Paulo - a convite de companheiras militantes, nos reunimos na casa Marquesa de Santos - onde foi lançado o Núcleo Marquesa dos Santos da PUC de São Paulo e a revista Caderno Espaço Feminino número um.

Nas discussões e apresentações em São Paulo ficou claro para nós, professoras da UFU, que não existiam atrasos nem ausências no NEGUEM. Estávamos, apesar de pertencermos à cidade interiorana mineira, debatendo e pesquisando questões que eram importantes tanto para nossas amigas e colegas das universidades maiores quanto para nós das gerais. Mulheres, gênero, violência, masculinidades, sexualidade, educação, entre tantos outros temas, nos uniam. Daí vimos que acertávamos por este caminho, no entanto, sabíamos que seria necessário muita luta para sobrevivermos dentro e fora da academia.

Se o NEGUEM - criado anteriormente - estava funcionando, atraindo novos adeptos dentro e fora da UFU, a revista agora teria que fluir. Nosso intento de abrangência maior dentro e fora da instituição estava sendo garantida aos poucos. Estudantes dos cursos de História, Artes Plásticas e Psicologia nos procuravam para serem orientados em monografias, trabalhos finais de curso

ou em projetos de Iniciação Científica. Pensando em nosso crescimento solicitamos ao Departamento de História - em 1995 - para criar a disciplina optativa 'História das Mulheres' e 'Relações de Gênero' no Curso de Psicologia da UFU. Esta disciplina era ministrada por professores que faziam parte do NEGUEM e nos garantiu a divulgação de nossas pesquisas dentro da instituição e, anos mais tarde, propiciou que estudantes de outras áreas do conhecimento nos procurassem para orientarmos suas dissertações de Mestrado e Doutorado.

Além da preocupação de incluir disciplinas que discutissem as questões relativas às mulheres e gênero, o NEGUEM iniciou a criação de uma biblioteca temática dentro do núcleo para subsidiar as pesquisas. Esta biblioteca só se tornou realidade graças às permutas realizadas com outros núcleos congêneres e outras universidades nacionais e internacionais, além das doações de pesquisadores(as) do grupo.

Pesquisar, ministrar disciplinas, orientar trabalhos eram atividades cotidianas dos(as) ativistas do NEGUEM. No entanto, não paramos de crescer. Acabamos por nos tornar referência na sociedade local e instituições e órgãos nacionais. Desta forma passamos a ter representantes em Conselhos, comitês, associações e programas como Conselho Municipal da Mulher, SOS Mulher Família, Comitê de Mortalidade Materna e CONDECID - Defesa dos Direitos da Cidadania e Programa Pró-Equidade de Gênero.

Ainda nos anos 1990, sob a liderança de professores do NEGUEM e mais estudantes dos cursos de História, conseguimos receber do Arquivo Geral do Fórum Abelardo Penna de Uberlândia o acervo de processos que lotavam seus espaços. A Universidade Federal de Uberlândia, através do Centro de Documentação e Pesquisa em História, recebeu por volta de 15.000 processos (áreas cível e criminal) que geraram teses, dissertações, monografias e trabalhos de Iniciação Científica, além de receber financiamento de órgãos de fomento como o CNPq e a FAPEMIG.

Desenvolvemos também, nas semanas comemorativas do Dia Internacional da Mulher, debates, encontros, palestras, mini-cursos com temáticas ligadas às questões feminino-feministas e de gênero para um público interno da universidade e também para um público externo, pessoas ligadas às escolas públicas de ensino fundamental e também estudantes e professores(as) de Faculdades isoladas de Uberlândia e região. Nos oito de março as escolas da rede pública, sabendo de nosso trabalho, nos convidam para palestrar junto a estudantes do ensino fundamental e médio. Não perdíamos a oportunidade. Se existia a chance de sermos ouvidas seja no centro da cidade ou nas periferias,

marcávamos nossa posição e conversávamos com as crianças, adolescentes e seus(suas) professores(as).

Com objetivos específicos de desenvolver pela pesquisa temas relevantes sobre a condição feminina e relações de gênero; propor junto aos departamentos da UFU a oferta de cursos e disciplinas sobre a temática da mulher e gênero; promover seminários, conferências e encontros que possam viabilizar o debate acerca desses temas; estabelecer intercâmbios e participar de reuniões promovidas por associações, grupos e entidades nacionais e estrangeiras visando maior integração de conhecimentos e participação na definição de políticas públicas que garantam às mulheres formas de não discriminação sexual, vida sem violência, saúde, educação e tratamento igualitário na sociedade de forma geral e divulgar resultados de estudos e pesquisas desenvolvidos pelo núcleo, o NEGUEM, nos seus dezoito anos de existência, sobrevive gerando conhecimentos, debates e oportunizando transformações reais na sociedade em que está inserido, solicitando dos sujeitos que interagem com o núcleo, em seus cursos, colóquios e debates a tolerância às diferenças, assim como a igualdade entre os sexos.

Mesmo com todas essas atividades desenvolvidas nasceu entre as pesquisadoras a “famosa” dicotomia entre academia (teoria) e a sociedade (prática). O pensar a pesquisa como superior, tendo um patamar acima de outras atividades - como ensino e extensão - foi e ainda é realidade em nossas instituições. Já conhecemos essa distinção. Os muros físicos que separam a universidade são precedidos de cercas mentais e morais. Misturar movimento social, lutas políticas e teoria nunca foi o forte das universidades.

Como podemos verificar, a revista *Caderno Espaço Feminino* só se consolidou nestes dezesseis anos por causa do núcleo e pelo trabalho incansável das pessoas que integraram o NEGUEM. Com tiragem de mil exemplares inicialmente conseguimos colocar a revista nacional e internacionalmente fazendo permutas e vendendo números isolados para um público seletivo de pesquisadores(as), professores(as) e estudantes.

Com um trabalho coletivo, dividido entre os(as) pesquisadores(as) do NEGUEM, o Conselho Editorial inicia seus trabalhos pensando nas temáticas possíveis do próximo número, seleciona textos, envia para ‘pareceristas’ internos e externos, aguarda retornos, recebe-os de volta, ordena-os de forma a darem um corpo específico à revista, diagrama, escolhe capa, corrige ortografia, visita inúmeras vezes a gráfica e a editora da instituição, entra na fila de espera da produção, enfim o novo número/volume fica pronto. É o grande momento

de distribuição pelos correios, custos ainda subsidiados pela universidade. O restante fica a critério de todos(as) pesquisadores(as) do NEQUEM que participam de seminários, congressos, simpósios e carregam consigo vários exemplares para propagar nossa revista e as ideias ali presentes.

Estar dentro de uma instituição pública que viabiliza a publicação de nossas revistas é um fator bastante positivo; por outro lado crescem os problemas que encontramos no dia a dia desde a criação de cada exemplar e número, conselhos editorial e consultivo, capas, diagramação, correção ortográfica, excesso de tabelas, gráficos e, finalmente, a distribuição de cada número. As mudanças que a cada ano surgem por aqueles que nos avaliam acabam por nos derrotar e fazer com que apenas poucos periódicos consigam receber os almejados “As” nacionais e internacionais. Cada nuance destas transformações exigidas nos desnorteiam e nos deixam nas mãos das instituições públicas. As exigências quanto a indexadores, a classificação dos periódicos pelo Programa Qualis da CAPES faz com que haja uma corrida pela “qualidade” e por itens cada vez mais difíceis de se alcançar para se ter apoio financeiro, assim como para possuir abrangência nacional e internacional, publicar resultados de pesquisas inéditas e textos originais.

As Instituições que ora nos financiam, as universidades, são grandes elefantes brancos, hierarquizados, vagarosos nas decisões, incapazes de instituírem uma política de distribuição nacional e internacional que seja eficaz. E mais, as próprias revistas têm seu tempo próprio, nem sempre recebem um conjunto de textos publicáveis em dossiês ou grupos temáticos. Assim, espera-se pacientemente que se formem novos grupos de artigos que tenham sentido no seu conjunto.

De acordo com Minella (2010), algumas dificuldades enfrentadas nas publicações são geradas pelo número pequeno de integrantes dos núcleos, há dificuldade em manter-se a periodicidade e a distribuição dos periódicos e a questão grave que é a de financiamento, entre outras apontadas pela autora. As pesquisadoras não têm o tempo devido para se dedicarem aos núcleos e às revistas. Desta forma, além de poucas pesquisadoras, dividir o tempo entre salas de aula, orientações, pesquisas, extensão, produção e atividades administrativas não são tarefas das mais fáceis.

Produzir revistas com qualidade, com capas/involúcos estimulantes aos olhos dos consumidores igualmente não é tarefa fácil. Graças a artistas plásticos que doam seus trabalhos, as capas de nossas revistas têm recebido cores e formas interessantes. Mas e a diagramação e correção ortográfica, como

ficam? Sem financiamento específico não temos como pagar pessoas que entendam das tarefas especiais, assim ficamos nas mãos e na fila da gráfica e da editora institucional e dependemos da boa vontade de colegas ou estudantes das Letras para a correção da ortografia.

Além de tudo isso nossas revistas apontam para questões relacionadas às mulheres, relações de gênero e, apesar de poderem teoricamente interessar a muitas áreas do conhecimento, fogem àquelas que se definem à priori como das áreas humanas, das letras, da área tecnológica, assim por diante, o que dificulta ainda mais a venda. Nem todas as livrarias as recebem para que sejam expostas em suas prateleiras. Ainda é bom lembrar que as nossas universidades públicas não emitem notas fiscais, o que também limita nossa distribuição.

Parece que negativamos tudo. Não é bem assim. Sabemos que temos saídas e para isso seria necessário contar com os órgãos de fomento, como o CNPQ, CAPES, com a FAPEMIG, no caso de Minas Gerais, com a SPM (Secretaria de Políticas para as Mulheres) e que pudessem diferenciar as formas de financiamento dos nossos periódicos pois, afinal, não se pode pensar em criação de políticas públicas sem que os problemas apontados por nossas pesquisas tenham visibilidade. E as denúncias, as diferenças, os preconceitos só são conhecidos e reconhecidos quando pesquisamos, escrevemos, debatemos e damos a conhecer esses resultados pelos periódicos. Deste modo algumas revistas poderão receber, por exemplo, financiamento apenas para a distribuição, outros para a diagramação, correção ortográfica e distribuição, outros para o seu financiamento completo.

Conforme descortinamos nossos objetos de pesquisa nos é possível darmos cursos, participarmos de colóquios e simpósios levando nossas ideias, mas aquilo que escrevemos viaja por territórios nem sempre atingidos pelos congressos. O financiamento de pesquisas não se torna produtivo se não divulgarmos nossos resultados. Sabemos de inúmeras teses, dissertações e outras pesquisas acorrentadas nas prateleiras de nossas bibliotecas como grandes “elefantes brancos” que não servem àquilo que sempre pretendemos, ou seja, temos como objetivo a transformação da sociedade em que vivemos.

Assim, tornam-se de importância fundamental os cursos em nível de especialização ou mesmo cursos de extensão, mais rápidos, para atingir nossos objetivos. Os(as) professores(as) de escolas públicas do ensino fundamental e as faculdades e universidades dentro do município ou no entorno dele são os *locus* privilegiados para **O** conhecer e **O** transformar social.

Além da publicação de nossos vários periódicos, algumas propostas nos parecem louváveis, como é o caso da publicação pelo MEC/UNESCO do volume OLHARES FEMINISTAS - em 2009 - na Coleção Educação para Todos. Este volume reúne vinte artigos sobre estudos feministas e de gênero publicados nos últimos vinte anos em quatro das revistas nacionais¹ que trabalham estas temáticas. O intuito desta publicação é bastante claro: levar aos(as) professores(as), aos(as) gestores(as) e à sociedade de forma geral as discussões sobre questões relacionadas ao preconceito contra as mulheres e desta forma poder ter esperanças que os debates possam se dar no ensino fundamental e na sociedade, e que possamos modificar, enfim, esta mesma sociedade tornando-a mais justa, menos desigual. Deste modo, na apresentação do volume Olhares Feministas, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação propõe fazer da educação e das escolas

... um canal de transformação da sociedade - um desafio que se impõe a todos os povos e nações contemporâneas interessadas em promover a diversidade e a justiça social. Para isso, é preciso fazer do ambiente de educação - seja ele a escola, a universidade ou as organizações responsáveis por sua gestão - o lugar em que essa transformação é gestada e disseminada. Ao mesmo tempo, há que se ampliar e fazer circular o debate e a produção de conhecimentos sobre racismo, homofobia e sexismo, sobre o preconceito intergeracional, regional e cultural, e sobre as diferentes formas de discriminação e intolerância (MELO; PISCITELLI; MALUF e PUGA, 2009, p. 7).

Há necessidade de se criar obrigatoriedade para se fazer constar no debate cotidiano as questões de gênero. Para as inclusões de raça/etnia, dos portadores de necessidades especiais e de tantas outras questões importantes leis e estímulos governamentais foram criados para que pudessem propiciar o “pensar” acerca destes temas. Por que não introduzir Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade em todos os currículos dos cursos de graduação no país? Criar disciplinas que possam dar conta dos debates sobre gênero e inclusão, tolerância? Se não,

1 Cadernos Pagu (UNICAMP), Revista Estudos Feministas (UFSC), Revista Gênero (UFF) e Caderno Espaço Feminino (UFU).

por que não pensar pelo menos na formação de professores? Não são eles que estarão presentes nas salas de aula do ensino fundamental e médio? Para Costa, Sardenberg e Vanin,

dessa cadeia de ações, o primeiro elo é o da formação dos profissionais da educação, uma vez que o(a) docente é o principal agente na efetivação das outras ações. Ao se ter consciência da importância dos profissionais de educação no processo de socialização - enquanto formadores de sujeitos - não se poderia deixar de debater a inclusão, de fato, da discussão de gênero articulada com outras categorias, a exemplo de raça/etnia, sexualidade, geração, classe, etc. nos currículos oficiais dos cursos de formação dos profissionais da educação. Infelizmente, muitos projetos políticos e pedagógicos de cursos, ao não atenderem esta orientação, inviabilizam as questões de gênero, sexualidade, geração e outras que constituem o cerne das relações sociais, econômicas, políticas e culturais das sociedades contemporâneas onde os(as) profissionais com graduação superior irão atuar. Ou seja, as instituições de ensino superior precisam oferecer respostas imediatas para as questões resultantes do surgimento dos novos padrões de sexualidade, violência no cotidiano doméstico, transformações nos papéis e relações de gênero e seus reflexos na família. Em consequência, os currículos não contemplam disciplinas ou componentes curriculares que “centralizem” essas discussões. Tal constatação faz surgir dúvidas e questionamentos acerca dos arcabouços teóricos e metodológicos que são construídos por esses profissionais e se, de fato, permitem uma visão crítica da atualidade e que lhes possibilita atuar positivamente na construção de uma sociedade pautada na equidade e democracia (COSTA; SARDENBERG e VANIN, 2010, p. 66-67).

Parece-me, enfim, que é nas escolas, nas idades menos tenras, menos maduras que se fincam os (pré)conceitos. Portanto é lá, junto aos estudantes, que devemos nos deter a ensinar a TOLERÂNCIA. O aprendizado da tolerância se faz pouco a pouco, ela é uma construção, uma conquista. Na verdade, devemos reavaliar nossas convicções e deixar espaços para que o pluralismo possa existir. Aprender a tolerar significa mais que compreender o diferente, mais ainda: não impedir que ele viva, mas a etapa decisiva de nosso aprendizado está em reconhecer o direito ao erro, o direito de cada um em escolher sua

própria forma de viver e em que acreditar e preferir. A lógica da diferença não deveria levar necessariamente à hierarquia, à desconfiança, ao ódio, à exploração ou à violência. Para Hérítier

tolerar é, portanto, aceitar a ideia de que os homens não são definidos apenas como livres e iguais em direito, mas que todos os humanos sem exceção são definidos como homens. Sem dúvida é aí que reside o fundamento de uma hipotética ética universal, com a condição - que comporta consideráveis condições - de que haja uma tomada de consciência individual e coletiva, uma vontade política internacional e o estabelecimento definitivo de sistemas educacionais que ensinem a não odiar (2000, p. 27).

Ensinar a tolerar é tarefa difícil. Principalmente se imaginarmos que existe uma tênue fronteira entre a tolerância e a indiferença. Respeitar todas as coisas não significa ser indiferente a tudo. Não podemos permitir violências escondidas atrás de preceitos religiosos ou por culturas consideradas exóticas, diferentes e que escondam preconceitos, hierarquias e que sustentem as exclusões, as rejeições, os racismos.

Conforme Perrot,

a tolerância tem limites além dos quais sua virtude pacificadora torna-se culpada de indiferença, de justificativa de passividade e de cumplicidade ante o intolerável. (...) O intolerável desencadeia, de fato, toda uma série de questões. Primeiro, a da variação de sua graduação, no tempo e no espaço, que levanta problemas do âmbito da sensibilidade e até das diferenças culturais. Exemplo extraído do passado: quando, lá pelo final do século XVIII, o espetáculo dos suplícios tornou-se intolerável, tanto para as pessoas esclarecidas como para o povo, foi preciso encontrar outras formas de punição mais escondidas, mais dissimuladas no corpo social. 'Punir menos para punir melhor', dizia Beccaria, pai da nova penalidade, enquanto na França e na Inglaterra as 'revoltas do patíbulo' tornavam problemática a prática dos castigos corporais. Caso bem-sucedido de uma mutação de sensibilidade, registrado durante o movimento do Iluminismo. Exemplo atual: a extração do clitóris, denunciada pelas mulheres ocidentais como um atentado inadmissível à integridade física das mulheres, é não somente aceita, como defendida por outras culturas. Pode ser permitida em nome da diferença? (2000, p. 111-112).

Temos denunciado sempre as barbaridades ocorridas dentro e fora do país entre os sexos. Pela fala ou pelos periódicos os(as) pesquisadores(as) têm

dado visibilidades às mais diferentes situações de opressão, violência, intolerância e exclusão. A revista Caderno Espaço Feminino completa, no ano de 2010, vinte e quatro volumes nos seus dezesseis anos de existência. Todos eles dedicados a estas causas. Precisamos continuar. Precisamos sobreviver. Para revistas diferentes: fomentos diferentes.

Referências

BLAY, Eva. Núcleos de Estudos da Mulher X Academia. 1. ed. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. *Encontro Nacional Pensando Gênero e Ciências Núcleos e Grupos de Pesquisa*.

COSTA, Ana Alice Alcântara.; SARDENBERG, Cecília Maria B. e VANIN, Iole. A institucionalização dos estudos feministas e de gênero e os novos desafios. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. *Pensando Gênero e Ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas - 2009, 2010*.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HÉRITIER, Françoise. O Eu, o Outro e a intolerância. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise. (dir). *A Intolerância*. Academia Universal das Culturas. Foro Internacional sobre a Intolerância. UNESCO, La Sorbonne, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MELO, Hildete Pereira de.; PISCITELLI, Adriana.; MALUF, Sônia Weidner e PUGA, Vera Lúcia *Olhares Feministas*. Brasília: Ministério da Educação/ UNESCO, 2009, p. 07.

MINELLA, Luzinete Simões. Publicações Feministas no contexto da globalização: diálogos “locais” e “globais” sobre políticas e avaliação. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010. *Pensando Gênero e Ciência. Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisas - 2009, 2010*.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. Mulheres na historiografia brasileira: práticas de silêncio e de inclusão diferenciada. In: STEVENS, Cristina.; BRASIL, Kátia Cristina Tarouquella.; ALMEIDA, Tânia Mara Campos e ZANELLO, Valeska. (orgs.). *Gênero e Feminismos: convergências (in) disciplinares*. Brasília: Ex Libris, 2010.

PERROT, Michelle. O Intolerável. In: BARRET-DUCROCQ, Françoise. (dir). *A Intolerância*. Academia Universal das Culturas. Foro Internacional sobre a Intolerância. UNESCO, La Sorbonne, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

RISTOFF, Dilvo et al. (orgs.). *A Mulher na Educação Superior Brasileira*. Brasília: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

DISCUTINDO GÊNERO NA ESCOLA: POR UMA ABORDAGEM CIENTÍFICA E INTERDISCIPLINAR

João Renato Nunes

Apresentação¹

Este trabalho faz parte das atividades pedagógicas da Escola de Referência em Ensino Médio Oliveira Lima (EREM - Oliveira Lima) localizada no município de São José do Egito, Sertão do Estado de Pernambuco. Surgiu diante do grande número de casos em nosso estado de violência contra a mulher, dos preconceitos e tabus relacionados ao gênero e à vida doméstica fortemente presentes na tradição da região do sertão pernambucano e da falta de tratamento pedagógico sistematizado pela escola no que se refere à discussão de Gênero (NUNES, 2009).

Sentimos a necessidade de organizarmos um projeto pedagógico que desse um tratamento científico e interdisciplinar à discussão de gênero, pois identificamos que as atividades pedagógicas hoje presentes na escola sobre esse tema resumem-se a discussões românticas e superficiais em momentos ditos “festivos”, em datas comemorativas de 8 de Março - Dia Internacional da Mulher - e Dia das Mães.

A partir dessas constatações construímos o projeto *Discutindo Gênero na Escola: Por Uma Abordagem Científica e Interdisciplinar*, desenvolvido por um grupo de alunos do 1º ano do Ensino Médio D e G da referida escola no

1 Gestor: Acidália de Lourdes Pessoa Xavier de Siqueira; número de turmas/alunos da educação integral - total: 14/552 - 1º Ano: 07/279, 2º Ano: 07/273; número de professores da educação Integral: 19; nível de ensino: Ensino Médio Semi-Integral.

segundo semestre do ano letivo de 2009, apresentado à escola e à comunidade no I Encontro de Ciências, Tecnologias e Artes da EREM - Oliveira Lima, coordenado pelos professores João Renato Nunes, da disciplina de Educação Física, e Karla Cibélia Lira Gomes, da disciplina Língua Estrangeira (Inglês).

A experiência tomou como bases o Método Didático da Prática Social Saviani (2007, p. 70, 71 e 72) e a Experiência Pedagógica *A Violência Doméstica e Sexista em Jogo* (NUNES, 2009).

O Método Didático da Prática Social é um método proposto por Saviani (2007) que possui cinco passos: 1) a prática social como ponto de partida; 2) problematização; 3) instrumentalização; 4) catarse e 5) retorno à prática social.

O primeiro momento foi caracterizado pelo ponto de partida - O ponto de Partida é a *prática social*; a realidade na qual vive o aluno, seus sentidos, sua percepção do vivido e necessidades. O segundo momento esteve relacionado à problematização - trata-se de detectar que questões precisam ser resolvidas no âmbito da prática social e, em consequência, que conhecimento é necessário dominar; A instrumentalização é o terceiro momento e diz respeito à apropriação dos instrumentos teóricos e práticos necessários ao equacionamento dos problemas detectados na prática social. O quarto momento – catarse - trata-se da efetiva incorporação dos instrumentos culturais, transformados agora em elementos ativos de transformação social. Sobre o retorno à prática social, quinto e último momento, cabe dizer que ocorre

com a construção do conhecimento sintetizado sobre a realidade, reduzindo-se a precariedade da parcela de síntese existente anteriormente, transformando-a em algo mais rico e orgânico. A prática social é transformada num espaço pedagógico pautado pelo diálogo entre os participantes, e, sobretudo, entre os níveis e tipos de pensamentos. Este diálogo que acontece o tempo todo deve contribuir para que o pensamento persiga o seguinte caminho: primeiro, perceber e denotar; segundo, intuir e conotar; terceiro, raciocinar e criticar; e quarto, sentir e criar. A prática social referida no primeiro e no último momento do método didático passa por uma alteração qualitativa.. (TAFFAREL, 2002)

Objetivos

- ◆ Aproximar os estudantes envolvidos, a escola e a comunidade de uma abordagem científica de análise e discussão do tema Gênero partindo das problemáticas da violência doméstica e sexista, assim como desigualdades de gênero;

- ◆ Aproximar os estudantes de instrumentos científicos de método, coleta e análise de dados;
- ◆ Discutir Gênero tomando a prática social como ponto de partida e de chegada da reflexão - ação - reflexão desenvolvida pelos alunos;
- ◆ Analisar, compreender e explicar como se dão as relações entre os seres humanos em geral, e entre o homem e a mulher em específico na sociedade capitalista;
- ◆ Desenvolver atividades na comunidade que evidenciem a importância e a necessidade da luta organizada pela igualdade de gênero.

Metodologia

Adotamos o Método Didático da Prática Social (SAVIANI, 2007) como instrumento pedagógico. Fizemos esta escolha porque achamos que esse método possibilita uma abordagem pedagógica do conhecimento que ultrapassa as formas de tratar o conhecimento - em geral - na escola, que atualmente são marcadas pela separação entre teoria e prática, pela separação do pensar e do fazer, pela alienação. Este método toma a práxis como princípio educativo, isto é, uma reflexão que gera uma ação refletida na realidade como ação educativa emancipadora. Dessa forma, o projeto trilhou o seguinte caminho:

A prática social - A experiência partiu das problemáticas de gênero suscitadas nas discussões do conteúdo 'Jogo', vivenciadas no 3º bimestre na disciplina Educação Física, em que discutimos os preconceitos de gênero presentes na vida doméstica a partir da análise dos jogos populares: Casinha e Terezinha de Jesus. Eu (João Renato Nunes, professor de Educação Física) e Karla Cibélia Lira Gomes (professora de Inglês) nos juntamos e organizamos um grupo de 11 alunos (sendo 10 mulheres e 1 homem) que tinham o interesse em participar da construção do projeto e demos início à sua sistematização. O grupo envolvido no projeto foi o seguinte: Andréia Pereira Cardoso - 1º G, Maria Mônica Carvalho - 1º G, Duana Deys Gonçalves - 1º G, Érika Rejane Ferreira - 1º G, Fabiana Pereira Leite - 1º G, Jéssica Mayara Leite - 1º G, José Eudes de Lima - 1º G, Maria Naiara Bezerra - 1º D, Midyam Maelly da Silva - 1º D e Tereza Gabriela Santos - 1º D.

Problematização - Identificamos (Professores\estudantes) como questões norteadoras para essa pesquisa, isto é, problemáticas presentes na realidade que precisávamos, dá uma resposta científica para elas, as seguintes: a) Como se dão as relações entre os seres humanos em geral, e entre o homem e

a mulher em específico, na sociedade capitalista? b) Quais as principais causas da violência doméstica e sexista? c) Qual o panorama mundial, nacional, estadual e local com relação à violência doméstica e sexista? d) O que tem sido feito para mudar esse quadro? e) O que pode ser feito para mudar esse quadro?

Instrumentalização - Após a identificação das questões norteadoras partimos para o terceiro passo fazendo o seguinte questionamento ao grupo de estudantes envolvidos: Quais são os conhecimentos necessários para que possamos responder às problemáticas identificadas/presentes nas questões norteadoras? Discutimos e identificamos os seguintes conhecimentos que precisávamos dominar para nos instrumentalizarmos para a compreensão e resolução das problemáticas presentes na pesquisa: a) Conceito de Gênero; b) História das Lutas feministas; c) Dados sobre a violência doméstica e sexista no Mundo, no Brasil e em Pernambuco; d) Lei Maria da Penha; e) Modo de Produção e Modo de Vida; f) Conhecimento científico e a ciência.

Após a identificação dos conhecimentos, organizamos grupos de estudos para pesquisar e montar seminários sobre cada conhecimento necessário e apresentar para todo o grupo do projeto. Cada grupo socializava seu trabalho em um encontro que organizávamos duas vezes por semana (Terça e Quinta) no contra turno dos alunos. Nesse momento do trabalho organizamos um questionário sobre a violência contra a mulher no município de São José do Egito e aplicamos este questionário com moradores da zona rural e da zona urbana do município. Segue em anexo o questionário (Anexo I) e os dados da pesquisa (Anexo II). Após a aplicação desse questionário, fizemos uma entrevista com o delegado - na delegacia da cidade - e com o promotor - no fórum da cidade - sobre a violência doméstica e sexista (seguem em anexo as entrevistas - Anexo III). Além disso, exibimos e discutimos o filme *A cor Púrpura* (The Color Purple) (Sinopse no Anexo IV) e entramos em contato com a Secretaria Especial da Mulher de Pernambuco e com o Fórum das Mulheres de Pernambuco para nos fornecerem dados com relação à violência contra a mulher no estado e material de divulgação de ações destas duas instituições para distribuírmos na escola e na comunidade.

Catarse - Nessa fase do projeto organizamos a apresentação da pesquisa para ser apresentada no I Encontro de Ciências, Tecnologias e Artes da escola. Construímos pôsteres com dados e conclusões da pesquisa de campo, confeccionamos painel com gravuras e frases em inglês sobre o filme e cubos com fotos de mulheres em diferentes situações, montamos um painel com os pontos principais do filme.

Prática Social – O material foi apresentado na Mostra de Ciências da escola, no 5º Prêmio de Igualdade de Gênero. Houve também a sistematização de um grupo de estudos permanentes na escola, distribuição de material da Secretaria Especial da Mulher do Estado de Pernambuco (Cartazes da Ouvidoria Especial e folderes informativos) e sistematização de projeto de preparação dos alunos para participar do *Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero Ano III*.

Potencial de impacto

Identifico como Potencial de Impacto do projeto:

- ◆ A aproximação dos alunos da discussão de desigualdades de gênero;
- ◆ A mobilização de professores, alunos, gestão e comunidade em geral para a necessidade de discutir, formular e aplicar ações que ataquem a violência doméstica e sexista em suas raízes;
- ◆ O destaque, na escola, da necessidade de discutir criticamente a questão das desigualdades de gênero;
- ◆ A demonstração, a partir de uma experiência concreta, da possibilidade de discutir a temática Gênero em qualquer disciplina escolar de forma crítica e emancipatória.

Resultados imediatos (esperados\alcançados)

- ◆ Considerável ampliação do conhecimento dos alunos envolvidos no projeto com relação à questão de gênero;
- ◆ Domínio de conhecimentos básicos de instrumentos, coleta, análise e exposição de pesquisa científica;
- ◆ Organização de um grupo de estudos da temática gênero na escola EREM - Oliveira Lima;
- ◆ Reconhecimento da comunidade escolar e da comunidade em geral da importância do projeto desenvolvido pela escola;
- ◆ Reconhecimento da necessidade de desenvolver outras atividades pedagógicas e políticas de mobilização da comunidade escolar e da comunidade em geral para o enfrentamento do problema da violência doméstica e sexista;
- ◆ Início de mobilização da comunidade escolar e da comunidade em geral para a criação de uma coordenadoria especial de políticas para a igualdade de gênero no município de São José do Egito.

Conclusões da pesquisa

Após as discussões nos grupos de estudos, da análise dos questionários e das entrevistas, chegamos às seguintes conclusões provisórias com relação ao tema:

- ◆ As pessoas desconhecem a realidade local com relação à violência doméstica, fato este evidenciado nos dados coletados pelo questionário aplicado em confronto com os dados coletados em entrevistas com o delegado e o promotor do município;
- ◆ Com relação às causas sobre a violência contra a mulher, a maioria das pessoas acha que as drogas e o ciúme são as principais causas deste tipo de violência. Contudo, fatores como a falta de acesso às condições básicas para a existência (moradia, trabalho, alimentação, saúde, educação, etc.) e relações de opressão, dominação, competição e submissão dominantes na sociedade capitalista têm um papel determinante para a violência doméstica e sexista;
- ◆ A maioria das pessoas que respondeu o questionário disse que os homens são os responsáveis pela violência contra a mulher, mas as más condições de vida das pessoas, as relações de opressão e dominação presentes na sociedade capitalista e a falta de políticas públicas para acabar com as desigualdades sociais têm maior responsabilidade por esta questão. Colocar a responsabilidade no homem ou no homem e na mulher pela violência doméstica é uma forma de desresponsabilizar o estado pelo problema e esconde as determinações da sociedade capitalista no modo de vida das pessoas;
- ◆ A maioria das pessoas desconhece a lei 11.340\06;
- ◆ A maioria das pessoas desconhece as ações executadas para resolver a situação como palestras, campanhas, políticas públicas e Leis, mesmo sabendo que essas ações não são suficientes;
- ◆ Os entrevistados sugeriram como ações para mudar esse quadro: a denúncia por parte da mulher, o diálogo entre o casal, realização de campanhas de esclarecimento, punições severas e endurecimento da lei.

Nas condições do momento histórico que vivemos essas parecem ser as ações mais prováveis de serem executadas em curto prazo. Mas para que a violência contra a mulher e outros tipos de opressão sejam extintos são necessárias mudanças profundas no modo como a humanidade produz sua existência, que atualmente é norteadada pela dominação e opressão do homem pelo homem, da mulher pelo homem e da natureza pelo homem.

Conclusões sobre o projeto

Com base nas experiências desenvolvidas no Projeto “Discutindo Gênero na escola: por uma abordagem científica e interdisciplinar” e dos seus resultados, concluímos que:

- ◆ Os alunos tiveram significativa ampliação dos conhecimentos com relação à temática Gênero devido à abordagem do projeto de pensar e agir na e a partir da prática social;
- ◆ Os alunos tiveram a oportunidade de aproximar-se de uma experiência científica na escola com relação à discussão da temática gênero e violência doméstica e sexista fazendo discussões, pesquisa de campo, análise de dados, aproximação do método científico, vivenciando atividades e produzindo textos, uma experiência interdisciplinar. Contudo, tem-se a necessidade de desenvolver mais atividades pedagógicas que tratem cientificamente da temática gênero;
- ◆ A escola precisa desenvolver atividades que tomem a prática social como ponto de partida e de chegada da prática pedagógica articulando as ações pedagógicas com a prática social dos alunos e com os movimentos de lutas sociais. Pois só desta forma a escola e os conhecimentos tratados nela serão significativos para os alunos;
- ◆ Faltam experiências críticas na escola que discutam a temática gênero. Isso acontece devido à falta de material didático que trate dessa temática e de experiências pedagógicas exitosas que auxiliem os professores a desenvolverem outras atividades pedagógicas com esse tema;
- ◆ Outros fatores que determinam a falta de experiências pedagógicas nas escolas sobre a questão de gênero são a debilidade da formação do professor, currículo e políticas educacionais que privilegiam a ‘decoreba’ para o vestibular ou uma formação técnica ao invés de uma educação para a emancipação humana;
- ◆ Identificamos a necessidade urgente das escolas sistematizarem atividades interdisciplinares que discutam crítica e cientificamente o tema gênero na escola e que superem as atividades esporádicas, idealistas e acrílicas que não contribuem na formação dos alunos (NUNES, 2009, p. 82).

Conclusões dos alunos

A aluna Fabiana Pereira Leite, do 1º ano G, contribuiu também com o seu relato:

Participar do projeto dos professores João Renato e Karla Cibélia foi muito gratificante para mim, pois antes de participar dessa atividade escolar tinha um conhecimento muito elementar com relação à violência doméstica e sexista e sobre as discussões que envolvem as diferenças de gênero. O trabalho foi muito importante para mim, principalmente pelo reconhecimento da comunidade com relação à importância de discutir este tema na escola. O dia da apresentação do trabalho vai ficar guardado comigo para sempre, um dia muito importante da minha vida, pois não há alegria maior do que passar o que você conhece para as outras pessoas [sic].

Maria Mônica Carvalho Leite, da mesma turma, também registrou a sua opinião:

Participar da Feira de Ciências, Tecnologias e Artes com o trabalho Discutindo Gênero na escola: por uma abordagem científica e interdisciplinar junto com os professores João Renato e Karla Cibélia foi muito bom. Antes desse projeto eu não sabia quase nada sobre a violência doméstica e outras questões sobre as desigualdades de gênero. Gostei muito da forma como foi tratado o tema. Entrevistando as pessoas da comunidade, o delegado e o promotor. Nos encontrando para discussões e estudos [sic].

Jéssica Mayara, 1º ano G, comentou que

a participação no trabalho dos professores João Renato e Karla Cibélia foi de grande importância para mim, pois consegui adquirir informações e conhecimentos, podendo demonstrá-los para que conseguíssemos um grande resultado, como o que tivemos. Trabalhar com esse tema me fez compreender melhor sobre o que anda acontecendo na sociedade em que vivemos [sic].

Perspectiva de continuidade e sustentabilidade do trabalho

A partir dos resultados do projeto desenvolvido e apresentado na escola no I Encontro de Ciências, Tecnologia e Artes estamos articulando com a Prefeitura Municipal e com grupos de mulheres de São José do Egito a criação de uma coordenadoria de políticas públicas para as mulheres no município com a orientação da Secretaria Especial da Mulher do estado de Pernambuco.

Além disso, estamos sistematizando um projeto a ser apresentado na Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco para desenvolvemos um banco de dados com experiências pedagógicas exitosas e

material didático desenvolvidas em escolas no país com relação à temática Gênero, com livros didáticos e paradidáticos, filmes e outros materiais que tratam deste tema para servir como fonte de dados no auxílio aos professores a desenvolverem outras experiências pedagógicas nas escolas onde lecionam. O material produzido neste projeto será disponibilizado à Secretaria Especial da Mulher, à Secretaria de Educação de Pernambuco e outras instituições interessadas como fonte de pesquisa para o desenvolvimento de novas ações pedagógicas.

Outra ação organizada a partir do desenvolvimento deste projeto é a elaboração de documentário com os alunos sobre a mulher nos esportes e a mulher nordestina em andamento e a criação de um grupo de estudos de gênero na escola.²

Referências

COLETIVO DE AUTORES. *Metodologia do Ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

NUNES, João Renato. Violência Doméstica e Sexista em jogo. In: *Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero 2008*. Secretaria Especial da Mulher. Organização da Publicação Celma Tavares e Rosário Silva. Recife: A Secretaria, 2009.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. *Fundamentos da Escola do Trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RECHENBERG, Miriam. Sinopse da Cor Púrpura. Disponível em <http://www.ufscar.br/laprev/pg007.html>.

SAVIANI, Demerval Saviani. *Escola e Democracia*. 36 ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

TAFFAREL, C. N. Z. et alii. *O conhecimento reconhecido na Ginástica, a formação de professores, a prática pedagógica nas aulas e as proposições superadoras na organização dos ciclos de ensino da escola pública*. Salvador, 2002.

VIGOSTSKY, Lev Semenovich. *A Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

2 Por uma opção metodológica escolhemos apresentar o item embasamento teórico ao longo do texto e não em um item isolado.

Anexo I

Questionário

- Idade:
- Sexo:
- Escolaridade:
- Estado Civil:
- Você sabe quantos casos de violência contra a mulher aconteceram no município este ano?
- Quais são as causas da violência contra a mulher?
- Quem são os responsáveis?
- Você conhece a Lei Maria da Penha? O que diz esta lei?
- O que poderia ser feito para acabar com a violência doméstica?
- O que tem sido feito para acabar com a violência doméstica?

Anexo II

Resultados da Pesquisa*

Gráfico 1 - Violência contra a mulher no município de São José do Egito

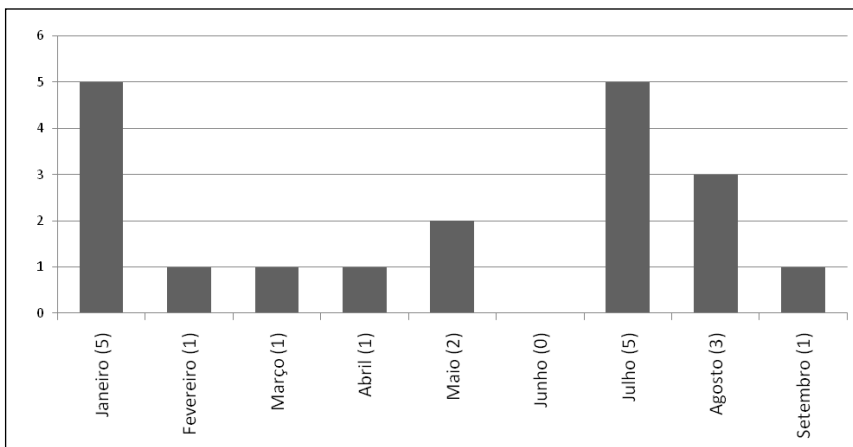
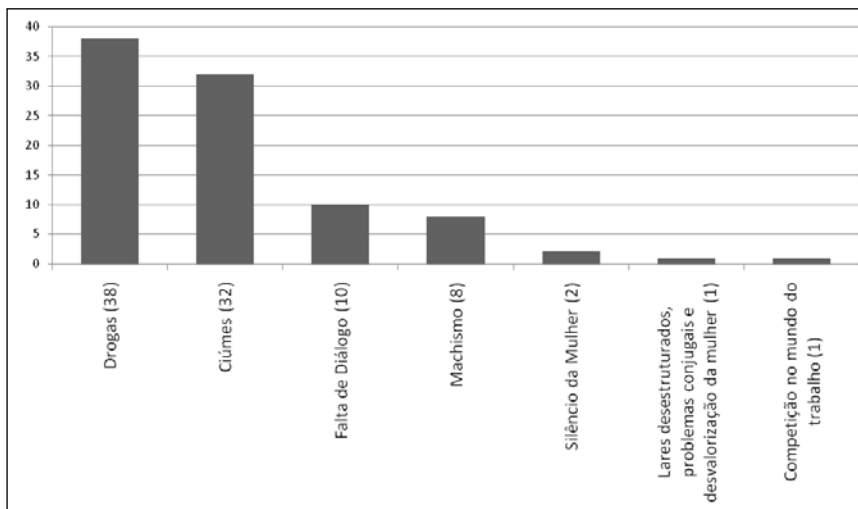


Gráfico 2 – Causas da Violência contra a Mulher



* Foram entrevistadas 72 pessoas no município. Os dados nos gráficos se referem ao número de pessoas que responderam.

Gráfico 3 - Conhecimento sobre a Lei Maria da Penha\ Lei 11.340\06

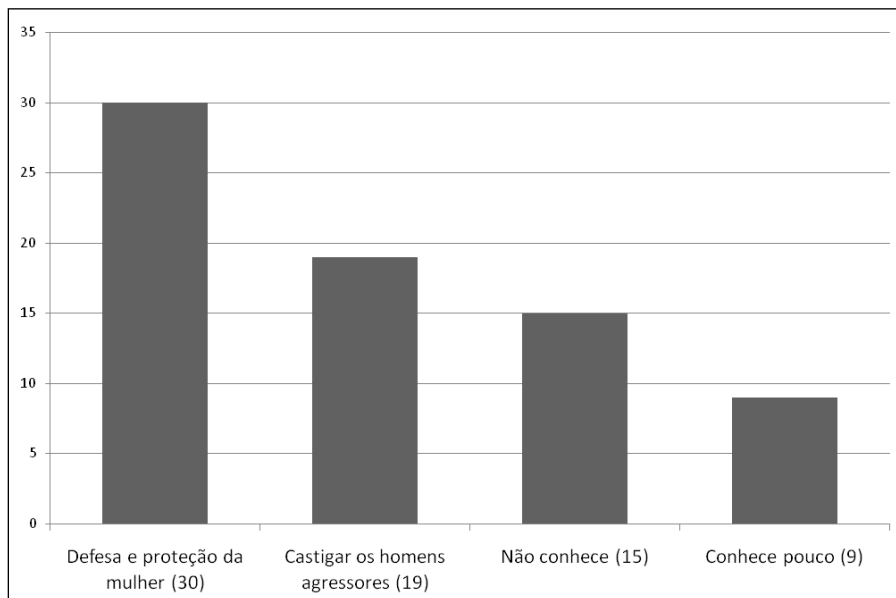


Gráfico 4 - Conhecimento sobre os Casos de Violência contra a Mulher

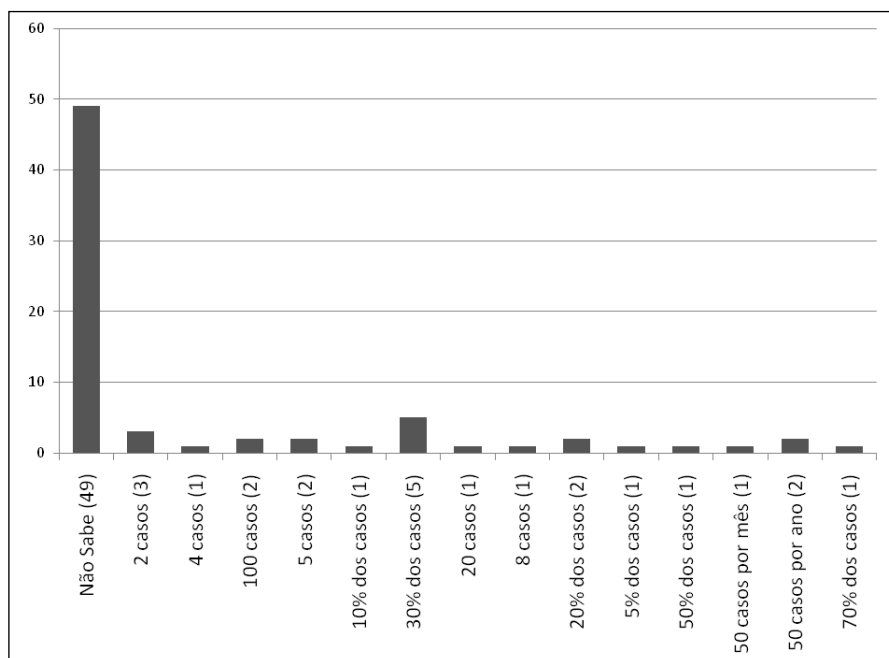
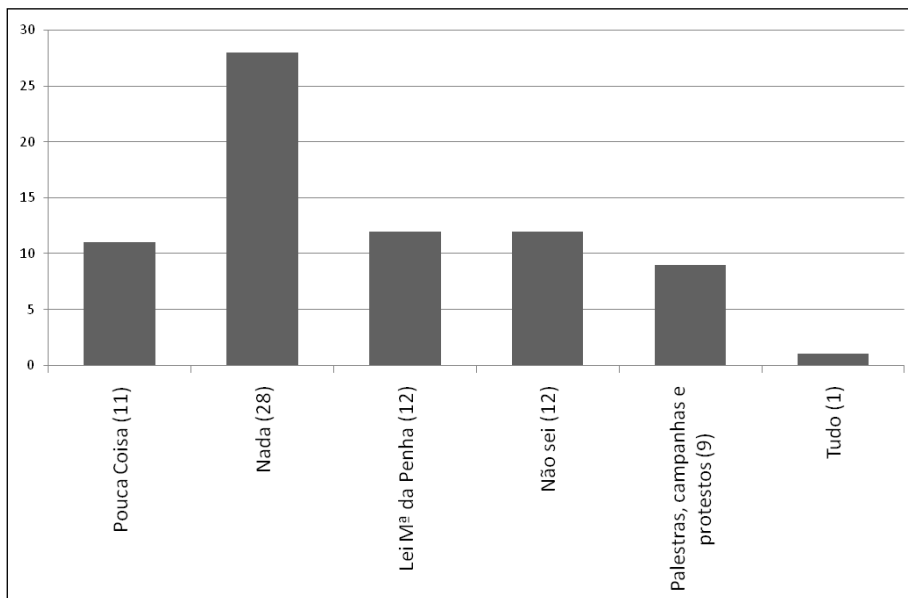


Gráfico 5 - O que tem sido feito para mudar este quadro?



Anexo III

Entrevista com o Delegado

Quantos casos de violência contra a mulher foram registrados esse ano no município de São José do Egito?

Delegado: 50% das ocorrências no município são de violência contra a mulher.

Após a Lei Maria da Penha, houve alguma mudança com relação aos casos de violência contra a mulher no Município de São José do Egito?

Delegado: Só a punição. Hoje a mulher procura a delegacia, pois sabe que o agressor vai ser punido. Aumentou a punição aos agressores.

Quais características sociais e psicológicas das mulheres que sofrem agressão?

Delegado: O nível de escolaridade das mulheres agredidas no nosso município é muito baixo. Elas, em sua maioria, são dependentes dos maridos e não trabalham fora de casa.

Quais são as características dos agressores?

Delegado: Homens sem emprego fixo, analfabetos, desempregados e alcoólatras.

O que leva um homem agredir uma mulher?

Delegado: O consumo de álcool, desestrutura familiar, a cultura machista e as desigualdades sociais em geral.

Quais as consequências da denúncia para a vítima e o agressor?

Delegado: Depois da lei 11.340\06, o agressor é punido severamente. O homem acaba sendo preso e a mulher vai para um centro de apoio.

O que poderia ser feito para mudar esse quadro?

Delegado: uma educação de qualidade. Essas pessoas precisam de educação de qualidade, trabalho, uma vida digna.

Quais as consequências para esses casos pela ausência de uma delegacia especial para as mulheres?

Delegado: com a sobrecarga de trabalho na delegacia e na promotoria municipal a resolução dos casos é mais demorada.

Quais as punições para os agressores?

Delegado: A pena por agressão é de 3 anos de detenção; e 1 ano de detenção para ameaça.

O que a população poderia fazer para conseguir uma delegacia especializada ou um órgão de apoio e assistência às mulheres vítimas de violência doméstica?

Delegado: Através de seus representantes, ou mesmo um abaixo assinado feito pela população.

Entrevista com o Promotor

Dos casos que foram registrados esse ano com relação à violência doméstica e sexista, quantos foram julgados? E quais as punições que os agressores receberam?

Promotor: Temos aqui no Fórum 61 casos em andamento por conta de agressão física e 6 por ameaça de morte. As penas para os casos já julgados foram de 6 meses a três anos de detenção.

Com a lei 11.340\06, qual foi a maior mudança que houve com relação à punição? E quais os efeitos dessa lei?

Promotor: Vários benefícios penais foram afastados quando o caso é de violência doméstica. As penas foram aumentadas. Foram criadas medidas protetoras de urgência.

Quais as consequências para esses casos com a ausência de uma delegacia especial para mulheres?

Promotor: Demora na resolução dos casos. Se houvesse delegacias e varas especializadas facilitaria o atendimento às mulheres. Seria importante para as mulheres terem um apoio especial, muitas mulheres se sentem constrangidas de comparecer a uma delegacia, e ela se sentiria melhor.

Qual é a maior dificuldade que a promotoria tem para analisar e julgar esses casos?

Promotor: A falta de delegacias especializadas, falta de assistência social, econômica e psicológica às vítimas.

Qual é a forma de proteção que a justiça assegura à mulher que denuncia os maus tratos?

Promotor: Afastamento do agressor, do lar, mulher e filhos, suspensão de porte de arma, proibição de algumas condutas e de frequentar determinados lugares.

O que poderia ser feito para mudar este quadro?

Promotor: Políticas públicas e conscientização, divulgação da Lei Maria da Penha, construção de abrigos para mulheres com assistência psicológica e médica e dar condições básicas de vida às pessoas.

O que tem sido feito para mudar este quadro?

Promotor: Debates e campanhas.

Anexo IV

Sinopse do Filme ‘A Cor Púrpura’

O filme foi baseado no romance de Alice Walker. Celie é uma garota negra que mora com seu pai e uma irmã. Ela é violentada pelo seu pai e tem dois filhos: um menino e uma menina que foram dados para a adoção logo que nasceram. Aos 14 anos foi dada em casamento a um viúvo da comunidade e passa a cuidar da casa e dos seus três filhos. Ela é humilhada e sofre agressão física do seu marido Albert. Na comunidade em que ela vive a violência faz parte da vida de homens e mulheres. Os homens acreditam que só serão respeitados se baterem nelas. A amante do seu marido lhe dá forças para que ela saia desse ciclo de violência e comece uma nova vida.

A personagem principal é vítima de violência psicológica e sexual por parte do pai, violência física e psicológica pelo marido e torna-se ela mesma defensora do uso da violência para lidar com ‘mulheres insolentes’, fornecendo um exemplo da transmissão intergeracional da violência.

Miriam Rechenberg explica que

o filme é fiel ao livro de Alice Walker, apesar das simplificações que se fazem necessárias na transposição de obras literárias para o cinema. Uma crítica que se pode fazer, tanto ao livro quanto ao filme, é que, no momento em que Celie consegue libertar-se do ciclo da violência, começar uma vida nova e reencontrar os filhos, já adultos, ela também fica sabendo que seu pai era, na realidade, seu padrasto. Embora este fato tenha impacto literário, psicologicamente não tem o mesmo efeito, pois Celie foi forçada a manter relações sexuais com o homem a quem ela atribuía a função de protegê-la, independente de ele ser seu pai biológico ou padrasto. A gravidade da violência e as consequências do abuso não são mitigadas pela inexistência de consanguinidade entre eles.

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA: NOTAS PARA A REFLEXÃO DA PRÁTICA DOCENTE

*Paula Regina Costa Ribeiro
Raquel Pereira Quadrado*

Introdução

Nos últimos anos, o Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola - GESE - tem procurado discutir e problematizar, juntamente com os/as profissionais da educação, as temáticas de corpos, gêneros e sexualidades, pois as mesmas são de extrema importância e relevância na sociedade, visto que a escola, enquanto instituição social, tem mantido essas questões à margem do currículo por serem entendidas como de âmbito privado ou, quando faladas, serem abordadas de forma determinista e essencialista.

A escola tem um papel importante na discussão dessas temáticas e todos os projetos que promovem discussões entre seus/suas profissionais que contribuem, e muito, para a inclusão social e para a superação de desigualdades sociais. Nesse sentido, temos desenvolvido um curso de aperfeiçoamento a distância, intitulado Gênero e Diversidade na Escola (SECAD/MEC¹), cujo objetivo é discutir com os/as profissionais da Educação Básica (professores/as, orientadores/as, supervisores/as, diretores/as, secretários/as, coordenadores/as pedagógicos/as, faxineiros/as, entre outros) da rede pública da região sul do Rio Grande do Sul conhecimentos acerca da promoção, respeito e valorização da diversidade étnico-racial, de orientação sexual e identidade de gênero, colaborando para o enfrentamento da violência sexista, étnico-racial e homofóbica no âmbito das escolas.

1 Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD/Ministério da Educação/MEC.

Frente aos discursos hegemônicos presentes nas escolas e em outras instituições sociais sobre sexualidade, diversidade e relações de gênero, consideramos ser necessário questionar e refletir sobre essas temáticas na formação continuada dos/as profissionais da educação, de forma que os/as mesmos/as possam discutir e problematizar os diversos discursos e práticas referentes a algumas questões centrais no estudo da sexualidade.

O presente artigo tem como objetivo analisar os efeitos que algumas estratégias didático-pedagógicas - o fórum e os Projetos de Intervenção - produziram nas práticas docentes dos/as profissionais da educação que participaram do curso Gênero e Diversidade na Escola.

O contexto: gênero e diversidade na escola

O projeto Gênero e Diversidade na Escola é resultado de uma articulação entre Secretarias e Ministérios do Governo Federal - Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e o Ministério da Educação -, o *British Council* - órgão do Reino Unido atuante na área de Direitos Humanos, Educação e Cultura - e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ).

No âmbito deste projeto, desenvolvemos o curso **Gênero e Diversidade na Escola**, que visava à formação de profissionais da educação nas temáticas de gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais. A abordagem articulada das temáticas propostas teve como objetivo disseminar práticas pedagógicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação, desencadeando ações que tivessem como objetivo educar a sociedade para o respeito e a valorização da diversidade e para o combate à violência sexista, homofóbica e racista.

As tematizações propostas para o curso trouxeram para o debate dimensões do humano e dos seus modos de viver que ganharam destaque nas sociedades ocidentais contemporâneas. De certo modo, pode-se dizer que esses temas e as questões relativas aos mesmos vêm ganhando visibilidade e encontram-se, hoje, difundidos em diversas instâncias - mídia, medicina, religião, no meio jurídico, educacional, empresarial, tecnológico, dentre tantos outros - entrelaçando-se ou confrontando-se. Certamente, várias condições sociais, políticas e culturais conjugaram-se ou se articularam para produzir tal visibilidade. Profundas e aceleradas transformações das mais diversas ordens têm, nos últimos tempos, desestabilizado certezas, desarranjado formas de convivência entre os sujeitos, alterado formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer, marcando os corpos masculinos e femininos.

Nas últimas décadas, importantes e instigantes análises e teorizações vêm sendo produzidas em vários campos - filosofia, antropologia, sociologia, educação, psicologia, saúde, etc. - na direção de se pensar corpos, gêneros, sexualidades, raças e etnias como construções discursivamente produzidas na cultura. Tal perspectiva oportuniza produtivos debates e problematizações tanto para os/as profissionais da educação, como também para profissionais de outros campos. Nesse sentido, o curso proposto oportunizou espaços de problematização a fim de que se (re)pensasse as formas como agimos em relação aos corpos e às diversas formas de ser e de posicionar-se no mundo contemporâneo.

Ao longo deste curso buscamos articular a experiência dos/as pesquisadores/as do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola, do qual somos integrantes, com as produções de outros/as pesquisadores/as que vêm desenvolvendo estudos que articulam as teorizações dos Estudos Culturais e da Educação, agregando, ainda, as contribuições da História do Corpo, da Ciência, da Saúde, dos Estudos *Gays* e Lésbicos, dos Estudos Negros e da Educação Ambiental.

O curso foi organizado em cinco módulos a distância, buscando estudar, discutir e analisar os conhecimentos teórico-práticos que envolvem as temáticas de gênero e diversidade na escola. A carga horária foi de duzentas horas, distribuídas em cinco módulos, da seguinte forma: Módulo I - Diversidade (25 horas-aula); Módulo II - Gênero (35 horas-aula); Módulo III - Sexualidade (35 horas-aula); Módulo IV - Relações Étnico-Raciais (35 horas-aula); Módulo V - Avaliação (30 horas-aula). Além dessas, foram desenvolvidas cento e sessenta horas-aula na plataforma *Moodle*, bem como foram realizadas quarenta horas-aula de atividades presenciais, distribuídas em três encontros (início, meio e final do curso).

Os módulos do curso foram organizados a fim de possibilitar discussões, problematizações e apropriações de conhecimentos teórico-práticos através de leituras, de debates, da realização e apresentação de trabalhos, dos fóruns e listas de discussões a partir das propostas pedagógicas dos módulos.

Os/as profissionais da educação participantes do curso receberam, durante os encontros presenciais, materiais didático-pedagógicos² que possibilitaram

2 Materiais didático-pedagógicos distribuídos aos/as cursistas: 1) Box contendo três livros produzidos pelo Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola: a) RIBEIRO, Paula Regina Costa (org.). *Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar*. 2 ed. Rio Grande: FURG, 2008. b) Cad. Ped. Anos Iniciais. RIBEIRO, Paula Regina Costa e QUADRADO, Raquel Pereira (orgs.). *Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar*. 2 ed. Rio Grande: FURG, 2008. c) Cad. Ped. Anos Finais. SILVA, Fabiane Ferreira da.; MAGALHÃES, Joanalira Corpes.; RIBEIRO, Paula Regina Costa e QUADRADO, Raquel Pereira (orgs.). *Sexualidade e escola: compartilhando saberes e experiências*. 2 ed. Rio Grande: FURG, 2008. 2) Livro do projeto: *Gênero e Diversidade na Escola: formação de professores/as em Gênero, Orientação Sexual e relações Étnico-Raciais*. Livro de Conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESQ; Brasília: SPM, 2009. 3) DVD Sexualidade: Tá Ligado?!, produzido pelo Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola da FURG.

a leitura e a apropriação teórica acerca das temáticas discutidas, bem como apontaram algumas possibilidades de abordagem dessas temáticas nas suas instituições de ensino.

Ao longo do curso os/as profissionais da educação foram orientados para a produção de um Projeto de Intervenção que deveria ser desenvolvido em seus ambientes de trabalho. Os projetos foram aplicados e os/as cursistas produziram um relatório final que foi apresentado e discutido no último encontro presencial.

Situando o estudo: a perspectiva teórica

O entendimento de que questões centrais no estudo dos corpos e dos gêneros referem-se ao papel das culturas, dos sistemas de significação e suas relações de poder, uma vez que esses elementos sociais encontram-se implicados na constituição dos sujeitos, levou-nos a estabelecer algumas conexões com os Estudos Culturais nas suas vertentes pós-estruturalistas, bem como com algumas proposições de Michel Foucault.

Os Estudos Culturais constituem um campo de teorização, investigação e intervenção, não homogêneo, de caráter interdisciplinar, transdisciplinar, ou ‘antidisciplinar’ que estuda os aspectos culturais da sociedade sem fazer distinção entre a alta cultura - cinema, pintura, clássicos da música e da literatura - e a baixa cultura - programas de televisão, publicidade, música popular, atividades de lazer (SILVA, 2004; VEIGA-NETO, 2004).

No contexto dessa discussão, cabe referir o que se entende por cultura, uma vez que é na e pela cultura que os corpos e os gêneros são significados. Na perspectiva dos Estudos Culturais, a cultura “tem a ver com a produção e o intercâmbio de significados - o ‘dar e receber de significados’ - entre os membros de uma sociedade ou grupo” (HALL, 1997, p. 2). Para Silva (2004, p. 133-134), a cultura é “um campo de produção de significados no qual os diferentes grupos sociais, situados em posições diferenciais de poder, lutam pela imposição de seus significados à sociedade mais ampla”.

No entendimento de cultura é importante destacar o papel dos significados, uma vez que “eles organizam e regulam as práticas sociais, influenciam nossas condutas e, conseqüentemente, têm efeitos reais, práticos” (HALL, 1997, p. 3). Os significados são produzidos por diversas instâncias sociais - família, mídia, escola, instituições religiosas, hospital - e artefatos culturais - programas de TV, novelas, revistas, jornais, anúncios publicitários, campanhas

de saúde e músicas, por exemplo - e circulam através de diferentes processos ou práticas culturais; portanto, os significados não são constantes e fixos, nem preexistentes; são fluidos, múltiplos, transitórios e incertos (HALL, 1997; SILVA, 2004). Tais sistemas de significação ensinam costumes, valores, hábitos, atitudes, crenças, maneiras de perceber a si, de ser e de agir como mulheres e homens - entre outros atributos sociais que, ao serem inscritos nos corpos, constituem as pessoas e as identidades de gênero, sexuais, raciais, religiosas, profissionais, de classe social, de mãe/pai, filha/o, de esposa/o, entre outras.

Nessa perspectiva, pode-se perceber que é nas práticas culturais engendradas em relações de poder³ que os sujeitos, a partir das suas representações, instituem os modos de compreender a si mesmos e ao mundo que os cerca. Nesse sentido, as representações não espelham a realidade, ou seja, não espelham o mundo 'real' tal como ele é em sua 'essência'. Representação, nesse contexto, é o modo de produção de significados através da linguagem - sons, palavras escritas, linguagem oral, imagens eletrônicas, imagens impressas, notas musicais, objetos, gestos, expressões corporais - que, ao representar os signos - modelos, objetos, desenhos, sons, símbolos, imagens - dão sentido aos nossos pensamentos, sentimentos, ações, valores, à nossa identidade - a quem somos e a que grupo pertencemos (HALL, 1997).

Assim, os sujeitos, conforme o sexo, desde a mais tenra idade, encontram-se inseridos em práticas de significação - família, escola, mídia, saúde, entre outras - que ensinam tipos de comportamentos, brincadeiras, desejos, valores, pensamentos, vestuários e vão inscrevendo a sexualidade nos corpos. Essas práticas de significação vão nos constituindo ao longo de todo um período de tempo, funcionando como um amplo domínio simbólico, no qual e através do qual damos sentido às nossas vidas e vamos produzindo nossa subjetividade. Vivemos nossa subjetividade em um contexto social, no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e na qual assumimos nossas identidades.

É no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais - de gênero, sexuais, nacionais, raciais, de classe, etc. Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos na medida em que eles são interpelados a partir de diferentes situações, instituições e agrupamentos sociais.

3 Utilizamos poder numa perspectiva foucaultiana, ou seja, como uma relação de ações sobre ações - algo que se exerce, que se efetua e funciona em rede. Nessa rede, os indivíduos não só circulam, mas estão em posição de exercer o poder e de sofrer sua ação e, consequentemente, de resistir a ele (FOUCAULT, 2003; 2006).

Nesse sentido, entendemos que a identidade é uma construção, um processo de produção, uma relação; não é uma essência, não é um fato - seja da natureza ou cultura; tem estreitas conexões com relações de poder; não é fixa, permanente, unificada; não é homogênea, definitiva, acabada, idêntica; é instável, fragmentada, inacabada (SILVA, 2000; WOODWARD, 2000).

Mulheres e homens aprendem desde muito cedo a ocupar e/ou a reconhecer seus lugares na sociedade e, para tanto, um investimento significativo é posto em ação uma vez que as várias instâncias sociais atuam nesse processo, desempenhando papel importante nessa complexa rede que (con)forma e governa nossos corpos e nossas vidas. Segundo Guacira Louro,

todas essas instâncias realizam uma pedagogia, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, nega ou recusa outras identidades e práticas; outras vezes, contudo, essas instâncias disponibilizam representações divergentes, alternativas e contraditórias. A produção dos sujeitos é um processo plural e permanente (2001, p. 25).

No contexto dessa discussão cabe referir o que estamos entendendo por gênero, uma vez que tal entendimento tornou-se fundamental no desenvolvimento das pesquisas. Gênero, associado às perspectivas teóricas citadas anteriormente, refere-se a um conceito elaborado inicialmente por feministas anglo-saxãs, a partir do início da década de 70, as quais “queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, p. 72). A utilização dessa expressão tinha como proposta uma negação ao determinismo biológico presente no termo sexo. De acordo com Louro (2001, p. 70), o que as feministas buscaram fazer foi “demonstrar que a feminilidade e a masculinidade não são constituídas propriamente pelas características biológicas. Mas, sim, por tudo que se diz ou representa a respeito destas características”. Cabe ressaltar aqui que “ênfatar o caráter fundamentalmente histórico, social, cultural, e linguístico do gênero não significa negar que ele se constrói com - e através de - corpos que passam a ser reconhecidos e nomeados como corpos sexuais” (MEYER, 2003, p. 19). Com tais considerações não estamos negando a materialidade biológica dos corpos, nem dizendo que ela não é importante, mas direcionando as discussões para os processos que possibilitam que as características biológicas passem a funcionar como justificativa para diferenças, desigualdades e posicionamentos sociais.

Há processos sociais do cotidiano que são naturalmente atribuídos às mulheres, por exemplo, os gestos delicados, a forma de sentar, a graça, o pudor,

o trato com as crianças e com os assuntos domésticos, a afetividade, a timidez, etc.; em contrapartida, aos homens cabem os gestos e a fala forte, a maior aptidão física e são exigidos comportamentos tais como não serem tímidos e nem afetuosos e delicados e de não poderem chorar...

Na escola, por sua vez, alguns desses elementos sociais articulam-se e se reforçam em circunstâncias distintas, como por exemplo: quando as filas, os grupos de trabalho, as atividades físicas e as brincadeiras são separadas por sexo e, ainda, quando são estabelecidas determinadas maneiras para se sentar e se portar em sala de aula, consideradas como sendo de meninos ou de meninas. Ao mesmo tempo, funcionam, também, como mecanismos que regulam as preferências sexuais, ou seja, os meninos e as meninas só são autorizados/as a estabelecer relações de amizade - brincadeiras - com outros/as do mesmo sexo; no entanto, relações de afeto - carinho, abraços - são desautorizadas. Esses padrões de comportamento, construídos e transmitidos de forma hegemônica por gerações, ainda que com conotações específicas aos diversos grupos sociais, vêm sendo expressados e compartilhados através das atitudes das pessoas, de modo não problemático, pela maioria.

O *corpus* de análise: fórum e projetos de intervenção

Em um curso oferecido através de um ambiente virtual de aprendizagem colaborativo, as ferramentas pedagógicas utilizadas são muito importantes para promover discussões e problematizações sobre as temáticas abordadas no curso, bem como para possibilitar (re)pensar as práticas pedagógicas realizadas em sala de aula a fim de contribuir para que outras formas de pensar sobre as temáticas que geralmente não são vistas como pertencentes ao currículo escolar - identidades de gêneros e sexuais, homofobia, sexismo, violência sexual, entre outras - passem a integrá-lo.

Nesse sentido desenvolvemos, ao longo do curso, diversas estratégias pedagógicas, dentre as quais destacamos o fórum e o projeto de intervenção, visto que possibilitaram discussões e a emergência de outras formas de pensar e agir com relação a essas temáticas.

Fórum: outras redes de significação

O fórum pode ser definido como um espaço de discussões em torno de temas tratados ao longo do curso como: expectativas, entendimentos e significados..., preconceito, racismo e homofobia, abuso sexual, relações étnico-raciais e projeto de intervenção.

Dentre os fóruns realizados, destacamos o de Violência de Gênero na Escola, que foi proposto para que os/as cursistas tivessem um espaço de discussões e reflexões sobre o funcionamento de diversos atributos sociais definidores de masculinidade e feminilidade - comportamentos, falas, gestos, condutas e posturas - que ao serem inscritos nos corpos passam a ser tidos como próprios da essência do homem e da mulher. Além disso, possibilitou uma ampla discussão sobre seus fundamentos e a possibilidade de sua desconstrução e, consequentemente, a produção de novas representações sobre as identidades de gênero.

Desse fórum participaram cerca de cento e quarenta (140) profissionais da educação, sendo seis (6) homens e cento e trinta e quatro mulheres. O evento problematizava a violência de gênero na escola buscando relacionar os estudos de gênero com as demais categorias ou identidades - identidades sexuais, étnico-raciais, de classe, geracional, entre outras. Para desencadear as discussões, o fórum apresentava o seguinte enunciado: Você já presenciou cenas de violência de gênero na escola como, por exemplo, discriminação étnico-racial, de classe social, insultos, difamação, assédio, hierarquia de gênero, etc.? O que nós, educadores/as, podemos fazer nesses momentos?

O fórum possibilitou a produção de algumas narrativas, entendendo que essas constituem práticas sociais que engendram os sujeitos, ou seja, entende-se que é no processo de narrar e ouvir histórias que os sujeitos vão construindo tanto os sentidos de si, de suas experiências, dos outros e do contexto em que estão inseridos (LARROSA, 1994;1996).

O número de interações no fórum foi muito grande e, além de seus posicionamentos, os/as profissionais postaram charges, sugestões de músicas, vídeos e paródias.

No fórum emergiram algumas questões relacionadas às maneiras como as construções de gênero são representadas pelas diversas instâncias sociais como a família, a escola, as instituições religiosas, pois essas representações constituem/produzem as identidades e as diferenças, posicionando os sujeitos. Dentre essas instituições, os/as profissionais destacaram a família como uma das primeiras que ensina modos de ser homem e de ser mulher. Segundo Paula Ribeiro (2002, p. 10), “desde a mais tenra idade, conforme o sexo com o qual os sujeitos nascem”, mães e pais se utilizam de uma série de artifícios para marcar a identidade de sua/seu filha/filho, ensinando tipos de comportamentos, brincadeiras, vestuários, desejos, valores, atitudes, entre outros atributos sociais que, ao serem inscritos nos corpos dos sujeitos, definem as masculinidades

e feminilidades, bem como ensinam e reforçam alguns tabus e preconceitos acerca dos gêneros, conforme as narrativas abaixo:

Olá D. com certeza vivemos muito de perto essa questão do preconceito até pelo fato de trabalharmos com educação infantil, onde os alunos já vem de casa com conceitos estabelecidos pelos pais que não têm muitas vezes o cuidado de mostrar aos filhos que em sociedade todos têm direitos iguais e como são tão pequenos repetem estas atitudes na escola. Por esse motivo devemos sempre estar atentas para orientá-los e promover a igualdade [sic].

A cada dia que passa conhecemos e enfrentamos experiências exitosas de promoção de gênero nas escolas. É fundamental trabalhar para que a escola não reproduza ou amplie situações de desamparo e honestidade. As diferenças e a discriminação são parte natural do crescimento, pois é no ambiente familiar que nossos alunos passam a maior parte do tempo, é onde aprendem muito a discriminar e tornar-se preconceituosos. O professor deve ampliar iniciativas de promoção de gênero e diversidade sexual, fazendo com que seus alunos mudem seus conceitos e preconceitos.

Essas narrativas tornam possível compreender que existe um investimento continuado e geralmente muito sutil, quase invisível nesse processo de ‘fabricação’ de meninas e meninos. Ao entendermos os gêneros como construções, estamos propondo o afastamento de análises que estejam assentadas sobre a ideia reduzida de atributos de mulher e de homem, permitindo-nos uma aproximação com uma abordagem mais ampla que considera que instituições sociais, normas, símbolos, conhecimentos, leis e políticas de uma sociedade são espaços generificados, ou seja, que são atravessados e constituídos por representações de masculino e feminino de uma determinada época e, ao mesmo tempo, estão implicados com sua (re)produção, manutenção e (re)significação.

As instituições religiosas também foram mencionadas como responsáveis por determinadas aprendizagens de gênero, como as dicotomias que existem entre masculino e feminino, e para reverter isso é necessário problematizar a subordinação feminina simbolizada pelas diversas culturas.

Uma boa relação a ser estabelecida, trabalhando a questão da discriminação de gênero, é com a cultura religiosa. Podemos perceber que as religiões na sua história também propagaram a diferenciação desigual dos sexos. Na igreja católica, que é a maior do mundo, somente os homens podem rezar

missas e serem os representantes de Cristo. Às mulheres são conservadas tarefas mais ternas como a caridade, educação ou cuidado de idosos. A religião islâmica é que obriga as mulheres a andarem com o rosto coberto. Para muitas religiões a mulher é vista como a presença da tentação, do pecado. O homem deve ter cuidado com ela. Essas são situações repetidas há milhares de anos, mas que ajudam a construir a visão discriminatória e confirmada pelos poderes sociais, como a igreja, por exemplo.

A escola também foi mencionada como um espaço de aprendizagens, pois nela as identidades são também constituídas. Para Louro (1998, p. 87) “a escola, como qualquer outra instância social, é, queiramos ou não, um espaço sexualizado e generificado”. Nesse sentido, esses/as profissionais registraram

Oi , estive pensando nas tuas colocações e lembrei dos conselhos de classe das escolas em que trabalhei; veio a imagem de como os colegas se referiam a alguns alunos que não se encaixavam na “normalidade”. Acredito que se eu tivesse refletido naquela época sobre as questões que venho estudando neste curso, muitos dos meus silêncios teriam sido muito diferentes. Sabe, muitas vezes saí do conselho incomodada com algumas colocações ‘como a fulana não parece menina’, ‘fulano é um desleixado’, às vezes parecia que estávamos reunidos para fazer catarse, que o objetivo não era solucionar problemas e sim apontar defeitos preconceituosos.

L., lendo teus escritos lembrei de um trecho do texto: “Diferenças de gênero na organização social da vida pública e da vida privada”, no qual cita: ...a escola tem grande responsabilidade no processo de formação de futuros cidadãos e cidadãs ao desnaturalizar e desconstruir as diferenças de gênero, questionando as desigualdades daí decorrentes. “É essa uma das nossas responsabilidades: transformação! De nada adianta nossas práticas, se não haver alguma mudança!”.

Li e gostei muito da reportagem da Isto É. É difícil aceitar o diferente... Mas como educadores precisamos nos mobilizar para que ocorra uma melhor aceitação. Na escola que trabalho, como já disse, fazemos muitas coisas para desmistificar ações específicas de meninas e ações específicas de meninos para amenizar a violência de gênero. Muitas meninas jogam futebol e estavam na final de um campeonato de interséries, sendo que os meninos as treinaram (pensamento de equipe) e tem um grupo de meninos que faz parte de um grupo de dança para concurso. Essas ações ajudam a diminuir o preconceito e aceitar a diversidade que existe em nosso mundo.

A escola, mais do que (re)produzir conteúdos, participa de forma muito própria dos jogos de poder para fabricar e multiplicar as relações desiguais entre os gêneros. Ela faz um investimento contínuo para a formação de homens e mulheres, para adequação deles e delas de acordo com uma norma desejada. Nesse sentido, as marcas que se tornam para nós mais permanentes em relação à escola, na maioria das vezes, referem-se a vivências de situações do cotidiano escolar, marcas que não nos fazem esquecer o quanto instituições como essa atuam nas formas como construímos e vivemos nossas identidades de gênero, sexuais, de aluna, de aluno, entre outras.

Algumas narrativas contavam algumas situações em que esses/as profissionais vivenciaram ou sofreram discriminações de gênero:

Presenciei discriminações de gênero tanto como aluna quanto como educadora. Inclusive já me senti excluída devido a minha forma corpórea. Tanto na família como no meio escolar e na sociedade, pois não tenho um padrão físico exigido pela moda contemporânea. Hoje como educadora procuro transpor este acontecimento. Auxiliar os alunos através do diálogo e reflexão mútua. “Como este se sentiria ao ser insultado ou discriminado, por não ter os mesmos “padrões” estabelecidos pela sociedade”. A sociedade, escola e família discriminam e excluem os diferentes; nós educadores, assim como os artistas, que estamos na vanguarda dos acontecimentos, precisamos contribuir com nossa parte para que haja uma sociedade de equidade social e ética.

Certamente, não só presenciei como também já fui vítima da discriminação por difamação e hierarquia de gênero, o que me impulsionou a buscar mais informações sobre a temática na escola como agente transformador de opiniões e que pode auxiliar na construção de um novo mundo, onde todos tenham o direito de ir e vir sem medo das discriminações - seja ela qual for. Baseados neste pensamento, cada escola e cada educador deve estar pronto para trabalhar com as diferenças que vêm ocorrendo dentro e fora dos muros escolares. Sugestões: Letra de música: “O tempo não para” (Cazuza, vídeo: Discriminação).

Lendo os comentários dos colegas sobre violência de gênero na escola, lembrei da minha fase na escola como aluna no ensino fundamental, onde a violência ainda é constante. Eu, como muitos colegas do curso, sofremos violência e elas continuam sendo as mesmas: por não ser aquele “padrão” que a sociedade pregava e ainda prega. E se você não é “igual” aos outros do grupo, sendo diferente fica a mercê, sofrendo com essa diferença. Não pode

ser diferente no seu modo de falar, vestir, pensar... Parece que é o modo de falar e se vestir ou até pensar (ser a favor ou contra) vai definir seu gênero. Na escola em que eu trabalho a mobilização pelo diferente nas séries iniciais está fazendo efeito. Um exemplo é nas atividades de pintura de uma imagem de pessoa, distribuímos imagens diferentes. Os alunos questionam, e então intervimos com explicações sobre o ser diferente. Notamos que a violência verbal está melhorando. Porém com as séries finais e com o Ensino Médio... ainda não encontramos uma solução. Por isso a procura do curso para encontrar caminhos...

Os/as profissionais destacaram a importância da formação continuada, pois sabemos que essas temáticas estão presentes na escola, mas muitas vezes não são questionadas e problematizadas e que espaços como esses possibilitam leituras, discussões e outras formas de aprender e estar na sociedade.

Claro que, antes de tudo, temos que estudar, ter essa base que estamos recebendo no curso para entender e até ter uma maior percepção das situações discriminatórias que acontecem ao nosso redor. Depois disso precisamos estabelecer ações a serem realizadas em nosso espaço de trabalho, ações essas que envolvam a comunidade onde a escola está inserida, pois sabemos que os comportamentos são aprendidos pelos alunos dentro de um contexto e há outros atores deste contexto - além da escola.

Oi F. tu estás caprichando nestas provocações, hein!!! Mas, na verdade, é muito bom ter este repensar sobre nossas atitudes, se realmente bem lá em nosso íntimo não questionamos e julgamos de maneira discriminatória certas preferências de nossos alunos. Estou me autoavaliando, revendo meus conceitos, que é lógico, são muito diferentes de alguns anos atrás e percebo que todo este embasamento, todas estas oportunidades de trocar ideias, informações e reflexões me permite crescer como educadora, mas principalmente como ser humano. Abraços.

O fórum foi uma das estratégias utilizadas no curso que possibilitaram aos profissionais da educação narrarem, discutirem e repensarem suas práticas pedagógicas, como também possibilitou o compartilhar de experiências sobre as diferentes temáticas abordadas.

Projetos de intervenção: outras redes de significados

A principal produção, por parte dos/as profissionais da educação que participaram do curso de aperfeiçoamento Gênero e Diversidade na Escola, foi

um Projeto de Intervenção sobre as temáticas que foram abordadas ao longo dos cinco módulos. Esse projeto começou a ser pensado e organizado a partir do segundo encontro presencial, que antecedeu o início das atividades do Módulo III - Sexualidade.

Nos quatro polos em que o curso ocorreu, foram desenvolvidos, ao todo, trinta e nove projetos, sendo que alguns foram executados individualmente e outros (a maioria) em grupos formados por profissionais que atuam na mesma instituição. Entre as temáticas escolhidas para o desenvolvimento das propostas de trabalho, tivemos: doze trabalhos sobre sexualidade, com enfoques que vão desde a gravidez na adolescência até a homossexualidade; nove sobre diversidade, englobando a maioria das temáticas abordadas no curso; oito trabalhos sobre gênero, discutindo desde diferenças entre meninos e meninas até as formas como as mulheres vêm sendo posicionadas no contexto sócio-cultural de cada município; cinco sobre corpo, abordando principalmente padrões estético-corporais, história do corpo e a mídia na produção de padrões de beleza; e cinco projetos sobre relações étnico-raciais, abordando, especialmente, a questão do/a negro/a na nossa cultura.

A maioria dos projetos está diretamente relacionada com a realidade sócio-cultural da comunidade em que a escola está inserida e com os principais problemas relacionados ao preconceito e à discriminação de cada região, como é o caso do projeto “Mulher: representações, imagens, práticas e valores”, que foi desenvolvido com as mães dos/as alunos/as de uma escola municipal, as quais residem em uma comunidade chamada por todos/as na escola de Vila da ‘Tripa’, fazendo uma alusão pejorativa ao intestino grosso e ao seu conteúdo (fezes). O objetivo do projeto foi o de oportunizar a essas mulheres atividades que lhes possibilitassem o conhecimento de si mesmas e a valorização da mulher, resgatando sua cidadania a fim de elevar a sua autoestima e destacar o seu papel na sociedade. A professora que desenvolveu o projeto destaca que:

Muitas se sentiram à vontade, outras, pela inibição, custaram a se soltar, mas demonstraram ao longo dos encontros comprometimento com o trabalho realizado, tendo muitas surpresas e realizações. Viu-se isto através de seus relatos, depoimentos, questionamentos e na execução das atividades propostas, resgatando assim o potencial e a amizade do grupo de mulheres - mães - que fazem parte também do ambiente escolar.⁴

4 Os excertos destacados foram transcritos diretamente dos relatórios finais dos/as cursistas.

Na apresentação do relatório no encontro presencial a professora destacou a importância de dar continuidade ao trabalho que iniciou, investindo no resgate da cidadania desse grupo de mulheres.

Um outro projeto abordou as questões étnico-raciais e de gêneros com as crianças da Educação Infantil, com idades entre 3 e 4 anos, tendo como objetivos:

discutir com as crianças atitudes e modos de pensar, através de estratégias de ações pedagógicas que contribuíssem para a valorização da diversidade de gênero e etnia para combater a discriminação e o preconceito, bem como analisar as características corporais presentes nos/as bonecos/as construídos/as pelos/as alunos/as e discutir características sociais e culturais atribuídas aos gêneros, problematizando que as masculinidades e as feminilidades não são produtos das características biológicas, mas também produções sócio-históricas e culturais.

Ao caracterizar a turma, a professora disse que:

é composta por 10 meninas e 14 meninos com diferentes histórias de vida, de uma comunidade carente, onde grande parte frequenta a escola em busca de alimentação. Acredito que as diferentes histórias de vida contribuíram para o sucesso de nosso projeto, pois permitiu que conhecêssemos um pouco mais da individualidade de cada um, observando a diversidade que constitui o grupo, o que tornou mais significativas as experiências vivenciadas.

O trabalho foi desenvolvido a partir de histórias infantis e também com a construção de bonecos/as, sendo uma menina branca e um menino negro, a partir dos quais as atividades foram sendo desencadeadas. A professora, em sua apresentação no encontro presencial, destacou o quanto estava insegura em abordar essas temáticas com crianças tão pequenas, mas afirmou que se surpreendeu com o acolhimento e nível de entendimento deles/as. A última atividade realizada consistiu na produção de panfletos com frases ditas pelos/as alunos/as para ser distribuídos na comunidade no entorno da escola. Algumas das frases foram:

Menina brinca de carrinho e menino de boneca. Papai cuida dos filhos e faz comida. Homem pode usar brinco e cabelo comprido e mulher, curto. Mamãe trabalha fora. Todos somos diferentes (cabelos, olhos, corpo...). Temos que ser amigos de todos, sem escolher a cor de pele.

O relato da professora mostrou os efeitos que a proposta produziu nesses/as alunos/as e, especialmente, nela mesma, que apresentou, também nesse dia, uma proposta para a continuidade do trabalho com essa turma.

Também tivemos projetos desenvolvidos no Núcleo de Educação de Jovens e Adultos - NEJA, como o intitulado *Somos diferentes, mas com direitos iguais!*, que teve como objetivos problematizar as diversidades que existem em nossa sociedade, proporcionar uma nova visão para enfrentar as dificuldades de aceitação do diferente na sociedade e possibilitar que nossos alunos pensem de outra forma sobre a diversidade. De acordo com as professoras que elaboraram e executaram o projeto, no NEJA existe uma grande diversidade de alunos/as e “as dificuldades e os desafios são imensos, pois lidamos com pessoas de personalidades já estruturadas, vivências, hábitos, conceitos, visões de mundos diferentes. A aceitação do outro e o convívio sem preconceitos são desafios diários”. A partir das atividades e dinâmicas desenvolvidas, elas relataram que:

o trabalho serviu para mostrar e esclarecer que as pessoas expressam preconceitos de forma equivocada, muitas vezes não vem delas, é consequência de uma sociedade homofóbica e moralista nas questões raciais, sexuais e discriminatórias. Esses conceitos estão internalizados, afinal de contas são anos e anos de repressão por meio de discursos, coação e punição que nem percebem quando agem preconceituosamente, por meio não só de atitudes, mas por gestos e palavras.

Os/as alunos/as que participaram das atividades solicitaram às professoras a continuidade do projeto, pois entendem que essas temáticas são importantes e precisam ser aprofundadas.

Alguns trabalhos foram desenvolvidos com os/as professores/as das escolas em que os/as cursistas atuam, como é o caso do projeto intitulado:

‘Resgate da História e Cultura Afro-brasileira’ na Escola Santa Tecla, em Gravataí, RS, que teve por objetivos resgatar a história e cultura afro-brasileira através do entendimento do processo de construção e desconstrução do ‘mito da democracia racial’, compreendendo a consequente exclusão sócio-econômica do afro-brasileiro; levar subsídios aos professores, tornando-os agentes no processo de reconstrução de uma nova representação de identidade étnica como atores sociais multiplicadores dos saberes, que remetam a uma filosofia educacional desprovida de preconceitos e com vistas à inclusão social.

Esse trabalho foi desenvolvido em quatro encontros de formação com os/as professores/as e funcionários/as da escola, nos quais foram discutidas as temáticas das relações étnico-raciais e buscaram-se estratégias de ação na escola e de incorporação desses temas nas diversas disciplinas escolares. Participaram da execução do projeto, além da professora/cursista, três integrantes do movimento negro de um município vizinho. A autora do projeto destacou que “a adesão ao projeto por parte da equipe diretiva e supervisão foi importante para a sua implantação e andamento. Com relação aos professores, praticamente todos se dispuseram a participar, não ocorrendo oposição, ao menos de forma explícita”. Cabe destacar que essa escola encontra-se em uma comunidade marcada por uma cultura pomerana, em que o racismo é frequente e visto como algo ‘naturalizado’. Esse foi o principal motivo que levou a professora a propor o projeto com essa temática. O encerramento do projeto consistiu em um seminário em que os/as professores/as apresentaram os trabalhos desenvolvidos em suas salas de aula a partir do curso de formação. A professora apontou algumas dificuldades encontradas ao longo da execução, como:

o fato de só duas professoras conseguirem fazer as oficinas completas, uma em suas folgas e outra de outra escola. Não houve uma estratégia que possibilitasse que todos participassem, o que gerou descontentamento por parte dos professores. Embora a escola se dispusesse em viabilizar as oficinas para os professores, concretamente não foi tomada nenhuma medida, como dispensar os alunos. Apesar disso, avaliou que já estamos colhendo alguns frutos do projeto, tanto com relação aos alunos como aos professores, promovendo uma ação integradora em torno de uma necessidade de mudança com relação à questão racial.

Um outro projeto foi desenvolvido com os/as alunos/as dos anos finais de uma escola situada em uma comunidade de zona rural em que, segundo a professora/cursista, “os/as alunos/as, em geral, ainda têm o propósito apenas de constituir família (casar, ter filhos/as), ficando o estudo, os sonhos, o trabalho, as expectativas de viver algo diferente para um segundo plano”. Assim, o projeto desenvolvido teve como objetivos “discutir os conceitos de gênero e atributos sociais, problematizando os atributos femininos e masculinos como sociais, culturais e historicamente instituídos; analisar o mercado de trabalho, problematizando os modos como as diferenças de gênero são tratadas em nossa sociedade”. Segundo a professora, para chegar a esse tema foi necessário “repensar a escola como um espaço de aprendizagem, de interação e principalmente um espaço

social generificado - de encontros, de namoros, de conflitos – no qual vão se produzindo as identidades e a vida social dos indivíduos”. Após a execução das atividades propostas, ela destacou que

a ideia é de continuar o projeto, relacionando-o com a valorização da escola, do lugar onde moram, das riquezas que estão em torno deles/as. Percebi que a valorização de si como pessoa, como um ser que faz parte de uma sociedade já começou a acontecer. Eles/as se sentiam acomodados/as e a partir do projeto notaram que podem fazer mais, lutar pelos seus sonhos e principalmente lutar pelos seus direitos não de homem, mulher ou outro gênero, mas sim como cidadão. E o aprendizado mais importante foi que o preconceito não leva a nada e que apenas prejudica e não beneficia ninguém. As falas dos/as alunos/as foram repetidas várias vezes: não importa a preferência ou gosto da pessoa, importa que ela seja um ser humano respeitado pela sociedade. As pessoas são diferentes e têm escolhas diferentes, ainda não é fácil aceitar certas situações envolvendo gêneros diferentes, mas isso não justifica os preconceitos e discriminações que ainda ocorrem e que nos dias de hoje não poderia mais acontecer [sic].

A partir da análise desses e dos outros projetos desenvolvidos, tivemos indícios de que as discussões e problematizações promovidas ao longo do curso Gênero e Diversidade na Escola possibilitaram que os/as cursistas (re) pensassem alguns (pré)conceitos, organizassem e desenvolvessem ações pedagógicas nos seus ambientes escolares.

Algumas considerações

A partir da análise das narrativas, pode-se perceber que as estratégias didático-pedagógicas utilizadas constituíram espaços de discussões e reflexões que possibilitaram aos/as profissionais da educação problematizarem as construções (pré)estabelecidas para as identidades de gênero, sexuais, étnico-raciais, de classe, religiosas, entre outras.

Foi possível entender também que as narrativas produzidas por esses/as profissionais foram construídas e reconstruídas em relação a outros discursos - das famílias, das religiões, das escolas, das mídias, da medicina, da psicologia, das crianças, entre outros -, pois a narrativa da experiência de si “não é algo que se produza em um solilóquio, em um diálogo íntimo do eu consigo mesmo, mas em um diálogo entre narrativas, entre textos” (LARROSA, 1994, p. 70).

O fórum e os projetos de intervenção permitiram a formação de uma comunidade de aprendizagem na qual os/as profissionais puderam confrontar as experiências narradas e talvez construir outras 'verdades' e outras estratégias relacionadas às circunstâncias históricas e culturais que se encontram implicados/as nas escolas onde atuavam/atuam, como também puderam repensar suas práticas pedagógicas com relação às temáticas desenvolvidas no curso, na medida em que puderam perceber o funcionamento de diversos atributos sociais definidores de marcadores identitários - comportamentos, falas, gestos, condutas e posturas - que, ao serem inscritos nos corpos dos sujeitos, passaram a ser tidos como próprios da essência desses sujeitos.

A partir da análise dos fóruns e dos relatórios dos projetos de intervenção foi possível perceber que as discussões e problematizações que aconteceram ao longo do curso via plataforma *Moodle*, mediadas pelos referenciais teóricos disponibilizados aos/as cursistas, possibilitaram um (re)pensar sobre a forma com que temos tratado a diversidade nos diversos contextos sócio-culturais nos quais estamos inseridos/as e, de modo especial, no espaço escolar. Os trabalhos desenvolvidos nas escolas mostram que a maioria dos/as profissionais da educação buscou trabalhar com temáticas que estão diretamente vinculadas com o seu dia-a-dia, com a realidade da sua escola e com os principais problemas de preconceito e discriminação que são vivenciados no seu ambiente.

Ao confrontarmos as produções escritas que foram postadas no ambiente do curso com as apresentações dos grupos nos encontros presenciais ficou evidente o quanto os/as cursistas têm mais facilidade para apresentarem seu trabalho oralmente do que por escrito. Nesse sentido, os encontros presenciais foram momentos produtivos em que os trabalhos desenvolvidos foram amplamente discutidos por todos/as os/as participantes e em que pudemos perceber as apropriações teóricas que aconteceram ao longo do curso, o que, na maioria das vezes, não ficava claro nas tarefas semanais realizadas e nem nas diversas postagens na plataforma *Moodle*. Isso nos leva a considerar os momentos presenciais como importantes para o desenvolvimento de cursos como esse. Ainda que a Educação a Distância apresente diversas vantagens, como o fato de possibilitar acesso à formação para pessoas em função da distância geográfica da Universidade e/ou da impossibilidade de frequentar os cursos nos horários em que são ofertados, consideramos que momentos de interação presencial contribuem significativamente para a qualidade do curso e das aprendizagens que são desenvolvidas.

Dentre as estratégias didático-pedagógicas realizadas ao longo do curso, consideramos que os Projetos de Intervenção representaram um fator significativo para que houvesse um retorno às instituições de ensino de todo o investimento que vem sendo feito pelo Governo Federal para a capacitação de profissionais da educação, de forma a contribuir para o enfrentamento à discriminação e ao preconceito. Os trabalhos desenvolvidos ganharam visibilidade nas comunidades e, em muitos casos, houve mobilização e interesse por parte de outros/as professores/as em relação às temáticas abordadas, dando indícios de que, em alguns casos, o trabalho terá continuidade e a adesão de outros sujeitos.

Esperamos que este estudo contribua com informações importantes à comunidade científica sobre as questões relativas aos corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais, como também possibilite que os/as profissionais da educação passem a interrogar e desestabilizar as suas compreensões e pedagogias vinculadas a essas temáticas, abrindo 'brechas' para a emergência de outras maneiras de pensá-las.

Referências

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org). *O sujeito da educação. Estudos Foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 35-86.

_____. *Experiência de la Lectura: estudios sobre literatura e formación*. Barcelona: Laertes S.A., 1996.

LOURO, Guacira Lopes. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, Dagmar. (org). *Saúde e sexualidade na escola*. Porto Alegre: Mediação, 1998, p. 85-96.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: _____. (org). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 9-34.

_____. Corpo, escola e identidade. *Educação e Realidade*. v.25, n. 2, jul.-dez., 2000, p.59-76.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes Louro et al. *Corpo Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p. 9-27.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. v. 20, n. 2, 1995, p.71-99.

RIBEIRO, Paula Regina Costa. *Inscribendo a sexualidade: discursos e práticas de professoras das séries iniciais do Ensino Fundamental*. Porto Alegre: UFRGS, 2002. Dissertação (Doutorado em Ciências Biológicas: Bioquímica), Instituto de Ciências Básicas da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 73-102.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2005.

AUTORAS/AUTORES

Ana Paula Vosne Martins

ana_martins@uol.com.br

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas com Pós-Doutorado pela Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, é professora do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e uma das coordenadoras do Núcleo de Estudos de Gênero desta universidade. Dentre suas publicações destacam-se os livros: *Visões do feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX* (FIOCRUZ, 2004), *Um lar em terra estranha* e *A Casa da Estudante Universitária de Curitiba e o processo de individualização feminina nas décadas de 1950 e 1960* (Aos Quatro Ventos, 2002).

Carmen Susana Tornquist

carmementornquist@hotmail.com

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Departamento de Ciências Humanas e do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental do Centro de Ciências da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, pesquisadora do Laboratório de Relações de Gênero e Família desta universidade.

Cristina Stevens

cristinastevens@gmail.com

Doutora em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês pela Universidade de São Paulo (1987), com Pós-Doutorado pela Leeds University/UK (2003). Professora da Universidade de Brasília. Dentre suas publicações destacam-se os livros: *Quando o Tio Sam pegar no tamborim: uma perspectiva transcultural do Brasil* (Plano: 2000), *Caminhos e Colheitas: ensino e pesquisa na área de inglês no Brasil* (EDUnB: 2003), *Maternidade e feminismos* (Mulheres:

DIVERSIDADES: Dimensões de Gênero e Sexualidade

2007), *Migração e identidade* (Centauro: 2007), *A construção dos corpos: perspectivas feministas* (Mulheres: 2008) e *Mulher e Literatura - 25 Anos: raízes e rumos* (Mulheres, 2010).

Denise Soares Miguel

guel88@hotmail.com

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é professora do Departamento de Pedagogia do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Pesquisadora do Núcleo Vida e Cuidado: estudos e pesquisas sobre violências (UFSC). Pesquisadora do Laboratório de Relações de Gênero e Família (UDESC).

Dora Barrancos

dora1508@aol.com

Doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Universidade de Buenos Aires. Diretora do Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais e Humanidades da Universidad Nacional de Quilmes. Pesquisadora principal do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas e diretora desta mesma instituição desde maio de 2010. Dentre suas publicações destacam-se os livros: *Inclusión/Exclusión. Historia con Mujeres; Mujeres en la sociedad argentina. Una historia de cinco siglos; Mujeres, entre la casa y la plaza*.

Eva Blay

eblay@usp.br

Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP - 1973) com Pós-Doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris. Professora da USP na área de Sociologia e Direitos Humanos. Trabalhou na ONU como Interegional Adviser for the Development of Women. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Atua nas áreas de mulher, feminismo, participação política, políticas públicas, direitos humanos e violência. Dentre suas publicações destaca-se o livro *Assassinato de mulheres e Direitos Humanos* (Editora 34, 2008).

Flávia de Mattos Motta

mottaflavia@bol.com.br

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, tendo defendido a tese *Gênero e reciprocidade: uma ilha no sul do Brasil* (2002). Professora na Universidade do Estado de Santa Catarina. Dentre suas publicações destaca-se o livro *Velha é a vizinha: identidade feminina na velhice*. EDUNISC, 1998.

Gláucia de Oliveira Assis

galssis@hotmail.com

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (2004). É professora na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e atua no ensino de Graduação e na

Pós-Graduação nos Programas de Mestrado em História e Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental, ambos na UDESC. É integrante do Laboratório de Relações de Gênero e Família da UDESC e do Instituto de Estudos de Gênero. Tem desenvolvido projetos de pesquisa na área de Antropologia Social abordando temáticas que cruzam família, gênero e migrações contemporâneas. Dentre suas publicações destaca-se o livro *Estar aqui, estar lá... uma cartografia da vida entre o Brasil e os Estados Unidos* (UNICAMP, 2002).

Hildete Pereira de Melo

hildete43@gmail.com

Doutora em Economia Industrial e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993). Professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense. É editora da Revista *Gênero* da Universidade Federal Fluminense e coordenadora do Núcleo de Estudos Transdisciplinares de Gênero desta mesma universidade. Secretária adjunta da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) regional do Rio de Janeiro. Dentre suas publicações destacam-se os livros: *Impacto da crise sobre as mulheres* (et al, IPEA; SPM; OIT, 2009), *Pioneiras da ciência no Brasil* (em coautoria com Lígia Maria C. S. Rodrigues, SBPC, 2006).

Ivia (Iracema Duarte) Alves

iviaalves@uol.com.br

Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo (1995) com Pós-Doutorado na mesma área pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É pesquisadora do CNPq e atua na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente aposentada, atua na Pós-Graduação em Literatura e Cultura e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA. Dentre suas publicações destaca-se o livro *Visões de espelhos: o percurso da crítica de Eugenio Gomes* (Academia de Letras da Bahia; Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2007).

James N. Green

james_green@brown.edu

James N. Green é professor de História e Estudos Brasileiros na Brown University em Providence, Rhode Island. Foi presidente da Brazilian Studies Association (BRASA) e do New England Council on Latin American Studies (NECLAS). Dentre suas publicações destacam-se os livros: *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX* (UNESP, 1999) e *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-85* (Companhia das Letras, 2009).

Jane Maria de Souza Philippi

janemsp@gmail.com

Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004), farmacêutica-bioquímica, professora do Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal

DIVERSIDADES: Dimensões de Gênero e Sexualidade

de Santa Catarina e coordenadora do Projeto de extensão Casa da Mulher Catarinista. Dentre suas publicações destaca-se o livro *A saúde dos estudantes - uma abordagem em saúde pública* (Nova Letra, 2009).

João Renato Nunes

carneubanunes@yahoo.com.br

Possui Especialização em Metodologia do Ensino e da Pesquisa em Educação Física, Esporte e Lazer pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (2007-2008). Professor de Educação Física da Escola de Referência em Ensino Médio Oliveira Lima. Dentre suas publicações destaca-se *A violência doméstica e sexista em jogo* (In: TAVARES, Celma e SILVA, Rosário. (org). Prêmio Naide Teodósio de Estudos de Gênero 2008. Secretaria Especial da Mulher, 2009).

Jussara Reis Prá

jussarapra@terra.com.br

Doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e professora no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero, nesta mesma universidade, e integrante do Consórcio do Observatório para Implantação da Lei Maria da Penha. Bolsista de Produtividade do CNPq e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Gênero, Feminismo, Cultura Política e Políticas Públicas”. Atua na área de Ciência Política com ênfase em políticas públicas, feminismo, cidadania e empoderamento. Dentre suas publicações destaca-se o livro *A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul* (em coautoria com Marcello Baquero - UFRGS, 2007).

Laurence Tain

tain@univ-lyon2.fr

Mestre de conferências de Demografia e Sociologia da Université Lumière Lyon 2 e da Université Claude Bernard Lyon 1. Atua no Centre de Estudos Demográficos - Instituto de Ciências do Homem e Centre Louise Labé. Realiza atualmente pesquisas sobre itinerários sexuais e prepara uma obra coletiva que focaliza o percurso dos casais na direção da fecundação *in vitro*. Dentre suas publicações destacam-se *L'eternel masculin* (coletânea coorganizada por Patrícia Mercader, Presses Universitaires, 2003), “Genre et techniques de reproduction: évidences, alliances et turbulences” (artigo publicado na revista *L'Homme et la Société*, n. 152-153, 2004), “Um filho quando eu quiser? O caso da França contemporânea” (artigo publicado na *Revista de Estudos Feministas*, v. 13, n. 1, 2005) e *Le métier d'orthophoniste, langage, genre et profession* (E.N.S.P., 2007).

Lilian Krakowski Chazan

liliankc@ig.com.br

Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro com Pós-Doutorado no Departamento de Política, Planejamento e Administração em

Saúde do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. É médica e psicanalista da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro. Vem se dedicando aos Estudos Sócio-técnicos com ênfase na análise de tecnologias de imagem aplicadas à medicina, em especial o ultrassom obstétrico e o ensino da obstetrícia mediado pela tecnologia. Dentre suas publicações destaca-se o livro *Meio quilo de gente! Um estudo antropológico sobre ultrassom obstétrico* (FIOCRUZ, 2007).

Mara Coelho de Souza Lago

maralago7@gmail.com

Doutora em Psicologia da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1991). Professora titular aposentada da Universidade Federal de Santa Catarina, onde atua em regime de trabalho voluntário na Pós-Graduação em Psicologia e no Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas. Participa da coordenação editorial da Revista Estudos Feministas e da coordenação do Instituto de Estudos de Gênero. Dentre suas publicações destaca-se o livro *Modos de vida e identidade: sujeitos no processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina* (EdUFSC, 1996).

Maria Amélia de Almeida Teles

amelinhateles@globo.com

Formada em Direito e integrante da União de Mulheres de São Paulo. Integrante do Núcleo de pesquisas do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, coordena o Projeto de Promotoras Legais Populares e do projeto Maria, Maria. Dentre suas publicações destacam-se os livros *Breve História do Feminismo no Brasil* (Brasiliense, 1993), *O que é violência contra a Mulher?* (em coautoria com Monica de Melo - Brasiliense, 2002), *O Curso de Direito sob a perspectiva de gênero* (Sergio Fabris, 2006) e *O que são os direitos humanos das mulheres?* (Brasiliense, 2006).

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão

rosario@dlch.ufrpe.br

Doutora em Estudios Iberoamericanos pela Universidad Complutense de Madrid. Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Coordenou o Curso de Gênero e Diversidade na Escola (SPM/MEC/SECAD). Coordena projetos relacionados à inclusão de gênero. Dentre suas publicações destacam-se os livros *30 Anos de registro geral da pesca para mulheres* (em coautoria com Marcelo Santos de Moraes, Fundação Antonio dos Santos Abranches, 2010) e *Pesca y Género: el papel de la mujer en el desarrollo* (FASA, 2009).

Maria Izilda Santos de Matos

mismatos@pucsp.br

Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1991), é professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), coordenadora do Núcleo de Estudos da Mulher da PUC/SP, pesquisadora 1 do CNPq. Dentre suas publicações destacam-se os livros *Dolores Duran: Experiências Boêmias em Copacabana nos anos 50*, *Por uma história*

DIVERSIDADES: Dimensões de Gênero e Sexualidade

das mulheres, Meu lar é o botequim: alcoolismo e masculinidades, Cotidiano e Cultura: história, cidade e trabalho, Ancora de emoções: corpos e subjetividade, A cidade, a noite e o cronista: São Paulo e Adoniran Barbosa, Deslocamentos: os portugueses.

Marlene Tamanini

tamaniniufpr@gmail.com

Doutora pelo Programa Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina com Pós-Doutorado na Universidade de Barcelona junto ao Departament d'Antropologia Social na Facultat de Geografia i Història. Professora de Sociologia da Universidade Federal do Paraná. Dentre suas publicações destacam-se os livros *Reprodução assistida e gênero: o olhar das ciências humanas* (EdUFSC, 2009) e *Diversidad cultural, género y tecnología: un abordage interdisciplinario* (em coautoria com Marília Carvalho, UTFPR, 2006).

Paula Regina Costa Ribeiro

pribeiro@vetorial.net

Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua nesta mesma universidade nos Programas de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Educação Ambiental. Coordena o Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola, no qual se destacam os seguintes temas: corpos, gêneros e sexualidades, formação inicial e continuada. Dentre suas publicações destacam-se os livros *Corpo, gênero e sexualidade: composição e desafios para a formação docente* (em coorganização com Méri Rosane Santos da Silva e Silvana Goellner, FURG, 2009) e *Corpos, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar - Caderno Pedagógico Anos Iniciais* (FURG, 2008).

Paulo Roberto Ceccarelli

paulocbh@terra.com.br

Doutor em Psicopatologia Fundamental e Psicanálise pela Universidade de Paris VII, com Pós-Doutorado pela Universidade de Paris VII. Professor no Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Membro da Associação Universitária de Pesquisa em Psicopatologia Fundamental, sócio do Círculo Psicanalítico de Minas Gerais e membro da "Société de Psychanalyse Freudienne" de Paris, além de membro-fundador da Rede Internacional em Psicopatologia Transcultural. Dentre suas publicações destaca-se o livro *Transexualismo* (Casa do Psicólogo, 2008).

Raquel Pereira Quadrado

raquelquadrado@yahoo.com.br

Doutoranda em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Rio Grande, onde é professora no Instituto de Educação e integrante do Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola. Tem experiência na área de Educação com ênfase em formação inicial e continuada de professores, atuando principalmente nos temas corpos, gêneros, sexualidades, adolescentes. Dentre

suas publicações destaca-se o livro *Educação e sexualidade: identidades, famílias, diversidade sexual, prazeres, desejos, homofobia, Aids...* (et al, FURG, 2008).

Teresa Kleba Lisboa

tkleba@gmail.com

Doutorado em Sociologia e Pós-Doutorado no Programa de Estudos de Gênero da Universidad Nacional Autónoma de México. É professora da Universidade Federal de Santa Catarina. Dentre suas publicações destacam-se os livros *Leituras de resistência - corpo, violência e poder*, volumes I e II (et al (org)., Editora Mulheres, 2009) e *Gênero, Classe, Etnia - trajetórias de vida de mulheres migrantes* (EdUFSC, Argos, 2003).

Vera Lúcia Puga

puga.veralucia@gmail.com

Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (1998), é professora do Programa de Pós-Graduação em História Social, nível Mestrado e Doutorado do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero, Violência e Mulheres. Editora da Revista Caderno Espaço Feminino. Dentre suas publicações destaca-se o livro *Olhares feministas* (et al, UNESCO, 2009).

Esta obra foi composta em Minion Pro,
no formato 16 x 23 cm, mancha de 12 x 20,5 cm
A impressão se fez sobre papel Off Set 75g,
capa em Duplex 250 g pela Gráfica Copiart
na primavera de 2010 para a Editora Mulheres